

ANDRÉA TELO DA CORTE

OS JUDEUS EM NITERÓI
IMIGRAÇÃO, CIDADE E MEMÓRIA
1910-1980

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração História Cultural.

Orientador: Profª Draª ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

NITERÓI
2009

C827 Côrte, Andréa Telo da.

Os judeus em Niterói: imigração, cidade e memória
(1910-1980) / Andréa Telo da Côrte. – 2009.

556 f. ; il.

Orientador: Ismênia de Lima Martins.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2009.

Bibliografia: f. 526-534.

1. Imigrantes – Niterói (RJ). 2. Judeu – Niterói (RJ). 3.
Judeu – Identidade. 4. Memória e história. I. Martins, Ismênia Lima
de. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDD 305.892408153

ANDRÉA TELO DA CORTE

OS JUDEUS EM NITERÓI: IMIGRAÇÃO, CIDADE E MEMÓRIA—1910-1980

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração História Cultural.

Aprovada em março de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra.^a. ISMENIA DE LIMA MARTINS
UFF

Prof.^a. Dra.^a. RACHEL SOIHET
UFF

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Niterói
2009

À
Rolande Fischberg,
Sara Rabinovici,
Judith Zonisein e
Ilse Sipres,
Guardiães da Memória dos Judeus em Niterói.

Para Rachel

AGRADECIMENTOS

De acordo com a regra, os agradecimentos são opcionais, devendo o autor expressar, de forma sucinta, seu reconhecimento a quem colaborou de forma relevante para a realização do trabalho¹. Mas como posso restringir-me ao absolutamente necessário, se a elaboração dessa tese mexeu com a vida de tantas pessoas, da família aos depoentes?

Agradecimentos não são banalidades, e são sempre insuficientes para pagar o bem feito.

Na longa jornada que me trouxe até aqui e que remonta ao tempo da graduação, quando via passar pelos corredores do velho ICHF, grandes mestres, e autores consagrados, sonhava um dia ser como eles e escrever teses, livros, artigos, e com igual paixão dedicar-me à formação de novos historiadores.

Concluo, hoje, tantos anos depois, que se não alcancei o êxito desejado, devo pelo menos, agradecer a formação que tive e os conceitos que ainda hoje ecoam e fermentam minhas próprias idéias. Remeto, então, esse agradecimento, ao corpo de professores do Departamento e da Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que de modo distinto integraram a minha vida nas últimas duas décadas.

Esse mesmo tempo, curto para os historiadores e imenso para a vida cotidiana, reparti com felicidade ao lado de Marcos, que sempre me fez uma pessoa melhor. Os últimos quatro anos passamos separados: ele no sofá, eu no escritório; ele pintando, eu escrevendo; ele cuidando da casa, eu vigiando minhas fontes. É justo que a palavra escrita guarde sua lembrança e meu amor.

Minha pequena Rachel tinha apenas oito meses quando cogitei ingressar no programa de pós-graduação para fazer o doutorado. De lá para cá, deixou as fraldas e mamadeiras, ganhou altura e personalidade, atenta a tudo que vê e ouve, pronta para apreender o mundo. Nesses anos de estudos, brincava de profa. Ismênia com o pai: ela na função da mestra, ele na de aprendiz; ela sentada na cadeira em frente a sua mesinha, ele no chão, com o papel em branco.

Escrevi essa tese, também no intuito de lhe dizer alguma coisa, palavras e idéias que sua percepção aguçada logo compreenderá. Mas isso é coisa de mãe e filha. Por ora, basta

¹ Cf. *Apresentação de Trabalhos Monográficos de Conclusão de Curso*. 9. ed. rev. Niterói: Eduff, 2007. p. 16, 1.1.7.

reconhecer sua (in) paciência ilimitada com o trabalho da mamãe e prometer brincar, brincar e brincar.

Decididamente esse trabalho não seria possível sem a presteza, dedicação, e colaboração infinita de Rolande Fischberg, que abriu todas as portas possíveis para a consecução desta tese. Vale dizer também da sua disponibilidade, afinal falamos nos incontáveis vezes nos últimos anos, a qualquer hora do dia, mas principalmente de madrugada.

Às Senhoras da ADAF, que por diversas vezes interromperam seus almoços de domingo na associação para responderem perguntas, tirar dúvidas e lembrar, lembrar, e lembrar sem fim do passado, cada vez mais atualizado pelo ato de rememorar, meu eterno reconhecimento.

A todos os depoentes que aceitaram ser entrevistados, e àqueles que mesmo sem o gravador contribuíram com informações vitais; A Ilse Sipres, Judith Zonisein e Sara Rabinovici, nunca é demais reiterar minha gratidão. Ao Paulo Velmovitsky que não teve tempo de ver essa tese pronta e hoje revive pela memória; e a todos aqueles que perpassam as páginas desse estudo, e que em um ato heróico de desprendimento, cruzaram o atlântico para tecer, numa cidade estranha, novas identificações, negociando tradições e fronteiras.

Beatriz Kushnir merece um agradecimento especial: emprestou-me uns vinte livros, entre teses, dissertações, e artigos, e ainda por cima por tempo ilimitado! Obrigada!

À Prof^a Rachel Soihet, meu reconhecimento sincero. Convidada por minha orientadora para a banca da qualificação, fiquei encantada com sua extrema capacidade e seu refinamento intelectual, e, sobretudo, grata com a interlocução em relação a alguns aspectos teóricos desse trabalho. Também sou agradecida à Prof^a Helena Lewin, uma das pioneiras dos estudos das modernas comunidades judaicas no Brasil. Sua presença, também no exame de qualificação, foi um reconhecimento ao meu trabalho.

Finalmente, minha amada orientadora, Ismênia de Lima Martins, a quem nenhum agradecimento é suficiente, e toda palavra carece de complemento. Sábia e generosa, ultrapassou largamente os limites de sua atribuição original, facultando-me sua casa, seus carinhos, e cuidados. Com ela dividi temas, questões teóricas, quartos em congressos, textos, e todos os assuntos mezinhas do cotidiano: da culinária à aridez das contas, aos problemas de uma jovem mãe sempre em dúvida quanto à sua capacidade de educar e amar incondicionalmente.

Também devo a ela o convívio com seu seleto grupo de orientandos, multiétnico, por sinal, como convém a alguém que dentre suas predileções estuda o tema da e/imigração.

Mas agradecer não significa apenas mostrar-se grato, compreende também a idéia de recompensar. Espero que de alguma forma possa recompensá-la pela direção que deu a minha vida, transmitindo às novas gerações tudo o que me ensinou, em um verdadeiro trabalho de re-elaboração da memória.

“A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.”

Pierre Nora. Entre Memória e História.

RESUMO

Ao focalizar o caso particular da imigração de judeus para Niterói e a posterior formação de uma comunidade judaica local entre 1910 e 1980, pretende-se, de modo geral, analisar os processos sócio-culturais de formação e transformação da comunidade judaica local, entrelaçada às profundas modificações políticas experimentadas pelo Brasil, no período, e em particular pela cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro até o ano de 1974.

Especificamente, investiga-se como os “judeus” que chegaram a Niterói na primeira metade do século XX, originários, em sua maioria, da Polônia, Rússia, e da antiga Bessarábia, vão, recortados por todo tipo de conflitos — ideológicos, de classe, nacionais e lingüísticos, constituir novas identificações, negociar antigas e novas e forjar, uma identidade particular entre as diversas comunidades judaicas brasileiras, e em meio ao tumultuado contexto político do século XX no país.

No tocante ao tema da cidade, trata-se de refletir sobre o processo de territorialização vivido pelo grupo no espaço urbano de Niterói, em um cenário político-econômico instável e que incluiu, ainda, uma árdua disputa por território físico e trabalho, com outros grupos étnicos e sociais.

Finalmente, a delicada relação entre história e memória é posta em evidência ao longo do texto.

RESUMEN

Al enfocar el caso particular de la inmigración de los judíos hacia Niteroi y la consiguiente formación de su comunidad entre los años de 1910 y 1980, lo que se pretende es analizar los procesos socioculturales de formación y transformación de la comunidad judía, envuelta en los profundos cambios políticos brasileños del periodo, principalmente los de la ciudad de Niteroi, capital del estado de Río de Janeiro hasta el año 1974.

Se investiga, en especial, la manera en la que la afluencia de los “judíos” que llegaron a Niteroi en la primera mitad del siglo XX, oriundos en su mayoría de Polonia, Rusia, y de la antigua Besarabia, incidió en las formas locales de socialización. Traían consigo todo tipo de conflictos ideológicos, de clase, nacionales y lingüísticos y trataron de constituir nuevas identidades, negociar antiguas y nuevas y forjar una identidad particular entre las diversas comunidades judías brasileñas. Todo ello, en un tormentoso contexto político que predominaba en el país en el siglo XX.

En lo que se refiere a la temática propia de la ciudad, se trata de reflexionar acerca del proceso de territorialización vivido por el grupo en el espacio urbano de Niteroi, sumergido en un escenario político económico inestable, y que incluyó, además, una ardorosa disputa por el espacio físico y por la inserción profesional con otros grupos étnicos y sociales.

Por último, a lo largo del texto se aborda la delicada relación entre historia y memoria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 16

CAPÍTULO 1. O TEMA E SEUS CONTORNOS, p. 21

1.1. Do Tema e sua História, p. 21

1.2. Das Perguntas e Questões, p. 24

1.3. Da Historiografia, p. 30

1.4. A Propósito de um Arcabouço Teórico, p. 36

1.5. Das Fontes e Metodologia, p. 40

CAPÍTULO 2. OS JUDEUS EM NITERÓI: NARRATIVAS E MEMÓRIAS, p. 59

2.1. A Construção da Amostra e sua Etnografia, p. 60

2.2. Os Depoentes: Breve Perfil, p. 67

2.2.1. Os Casos Especiais; Rolande, Sara, Ilse e Judith, p. 84

2.2.1.1. Rolande Fischberg, p. 84

2.2.1.2. Sara Rabinovici e Ilse Sipres, p. 87

2.2.1.3. Judith Zonisein, p. 87

2.3. Como os Judeus de Niterói representam sua “Comunidade Imaginada”? p. 90

2.3.1. A Memória das Organizações, p. 90

2.3.1.1. A Sociedade Hebraica de Niterói, p. 91

2.3.1.2. A Associação Davi Frischman, p. 94

2.3.2. A Memória dos Depoentes, p. 96

CAPÍTULO 3. A CIDADE E SEUS IMIGRANTES, p. 100

3.1. O Segredo na Palma das Ruas: Uma Visão do Passado de Niterói, p. 103

3.2. Ângulos da História de Niterói: Outra Visão do Passado da Cidade, p. 111

3.2.1. As Antenas dos Pára-raios: A Vida em Niterói nas Páginas de O Fluminense, p. 125

3.3. As Grades das Janelas: O Cotidiano dos Imigrantes em Niterói, p. 151

3.3.1. Judeus, p. 153

3.3.2. Portugueses, p. 160

3.3.3. Sírio-libaneses, p. 166

3.3.4. Italianos e Espanhóis, p. 177

CAPÍTULO 4. DE PRESTAMISTAS, COMERCIANTES E DOUTORES. TRABALHO E CIDADANIA EM NITERÓI, p. 187

4.1. Prestamistas X Comerciantes e a Atuação do Grupo na Construção Civil da Cidade, p. 190

4.2. Entre os Pioneiros e a 1^a Geração: A Visibilidade Social dos Doutores, p. 256

CAPÍTULO 5. JUDEUS E JUDEUS EM NITERÓI, p. 270

5.1. A Identidade Judaica nos Tempos Modernos: Conflitos e Emigração, p. 272

5.1.1. A Militância Socialista e As Tendências Assimilacionistas, p. 274

5.1.2. O Sionismo, p. 277

5.2. A Questão Judaica no Brasil: Engajamento e Militância, p. 281

5.3. Retratos de Niterói: a militância política judaica na capital fluminense, p. 303

CAPÍTULO 6: LUGARES DE MEMÓRIA, p. 319

6.1. Primeiros Tempos, p. 340

6.2. A Biblioteca Davi Frischman e sua sucessora a Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação, p. 351

6.3. O Centro Israelita de Niterói: trajetória, p. 413

CAPÍTULO 7: AS MULHERES, O ATIVISMO E A MEMÓRIA, p. 448

7.1. Questões de Gênero e História, p. 451

7.2. As Judias de Niterói: ativistas incansáveis, p. 462

7.3. O Ativismo Feminino dividido, p. 469

7.3.1. A Associação Feminina Israelita Brasileira-Seção Niterói, p. 471

7.3.2. AS Damas pró-Auxílio de Niterói, a Wizo, e as Pioneiras, p. 494

7.4. As Mulheres e a Memória, p. 518

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 522**BIBLIOGRAFIA, p. 526****FONTES, p. 535****ANEXO, p. 543**

ABREVIATURAS

CIN	CENTRO ISRAELITA DE NITERÓI
BDF	BIBLIOTECA DAVI FRISCHMAN
ADAF	ASSOCIAÇÃO DAVI FRISCHMAN DE CULTURA E RECREAÇÃO
AFIB	ASSOCIAÇÃO FEMININA ISRAELITA BRASILEIRA
BIBSA	BIBLIOTECA ISRAELITA SHOLEM ALEICHEM
AFIB	ASSOCIAÇÃO FEMININA ISRAELITA BRASILEIRA
ICUF	IDICHER CULTUR FARBAND/ ASSOCIAÇÃO CULTURAL JUDAICA

I. INTRODUÇÃO

1. Da Vida

Quando no mês de maio de 2004 fui visitar minha orientadora, a Profa. Ismênia Martins, não sabia que a minha vida estava às vésperas de uma grande mudança. Na ocasião, levava Rachel, então com oito meses, para conhecê-la.

Nesse encontro, entre um afago e outro na criança, minha professora disse aquilo que eu queria ouvir, mas achava impossível realizar, envolvida que estava com fraldas e mamadeiras. Contudo, bastou que falasse, *vamos fazer o doutorado*, para que me sentisse capaz.

De fato, não imaginava voltar a estudar o tema da imigração, temática anteriormente abordada no mestrado, quando contemplei o caso dos imigrantes madeirenses em Niterói, no século XX.

Mas ela nem me deu tempo para pensar, logo lançou uma idéia, que de novas idéias foi preenchida, acabando por tornar-se o que hoje trago à leitura.

Explico: originalmente, pensavamos em focalizar o conjunto diversificado de imigrantes que se instalaram em Niterói, no princípio do século XX, e os lugares sociais que, em meio a uma disputa acirrada no mercado de trabalho, edificaram no espaço urbano da antiga capital fluminense.

Novamente por sugestão de minha orientadora iniciei a pesquisa preliminar pelos judeus. Isso foi em agosto ou setembro daquele ano. Em pouco tempo, fiquei fascinada por um “grupo” que, de certa forma, invisível para o conjunto da população, constituiu, no passado recente da cidade, uma vida institucional riquíssima. Acabei por privilegiá-los como objeto de pesquisa para o doutorado.

Entre setembro e outubro daquele ano, fiz inúmeras entrevistas e escrevi o projeto. Para além dos meus temores, olhava para o futuro e antevia uma nova tentativa, quando fui surpreendida com um primeiro lugar inesquecível.

De 2005, quando efetivamente iniciei o doutorado, a esta tese, abracei definitivamente a vida acadêmica. Ganhei um prêmio, a *bolsa nota 10*, da FAPERJ, Rachel virou uma mocinha, e a questão da grande imigração (1880-1930) inspirada pelo presente de mundialização da economia e de transculturalidade, entrou definitivamente na ordem do dia, constituindo-se em todos os centros de pesquisa do país, como temática obrigatória.

Para tanto, a contribuição da história cultural foi indispensável, ao conferir novas abordagens sobre o fenômeno, como por exemplo, o estudo de gênero, do cotidiano, ou da identidade social. Estudos de caso também se multiplicaram municiados por arsenais teóricos diversificados, oriundos de todo o leque das ciências sociais.

Concluo que tive sorte em continuar a estudar esse tema e no momento que trago a público o esforço dos últimos anos, compreendo cada vez melhor aquilo que os grandes historiadores reiteraram em seus textos, e que Henri Marrou magnificamente registrou:

A história, conhecimento do homem pelo homem, é uma apreensão do passado por e num pensamento humano, vivo, comprometido: é um complexo, um misto indissolúvel de sujeito e objeto. A quem se inquieta ou se irrita com esta servidão, só o que posso repetir: é assim a condição humana e assim a natureza humana. Não há dúvida que dessa maneira se introduz um elemento de relatividade no conhecimento histórico; mas todo o conhecimento humano se encontra da mesma maneira marcado pela situação do homem no ser e no mundo. Basta pensar no que nos ensinaram os físicos da relatividade. (...) O fato de entrar, e de maneira irredutível, qualquer coisa do historiador, não impede de que ela possa ser também, ao mesmo tempo, uma apreensão autêntica do passado.²

2. Do Tema

Ao elaborar este estudo, tive em mente três questões: a primeira refere-se à análise identitária: como os “judeus” que chegaram a Niterói na primeira metade do século XX, originários, em sua maioria, da Polônia, Rússia, România e da antiga Bessarábia, vão, recortados por todo tipo de conflitos — ideológicos, de classe, nacionais e lingüísticos, constituir novas identificações, negociar antigas e novas e forjar, finalmente, uma identidade própria?

Ainda nesse campo, desejei apontar como em meio às armadilhas da etnicidade, esse conjunto, marcado pela heterogeneidade vai delinear fronteiras muito precisas entre si, simultaneamente ao trabalho de esmaecimento desses mesmos liames, de modo a aparecer uno e indivisível fora dos seus estreitos muros.

Cabe ressaltar, que ao qualificar esses diferentes indivíduos e seus descendentes, notadamente a primeira geração nascida no Brasil, no período assinalado, como um *grupo*, e

² MARROU, Henri. *Do Conhecimento Histórico*. 2. ed. Lisboa: Editorial Aster, s/d. p. 213-214.

ainda, “*progressistas*”, “*religiosos*”, “*sionistas*”, “*coletividade*”, entre outros, faço uso das categorias mentais com que se identificaram e do universo em que se sentiam inseridos. Não se trata, pois, do uso anacrônico de conceitos, ou, na pior das hipóteses, não questionar as fontes. A priori, eles se compreendiam como grupo, assim como aqueles que na atualidade se encarregam de transmitir a memória, ainda se definem. Embora as questões do presente estimulem o passado, “*nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento*”.³

Conquanto a heterogeneidade seja a marca principal do “grupo”, o sentimento de pertença a uma suposta tradição é tão forte nessas pessoas, que utilizar o substantivo coletividade no lugar de “comunidade”, ou vice-versa, no título do projeto, e também na qualificação, trouxe a tona problemas que, se se referissem apenas ao campo semântico me deixariam contente. Assim, decidi que o título na versão final reduziria-se apenas ao adjetivo: judeus em Niterói. Amplo o bastante para caber todas as diferenças, e circunscrever o tema.

A segunda questão que este trabalho aborda é a relação entre a cidade e seus imigrantes. Trata-se de refletir sobre o processo de interação social vivido pelo grupo, por meio da sua atuação/transformação no espaço urbano de Niterói, em meio a um cenário de transformações políticas e econômicas que incluíram, ainda, uma árdua disputa por território físico e trabalho, com outros grupos étnicos e sociais.

De modo similar, compreender de que forma a cidade, esse grande ator social, nascido da interrelação entre a pedra e a carne, das imposições materiais e ambições humanas, influenciou nas estratégias de sobrevivência e organização interna e externa do grupo em evidência.

A terceira questão que perpassa cada linha do texto, é a da delicada relação entre história e memória, e entre fontes que situadas no presente abordam o passado, e outras que nascidas no tempo pretérito guardam certa fragância do que se foi. Questões teóricas e metodológicas próprias ao ofício do historiador.

Ao privilegiar uma análise microscópica do grupo, procurei não perder o contato com o todo social, ao articular cada microfilamento à realidade do seu entorno e aos quadros mentais em que estava inserido, objetivando a construção de um modelo explicativo onde o movimento fosse captado. Espero que tenha alcançado êxito.

³ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5. ed. Sintra: Publicações Europa-América, s/d. p.35.

3. Do Texto

Os capítulos que seguem ressaltam o esforço que fiz na tentativa de conferir inteligibilidade à história dos judeus em Niterói, entre 1910 e 1980. Talvez por isso sejam tantos, assim como são tantas as páginas que escrevi para colar cada fragmento colhido, cada resposta arrancada aos documentos. Mas história, como diria Bloch, “*não é relojoaria ou marcenaria, mas é um esforço para um melhor conhecer*”⁴.

Assim, em que pese tantos caracteres, outros tantos deverão ser escritos por outros e depois outros, de forma que o objeto desse estudo seja continuamente visitado, e dessas investidas emergem novas facetas dos judeus de Niterói e da cidade que ajudaram a construir.

Dito isto, os capítulos 1 e 2 são dedicados a apresentação do tema e das questões, gerais e específicas, relativas à pesquisa. Além da discussão preliminar de questões teóricas e das opções metodológicas que nortearam a análise, e que deverão ser vistas entrelaçadas ao exame das fontes, no decorrer do texto.

O capítulo 3 destina-se a apresentar Niterói como uma cidade receptora de imigrantes, cenário de conflitos e interação étnica, disputa por trabalho e reconhecimento social, ao longo do período estudado. Trata-se de avaliar as possibilidades de desenvolvimento que a capital fluminense ofereceu aos grupos emigrados, e os limites que impôs ao seu crescimento.

De outra forma, pretende-se demarcar a territorialização desses conjuntos de emigrantes pela urbe. Nesse sentido serão abordados os principais grupos de estrangeiros que se radicaram em seu espaço, em especial, portugueses, sírio-libaneses, italianos e espanhóis, que juntos vão compartilhar e concorrer com os judeus, o mesmo circuito econômico.

Já o capítulo 4 tem como substrato a qualificação do grupo como agente transformador do espaço urbano local, por meio do mapeamento da sua presença na economia da cidade. Pretende, também, assinalar as diferenças da atuação entre as gerações, a questão da educação e a importância do título de doutor para as primeiras gerações.

No capítulo 5, cujo título, “*judeus e judeus*”, é por si só uma constatação, discorre-se sobre a complexificação da identidade judaica na modernidade, a diversidade e os conflitos subjacentes às variadas formas de ser judeu, decorrentes desse processo e, sobretudo, a atualização/transformação dessas identidades no novo mundo.

Quanto ao capítulo 6, consagra-se à análise dos lugares de memória dos judeus em Niterói, seu cotidiano e a forma como cada uma das instituições re-elaborou a identidade

⁴ BLOCH, op.cit. p.18

judaica, assim como se dedica a demonstrar às mudanças ocorridas no seio da própria comunidade israelita local.

Finalmente, o capítulo 7! Páginas onde se integra a discussão sobre a questão de gênero e relações de poder entre os homens e mulheres do grupo. O exame das associações femininas, assim como do seu recorte ideológico e do papel que cumpriram no sentido de afirmar ou transpor as barreiras internas da comunidade também estarão em pauta.

Enfim, ao entregar essa tese, espero que meus leitores ao folhearem suas páginas façam uma leitura que seja tão prazerosa quanto foi para mim a escrita da história.

1. O TEMA E SEUS CONTORNOS

Qual o objetivo de todos esses exercícios? Não é simplesmente descobrir o passado mas explicá-lo, e, ao fazer isso, fornecer um elo com o presente (...) o que desejamos saber é por que, bem como o quê (...) o que realmente queremos saber é por que tais crenças eram mantidas, como se encaixavam no restante do sistema de valores dessa comunidade (ou da sociedade mais ampla da qual faziam parte) e por que mudaram ou não mudaram. (HOBSBAWM, 1998, p. 229 e 230)

1.1 Do Tema e sua História

A imigração judaica em Niterói é o tema de que trata este trabalho. A temática imigratória, porém, compreendida nas largas fronteiras da história cultural, tem acompanhado minha trajetória acadêmica desde o mestrado.

Naquela oportunidade, empreendi um estudo sobre os madeirenses em Niterói, entre 1930-1990. Longe de estudar as particularidades do grupo isoladamente, esforcei-me em pensar esses imigrantes no concerto geral da cidade, apreendida como organismo vivo, repleto de tensões e portador de questões próprias. Disto resultou a dissertação *A Imigração Madeirense em Niterói: um Estudo de Caso — 1930-1990*⁵.

Posteriormente, ao buscar um tema para a tese doutoral, o estudo comparativo entre grupos de imigrantes de origens étnicas diferenciadas, apareceu-me como o desdobramento lógico do que havia intentado anteriormente. Assim, disposta a reunir imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, judeus de diversas procedências e libaneses em um único estudo, e tendo como horizonte a elaboração de um projeto de pesquisa, parti para a coleta de dados preliminares.

Como já possuía subsídios sobre a imigração portuguesa, principiei a investigação pelos judeus, realizando entrevistas com membros da colônia local. É claro que poderia ter começado por qualquer outro grupo, no entanto conversas anteriores com minha orientadora

⁵ CORTE, Andréa Telo. *A Imigração Madeirense em Niterói: um Estudo de Caso — 1930-1990*. Niterói: PPGH-UFF, 2002.

acenderam minha curiosidade quanto às particularidades judaicas, levando-me a procurá-los em 1º lugar. O resultado disso foi que o tema da imigração judaica impôs-se à minha atenção.

Desde as primeiras entrevistas, meu “arquivo” particular de referências sobre a cidade de Niterói, de onde sou moradora desde o berço, foi acionado. As únicas lembranças de judeus que possuía referiam-se à Gabier, Joalheria Niterói e Grand Jóia, as grandes lojas de luxo da cidade, e também a um prédio na rua Lemos Cunha cuja fachada possuía certa época uma “estrela de Davi”, mas no qual “nunca vira judeus”. Entretanto, os depoimentos iniciais davam conta da existência de um “mundo particular” dos judeus na antiga capital fluminense.

Hoje percebo que a minha incapacidade de “ver os judeus” na cidade referia-se mais aos “jogos estratégicos”⁶ que os grupos étnicos e minorias arriscaram nos espaços que ocuparam, do que a inexistência destes, pois não apenas eles existiram (existem) como organizaram uma rica vida institucional, deixando marcas físicas da sua presença, através dos seus lugares de memória — a Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação (doravante ADAF), O Centro Israelita de Niterói, e a Sociedade Hebraica de Niterói⁷, e também dos vestígios do antigo comércio varejista na região central da cidade.

O assombramento em relação ao tema avançou à medida que verticalizava a investigação. Não eram apenas as associações judaicas, mas as disputas internas, as rivalidades institucionais, o ativismo feminino, a multiplicação dos grupos e organizações, a demanda por história demonstrada pelos depoentes, e o investimento na educação como passaporte para a cidadania plena na sociedade de acolhimento. Esse conteúdo avassalador impôs-se a mim, conquistando o projeto. Vi-me refém desse tema, e a idéia original de pensar os diversos grupos emigrados simultaneamente e numa só perspectiva sucumbiu, quem sabe aguardando uma próxima oportunidade...

Da visão macro-analítica original, este estudo de caso resguardou o desejo de pensar os imigrantes judeus na sua inter-relação com os outros grupos emigrados e, por conseguinte, o zoneamento econômico que “produziram” na cidade, e as demais estratégias de sobrevivência que encetaram; as formas de visibilidade e o olhar que a cidade discriminou a eles.

Do mesmo modo, conservou o desejo de apreender a cidade como um texto que registra em si uma escrita antiga que possui força narrativa, ao contar a experiência histórica

⁶ Não é nada acadêmico o termo esconde-esconde, mas de fato os tais “jogos estratégicos” vislumbrados entre os grupos étnicos nada mais são que o velho jogo de esconde-esconde, justificado evidentemente num contexto de disputa por bens raros e aceitação social.

⁷ Estes respectivamente, às ruas Lemos Cunha, 355, Visconde de Uruguai, 255 e Álvares de Azevedo, 183/185.

de outros tempos e grupos; e como organismo vivo, onde “os símbolos do passado se interceptam com os do presente, construindo uma rede de significados móveis”⁸.

Imã que atrai a diversidade da fauna e da flora humanas, a cidade é “um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais”⁹. Compreender essa lógica possibilitará, ao menos parcialmente, decifrar o “lugar” dos imigrantes judeus no cenário local.

Já na perspectiva micro-analítica, o estudo do caso judeu em Niterói conservou da dissertação de mestrado, a preocupação com a apreensão do cotidiano, as estratégias de sobrevivência do grupo e suas formas de organização, inserção e distinção social, assim como o exame das questões identitárias internas e externas, e da memória.

Em certo sentido há uma continuidade entre o trabalho elaborado no mestrado e o atual, porém, no presente, projeto meu olhar exclusivamente para o processo de enraizamento que esses imigrantes experimentaram no decurso do século em Niterói, e abandono, ao menos temporariamente, a preocupação de refletir sobre a condição de e/imigrante, que marcou a dissertação.

Também, foi possível estudar o desdobramento geracional dos pioneiros, e observar atentamente a passagem da primeira geração, a dos pioneiros, à segunda, seus filhos, estabelecer comparações e diferenças.

Outra nota dissonante é que nesta oportunidade acalento um projeto de certa forma ambicioso para quem trabalha com memória e, sobretudo, com a metodologia oral: ultrapassar as fronteiras da história da memória e escrever uma história dos judeus em Niterói.

O que chamo de projeto ambicioso nasceu de antigas inquietações em relação à metodologia oral visto que ao adentrar o conturbado campo da memória e das representações, o historiador, principalmente se dispuser unicamente dessa fonte, vê-se refém das narrativas, e acaba por fazer um levantamento da memória.

Eric Hobsbawn, em *A História de Baixo para Cima*, texto que remonta ao ano de 1985, ao refletir sobre as dificuldades que os historiadores dos movimentos sociais têm para elaborar seus modelos, adverte sobre os limites da metodologia oral:

Ela não se baseia em nenhum modelo de como as pessoas realmente formam suas opiniões sobre política, e não investiga seu comportamento político, mas sua visão atual sobre determinado ato político em condições hipotéticas. Mas se descobrirmos

⁸ ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004. p17.

⁹ id., 2004, p.40.

o equivalente das pesquisas de opinião retrospectivas, estaremos investigando o que as pessoas realmente pensaram e fizeram.¹⁰

Posto que as fontes orais não contenham o que realmente aconteceu, informando apenas a interpretação elaborada no presente sobre o passado, optei por arrolar o maior número possível de fontes, mesmo que fragmentárias, e apurar a reflexão metodológica, para em última instância, elaborar uma explicação racional sobre a problemática enunciada, isto é, a história dos judeus em Niterói, entre 1910-1980.

Na demarcação das diferenças também é preciso pontuar a complexidade do grupo judeu, cujo recorte ideológico e padrão cultural os distinguem dos demais, não que os portugueses, espanhóis, “sírio-libaneses”, entre outros, tenham deixado de formar suas associações. Estas inclusive transcenderam à sua origem, ao transformarem-se em importantes equipamentos sociais da cidade, compartilhadas por toda a população, como por exemplo, foi o caso do Hospital Santa Cruz, erguido em 1930, pela Sociedade Portuguesa de Beneficência. Outro fato interessante é o do clube Rio Cricket, em Icaraí, fundado originalmente para atender os interesses da colônia inglesa local. Diferente dos ingleses que há muito deixaram a cidade, o clube é parte do mobiliário urbano local, usufruto da cidade.

No caso em exame, o que os distingue dos demais, é a vitalidade de suas associações, que ainda hoje, após o “esvaziamento” da colônia local e da própria idéia associativa tão característica da primeira parte do século XX, mantiveram fortes laços de pertencimento, fechadas aos não judeus¹¹, e alvos constantes de processos de alimentação e atualização da memória detonada por seus membros.

1.2 Das Perguntas e Questões

Das perguntas e questões que nortearam a pesquisa, o binômio visibilidade/invisibilidade teve força de paradoxo nesse caso.

Se, por um lado, a pesquisa demonstrou que eram fartos os registros sócio-econômicos do sucesso individual de membros do grupo¹², por outro lado, a etnicidade desses indivíduos,

¹⁰ HOBBSAWN, Eric. A História de Baixo Para Cima. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 222.

¹¹ A ADAF, ao contrário das demais associações, é aberta a não judeus, que, entretanto, não podem assumir cargos na diretoria.

¹² É importante frisar que as principais lojas de luxo da cidade entre 1960-1990 eram de membros da coletividade, como a Gabier, de Simão Graber e filhos, a Grand Jóia de G. Grand, ou a Joalheria Niterói, dos Irmãos Pochachevsky, sinônimos de elegância e bom gosto.

de diferentes origens nacionais, expressada através de uma densa e diversificada rede comunitária, permaneceu invisíveis ao conjunto da cidade.

Ainda hoje, são poucos os niteroienses que, ao circular pelas Ruas Lemos Cunha e Álvares de Azevedo, no bairro de Icaraí, e pela Rua Visconde de Uruguai, no Centro, identificam, dentre seus prédios, os *restos materiais* que guardam a experiência da antiga coletividade judaica local, respectivamente a ADAF, a Sociedade Hebraica de Niterói e o Centro Israelita de Niterói.

A análise das fontes comprovou que a referência mais antiga à coletividade judaica de Niterói constituiu-se em uma notícia publicada em 3 de agosto de 1917, no Jornal *A Coluna*, considerado o primeiro periódico em português da imprensa israelita no Rio de Janeiro. A Seção *Correio de Israel* dava conta da fundação da *Associação União Israelita de Niterói*, a 29 de julho de 1917. A edição seguinte deste jornal, narrava a posse da diretoria daquela que, nas palavras da folha, seria à primeira associação israelita do Estado do Rio de Janeiro¹³.

A notícia, entretanto, permaneceu restrita ao público (judeu) leitor de *A Coluna*. A leitura de outros periódicos editados na capital estadual na mesma época, não mencionou a fundação da referida associação. Somente em 4 de outubro de 1922, o jornal *O Fluminense*, que circula na cidade desde 1878, referiu-se ao grupo. Na matéria, que versava sobre a comemoração das festas judaicas, a coletividade apareceu denominada como *os israelitas de Niterói*¹⁴.

Poucos dias depois, em fins de outubro do mesmo ano de 1922, fontes variadas afirmaram a fundação da Biblioteca Israelita Davi Frishmam, atualmente Associação Davi Frishman de Cultura e Recreação¹⁵.

Em 1º de agosto de 1925, foi criado o Centro Israelita de Niterói, conforme registrado na ata inaugural da casa. Existe também uma referência a essa instituição, na *Enciclopédia Judaica*, que remonta ao ano de 1916¹⁶.

No volume para as províncias do *Almanak Laemmert*, o prestigioso anuário estatístico, publicado entre 1844 e 1940, não foram encontradas referências acerca da

¹³ *A Coluna*, 3-8-1917, n.20, p.115; i dem, set. a dez. de 1917, n.21 a 24, p.151.

¹⁴ *O Fluminense*, 4-10-1922.

¹⁵ Cf. *Enciclopédia Judaica*, Editora Tradição S.A, Koogan e Ross editores, s/d., p. 200-201.

¹⁶ De acordo com a *Enciclopédia Judaica* citada na nota anterior, o CIN existe desde 1916, mas consigna sua data de fundação de direito em 1º de agosto de 1925, Cf. *Enciclopédia Judaica*, Editora Tradição S.A, Koogan e Ross Editores, s/d., p. 299-300. É possível que os editores tenham feito uma ligação direta entre a Associação União Israelita de Niterói, de 1917 e o Centro, de 1925, dado que a pesquisa revelará não ser correto. De outra forma, não foi possível apurar a informação relativa ao ano de 1916. A análise de *A Coluna* nesta época assinalou algumas festas de judeus residentes em Niterói, com a doação de somas consideráveis para a campanha beneficente para as vítimas da guerra.

existência de instituições judaicas na cidade de Niterói, para o período em estudo. Embora tenha sido possível o aferimento de quinze igrejas católicas, duas evangélicas, um centro espírita e a sede da Federação Espírita do Estado, além de inúmeras associações portuguesas e uma alemã¹⁷.

A consulta a catálogos de endereços e guias de comércios editados na cidade para a 1ª parte do século XX, também revelou a invisibilidade desse grupo que, no entanto, nas ruas, vendendo à prestação, ou no comércio de portas abertas, como respeitáveis lojistas, ganhava materialidade¹⁸.

Em 1941, no livro de José Matoso Maia Forte¹⁹, um dos primeiros “historiadores” da cidade, em capítulo sobre a religião em Niterói, na rubrica dos templos acatólicos, o grupo mereceu nota, ladeado por uma igreja anglicana, cinco evangélicas e uma denominação metodista, diz o autor: *os israelitas mantêm uma sinagoga à rua Visconde de Uruguai, sem forma exterior de templo*. Desta feita são os espíritas que ficaram de fora.

Finalmente, no *Guia Geral da cidade de Niterói*, de Bernardino Irineu Flórido²⁰, editado para o ano de 1960, o Centro Israelita de Niterói teve direito a referência, ao contrário da Biblioteca Davi Frischman.

Se fontes como anuários estatísticos forneceram informações esparsas sobre o grupo, melhor sorte teve o pesquisador na imprensa escrita. Melhor sorte não quer dizer muita sorte! No exame do jornal O Fluminense, em uma amostra que abrangeu os anos de 1922 a 1948, foram encontradas apenas vinte e oito notícias, entre assaltos, incêndios, inauguração de templo, avisos do DOPS, entre outros, sobre o grupo, ao passo que a colônia sírio-libanesa e, sobretudo, a portuguesa, eram quase diariamente noticiadas no jornal.

Entretanto, a consulta ao Almanak Laemmert²¹, desta feita no item relativo às casas comerciais, identificou entre 1910 e 1940, cinquenta e sete comerciantes judeus estabelecidos com loja na cidade de Niterói, enquanto o livro da União dos Ambulantes de Niterói (UBAN)

¹⁷ Cf. *Almanak Laemmert — Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil, 1910-1950*.

¹⁸ Dentre as fontes consultadas encontram-se o Álbum de Nictheroy, de Júlio Casto de Albuquerque, 1925; a Sinopse Estatística do município de Niterói, 1951, IBGE; o *Guia Geral da Cidade de Niterói*, de Bernardino Irineu Flórido, 1960; e Niterói, 4º. Centenário, IBGE e demais bibliografias secundárias que serão citadas na Bibliografia Geral e no Capítulo 3.

¹⁹ FORTE, José M. Maia. *O Município de Niterói. Corografia, História e Estatística*. Jornal do Comércio, RJ, 1941, p.313.

²⁰ Tratava-se de edição particular.

²¹ Vale dizer que a publicação nesse prestigioso Almanak era paga. Por conseguinte, poderia ser maior o número de judeus proprietários de lojas, gente que não pode ou não quis por motivos vários constar dessa publicação. De toda a forma, a pesquisa revelou um número muito maior do que se esperava.

assinalou, para os anos de 1940/41, o expressivo número de sessenta e sete prestamistas em ação naquele momento.

Através do cotejamento dessas fontes com os relatos orais, foi possível mapear tanto a presença como a trajetória econômica do grupo, e elaborar um quadro composto por cento e oitenta lojistas, para o período 1915-1970, e outro constituído por cento e quarenta prestamistas para o período entre 1930-1970. No total, excluídos os que atuavam nos dois campos, 24, os dois quadros informaram duzentas e noventa e seis indivíduos inseridos na economia local, que corresponde na prática ao sustento de aproximadamente hum mil e quinhentas pessoas²², o que acreditamos seja o quantitativo da coletividade, nos seus anos de esplendor.

Portanto, a reduzida visibilidade das instituições judaicas na literatura escrita sobre a cidade, assim como os dados esparsos encontrados sobre o grupo na imprensa local, contrapõe-se à realidade barulhenta das ruas, onde imigrantes de diversas nacionalidades disputavam trabalho entre si e confundiam o homem da terra com seus sotaques estranhos, transformados todos em *gringos*.

Os motivos dessa “invisibilidade” tão claramente percebida na descrição de Maia Forte, pela falta de exterioridade do prédio, ou da visibilidade reduzida, talvez possam ser encontrados na própria dinâmica do capitalismo do período, quando as cidades tornaram-se também espaços de confronto e segregação social, tanto entre ricos e pobres, como entre grupos étnicos. Alimentada pela entrada maciça de estrangeiros nas primeiras décadas do século XX, a disputa por bens raros, como trabalho e poder, pode ter delimitado as margens de convivência entre os grupos étnicos, influenciando também o estabelecimento de suas fronteiras. Disso pode ter resultado estratégias de abertura ou fechamento desses grupos de imigrantes.

Outrossim, as fontes demonstraram que “sírio-libaneses” e, sobretudo, portugueses, tiveram grande visibilidade na cidade, o que permitiu indagar se, no caso dos judeus, uma vez que não há registros de anti-semitismo sistemático em Niterói, questões internas à colônia tenham determinado, naquele contexto histórico, seu fechamento²³.

²² Na prática, apenas para o ano de 1948 temos algum indicativo populacional dado à publicação do Livro da Campanha de Emergência em prol do Estado de Israel, onde são relacionados 216 nomes, a maioria, masculinos. A partir desse montante calculou-se uma estimativa da totalidade do grupo, o que será explicado no decorrer dos capítulos.

²³ Entretanto, o presente consagra ao grupo certo reconhecimento. Fruto da ação da ADAF, desde 2005, o município de Niterói instituiu oficialmente a data de 19 de abril para homenagear as vítimas do Holocausto. As primeiras solenidades ocorreram no Plenário da Câmara de Vereadores em 2005, e nessas ocasiões, na presença das diretorias e membros das organizações judaicas locais, é prestada homenagem especial às vítimas do Levante do Gueto de Varsóvia. Comemora-se também, o aniversário do Estado de Israel. Os corais das associações cantam músicas em ídiche e hebraico e tanto o hino dos Partisans como o do Estado de Israel são cantados.

Embora a resposta a essa questão não seja fácil, à luz da antropologia social, e de autores como F. Barth e Roberto Cardoso de Oliveira, é possível apreender que grupos étnicos atuando em contextos de relações contrastantes, manipulam sua identidade conforme as circunstâncias sociais, “regulando”, por assim dizer, os graus de visibilidade com os quais desejam ser apreendidos socialmente²⁴.

A visibilidade, portanto, teve efetiva relação com o teor das relações inter-étnicas na sociedade de acolhimento²⁵.

Outra questão, intrínseca ao problema da (in)visibilidade dos judeus em Niterói, foi a apreensão da história do grupo como lacuna a ser preenchida. O exame das fontes, ao mesmo tempo em que constatou a escassez de registros oficiais (vinte e oito notícias em um total de três mil dias analisados) sobre a trajetória desses imigrantes, comprovou a ausência de um esforço de sistematização da memória coletiva nas suas associações, como por exemplo, através de obras memorialísticas.

Por outro lado, na análise das entrevistas, pude verificar, além de uma narrativa comum sobre a trajetória do grupo, uma enorme demanda pela história da primeira geração e suas associações. Desse conjunto de questões, surgiu a idéia de escrever sobre o grupo e, logo, fascinada pelo tema, assumi como minha a tarefa de fazê-lo.

Não obstante, dois outros problemas transformaram-se em desafios para a pesquisa: não pertencer ao grupo e a fragmentação das fontes.

É fato perfeitamente demonstrado pela historiografia que a temática da imigração, pensada na ótica dos estudos culturais, é um campo dado a guetos, onde judeus estudam judeus, portugueses estudam portugueses, e etc.. Transpor esses guetos é o desafio atual dos que se interessam pelo tema, e o meu caso em particular. Especificamente nos programas de estudos judaicos, a mobilização de elementos de origem judaica é impressionante. Esses pesquisadores, sem dúvida, beneficiam-se dos laços internos com a comunidade, do parentesco, e da própria formação para construírem seu objeto e acessar as fontes.

Durante o mestrado, beneficiei-me fartamente da minha condição de descendente madeirense e dos contatos familiares para chegar até as fontes, no caso, os depoentes. A proximidade, no entanto, tem seus riscos, como a tendência a naturalizar ou relativizar

²⁴ Cf. BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT, P. e STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade Étnica, Identificação e Manipulação*. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

²⁵ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade Étnica e a Moral do Reconhecimento*. In: *Caminhos da Identidade*. São Paulo: Unesp, Brasília: Paralelo 15, 2006, p46.

comportamentos e hábitos que um pesquisador de fora do grupo poderia problematizar com mais facilidade.

A derrubada dos guetos é bemvinda e necessária, mas é também tarefa árdua e muitas vezes desconfortável. Tive que construir uma verdadeira estratégia de inserção dentro da coletividade, e mesmo num grupo quase 100% assimilado, enfrentar resistências, interdição e controle das fontes (que talvez ocorressem com qualquer outro historiador) e continuamente explicar o porquê de ter escolhido esse tema, e, em outro paradoxo, lidar com a minha “estrangeiridade” em relação ao grupo estudado.

Tive a sorte de encontrar algumas pessoas que abriram as portas para mim e a principal delas foi, sem dúvida, Rolande Fischberg, na época, em 2004, presidente da ADAF. Verdadeira guardiã da memória da instituição que representava, Rolande encampou a tese ainda em estado embrionário. Deu entrevistas, facultou-me seus contatos, abriu os armários da ADAF à pesquisa, e instigou as demais instituições a fazerem o mesmo. Entusiasmada, em 2006, convidou-me para escrever uma “notinha” no *Informativo ADAF*, publicado trimestralmente, com direito até a foto. Com o rosto estampado no boletim, o telefone e o e-mail impressos ao final do texto, comecei a falar da pesquisa, dos objetivos da tese e das fontes.

A notinha transformou-se em coluna, e em cada número comecei a abordar as questões contempladas pela análise e os problemas das fontes pesquisadas. Cada descoberta foi compartilhada com os leitores. E o que começou como nota acabou revelando-se uma estratégia de inserção dentro da coletividade, com resultados bastante positivos. Passei a receber telefonemas que incluíram Nova York e Chicago, ofertas de entrevistas, de documentos, ampliei contatos, pessoas reivindicando um lugar para si ou um parente na história que pretendia escrever.

Sem dúvida foi preciso fazer um esforço grande de inserção social na coletividade e aprendizado das questões particulares da imigração judaica, e em meio a esse esforço, também tive de aprender a valorizar o meu não pertencimento ao grupo, ressaltando junto às minhas fontes o olhar abrangente que trazia: pensar o grupo na sua inter-relação com a cidade e os outros grupos étnicos e sociais. Assim, tentei transformar em vantagem aquilo que a princípio pareceu-me desvantagem.

Quanto à problemática das fontes, a questão estava na sua fragmentação, que requereu criatividade e aplicação metodológica para driblar o problema. Mas esta é uma questão que trataremos adiante.

1.2 Da Historiografia

No caso específico da imigração judaica, judeus das mais diferentes origens têm sido alvo de sucessivos estudos, que acabaram por produzir uma bibliografia volumosa e que supera em quantidade a de grupos étnicos de maior presença na sociedade brasileira, como portugueses, espanhóis e italianos.

Literatura peculiar, boa parte dessa produção está relacionada às inúmeras instituições judaicas — sinagogas, centros de teatro, de cultura, arquivos, institutos históricos, escolas, clubes, instituições típicas das comunidades judaicas brasileiras, caracterizando-se pela mescla entre trabalhos acadêmicos, institucionais, memorialística, ensaios e outras formas de interpretação histórica.

Embora abundante, o acesso a essa bibliografia é limitado por estar dispersa numa infinidade incrível de revistas, boletins de instituições judaicas nacionais ou estrangeiras, que traçam um caminho paralelo ao tradicional circuito acadêmico. No universo de 160 títulos levantados, 29,3% são trabalhos acadêmicos, entre teses de mestrado ou doutorado; 27,5% são artigos produzidos no âmbito dos encontros, congressos das instituições culturais judaicas e 43,1% são publicações as mais diversas — anais de encontros, publicações de fontes, memórias, histórias de vida e análises de cunho sociológicas, históricas e antropológicas.

Essa historiografia poderia ser pensada em dois movimentos específicos e ao mesmo tempo entrecruzados: a ação das associações comunitárias judaicas e a produção acadêmica. Vejamos.

a) A Ação das Associações Comunitárias Judaicas

Trata-se da ação memorialística das associações comunitárias judaicas locais, que desde o primeiro quartel do século XX vão, através da produção de atas, boletins, e revistas, anotar os fatos e discussões importantes sobre o seu cotidiano, acabando por produzir fontes para interpretação da sua própria trajetória.

No decorrer do tempo, indivíduos ligados a essas associações começaram a re-visitar suas trajetórias, em verdadeiro processo de construção da memória. São exemplo as obras de

Samuel Malamud (1983; 1988; 1992), Saádio Lozinski (1997) e Abrahão Yossef Schneider (2000) rememorando as histórias do núcleo original de emigrantes do Rio de Janeiro²⁶.

Paralela a esta ação, a partir dos anos 70, os estudos judaicos conheceram novo impulso através da criação no âmbito das próprias associações, de arquivos e institutos históricos que promoveram autonomamente ou em parceria com instituições judaicas internacionais ou universidades locais, estudos sobre a presença judaica no Brasil, além de atuado (e ainda atuar) no sentido da coleta, preservação e catalogação de fontes para o conhecimento do tema. Dentro dessa perspectiva destaca-se o Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB)²⁷.

Além das ações do AHJB, a comunidade judaica paulista publicou inúmeros boletins e revistas, das quais se destacam *Herança Judaica*, *Morashá*, *Gerações Brasil*, *Shalom* e *Revista 18*²⁸. Outro exemplo é o Instituto Histórico Israelita Mineiro, que publica anualmente a *Revista de Estudos Judaicos*, e cuja primeira edição remonta ao ano de 1998²⁹.

No Rio de Janeiro, sob o estímulo da Associação Religiosa Israelita (ARI) e apoio de entidades filantrópicas judaicas internacionais e de empresários foi organizado, em meados dos anos 80, o Projeto Heranças e Lembranças. Dentre seus objetivos estava a organização de um amplo acervo de entrevistas de histórias de vida, que acabou por totalizar duzentas horas de gravação e a coleta de material iconográfico e objetos que traduziram parte da experiência dos imigrantes judeus na sociedade de carioca, catalogando ao final setecentos e cinquenta peças.

Desse projeto resultou uma grande exposição em 1989, no Museu Nacional do Rio e o livro *Heranças e Lembranças: Imigrantes Judeus no Rio de Janeiro*³⁰.

Importa dizer que a atuação firme dessas instituições na promoção de estudos sobre a própria comunidade é responsável por boa parte da bibliografia sobre a presença judaica no

²⁶ A esses textos clássicos da memorialística judaica, Rachel Mizhari acrescenta uma lista de mais de 22 títulos, cf. MIZHARI, R. *Os Judeus*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005. p. 86-87.

²⁷ O Arquivo Histórico Judaico Brasileiro foi criado em São Paulo em 1976, em 1992, foi fundado seu Núcleo de História Oral, protagonista do primeiro projeto de história oral fora da área acadêmica. Intitulado “A Imigração Judaica em São Paulo”, reuniu 17 pesquisadoras de diferentes áreas de formação acadêmica, que trabalharam voluntariamente durante dez anos, período em que constituíram um precioso acervo de 350 entrevistas de histórias de vidas, publicado recentemente no livro: FREIDSON, Marília (org) *Passagem para América. Relatos da imigração judaica para São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

²⁸ *Herança Judaica* (b'naib'rith@globo.com.br), *Morashá* (morasha@uol.com.br), *Gerações Brasil* (faiguen@attglobal.net), *Revista 18* (revista18@culturajudaica.org.br).

²⁹ Na edição ano IV, n. 6, 2005/2006 da revista, publiquei o artigo *Judeus e Judeus. A coletividade Judaica de Niterói e as Disputas pela Memória*.

³⁰ WORCMAN, Susane. *Heranças e Lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ARI:CIEC:MIS, 1991.

Brasil e também pela constituição de um circuito intelectual autônomo à universidade, o que é um caso extraordinário no Brasil. Embora independente, interage com ela, influenciando a produção acadêmica.

Anote-se também o fato de 99% desses autores serem membros internos dos grupos judeus, o que, se por um lado, garante permanentemente o público dessas instituições, por outro, fortalece os laços entre as associações judaicas e a universidade. É a segunda, terceira geração no exercício simultâneo — teórico e prático, de pensar a sua identidade.

b) A Produção Acadêmica

De cento e sessenta títulos arrolados para a consecução deste estudo, 29,3% referiam-se à produção acadêmica. Foram 49 teses, entre mestrado e doutorado, dedicadas a esmiuçar as comunidades judaicas, da história da imigração ao cotidiano do grupo; do padrão de consumo dos jovens judeus na atualidade às histórias de cooperativas de crédito, teatro ídiche, judeus egípcios, italianos, etc. Dos quarenta e nove títulos, doze tinham a cidade do Rio de Janeiro como recorte espacial do tema; dessas, dez foram produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação cariocas; outras duas, apesar de contemplarem o espaço do Rio de Janeiro, foram desenvolvidas em centros acadêmicos paulistas (RIBEIRO, 2000 e ROUCHOU, 2003, respectivamente). Outras dez enfocaram comunidades judaicas em regiões diversas — Pará, Amazônia, Porto Alegre, Belo Horizonte. Finalmente, vinte e sete situaram SP como recorte privilegiado.

Portanto mais de 50% da produção acadêmica analisada foi efetuada em SP, especialmente na USP e seu Centro de Estudos Judaicos, consagrando a USP como principal centro de reflexão sobre as questões relativas à presença judaica no Brasil contemporâneo. São muitas as explicações para este fato, que pode estar relacionado ao alto nível de desenvolvimento das instituições judaicas locais, a um progresso econômico maior da própria coletividade judaica paulista e também à antiguidade daquele programa de pós-graduação, assim como do seu Centro de Estudos Judaicos.

Em contrapartida, os programas de pós-graduação fluminenses têm produzido pouco sobre essa imigração. Na verdade, produz-se pouco sobre a temática da imigração no Rio de Janeiro, muito embora seu porto tenha despejado milhares de emigrantes entre 1880 e 1930, período áureo da imigração no Brasil.

Essa contradição tem relação, a meu ver, à inexistência de uma reflexão intelectual sistemática que aponte o Rio de Janeiro, cidade e estado, como um lugar de imigrantes, espaço multi-étnico de convívio social e produção de novas sociabilidades, assim como de reconfiguração identitária. Este tem sido um ponto que tenho reiteradamente contemplado em meus trabalhos desde o mestrado, e uma das questões historiográficas que assinalo no projeto de doutorado.

Todavia, a produção acadêmica poderia ser pensada em dois momentos, o estabelecimento de programas específicos voltados para os estudos judaicos e a produção de teses de mestrado e doutorado.

No caso dos programas específicos, destaca-se em primeiro lugar, o Centro de Estudos Judaicos da USP. Criado nos anos 70 sob inspiração e direção de Anita Novinski, o CEJ concentrou seus esforços, inicialmente, no tema da inquisição, judeus e cristão novos no Brasil Colônia, sendo responsável pela transformação dessa temática num dos grandes temas de nossa historiografia. Tributários ao CEJ estão pelo menos setenta e três dissertações e teses de mestrado, das quais vinte e cinco constam do levantamento bibliográfico que realizei para amparar meu trabalho, como os estudos de Maria Luiza Tucci (1988;1996), Iokoi, 2001, Cytrynowicz (2000), Hemsí (1997), Komisky (1985), Leftel (1997), Mizhari (2000), entre outros³¹.

No Rio de Janeiro foi criado, em 1994, o Programa de Estudos Judaicos da UERJ (PES/UERJ), cuja fundação justificou-se pelo “*relativo desconhecimento sobre a temática judaica no âmbito das universidades*”³².

Trata-se de um programa multidisciplinar, um *centro de reflexão, pesquisa e produção de conhecimento na área da cultura e da história do judaísmo e de Israel*³³, abarcando dessa forma um fichário extenso de questões que vão do resgate histórico da vivência judaica no período colonial à inquisição, ao discurso do judaísmo brasileiro através da literatura e da arte, aos testemunhos e histórias de vida e ainda, à *origem e dinâmica das comunidades judaicas no Brasil e seus mecanismos assimilativos e adaptativos à cultura brasileira e às mudanças no weltanschauung judaica frente à modernidade e pós-modernidade*.³⁴

³¹ Fonte: Biblioteca da FFLCH/USP. Importa dizer que, derivado dessa experiência, foi fundado em 2002 o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância — LEI, também sob direção de Anita Novinsky e que tem como objetivo ser um núcleo de pesquisa e documentação sobre esse tema, além da produção de material pedagógico a ser difundido num futuro museu-escola, o Museu da Tolerância no campus da própria USP.

³² Fundado em 1994, sob coordenação de Helena Lewin. H Lewin, Apresentação. In LEWIM, Helena. (org) *Judaísmo, Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, v.1. e 2, 1997. p. 10.

³³ H Lewin, Apresentação. In LEWIM, Helena. (org) *Judaísmo, Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, v.1. e 2, 1997.

³⁴ H. Lewin, op. cit., p.10.

Desde sua criação, o PES já realizou quatro encontros nacionais e organizou três importantes coletâneas de artigos (LEWIN, 1997; LEWIN, 2005; LEWIN, 2007) que mapeiam os caminhos da historiografia brasileira sobre as questões judaicas.

O Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais, ligado à Escola de Comunicação Social da UFRJ (CIEC-ECO/UFRJ), criado em 1986, merece lugar destacado no que compete ao desenvolvimento de estudos sobre as identidades e, em particular, por ter incorporado ao seu rol de temas e ao debate acadêmico carioca, grupos de imigrantes desconhecidos e pouco estudados, especialmente negros e judeus.

Dentro dessa perspectiva, o CIEC-ECO estimulou trabalhos tanto sobre a interação social de judeus e árabes no espaço urbano da cidade como, por exemplo, a região do Saara, e que resultou no estudo “Memória do Saara”, e também em trabalho sobre o “Teatro Ídiche no Brasil”. Em final de 2000, passou a abrigar em comodato o acervo do projeto Heranças e Lembranças. São tributárias dessa experiência as teses de RIBEIRO (2000) e ROUCHOU (2003), ironicamente defendidas em programas de pós-graduação paulistas³⁵.

Essa intensa atividade, entretanto, não encontra paralelo na esfera dos Programas de Pós-Graduação sediados no estado, onde entre 1991 e 2005 apenas dez teses sobre a imigração judaica foram defendidas, das quais se destacam os trabalhos de KOIFMAN (UFRJ/IMAGO, 2001), KUSHNIR (UFF, 1994/IMAGO, 2006), GRUMAN (UFRJ/2002), GRIN (IUPERJ,1991) e que circulam entre questões tradicionais da historiografia sobre imigração como o assistencialismo e as modernas discussões sobre etnicidade, anti-semitismo e a questão de gênero³⁶.

³⁵ RIBEIRO, Paula. ‘Saara’. *Uma Paisagem Singular na Cidade do Rio de Janeiro (1960-1990)*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2000; ROUCHOU, Joëlle. *Noites de Verão Com Cheiro De Jasmim*. 1956-1957, SP, USP, 2003.

³⁶ Tratam-se dos seguintes trabalhos: ALAIZ, Ruth. *História da Família*. Niterói, mimeo, 2003; BLAJBERG, Carlos. *Os Paradoxos de uma Identidade: o comportamento de consumo de jovens judeus cariocas*. RJ, Dissertação de Mestrado, UFRJ, COPPEAD, 2004; EPELBOIM, Solange. *Identidade Judaica: Formação, Manutenção e Possível Modificação*. RJ, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1997; FLANZER, Vivian. *Muros Invisíveis em Copacabana — Uma Etnografia Dos Rodeslis Na Cidade Do Rio De Janeiro*. Dissertação de Mestrado, PPGH em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, 1994; GHERMAN, Michel. *Ecos do progressismo. História e memória da esquerda judaica no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40*. RJ, Mimeo., IFCS, 2000. (TCC); GOLDBERG, M. Luís. *O P.C. B e a comunidade judaica brasileira*. (8/9/90). Mimeo. (TCC); GRIN, Mônica. *Armadilhas da contingência: etnicidade judaica no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IUPERJ, RJ, 1991; GRUMAM, M. *Sociabilidade E Aliança Entre Jovens Judeus No Rio De Janeiro*. RJ,UFRJ/PPGSA, 2002; KOIFMAN, Fabio. *Quixote Nas Trevas — O Embaixador Souza Dantas E Os Refugiados Do Nazismo*. RJ, Imago, 2002; KUSHNIR, Beatriz. *Baile De Máscaras, Mulheres Judias E Prostituição: As Polacas E Suas Associações De Ajuda Mútua*. RJ, Imago, 1996. (Dissertação de Mestrado, UFF);LERNER, Katia. *Fragments do Passado: Histórias de Vida de Mulheres Imigrantes Judias*. RJ, Dissertação de Mestrado, UFRJ/ECO, 1996; STROZEMBERG, I. *Aquarela do Brasil*. Tese de Doutorado., ECO/UFRJ, RJ, 1997.Chama atenção o fato de um programa tão importante como o PPGH-UFF constar em seu catálogo de teses com apenas um título sobre essa temática; KUSHNIR, B. op. cit., 1994.

Também devem ser destacados os importantes trabalhos de Bernardo Sorj e Bila Sorj, professores da UFRJ sobre a identidade e sociabilidade judaica no Brasil contemporâneo³⁷.

Em linhas gerais, a historiografia que investiga a presença judaica no Brasil contemporâneo circula tanto na linha da História Social como na da História Cultural, e compreende três chaves temáticas: anti-semitismo³⁸, imigração e identidade.

No que se refere à questão da Imigração e Identidade, onde este trabalho pode ser situado, o exame das teses arroladas sinalizou as seguintes direções, que não raro interpenetram-se:

- a) a discussão sobre etnicidade e identidade e a produção de uma reflexão sobre a identidade judaica no Brasil Contemporâneo;
- b) o estudo da sociabilidade judaica num espaço multicultural;
- c) o estudo da história e da memória das comunidades judaicas³⁹;
- d) as representações sociais do judeu na vida social brasileira;
- e) o estudo da militância política dos grupos de judeus, especificamente da aproximação com os movimentos de esquerda;
- f) a incorporação de novos objetos para o estudo: o teatro ídiche e a música;
- g) estudos de gênero.

Em comum, essas abordagens conjugam etnografia e análise teórica, percebendo a imigração judaica como fenômeno múltiplo, de grupos culturais distintos, com estratégias de

³⁷ SORJ, Bernardo (org). *Judaísmo E Modernidade — Metamorfoses Da Tradição Messiânica*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. SORJ, Bila (org) *Identidades Judaicas No Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

³⁸ No que concerne ao anti-semitismo, a “Era Vargas”, 1930-1945, tem sido o período contemplado e obedece, esquematicamente aos seguintes pontos: as discussões sobre eugenia e miscigenação; a ação interna do governo de restringir a entrada de Judeus no Brasil, no período crítico de 1939-1943 precedidos pelos debates entre os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento de Povoamento e o Itamaraty, e os decretos, circulares secretas e emissão de vistos; o papel do Ministério das Relações Exteriores e a ação contraditória do Itamaraty, ora liberando vistos, ora impedindo a entrada desse grupo no país; a resistência e ações pró-judeus presente em setores do governo; a produção de um discurso anti-semita no pensamento social brasileiro; a ação do movimento integralista e memórias de perseguidos.

³⁹ Esse campo apresenta-se até o presente momento como o espaço privilegiado de análise dessa nova historiografia, que interage com os estudos de história local. Baseiam-se, via de regra, na metodologia da história oral, e incorporam discussões de gênero, de vida cotidiana e da diversidade étnica interna, de fronteiras e as estratégias de sobrevivência dos grupos. Assim, no caso dos judeus, encontram-se desde estudos sobre famílias (BLAJBERG, 2004; ALAIZ, 2003), como a invisibilidade de certos grupos como os Rodeslis (FLANZER, 1994) ou a história de vida de mulheres imigrantes (LERNER, 1995), o resgate histórico de certas correntes migratórias — os polacos em São Paulo (HODJA, 1995), os italianos genoveses em São Paulo (SEGRE, 2000), sefaraditas em São Paulo (LEFTEL), os espanhóis nas comunidades sefaraditas em São Paulo (MIGUEZ, 2005), os judeus do Oriente Médio no Rio e São Paulo (MIZHARI, 2003), egípcios no Rio (ROUCHOU, 2003), entre outros. Outros que trabalham nessa direção são CUPERSCHMID, 1997; PFEFFER, 1993; LIBERMAN, 1985; BEMERGUY, 1988; BORIM, 1993; KAUFMAN, 2000; entre outros. É possível enquadrar o estudo que apresento neste item.

sobrevivência particulares que indicam, sobretudo, a existência de fronteiras internas entre eles.

1.4 A Propósito de um Arcabouço Teórico

A propósito de um arcabouço teórico, como os judeus em Niterói, microcosmo de um país em profunda transformação e acossado por conjunturas políticas graves tanto no plano interno, como no externo, no período 1910-1981⁴⁰, re/organizaram suas vidas? De outra forma, como esse conjunto diversificado de pessoas se integrou e constituiu vida comunitária, numa cidade onde recursos econômicos limitados caracterizaram disputa acirrada entre os grupos sociais por bens raros? Finalmente, como expressaram o conjunto variado de identidades que comportavam?

Para responder a essas questões, e às perguntas que se desdobraram a partir do exame das fontes, servi-me de um amplo cardápio de teorias com enfoque no conceito de identidade, somente possíveis no plano da história cultural.

Vale dizer que a moldura que enquadra o *boom* atual dos estudos das migrações relaciona-se em grande parte ao duplo contexto de explosão de conflitos étnicos no ocidente e da mundialização da economia capitalista, ocorridos nos últimos 30 anos.

Nesse período, o fenômeno do transnacionalismo e das transmigrações tem propiciado diferentes ângulos para historiadores, antropólogos e sociólogos refletirem sobre as (novas) migrações, e é, sobretudo, pelo ângulo do estudo das identidades e das negociações culturais entre grupos étnicos que uma nova historiografia sobre o tema tem sido produzida.

Essa historiografia, não obstante, alimenta-se das expressivas contribuições da nova história cultural ao campo do conhecimento, notadamente à constituição de uma história do

⁴⁰ Às relações internacionais dramáticas no período 1910-1980, refiro-me à chamada Era da Catástrofe (1914-1947) conforme enunciada por Eric Hobsbawm, no livro *Era dos Extremos*, período de destruição da democracia liberal, dos valores e costumes da civilização burguesa do oitocentos pela ascensão da extrema direita simbolizada nos movimentos fasci-nazistas e que resultaram na 2a. Guerra. A época posterior, 1947-1973, corresponde também à caracterização do mesmo autor, da “Idade do Ouro”, período que se seguiu à guerra, e municiado por um fantástico desenvolvimento capitalista reordenou o mundo polarizado entre capitalismo e socialismo. No caso brasileiro, em que pesem as distintas conjunturas experimentadas nesse espaço de tempo, o século XX correspondeu à construção e modernização da nação e dos seus agentes sociais. Cf. HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995; e GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

cotidiano, e sua predileção pelo “informal” e “popular”, e por uma abordagem que privilegia *o resgate da luta de classes e do conflito social*⁴¹.

Dessa forma, as novas análises sobre as migrações repercutem tanto a desconstrução do personagem histórico universal, como o deslocamento do âmbito do político, da esfera do poder público para a dimensão da vida privada e o mundo das pessoas comuns⁴². De modo similar, abrem-se à renovação metodológica e documental proposta pelo compartilhamento de conceitos com a antropologia, a lingüística, entre outras disciplinas do conhecimento.

É nesse sentido que se justificam e enquadram as teorias e conceitos que tomei emprestado de autores como Stuart Hall, Fredrik Barth, Roberto Cardoso de Oliveira e Mikhail Bakhtin, como o “*Jogo das identidades*”, “*metáfora*”, “*fronteiras*”, “*identidade contrastiva*”, “*fricção interétnica*”, e “*dialogia*”. Esses conceitos conformaram o corpo principal do arcabouço teórico que elaborei⁴³.

Não pretendo nesse espaço realizar a discussão de cada um desses conceitos, mas enunciar como a partir deles elaborei as respostas às perguntas formuladas originalmente.

Ao longo da pesquisa algumas metáforas perseguiram meu pensamento. Verdadeiras pulsões atravessaram a reflexão sobre as fontes e, capturadas pela linguagem, expressaram meu olhar sobre a, e a forma de descrever a “substância”, a “materialidade da vida social” da coletividade judaica de Niterói⁴⁴. Refiro-me às metáforas “condomínios fechados”, numa alusão aos conflitos e barreiras étnicas intra-grupo, e “jogo de cartas”, para sublinhar a forma

⁴¹ VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p.57 e 56.

⁴² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. São Paulo: Edusp, 2002.

⁴³ Desde o mestrado venho trabalhando com os conceitos de Etnicidade, Identidade e Grupo Étnico, a partir das análises de autores como Abner Cohen, Cardoso de Oliveira, e F. Barth, que sugerem uma abordagem da etnicidade como um processo relacional, dinâmico e variável e que se dá também enquanto processo político, passível de redefinição contínua nos seus conteúdos e significados sociais e tendo como cenário o conflito por bens e poder, e a divisão em classes sociais.

No que concerne ao grupo étnico, procuro abordá-lo à maneira de Barth, para quem um grupo étnico é um tipo organizacional, baseado na auto-atribuição e atribuição por outros a uma categoria étnica, justamente a identidade contrastiva e a “moral do reconhecimento/auto-reconhecimento” de que fala Roberto Cardoso de Oliveira, ou o limite étnico. A linha demarcatória da pertença a um grupo só pode ser apreendida na fronteira entre o “nós em confronto com o eles”.

Essas reflexões ganharam densidade maior à medida que incorporei novas leituras, especificamente aquelas relacionadas à ótica de S. Hall. Na prática, o que chamo de corpo teórico principal da tese é a fusão dessas perspectivas, que, além de coerentes entre si, possibilitam uma reflexão percuciente do problema proposto. Cf. BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT, P. e STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo; COHEN, Abner. *O Homem Bidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar. s/d; OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976; e *Caminhos da Identidade*. São Paulo: Unesp/Brasília: Paralelo 15, 2006; HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 e *Da Diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁴⁴ Trata-se de uma referência clara a Stuart Hall. De acordo com Liv Sovik, na introdução do livro *Da Diáspora*, para Hall, as metáforas “são em si mesmo reconhecimentos de que a substância, a materialidade da vida social, ao mesmo tempo escapa e é captada na linguagem.” In: HALL, Stuart. *Da Diáspora*. op. cit, p. 15.

como aquelas pessoas em situações específicas ultrapassavam os limites anteriormente impostos e conviviam.

Essas metáforas foram apreendidas no exame do discurso proposto pelos depoentes, convidados a discorrer sobre o cotidiano das associações a que pertenceram e os problemas e conflitos decorrentes dessa experiência. Sem exceção, todos reproduziram as expressões “sionistas e progressistas”, “lado de cá, lado de lá”, como pares para identificação da posição em que se situavam dentro da coletividade, e da forma como eles próprios se viam, em um processo recorrente de atualização das suas identificações.

Outra metáfora, dessa vez expressada em forma de “piada”, e contada com variações pelos depoentes, foi a do judeu perdido em alto mar. Vítima de naufrágio, fez de uma ilha deserta seu abrigo. Enquanto esperava resgate construiu três sinagogas. Ao ser salvo, foi indagado do por que dessas três construções, ao que redargüiu dizendo que a primeira era para ele freqüentar; a segunda era para não freqüentar e a terceira para brigar. O conflito refletido na piada também apareceu condensado em uma frase que foi insistentemente repetida nas entrevistas: “Onde tem três judeus tem cinco partidos políticos...”

Metáforas poderosas repercutem a linguagem como sistema normatizado de idéias e valores que antecedem o indivíduo⁴⁵, impondo sentidos e identidades conformadoras de sua existência. Ainda, pescadas nas “falas” dos depoentes, fornecem poderoso testemunho de como esses sujeitos se compreendem e como elaboram/elaboraram suas identificações.

Esses discursos — “sionistas e progressistas”, “lado de cá, lado de lá”, que caracterizo como os “condomínios fechados” expõem a olho nu as diferenças que permeavam o cotidiano daqueles indivíduos, que tem uma imagem (interna) fragmentária de si mesmos, compartilhando mais diferenças que semelhanças. Entretanto, também neles se advinha uma “costura” que une o grupo, melhor dizendo, uma visão unificadora que transforma os dois lados na coletividade judaica de Niterói⁴⁶ Neste caso, os condomínios fechados transformam-se nas oposições complementares, conforme as explicações de Michel Pollack.⁴⁷

⁴⁵ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.40-41.

⁴⁶ À semelhança do conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson, originalmente formulado como discurso produtor de sentidos e representações para pensar as identidades culturais no contexto do estado-nação, também “os judeus e judeus de Niterói” construíram para si um conjunto de concepções que articuladas geraram uma identidade comum o que permite falar numa comunidade imaginada. Cf. ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1993; HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, op. cit., cap.3.

⁴⁷ POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v..5, n.10, 1992.

Essa costura/complementaridade, que de forma prosaica chamei de “jogo de cartas”⁴⁸, seja pela construção dualista a que recorrem para falar de si — “lado de cá, lado de lá” ou em episódios comuns do cotidiano, quando homens de intensa rivalidade ideológica, incapazes de pisar na associação do outro, cruzavam as portas das suas casas para sentarem-se como parceiros em uma mesa de jogo. Esse comportamento divisa o auto-reconhecimento que têm de si como grupo comum, comunidade.

Para Roberto Cardoso de Oliveira implícita à noção de identidade (contrastiva) estão as idéias de reconhecimento e auto-reconhecimento, pois na relação dialógica, é o olhar do outro que doa sentido, que confere valor ou forma à identidade⁴⁹:

inerente à moral do reconhecimento pelos outros — segundo a qual, na relação dialógica, esses outros seriam verdadeiros doadores de sentido — estaria o auto-reconhecimento, sem o que o indígena não lograria realizar as condições de possibilidade de uma vida ética ou de eticidade⁵⁰.

Em outras palavras, o auto-reconhecimento interno (de pertença a uma mesma comunidade) confunde-se com o reconhecimento do grupo como unidade, dotada de coesão, pelos outros (a sociedade de acolhimento). Assim, é o olhar do outro que doa sentido à identidade, funcionando como espelho⁵¹:

a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros⁵².

Membros de uma “comunidade imaginada de judeus” (no sentido de um discurso articulador de concepções unificadoras do grupo enquanto tal), em uma cidade, a capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, cuja identidade urbana experimentou sérias dificuldades de construção, no período de tempo recortado, a identidade de grupo formou-se na “fronteira”

⁴⁸ Essa metáfora possui inúmeros usos tal qual a quantidade inimaginada de “cartas”, no sentido de traços culturais ou identificações que os grupos étnicos manipulam conforme as situações sociais exijam. Essa análise encontra-se ancorada nos textos clássicos de F. Barth (op. cit) e R. Cardoso de Oliveira. Identificação, etnia e manipulação. In: *Identidade, Etnia e Estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

⁴⁹ OLIVEIRA, R. C. *Caminhos da Identidade*, op.cit, p.12.

⁵⁰ id, p.54-55.

⁵¹ HALL, S. *A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade*, p. 37. Vale lembrar que é o reconhecimento pelo grupo maior, a sociedade de acolhimento que permite a este grupo étnico se organizar e lutar por sua cidadania.

⁵² id, p.39.

com a de outros grupos étnicos que em processo similar empreenderam a luta pela cidadania na terra de acolhimento.

No caso específico deste estudo, a análise das identidades, ou como sugere HALL, das *identificações*⁵³, requer o exame criterioso da memória coletiva⁵⁴ elaborada pelo grupo, entendida como elemento essencial da identidade⁵⁵ e dos seus “lugares”, percebidos como os lugares materiais de encarnação da memória, cristalização e atualização da identidade⁵⁶.

1.5 Das Fontes e Metodologia

Originalmente, o projeto baseava-se no exame dos documentos de entidades e associações filantrópicas e culturais judaicas da cidade, em especial da Associação Davi Frishman de Cultura e Recreação, Centro Israelita de Niterói, e Sociedade Hebraica de Niterói; em documentos privados, escritos e iconográficos, como correspondências, diários, álbuns de família, fotografias avulsas, postais, etc.; fontes orais; o exame da imprensa local e a documentação de Polícia Política do antigo Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal, recolhida no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, no desenrolar da pesquisa, os obstáculos encontrados e principalmente as perguntas que se multiplicaram em novas questões, levaram ao acréscimo de novas fontes como documentação cartorial, anuários estatísticos, especialmente o Almanak Laemmert para as províncias, Registros de Estrangeiros e Fichários Nominais do Tribunal de Segurança Nacional, a Imprensa Israelita, e as Atas de Associações Femininas da Coletividade Judaica de Niterói.

Gostaria de iniciar esta seção, porém, com alguns comentários sobre “a procura da fonte” e as particularidades do seu trato e, para isso, evoco a presença de Henri Marrou, cuja leitura é muito cara para mim:

... começa por levantar uma questão. Depois constitui um processo de documentos e aferentes, a cada um dos quais se atribui a sua nota de credibilidade pela análise

⁵³ HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. op. cit. p. 39.

⁵⁴ Para esta noção ver HALBAWACHES, Maurice. *La Memoire Coletive*. Paris: PUF, 1968.

⁵⁵ LE GOFF, J. História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 46.

⁵⁶ Toda a discussão da problemática dos lugares de memória tem como base o texto clássico de Pierre Nora. “NORA, Pierre. Entre História e Memória. A Problemática dos Lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*; ver também os artigos de POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, n. 3, v. 2, 1989; e Memória e Identidade Social. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

preliminar. (...) O progresso do conhecimento realiza-se através desse movimento dialético, circular, ou melhor, helicoidal, no qual o espírito do historiador passa sucessivamente do objeto da investigação ao documento que constitui o seu instrumento e reciprocamente. A pergunta que desencadeou o movimento não permanece idêntica a si mesma. Ao contacto dos dados do documento, não cessa de se transformar: ‘conclui-se, por exemplo, que era absurda, anacrônica (o problema não se levanta), aprende-se a formulá-la em termos mais precisos, mais bem adaptados à natureza do objeto. É aí que intervém o benefício da epokhè provisória. Em vez de interrogatório impaciente que, sem cessar, interrompe a testemunha para lhe dizer: voltemos à questão, o historiador pergunta ao documento: quem és tu? Ensina-me a conhecer-te’.⁵⁷

Exercício em tudo complexo, analisar uma documentação que se caracteriza pela exigüidade, descontinuidade e ao mesmo tempo diversidade, como enunciado na primeira seção, demandou enorme esforço investigativo seja para driblar a “falta” (de documentação) e a recusa de algumas entidades a abrirem seus arquivos, seja para buscar novas fontes que suprissem tal vazio documental⁵⁸ e, ainda, lidar como a burocracia do estado e a insalubridade dos arquivos da prefeitura e da junta comercial⁵⁹.

Nesse tempo, experimentei o às vezes doloroso, às vezes excitante, mas sempre apaixonante processo de “tornar-se senhor da fonte”— saber qual o documento selecionar; inquiri-lo, cotejá-lo com as fontes já consultadas, ir de uma à outra, num debate enervante, ver as perguntas se modificarem, novas questões surgirem e novos problemas se colocarem.⁶⁰

Na ausência de respostas, transformar em documentos objetos que possuíam outro estatuto⁶¹ como os cartões de prestação que Paulo Velmovitsky, um dos depoentes, guardou como recordação paterna, ou a carta de agradecimento de um filho à homenagem prestada ao pai falecido, a fim de dar sentido a informações desconexas e constituir a massa crítica necessária para a produção do conhecimento.

Nesse sentido, apresentar o *corpus* documental é também narrar a história do encontro com a documentação e da forma como o historiador dominou o material coletado, estabelecendo-as *questões conexas, as causas, os efeitos, a significação, o seu valor para os contemporâneos e para nós*⁶².

Vejamos, então, o exame da documentação consultada.

⁵⁷ MARROU, Henri. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa:Editorial Aster, 2ª ed., s/d. p.111.

⁵⁸ Vale nova citação a Marrou: “Os documentos conservados não são sempre (a experiência sugere quase que se escreva: não são nunca) àquelas que nós gostaríamos que fossem. Ou não os há, ou não chegam.” id, p.63.

⁵⁹ Com a recusa de algumas instituições em abrir sua documentação, intentei investigar nos cartórios de registros de imóveis suas atas de fundação, o que se revelou inútil. Posteriormente, serão fornecidos mais detalhes.

⁶⁰ “...na medida em que os documentos existem, temos ainda de chegar a ser senhores deles...” id, p. 65.

⁶¹ De CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novos Problemas*. 2ª ed., Livraria Francisco Alves Editora, 1979. p. 31-32.

⁶² “para além da verificação material da realidade ‘fato’ preciso, se procuram todas as questões conexas, as causas, os efeitos, a significação, o valor (para os contemporâneos e para nós). MARROU, H. op.cit., p.69.

1.5.1 Documentos de Entidades e Associações Filantrópicas e Culturais Judaicas

A ADAF foi sem dúvida a instituição que melhor acolheu a presente pesquisa, ao abrir seus arquivos para que a historiadora pudesse vasculhá-los à procura dos menores indícios do passado e transformar em documentos o que originalmente eram considerados papéis sem valor.

Vale dizer que, apesar do apoio extraordinário que recebi de sua presidente e da diretoria, durante aproximadamente dois anos ouvi relatos da inexistência de atas, da perda de documentos, etc.

No entanto, talvez pela inserção que construí junto à instituição, à repercussão da coluna que assinei no boletim ADAF, e por conseguinte o entusiasmo que a pesquisa provocou, livros perdidos ou desconhecidos foram aparecendo, e fontes inéditas, desconhecidas até mesmo dos membros da associação ganharam a luz do dia. Destaque para o valor desigual e fragmentário dessas fontes, produzidas em tempos diversos e revestidas de intenções desiguais. Vejamos o inventário dessas fontes.

Livro da União dos Ambulantes de Niterói (UBAN)

Trata-se do livro de registro da União dos Ambulantes de Niterói, datado de dezembro de 1940. Documento raro, é peça repleta de informações, contendo rubricas sobre o nascimento, a naturalidade, nome da esposa, residência, naturalização e, fato raríssimo, a foto dos associados. Somam um total de 69 membros, embora seja possível entrever pelo número das carteirinhas 83 sócios, dos quais 14 fichas se perderam. Talvez até seja possível falar na existência de um segundo livro.

Ao tomá-lo como base foi possível verificar os grupos de prestamistas por origem nacional e elaborar uma estatística sobre nacionalidades. Das suas páginas desprende-se a possibilidade de mapear as ruas e casas onde esses homens moravam e entrever suas relações de vizinhança.

Atas da Biblioteca Davi Frischman/Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação

Tratam-se de quatro livros que cobrem o cotidiano da instituição no período entre 5/12/1960 a 3/5/1995. Dados como “perdidos”, foram “descobertos” recentemente e estão assim dispostos:

1. Livro de Atas da Biblioteca Popular Israelita Davi Frischman, de 5/12/60 a 18/3/1967, e refere-se ao período em que a instituição ainda estava sediada à Rua Visconde de Uruguai, 277, no Centro.
2. Livro Ata da Assembléia de Fundação da ADAF e Estatutos, de 22/10/1966. Refere-se ao assento de fundação da Associação Davi Frishmam (ADAF), à Rua Lemos Cunha, 355, em Icaraí, em substituição à Biblioteca Popular (Israelita) Davi Frischman (BDF).
3. Livro Atas da Assembléia Ordinária da ADAF, de 14/11/1966 a 15/12/1971.
4. Livro Atas do Conselho Deliberativo da ADAF, de 15/10/1967 a 3/5/1995.

Nesses livros, cujo valor é inestimável, pode-se verificar o cotidiano da associação e sua programação social; o grau de participação e o quantitativo numérico dos que freqüentavam a biblioteca; as relações com outras associações progressistas brasileiras, em especial a participação da BDF nos congressos do ICUF⁶³.

Também pode ser observada a interação entre a biblioteca e a cidade; o início da discussão sobre a transferência da sede para Icaraí e o registro detalhado do trabalho realizado, relatório de gastos, e o “empresariamento” de shows e peças teatrais para prover os gastos da obra; processos internos de eleição, entre outros, além do detalhamento completo dos estatutos.

Álbum Moisés Kawa

No bojo da revelação dos livros atas, tive acesso a um *álbum* das realizações da BDF/ADAF, montado por Moisés Kawa, maestro e importante figura da associação, a partir do ano de 1959.

Neste volume, escrito em ídiche, Kawa reuniu fotos, bilhetes, convites para festas e realizações da associação, programação de eventos, recortes de jornais⁶⁴, circulares da instituição e variados documentos internos, que percorrem os anos entre 1945 e 1963. Os problemas que a tradução demandou foram resolvidos com a ajuda especial de Sara Rabinovici.

⁶³ Trata-se do idische Kultur Union Fairband, entidade progressista criada em 1935 para unificar a ação de todas as associações progressistas.

⁶⁴ São jornais do âmbito da esquerda judaica do Rio como o “Nossa Voz”.

Sara, lituana, a época com 85 anos, é antiga militante da BDF, co-fundadora do Círculo Feminino Lein kraiz na biblioteca, em 1948. D. Sara frequenta a BDF desde 25 de dezembro de 1944, dia seguinte ao seu casamento com o “ultra progressista” Sruli Rabinovici.

Interessada no trabalho, dispôs-se a traduzir o álbum de Kawa. A idade avançada e o fato de não ser uma tradutora juramentada com pouca experiência em tradução, além de seu envolvimento emocional com o assunto, poderão suscitar a contestação sobre a qualidade dessa versão.

Acredito, porém, que esse debate também deve levar o aspecto ético em consideração. O historiador, ao penetrar os lugares de memória, abordar seus membros, e constrangê-los com perguntas sobre o passado, algo que pode ser doloroso⁶⁵, provoca um desejo de participação, de “co-autoria” no trabalho efetuado pelo pesquisador.

Ceder documentos, traduzir cartas, servir como elo para acessar informantes potenciais, toda essa ordem de coisas é desencadeada pela metodologia oral. Em certa medida, aceitar uma oferta de ajuda/participação na pesquisa do depoente/membro do grupo é uma estratégia de inserção, de aprofundamento no próprio passado grupal. Exemplo disso foram as várias vezes que me reuni com D. Sara para tratar do assunto e que resultaram horas de conversas. Nessas oportunidades, outras questões vieram à tona.

Não obstante, o risco corrido por erros de tradução, informações tendenciosas, entre outras coisas, que efetivamente ocorrem nesse trabalho, pode ser compensado pelo cotejamento com outras fontes. No caso tratado, existem as atas da BDF/ADAF para comparar, inúmeras fotografias e depoimentos.

É preciso ressaltar ademais, o sentido ético da metodologia oral ao identificar fragmentos do passado no discurso dos depoentes — o acesso direto aos agentes do processo histórico, a escrita de uma história de baixo para cima, e o compartilhamento entre os atores sociais e o historiador da experiência do passado.

No caso da tradução de D. Sara, o trabalho teve de certo modo cunho antropológico porque, tendo vivenciado o narrado no documento, a tradutora/depoente, algumas vezes acrescentou informações ao documento original, criando na prática uma nova fonte de pesquisa⁶⁶.

⁶⁵ Por exemplo, uma de minhas depoentes, Zilda Michmacher, teve crise de pressão alta imediatamente após a entrevista, e, por medida de segurança, suspendeu a continuidade das sessões.

⁶⁶ Esse é um dado que merece análise. Por não se tratar de tradutora profissional, em alguns trechos Sara deixa transparecer sua emoção, ao acrescentar ao relato original opiniões particulares ou lembranças do evento narrado. Deve-se reiterar que isso não invalida a tradução, apenas exige maior sensibilidade e esforço de análise do historiador.

Informativo ADAF

Boletim impresso, que remonta ao mês de janeiro de 2002, de periodicidade irregular, ora bimestral, ora trimestral. Em suas páginas, que em parte privilegiam as recordações do tempo antigo, o desfile do passado torna irresistível ao leitor traçar uma linha de continuidade entre o que foi e o que é, os atores passados e os representantes da atualidade, renovando, assim, os laços de filiação entre esses agentes e a relação de pertencimento entre as gerações. A análise desse material possibilita tanto a coleta de informações objetivas do passado, como a apreensão das formas como a memória se constitui e cristaliza.

Cartas/Correspondência

Erigidas a documentos, essas cartas, que variam entre bilhetes de agradecimentos, correspondências com outras associações, circulares internas, entre outras coisas, permitiram a apreensão de certa poeira do passado. A partir delas pode-se entrever também a ação constante de *enquadramento da memória*⁶⁷ e *ritualização da lembrança*⁶⁸ levadas a cabo pela ADAF.

Fotografias, Banners e Vídeos

A análise do material iconográfico pressupõe um aprimoramento teórico e metodológico que permitisse sua leitura como um discurso portador de significação própria, elevando-o a fonte primária.

As fotografias analisadas abrangem principalmente o período que vai de 1945 a 1969, e caracterizam momentos de reunião, festas, como aquelas realizadas para celebrar o fim da 2^a Guerra Mundial (1945), a comemoração da independência do Estado de Israel (1948), ou a pose formal dos membros da Biblioteca Sholem Aleichem (BIBSA) com os co-irmãos da BDF (1951), apontando para a parceria entre as duas entidades; fotos de banquetes, representações teatrais, do coral, fotografias do antigo boletim e recortes de jornais da cidade, relatando vitórias no esporte.

⁶⁷ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, n.3, v. 2, 1989.

⁶⁸ NORA, Pierre. op. cit., p.26.

Já os banners, esses painéis gigantes, facilitados pelas máquinas de plotagem, são os murais portáteis da memória, que podem ser deslocados e levados para onde o autor desejar. Forjados para rememorar os grandes momentos das instituições, estão imbuídos da ânsia de enquadrar a memória, conduzindo aquele que o vê/lê a uma interpretação pré-definida aprioristicamente. Tanto o CIN, como a ADAF, usam e abusam desse recurso,

A abordagem construída assemelha-se em parte àquela utilizada para analisar a correspondência, situando-os na linha dos “lugares de memória”⁶⁹, objetos que guardam em si restos da experiência de um grupo e que iluminam a trajetória das novas gerações.

Quanto à documentação do **Centro Israelita de Niterói**, não foi possível compulsá-la da maneira que desejei inicialmente.

Diferentemente da ADAF, cujos registros são descontínuos, o CIN, fundado em 1925, e mantido sempre dentro da legalidade, possui extensa documentação, atas, fichas de associados, panfletos, circulares, fotos, etc. e etc.

Na verdade, não houve da diretoria da instituição consentimento para que pudesse estudar seus papéis à exceção do Livro do Cemitério, das fotografias expostas no salão de festas e de alguns recortes de jornais referentes à inauguração do prédio, datado de 1938.

Diversas vezes instada, a direção alegou ser antiético com os descendentes dos fundadores da associação deixar um estranho ler os registros do passado, e levantar/remexer questões que, a seu ver deveriam ser resguardadas na intimidade da própria instituição.

De minha parte tentei envolver a diretoria, angariar simpatia, buscar interlocutores para acessar esse material, que, na oportunidade em que pesquisei o livro do cemitério, pude vislumbrar sua riqueza, boa parte dele em português. No entanto, reiteradamente, não foi permitido o acesso.

Apesar das restrições impostas pelo CIN, e não vale entrar nos detalhes dessa negociação, mesmo discordando e antevendo o seu ônus para o resultado final da tese, optei por respeitar a posição final dos diretores, incorporando esse dado ao perfil da própria instituição.

No que diz respeito ao **livro do cemitério**, refere-se ao período entre 1927-1971, e é composto por 277 registros, que confrontados com outros dados, propicia principalmente à elaboração de quadros sobre a demografia do grupo.

⁶⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história. A Problemática dos Lugares de Memória. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*.

Também a **Sociedade Hebraica de Niterói**, não permitiu contatos. Mais fechada ainda que o CIN, a Hebraica, apesar da simpatia dos presidentes a época da entrevista, é uma instituição que prefere o isolamento. Talvez a palavra correta para tal associação seja sectarismo. Prova disso é que no ano do aniversário de sessenta anos do Estado de Israel, tenha optado por comemorar sozinha a data, independente das demais, que promoveram diversos atos conjuntos de comemoração.

Os contratempos com o CIN e a Hebraica, evidentemente muito me constrangeram, e exigiram a busca por outras estratégias que minorassem as lacunas — palavra temida, que a inacessibilidade dessas fontes provocaram neste trabalho.

Na tentativa de driblar essa situação, e apurar mínimas informações solicitei autorização à Corregedoria Geral de Justiça para pesquisar documentação referente a essas instituições nos livros notariais dos Cartórios de Títulos e Notas da Cidade⁷⁰. Lamentavelmente, a petição foi negada. Duplamente impedida de consultar as informações escritas formulei uma única pergunta: o que fazer para dar continuidade à pesquisa? Assim como, questionei, por instantes, é verdade, a validade/qualidade do trabalho que estava desenvolvendo.

Os dias de angústias, no entanto, foram suavizados pela lembrança de que “os documentos conservados não são sempre aqueles que nós gostaríamos, que seria bom que fossem. Ou não os há, ou não chegam.”⁷¹

Neste sentido, valeu lembrar o alargamento do termo ‘documento’ operado por Bloch e Febvre. Quando não existem documentos escritos, textuais, ou quando estes não estão a nossa disposição, deve-se fazer história:

com tudo que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as frrmas dos campos e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro... Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e a maneira de ser do homem...⁷²

Caminhos fechados pelas referidas associações, busquei em outras fontes, sobretudo a imprensa israelita, os vestígios do cotidiano e da ação dessas instituições, de forma a

⁷⁰ Essa foi uma exigência feita pelos próprios notários para liberar a documentação e isentar o pagamento das taxas referentes às certidões. Em 19 de setembro de 2006, protocolei na corregedoria geral de justiça pedido de autorização para a consulta dos mencionados livros e a liberação das custas referentes a tal procedimento, protocolo nº. 2006-243416, lamentavelmente indeferido.

⁷¹ MARROU, Henri. *Do Conhecimetro Histórico*. 2. ed. Lisboa: Editorial Aster, s/d. p.63.

⁷² FEBVRE, Lucien, citado por LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p.99

preencher parte da lacuna provocada pela sua privação. Assim como, interpretar os silêncios e resistências, diversificar perguntas para extrair o máximo possível de informações dos resquícios (poucos) materiais existentes.

1.5.2 Atas de Associações Femininas da Coletividade Judaica de Niterói

Do universo das organizações femininas judaicas de Niterói, composto por cinco associações: o Lein Kraiz (círculo de leitura — BDF, 1948), a Seção Niterói da Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB, 1948), a Damas Pró-Auxílio de Niterói (Sociedade das Damas, anos 40), a N'amat Pioneiras (1949), e a Witzo — (anos 40), além dos subcomitês do Lar das Crianças, do Lar dos Velhos de Jacarepaguá e a Divisão de Niterói da Policlínica Israelita, foi possível contar apenas com os livros de atas da organização Na' Amat Pioneiras, e inúmeros registros da AFIB, guardados no álbum de Moisés kawa. Registros orais e fotografias ajudaram a compor o painel do extraordinário ativismo praticado pelas senhoras de Niterói.

Livros de Atas da Organização Na' amat Pioneiras de Niterói

Fundada em Israel no ano de 1948, a organização das Pioneiras⁷³ teve sua origem ligada ao partido Moetzet Hapoalot. No Brasil, a organização foi fundada em 1949 nos centros de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói. Este último, em 5 de janeiro de 1949.

Os livros pesquisados contemplaram o período entre 09-09-1952 a 18-12-1979, e desse material consta apenas uma lacuna, o livro que considera a ação das pioneiras entre março de 1972 e outubro de 1975. O material compulsado está distribuído da seguinte forma:

- Livro 1: 09-09-1952 a 17-12-1966
- Livro 2: 13-03-1967 a 15-12-1971
- Livro 3: 02-10-1975 a 18-12-1979

⁷³ A meta principal dessa organização era pregar a solidariedade a Israel, elevar o *status* e desenvolver a capacidade da mulher judaica para entrar no mercado de trabalho e assumir cargos de liderança; da mesma forma, contribuir para minimizar as carências sociais e transmitir as tradições judaicas. A lendária primeira ministra Golda Meir, por exemplo, foi pioneira.

Vale dizer que o Snif (centro) *Riva Teitelbaun*, como era denominado o núcleo das pioneiras na capital fluminense, foi um dos primeiros e mais atuantes centros da N'amat Pioneiras no Brasil. As senhoras de Niterói realizavam campanhas anuais de arrecadação de dinheiro para o sustento de duas creches em Israel, uma denominada Cecília Meireles e a outra, Rachel de Queirós. Um atividade recorrente foi a de tricotar gorros para os soldados do efervescente Estado de Israel.

A leitura das atas evidencia, de um lado, a importância para o estado israelita do trabalho de instituições como as Pioneiras que, além do envio de receitas anuais, atuavam vividamente na luta contra a assimilação, e pelo sionismo. De outro, demonstrou o elevado grau de engajamento das mulheres e o dinamismo do movimento sionista na cidade.

Outro dado importante dessa documentação foi a possibilidade de vislumbrar o “mundo” das mulheres e das famílias sionistas, as formas de associação masculinas e juvenis, os projetos de “fazer Aliá”, as celebrações internas de instituições como o CIN e a Hebraica a qual essas mulheres se filiavam.

O somatório dessa documentação sinalizou questões de gênero que se incorporaram à pesquisa. Resulta disso um capítulo dedicado somente às mulheres, o capítulo 7: As Mulheres, o Ativismo e a Memória.

1.5.3 Documentos Privados

Foram elevados à categoria de documentos, escritos como correspondência, cartões de loja, de prestação, livros raros, álbuns de família, partituras ou postais, entre outros, cedidos pelos depoentes, e que puderam, de forma desigual, revelar traços do cotidiano do grupo, relações de amizade e compadrio, valores morais e éticos do grupo judeu, assim como o embate de idéias no interior da coletividade.

Merece destaque os materiais cedidos por Luís Goldberg⁷⁴ e Judith Zoonisein. O primeiro sinalizou a inserção da BDF/ADAF na esquerda judaico-brasileira da época e em especial no Ídicher Cultur Farband (ICUF, ou Associação Cultural Judaica). O segundo, composto por informações referentes às famílias judias em Niterói e relatos de histórias de vida coletados em meados da década de 80 pela doadora.

⁷⁴ Godberg é ex-presidente e presidente honorário da antiga Biblioteca Sholem Aleichem (BIBSA), atual Associação Sholem Aleichem (ASA), no Rio de Janeiro. Nesta qualidade Goldberg foi assíduo frequentador da BDF.

Relatório da Campanha de Emergência pela Defesa e Construção de Israel, 1948, Brasil

Livro particular cedido por Roland Fischberg e que trata da memória oficial da Campanha de Emergência pela Defesa e Construção do Estado de Israel (DECI), realizada pela Organização Sionista Unificada do Brasil, com apoio das instituições congêneres do país. Nele existe o registro dos comitês regionais, e, especificamente em nosso caso, a composição do subcomitê de Niterói.

O Cotejamento com outras fontes permitiu identificar a filiação institucional dos membros do referido comitê, integrado por progressistas e sionistas, e verificar a inserção econômica e a posição social dessas pessoas na cidade e assim estabelecer sua importância para o grupo.

O relatório fornece também a listagem dos membros da coletividade local, tanto os que colaboraram como os que não contribuíram. São citados, ao todo, duzentas e vinte e uma pessoas. É a partir desse número que podemos especular o quantitativo aproximado de judeus em Niterói a época.

1.5.4 Fontes sobre Niterói

Nesse título relaciono todos os dados coletados sobre Niterói, no período estudado, como censos, indicadores econômicos e sociais e plantas da região central da cidade.

Fontes de mão dupla assinalaram tanto a participação do grupo na vida da cidade, como a percepção que a cidade fez do grupo, de forma que seu exame foi indispensável para o tônus que se desejava imprimir ao trabalho.

Entretanto, obstáculos físicos impediram a consulta ao arquivo da Prefeitura, visto que ele não se encontra aberto à consulta por questões de higiene, burocracia e desorganização, entre outras. Situação diversa da encontrada nos arquivos da Câmara Municipal em fase de organização.

1.5.5 Imprensa

A Imprensa na sua qualidade de agente formador do imaginário social, e como um dos mais importantes veículos de comunicação da primeira metade do século XX, não poderia

deixar de ser consultada. Ao relacioná-la como fonte objetivava a apreensão do cotidiano urbano, suas peculiaridades, o comportamento da população e a forma como as notícias chegavam às pessoas.

Da mesma forma, acreditava ser possível, através de sua análise, identificar o tipo de (in)visibilidade dos grupos imigrantes na cidade, em especial do judeu em meio à multidão que desfilava todos os dias nas páginas do jornal. No entanto, foi preciso selecionar um veículo de imprensa para ser pesquisado. A escolha recaiu sobre o jornal O Fluminense.

O Fluminense

As razões que justificam a seleção do jornal O Fluminense (acervo SPR-PR-38 da BN), entre tantos outros publicados na cidade no período recortado, exprimem o reconhecimento da sua importância como veículo de divulgação de informações sobre o município, e o grau de popularidade que tem em Niterói, visto que é publicado ininterruptamente desde 1878.

O plano de pesquisa no jornal levou a uma primeira seleção no período escolhido inicialmente, 1910-1945, recaindo sobre os anos de fundação das associações judaicas da cidade — a BDF, o CIN, a inauguração da sede definitiva do CIN e a fundação da ADAF: os anos de 1922/1925/1937/1966, respectivamente.

No segundo momento, optou-se por acompanhar cotidianamente os anos de 1935 a 1945, por refletirem um período de acirramento das tensões políticas no Brasil e no mundo, em virtude dos movimentos totalitários que varreram as democracias liberais na Europa e parte das Américas. Em outras palavras, interessei-me em ver de perto como a “cidade” reverberou essas tensões, e, no caso específico dos imigrantes judeus, como individual ou coletivamente, experimentaram as novas situações.

Um terceiro corte foi realizado para atender algumas questões específicas como: o estabelecimento do estado de Israel em 1948, o incêndio do circo em Niterói, em 1961, fato marcante na história da cidade, onde a BDF teve importante participação, e a repercussão de algumas datas citadas nos Livros de Atas da BDF, entre os anos de 1966, 67 e 68.

No conjunto, foram pesquisados os exemplares diários dos seguintes anos:

- 1922-jul-dez
- 1925-jan-dez

- 1935-jan-dez
- 1936-jan-dez
- 1937-jan-dez
- 1938-jan-dez
- 1939-jan-dez

E exemplares alternados dos anos de:

- 1940-jul-dez⁷⁵
- 1945-jul-dez
- 1948-(abril-maio-jun)
- 1961 (dezembro)
- 1966-jun-jul-ago
- 1967-jun-jul-ago
- 1968 –jun-jul-ago

A Imprensa israelita não foi esquecida. Por meio de sua leitura, procurei identificar como a coletividade de Niterói era vista e qualificada pela sociedade israelita da capital federal.

De outra forma, esquadrinhei informações que pudessem suprir a lacuna provocada pela inacessibilidade da documentação interna do CIN. É correto afirmar que examinei as mínimas notinhas das colunas sociais, dos informes sobre as diversas coletividades israelitas do estado nas páginas desses periódicos, para assim obter informações sobre o cotidiano dessa instituição.

Nesse sentido, examinei as páginas dos seguintes jornais⁷⁶:

- **A Coluna**, considerado o primeiro periódico israelita em português, que vigeu na segunda década do século XX, precisamente os anos de 1917-1918.

⁷⁵ Os meses de janeiro a junho encontravam-se a época da pesquisa indisponíveis à consulta, assim como os anos de 1942 até janeiro- junho de 1945, não puderam ser examinados por estarem em processo de microfilmagem.

⁷⁶ Tanto A Coluna, quanto o Jornal Israelita foram consultados no Museu Judaico do Rio de Janeiro.

- O Semanário sionista *Jornal Israelita*, em vigor entre 1945 e 1960, e do qual foram verificados os anos de 1941 a 1952; 1960 e 1965.

Além desses periódicos, o jornal *Imprensa Israelita*, que data do final dos anos de 1920, e o boletim *A Voz Sionista* também foram consultados⁷⁷.

Quanto ao famoso jornal *Nossa Voz* (Unzer Stime), ícone da esquerda judaica, ligado ao ICUF, e editado em ídiche e português, após a segunda guerra mundial, foi indiretamente consultado, visto que parte do Álbum Moisés Kawa se compõe dos recortes que o autor fez desse jornal.

1.5.6 Documentação de Polícia Política do Antigo Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal (APERJ)

No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, foram pesquisados três acervos, o DOPS, o DESPS e o fundo da Presidência do Estado.

Ao privilegiar o acervo da Polícia Política pretendi verificar os registros da movimentação dos judeus de esquerda de Niterói, no período examinado. Todavia, descobri que o acervo do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS-RJ não está organizado, sua documentação encontra-se, desde que foi recolhida ao APERJ, em 1982, em tratamento. Deve-se lembrar que, no caso específico do RJ, existia o DOPS do antigo Distrito Federal (Guanabara) e o Departamento Autônomo de Ordem Social e Política do Estado do Rio de Janeiro (DEOPS-RJ), que funcionou entre 1933-1975, quando se fundiu com o DOPS da antiga Guanabara.

Apesar das dificuldades de organização, a equipe do APERJ localizou alguns prontuários, de que me vali bastante no capítulo 5.

Visto a impossibilidade de examinar a totalidade da documentação desejada, resolvi proceder a uma busca no acervo do DOPS-Guanabara, quando encontrei novos registros de atividades de alguns progressistas importantes de Niterói.

A busca por prontuários acabou levando-me também ao fundo da Casa de Detenção, Série: Presos Políticos-1932-1936.

⁷⁷ Nos dois casos consultei a coleção Samuel Malamud, custodiada pelo Arquivo Público da cidade do Rio de Janeiro. O 1º. Jornal é bastante considerado pela coletividade carioca, sua publicação, descontinua em alguns momentos, iniciou-se em 1923, em 1927 mudou de editor e nome para Brazilianer Iidishe Press, e em 1921, iidishe Presse, em 1940 foi proibido e em 1945 voltou a circular. Todavia, era praticamente todo editado em ídiche, mesmo na década de 1940.

Movida pelo mesmo desejo procedi a uma busca na documentação do (fundo) DESPS — Delegacia Especial de Política Social, que compreende o período 1933-1944, e reúne uma parcela do arquivo inativo da polícia política depositado no APERJ em 1992. Essa delegacia coordenava todas as ações dos DOPS do país, inclusive o do Rio de Janeiro, cujo funcionamento foi concomitante à DESPS.

O fundo Presidência do Estado⁷⁸ reúne uma documentação bastante variada sobre imigração que inclui documentos como autorizações simples para desembarque em território nacional, cartas de chamadas para imigrantes agricultores, processos de desembarque com ampla documentação, informações ou ocorrências com imigrantes, denúncias contra policiais (sem relação alguma com imigração). Ao examiná-lo pretendia encontrar referências à imigração de parentes de judeus radicados em Niterói, localizar os fiadores das cartas de chamadas, ou verificar redes imigratórias das regiões de maior concentração de emigrados.

1.5.7. Registros de Estrangeiros e Fichários Nominais do Tribunal de Segurança Nacional (AN)

A pesquisa a esse conjunto de fontes custodiadas pelo acervo do Arquivo Nacional foi episódica e resultou de esforço investigativo para complementar as informações obtidas nas mencionadas fontes do APERJ.

Na oportunidade, descobri o fichário de registro de estrangeiros e interessei-me pela documentação, cujo potencial permite a identificação de informações sobre a origem e procedência dos integrantes do grupo e a produção de um mapa nominal dos judeus que se radicaram na cidade.

Os Processos de Expulsão (sub.série: expulsão e deportação) também foram percorrido, e devo dizer indispensáveis para refletir sobre os ativistas de Niterói, como se verá no capítulo 5.

⁷⁸ Esse esclarecimento é indispensável para explicar os poucos registros encontrados para as ações, seja individuais ou coletivas dos judeus de Niterói, inclusive as solicitações de realização de eventos nas associações durante o Estado Novo, que havia levantado nos jornais. Entretanto, a organização do fundo não contemplou uma divisão pelas cidades do antigo Estado do Rio, o que significa dizer que numa mesma caixa encontra-se documentação para Petrópolis, Maricá, Macaé, etc. A caixa examinada continha documentação referente ao período 1880 a 1938.

1.5.8. Almanak Laemmert

O Almanak Laemmert, famoso anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial, publicado no Brasil entre 1844 e 1940, com edições anuais para a capital e para as províncias e/ou estado. A consulta objetivou a identificação e o dimensionamento da participação dos imigrantes judeus na economia da cidade de Niterói, na primeira parte do século.

Para tanto, foi construída uma amostra para registrar o movimento desse grupo a cada cinco anos, a partir de 1910. Todavia, obstáculos à consulta de alguns anos modificaram o projeto inicial, resultando no exame dos seguintes anos: 1910, 1915, 1919, 1924, 1928, 1930, 1935 e 1940.

De fato, a pesquisa descortinou um universo de comerciantes judeus superior ao suspeitado, que ao ser cotejado com a documentação anteriormente analisada, revelou ser diversa àquela anteriormente registrada, qual seja, os prestamistas mencionados nos depoimentos do grupo, ou registrados no livro da *União dos Ambulantes de Niterói*. Tampouco são aqueles comerciantes listados nos relatos para os anos 1940, 1950 e 1960.

Dessa descoberta, surgiu uma nova hipótese, a da existência de uma primeira leva de comerciantes judeus, anterior aos anos 40, estabelecidos com loja, independente dos prestamistas, que formaram um segundo grupo e sobre os quais temos informações a partir de 1935-1940; e, ainda, a existência de uma terceira leva de comerciantes lojistas, posteriores à década de 40. Ao todo, o Almanak Laemmert informou cinquenta e oito nomes de lojistas judeus e seus respectivos negócios, endereços, telefones e sociedades.

O levantamento no Almanak Laemmert, porém, revelou algo mais sobre a cidade de Niterói, cujo comércio era reconhecidamente de maioria portuguesa⁷⁹. Ao lado dos cinquenta e oito comerciantes judeus, quase todos envolvidos com alfaiatarias e lojas de móveis, quatrocentos e dois negócios de imigrantes sírio-libaneses foram arrolados, totalizando aproximadamente duzentos e vinte comerciantes que tiveram bastante prestígio na cidade como pude verificar na pesquisa realizada no Jornal O Fluminense, para o mesmo período.

Esse dado reforçou minha proposta de pensar o grupo a partir da ótica da competição por trabalho em um contexto de disputa acirrada entre imigrantes e nacionais.

A partir do cotejamento dos dados obtidos no Almanak Laemmert com as fontes orais, foi possível mapear a presença judaica na cidade e elaborar mapas e estatísticas sobre os

⁷⁹A predominância portuguesa no comércio da cidade será abordada no capítulo III.

seguintes pontos: a presença judaica no comércio da cidade entre 1910-1940 e 1910-1970; os setores e os seus locais de concentração. No total foram identificados cento e oitenta comerciantes judeus para o período maior.

Esses mapas serviram de modelo para a elaboração de outro, sobre a ação dos prestamistas, com a identificação daqueles que saíram das ruas para as lojas e vice-versa.

Os dados fornecidos por essa fonte, ainda, possibilitaram o acesso aos primórdios da coletividade em Niterói, revelando nomes esquecidos, pessoas que se transferiram para outras regiões, famílias judias de outras coletividades que se radicaram na cidade e, finalmente, a identificação daqueles que estavam por trás do nascimento das associações do grupo.

1.5.9. Fontes Orais

Ao privilegiar o estudo de outro grupo imigrado para tema da tese doutoral, a experiência acumulada levou-me novamente à seleção das fontes orais como um dos instrumentos de pesquisa, por tornar possível identificar e entrar em contato com os agentes diretos do processo histórico, além de “*representar uma opção totalizadora frente à fragmentação dos documentos escritos*”⁸⁰. Trata-se, pois, da vocação totalizante da história oral.

A perspectiva subjetivista dessa metodologia, centrada no indivíduo, possibilita perscrutar as relações entre história e memória e percorrer os “muitos níveis da memória individual e a pluralidade de versões do passado”⁸¹, visto que os indivíduos agem muito mais em função das representações do real que em função do real propriamente dito⁸².

Ao proporcionar a aproximação com os agentes diretos do processo histórico, as fontes orais permitem, não apenas a recuperação de fontes eventualmente citadas pelo depoente, mas, principalmente, penetrar no nebuloso campo da experiência, remetendo o historiador ao emaranhado das contradições históricas em que os indivíduos se situam e decidem.

Disso resulta a tessitura de uma narrativa histórica nova, caracterizada tanto pela multiplicidade dos pontos de vistas (que as entrevistas trazem à tona), como pela ótica do

⁸⁰ “Se a história oral representa uma opção totalizadora frente à fragmentação dos textos escritos é porque ela está centrada no indivíduo, que funciona, em nossa cultura, como compensação totalizadora à segmentação e ao nivelamento em todos os domínios.” In: ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 21.

⁸¹ FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (org). *Usos e Abusos da História Oral*. op. cit., p. 69.

⁸² JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta (org). *História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.

conflito, o que dá margem ao historiador de aproximar-se do todo, i.e, da visão que o grupo criou de si e da sua própria história, ultrapassando a barreira imposta pela memória.

No caso da imigração judaica em Niterói, inicialmente optei por percorrer uma abordagem temática, onde questões comuns foram apresentadas aos diversos depoentes⁸³.

O desenvolvimento do trabalho, no entanto, apontou para a enorme complexidade do grupo. Tratei então de adicionar às questões comuns questões específicas para cada depoente, elaboradas a partir de uma entrevista informal. Para cada um foi organizado um roteiro específico de entrevistas.

A amostra construída contemplou uma tipologia variada de entrevistados, não apenas as lideranças do grupo, mas também pessoas de diferentes gerações, ocupações, sexos e classes sociais⁸⁴.

Devo ressaltar que por se tratar de um grupo altamente escolarizado, cuja memória é alvo sistemático de enquadramento, o nível de participação dos entrevistados, seja com perguntas, seja com a leitura do projeto⁸⁵, ou de textos, foi muito alta, provocando interferências e um desdobramento das mesmas, em sessões intermináveis. Essa interlocução tornou aguda a reflexão, elevando-a a dimensões novas e inquietantes, mas este será o tema do Capítulo 2.

Ao finalizar esta sessão, retorno à citação que marcou o inventário das fontes: ao circular do objeto de investigação ao documento e deste ao problema inicial, novas e sucessivas perguntas desprenderam-se dos papéis obrigando a um contínuo esforço por novas fontes.

Nesse sentido, o trabalho empreendido foi, antes de tudo, uma tentativa de compreensão da fonte, buscar sua inteligibilidade, atribuir um nexos interno a uma documentação que é por si descontínua e fragmentada. A fim de explicar como os judeus, em Niterói, no período 1910-1980, religaram os fios entre passado e presente, entre o “universo” que deixaram para trás com a emigração, e o “universo” novo a conquistar no país de acolhimento, na difícil tarefa de erigir um “mundo” próprio e seguro.

A epígrafe que descerra o capítulo foi o “leit motiv” dessas páginas, razão de ser dos exercícios metodológicos apresentados. Para finalizá-los, regresso uma vez mais ao ponto de

⁸³ Embora as histórias de vida não tenham sido meu foco, como no estudo dos madeirenses, também foram colhidas e serão utilizadas em algumas partes do trabalho.

⁸⁴ Os depoentes serão apontados no capítulo 2.

⁸⁵ Quase todos os depoentes pediram para ler o projeto, oportunidade em que comentaram e deram suas opiniões.

partida: *“Qual objetivo de todos esses exercícios? Não é simplesmente descobrir o passado mas explicá-lo, e ao fazer isso, fornecer um elo com o presente”*⁸⁶.

⁸⁶ HOBSBAWM, Eric. A história de Baixo Para Cima. op. cit., p. 229.

2. OS JUDEUS EM NITERÓI: NARRATIVAS E MEMÓRIAS

Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu desminto. Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas — de fazer balance, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora acho que nem são. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado. (ROSA, 1986, p.159)

Quem são os judeus de Niterói? No caso particular, quem são os depoentes que colaboraram com essa pesquisa? Onde estão posicionados? Como narram sua comunidade imaginada?

As perguntas acima enfeixam um conjunto de questões importantes que permeiam a interpretação das fontes e que se tornam ainda mais evidentes quando a metodologia focalizada é a história oral. Isto por que:

O discurso verbal não é uma representação mimética dos eventos, mas uma reação aos eventos. (...). Nossa identidade forja-se no intercâmbio da linguagem com os outros, à medida que começamos a nos ver através dos olhos dos outros⁸⁷.

Essa referência ao dialogismo⁸⁸ decorre a um só tempo da compreensão de que o sujeito não existe isolado, mas imerso num universo cultural amplo reverberando um conjunto de vozes que extrapolam suas identificações primárias.

O discurso, recortado por questões ideológicas, de classe e de gênero, internos e externos ao grupo, deixa escapar os diálogos com outros “eus”, exprimindo reações e impressões sobre o mundo que colaboram no processo de auto-reconhecimento do sujeito, e,

⁸⁷ STAM, R. Bakhtin. *Da Teoria Literária à Cultura de Massa*. São Paulo: Ática, 1992, p. 28.

⁸⁸ “o eu para Bakhtin não é autônomo nem monádico... existe somente em diálogo com outros *eus*. O eu precisa da colaboração de outros *eus* para poder definir-se e ser autor de sim mesmo.” In: STAM, op.cit. p.17.

por conseguinte, na elaboração da sua identidade, no caso em tela, a auto-representação grupal.

Sobre esse tema, e para efeitos de analogia, vale recorrer novamente às elaborações teóricas de Stuart Hall. Para este autor o discurso sobre a nação é: *“um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”*⁸⁹. Segundo HALL:

as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a ‘nação’, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que delas são construídas⁹⁰.

Por analogia a essas idéias, e estendendo o conceito de “comunidade imaginada”⁹¹, de Benedict Anderson, a um contexto micro-analítico, podemos estabelecer que os discursos dos depoentes, ao refletirem sentimentos de pertencimento, lealdade e identificação a uma comunidade simbólica, no caso a coletividade judaica de Niterói (seu primeiro teto político), colaboram na produção de sentido para a representação grupal.

Neste caso, é preciso examinar tanto o discurso como o “lugar do narrador” nesse processo, e indagar sobre a natureza política, social e ideológica da narração. O objetivo dessa ação é, por um lado, desnudar o processo de construção da memória que informa a “comunidade imaginada” e, por outro, diferenciá-lo da história, a partir da compreensão de que “é mais importante entender do que lembrar, embora para entender seja preciso lembrar.”⁹²

Importa considerar que os depoentes chamados a colaborar com a pesquisa o fizeram sob roteiros de entrevistas cuidadosamente elaborados para si e que contribuíram para a forma final que os discursos adquiriram. Cumpre informar, portanto, as estratégias metodológicas aplicadas, os problemas e soluções encontrados, para, enfim, esclarecer os lugares sociais dos depoentes e as memórias compartilhadas pelo grupo.

2.1 A Construção da Amostra e sua Etnografia

⁸⁹ HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. op. cit. p.50.

⁹⁰ id, p.51.

⁹¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

⁹² Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo:Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.22.

A amostra construída obedeceu a critérios relativos a gênero, ideologia, papel desempenhado nas instituições, inserção econômica, classe social e geração.

A elaboração do roteiro de entrevistas privilegiou uma abordagem temática que permitisse “reconstituir os discursos cotidianos”, “as redes de relações e formas de socialização”, “investigar estilos políticos inerentes a indivíduos e grupos” e finalmente apreender a memória construída sobre a trajetória da coletividade⁹³.

A inserção dos eixos temáticos, no entanto, respeitou a trajetória de cada depoente, permitindo a elaboração de perguntas específicas para cada indivíduo a partir de estudos ou conversas preliminares.

O objetivo maior, não resta dúvida, foi utilizar o “documento oral” na difícil tarefa de compor as peças do “quebra cabeças” que montei a partir da identificação do problema.

De notar que ao definir um “roteiro fechado” para o colóquio pretendia estabelecer o fio condutor da narrativa, demarcando meus interesses particulares. Todavia, uma entrevista, independente do seu fim, é sempre uma ação dialógica e por vezes o entrevistado faz uso da entrevista de uma forma inesperada, seja para elaboração pessoal do seu passado, em sentido terapêutico⁹⁴, seja para enquadrar uma determinada visão da história⁹⁵.

O elevado número de entrevistas, portanto, expressaram, além das necessidades práticas do estudo, uma tentativa de desnaturalizar os relatos, escapando dessa forma à sedução das histórias contadas e a uma interpretação monológica do tema.

Do total de vinte e seis entrevistados⁹⁶, quinze são mulheres, onze são homens; apenas quatro, dentre os vinte e seis são imigrantes, e integram o corpo da primeira geração, tendo emigrado para o Brasil por volta da década de 30. Desses, apenas um emigrou no pós-segunda guerra mundial⁹⁷. Assim, pode-se afirmar que esse trabalho é composto principalmente de testemunhos da segunda geração.

⁹³ Cf. ALBERTI, Verena. op. Cit, p. 25-27.

⁹⁴ id, p. 48-49.

⁹⁵ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. RJ, CPDOC-FGV, vol.2, 1992.

⁹⁶ O comentário que segue é revelador de como a pesquisadora vê a amostra que construiu, mas atente-se que é preciso deixar aberta a possibilidade de que essas pessoas se enquadrem de uma forma diferente àquela que proponho. Na verdade, o número de entrevistados formais é de vinte e sete, dos quais um não é judeu, mas um cronista tradicional na cidade, com livros publicados e devidamente festejado pela PMN, trata-se de Luís Antônio Pimentel.

⁹⁷ Não é errado afirmar que a emigração judaica para Niterói no pós-guerra foi pouco representativa mantendo inalterado o perfil que se pode esboçar para a primeira geração.

Do conjunto apurado, a quase totalidade é de origem asquenazita, apenas um, Alberto Hasson é sefardi. Esse dado é representativo do que foi a imigração sefardita para Niterói – mínima⁹⁸.

Dos entrevistados, dez tiveram suas trajetórias marcadas de alguma forma pela militância na BDF/ADAF. Desses, muitos ainda são ativistas; oito pisaram e ainda pisam o território do Centro Israelita de Niterói, espaço religioso da coletividade. Entre esses, porém, nem todos são seguidores dos seiscentos e treze preceitos do judaísmo, freqüentando a sinagoga por motivos variados e apenas três se consideram kasher.

Somente quatro entrevistados são/foram ligados à Sociedade Hebraica de Niterói, mas o número reduzido não deve levar a conclusões falsas, uma vez que a Hebraica teve em sua origem uma forte relação com o Centro Israelita de Niterói, e, em tese, os integrantes do centro também tenham freqüentado, mesmo que esporadicamente, às reuniões e festas da Hebraica.

Dois entrevistados não cabem nessa classificação: são eles Luís Baunfeld que, embora tenha nascido em Niterói, e seja figura histórica do partido comunista e das associações judaicas de esquerda, nunca militou nas associações de Niterói; já Judith Zoonisein freqüentou a BDF, especialmente o Lein Kraiz, o círculo feminino de leitura, e participou da colônia de férias Kinderland. Todavia, em alguns momentos, também freqüentou a Hebraica e manteve bom trânsito “deste lado” da coletividade.

Das mulheres, nove militaram nas organizações femininas de Niterói, quatro junto à Associação Feminina Israelita Brasileira, instituição feminina progressista ligada à BDF/ADAF; e cinco nas organizações sionistas femininas como a Wizo, a Na’amat Pioneiras, e a Sociedade das Damas de Niterói. Foram mulheres de grande engajamento e liderança na coletividade em geral.

Dos homens, à exceção de Luís Baunfeld, cuja militância remete ao Rio de Janeiro, Alberto Goldgaber que, apesar da ligação visceral com a BDF⁹⁹, não foi militante e está radicado há quarenta anos nos Estados Unidos junto com a mulher Berta, e Osmar Santos, cujo alistamento à Hebraica é relativamente recente, os demais foram ativistas. Assim, podemos afirmar que todos tiveram suas vidas fortemente marcadas pela militância nas

⁹⁸ O tema será tratado com detalhes nos capítulos seguintes.

⁹⁹ A entrevista com Goldgaber e sua esposa Berta teve como propósito a trajetória do pai, José Goldgaber, fundador e guardião dos livros da BDF.

associações da coletividade e, em alguns casos, em decorrência delas, desenvolveram ação política em partidos e na sociedade civil em geral.

É preciso dizer ainda que dos vinte e seis entrevistados, treze têm qualificação profissional. São, sobretudo, médicos, engenheiros e advogados e dentre eles um professor com curso superior; três são professoras primárias, encaminhando-se posteriormente para o serviço público, outra direcionou-se para o mundo das artes; cinco pessoas dedicaram-se ao comércio mesmo tendo outras qualificações, e apenas três (mulheres) nunca trabalharam profissionalmente, sendo do lar.

Devo destacar que uma das entrevistas que compõem a amostra é de um judeu convertido, Osmar Santos, cuja razão de ser da conversão é explicada pelo casamento misto.

Em termos de classe, embora o conceito sofra das limitações impostas pela transformação contínua do sistema capitalista no século XX, e principalmente pelo fenômeno da globalização da economia, foi impossível fugir daquilo que o conceito tradicional representou ao longo desse período, uma vez que as pessoas ainda se utilizem dele para falar de si. Acrescente-se a essa discussão que o quadro específico da economia brasileira nos últimos trinta anos se inverteu, deixando para trás os difíceis anos de inflação alta e intervenções contínuas na economia, para abertura do mercado ao capital internacional, expansão do crédito e do consumo, a custos de juros muito altos. Nesse “pig-poiing” econômico, definir lugares de classe tornou-se tarefa insana para a maioria dos cidadãos.

Neste sentido, o conjunto analisado foge em tudo aos estereótipos fabricados para enquadrar os judeus¹⁰⁰: com algumas exceções, são representantes da “classe média/média baixa”, embora sejam todos proprietários de seus apartamentos/casas, situadas em lugares valorizados do mercado imobiliário, como Icaraí em Niterói, ou Ipanema/Botafogo, no Rio de Janeiro. O que parece contraditório tem a ver com as transformações apontadas no parágrafo anterior.

As entrevistas foram realizadas na intimidade do lar desses depoentes, muitas vezes acompanhados de seus cônjuges. Como é uma característica nesses casos, foi impossível controlar a participação do marido ou da esposa na entrevista, aliás, e isso é uma constatação, a própria dinâmica conjugal entrou em cena muitas vezes, quando maridos e esposas

¹⁰⁰ Refiro-me ao mito do judeu rico, estereótipo que de certa forma abrange outros grupos imigrados.

interferiram nas respostas um do outro a fim de “melhorá-las”. Este foi o caso de Berta e Alberto Goldgaber; Regina Broitman e Osmar Santos.

A construção da amostra obedeceu também o ritmo da própria pesquisa. Principiei por entrevistar as lideranças, a partir das informações recebidas. Identifiquei os personagens citados, ou novos documentos, cuja pesquisa levou a novos nomes ou pistas que passei a investigar. O exemplo concreto pode ser dado na pesquisa empreendida para contextualizar o livro da União dos Ambulantes de Niterói (UBAN).

O livro da União dos Ambulantes de Niterói é um documento raro encontrado nos arquivos da ADAF. Trata-se de um livro de registros de sócios, com dezenas de informações particulares de sessenta e sete ambulantes, todos da primeira geração. Datado da década de 40, teve vida breve e foi presidido por Isidoro Baumfeld.

Na tentativa de descobrir pistas sobre a UBAN e sobre Baumfeld, acionei meus contatos e, dois ou três meses depois, recebi as primeiras informações sobre Isidoro Baumfeld. Desencontradas, os relatos ora diziam que ele havia sido expulso de Niterói por contrariedades com os diretores do CIN, ora afirmavam que se tratava de um progressista. Finalmente, disseram-me que ele tinha certo parentesco com o Deputado Carlos Minc.

Constrangida, e sem saber ao certo o que esperar, procurei o deputado na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e, para minha surpresa, Carlos Minc colocou-me em contato com seu pai Luís, um antigo militante do PCB, filho de Isidoro. Logo consegui marcar uma entrevista, e desse contato importantes informações foram adquiridas.

Ou seja, originalmente Baumfeld não seria meu depoente, seu nome não integrava nenhuma listagem das associações judaicas de Niterói. A própria pesquisa levou-me até ele.

Houve também situações de pessoas que entraram em contato comigo a partir das colunas publicadas nos boletins da ADAF e da Hebraica. Esses foram os casos de Vera Wrobel e Ássia Lempert. Motivadas por questões particulares — procurar explicações para o passado familiar e preencher lacunas, no caso de Vera, ou fazer justiça a um “nome esquecido” – no caso de Ássia. Elas tomaram a iniciativa e telefonaram, reivindicando um lugar para suas histórias na pesquisa. Nestes casos tudo o que fiz foi ouvir, entrevendo a dimensão reparadora, psicoterápica da história oral.¹⁰¹

¹⁰¹ Cf. ALBERTI, Verena. op. cit. p. 48-49.

Uma etnografia correta das entrevistas deve abordar também os problemas desagradáveis e as limitações da própria metodologia. No caso dessa pesquisa, embora tenha tido grande receptividade da coletividade, que colaborou de diversas maneiras¹⁰², algumas entrevistas ofereceram problemas interessantes à reflexão. Para evidenciá-los intentarei a narrativa dos casos e, para evitar constrangimentos, mantereí o nome dos envolvidos no anonimato, designando letras aleatórias para identificá-los.

O primeiro caso a destacar é o do entrevistado “Y”, que atendeu ao pedido para falar sobre a coletividade e, posteriormente à entrevista, solicitou a leitura do projeto, em que foi prontamente atendido. Aliás, boa parte dos depoentes fez o mesmo pedido, o que me fez transformar em rotina levar para os depoentes cópias do projeto e textos escritos sobre o tema. Acredito que isso faça parte da metodologia: o retorno ético do trabalho desenvolvido junto ao grupo. Porém, essa ação tem consequências.

Uma noite “Y” telefonou e, furioso, cobrou a ausência de certa bibliografia judaica. Afirmou que eu compartilhava de estereótipos e fundamentalmente criticou o fato de qualificar o grupo como uma coletividade em lugar de comunidade. Surpreendida, tentei argumentar com ele os motivos da escolha, a questão teórica. “Y”, porém, rechaçou todos meus argumentos e criou-se um grande constrangimento entre nós. Desde então, “Y”, que é muito influente, tem-se mantido distante, e obstado em parte a consulta a algumas fontes. Essa questão me levou a buscar outras estratégias de pesquisa.

Embora todas as fontes tenham “vida” e exijam integração entre as partes, a fonte oral existe porque está centrada no sujeito, portanto, o material que se produz a partir dela é o resultado da própria interação.

A fonte oral é simultaneamente “um *relato* e um *resíduo de ação*”¹⁰³. Ela tanto é a narração de um acontecimento ou o que se acredita que foi o “vivido”, como é desencadeadora de uma ação, notadamente o processo de construção da memória.

Ao nos confrontarmos, eu e “Y”, questões que de outra forma estariam submersas, recolhidas no inconsciente, foram postas à mesa: os objetivos da pesquisadora, sua ação de fazer o entrevistado falar sobre a trajetória da coletividade e os interesses particulares dele, o

¹⁰² É importante ressaltar que muito além de vinte e sete entrevistas, entrevistei informalmente diversas pessoas, que colocaram a disposição do trabalho seus materiais particulares, sejam boletins, recortes de jornais, documentos, histórias, livros, etc. Poderia citar Sara Groisman, Ana Lúcia e Geni Rubens, Sara Welmowicki, Anita Welmovitsky, Regina Kaplan, Norma Lannes, Jonas Rabinovich, entre outras. Vale mencionar ainda, que alguns dos depoentes foram diversas vezes entrevistados.

¹⁰³ ALBERTI, Verena. op. cit. p. 34-35.

depoente, sua seleção particular de impressões sobre o passado e a lembrança de certas experiências vividas, além do seu desejo pessoal de produzir uma narrativa convincente capaz de interferir no plano da pesquisa.

O “curto circuito” desencadeado por esse conjunto de ações evidencia alguns dos limites desse tipo de fonte. É possível que se eu tivesse resistido à solicitação de Y, e não permitido que lesse o projeto, ele não se sentisse ofendido e permanecesse ainda entre meus depoentes/informantes, conforme ocorreu com outros tantos. Porém, como sonegar ou limitar informação àquele que será o co-autor do depoimento?

Acredito que existe na história oral um comprometimento ético muito forte, e que deve ser sublinhado. Nunca é demais lembrar que é o depoente que autoriza a publicação do depoimento que o pesquisador teve iniciativa de elaborar, e o depoimento não é plástico: não pode querer dizer aquilo que o depoente não disse. Ainda, é preciso deixar transparecer as reais condições de produção da entrevista.¹⁰⁴

Da mesma forma é preciso dar ciência ao entrevistado da pesquisa e seu andamento, e, ao fazê-lo, esclarecer o depoente que o compromisso fundamental do pesquisador é com a reflexão do tema, isto é, a montagem do seu “quebra-cabeça”. Embora co-autor, o entrevistado não tem direitos sobre os rumos da pesquisa, como pode supor.

A preocupação com os atores sociais envolvidos no trabalho, em grande parte norteou as colunas que tive oportunidade de escrever nos boletins da coletividade. Isso pode ser chamado de “retorno ético” da pesquisa ao grupo.

O segundo caso que desejo compartilhar e refletir se deu durante uma “conversa informal” ou entrevista preliminar que sempre que possível mantenho com o entrevistado para balizar a elaboração do roteiro. O depoente, “X”, ao ser contatado por mim, o fez como deferência à pessoa que me recomendou até ele. Portanto, “X”, embora importante na trajetória da coletividade e na própria cidade, por questões muito específicas da sua personalidade, não seria uma pessoa que entrevistaria sem uma recomendação especial.

Vale dizer que a elaboração de uma amostra de entrevistas depende de uma rede de relações montadas no decorrer do processo de investigação que visam tanto a indicações e

¹⁰⁴ Essa ética compromete todo o trabalho de coleta de depoimentos e incide desde a construção do roteiro à entrevista, à sua transcrição e posterior autorização, assim como o esclarecimento ao leitor das reais condições da entrevista

“cartas de referências” para acessar outros possíveis depoentes, como para obter informações e mesmo “testar” a legitimidade das novas pistas. Mas, vamos ao caso.

Originário da Polônia, “X” narrava a emigração da família, em momento anterior à ascensão de Hitler ao poder, relacionando-a estreitamente à antevisão pelo pai dos hediondos crimes nazistas na 2ª. Guerra. Por se tratar de uma ação informal fiz um conjunto de ponderações, perguntas, comentários que encetavam lançar ao entrevistado uma idéia, compartilhar uma reflexão, visando ao melhor roteiro possível.

Nesse caso específico, mostrei-me surpreendida com essa “antevisão” e perguntei se isto não estava relacionado com o desemprego derivado da crise de 29. Ofendido, “X”, de fisionomia transtornada, “tomado pela ira”, acusou-me de utilizar e importuná-lo com literatura nazista. O desenrolar dos fatos foi bastante desagradável. Com muita dificuldade consegui “controlar” a situação e o entrevistado se “acalmou”. Continuamos a conversa por cerca de uma hora, entretanto, “X” recusou-se a gravar entrevista¹⁰⁵. Que reflexão se pode retirar de uma situação como essa?

Não há dúvida de que neste caso também houve um curto circuito, mas desta vez o elemento detonador foi a interferência excessiva que provoquei junto ao entrevistado, na tentativa de impor um fio condutor à sua narrativa. Este depoente queria abordar a questão do holocausto que foi traumática para sua família. Como esse tema foi pouco tratado pelo conjunto dos entrevistados, ao contrário da questão sionista, quis imprimir outra direção à conversa.

A entrevista não deixa de ser um jogo: ela possui em si essa dimensão – saber ouvir e saber perguntar. É preciso dosar as interferências, e emitir opiniões somente quando for indispensável.

Finalmente, pode-se afirmar com segurança que essa é uma metodologia muito mais complexa do que parece à primeira vista.

2.2 Os Depoentes: Breve Perfil

¹⁰⁵ Na verdade, não sei até hoje se “X” manipulou a situação para não gravar a entrevista dado às suas idiossincrasias ou eu provoquei, involuntariamente, a bem dizer, uma situação que inutilizou aquele contato. O fato ocorrido provocou um trauma profundo em mim, posso dizer que fiquei dias em estado de perplexidade, todavia, não pude deixar de transformar isso em reflexão, num autêntico processo de elaboração do vivido.

No caso particular que estudo, esse é um grupo que demonstrou possuir uma enorme demanda pela história dos seus pioneiros e das suas associações. Diferente de outros grupos emigrados, compartilham leituras, dominam assuntos, discutem frontalmente com o entrevistador pela explicação da sua história, ou melhor, daquilo que acreditam que foi a história dos seus pares.

Essa demanda traduziu-se inicialmente na boa receptividade com que a pesquisa foi recebida pelo grupo, e que, à medida que passei a compartilhar com a coletividade a evolução da pesquisa, o estudo das fontes, e a divulgar as preciosidades encontradas, foi ampliada, resultando disso um alto grau de colaboração, em que pese os curtos-circuitos assinalados.

É, pois, hora, de identificarmos os depoentes e o lugar de onde narram suas memórias sobre a trajetória do grupo¹⁰⁶.

▪ **Rolande Fischberg**

Rolande Paule Fischberg é belga de nascimento e brasileira por adoção. Nascida em dezembro de 1939, empreendeu sua primeira aventura na fuga da família para Paris, poucos dias antes de Hitler invadir a Bélgica.

Nesses primeiros anos de vida, a futura comunista sobreviveu à escarlatina, aos maus tratos dos campos de refugiados franceses, à quase morte na neve e, finalmente, à separação dos pais — trabalhadores voluntários em campos de refugiados suíços, indo viver com uma família suíça.

Em 1947, acompanhada da família, chegou ao Brasil, e foi residir em Niterói, relacionando-se com o grupo da Biblioteca Davi Frischman. Quando criança, no entanto, também participou de associações sionistas como a DROR e a ASHOMER.

Entre 1953 e 1963, mudou-se para São Paulo. Porém, solidamente enraizada à Niterói, passava seus finais de semanas, férias e feriados com as amigas Edna Graber, Vera e Minnie Wrobel nessa cidade. Nesse período, frequentou kinderland e o Clubinho I. L. Peretz¹⁰⁷, e também o Centro Israelita Brasileiro — Casa do Povo de São Paulo.

¹⁰⁶ Embora tenha tentado o equilíbrio entre os perfis, de alguns depoentes consegui juntar mais informações de forma a traçar um comentário mais preciso. Isso justifica os perfis mais ou menos longos que apresento.

¹⁰⁷ Respectivamente a colônia de férias dos progressistas, e um clube infantil na própria BDF.

Entre 1956 e 1960, participou da União da Juventude Comunista e do movimento estudantil, sofrendo algumas prisões. Em 1958, entrou para o PCB, onde assumiu a tarefa de organizar os movimentos femininos na periferia de São Paulo.

Em 1963, retornou à Niterói e assumiu uma das diretorias da Associação Feminina Israelita Brasileira – núcleo Niterói e, em 1965, a organização dos eventos culturais e esportivos da Biblioteca Davi Frishman, onde permaneceu até 1975.

Nesse ano foi presa por atividades subversivas no DOI-CODI, da onde saiu quarenta dias depois. Dessa data em diante, filiou-se ao MDB, mantendo-se ligada ao PCB, e participou das campanhas da Anistia, “Diretas Já”, do Conselho Nacional da Mulher, do Conselho Nacional para Anistia e do Centro da Mulher Brasileira, além de ser co-fundadora da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do RJ).

Em 1992, desligou-se do PCB, onde foi fundadora e membro do diretório de Niterói por doze anos (1980-1992), e partiu para a fundação do Partido Popular Socialista, junto com Roberto Freire e outras notórias personalidades.

Em outubro de 2002, assumiu seu primeiro mandato à frente da ADAF, reeleita para os biênios 2004-2005 e 2006-2007. Sua gestão caracterizou-se por um trabalho continuado de atualização da memória, num esforço claro de rememoração do passado, mas também de aproximação com as outras associações judaicas da cidade.

A narrativa de Fischberg, dada sua preocupação com a memória da coletividade, é uma das que mais fixam sentidos sobre o grupo, e é possível perceber nela ações desencadeadoras da memória.

Rolande concedeu três entrevistas diferentes (respectivamente em 2004, 2005 e 2006) que totalizaram aproximadamente treze sessões. Além dessas incontáveis sessões, mantivemos, ao longo desse tempo, contato semanal. Sua colaboração com este trabalho foi incondicional.

▪ **Alberto Hasson**

Alberto Hasson, professor de história aposentado., à época da entrevista possuía 66 anos. De origem sefaradi, seu pai, a quem definiu como “um imigrante que não deu certo”, foi zelador do CIN, e a mãe, cobradora das mensalidades das instituições judaicas da coletividade

de Niterói. Muito pobre, a família dependia da caridade do grupo para sobreviver. Durante muitos anos foi chamado pelos conhecidos (judeus) como “o filho da cobradora”.

Além de conviver com o peso do “fracasso familiar” e da falta de recursos, teve que enfrentar o fantasma do casamento misto.

Sionista convicto, Hasson levou quarenta anos para pisar na ADAF, o que finalmente se deu por ocasião das comemorações dos oitenta anos daquela instituição, em 2002.

Sua entrevista foi entrecortada por muitas revelações, comentários complexos, confidências e falas em “*off*”, o que determinou um esforço maior para anotar e compilar dados. Diga-se também que uma das características da sua fala é o acento dramático na entonação, o que acaba por pré-determinar um sentido para as histórias que narrou.

A época da entrevista ocupava o cargo de diretor de comunicação do CIN, e foi o organizador da festa dos oitenta anos da instituição (2005), ocasião em que teve acesso às atas da casa.

A entrevista desdobrou-se em três longas sessões que ocorreram em 14/12/2005, 22/12 e finalmente em 3/01/2006, em seu apartamento, próximo ao Campo de São Bento, no bairro de Icaraí.

▪ **Gerson Korchmar e Anita Cudicevici**

Anita Cudicevicifoi a primeira pessoa que contatei ao iniciar a pesquisa preliminar para a tese.Ao receber-me em sua casa, em Icaraí, apresentou seu amigo Gerson Korchmar, a quem encarregou de falar.

Korchmar foi durante muitos anos Presidente da Sociedade Hebraica de Niterói.

Disposto a responder todas as perguntas, suas respostas tiveram tom professoral e demonstraram um amplo conhecimento sobre as rotas emigratórias dos imigrantes europeus do período 1880-1930; os problemas referentes a cotas de entrada; as divisões de nacionalidades; e brindou a pesquisa, ainda, de uma reflexão sobre as transformações geracionais do grupo, seu culto às profissões liberais e o problema do esvaziamento da coletividade de Niterói nos anos 70.

Seu discurso, no qual transparecia a ação de convencimento, deixou de fora, entretanto, os conflitos internos do grupo e a vida institucional foi restringida ao CIN e à Hebraica.

As poucas vezes que Anita falou durante a entrevista quis falar sobre o livro das polacas que havia lido e também dos comunistas, pelo que foi duplamente reprimida por Korchmar.

O depoente, ao término da sua narrativa, estava certo de que tudo que eu precisava saber sobre a coletividade já havia sido dito.

O controle rigoroso da palavra exercido por Korchmar denuncia o desejo de tornar oficial a “sua” forma de representar a experiência dos judeus na cidade.

Anita e Gerson, contavam a época 70 e 66 anos respectivamente.

▪ **Simão Treiger**

Treiger foi um dos primeiros entrevistados do trabalho, em março de 2005, e cheguei até ele por indicação do presidente do CIN. Na época contava 83 anos. Junto com a esposa, Ophélia, me recebeu em seu apartamento em Copacabana.

Filho de Isac Treiger, figura que surge mitificada em diversos relatos, é judeu religioso, foi comerciante bem sucedido e advogado atuante em Niterói. Aposentado, dedicou-se a uma arte tradicional judaica que consiste em escrever em letras minúsculas, enormes trechos da tora em pequenos quadros e a qualidade de seu trabalho o levou a expor em Londres e Israel.

Sua narrativa, marcada pela ampla bagagem cultural que possui, é caracterizada pela fluência, e dela emergiu um verdadeiro painel da coletividade, um relato fechado, sem fragmentos. Do seu discurso resultou uma imagem de coesão grupal e heroísmo da geração pioneira.

D. Ophelia, por seu turno, teve papel destacado na escola do CIN, onde atuou durante muitos anos.

Outra característica do depoimento foram as conversas em *off* e o cuidado em não citar nomes. Do seu relato não constaram os progressistas.

Infelizmente, pouco tempo depois da entrevista, partiu definitivamente para Israel, onde vive com os filhos e netos, de modo que não foi possível continuar nosso diálogo.

▪ **Jacó Lipster**

Jacó Lipster, médico anestesista, 76 anos, eleito em, desde 2000, presidente do CIN. Sua trajetória, no entanto, não é a de um ativista. Seu perfil corresponde a de judeu religioso e kasher, talvez o único de Niterói.

Na casa dos Lipster, funcionou uma sinagoga que somente nos anos 60 se integrou à do CIN. Antes disso, seu pai, o polonês Mordchai, nos anos 50, dispôs de uma sala na BDF para abrigar sua sinagoga. Nesse período, embora isso não signifique militância política, Jacó participou da associação, aonde chegou à presidência do setor jovem.

Ao ultimar sua entrevista tinha em mente um roteiro sobre o CIN e sua trajetória, o que, dada a origem de Lipster, não foi integralmente cumprido. No entanto, foi possível explorar outras questões como o trabalho de prestamista, atividade que desenvolveu enquanto estudava Medicina e, segundo confessou, pensou em continuar em detrimento à carreira médica.

Na qualidade de presidente do CIN, Jacó facultou-me alguma documentação, como o livro do cemitério e fotografias. Dispôs-se também a traduzir lápides no cemitério da coletividade.

• **Zilda Michmacher**

D. Zilda tem 87 anos e desde abril de 2007 deixou seu apartamento no bairro de Icaraí, em Niterói, para viver no lar dos idosos (israelitas) de Ipanema. Em 2006, fizemos duas sessões de entrevistas.

Zilda emigrou da Polônia com a irmã em 1932, aos onze anos de idade, a fim de reunir-se à família que já estava em Niterói.

Filha de um religioso, e irmã mais velha de Jacó Lipster, anteriormente citado como presidente do CIN. Zilda foi ligada por toda a vida à BDF, onde desenvolveu grande militância, sendo uma das mais destacadas ativistas. Esteve presente em todos os momentos da trajetória da BDF a partir dos anos 40.

Sua entrevista foi marcada pela emoção e, na verdade, não foi concluída, porque sua saúde começou a ressentir-se das sessões, até que uma crise de pressão alta a impediu de continuar.

O depoimento teve um impacto tão grande em Zilda, que ela contava aos amigos que havia durado cinco horas.

Na verdade, cada sessão durou cerca de duas horas, mas a percepção que teve do processo, os eventos e pessoas evocados produziram na depoente a impressão de uma longa e nostálgica incursão pelo passado. A dor, neste caso, foi simbólica, foi o efeito físico dessa aventura (intelectual) de dar voz às suas próprias memórias e conferir sentido a elas.

D. Zilda é vista por todos como uma autêntica “*roiter*”¹⁰⁸ embora no tempo presente, não se reconheça como tal, inclusive sua narrativa foi marcada pela tentativa de dissociar a BDF da idéia de comunistas e socialistas.

De toda forma, D. Zilda permaneceu minha colaboradora, especialmente para assuntos relacionados aos anos 30 e 40.

▪ **Ilse Sipres**

Bette Ilse Kuznitzki, ou simplesmente Ilse Sipres, nasceu na Alemanha em 1922 e dez anos mais tarde emigrou para o Brasil em companhia da família, que se radicou na Praça XI, onde tinham parentes.

Enquanto o pai fabricava bolsas, ofício trazido da terra natal¹⁰⁹, Ilse ajudava a família no trabalho, trançando alças e entregando as mercadorias, oportunidade em que atravessou a Baía da Guanabara pela primeira vez.

¹⁰⁸ “Roiter” é palavra em íidiche cujo significado é vermelho, era usada para designar os comunistas: os “roiterers” da Praça XI por exemplo. De acordo com os depoimentos, era assim que as principais lideranças do CIN, nos anos 20-40, chamava os ativistas da BDF.

Desde menina, Ilse presta auxílio voluntário no Lar da Criança Israelita e no Lar da Velhice Religiosa Israelita, locais em que ainda hoje, aos 85 anos, continua a ajudar.

Nessas instituições desenvolveu uma vocação de assistente social que a religiosidade do pai impediu de tornar-se profissão — como várias mulheres de sua geração, não pode estudar porque o patriarca acreditava que o destino de toda mulher era o casamento.

Empecilho temporário, porque, ao radicar-se em Niterói, após o casamento, em 1943, com o prestamista Moisés Sipres, judeu palestino, acabou por transformar-se no anjo da guarda dos judeus religiosos da cidade.

Organizadora de bazares beneficentes, líder da organização feminina Na’amat Pioneiras e da Sociedade das Damas de Niterói, Ilse dedicou-se a socorrer enfermos, idosos, doentes mentais, crianças carentes e a resolver todo o tipo de problema, principalmente no âmbito do seu grupo — os judeus religiosos e tradicionais.

Sua atuação firme é reconhecida por toda a coletividade, inclusive pelos progressistas, de quem sempre angariava recursos para as obras sociais a que se dedicava.

Seu marido, Moisés, além de ter “pedalado” durante mais de cinquenta anos pelas ruas de Niterói “vendendo à prestação”, é uma grande referência quando se fala no CIN. Culto e discreto, foi um dos maiores líderes espirituais dos judeus religiosos da cidade e fez o Bar Mitzvá de várias gerações. Para muitos, sua morte significou o fim do CIN.

Sua narrativa, caracterizada pela objetividade e simplicidade, lançou luz sobre diversos pontos, sobretudo a militância feminina e a criação da escola israelita do CIN.

Embora tenhamos feito apenas uma sessão de entrevista, mantivemos inúmeros contatos, onde, além de deliciosos doces judaicos, ela cedeu importante material para a pesquisa como os Livros de Atas das Pioneiras de Niterói e, ainda, traduziu do ídiche o texto “O Revolucionário da Casa Ultra-ortodoxa”.¹¹⁰

▪ **Paulo Velmovitsky**

Dr. Paulo Velmovitsky, tinha 80 anos a época da entrevista. Engenheiro civil, foi uma das principais lideranças da BDF e era comunista histórico. Depoimentos seus constam tanto

¹⁰⁹ A fábrica do pai de Ilse chamava-se SK (Samuel Kuznitzki), e situava-se na Rua do Senado, 200.

¹¹⁰ Trata-se de um texto cedido por Vera Wrobel sobre o avô Júlio Wrobel, um personagem interessante da coletividade e sobre quem há tempos, tanto eu como Vera, procurávamos pistas.

dos boletins da ADAF, como do livro comemorativo dos 60 anos do PCB. Velmovitisky tem bastante orgulho do seu prontuário do DOPS, com o qual posou para uma das fotos que fizemos.

Fruto da união entre um bundista – Max, e uma judia religiosa – Clara, de uma das famílias mais tradicionais da coletividade, Paulo conviveu desde pequeno, em sua casa, com as tensões que em escala maior confrontavam a coletividade, e aprendeu política com o pai, um comunista que “era preso dia sim, dia não”. Max, seu pai, teve uma atuação independente da esquerda judaica de Niterói.

Velmovitisky desenvolveu uma ligação “visceral” com a BDF entre 1945-1973, quando participou da ala jovem, da compra da primeira sede e posteriormente da transferência da instituição para Icaraí, passando a chamar-se ADAF.

Dr. Paulo ocupou diversos cargos públicos e foi um dos engenheiros que mais construiu em Icaraí, nos anos áureos da verticalização do antigo balneário.

A entrevista para Velmovitisky foi um “*tour de force*”. Doente, empreendeu um esforço pessoal muito grande, dando decisiva contribuição para a pesquisa.

Mesmo com um “fio de voz” produziu uma narrativa clara e contundente, e sua fala foi repleta de histórias que contribuíram para uma visão menos idealizada do grupo.

Velmovitisky foi também um dos muitos que trocou Niterói pelo Rio, na virada dos anos 70 para 80, o que explicou como parte de um “acerto de contas” com a esposa, Etília. Carioca, mudou-se para Niterói, onde aceitou viver ao lado do marido nos primeiros vinte e cinco anos de casados, desde que os outros vinte e cinco fossem vividos no Rio.

Indagado sobre uma possível incoerência entre sua antiga militância na ADAF, e a mudança para o Rio de Janeiro, Paulo negou qualquer distância entre Ipanema, o bairro em que morava, e Niterói. Como se entre o Rio e Niterói não houvesse distâncias sociais e culturais... E para serenar minhas dúvidas, fez questão de encerrar a entrevista reafirmando seu amor pela associação que ajudou a construir: “a ADAF é minha vida”¹¹¹.

No total foram duas sessões de entrevistas ocorridas entre setembro e outubro de 2006.

▪ Judith Zoonesein

¹¹¹ Infelizmente, Velmovitisky faleceu antes do final da tese.

D. Judith, nascida em 1922, integra uma das famílias mais tradicionais de Niterói, os Tubenchlak. Jacob Tubenchlak, seu pai, estabeleceu-se no comércio da cidade em 1916. Próspero e influente, foi dono da *Mobiliária Progresso*.

Duas sessões formais de entrevistas, cinco encontros informais e inúmeros telefonemas não foram suficientes para esgotar o manancial de lembranças de Judith, seja da trajetória de Jacob, seja da cidade e das instituições do grupo.

Doente, Judith já não morava mais em Niterói quando nos conhecemos, mas fez questão de me levar ao seu antigo apartamento no bairro de Icaraí, para que pudesse ter acesso a toda a documentação que guardava nos velhos móveis. Além dos papéis formais, blocos de anotações, correspondência, recortes de jornais, tudo foi cedido por essa senhora cujas agendas guardam minucioso relatório do dia a dia.

Todavia, sua contribuição teve algumas particularidades que merecem ser estudadas detalhadamente. O que será feito no próximo item.

▪ **Arnaldo Welmowicki**

Arnaldo é filho de Pesach Welmovick, e primo de Paulo Velmovitsky, duas das mais importantes lideranças da BDF/ADAF, durante os anos 60. Embora distante pela idade da geração dos pioneiros, Arnaldo é filho de um imigrante, portanto seria legítimo considerá-lo depoente de primeira Geração, que, via de regra, está na casa dos 70/80 anos¹¹².

Todavia a distancia que os separa, e o conjunto de transformações que atingiram o mundo, o Brasil e mais particularmente, as transformações internas da coletividade judaica e da cidade de Niterói, sugerem que seja qualificado como depoente de segunda portador de uma memória devidamente enquadrada pela geração anterior.

Arnaldo, pode-se dizer nasceu na BDF, no início dos anos cinquenta e compartilhou desde tenra infância o desenvolvimento da instituição, e dos seus signos identitários.

Testemunha ocular da construção da nova sede, em meados dos anos 60, viveu plenamente as dificuldades que cercaram a obra, o cotidiano dos jovens na instituição, e as

¹¹² Apesar de primo de 1ª. geração de Paulo Velmovitsky, nascido no final da década de vinte, Arnaldo é de 1957, portanto bastante distante do primo. Quero com isso demarcar o quanto o conceito de geração é pouco explicativo.

rivalidades com a Sociedade Recreativa Hebraica, com a qual desenvolveu uma estória particular.

Formada em Engenharia e economia, é um dos poucos de sua geração que permaneceu em Niterói. Atualmente é conselho da ADAF.

Importa ressaltar que sua narrativa é clara, bem construída, pontuada por reflexões próprias, sugerindo tanto o elevado nível intelectual do depoente, como perspicácia na análise da trajetória do grupo.

▪ **Luís Baumfeld**

Baumfeld, nascido em 1920. Militante de grande porte atuou em todas as organizações da esquerda judaica carioca a partir dos anos 40, além de ser um líder histórico do PCB. Cheguei a Baumfeld após ter encontrado um raro documento sobre uma organização de ambulantes judeus de Niterói. A análise dessa fonte apontou para a figura de Isidoro Baumfeld, seu pai, como o articulador e presidente dessa associação.

Acostumado a conceder entrevistas, sua narrativa é muito envolvente, segura e dá mostras de pretender convencer o interlocutor. Outra característica é a coragem pois seu relato foi, em determinados pontos, muito corajoso a respeito das rugas entre progressistas e a “direita” judaica da cidade¹¹³, inclusive nomeando os indivíduos, e sobre a presença de ex-kapos em Niterói.

Químico por formação, expandiu a entrevista para pontos distantes do tema, como a campanha do “petróleo é nosso”, ou as idiossincrasias do PCB. Sua entrevista rendeu material para outros fins.

É preciso dizer que Baumfeld se surpreendeu por alguém se interessar pelo tema, e ainda mais por Niterói. Foi uma experiência muito interessante.

▪ **Boris Mocny**

Mocny prestou seu depoimento em maio de 2007, aos 73 anos. É dentista aposentado. Filho de poloneses que emigraram no alvorecer da década de 1930, foi membro da ala jovem

¹¹³ Expressão do depoente.

da BDF nos anos 50, quando vivenciou na prática, a passagem da BDF de instituição informal para formal, com “casa” própria. Foi um dos artífices da construção da nova sede, no bairro de Icaraí, e participante de inúmeras diretorias da ADAF.

Seu depoimento versou sobre os grandes momentos da biblioteca, os conflitos entre as gerações dentro da Casa, e também sobre o cotidiano animado dos jovens judeus da cidade, presenças obrigatórias nas festas do *Clube Cabiras*¹¹⁴.

Diferentemente de outros depoentes que teceram uma memória politizada da coletividade de Niterói, Mocny, a partir de uma narrativa rica em imagens, xistes e piadas, cristalizou como principal conflito do grupo a luta de classes, situando os membros do CIN a uma parcela mais rica dos judeus, e a BDF aos pobres e prestamistas.

Na série de conflitos da coletividade, Mocny chamou atenção para as rugas entre os lojistas e prestamistas, ao contar a história particular do pai, o alfaiate Sucher Mocny, falecido aos 96 anos. Ainda, contribuiu para aclarar os motivos da crise que a instituição sofreu a partir dos anos 80.

▪ **Regina Broitmam Santos e Osmar Santos**

Trata-se da presidente e do secretário geral da Sociedade Recreativa Hebraica. Casados desde 1962, os dois protagonizaram um dos primeiros casamentos mistos da coletividade.

Bastante cordiais, deram uma entrevista detalhada sobre o cotidiano do grupo na década de 50, as reações e os conflitos que suportaram para efetivar o relacionamento.

Osmar, que é psiquiatra, narrou seu processo de conversão, a reação de sua família e o acolhimento do grupo.

▪ **Belinha Gack**

Belinha Gack nasceu em Niterói, em 1922, e sua família de origem — Schor foi uma das fundadoras do CIN. Ela própria é um dos membros mais antigos da instituição, de onde foi tesoureira por mais de 30 anos. Belinha também foi uma dedicada militante das Pioneiras.

A memória da Sra. Gack, no entanto, encontra-se em estado precário, faz constante confusão com nomes e datas, mas consegue apontar a filiação institucional de cada membro da coletividade.

¹¹⁴O Clube Cabiras foi formado por uma dissidência socialista do clube Juventude Israelita, em 1929, no Colégio Sholem Aleichem. Ocupou, sucessivamente, os endereços da Rua Conselheiro Josino, 14, e Rua Álvaro Alvim, 21).

Apesar das dificuldades citadas, Belinha reproduziu em seu discurso uma imagem cristalizada do grupo, referindo-se à BDF como “os comunas” ou “o pessoal do lado de lá”, e aos consorciados do Centro, como “os do lado de cá”, insistindo/reforçando o discurso de divisão interna da colônia judaica de Niterói.

▪ **Hélia Kawa**

Hélia Kawa, uma das mais jovens depoentes do grupo, nasceu em 1953. Formada em medicina sanitária pela UFF, possui Mestrado em Medicina Social Preventiva pela UERJ, e Doutorado em epidemiologia na Escola de Saúde Pública. É professora da UFF.

Militante trotskista do partido da Liga Operária, nos anos 70, posteriormente transformado em Convergência Socialista, deixou a Convergência para alistar-se ao PT. Ao tempo da entrevista estava desligada da militância político-partidária.

Hélia é filha de Esther e Moisés Kawa, o celebrado diretor cultural da BDF/ADAF. Afastada da coletividade desde a morte do pai, a importância de seu depoimento está na avaliação crítica que faz do próprio grupo, assim como no relato da trajetória de Kawa, que em 1938-9, foi enviado pela família para a URSS, a fim de escapar da ameaça de invasão da Polônia pelas tropas nazistas e acabou integrado ao exército vermelho.

Seu depoimento, marcado pela concisão, permitiu, também, entrever os conflitos geracionais que tumultuavam o cotidiano da biblioteca nos anos 60, e algumas das questões que afastaram sua geração da vida comunitária da coletividade.

Kawa autorizou a publicação de seu depoimento somente para fins acadêmicos e sua entrevista não será integrada ao acervo do LABHOI, a pedido da depoente.

▪ **Vera e Fany Wrobel**

“Verinha”, como é conhecida, foi um encontro surpresa, pois há pelo menos dois anos buscava contatá-la. Em fins de abril de 2007, em decorrência da minha coluna no Informativo ADAF, recebi seu telefonema.

A própria história de como descobriu o trabalho é curiosa: apesar de afirmar que nunca lê o boletim, embora o receba, preparava-se para jogá-lo no lixo quando viu o título da matéria, em que falava do material encontrado no Almanak Laemmert e nas fontes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Seu telefonema oferecia colaboração tanto quanto traduzia um desejo de buscar informações sobre a trajetória de seu avô, Júlio Wrobel.

Vera, que contava 59 anos e é psicanalista, integra uma família importante na história da BDF, cujo avô e pai, Szulim e Samuel, poloneses (falecidos), constituíam junto com Paulo Velmovitsky, Leizer Faber, Simão Graber, Carlos Kawa, entre outros, “o grupo da política na biblioteca”.

Em sua entrevista, narrou a forma de sociabilidade praticada entre essas pessoas, o aprendizado da política na casa paterna e na Biblioteca, e os conflitos que dividiam o grupo nos anos 50 e 60. Muito preocupada com a preservação da memória, chegou a produzir um vídeo junto com Jonas Zoonistein sobre a ADAF. Vera foi do MR-8 e presa política em 69.

Sua narrativa, que foi pontuada de reflexões, foi compartilhada com a sua tia Fany, de 86 anos.

Fany, apesar da idade, parece uma menina, assim como Vera. Veio residir em Niterói, adulta, foi arrimo de família. Posteriormente casou-se com um dos irmãos Wrobel. Atuou na BDF e na Associação Feminina Israelita Brasileira.

A entrevista transcorreu em agosto de 2007, na residência de Vera, no bairro de Ipanema.

▪ **Sara Rabinovici**

A história de D. Sara tem origem na Lituania, de onde emigrou com a mãe e os irmãos, em 1929, aos cinco anos de idade. Sua família foi ao encontro do pai instalado no famoso bairro do “Bonfim”, cenário das histórias do gaúcho-judeu Moacyr Scliar. A mudança de Porto Alegre para o Rio de Janeiro ocorreu em 1944, a propósito de passar uma temporada com a prima Sara.

Nesse período conheceu Sruli Rabinovici, então ativista da BDF, com quem acabou se casando. Desde 25 de dezembro de 1944, dia seguinte ao casamento, Sara está em Niterói, onde assistiu à sua primeira reunião na Biblioteca Davi Frishman, no dia seguinte ao enlace. Desde então, Sara é uma das mais destacadas ativistas da instituição.

A trajetória de D. Sara nos últimos 63 anos está intrinsecamente ligada a essa Casa progressista, “sua casa”, e entrevistá-la se tornou imprescindível para a pesquisa.

D. Sara participou de todos os movimentos dentro da BDF e, segundo seu próprio relato, mandava os filhos a encontrarem na biblioteca após as aulas. Pertenceu ao Lein Kraiz, o círculo feminino de leitura, que fundou junto com outras ativistas em 1948; integrou o coro e o teatro; era uma das atrizes prediletas de Moises Kawa, o diretor. Fez campanha de venda

de tijolos para compra da primeira sede em 1950, e, posteriormente, encampou os projetos de transferência da sede para Icaraí.

Sara nunca deixou a BDF/ADAF, nem após a morte do marido, um comunista inveterado, nem agora aos 83 anos, e com a saúde parcialmente abalada.

Com todas essas credenciais fiz “corte” à D. Sara por dois anos até que ela me desse a primeira entrevista. De lá para cá se tornou colaboradora contumaz, traduzindo textos e convites em ídiche¹¹⁵, aos quais acrescenta anotações das suas lembranças, dando origem, pois, a novos documentos.

Octogenária, sua narrativa reforça o tom dialogal da metodologia oral porque, ao falar comigo sobre o passado, dialogava não apenas com o entrevistador, mas trouxe para a cena da entrevista um conjunto de vozes (as companheiras do Lein Kraiz) com que parecia fazer balanço do passado num diálogo contínuo que acabava por reforçar suas convicções e os fatos narrados.

A forma com que D. Sara se entregou à tarefa de ajudar nesse trabalho impressiona e a coloca numa categoria especial de colaborador: “colaborador atuante”.

▪ **Eta Baron**

Eta Baron, concedeu entrevista em dezembro de 2007, e seu nome se tornou importante para a pesquisa por sua dedicação à Wizo, que, junto com a Na’amat Pioneiras, formou a ala sionista da militância feminina na coletividade israelita de Niterói. No caso da depoente, sua dedicação à associação somou 55 anos.

Religiosa, Eta foi das poucas kasher da coletividade, preservava todas as festividades e rituais judaicos, e até o final dos seus dias guardou o shabat junto aos filhos e netos. E foi ao término de um cerimonial de shabat que Eta, repentinamente, foi ao encontro do seu Deus, pouco mais de um mês após seu depoimento.

Seu marido Samuel Baron foi um dos líderes do movimento sionista da cidade e um dos fundadores da Sociedade Hebraica de Niterói.

Embora não tenha podido colaborar com documentos, boa parte dos quais foram doados para a Federação Israelita do Rio de Janeiro (FIERJ)¹¹⁶, seu depoimento permitiu entrever questões como a organização sionista da cidade e as atividades culturais da Wizo.

¹¹⁵ Trata-se do álbum de Moisés Kawa, fonte citada no capítulo 1, com aproximadamente 150 páginas.

¹¹⁶ Procurada, a FIERJ, infelizmente, não soube dizer onde se encontra o arquivo Samuel Baron. D. Eta por questões que considerava éticas não quis entrar em detalhes sobre a atividade do marido.

▪ **Ássia Lempert**

Assim como Vera Wrobel, foi Ássia Lempert que me procurou reivindicando um lugar para sua história na pesquisa, isto é, para esclarecer a participação do seu tio, Salomão, na construção da sede do CIN, à Rua Visconde de Uruguai, 255, em 1938.

Ássia contava a época 83 anos e morava sozinha num apartamento simples em Icaraí. Quando nova, quis estudar Medicina, no que foi impedida pelo pai. Apaixonou-se por um “goi”, mas não teve coragem de romper com a família, que proibiu terminantemente o namoro. Foi funcionária pública.

A entrevista foi a oportunidade de contar certas coisas pela primeira vez, como no caso do namoro proibido, do qual certamente guarda uma parte secreta. Sua narrativa estava impregnada pela consciência de finitude que a idade avançada provoca nos indivíduos: aos 83 anos é preciso falar.

Seu depoimento versou também sobre o desenvolvimento intelectual provocado pelo “círculo hatkva”, liderado por Jayme e Téia Landman, no CIN, no início dos anos 40, do qual guardou preciosas recordações, como o caderno de autógrafos assinado por escritores como Érico Veríssimo, Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, que foram trazidos àquela associação para palestrar com esses jovens. Foi um belo encontro.

▪ **Alberto e Berta e Goldgaber**

O casal Goldgaber está radicado nos Estados Unidos há quarenta anos e, em setembro de 2007, recebi o seu telefonema direto de Chicago, onde residiam. Na verdade, fazia certo tempo que procurava Alberto, cujo pai, José Goldgaber, foi um dos fundadores mais celebrados da BDF, em 1922. Sendo o único sobrevivente vivo de um dos artífices da instituição, achei que ouvi-lo seria importante para a pesquisa. Dessa forma, vali-me da coluna no boletim da ADAF, para estabelecer algum contato com eles. E foi o que aconteceu.

Primeiro, o telefonema em setembro; depois, a entrevista pessoal, em novembro do mesmo ano, quando estiveram em Niterói para uma festa familiar. A entrevista foi realizada três horas antes de o casal retornar para os Estados Unidos. Sem a mínima preocupação em perder o vôo, Alberto e Berta fizeram questão de falar, e refletir sobre o que viram e ouviram no passado. Vale dizer que os dois formaram um casal que atravessou os “muros” internos da coletividade: ele da Biblioteca, ela do CIN. Os pais de ambos vívidos colaboradores de suas instituições. Foi bastante interessante.

- **Dr. Luís Mendel Goldberg**

O decano das associações da esquerda judaica do Rio de Janeiro me recebeu diversas vezes ao longo da pesquisa, oportunidade em que busquei novas informações sobre o funcionamento dos estabelecimentos da coletividade, como a *Cozinha do Trabalhador* e o *Socorro Vermelho*. E também, dados sobre alguns ativistas de Niterói que foram presos juntamente com militantes comunistas do grupo, no Rio de Janeiro dos anos 30.

Goldberg, nascido na Polônia em 1921, formou-se em direito e contabilidade no Brasil, e é uma referência quando o assunto envolve judeus no Rio de Janeiro. Todas as teses e livros publicados sobre o tema são tributários da sua ajuda.

No caso desta pesquisa, cedeu importante material sobre a esquerda judaica, especialmente sobre o ICUF, entidade a qual a BDF também estava vinculada, sobre os círculos femininos e relatórios da Biblioteca Sholem Aleichem (BIBSA – entidade coirmã da BDF) que permitiram entender o funcionamento e a vinculação entre as instituições da esquerda judaica no Rio de Janeiro.

- **Edna Graber**

Nascida em 1940, e filha de dois grandes ativistas da coletividade judaica de Niterói — Simão e Zilda Graber, Edna foi uma das entrevistas mais difíceis de agendar: tentei fazê-lo por quase quatro anos. As razões da demora podem ser explicadas pela atribulada vida de empresária que leva, carregando atrás de si a famosa loja Gabier, aberta na cidade desde meados da década de 1960.

Entretanto, é possível indagar se tal demora não seja fruto da própria dificuldade de lidar, ou de falar do passado. Muitas vezes as mesmas razões que levam um indivíduo a querer remexer suas memórias são as mesmas que motivam outros a não querer lembrar.

No caso de Edna, a decisão de falar resultou de uma palestra que fiz para a coletividade na sede da ADAF, em 2008, quando tive oportunidade de exibir alguns resultados da pesquisa. Entusiasmada, Edna finalmente aceitou falar.

Embora a depoente tenha sido ela mesma uma ativista engajada na ADAF, dos anos 1960 e 1970, além de colonista e monitora da Colônia de Férias Kinderland, o tema da conversa foi a trajetória dos pais. Ele, ativista ligado ao ICUF, integrante de várias associações da esquerda judaica do Rio, nome celebrado nos dois lados da Baía de

Guanabara. Ela, membro fundador da Associação Feminina Israelita Brasileira, no Rio de Janeiro e Niterói.

- **Luís Antônio Pimentel**

Pimentel, contava a época 86 anos quando concedeu a entrevista. Jornalista, poeta e escritor. Seu nome neste quadro representa a tentativa que fiz para apreender como o grupo judeu aparece nas memórias concebidas por quem é considerado o mais importante memorialista da cidade de Niterói. Seu depoimento, embora interessante e rico em estórias sobre a cidade, reflete a reduzida visibilidade dos judeus enquanto coletividade local.

Todas as narrativas, não há dúvida, contribuíram muito para o estudo do caso. Porém, um exame superficial poderia dizer que algumas apenas confirmaram depoimentos anteriores, sem trazer conhecimentos maiores; outras entrevistas levaram a uma aprendizagem maior, diria, a apreensão do passado.

Verena Alberti pergunta em uma das passagens de seu livro *Ouvir Contar*, *em que momento de nossas entrevistas de história oral aprendemos algo sobre a realidade, para além de apenas conhecer mais alguma versão?*¹¹⁷

Ao escrever esse capítulo, a pergunta de Alberti ressurge e (me) questiona: quando e como as entrevistas de história oral permitem a apreensão do passado, se o processo de elaboração da memória que elas evidenciam não explica *per si* o passado, mas como o presente interpreta o vivido, incapaz de retratar como as pessoas pensavam na época do acontecimento?¹¹⁸. Afinal, a memória tem a limitação do presente. Como então é possível conhecer o passado através dessa fonte?

A autora de *Ouvir Contar* tenta responder a essa pergunta lançando mão da teoria da literatura e, particularmente, do estudo das ‘formas simples’, conforme Andre Jolles, que situa o “memorável” na fronteira entre as formas simples e as formas artísticas:

O estudo das formas simples permite, segundo Jolles, investigar em detalhes o itinerário que vai da ‘linguagem à literatura’. Elas mostram que a linguagem produz

¹¹⁷ ALBERTI, op. cit. p. 84.

¹¹⁸ HOBSBAWM. A História de Baixo Para Cima. op. cit. p. 222-223.

(como agricultor), fabrica (como o artesão) e significa (no sentido de constituir significados), independente do escritor ou do poeta.¹¹⁹

Uma parte das entrevistas realizadas nada trouxe de fresco à pesquisa, deixando o gosto amargo da frustração, porém, em muitas, a narrativa dos acontecimentos, circundadas pela riqueza de detalhes, fixados ora por repetições, ora por frases reiteradamente reproduzidas na narração, deixaram escapar para a linguagem fragmentos do passado, proporcionando uma aprendizagem maior.

Importa dizer que muitos dos elementos que usei na tese vieram de fontes orais não oficiais, isto é, depoentes que não quiseram gravar entrevistas, mas que deram depoimentos informais. Nestes casos, o cotejamento com outras fontes orais ou não, estabeleceu a plausibilidade da informação.

Durante a pesquisa foram muitos os contatos estabelecidos, assim como enorme foi a colaboração, especialmente do grupo de senhoras da ADAF, que, aos domingos, se reunia na associação para almoçar, jogar e ensaiar o coral Moisés Kawa, homenagem ao antigo regente.

Essas senhoras, cuja média de idade era de 75, 80 anos, a meu pedido, se reuniam após o almoço para responderem algumas perguntas que enviava para elas por intermédio de Rolande Fischberg.

Vale explicar que as tais perguntas remetidas estavam sempre referidas a lacunas que as fontes orais ou escritas não conseguiam preencher. Assim, também do confronto entre as lembranças das “testemunhas oculares” busquei estabelecer alguma explicação para o passado.

Finalmente, para efeitos metodológicos, gostaria de tecer comentário sobre a participação dos depoentes. Vale lembrar, tal como fez Alessandro Portelli, em seu famoso artigo sobre o *Massacre de Civitella Val di Chiana* que, dentre os narradores, há aqueles mais gabaritados e que, em algumas narrativas, há um forte elemento de controle social sobre a forma de relatar os acontecimentos¹²⁰.

A partir dessa ponderação foi possível estabelecer uma “classificação” para os narradores: os resistentes – aceitaram dar entrevistas, mas impediram um conhecimento maior do passado ao restringir a linguagem usada e ao declinar respostas ou detalhes; os

¹¹⁹ ALBERTI, V. op. cit. p. 80. Sobre Jolles: Cf. JOLLES, A. *Formas Simples*. São Paulo : Cultrix, 1976. (ver ALBERTI, p.79).

¹²⁰ CALAMANDREI, Paola & CAPPELLETTTO, Francesca. La memória lontana di paesi diversi: i massacri nazi-fascisti nei racconti. Apud PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiano. In: AMADO, J. & MORAES, M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.108.

colaboradores, aqueles que cooperaram com informações; e os colaboradores atuantes, aqueles que, além das sessões de entrevistas, empregaram seus esforços na sistematização do conhecimento, seja ao traduzir documentos em ídiche, pesquisar junto a outras fontes inacessíveis para a pesquisadora, e ainda refletir junto à autora, de modo tão freqüente que podem ser nomeados como artesãos particulares dessa história. Esses foram os casos de Rolande Fischberg, Judith Zoonisein, Sara Rabinovici e Ilse Sipres.

2.2.1 Os Casos Especiais: Rolande, Sara, Ilse e Judith

- **Rolande Fischberg**

Fui guiada para dentro da coletividade judaica de Niterói pelas mãos prestativas de Rolande Fischberg, alguém vivamente preocupada com a memória e que vinha fazendo um trabalho informal de salvaguarda da trajetória da ADAF.

Apaixonada por essa associação, Rolande cumpre papel de “guardiã” da sua memória desde que assumiu, em 2002, seu primeiro mandato como presidente, após quase vinte e cinco anos de afastamento do clube. Ausência motivada por sua prisão, em 1975, pelas forças da ditadura militar então vigente no país. Ocasão em que o medo provocou o afastamento de inúmeros sócios do clube e a prisão de outros.

Guardiã da ADAF, Rolande tem-se revelado uma fonte incansável, disponível para todas as informações e, acima de tudo, uma *expert* na descoberta de fontes das quais não se tinha notícias, como o livro de registro de ambulantes descoberto nos porões da ADAF. Não contente em descobri-lo, especulou sobre o seu significado, consultou diversas pessoas até construir um sentido possível para o tal livro.

Roland foi também quem reorganizou o extraordinário acervo fotográfico da BDF/ADAF, que reúne material desde 1948 e do qual reproduzi algumas fotos que apresento na tese, ação que documenta seu desejo inerente por história.

Em três oportunidades diferentes nos anos de 2004, 2005 e 2006, Rolande recebeu-me em sua casa no bairro de Itaipu, em Niterói, onde concedeu entrevistas. Além desses encontros, mantivemos estreita ligação. Na maioria das vezes, foi ela que me apresentou aos depoentes – pelo menos dezesseis dos vinte e sete entrevistados me receberam respondendo a seus apelos¹²¹. Defendeu junto aos reticentes a importância do trabalho, e reuniu as senhoras

¹²¹ Claro, que depois, estabeleci uma relação diferenciada com essas pessoas, que permitiram consultá-las outras tantas vezes.

para procurar respostas e perseguir pistas das questões que solicitava. Ainda, abriu espaço no Boletim da ADAF para informar à coletividade da pesquisa e, em alguns casos, me acompanhou a casa dessas pessoas.

É preciso reconhecer que sem sua atuação teria sido mais difícil a penetração no grupo. No entanto, essa estreita colaboração não deixa de evidenciar também um problema: se por um lado, foi facilitadora da pesquisa — por outro lado, poderia vir a ser inibidora de uma reflexão própria, e condicionar a interpretação da coletividade pela representação da depoente.

Na prática, esse é um problema que não se limitou às ações desencadeadas por Rolande, mas tornou-se agudo em seu caso, levando a uma reflexão necessária acerca dos limites na relação entre depoente e pesquisador. E entrelaçada a essa questão, outra: como estabelecer o valor do seu testemunho?

Alessandro Portelli, ao analisar o impacto das narrativas do massacre de Civitella, afirma o seguinte:

As narrativas de civitella nos deixam estarecidos. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive as delas (...) na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.¹²²

Sarlo vai além dessa proposição ao afirmar que, na atualidade, no lugar de combates pela história temos que travar combates pela identidade tal o lugar que a subjetividade atingiu na esfera pública e questiona acerca das garantias da primeira pessoa para captar o sentido da experiência: *entre o horizonte utópico da narração e o horizonte utópico da memória que lugar resta para um saber do passado?*¹²³

A proliferação de relatos identitários, de memórias, entrevistas, histórias de vida, entre outros tipos de narrativas, que o tempo presente testemunha, reflete a intensa subjetividade que a modernidade consagrou. Para fugir da colonização da história pela memória é necessário precisar as diferenças entre as narrativas da memória e da história¹²⁴.

¹²² PORTELLI, A. In: AMADO, J. & MORAIS, M. *Usos e Abusos da História Oral*. op. cit. p. 106.

¹²³ SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.25.

¹²⁴ id, p. 66.

No caso da narrativa da memória, sua lógica está marcada simultaneamente pela idéia de coesão, estilização, simplificação e acúmulo de detalhes. Resulta disso a ilusão do relato completo: *que o concreto da experiência passada foi capturado pelo discurso*¹²⁵.

A narrativa histórica afirma Sarlo, opera de outro modo: *a disciplina histórica se localiza longe da utopia de que sua narração pode incluir tudo. Opera com elipses*¹²⁶.

Beatriz Sarlo fala-nos, portanto, da necessidade de submeter o testemunho à dúvida metodológica ao partir da proposição de que “*qualquer relato é interpretável*” e de que o uso da fonte oral não substitui a análise de outras fontes¹²⁷.

É dessa forma, portanto, que espero estabelecer o valor dos relatos e delinear minha própria reflexão, demarcando, por conseguinte os limites da relação depoente-pesquisador.

- **Sara Rabinovici e Ilse Sipres**

Os casos de D. Sara – a tradução do álbum de Moisés Kawa; e de D. Ilse, – a liberação de uma documentação particular e a translação de outros textos em ídiche, conforme referidos anteriormente, indicam a transformação de depoentes em memorialistas, à medida que no afã de tornar acessíveis fontes até então incompreensíveis, e às vezes ignoradas, desencadearam ações de memórias. Sem dúvida contribuíram para o desenvolvimento do trabalho, mas, que valor se pode atribuir às suas traduções? Essa é uma pergunta que o especialista certamente fará.

No meu caso específico tomo essas traduções como produção memorialística da coletividade e submeto-os à dúvida metodológica, ao considerar as mediações culturais e ideológicas envolvidas nas pessoas das tradutoras, assim como seu conhecimento limitado da língua, uma vez que não se tratam de profissionais especializadas.

Dentro dos limites estabelecidos, entendo-os também como uma representação possível para as intenções de memória existentes nas referidas fontes.

Cabe questionar também o que levou essas senhoras, tão idosas, a disporem do seu tempo e colaborar com a pesquisa de alguém que nem faz parte do grupo.

Acredito que elas, tal qual Rolande Fischberg e Judith Zoonisein, impregnadas pelo desejo de história, tenham desenvolvido uma espécie de “dever de memória”, isto é, uma

¹²⁵ ibid, p. 49-50.

¹²⁶ ibid, p. 51.

¹²⁷ ibid, p. 61.

relação afetiva e moral com o passado do qual fizeram parte, e que implicou na elaboração/preservação da memória coletiva, e na oportunidade de um trabalho como o que levei a cabo (essa tese), deram cumprimento ao desejo latente em si¹²⁸.

- **Judith Zoonizein**

D. Judith é uma personagem singular da história que intentei escrever. Filha de Jacó Tubenclhak, um dos primeiros judeus a se estabelecer na cidade, ainda na década de 10, sua narrativa é farta de estórias, de detalhes, é capaz de desenhar o mapa do centro de Niterói para situar o local dos eventos narrados.

O pai, um judeu liberal, em conjunto com os irmãos Treiger e os Baron, entre outros, protagonizaram grupos distintos nos primeiros tempos da coletividade. Secularizado, freqüentava a sinagoga apenas nos eventos mais importantes, e, mesmo assim, se reunia em separado junto com um grupo para quem lia os jornais todos os dias após o expediente.

Patriarca de uma família de treze filhos, Tubenclhak não transmitiu a cultura ídiche ou o gosto pela vida associativa aos herdeiros, ou mesmo ofereceu-lhes educação religiosa.

Judith não se recorda de velas acesas na casa, mulheres rezando ou festas de Pessach comemoradas pela família. Retém apenas a lembrança longínqua de uma benção proferida pela avó, uma imigrante palestina.

Na cozinha da família, pilotada pela negra Beatriz, não havia restrições alimentares e comida judaica aparecia somente em tempo de batizado.

Tanto a cozinha da casa como a casa em si eram governados por D. Beatriz, que já nascera liberta. Era com ela que as crianças da família iam tomar leite nos currais espalhados pelas ruas do centro de Niterói, ou freqüentavam de braços dados às missas e procissões na catedral de São João Batista, também no centro, área nobre da cidade então.

¹²⁸Uso a expressão “dever de memória” como um derivado do conceito vontade de memória de Pierre Nora. De acordo com esse autor, os lugares de memória, nascidos da interrelação entre memória e história desenvolveram uma aptidão para a memória, isto é, uma “vontade de memória”, qual seja, a de “bloquear o esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.”(Nora, op. cit. p.22). Com base nessa conceitualização, o dever de memória consistiria numa ação pragmática de preservar o passado através da rememoração constante da experiência passada. As referidas depoentes, tomadas por esse desejo aproveitaram a oportunidade do meu labor para de algum modo interferir na produção de significados sobre a história do seu grupo. É com base nesse desejo/dever/ vontade que elas atuaram para criar condições para a realização do trabalho. Resulta disso a necessidade de demarcar as distâncias entre a ação das depoentes e a reflexão da autora, assim como o questionamento sobre o valor dos depoimentos.

Enquanto solteira Judith, que se formou professora e depois enveredou pelas artes plásticas, pouco freqüentou a coletividade, o que entrou em sua vida através do casamento com o imigrante Volco (Waldemar) Zoonisein, que chegou ao Brasil em 1938.

Volco Zoonisein esteve fortemente inserido na vida da coletividade, tendo participado de tudo, tanto da BDF como da Hebraica. Foi sócio da União dos Ambulantes de Niterói, cuja vida foi breve, e da Caixa de Empréstimos Rachel Gueller. Segundo Judith, que circulou tanto na BDF como na Hebraica, tudo que sabe deve-se à circulação do marido, às conversas e situações que testemunhou e que compartilhou com ela.

Doente e dependente dos filhos, Judith mora hoje em Botafogo, longe de sua casa, no bairro de Icaraí e das inúmeras pastas de documentos com que me seduziu a cada encontro.

A própria Judith credita a si um papel lateral na coletividade, ao colocar-se sempre no lugar de quem ouviu uma conversa ou uma confidência, nunca de quem assistiu, presenciou ou atuou diretamente no acontecimento. Suas narrativas terminavam sempre com as seguintes frases: “eu era pequeninha, eu não estava lá” ou “assim me contaram...”.

Embora reduza seu papel, outros depoentes, como Sara Rabinovici, afirmaram sua ação de vanguarda no círculo de leitura feminino (Lein Kraiz), introduzindo literatura em português para aquelas mulheres, assim como sua participação na colônia de férias kinderland¹²⁹.

Há décadas ela espera para que a história do grupo seja escrita, e ela própria começou a fazê-lo, estimulada por um projeto que principiou a ser desenvolvido na Sociedade Hebraica de Niterói¹³⁰, que previa entrevistas e exposição de objetos da coletividade.

¹²⁹ Nas anotações de Luís Goldberg, Judith Zonisein aparece como uma das priemrias diretoras de Kinderland, o que, no entanto, seu filhonão confirmou.

¹³⁰ Pelo que pude constatar, esse projeto contou com a participação da historiadora Diana Zaidman que é membro do grupo. Dessa ação, D. Judith guardou certo material que veio a ceder-me, como o roteiro de perguntas e todas as anotações que fez – nomes de famílias e pequenas histórias de vidas que coletou, e que, ao final, somam 36 páginas. De acordo com suas anotações, o objetivo do trabalho era “resgatar o histórico da formação da comunidade judaica de Niterói”. E previa duas fases: “identificar e entrevistar os primeiros imigrantes” e “delinear o perfil com seus desdobramentos”. Judith também coletou informações sobre a primeira escola ídiche de Niterói; a venda ídiche; a sinagoga de Idel Perelman; os médicos que atendiam à coletividade; o caso Jaime Treiger; a descrição de famílias e seus integrantes; as famílias que deixaram Niterói nos anos 40; famílias que vieram de outros municípios para Niterói; anotações sobre o CIN, entre outras coisas. Ele também havia preparado uma listagem de depoentes. Ao que parece, esse projeto deveria resultar em uma exposição de documentos, objetos e fotos. Todavia não se concluiu, não sendo possível apurar os motivos que impediram o seu desenvolvimento.

Embora não tenha sido possível depreender quem patrocinou a idéia e porque não foi à frente, esse movimento sinaliza o desejo do grupo emigrado de contar sua própria história, explicitar seu sentimento, e a consciência de suas fronteiras em relação aos demais.

No caso de Judith, a demanda reprimida por história era evidente. Logo que foi apresentada a mim por intermédio de R. Fischberg começou a falar, sem apresentar qualquer questionamento: uma verdadeira avalanche de informações.

A fim de apreendê-las concebi um roteiro ambicioso, prevendo umas quatro sessões de entrevistas. As informações realmente vieram, mas, de uma maneira diferente daquela que supus.

Das sessões originalmente planejadas apenas duas se cumpriram. Talvez o gravador e a solenidade que reveste o ato da entrevista tenham inquietado Judith, ou quem sabe, ela entendeu no meu roteiro uma interferência na história que desejava contar. Sem aviso prévio, decidiu interromper a gravação, com a promessa de manter contato.

Nesse caso mal tive tempo de amargar frustração, pois inesperadamente Judith começou uma série de telefonemas, nada breves, em que contava estórias, listava nomes, lojas, endereços, e fazia muitas revelações de casos “secrets”. De vez em quando solicitava minha presença em sua casa, oportunidade em que me entregava algum documento, fotos ou informações especiais. Dessa forma, *sui generis*, construímos uma relação singular, feita de encontros e telefonemas.

Embora essa parceria tenha dado certo, uma questão me inquietava, justamente a da autorização do depoimento. Como citar um depoimento como o de Judith, bastaria anotar dia e hora do telefonema? Como citar essa fonte?

A essas inquietações foi acrescido o pedido de anonimato em relação às informações prestadas. Um verdadeiro paradoxo! Contudo, hoje, identifico nessa aparente contradição um verdadeiro jogo de linguagem através da qual Judith produzia, fabricava e significava (criava sentido) para sua história, supervalorizada por essa forma diferenciada de depoimento.

De fato, D. Judith foi uma das colaboradoras mais ativas dessa pesquisa, confiando a mim toda sorte de informações e confidências, histórias esquecidas, pequenos escândalos, etc. que tratei de perseguir em outras fontes a fim de escapar do controle narrativo da depoente, e poder citá-los sem correr riscos.

As questões suscitadas por sua colaboração, suas ambigüidades, assim como o lugar que atribui a si na narrativa, e o “jogo” praticado com a historiadora, a transformaram numa das parceiras mais instigantes do processo. Assim como revelaram muitos dos percalços e sinuosidades do método oral, que é de fato mais complexo que parece¹³¹, e que não podem ser evitados na elaboração de um trabalho como esse.

2.3 Como os Judeus de Niterói representam sua “Comunidade Imaginada”?

O que a coletividade pensa de si? O que as instituições judaicas da cidade dizem sobre a coletividade e sobre si próprias? Como elaboram a memória grupal e expressam essas idéias?

Nessa seção pretendo apresentar trechos selecionados de entrevistas, de diferentes depoentes coletadas para a finalidade da tese, e das “falas” institucionais de diversas associações da coletividade, escritas em períodos variados. O objetivo final é fazer balanço da memória elaborada por essas narrativas, apontando problemas e questões que deverão ser abordadas nos próximos capítulos.

2.3.1 A Memória das Organizações

Infelizmente, não encontrei relatos de apresentação ou testemunhos institucionais das diversas organizações femininas de Niterói, sejam as sionistas, a Na’amat Pioneiras, a Wizzo, e a Sociedade das Damas Auxiliadoras (de Niterói), sejam as progressistas, através da Associação Feminina Israelita Brasileira-seção Niterói.

No que se refere ao Centro Israelita de Niterói, não foi possível selecionar um texto qualquer que expressasse suas idéias em relação à coletividade. Assim, como no caso das organizações femininas anteriormente mencionadas, os depoimentos pessoais selecionados cumprem a tarefa de resgatar a especificidade destas instituições.

2.3.2. A Sociedade Hebraica de Niterói

¹³¹ Hoje percebo que Judith lançava questões e pistas para eu perseguir, talvez ela já soubesse a resposta, ou então quisesse alguém, já que suas forças físicas são limitadas para esclarecer as dúvidas.

Em dezembro de 1994, Samuel Baron e Gerson Korchmar, respectivamente, presidente em exercício e secretário da Sociedade Hebraica de Niterói, redigiram um relatório denominado de “Histórico da Comunidade Israelita de Niterói”¹³². Não foi possível apurar para quem esse resumo foi feito ou qual seu destino. Dele selecionamos os seguintes trechos:

a) Sobre a fase que denominaram de “Criação/Crescimento”:

(...) Estes judeus que aqui chegaram no início do século vieram da Rússia, em sua maioria. Os judeus provenientes da Polônia aqui chegaram somente ao final dos anos vinte até os anos que antecederam a segunda guerra mundial. A primeira manifestação comunitária em nossa cidade foi no âmbito religioso e ocorreu por volta de 1925 com a criação do Centro Israelita de Niterói.(...).

Tivemos também um clube denominado Hatkva, que funcionava no Centro Israelita de Niterói, em seu endereço atual. Foram épocas memoráveis, estas, nas quais aconteceram comemorações, conferências, bailes, etc., que serviram para congregar jovens da época. Foi fundada também, uma escola israelita, com o curso primário, para onde acorreram a maioria dos nossos jovens (...) Assim, a partir dos anos quarenta, passamos a ter jovens que vieram se destacando até hoje em diversas carreiras, quais sejam: medicina, engenharia, advocacia, letras e artes.

b) Sobre a fase denominada como apogeu:

No início dos anos sessenta, a quase totalidade dos judeus residentes em Niterói, com a melhoria do seu nível econômico-social, transferiu-se para o bairro de Icaraí. (...) Assim sendo, os jovens necessitavam de se congregar, ter áreas de lazer, praticar esportes, participar de realizações culturais e sociais. Para isto fundaram os membros da coletividade dois clubes em Icaraí: Sociedade Hebraica de Niterói, fundada em 1962 e Associação Davi Frischman (ADAF), esta frequentada apenas pelos progressistas, que era como se denominavam os socialistas da época em nosso meio. A Sociedade Hebraica de Niterói adquiriu um grande terreno (...) logo, um maior número de freqüentadores, na sua totalidade sócios-proprietários que adquiriram títulos para pagamento parcelado. Apenas a sinagoga e a escola permaneceram no centro da cidade, logo entrando em franca decadência..(...).

Os primeiros judeus em Niterói, em sua maioria, eram mascates e/ou prestamistas (...) com a melhoria do nível de ganhos, a maioria conseguiu abrir lojas comerciais no centro da cidade, onde comerciavam tecidos, roupas, móveis, etc.

c) O Declínio:

¹³² Trata-se de um relatório em três laudas que resume o histórico na visão deste grupo, marcadamente sionista, a trajetória da coletividade.

A geração seguinte, em sua maioria, dedicou-se às profissões liberais, aí começando sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro, onde eram maiores as oportunidades de trabalho e lazer. Boa parte dessa geração emigrou para Israel e lá está até hoje (...)

(...) Resumindo então os fatores que levaram ao declínio a coletividade israelita de Niterói, podemos estabelecer os seguintes itens: crise econômica; emigração (para Israel); mudança (para o Rio de Janeiro) falecimento (das gerações pioneiras)

A leitura desses excertos evidencia a construção de uma memória unilateral e que se resume exclusivamente ao que se passou do lado dos sionistas e religiosos. As diversas organizações existentes antes de 1925 foram eliminadas do relato. Mesmo que não fosse do conhecimento dos narradores o que a pesquisa documental registrou — nove referências às formas incipientes de organização social, entre 1916-1922, a organização da Biblioteca Davi Frischmam, em 1922, é excluída do histórico da coletividade.

Da mesma forma, os progressistas aparecem no texto relacionados a um contexto de ascensão social do grupo, e como se fossem seres apartados da coletividade. Na verdade, o relato expressa a forma como os representantes da Hebraica e militantes fiéis do movimento sionista enxergavam o outro grupo — um pequeno gueto.

Portanto, existe uma supervalorização de associações como o CIN e a Hebraica, que não corresponde à realidade da própria coletividade que se grande parcela é associada ao CIN, deve-se em parte à questão do cemitério, da garantia dos enterramentos em um espaço que simboliza os sentidos de pertencimento ao grupo, e não apenas por questões de religião e ideologia.

Alguns dos relatos individuais coletados divergem da descrição da Hebraica, que no texto aparece como uma continuidade do CIN, ao apontarem seu estranhamento em relação a essa associação.

Outro ponto interessante desse discurso é que, ao informar a criação das novas instituições nos anos 60, elas aparecem superpostas ao processo de ascensão social de parte da coletividade, e desvinculadas de qualquer discussão relativa às transformações identitárias, ou às novas identificações que o grupo projetava para si naquela conjuntura. Na prática, os relatores (que evidentemente não eram historiadores ou sociólogos) ao adotar um eixo narrativo baseado nas idéias de criação/apogeu/decadência limitara as possibilidades de se examinar a coletividade por outros ângulos, como o das transformações.

Em relação a uma maioria de judeus russos nos primórdios isso é bastante discutível. Dados apurados para esta pesquisa demonstraram que existem menos judeus russos e mais poloneses e bessárabes do que a maioria acreditava. Muitos relatos individuais falaram de uma predominância russa no CIN e polonesa na BDF, mas as estatísticas que elaboradas desconstróem essas idéias.

Por fim, no texto, os autores sinalizaram a passagem direta dos prestamistas a comerciantes de lojas abertas, nos anos 50, e de uma segunda geração maciça de doutores oriundos da Escola do CIN, o que é uma absoluta inverdade, visto que essa escola data dos anos 50, período em que a segunda geração já estava graduada ou entrava na universidade.

Ademais, a pesquisa mostrou uma realidade bem diferente. Ao elaborar mapas de prestamistas e comerciantes ao longo do período estudado, foi possível observar que a maioria dos ambulantes se mantém como tal e os comerciantes também. Muitas das lojas criadas após os anos 50 tiveram sua criação derivada das dificuldades profissionais dos filhos “doutores” em se colocar no mercado ou daqueles que não conseguiram se qualificar. Observou-se também que, no mesmo período, alguns prestamistas abriram lojas e muitos comerciantes fecharam as suas e tornaram-se ambulantes.

Ainda, ao identificar os motivos da suposta decadência da coletividade, um dos itens arrolados foi a emigração para Israel. Não foi verdade que boa parte tenha feito “Aliá”¹³³. Os depoimentos e algumas fontes falam apenas em alguns casos.

Não há dúvida quanto à necessidade da desconstrução da memória para que o passado apareça com mais vigor por trás dos textos, mas a pergunta que deve ser feita é — por que esse relato tem força de memória?

Em primeiro lugar, porque carrega em si a chancela de uma instituição, encaminhando o seu grupo para que assimile e reproduza essa forma de ver o passado; em segundo lugar, porque o grupo que escreveu representava a coletividade dessa forma e transpôs sua certeza para o discurso, e isso não deixa de ser legítimo, pois não existe uma memória, elas são múltiplas e diversificadas; e, finalmente, porque a estrutura narrativa, tal como a memória, é linear, se apropria das formas de pensar do senso comum e o reproduz.

Assim, a linearidade com que o relato se apresenta baseado no encadeamento progressivo dos fatos e apoiado em noções tão populares, como a percepção da história das

¹³³ Literalmente “subir para Israel”, isto é a emigração para a pátria definitiva.

sociedades pela trilogia criação-apogeu-decadência, garante sua inteligibilidade e resulta numa memória de fácil deglutição para quem o lê. Cabe ao intérprete a sua problematização.

2.3.3 A Associação Davi Frischman (ADAF)

No caso da ADAF, na falta de um texto semelhante ao apresentado pela Hebraica, selecionei dois escritos produzidos na virada do milênio. O primeiro refere-se ao editorial veiculado no Informativo ADAF, ano 3, no. 18, a propósito das comemorações da Independência do Estado de Israel:

A ADAF, no decorrer de sua existência, sempre manteve uma atuação progressista, com o objetivo principal de divulgar e preservar a cultura e tradições judaicas, mas não se limitou a isso, se mantém inserida na cultura brasileira também.
(...) A ADAF acredita que o convívio pacífico entre opiniões divergentes, não representa fraqueza, e sim grandeza, e lembra que foi a favor e participou efetivamente para o reconhecimento do Estado de Israel, e acredita que somente a democracia que lá existe, permite várias ideologias conviverem juntas e mantém a chama acesa para sua existência.

O segundo texto selecionado integra o “Pequeno Histórico da ADAF”, folheto de propaganda institucional da casa. Dele extraímos os seguintes trechos:

Foi no início do século XX, eles ainda eram poucos, mas trabalharam muito e conseguiram trazer seus parentes e amigos. Aqui constituíram suas famílias, e grande parte dos imigrantes só chegaram após a 2ª. guerra mundial.
A necessidade de preservar a língua ídiche e aprender o português, fez com que um grupo de amigos criasse uma biblioteca. No início, os livros ficavam na casa de um responsável, que por meio de correio conseguia livros e revistas vindas da Europa e dos Estados *Unidos*, posteriormente alugaram um local, que passou a ser ponto de encontro dos que já moravam aqui e os que chegavam.
Os objetivos eram ensinar o novo idioma, ajudar financeiramente os que chegavam, preservar suas raízes, e se integrar na vida do país, participando de suas lutas, conhecendo sua história.

No primeiro texto, dois pontos chamam a atenção: logo nas linhas iniciais uma declaração de pertencimento, seguida pela divulgação dos valores da ADAF, demarcam o seu espaço social e o perfil ideológico, o que é claramente exposto no parágrafo seguinte ao

afirmar as divergências no interior da coletividade. Entretanto, nessa mesma alínea, a associação precisa lembrar, no sentido de confirmar aos leitores do boletim (e ele é entregue a quase toda a coletividade sobrevivente), que participou das campanhas em benefício do Estado de Israel.

Evidencia-se, pois, um esforço de produção da memória coletiva daquele grupo, que precisa afirmar-se em relação aos outros segmentos, e sinalizando disputas pela memória da coletividade. Esse vigo na produção da memória é também uma forma de atualizá-la.

No *Pequeno Histórico da ADAF*, como o próprio título revela, o foco está dirigido para a trajetória da associação. A estrutura narrativa se apropria de elementos míticos como o deslocamento do eixo temporal para um genérico “no início”, descontextualizando os conflitos sociais e históricos vigentes, assim como apela para formas afetivas de relatar os acontecimentos e atos cheios de heroísmo, como “o grupo de amigos que se reuniu em torno dos livros”, ou a figura do “responsável pelos livros” e seu trabalho para obtê-los.

Ademais, a exposição dos objetivos convence o associado ou o leitor comum do altruísmo dos sócios, da pureza dos motivos, conferindo à associação uma aura mágica de modo a legitimar sua existência.

Todavia, a narrativa dessa memória incide em certos exageros que devem ser problematizados, e até mesmo uma contradição, como aquela de situar a fundação da BDF em tempos remotos e apontar para o fato da imigração maciça ter-se dado no pós-Segunda Guerra Mundial. Como uma instituição nascida no contexto brasileiro dos anos 20, baseada em imigrantes que traziam à flor da pele as querelas do judaísmo da virada do século XIX para o XX, quando a grande questão era sionismo/progressismo, poderia ter absorvido a entrada maciça de indivíduos que emigraram em outra situação, na qual a temática da guerra e o trauma vivido passaram pouco a pouco a tomar o lugar da questão anterior?

Baseado nas pesquisas efetivadas para a tese, e contrário ao afirmado no *Pequeno Histórico da ADAF*, os imigrantes judeus em Niterói chegaram majoritariamente na primeira parte do século XX. Poucas famílias se integraram a essa coletividade no pós-2ª. Guerra Mundial¹³⁴. É verdade que a questão sionista se agudizou e parte do grupo se empenhou em

¹³⁴ No capítulo 4 presento uma relação de indivíduos e famílias que chegaram no pós-guerra. No caso específico da BDF, um dos imigrantes que passou a integrar os quadros da associação naquele período foi Moisés Kawa, cuja bagagem cultural é celebrada até hoje por todos que conviveram com ele.

defender e angariar fundos para o Estado de Israel, mas essa também já era uma questão que estava posta na primeira metade do século XX¹³⁵.

No caso específico da BDF ela permaneceu progressista, apoiou “lateralmente” a criação do Estado de Israel, apenas contribuindo para as campanhas.

Outro problema pode ser identificado no texto, que é a transformação da biblioteca em lugar de ajuda financeira ou para aprender o idioma. A BDF tinha seu lugar de sociabilidade, mas não efetuava ajuda financeira e para isso existiram outros meios como a União dos Ambulantes de Niterói, a Associação de Ambulantes ou a Caixa de Assistência Rachel Gueller. Ainda, os mais velhos falavam ídiche entre si. Foi a pressão dos filhos, a segunda geração, que trouxe o idioma brasileiro para dentro da associação.

2.3.4 A Memória dos Depoentes

Dentre tantas entrevistas, algumas se destacaram mais que outras na produção dos sentidos. A fim de atender os propósitos dessa seção, defini apenas quatro dos diversos temas que atravessam os depoimentos, selecionando os trechos cuja força narrativa evidencia o trabalho da linguagem, conforme demonstrado por Andrés Jolles, para “produzir, fabricar e significar” idéias¹³⁶.

Esses excertos têm em comum o comentário da vida associativa e os conflitos internos, porém, é preciso salientar que a coletividade existia fora dos muros institucionais e alguns judeus radicados na cidade não se interessaram em participar dessas associações.

Todavia, é tal a força do discurso associativo que é impossível deixá-lo passar sem um exame percuciente, para apreender o que de real existe nele.

a) A propósito das Divergências entre CIN e BDF:

I

¹³⁵ A luta pela criação do Estado judeu na Palestina é bastante anterior à sua efetiva fundação. Vale lembrar dos esforços do Barão de Rotschild e a recepção à Declaração Balfour, em 1917.

¹³⁶ Cf. JOLLES, A. *Formas Simples*. São Paulo : Cultrix, 1976. Apud ALBERTI, V. op. cit. p. 80.

(...)inclusive existia uma divergência tão acirrada que não se freqüentavam, era difícil... Eles se falavam, eram judeus, mas era grupo de lá, grupo daqui. Cada um sabia — eu sou daqui e aquele é de lá.¹³⁷

II

O problema da religião. Porque os progressistas sempre foram anti-religiosos. Eles não entravam na sinagoga. Difícil um ou outro que fazia a ponte e estava nos dois. Tinha alguns que eram sócios (...) completamente laicos¹³⁸

III

Eu acho que não. Era muito bem demarcado—Centro é Centro, Biblioteca é Biblioteca e até quando ficaram pertinho, um próximo do outro na (rua) Visconde de Uruguai, eu não entrava na Biblioteca. Eu entrei uma vez pra ver um negócio de futebol e na mesma hora saí.¹³⁹

Os excertos apresentados acima têm uma semelhança impressionante ao apontar a dicotomia entre CIN e BDF como um dado fundamental na história da coletividade. Na prática dos vinte e seis relatos coletados, vinte e cinco caminharam nessa direção. O único depoimento que relativiza esse dado é o de Boris Mocny ao refletir o conflito pelo lado da luta de classes.

No entanto, o discurso de Alberto Hasson (II) introduz outra questão, que, paralela ao conflito ideológico, teve sérias repercussões na vida do grupo: a secularização de uns e a religiosidade de outros. Houve inclusive pioneiros que situaram a querela ideológica em segundo plano e dividiam a coletividade de Niterói entre secularizados e religiosos¹⁴⁰.

O embate sobre o idichismo e o hebraísmo, desdobrado da querela ideológica, também atravessou a coletividade, embora seja menos comentado.

b) A Disputa entre a ADAF e a Hebraica e o Balneário de Icaraí

I

Na década de 60 verificou-se uma grande disputa para saber quem primeiramente construiria uma sede social em Icaraí. O CIN chegou primeiro, pouco antes da BDF, tendo adotado o nome de Sociedade Hebraica de Niterói. A biblioteca, em memorável campanha financeira, com apoio dos jovens empresariando uma série de espetáculos teatrais, com a arrecadação feita pela sede da Visconde de Uruguai, posteriormente com a participação das mulheres, com palestras, várias atividades

¹³⁷ Entrevista R. Fischberg, set. 2004.

¹³⁸ Entrevista A. Hasson, dez. 2005.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Lembranças de Marcos Zoonizein sobre Simão Graber, nome destacado da coletividade pelo lado progressista.

sociais para a construção da piscina, quadra, salão, palco e o restante. Foram momentos de grande afetividade em relação à ADAF.¹⁴¹

II

A Hebraica é uma coisa..., realmente, surgiu a Hebraica em São Paulo, depois no Rio de Janeiro como realmente um clube de elite, de ricos e milionários...Em São Paulo e no Rio fizeram a mesma coisa e Niterói quis fazer o seu. Não tinha relação com memória, com nada. O negócio deles era clube social¹⁴².

III

Porque a Hebraica não tinha finalidade religiosa, tinha finalidade de congregar culturalmente a coletividade, esporte, etc. e coisa, e algumas coisas começavam a ficar restritas dentro do CIN e aí o Centro Israelita cada vez...

O clube é dos sócios proprietários. Não teve finalidade religiosa, era lazer dos ricos....¹⁴³

Como no caso anterior, fontes diversas refletiram memórias parecidas. Nota-se uma incompreensão em relação ao significado da Hebraica, que é inclusive descaracterizada como lugar de memória do grupo como um todo. Não há nesses discursos uma tentativa de apreender o real significado da mudança que a Hebraica expressou, mas isto, sim, espelha impacto assustador da nova realidade, que não se resumia aos conflitos entre pobres e ricos, mas, a meu ver, um novo padrão de organização social, diferente daqueles estabelecidos pela geração pioneira.

A memória dividida, quase indignada em relação à Hebraica contrasta com o tom afetivo, laboral da construção da ADAF. A narrativa contida no texto I desta seção é exemplo disso. Nas linhas que se referem à Hebraica, seu tom é seco, mas as dedicadas à ADAF têm uma leitura quase visual, pois podemos imaginar os jovens à procura de peças para emprestar e, assim, reverter os fundos para a nova sede, assim como as senhoras, de salto alto, vendendo rifas, cozinhando, ou seja, vertendo suor para trazer a BDF para o balneário de Icaraí. São discursos que apresentam um trabalho incrível de elaboração da linguagem, que é inconsciente, e que resultam na construção de uma memória conflituosa em relação à Hebraica.

c) Sobre a identidade judaica e os momentos em que os conflitos foram suspensos

I

A família Treiger aqui de Niterói era família tradicionalmente sionista e o Treiger (o velho) era o presidente do CIN, era contra o pessoal de esquerda. Num determinado momento, na época da ditadura Vargas, um grupo de judeus daqui de

¹⁴¹ Entrevista, Paulo Velmovitsky, Informativo ADAF, ano 2, no. 13.

¹⁴² Entrevista, Rolande Fischberg, agosto, 2005.

¹⁴³ Entrevista A. Hasson, dez 2005.

Niterói — o Simão Graber, mais uns cinco ou seis ativistas foram presos... O Treiger foi imediatamente lá defendê-los e conseguiu tirá-los da cadeia. Eles não eram de acordo mas num momento decisivo, eles estavam presentes.¹⁴⁴

II

houve um momento em que isso se reduziu muito, na guerra dos 6 dias eu até me surpreendi, porque eu vi a ADAF fazer uma campanha de arrecadação de fundos para o Estado de Israel junto. Todas as instituições fizeram junto, o CIN, a BDF, a Hebraica. Eu *me* lembro inclusive da reunião no Centro Israelita, com as 3 diretorias, se fazendo um apelo à coletividade, mas aí era o seguinte, era um momento de extrema emoção, porque na verdade a guerra tinha acabado de acabar, ela foi muito rápida, o Estado se envolveu, mas não me lembro, e aí é uma questão de sobrevivência. Nesse momento a posição de eu não concordo com certas questões, posicionamentos, em relação aos árabes, aos palestinos, do grupo progressista esbarrou num apelo emocional, por que naquele momento se vivia uma ameaça de destruição, talvez, não sei...¹⁴⁵

Os excertos selecionados reverberam a mesma mensagem: esses imigrantes judeus mantinham entre si laços de pertencimentos, lealdade e identificação a uma comunidade de símbolos (a coletividade de Niterói) que emprestava sentido às suas querelas e unidade em momentos de crise ou ameaça externa.

À representação da unidade, entretanto, é preciso o questionamento dos fatos narrados para estabelecer o que é verdade e o que é manipulação do desejo de memória que todo indivíduo ou instituição tem.

E esse é o caso da história narrada no texto, que não foi totalmente esclarecida. Vários ativistas de Niterói, ligados ou não à BDF, inclusive um cunhado do “velho” Treiger foram presos diversas vezes, durante os anos 30 e 40. Entretanto, sabemos apenas de um caso de interferência do presidente do CIN, tido por muitos como homem muito poderoso e não foi possível esclarecer em que circunstâncias e, também, quando isso se deu.

No caso que me foi relatado por Sara Rabinovici, viúva de Sruli Rabinovici, um comunista inveterado e militante da biblioteca, houve sim a ação de Isac Treiger para libertá-lo, mas também a participação de outro ator nesse episódio, um fiscal amigo de Rabinovici que solicitou ao prestigiado integrante do Centro e importante comerciante da cidade, a liberdade do amigo. Portanto, é possível que a verdade não corresponda à memória elaborada, mas memória não é história.

Nesta seção me apropriei do conceito de comunidade imaginada de Benedict Andersom para pensar como os judeus em Niterói, imigrantes de regiões distintas da Europa,

¹⁴⁴ Entrevista R. Fischberg, set. 2004.

¹⁴⁵ Entrevista A. Welmowicki, março, 2007.

somados a poucos judeus palestinos e sefaraditas, reelaboraram sua cultura original e seus laços de pertencimento para constituir novos elos, assim como os sentimentos de lealdade e identificação à sua nova comunidade. Para tanto, intentei demonstrar através de um balanço das memórias expressadas nos depoimentos selecionados, como essa comunidade imaginada é representada por eles. Nos próximos capítulos, o objetivo, a partir da diferenciação entre memória e história, é a desconstrução dessa memória para chegar o mais perto possível do que foi o passado.

3. A CIDADE E SEUS IMIGRANTES

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p.14-15.)

I

Iniciar um texto sobre o fenômeno urbano, em particular sobre cidade, sem recorrer à clarividência do mestre italiano Ítalo Calvino, é quase lugar comum. Porém, em face da epígrafe escolhida, como deixar passar as questões que seu texto atinge? Qual será o passado de Niterói, essa cidade que sempre sofreu com a proximidade da antiga capital federal? Que segredos estão contidos na palma das suas ruas? Que ângulos da interação étnica podem ser descritos nas suas esquinas? O que as grades das janelas revelam sobre o cotidiano dos diversos grupos de imigrantes que se estabeleceram em Niterói no século XX, em particular sobre os judeus?

Essas e outras questões serão tratadas ao longo deste capítulo.

II

A cidade de Niterói viveu, ao longo da primeira metade do século passado, um lento processo de modernização da infra-estrutura urbana, cuja finalidade era valorizar o sentido simbólico da cidade como capital.

Como principal cidade do estado do Rio de Janeiro¹⁴⁶, teve sua trajetória marcada por uma constante confusão entre província e corte, no Império, o que se repetiu, mais tarde, na República, com a contínua intromissão do Governo Federal nos assuntos estaduais, neutralizando politicamente a capital.

Do mesmo modo, a instituição da Prefeitura, em 1904, foi desde sempre contestada e o cargo de Prefeito mantido fora do âmbito político e ocupado regularmente por “diretores de obras” designados pelos governadores¹⁴⁷.

As contínuas intervenções estaduais nos órgãos municipais asseguraram pouquíssimos períodos de autonomia política para a cidade, provocando a alta rotatividade do cargo de Prefeito e uma eterna descontinuidade entre os sucessivos governos, o que atrasou em décadas as obras de remodelação urbana iniciadas no começo do século¹⁴⁸.

Paradoxalmente, a história da antiga capital, rica em conflitos, e marcada por um enorme complexo de inferioridade em relação à metrópole vizinha, foi pouco visitada pelos historiadores. Seu quadro historiográfico é caracterizado, sobretudo, por uma bibliografia meramente descritiva, duplamente descompromissada com as modernas abordagens históricas e com a história do tempo presente. Assim, imersa na obscuridade e constantemente ofuscada pelo brilho da cidade vizinha, Niterói permanece como lacuna historiográfica, constituindo-se num fértil campo de estudo para pesquisadores.

Sobre a historiografia da cidade, escreveu Ismênia de Lima Martins:

O número de títulos arrolados, 84, não permanece expressivo diante do exame do material existente. Mais de 60% da produção é constituída de artigos que não ultrapassam 3 páginas, cujo material explicativo é quase nenhum. Na maioria das vezes apresentam-se como simples registros, e os mais ousados apenas tangenciam um nível de questionamento.(...)

Apresentam-se, porém, fortemente limitados pelo compromisso com a história factual tradicional, insuficiente grau explicativo, desprezo pelo questionamento sócio-econômico, e ainda pelo desinteresse com que encaram as articulações local/regional/nacional.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Niterói foi capital da ex-província e atual Estado do Rio de Janeiro, por 139 anos, com breve interrupção no período 1894-1903.

¹⁴⁷ “A sucessão de crises políticas, refletindo-se negativamente sobre o desenvolvimento do município sempre contribuiu para que a Prefeitura como instituição fosse muito contestada em sua legitimidade”, in SOARES, Emanuel de Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Niterói, Editora e Distribuidora Êxito, 1992, p.43. Na época os governadores eram denominados “presidentes de estado”.

¹⁴⁸ *ibid.* Livro bastante interessante, o autor, um jornalista, apresenta aspectos da evolução administrativa da cidade.

¹⁴⁹ MARTINS, Ismênia de Lima. Niterói Histórico in MARTINS, Ismênia de L. e KNAUSS, Paulo. *Cidade Múltipla*. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 232 - 233.

Dos oitenta e quatro títulos inventariados pela autora em 1997, 80% restringiam-se à descrição do comércio, pesca da baleia, transporte e do cotidiano da cidade, além de seus inúmeros e intermináveis planos de urbanização; 50% foram produzidos pelo mesmo historiador, Thalita de Oliveira Casadei; 16% do total dos artigos debruçavam-se sobre os séculos XVI, XVII e XVIII; mais de 50% concentravam-se sobre o século XIX; e apenas sete estudos, dentre os quais três dissertações de mestrado do PPGH-UFF, têm seus marcos temporais no século XX¹⁵⁰. A autora lembra ainda que 40% do catálogo de teses da instituição têm como recorte espacial, a cidade do Rio de Janeiro, analisado sob temas e períodos diversos¹⁵¹. Significa dizer, portanto, que a história de Niterói exige um grande esforço de investigação e publicação por parte de historiadores e demais pesquisadores¹⁵².

Na década de 1990, a Prefeitura de Niterói, engajada na promoção da auto-estima da cidade e da sua reabilitação histórica e cultural, realizou eventos, como as Semanas da Itália e de Portugal, e a restauração da localidade de Portugal Pequeno, no bairro da Ponta da Areia, que despertaram interesse sobre a temática local, influenciando no aparecimento de trabalhos de maior qualidade analítica, como os livros Histórias de Família: entre a Itália e o Brasil¹⁵³; Cidade Múltipla¹⁵⁴; e a dissertação de mestrado Como Nossos Pais. Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950)¹⁵⁵.

Na virada do século, outros trabalhos contemplaram o tema, como a dissertação de mestrado A Imigração Madeirense em Niterói—1930-1990. Um Estudo de Caso¹⁵⁶ e o livro Imigração Espanhola em Niterói, fruto da parceria entre o LABHOI e a Prefeitura Municipal da cidade, em função do evento “Niterói — Encontro com a Espanha”¹⁵⁷.

¹⁵⁰ Desses, devem ser destacados os seguintes trabalhos: ALMEIDA, Antônio Figueiredo de. *História de Niterói*; FORTE, José Matoso Maia. *O Município de Niterói e Notas para a História de Niterói*; SOUZA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*; e SOARES, Emmanuel de Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Embora sem carga analítica, esses trabalhos são carregados de informações sobre o cotidiano da cidade.

¹⁵¹ Id, p. 238-239; Vale à pena conferir as tabelas das páginas 246-248, onde a autora detalha com requinte a produção historiográfica sobre a cidade. A autora destaca, também, o divórcio existente entre a UFF e a história local, o que atesta, tanto por parte do cidadão local, como da história da cidade, a ruptura entre passado e presente.

¹⁵² Vale dizer que a análise da autora para o caso de Niterói ainda pode ser considerada atual, visto que seu quadro historiográfico pouco se modificou nos últimos anos.

¹⁵³ GOMES, Angela de Castro. *Histórias de Família: entre a Itália e o Brasil*. Depoimentos. Niterói: Muiraquitã, 1999.

¹⁵⁴ MARTINS e KNAUSS, op. cit.

¹⁵⁵ NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. *Como Nossos Pais. Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói. 1900-1950*. Niterói: PPGH-UFF, 1998.

¹⁵⁶ op.cit.

¹⁵⁷ GOMES, Angela de Castro & Mauad, Ana Maria (orgs). *Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 2006. Vale registrar o esforço do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF de incluir o tema da cidade de Niterói em seu rol de assuntos a estudar. Tanto esse livro como o dos italianos foram realizados em

Ao contemplar a transformação do espaço urbano da cidade e as várias faces desse processo, através da atuação de grupos imigrantes, esses estudos inauguraram um novo tempo para a historiografia de Niterói, remindo-a da obscuridade em que submergiu ao longo do século XX. O estudo do caso judeu em Niterói, por conseguinte, relaciona-se a essa nova tendência.

Cabe destacar que em comum entre a cidade e os imigrantes, sejam italianos, portugueses ou judeus, está a problemática da construção da identidade. Enquanto os grupos de recém-chegados negociavam novas identificações a partir da sua ocupação do solo, a cidade de Niterói viveu o século XX desejosa de criar uma identificação com sua condição de capital através de um conjunto expressivo de reformas urbanas que a habilitassem aos olhos do cidadão fluminense, desenhando, por fim, uma imagem que a tornasse representativa política, econômica e culturalmente no âmbito nacional.

A sincronia desse duplo processo identitário aponta, pois, para a transformação da cidade e seus diversos imigrantes em cúmplices, parceiros de uma mesma jornada, de modo que para compreender um é preciso desvendar em parte o outro, e vice-versa. Decifrar essa relação é o desafio deste capítulo.

3.1 “O Segredo na Palma das Ruas”: Uma Visão do Passado de Niterói

A Niterói de hoje expande-se em direção às praias oceânicas e brinda os visitantes com o moderníssimo Museu de Arte Contemporânea, o MAC, projetado em formato de taça pelo centenário arquiteto Oscar Niemeyer para simbolizar o “novo tempo” vivido pela cidade, após décadas de estagnação. O presente distancia-se do tempo passado, divorciando-se da história da antiga capital, e subvertendo a máxima de Stanislaw Ponte Preta: “cidade onde o urubu voa de costas”.

Essa visão depreciativa da cidade relaciona-se em grande parte à proximidade com o Rio de Janeiro, durante muito tempo, centro decisório nacional:

Niterói, porém, mesmo depois de cidade, manteve-se discretamente como a Banda d’Além. Exportava seus produtos para a cidade e seus moradores mais destacados lutavam politicamente do lado de lá, como é o caso de José Clemente Pereira. Como capital da província, a partir de 1834 permaneceria ofuscada pela cidade vizinha que, como centro de decisão política nacional e da vida da corte, atraía as

conjunto com estudantes de graduação e almejavam apenas o registro da memória dos imigrantes, diferente das teses que contêm forte conteúdo analítico.

elites provincianas. A projeção econômica do Rio de Janeiro como porto exportador, concentrando o grande comércio e o setor financeiro, e o posterior desenvolvimento industrial no período republicano reforçaram a posição inteiramente secundária que Niterói ocuparia na história nacional.¹⁵⁸

Encoberta pelo brilho do Rio de Janeiro, espécie de cidade sol, “Ímã que atraía toda a elite fluminense”¹⁵⁹, Niterói cultivou, ao longo do século passado, um exacerbado sentimento de inferioridade em relação à metrópole vizinha, tentando imitá-la, tanto pela similaridade da ocupação espacial, como pelos sucessivos projetos de urbanização inspirados na outra margem da Baía de Guanabara:

No final dos anos vinte a ocupação da cidade já indicava as principais características que configuraram a evolução de Niterói: a reprodução da forma de ocupação do Rio de Janeiro, a localização do centro em frente ao Rio de Janeiro e a segregação espacial por faixas de renda¹⁶⁰.

Marieta de Moraes Ferreira, ao escrever sobre o tema, arrolou um conjunto de razões para explicar a dificuldade de afirmação de Niterói como capital. Em primeiro lugar, a autora relacionou a proximidade da cidade do Rio de Janeiro e a confusão que se estabeleceu entre província e corte durante o Império, levando a primeira a identificar-se, amoldar-se e, por fim, subordinar-se aos interesses, necessidades e problemas do Rio de Janeiro como cidade, fato que se repetiu no período republicano, quando o “status” de Distrito Federal obnubilou mais uma vez a capital da província:

a verdade é que a autonomia concedida à província fluminense mostrava-se extremamente limitada e não foi suficiente para libertá-la do peso da cidade do Rio de Janeiro na sua vida política e econômica. A centralização monárquica acentuava a relação de dependência da província para com a capital do país, o que resultava no carreamento para a Corte de vultosos recursos econômicos e tributários, além de permitir constante interferência nos negócios fluminenses.(...).

¹⁵⁸ MARTINS, Ismênia de Lima. “Niterói Histórico” in _____ Cidade Múltipla, op. cit., pp. 231-232.

¹⁵⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. “Niterói Poder” in MARTINS e KNAUSS, Cidade Múltipla, op. cit., pp. 81.

¹⁶⁰ AZEVEDO, N. S. de. “Niterói Urbano”, in MARTINS e KNAUSS, op. cit., pp. 55. São comuns as referências à similaridade da evolução urbana de Niterói e Rio de Janeiro, ressaltando a extraordinária influência da capital federal sobre a capital estadual. Assim está registrado na Enciclopédia de Municípios Brasileiros (op. cit.): “a sua evolução foi muito mais lenta do que a do Rio de Janeiro, mas sob sua influência, tendo ela como espelho e modelo”. Pp. 21.

Com a República, o novo estado do Rio de Janeiro, continuou a ser objeto de intervenções da política nacional, sem condições de exercer a autonomia que o novo regime preconizava.¹⁶¹

A autora sublinhou, ainda, o provincianismo de Niterói como cidade para explicar sua incapacidade em constituir-se como capital, ou seja, o espaço privilegiado da política e cidadania, qual a pólis grega, geradora de comportamentos e cultura modelares para as regiões vizinhas¹⁶².

Fora desses padrões, a tosca capital fluminense foi depreciada, ridicularizada pela população do Estado, consubstanciando-se num espaço de esquecimento, carência, hibernação¹⁶³:

À visão depreciativa dos cariocas sobre os fluminenses somava-se à visão dos fluminenses sobre si mesmos, especialmente os de Niterói, marcada por um enorme complexo de inferioridade frente ao grande centro cultural, político e econômico que era o Rio de Janeiro.¹⁶⁴

Ridicularizada durante boa parte do século XX, Niterói foi tratada com desdém pelos cariocas, ou, para repetir Sergio Porto, mais uma vez, como a “*cidade onde o urubu voa de costas*”.

Paralelamente à limitada autonomia política da capital estadual, a maior parte do tempo sob controle do poder central, e intrinsecamente ligada à sua condição provinciana, Niterói viu na questão urbana seu maior adversário.

A lenta evolução urbana da cidade nas primeiras décadas da República, em comparação à velocidade das transformações vividas pelo Rio de Janeiro de Pereira Passos, pôs Niterói na contramão da modernidade. Nas palavras de Emmanuel Macedo Soares, “*Calçar uma rua era uma tarefa ciclópica*”¹⁶⁵.

...e Niterói continuava com aquela aparência de império, feição de vila do interior: ruas descalças, água muito pouca, bondinho puxado a burro (os elétricos levaram cinco anos para suprir toda a rede), fossa em lugar de esgoto, que não saía do papel.

¹⁶¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder, op. cit. p 76 e 78. É preciso dizer que, mais tarde, em 1960, com a transferência do Distrito Federal para Brasília, e o conseqüente esvaziamento político da Guanabara, multiplicaram-se as pressões para a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio, o que se efetivou em 1974 (Lei Complementar nº. 20, de 1/7/1974), mergulhando Niterói em total ostracismo.

¹⁶² idid, p.79.

¹⁶³ idid, p. 79-80.

¹⁶⁴ Idid.

¹⁶⁵ SOARES, Emmanuel M., op. cit. p. 41.

Áreas nobres de hoje, como Icaraí, descampavam-se entre alagados, da orla da praia ao Campo de São Bento.¹⁶⁶

De acordo com Marlice de Azevedo, o primeiro impacto da nova ordem republicana sobre Niterói foi de destruição e abandono¹⁶⁷. A Revolta da Armada (1893-94) incidiu como uma bomba sobre a cidade, assinalando sua vulnerabilidade tanto no plano estratégico militar – a cidade foi bombardeada, como no político, à medida que a população local apoiou os revoltosos. Punida, Niterói viu a capital ser transferida para Petrópolis¹⁶⁸.

Em 1903, novamente capital e, sob a presidência de Nilo Peçanha, teve início um conjunto de reformas urbanas que visavam a identificar Niterói como símbolo da nova era republicana. Planejaram-se, então, obras de infra-estrutura como saneamento e calçamento de ruas, a edificação de edifícios públicos e duas intervenções de grande porte: a construção do porto de Niterói e a Praça da República, um conjunto arquitetônico que deveria conter os três poderes¹⁶⁹.

Todavia, a execução dessas obras correu ao sabor das disputas da época, levando grande parte delas mais de meio século para tornarem-se realidade.

Paulo Alves, designado Prefeito pelo então Governador Nilo Peçanha, elaborou um avançado projeto de urbanização que constava de uma longa avenida margeando as Praias de Icaraí, São Francisco, Charitas e Jurujuba; a construção de um acesso às praias oceânicas pela Estrada da Cachoeira, em São Francisco, além da edificação de hotéis, praças, jardins, vilas operárias, quadras de esportes, museus, calçamento de ruas e saneamento básico. Para

¹⁶⁶ Ibid, p. 25. A fim de que se possa ter idéia do atraso na evolução urbana de Niterói, ainda hoje, correm na memória dos habitantes mais antigos, histórias a respeito do “Eurico da titica”, trabalhador que percorria as residências da cidade para recolher a matéria fecal, munido de carroça e barris. Essas reminiscências foram narradas por Hécio Azevedo, 73 anos, aposentado, em conversa datada de março de 2002. De outra forma, Emmanuel de Macedo Soares comenta a instalação da rede de esgoto no centro da cidade, em 1912. Acompanha a narrativa uma ilustração desse método primitivo. Cf., p. 33. Ainda deve-se ressaltar que, na atualidade, a questão do saneamento continua a afligir a cidade. A região oceânica, por exemplo, somente no final da década de 1990 começou a se beneficiar pela chegada da rede de água e esgoto.

¹⁶⁷ AZEVEDO, Marlice. Niterói urbano. In: MARTINS. Ismênia e KNAUS, Paulo. *Cidade múltipla*. op. cit. p. 40.

¹⁶⁸ A idéia da interiorização da capital corresponde ao desejo de despolitizar a capital, livrando-a dos focos de agitação e minimizando as disputas entre as cidades fluminenses pela sede da capital. O desejo de neutralizar politicamente as massas urbanas acompanhou de perto as forças nilistas, contribuindo para o projeto de anulação política da capital. A propósito, escreveu Marieta de Moraes: “Niterói seguia de perto os passos de sua irmã mais velha, a capital da República. Contaminada pela agitação política das massas urbanas cariocas, que se rebelavam fazendo eclodir a Revolta da Vacina, a terra de Araribóia também deveria ser alvo de uma política de controle estrito, tanto no sentido de neutralizar eventuais revoltas populares, mas também domesticar as dissidências da elite política que ousassem questionar a hegemonia do grupo nilista.”. In: op. cit., p. 91.

¹⁶⁹ AZEVEDO, Marlice. Niterói urbano. In: op. Cit. p. 45.

tanto, pretendia o aumento dos impostos e a instituição da *contribution de plus-value* (imposto de melhoria)¹⁷⁰.

Assustada com as idéias mirabolantes de Alves, a Associação Comercial, de maioria portuguesa, opôs-se radicalmente ao Prefeito, obtendo sua renúncia dez meses após assumir o cargo, em janeiro de 1904.

Esse enfrentamento entre os portugueses, principais donos de prédios comerciais e cortiços da cidade e o Prefeito fez explodir em Niterói um surto de xenofobia, alimentado pela disputa entre os periódicos da época: “*A Capital passou a atacar com extrema violência os comerciantes em sua maioria portugueses, revivendo a desagradável e exaltada xenofobia que assinalara os tempos do florianismo*”¹⁷¹

Posteriormente, na Prefeitura Feliciano Sodré, entre 1910-1914, obras expressivas de saneamento e urbanização começaram a ser efetivamente realizadas, como a construção de uma rede de água e esgoto no centro da cidade e o início do aterramento do Campo Sujo, onde futuramente seria instalada a Praça da República (1927) e a Avenida Amaral Peixoto (1942).

Contudo, Sodré, adversário contumaz de Nilo Peçanha, principal força política à época, só conseguiu ver realizados todos esses projetos no período em que governou o Estado, entre 1923-1927, quando, ao lado de Vilanova Machado, seu cunhado e prefeito “eleito” de Niterói, deu continuidade à construção da Praça da República, inaugurada em 1927¹⁷², ao aterramento da Enseada de São Lourenço e à abertura das avenidas Feliciano Sodré e Manuel Duarte (atual Jansem de Melo). Finalmente, o projeto do porto deixou de ser ficção para tornar-se realidade¹⁷³.

Preocupado com a preponderância econômica da cidade do Rio de Janeiro sobre o Estado, Sodré pretendia, ao construir o porto, dotar a cidade de uma alfândega e criar uma nova fonte de renda para o Estado, viabilizando-o e alcançando-lhe, finalmente, a autonomia¹⁷⁴.

O resultado dessas intervenções no espaço público foi a intensificação da vida urbana de Niterói, com o desenvolvimento do comércio, indústrias, vilas operárias, abertura de

¹⁷⁰ SOARES, Emmanuel M. op. cit. p. 21-26.

¹⁷¹ *ibid*, p. 26.

¹⁷² Em 1970, esse importante conjunto arquitetônico foi destruído para dar lugar à construção do novo fórum, obra posteriormente embargada. Esse fato, mutilador da fisionomia local, assinala como nenhum outro a fragilidade do quadro identitário da cidade. Em 1989, o horroroso esqueleto embargado deu lugar à restauração da praça.

¹⁷³ SOARES, Emmanuel de M., op. cit., p. 32-35; 51-58. Na página 53, Soares apresenta uma fotografia da maquete do complexo urbanístico do Aterro de São Lourenço.

¹⁷⁴ Todavia, o porto funcionou um breve período de tempo, nunca correspondendo às expectativas que gerou.

colégios, cinemas e áreas de lazer, balneários e cassinos, além da instalação de diversos bancos¹⁷⁵. Nas palavras de Marlice de Azevedo:

A ocupação urbana de Niterói já estava configurando o distanciamento entre zona norte e zona sul, tendo o centro multifacetado e multifuncional como divisor de águas. A zona norte se expandia em direção ao Barreto/São Gonçalo, de uso industrial, com uma população predominantemente operária. Os bairros novos, como o Fonseca, fruto da abertura da Alameda São Boa Ventura atraía moradores de renda alta e média por oferecer vantagens de localização como clima, colégios e transportes. No centro também era expressivo o uso residencial de alta e média renda, com a construção de palacetes, chalés, casa e vilas de aluguel, e a vantajosa proximidade dos melhores serviços e do centro do Rio de Janeiro. A zona sul, onde Icaraí se sobrepunha pelo traçado planejado e regular era também local de veraneio, de ocupação sazonal. A população permanente era dispersa, de renda média e alta, com alguns estrangeiros que buscavam no bairro as amenidades do clima e da paisagem. A legislação de incentivos para a implantação do Cassino Icaraí de balneários nas Praias de Icaraí, Flechas e São Francisco evidenciava a função dessa região costeira como zona preferencial de lazer¹⁷⁶

Pós-30, o status de Niterói não se altera, a cidade permaneceu vulnerável às vicissitudes da política nacional, onde grupos de outros estados lutavam para obter influência sobre o Estado do Rio e, por conseguinte, alcançar uma maior fatia do poder federal.

Já o Estado Novo trouxe significativas transformações na vida da cidade:

Foi a fase do grande salto para o desenvolvimento. Niterói modernizou-se, urbanizou-se, incorporou novos bairros, expandiu-se em direção à região oceânica, recebeu hospitais, escolas e faculdades, incrementou a cultura e revelou-se em pesquisa nacional a cidade que mais crescimento experimentou no decênio 1935 a 1945.¹⁷⁷

A passagem de Amaral Peixoto pela Interventoria (1937-1945) e mais tarde pelo governo do Estado (1951-55), finalmente, abriram espaço para a consolidação de Niterói

¹⁷⁵ Entre a década de 30 e 40, ainda se encontrava em Niterói, a pequena lavoura de milho, feijão, mandioca e aipim, destinada ao abastecimento de quitandas e mercados locais. A principal indústria da cidade era a naval. Localizava-se em Niterói a sede do Lóide Brasileiro, na Ilha de Mocanguê Pequeno; a Companhia Comércio e Navegação, no Toque-Toque, Ponta da Areia, a Companhia Nacional de Navegação Costeira, sediada na Ilha do Viana, propriedade de Henrique Lage; a Sociedade Anônima Estaleiros Guanabara, também na Ponta da Areia, e as Oficinas Rodrigues Alves, da Companhia Cantareira e Viação fluminense, em São Domingos. Juntos, esses estaleiros chegaram a garantir 12.000 postos de trabalho, fazendo de Niterói também uma cidade operária. Entre os inúmeros bancos que se instalaram na cidade, vários eram de propriedade de portugueses instalados em Niterói. Pode-se citar: Banco Costa Monteiro S.A, Banco Mercantil de Niterói e Banco Predial do Estado. Havia também pequenas cooperativas que desapareceram posteriormente, como: Banco Popular de Niterói Cooperativa Ltda., Cooperativa do Banco Comercial e Hipotecário do Barreto Ltda. e Cooperativa do Banco Comercial de Niterói. Essas e outras informações detalhadas do comércio e indústrias da cidade podem ser encontrados no factual mas detalhadíssimo livro de Maia forte: FORTE, José Matoso Maia. *O Município de Niterói. Corografia, História e Estatística*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1941; ver capítulos 9 a 14.

¹⁷⁶ AZEVEDO, Marlice. Niterói urbano. In : op. cit. p. 43-44.

¹⁷⁷ SOARES, Emmanuel de M. op. cit. p. 61.

como capital do Estado, ao neutralizarem os conflitos internos que tumultuavam o cotidiano do poder, entre os quais, a disputa pela sede da capital.

O prestígio e competência do “Comandante”, alcunha do interventor, um dos principais homens de Vargas, aliado à implementação de um conjunto importante de reformas urbanas além de modernizar a cidade, conferiu o status necessário para abrigar a sede do poder de um estado que começava a sair do torpor da República Velha e ganhar importância no cenário nacional.

Entre as obras da primeira fase destacam-se a construção de hospitais como o Antônio Pedro, e o Psiquiátrico de Jurujuba; escolas universitárias e estaduais; museus como o Antônio Parreiras; transportes públicos; obras assistenciais como o Clube dos Menores Operários do Barreto; e a reabertura da alfândega. Niterói transformou-se em centro urbano de maior vulto, passando a hospedar as elites do interior em procissão ao Palácio do Ingá, lócus do poder político no Estado¹⁷⁸.

A Prefeitura, no entanto, seguiu atrelada ao Governo do Estado, dependente em todos os níveis.

Sob a influência do interventor, Niterói foi ainda o palco privilegiado da campanha promovida por Amaral Peixoto para a adesão do Brasil ao comando dos Aliados em 1942, oportunidade em que a cidade ganhou a alcunha de “*França Livre*”.

Marieta de Moraes ressaltou a importância desse período para as ambições políticas da cidade:

Depois de muitas décadas, a terra de Araribóia parecia aproximar-se do conjunto de quesitos definidores do modelo de capital proposto por Argan. Se continuava difícil funcionar como um modelo, um exemplo a ser seguido pelo interior fluminense, ou mesmo representar um lócus de construção de identidade regional, Niterói nos anos 60, consolidava seu papel de centro político e demonstrava melhores condições para servir de socializadora das elites municipais em torno de projetos estaduais mais abrangentes. A partir de 1974 esse processo foi atropelado.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Em 1959, durante o governo do petebista Roberto Silveira, Niterói foi palco para uma das maiores revoltas coletivas que se tem notícia na República. Em 22 de maio de 1959, “o povo pacato” da capital (aproximadamente 30.000 pessoas) transformou-se em massa enlouquecida e destruiu em um dia a estação das barcas, e por conseguinte, o monopólio da travessia Rio-Niterói, pertencente à família Carreteiro. Esse acontecimento singular, conhecido como Revolta das Barcas, reforça o status de grande centro político fluminense que a cidade conquistou ao longo da década de cinquenta. Cf. NUNES, Edson. *A Revolta das Barcas*. Rio de Janeiro: Garamound, 2000.

¹⁷⁹ *id.*, p. 97.

Dentre as obras da segunda fase destacam-se a inauguração do serviço de *trolleybus*, a conclusão da construção do Estádio Caio Martins, a construção dos prédios das Secretarias de Governo e do Diário Oficial do Estado; obras de saneamento e a instalação da adutora de Laranjal (Niterói - São Gonçalo) que garantiu o abastecimento de água na cidade; a construção de novecentas salas de aula, e ainda, a criação da Escola de Engenharia, e a oficialização da Escola de Veterinária, ambas ligadas à Universidade Federal Fluminense¹⁸⁰.

Contudo, a transferência da capital federal para Brasília, em 1960, deu segmento ao debate secular sobre a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro¹⁸¹, interrompendo o fluxo de mudanças e valorização da cidade, ocorrida no período anterior.

Encampada pela Ditadura Militar, a tese da Fusão do Estado Fluminense com a Guanabara, vitoriosa em 1974, anulou politicamente Niterói, esvaziando-a de suas funções. Esta, sempre às voltas com seu problema de identidade, dobrou-se uma vez mais à metrópole vizinha:

A plena consolidação de Niterói como centro político fluminense só se concretizou nos anos 50, a partir do 2º Governo Amaral Peixoto. As transformações demográficas e econômicas em curso no estado levaram a um deslocamento populacional do norte para a região da Baixada Fluminense, transformando as áreas contíguas a Niterói em pólos de crescimento e expansão que exigiam, cada vez mais, a atenção do governo do Estado.¹⁸²

Se, ao longo de 139 anos, sucessivos planos de urbanização não conseguiram mudar a face provinciana da cidade, dotando-a, ao menos no nível arquitetônico, de prédios imponentes, economia pujante e arrogância de capital, o atrelamento da Prefeitura aos governos do Estado, privada de vontade, e, posteriormente, a Fusão, levaram a cidade a pique,

¹⁸⁰ Cf. DICIONÁRIO Histórico e Bibliográfico Brasileiro pós-30. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. p.4507

¹⁸¹ De acordo com Hélio de Araujo Evangelista, a história da idéia de fusão remete ao estabelecimento da cidade do Rio de Janeiro como município neutro da corte, pelo artigo 1º. do Ato Adicional de 1834, pelo qual a cidade ganhava sua própria Assembléia Legislativa. Posteriormente, a Constituição de 1891, em seu artigo 3º. estabeleceu uma área de 14.400km² no Planalto Central para localizar a capital da recém-proclamada República. Ainda, segundo Evangelista, foi durante a própria constituinte de 1891 que as primeiras vozes favoráveis à Fusão se fizeram ouvir, contrários à possibilidade de adquirir autonomia. Esse debate, no entanto, parecia perdido no tempo, sendo recuperado após o Estado Novo, na constituinte de 1946. Todavia, foi no final da década de 50, com a construção de Brasília, que tornou-se presente na cabeça de cariocas e fluminenses, e, finalmente, foi entre meados da década de 1960 e 1970 que a fusão se corporifica, mobilizando atenção dos políticos, da imprensa e da população em geral. Encampada como assunto de Estado pela ditadura militar, alcançou sucesso na edição da Lei Complementar n. 20 de 1 de julho de 1974. Cf. EVANGELISTA, Hélio de Araujo. *A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998. p. 18-31.

¹⁸² FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói poder. In: op. cit., p. 95.

ratificando-a como mero prolongamento da Rua do Ouvidor, cidade dormitório, cuja melhor vista era o Rio de Janeiro.¹⁸³

Por outro lado, o fracasso na tentativa de criar uma identidade republicana em Niterói pode ser entendido, também, pelo menos em parte, pela dificuldade de consolidação da idéia de República no Estado Fluminense¹⁸⁴. Prova disso foi à destruição sem cerimônia da Praça da República, em 1970, e a demora em reconstruí-la, fato que só foi consumado em 1989, justamente no seu centenário.

Talvez as palavras de José Matoso Maia Forte, escritas em 1919, sejam a melhor tradução do que foi e como viveu a antiga capital fluminense, em boa parte do século XX:

Niterói celebra o aniversário de sua fundação a 22 de novembro, data que só depois de 1908 foi inscrita como festiva no calendário da cidade... Verdade é que até há pouco, nada existia na capital fluminense que lembrasse às gerações niteroienses a história da fundação da sua cidade.

Cidade com poucos monumentos (se é que os que há, são dignos deste nome), nenhum deles desperta no espírito popular o desejo de conhecer a origem do torrão niteroiense...¹⁸⁵

3.2 Ângulos da História de Niterói: Outra Visão do Passado da Cidade

A investigação em anuários estatísticos, livros memorialísticos e na imprensa escrita levou-me a ângulos particulares da cidade, e longe de diferenciar-se dos perfis traçados por autores como o citado Maia Forte, nome indispensável na memorialística de Niterói, ou da historiadora Marieta de Moraes, corroborou com a tese do provincianismo como marca dominante da antiga capital fluminense.

Ao verticalizar o estudo, quis verificar a veracidade dessa visão, antes de reproduzi-la, mas também objetivei responder uma pergunta — o que era de fato a cidade de Niterói naquele período, sobretudo, na primeira metade do século XX? O que tal “espaço” sócio-

¹⁸³ Gustavo Rocha Peixoto, no artigo Niterói Patrimônio, assinala com rigor a situação da cidade ao longo do século XX, em relação à sua irmã carioca. Situação essa que pode repetir-se no século XXI: “Rio e Niterói são cidades espelhadas, filhas da Guanabara que as gerou juntas para destinos interligados. O inimigo é a metrópole que pode fagocitar Niterói, reduzindo-a a um subúrbio. Cumpre vigiar a metrópole como faz Araribóia de pé em frente à Rua da Conceição, e dar o alarme quando a civilização (gesellschaft) deixar de ser vizinha e ameaçar a “kultur” provinciana, engolindo Niterói como fez com Nilópolis, Meriti, Queimados...”. In: MARTINS, Ismênia e KNAUSS, Paulo. Cidade Múltipla. op. cit. p. 221.

¹⁸⁴ Essa não é uma discussão simples e remete à um conjunto diversos de leituras sobre a implantação da ordem republicana no estado do Rio de Janeiro, das quais cito os artigos do livro organizado por Moraes, Marieta. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989; e também Moraes, Marieta. *Em busca da Idade do Ouro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

¹⁸⁵ FORTE, José M. Maia. *Tradições de Niterói*. Niterói: Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade, INDC, 1975. p. 13 e 26.

político oferecia aos estrangeiros, que resistindo ao “imã” representado pela capital federal, atravessaram a Baía de Guanabara e lá fincaram suas bases?

Resulta disso uma seção que procura decifrar a cidade qual um problema, ler suas ruas e becos. Leitura que descortina as diferentes temporalidades e espaços enraizados no seu solo, conformadora de uma territorialização particular da experiência histórica da sua população¹⁸⁶.

Em buscas das cidades invisíveis camufladas nas reformas urbanas, tomei a vereda da descrição histórica. Mas não a descrição pura e simples, mas aquela que leva ao cotidiano. Dessa forma foram visitados os centros privilegiados de comércio e residência, as áreas periféricas e zonas industriais, assim como os espaços de entretenimento, o quantitativo populacional, o mundo dos hábitos e das inovações, que legaram à antiga cidade de Nictheroy seu ar provinciano, e que contribuiu para a conformação identitária alcançada pelo grupo étnico em questão.

É preciso dizer também que outro fator motivador dessa seção e sua estruturação foi o desejo de perceber o “clima” da cidade, assim como entender, ou pelo menos “tentar compreender” como os judeus de Niterói percebiam o lugar em que viviam, e as traumáticas conjunturas — nacional e internacional, que transformaram para sempre o Brasil, o mundo, e em particular a história dos judeus europeus.

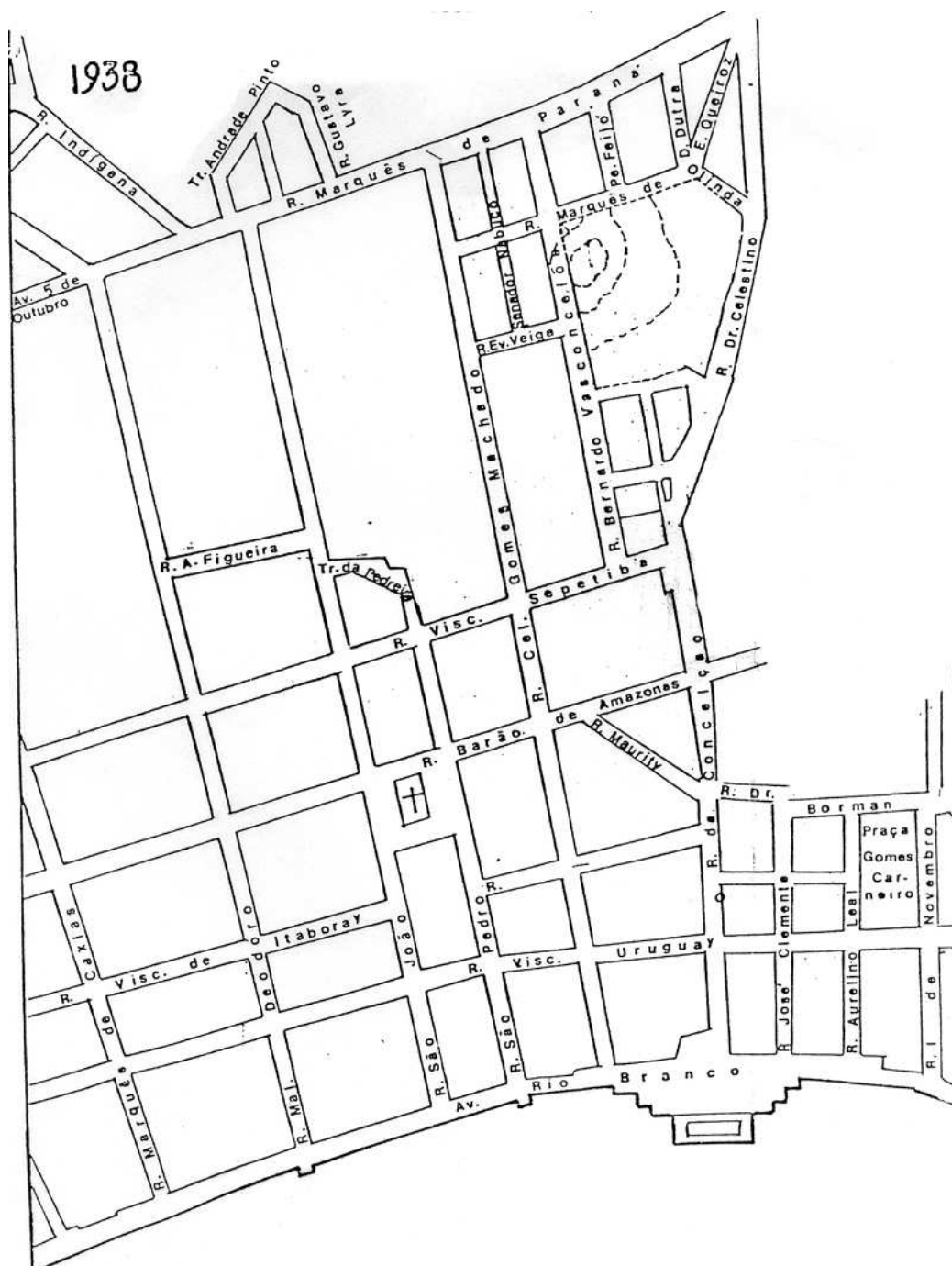
Entre 1910-1940, a cidade de Nictheroy, conforme revelou o Almanack Laemmert estava dividida em cinco grandes bairros: Praia Grande, S. Domingos, Icarahy, Fonseca e Barreto:

No início deste século, a estruturação urbana de Niterói se dava em função da sua área central onde a estação das barcas, a estação ferroviária e o porto eram os principais focos de interligação da cidade. A ocupação se estendia em direção a Santa Rosa, ao longo da atual rua Dr. Mario Viana até o Viradouro, e na direção norte até o Barreto, se intensificando em São Lourenço e Santana, estes com característica tipicamente industriais.

(...) A partir da década, a expansão se dá em direção à faixa litorânea das praias da baía, marcada exclusivamente pela ocupação residencial das classes média e média-alta¹⁸⁷.

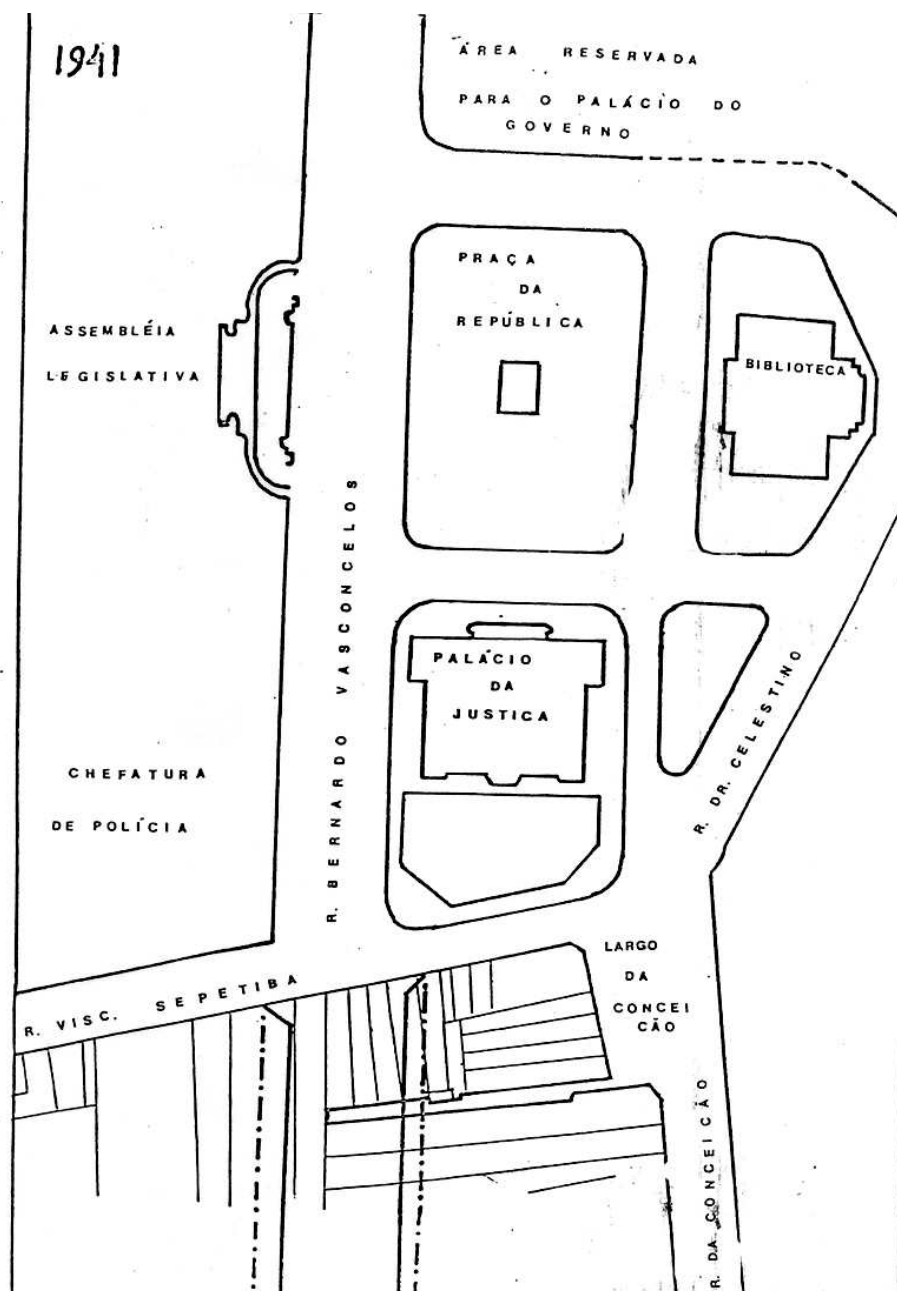
¹⁸⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. Bauru: Edusc, 2002. p.32-36.

¹⁸⁷ FONSECA, Marcelo Silva da. “Expansão urbana” In: *Niterói: perfil de uma cidade*. Niterói: Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, 1999. p25.



Mapa 3 – A Praça da República de Niterói
Fonte: BRITO, Célia. Dissertação de Mestrado, 1991

Esse traçado, no entanto, sofreu sérias modificações no curso do Estado Novo, quando parte da região central, precisamente um quarteirão inteiro entre as ruas Cel. Gomes Machado e Conceição foi derrubado para abrigar uma moderna avenida, cujo nome, à moda da Av. Presidente Vargas no Rio, homenageava o interventor federal, Ernane Amaral Peixoto. A Av. Amaral Peixoto é até o presente principal artéria da região central da cidade.



Mapa 4 – A Praça da República de Niterói
 Fonte: BRITO, Célia. Dissertação de Mestrado, 1991

Independente das mudanças ocorridas, essa região sempre concentrou o principal do comércio a retalho na cidade¹⁹¹, composto por inúmeras alfaiatarias, armazéns de tecidos, casas de roupas prontas, bazares, chapelarias, ourivesarias, mobiliadoras, padarias e botequins, grande parte delas dirigidas por portugueses, que de 1910 a 1950 protagonizaram a direção da associação comercial e integraram a fina flor da elite local. Ao lado deles, judeus das mais diversas origens e um número elevado de imigrantes sírio-libaneses, fincaram suas bases na cidade, disputando, conjuntamente, ora como mascates e/ou prestamistas, ora como lojistas, espaço e freguesia, no reduzido mercado de trabalho da capital fluminense¹⁹².

Ao lado do corredor comercial, a antiga Praia Grande concentrava os principais edifícios públicos do município e do Estado — a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos (Av. Rio Branco); a Prefeitura (construída na Praça Floriano Peixoto, de frente para a Rua da Conceição); a Câmara Municipal (antiga Praça Dom Pedro II, posterior Jardim São João); a Biblioteca Universitária, Fórum, Assembléia Legislativa, Repartição de Polícia, o Edifício das Secretarias de Estado e o Instituto de Educação (atual Liceu Nilo Peçanha), localizados na Praça da República; do Tesouro do Estado, na Rua Marechal Deodoro; e da Casa de Detenção, na Rua São João. A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e o Teatro João Caetano (atual Teatro Municipal) estavam localizados à Rua XV de Novembro¹⁹³.

Já o quartel da Força Militar e o Corpo de Bombeiros, ocupavam respectivamente lugar na Av. Jansen de Melo, e Rua Marquês de Paraná, nas proximidades da região central, e isolado no bairro do Ingá, encontrava-se o Palácio do Governo do Estado, que, pelo projeto de reforma urbana de 1941, deveria ser erguido em frente à Assembléia Legislativa, (conforme evidenciado no mapa 3), na Praça da República, circunscrevendo ao distrito do Centro, toda a administração pública estadual.

¹⁹¹ Cf. Maia Forte, p. 3 e A. L., 1910-1940. op. cit.

¹⁹² Segundo afirmado por Maia Forte, “o comércio local não tem o desenvolvimento proporcionado à sua população, fato que se explica pela proximidade da Capital Federal, com a qual as comunicações são freqüentes. Isso quer dizer que a população que se desloca diariamente de Niterói para o Rio de Janeiro e regressa, em geral se provê, não na sede do seu domicílio, mas na da cidade fronteira.”idem, PP.251. Outra descrição, desta feita de Carlos Whers, enfatiza o reduzido desenvolvimento do comércio local, e também colore nossa imaginação com o emaranhado de ramos de comércio em ação nessa região: “No Centro da cidade, misturavam-se casas de moradia co repartições públicas, botequins, tamancarias, tabeliães, alfaiates, tabacarias, açougues, lojas de ferragens e louças, vendas de secos e molhados, padarias casas de trastes (móveis simples), lojas de fazendas, armarinhos e roupas feitas, funileiros, sapatarias, colchoeiros, estâncias de lenha, casas de pasto, serrarias, ferradores de animais, segeiros, estrebarias para aluguel e guarda de cavalos, escolas, barbearias, farmácias, saleiros e correeiros, tanoeiros, fogueteiros, canteiros, bilhares, marceneiros e carpinteiros, armadores fúnebres, ET., etc. (...)O comércio achava-se quase todo, em mãos portuguesas e brasileiras; nomes estrangeiros (sírios, libaneses, chineses, israelitas, franceses e alemães) contavam-se pelos dedos.” WHERS, Carlos. *Niterói, Cidade Sorriso: História de Um Lugar*. Rio de Janeiro, 1984. p.225-226.

¹⁹³ id. , p .93-94.

Na região central encontravam-se, também, importantes templos religiosos, como a catedral do bispado, a Igreja de São João Batista, e a Igreja da Conceição; agências do Banco do Brasil, do Banco Predial (fundado em 1917) e do Banco Fluminense (datado de 1924), respectivamente nas Ruas Visconde de Uruguai e Coronel Gomes Machado¹⁹⁴; os hospitais de São João Batista, hoje desaparecido e cujo núcleo inicial datava do final do oitocentos, e Santa Cruz, da Sociedade Portuguesa de Beneficência; as Faculdades de Farmácia e Odontologia e a Policlínica da Faculdade Fluminense de Medicina.

As ruas do centro abrigaram também a memória das associações de imigrantes, suas disputas internas assim como testemunharam a ascensão individual de alguns de seus membros. Somente de portugueses eram cinco agremiações, o *Centro da Colônia Portuguesa*, à Rua São João, 29; a *Beneficência Portuguesa*, à Rua Dr. Celestino; o *Centro Musical da Colônia Portuguesa*, Rua Barão de Mauá, 354/1º. (tel. 3556), o *Grêmio Luso-Brasileiro* e o *Club Luzitano Musical de Nictheroy*¹⁹⁵ e duas associações com fins políticos, a *União Portuguesa Salazar*¹⁹⁶, cujo encarregado era Daniel Augusto Branco, e o *Centro Republicano Português*¹⁹⁷. Nesse período também foi sede de dois vice-consulados, o de “Hespanha” e o de Portugal, respectivamente às ruas Marquez de Caxias, 25, e Visconde do Rio Branco, 141.

Imprensados pela maioria portuguesa, outras ruas do centro abriram espaço para acolher associações de outros grupos, como o *Centro Líbano Fluminense*, sede da prestigiosa colônia sírio-libanesa enraizada na cidade, situado à Rua Cel. Gomes Machado, 32; o *Centro Israelita de Niterói*, à Rua Visconde de Uruguai, 255¹⁹⁸, e a *Biblioteca Davi Frischman*, à Rua Visconde de Itaboraí, 365, (a partir de 1950 na Rua Visconde de Uruguai, 277), de judeus progressistas¹⁹⁹.

Os pequenos sobrados e escritórios do antigo distrito da Praia Grande receberam, também, a sede de pelo menos 26 associações de trabalhadores, entre caixas de socorros, funerais, e mútua de operários²⁰⁰.

¹⁹⁴ ALBUQUERQUE, Julio Pompeu de. *A Capital Fluminense (Álbum de Nictheroy.)* Nictheroy: Zwoch e Hammer, 1925.

¹⁹⁵ Cf. O Fluminense, 6/7/1935.

¹⁹⁶ Cf. O Fluminense, 9/5/1936.

¹⁹⁷ Cf. O Fluminense, 8/01/1910; No que se refere às associações portuguesas locais, deve-se anotar que o Clube Português de Niterói, localizado no bairro do Ingá, região nobre da cidade, foi erguido por parte da colônia portuguesa local nos anos 50, com clara finalidade de se diferenciar das demais associações de portugueses, aceitando para sócios apenas patrícios de situação social elevada. Cf. Depoimento de Gentil Moreira de Souza, agosto de 2007.

¹⁹⁸ Cf. O Fluminense, 26/6/1937 e 1/9/37

¹⁹⁹ Cf. Arquivo Moisés Kawa, traduzido por Sara Rabinovici.

²⁰⁰ Conforme registrado por Albuquerque, Júlio Pompeu de. op. cit. pp.9-10, cito algumas, a saber: Sociedade Beneficente Amparo Operário; Sociedade União Beneficente Nictheroyense; Sociedade Concórdia Beneficente

Espaço múltiplo, as instâncias públicas e privadas se cruzaram no tabuleiro de xadrez formado por essas ruas, misturando áreas residenciais, inclusive de alto nível econômico²⁰¹, como banqueiros e empresários, com os mais diversos tipos de pobres e imigrantes, em vilas e cortiços, assim como estabelecimentos comerciais e repartições públicas.

Inúmeros relatos de portugueses deram conta do hábito de construir loja na frente e a residência da família nos fundos²⁰². No caso dos judeus, o Livro da União dos Ambulantes de Niterói, datado de 1940, ao registrar o endereço dos seus associados, permitiu a descoberta de 15 vilas em 9 ruas, em cujas casas eram vizinhos 54 dos 69 associados da entidade.²⁰³ Microcosmo da cidade, essas áreas de sociabilidade especial, facultaram à população imigrante o aprendizado da tolerância, ao tornar vizinhos pessoas de origens, hábitos e crenças variadas.

Os depoimentos trouxeram à tona relatos que exemplificam a convivência entre grupos distintos. A entrevista de Alberto Hasson, de origem sefardi, e atual diretor de patrimônio do Centro Israelita de Niterói, é um desses casos.

Nascido em 1939, Hasson morou com a família em diversas ruas do centro de Niterói. No final da década de 1940, seu pai foi trabalhar como zelador do Centro Israelita, na Rua Visconde de Uruguai, 255, fixando residência em uma vila da mesma rua. Era a Vila D. Amélia, casa 9, sobrado. Lá, a família judia tinha como vizinhos algumas famílias batistas que constantemente acolhiam missionários em viagem. Ao lado, uma senhora dava sessões espíritas todas as semanas em sua casa, freqüentadas por vários moradores do lugar, entre eles, Seu Abel, um português, de profissão demolidor, vascaíno fanático e que nunca perdia a missa aos domingos. No fundo, dando para a outra rua, outro pequeno enclave salpicado por casas formava nova vila, com novos e diferentes personagens. A festa de São João, a dança da

28 de Abril; Associação Beneficente Campos Salles; Associação de Socorros Mútuos de Nictheroy; Associação dos Empregados no Comércio de Nictheroy; União das Classes Laboriosas; Sociedade Mútua dos Operários da Manufatura Fluminense; Sociedade Beneficente de Amparo Popular, entre outras.

²⁰¹ De acordo com Carlos Whers, no que se refere à habitação, a preferência das elites dividia-se entre a Praia de Icarai, o Centro, a Armação e o bairro do Fonseca. Dentre aquelas localizadas na região central, foram citadas, entre outras os palacetes do Dr. Oldemar Sá Pacheco, do cônsul Francisco Rodrigues da Cruz, do deputado Norival de Freitas, do Dr. José Vitório da Costa, e ainda do Dr. Otávio Kelly. WHERS, Carlos, op. cit. p. 192-193.

²⁰² Cf. CÔRTE, Andréa Telo. op. cit. cap.3

²⁰³ No Livro da União dos Ambulantes de Niterói, foram identificadas 15 vilas, a saber: Av. Visconde do Rio Branco=9 (nos.627, 631, 363,631,883 c.6, 883 c. 4, 305, 305, 319);R. Visconde do Uruguai = 9 (nos. 272,385 c. 4, 105 c.1, 105 c.2;177,343, 268 c.7,264,8);R. Barão do Amazonas=6(231 c.1; 291 c.1; 291 c.2; 291 c.1;335 c.9; 403 c.1);R. Visconde de Itaboraí=1 (30 c.8);R. Jansen de Melo=4 (64,c.6;638;654;638 sob.);R. Mal. Deodoro=1 (111 c.4);XV de Novembro=4(32 casas 16,7,9,19);R. Visconde de Sepetiba=4 (187, casas 14,8,23,14);R. Silva jardim (Ponta d'Areia)=1 (36 c.2).

fogueira e a malhação de Judas, vistos com assombro pelo menino Hasson, integrava esses pequenos mundos²⁰⁴.

Outra incursão à Corografia, História e Estatística de Niterói, de Maia Forte, permite entrever mais detalhes dessa região da cidade:

O recenseamento geral de 1920 apresenta os seguintes números relativamente à estatística domiciliária do distrito da cidade: particulares — residências, 3.214; domicílios coletivos — cadeias, 2; escolas, 6; hospital, 1; hotel, 1; pensões ou casas de cômodos, 100; quartéis, 6; diversos, 1, no total de 117; outras aplicações: depósitos, 18; escolas, 8; escritórios, 6; fábricas ou oficinas, 28; casas de negócios, 402; repartições, 20, sendo 5 federais, 13 estaduais e 2 municipais; templos, 3; diversos, 13, no total de 498.
Sendo a população do distrito 25.280 habitantes...²⁰⁵

Vale dizer que Júlio Albuquerque, em seu *Álbum de Niterói*, estimava a população da cidade em 86.238²⁰⁶ habitantes, que confrontados com os dados apresentados por Maia Forte, indicam que cerca de 30% da população da cidade residia nas ruas da região central.

Os dados expostos apontam sobejamente a importância do distrito do centro, e das ruas mencionadas na vida da cidade, explicando o fenômeno que fez dessa região ser confundida com o nome da própria capital fluminense.

Mas Niterói não era só as ruas do centro e o comércio a retalho, os anuários estatísticos informam outros dados para o município como um todo.

A cidade, que, em 1940, possuía 5 avenidas e alamedas, 149 ruas, 66 travessas e becos, 12 largos e praças, 14 jardins e 8 praias, e que desses logradouros apenas 80 eram servidos pelos serviços de esgotos e águas pluviais²⁰⁷, era sede desde 1920 de 88 indústrias chegando a 204, no início da década de 1970²⁰⁸. Dessas destacam-se, sobretudo, a indústria naval, concentrada no entorno da Baía de Guanabara, e que teve sua fundação relacionada às atividades do lendário Irineu Evangelista de Souza e o Estaleiro Mauá, na Ponta d'Areia; a Cia. Cantareira e Viação Fluminense; a Cia. de Comércio e Navegação; a Cia. Nacional de Navegação Costeira, das Organizações Laje; e o Lóide Brasileiro. Também foram destaques a Cia. Manufatora Fluminense, e a Cia. Industrial Fluminense, que produziam, respectivamente,

²⁰⁴ Entrevista A. Hasson, 14-12-2005.

²⁰⁵ FORTE, José Maia. op. cit. p.96.

²⁰⁶ ALBUQUERQUE, Júlio, Op. Cit. pp.50. Esses dados diferem dos apresentados no Livro do 4º. Centenário de Niterói, que apontam para o saldo de 82. 238 habitantes para essa região da cidade, não excluimos a possibilidade desse número representar mero erro de datilografia. Niterói: 4º. Centenário. RJ, IBGE, 1973.

²⁰⁷ FORTE, José Maia. op. cit. p.117.

²⁰⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Júlio, p.49; e Niterói, 4º. Centenário, op. cit, p.3.

tecidos de algodão e fósforos, ambas localizadas no bairro do Barreto²⁰⁹, e a indústria de massas Fuscaldeza, na Rua Marechal Deodoro, no Centro.

Nesse sentido, Niterói também foi uma cidade proletária e, especialmente na indústria naval, contou com uma importante vanguarda operária, os marítimos:

A Indústria naval da Baía de Guanabara — particularmente a de Niterói —, apesar das dificuldades, parece ter ocupado, em alguns momentos, posição de destaque no cenário político e econômico do país, e isso pode ser comprovado por fatos de natureza diversa. A comemoração do 1º. de maio de 1920, por exemplo, foi realizado na Vila (operária) Pereira Carneiro, da firma do mesmo nome e da Companhia comércio e navegação (a que estava vinculado o Estaleiro Mauá), em Niterói, com a presença do Ministro da Viação e outras autoridades públicas, além de empresários e trabalhadores. Essa mesma vila e a oficina dos irmãos Lage, também em Niterói, seriam visitadas durante esse período por Albert Thomas, ex-deputado e Ministro francês (...) para tomar conhecimento da situação industrial e das condições de trabalho no Brasil. Por outro lado, um levantamento realizado à época pelo Partido Comunista reafirmava a posição dos marítimos como uma das categorias mais importantes do proletariado.

.....
O período que se estende desse final de 1953 ao início de 1964 é efetivamente de muitas conquistas para os marítimos e operários navais, colocando-os num patamar de direitos que até hoje os operários brasileiros — mesmo entre seus setores politicamente combativos dificilmente alcançaram. Esses anos são exatamente aqueles em que esses trabalhadores (...) constituíram o núcleo do sindicalismo no regime populista.²¹⁰

No que se refere às associações de imigrantes, além de judeus, sirio-libaneses, espanhóis e portugueses, a cidade contou ainda com a N.S.D.A.P., a *Sociedade Beneficente Alemã de Niterói*, localizada na Praia de Icarahí, 251, (tel.2450)²¹¹. Outras instituições são provas, também, da presença e importância de outros grupos de imigrantes em Niterói, como a *Nictheroy Bristish School* e o *Rio Criket Football Club*, ambos na Rua Miguel de Frias, a igreja *All Saints Church*, na Rua Otávio Carneiro, e a *Nictheroy Rest Home*, o recolhimento de idosos ingleses, na Rua Santa Rosa, 91. Destes, chegaram aos dias de hoje, o clube, freqüentado por brasileiros, e a igreja, que sobrevive alugando seu espaço para a Igreja Metodista²¹²; e a *Deutsche Schule Nictheroy*, na Rua Mariz e Barros, cujo nome foi modificado para *Escola Particular Edith Wehrs*, em função da eclosão da guerra.

Também os italianos estavam representados na cidade. Em 12 de maio de 1937, o jornal *O Fluminense*, noticiava a criação na cidade de uma associação de italianos fascistas,

²⁰⁹ FORTE, José Maia. op. cit. p.199-209.

²¹⁰ PEÇANHA, Elina. Niterói operário. O caso dos trabalhadores da indústria naval. In: MARTINS, I.smênia e KNAUSS, Paulo. *Cidade múltipla*. op. cit. p.142;150.

²¹¹ O Fluminense, 16-6-1939; Almark Laemmert, op. cit. 1940.

²¹² A presença britânica na cidade é datada do final do oitocentos e está ligada a firmas como a Leopoldina Rayway, Western Telegraph, Wilson Sons, entre outros. Cf. WHERS, Carlos. op. cit. p. 313.

denominada *Fascio Rinaldo Coia*, em homenagem ao primeiro soldado morto na guerra entre Itália e Abyssínia. O jornal informava também a presença do Régio Cônsul italiano, Cao di Vitala Galina para celebrar junto aos súditos italianos e seus descendentes, a fundação do Império Romano, no teatro municipal da cidade.

Em 25 de junho do mesmo ano, o periódico informava a aprovação do funcionamento da agremiação; em 10 de agosto, o Fascio publicava um informe oferecendo cursos noturnos de língua e literatura italiana; finalmente em 14 de novembro, foi inaugurado — Casa d'Itália Fascio Rinaldo Coia, à Rua José Bonifácio, 45 (centro), com a presença do embaixador italiano na cidade.

No que se refere aos espaços de sociabilidade, jardins, praças, especialmente a Praça Martin Afonso, de frente para a estação das barcas e o Jardim São João, ambos no Centro, foram os grandes espaços a céu aberto da Cidade, locais de trânsito intenso, encontros, desencontros e dos grandes comícios integralistas e da Aliança Nacional Libertadora do decênio de 30. A portas fechadas, um número grande de Cafés pululavam pelas ruas dessa mesma região.

A vida boêmia da cidade, segundo Lyad Almeida, foi mais ruidosa e alegre nas duas primeiras décadas do século, que nos decênios seguintes, e era concentrada nos Cafés²¹³. Os mais célebres foram o Café Paris, composto também de restaurante e hotel, freqüentados pela roda boêmia da cidade, como artistas plásticos, poetas, escritores de todos os naipes, jornalistas, músicos, etc.; o Café Londres, o preferido dos políticos, e o Café Brasil, quartel general do jogo do bicho em Niterói. Os três localizavam-se nos números 415, 421 e 425 da Rua Visconde do Rio Branco. Outros cafés famosos, e igualmente localizados na rua da Praia, foram o Sul América, o Santa Cruz e o Miramar, que abrangiam, respectivamente, escritores e estudantes; funcionários públicos e políticos; e o terceiro, famoso pelas empadas de camarão, atraía um público diversificado:

Em torno das mesas dos bares e cafés reuniam-se os boêmios. A mesma bebida que os esquentava no inverno os refrescava no verão (...) Bebiam muito e tudo era motivo para beberem. A falta de grandes meios de comunicação (...) provincializava grande parte das conversações. O esporte, pouco praticado (até o futebol, em sua estrutura maior, era divertimento de uma elite), não merecia comentários.

Os acontecimentos sociais, raros. A política? Ora, a política... A República era uma herança não muito rendosa do império e a democracia se exercitava, apenas, na obrigação do povo comparecer às eleições para votar nos candidatos do governo...

²¹³ ALMEIDA, Lyad. *Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói & Niterói, Poesia e Saudade*. Niterói: Niterói Livros, 1996. p.29-30.

Não é, pois, de admirar que os temas principais das conversas nos bares e cafés fossem, para os mais instruídos, a literatura, a filosofia, a religião.²¹⁴

De acordo com Paulo Velmovitsky, nesse período, um dos pontos de encontro dos prestamistas judeus na cidade, sempre a partir das 15:00h, 16:00h era o Café Matias, na esquina das Ruas Visconde de Uruguai com São João (centro). A conversa ali era pautada pelas trivialidades do cotidiano, além da troca de informações capitais do ofício dos *clientelschit*: O freguês que pagava direito ou os “*spocker*” — prego, os maus pagadores²¹⁵.

Outro espaço de interessante sociabilidade eram os *rende-vous*, essa deliciosa palavra francesa que indica o amor pago das prostitutas. Porém, de acordo com Lyad Almeida:

Mas, verdade seja dita, Niterói, nunca foi uma cidade com famosas, notáveis casas de prostituição, ao que se deve por estar muito próximo da ex-capital da República. Era só tomar a barca...
Os lupanares da pokiraia Grande eram discretos como os da Rua Alice, nas laranjeiras, e os da Correia Dutra, no Flamengo ou Catete, (...).²¹⁶

Ainda de acordo com Almeida, o “*footing*” na calçada da Praia de Icaraí, especialmente entre os trechos das Ruas Pereira da Silva e Otávio Carneiro, era o grande palco de desfiles das moças bem nascidas da cidade. O “*footing*”:

Era um verdadeiro desfile! As moças exibiam-se na calçada, indo e vindo, vindo e indo. Começavam a chegar por volta das dezenove horas. Os rapazes já estavam em seus postos, junto ao meio-fio.
Era a consagração do flerte.²¹⁷

Para além dos cafés, dos malogrados *rendez-vous* e do *footing*, pouca coisa existia para se fazer em Niterói. A praia, opção na década de 30, era freqüentada na parte da manhã, pelo menos em Icaraí, ainda um balneário chic da cidade, e de onde se tem mais notícia, pelos “grã-finos”. Após as 13:00h, pobres e negros, provenientes de outros lugares, refestelavam-se nas areias da praia mais bonita da Guanabara com liberdade. No centro de Niterói, as meninas da tradicional família judia Tubenchlak eram levadas pelo pai, Jacó, a tomar banho de mar às 6:00h da manhã²¹⁸.

²¹⁴ ALMEIDA, Lyad. op. cit. p. 30-31. Do mesmo autor ver também as páginas 15, 16, 33, 139 e 140.

²¹⁵ Paulo Velmovitsky, entrevista à autora, 5-10-2006.

²¹⁶ ALMEIDA, Lyad. op. cit. p. 48.

²¹⁷ id, p.165.

²¹⁸ Judith Zoonisein, entrevista à autora, 2006.

Quanto a outros tipos de diversões, é preciso dizer que se as atividades culturais servirem para aferir o grau de desenvolvimento e urbanização das cidades, cabe informar que os anuários estatísticos pesquisados revelaram uma situação precária na antiga capital.

Em 1910, para uma média aproximada de 70.000 habitantes²¹⁹, 4 cinemas e um teatro atendiam à população, assim como 10 escolas públicas e 8 privadas. Na década de 1940, 142.407 pessoas eram servidas por 7 cinemas, 6 cine-teatros e apenas 1 teatro. Nos anos 70, o quadro se mostra mais grave ainda: para o dobro da população — 330.396 habitantes, apenas 11 cinemas e 3 teatros. Vale dizer que o número de instituições de ensino, entre público e privado, subiu para 219, e 19 instituições de ensino superior foram contadas²²⁰. A cidade de Niterói, em que pese as transformações urbanas experimentadas no decorrer do século, permaneceu pobre de espaços de diversão. Carente de distração e alegria, talvez por isso tenha apreciado tanto a vista para o Rio de Janeiro.

A propósito dos divertimentos, impossível pensar em Niterói, entre 1925 e 1974, sem falar no seu mais importante e carnavalesco “*monumento*” — o trampolim da Praia de Icaraí. Uma horrorosa estrutura em cimento que alegrou a vida de gerações de banhistas e cuja grande estrela na década de 40 era o preto Bicudo, desafiando o racismo que imperava na cidade²²¹:

Foi um sucesso naquele tempo (...) mas os concorrentes eram muitos, e chegavam dos bairros mais distantes de Niterói, e até de São Gonçalo... Entre os saltadores, vencendo o racismo imperante, estava sempre presente um preto sensacional em seus mergulhos — o bicudo — que não se contentava em pular do último andar. Ia além... subia em sua mureta e, de lá de cima, projetava-se em cambalhotas acrobáticas, rumo às águas do mar que ele, ao seu mergulho, abriam-se suaves, remansosas, sem preconceito ou racismo, como a nos ensinar a lição que, principalmente à época, muitos não haviam aprendido.²²²

Inicialmente um balneário, o bairro de Icaraí, basicamente até os anos de 1940, era composto de casarões com belos jardins, sem comércio algum por perto. Na primeira parte do século, boa parte dos seus habitantes constituía-se de ingleses e alemães, que situaram nas proximidades dos seus lares suas associações, como os clubes e escolas citados anteriormente.

²¹⁹ Não existem dados para o ano de 1910, os dados censitários, contemplam, no entanto, o ano de 1900 e 1920, 53.433 e 82.238 respectivamente, o que nos leva a crer que a população em 1910 pudesse alcançar uma média de 70.000 habitantes.

²²⁰ Cf. *Sinopse Estatística do Município de Niterói*. op.cit; ALBUQUERQUE, Júlio de Pompeu. op. cit.; e Almanak Laemmert, op. cit. 1910; 1940.

²²¹ Inaugurado em 7-9-1925, amplamente comentado pelo jornal O Fluminense, 30-8-1925; 7-9-1925.

²²² ALMEIDA, Lyad. op. cit. p. 183.

Todavia, Icaraí conheceu, no decorrer dos anos 50, 60 e 70, período em que a cidade começou a expandir-se em direção à região das Praias da Baía²²³, um intenso processo de concentração populacional de classe média, e média-alta, e de verticalização das moradias que tem relação, entre outras coisas, com a resignificação do espaço, imposto pelas melhorias promovidas na cidade, durante os dois períodos de governo de Amaral Peixoto, da construção do túnel ligando Icaraí ao bairro de São Francisco, nos anos de 1960, e, finalmente, à construção da Ponte Rio-Niterói, em 1974, quando se tornou uma opção de moradia mais barata para a população intra-metropolitana que se dirigia à capital.²²⁴

Essa expansão acabou por provocar uma transformação profunda na cidade, ao caracterizar um processo progressivo de esvaziamento do Centro da sua função essencial, catalisadora na vida de Niterói. Desde então, as ruas da antiga Praia Grande perderam sua majestade. Parte de seu comércio e de seus moradores, desejosos de visibilidade social, transferiu suas residências para Icaraí, ao longo dos anos de 1950 e 1970, como fez boa parte da coletividade judaica de Niterói, assim como os sírio-libaneses, portugueses e outros grupos sociais.

Na atualidade, em que pese à predominância de um discurso que aponta uma suposta “decadência” da região central, “usos” diversificados do espaço imprimem identidade nova à região, rompendo definitivamente com os “usos” do passado.

3.2.1. As Antenas dos Pára-Raios: A Vida em Niterói nas Páginas d’O Fluminense

O longo jornal O Fluminense, cuja primeira edição remonta ao ano de 1878, é um bom indicador do que foi a cidade de Niterói no século XX. Por suas páginas desfilarão as personalidades locais, assim como as do estado fluminense, os dilemas da Associação Comercial e dos representantes da indústria, ou as notas dos estudantes nos exames de fim de ano, inclusive das escolas de datilografia!

²²³ Vale dizer que a Niterói de hoje está dividida em cinco regiões: Região das praias da Baía (Boa Viagem, Charitas, Centro, Bairro de Fátima, São Francisco, Icaraí, Ingá, Santa Rosa, entre outras); Região Norte (Barreto, Ilha da Conceição, Fonseca, entre outras); Região de Pendotiba (Sapê, Ititioca, Vila Progresso); Região Oceânica (Itacoatiara, Itaipu, Piratininga — foi reintegrada ao município de Niterói, na década de 1940); e Região leste (Várzea das Moças e Rio do Ouro). In: *Niterói. Perfil de uma cidade*. op. cit. p. 37.

²²⁴ Respectivamente WHERS, Carlos. op. cit. p.195-196; e *Niterói. Perfil de uma cidade*. op. cit. p. 26. Não foram encontrados estudos significativos sobre a evolução urbana da cidade a partir dos anos 50, em especial do bairro de Icaraí.

Com cinco páginas diárias, as duas primeiras de notícias, e as demais de anúncios, O Fluminense foi uma espécie de “diário oficial” do município, incluindo entre suas colunas os atos e despachos do Prefeito, quadro que se repetiu até 1945. Suas reportagens eram breves e pontuais. O anúncio de um comício, por exemplo, quase sempre se perdia no dia seguinte. O leitor de hoje fica sem saber se realmente aconteceu ou não. Somente em casos extraordinários há referência ao fato passado.

Entre 1935-1937, em meio a uma conjuntura de violenta tensão entre estado e sociedade, predominaram informações sobre o cotidiano da cidade, totalmente descolada do cenário nacional. Por este jornal mal se percebe que foi dado um golpe de estado e as transformações políticas foram naturalizadas pelos redatores.

A partir de 1937, no entanto, é possível perceber algumas mudanças, o jornal passou a registrar/testemunhar a fúria legisladora do estado novo, com as ações constantes do interventor regulando a distribuição do leite, da carne, viajando para outras regiões do estado, construindo e inaugurando grupos escolares. Evidenciava-se, pois, o processo de re-invenção do estado do Rio, e o jornal se fez testemunha dessa conjuntura.

De sua leitura foi possível apreender, entre a década de 1920-40, algumas das questões centrais da cidade, como a preocupação crescente com a violência urbana e corrupção policial, e o cotidiano de problemas apresentados pelas barcas, que acumulavam de críticas e ódio, a Cia. Cantareira, responsável pela travessia marítima, e que ajudam a explicar a explosão social que resultou no quebra-quebra da estação em 1959, e que destronou a família Carreteiro da concessão.

Em 11 de outubro de 1922, o jornal noticiava com estardalhaço mais um assalto no centro da cidade:

**Os Ladrões estão agindo
Outra casa comercial Assaltada...
Uma quadrilha opera livremente**

Mais uma casa comercial situada em ponto frequentadíssimo quase em plena ponte central, foi hontem assaltada e roubada audaciosamente.(...)

A cidade está cheia de vagabundos e desordeiros.

Caras patibulares são vistas, menos pelos sherlocks, nos logares de maior aglomeração.

Ao cahir da noite, cáftens, escruchantes, gravateiros, descuidistas, batedores de carteiras e outros de mistura com jogadores profissionais, enfim toda grande família dos ratoeiros, desembarcam livremente, vindos da cidade vizinha, juntando-se com a malandragem local nas escuras (bancas), reles antros de que está semeada Nictheroy.(...)

O sr. Adolpho Blitman é estabelecido com a alfaiataria Rio Branco, à rua Visconde do Rio Branco, 337, meio do quarteirão formado pelas Ruas São João e São Pedro. Em vista de sua numerosa freguesia, tem esse estabelecimento grande sortimento de casemiras nacionais e estrangeiras, de padrões diversos.

Com receio dos larápios, pois a sua casa já fora, certa vez, (visitada), conseguindo, porém reaver o roubo, o sr. Blitman aferrolhava bem as portas diariamente, sahindo pela situada no lado esquerdo do edifício, porta essa que externamente, era garantida por um moderno cadeado com seis dentes.

E foi por ahi justamente que os buliçosos penetraram na alfaiataria.(...)

Pela manhã ao verificar o sucedido, o sr. Blitman correu à subdelegacia da polícia do 1º. Distrito.

Um comissário de chapéu de abas largas, typo Harry Carey, compareceu ao local assaltado e ahí descobriu sobre uma peça o signal de mão deixado por um dos ladrões.(...)

Um dos terríveis (policiais), ao indagar o donno da casa pormenores sobre o assalto, teve esta exclamação: se eu prender os ladrões, o sr. me dá um terno de roupa, ouviu! (...)

Punguistas, brigas de ruas, reclamações sobre a inconveniência do jogo de *foot-ball* nas ruas²²⁵, resultados do concurso de admissão, ou o escândalo provocado por homossexuais, são outros assuntos constantes de suas pautas. Uma matéria de 1936 revelava a existência de um submundo na cidade, e seus tópicos fornecem detalhes sobre a noite em Niterói:

Sob os reflexos argênteos do luar

A vida noturna da cidade sorriso — percorrendo os bairros da capital — Niterói — no reduto do jogo — um choro de improviso — infância viciada — a moça que vendeu o corpo — uma sessão de macumba²²⁶.

Os imigrantes tiveram grande destaque nas páginas do jornal, especialmente as colônias sírio-libanesa e portuguesa. Desde 1925, as atividades do Centro Líbano Fluminense eram noticiadas rotineiramente²²⁷.

O prestígio desse grupo, composto basicamente por comerciantes de tecidos e roupas prontas, pode ser medido, por exemplo, pelo aviso que sua família emitiu no periódico, da missa em sufrágio da alma de Elias Nahoun, morto no Líbano. Seus filhos, Nassif e Antônio Elias, estavam estabelecidos no comércio local conforme registro do Almanak Laemmert, desde 1915, à Rua Dr. March, 12 (tel. 767)²²⁸ e posteriormente na Rua da Conceição, 5 (tel. 767), donos da Casa A Favorita.

²²⁵ O Fluminense, 2-1-1936.

²²⁶ O Fluminense, 5-8-1936.

²²⁷ O Fluminense, 31-1-1925, na oportunidade de homenagem prestada pela colônia ao padre Elias Koolk.

²²⁸ Al. 1915, a partir de 1925, os irmãos aparecem no Laemmert estabelecidos à Rua da Conceição, 5. Porém, a notícia do jornal os situa na Rua Barão de Amazonas, 25.

Em 1925, o regresso dos irmãos Alexandre, Habib e Miguel Mattar, proprietários da Casa Esmeralda, motivou ampla reportagem, que contou inclusive, fato raro nesse tempo, com rápida entrevista de um dos irmãos:

Aqui chegamos, crianças ainda iniciando a luta pela vida. Trabalhamos muito, sofremos os revezes dos primeiros tempos, mas temos gozado muitíssimo, principalmente pela forma generosa que nos tratam os brasileiros, os filhos desta linda, rica, grande e incomparável pátria dos meus três filhos. (...) ²²⁹

Ao contrário dos sírio-libaneses, o grupo israelita poucas vezes foi notícia no jornal. No total de 3.000 dias pesquisados, apenas 28 pequenos informes dizem respeito a esses imigrantes, e destes somente 4 se referem a uma organização da colônia: a comemoração do ano novo hebraico, em 1922, o lançamento da pedra fundamental do Centro Israelita de Niterói, em 1937, o respectivo informe da data de inauguração, no ano seguinte, e um aviso do Dops, em 1939²³⁰.

Os portugueses e suas diversas associações eram permanentemente notícia, e suas atividades culturais e recreativas alcançavam grande repercussão na cidade. Em 1935, em meio ao crescimento das tensões entre integralistas e partidários da Aliança Nacional Libertadora, o jornal enfatizava o burburinho provocado em torno do concurso de Rainha da Primavera promovido pelo Centro Musical da Colônia Portuguesa! Entre junho e julho desse ano, as primeiras páginas do jornal, isto é, a única com notícia, dedicou-se a relatar pormenores do evento, e em 14 de julho, uma das candidatas ao pleito ocupava 90% do espaço reservado à notícia no jornal. Ao seu lado, espremida em duas colunas pequenas, vinha outro informe: “*fechada a sede da ANL e proibida uma reunião de integralistas*”²³¹.

Essa questão leva à pergunta a respeito do quantitativo de imigrantes que residiram na cidade no período estudado. Para tanto só foi possível obter dois registros. De acordo com o primeiro, de Júlio Pompeu de Albuquerque, para o ano de 1920, e de um total de 86.238 habitantes, 12.656 eram estrangeiros, divididos da seguinte forma:

²²⁹ O Fluminense, 25-1-1925.

²³⁰ Id., respectivamente 4-10-1922; 26-6-1937; 3-10-1938 e 30-9-1939.

²³¹ Ibid., 14-7-1935

População Estrangeira-1920²³²

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Alemanha	128	100	228
Áustria	13	15	28
Bélgica	7	11	18
França	74	61	135
Hespanha	578	382	960
Inglaterra	303	156	459
Itália	433	317	750
Portugal	7671	1817	9488
Outros Países da Europa	97	75	172
Argentina	18	25	43
Chile	1	-	1
EUA	8	13	21
Paraguay	3	9	12
Uruguay	2	7	9
Outros países da América	10	15	25
Japão	8	-	8
Turquia Asiática	141	82	223
Outros países	51	35	86
Total	9.546	3.110	12.656
Total Naturalizados	195	41	236
Nacionalidade ignorada	119	96	215

Como se pode verificar, os portugueses são de longe a maioria de imigrantes do período, seguidos por espanhóis, italianos e ingleses. Imigrantes judeus de diferentes

²³² ALBUQUERQUE, Júlio de Pompeu. op. cit. p. 50.

nacionalidades e sírio-libaneses devem estar compreendidos nas 408 pessoas assinaladas nos itens referentes à Turquia Asiática e outros países da Europa.

Vale dizer que o Almanak Laemmert de 1930 já anotava a presença chinesa na cidade, através do registro de dois restaurantes chineses, o de Fat Won Ching, na Rua da Conceição, 57, e outro na Visconde de Uruguay, 514, cujo proprietário não está identificado. Para 1935, existe o registro de uma tinturaria japonesa, na Rua Gal. Castrioto, 366 (tel.2785) e a lavanderia chinesa de Wo Ban Chou, na Rua da Conceição, 178 (tel. 2848). As lavanderias e o restaurante de Wong Ching voltaram a ser citados no Almanak Laemmert de 1940²³³.

O segundo registro refere-se ao ano de 1940, quando os dados coletados na Sinopse Estatística do Município de Niterói informaram a presença de 9.740 estrangeiros, dos quais 957 eram naturalizados e 23 de nacionalidades não identificadas, para um quantitativo populacional de 131.687 habitantes²³⁴. Mais uma vez, os portugueses se destacaram como grupo principal, e nos registros consultados foi possível identificar também dados específicos para as seguintes nacionalidades:

Niterói: Nacionalidades

ALEMÃ	ESPAÑHOLA	ITALIANA	JAPONESA	PORTUGUESA
332 (H)	212 (H)	350 (H)	10 (H)	4.299 (H)
344 (M)	260 (M)	319 (M)	09 (M)	1993 (M)
T=676	T=472	T=669	T=19	T=6292

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil (1-9-40).
Série Regional – Parte XV – RJ. P15. Dem/Ec/1940.

Portanto, se em 1920, os estrangeiros representavam 14,67% da população da cidade, em 1940, o percentual de estrangeiros foi reduzido para 7,40%, uma queda de 50% para um crescimento substancial da população geral. Lidos friamente, os dados revelam a reduzida importância dos estrangeiros em Niterói. Todavia, a qualificação desses grupos proporcionada pela pesquisa em fontes diversificadas, aponta para o contrário: eram relativamente poucos, mas importantes, e, com vasta penetração na economia local.

Referências às questões econômicas foram pouco comuns no Fluminense dos anos de 1922, 1925, e de 1935 a 1940. Da mesma forma, as transformações políticas eram pouco

²³³ *Almanak Laemmert*, op. cit. Edições de 1930, 1935 e 1940.

²³⁴ Cf. *Sinopse Estatística do Município de Niterói*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. p. 30.

comentadas. No entanto, a leitura de pequenos informes e avisos de reuniões e comícios de integralistas e adeptos da ANL fazem ressurgir fantasmas há muito enterrados, descortinando a batalha campal travada entre um lado e outro, nas ruas e no cotidiano do centro de Niterói.

Em 16 de janeiro de 1935, lado a lado no jornal, foram noticiadas as futuras inaugurações do Núcleo Central da Ação Integralista Brasileira, na Rua Visconde do Rio Branco, 385, sobrado, e do Comitê Fluminense Pró-formação da Aliança Nacional Libertadora, na Rua XV de novembro, 114. Mais uma vez as ruas da região central da cidade cumpriam seu papel catalisador na vida de Niterói.

No caso da Ação Integralista Brasileira, o acompanhamento diário das notícias permite entrever uma cidade simpatizante da ideologia, mais do que isso, o estado fluminense foi um grande centro integralista e Niterói, seu pórtico principal²³⁵.

Conforme observado, cada bairro possuía seu núcleo, e os mais ativos eram o Núcleo Central, com dois endereços, o primeiro à Rua Visconde do Rio Branco, onde, a partir de 17-4-35, passou a funcionar uma escola noturna, e o segundo à Rua Barão do Amazonas; o núcleo do Barreto, na Rua Benjamim Constant, 2, com departamento feminino; o também os do Ingá, Santa Rosa, e São Francisco. De 1935 a 37, os integralistas atuaram intensamente na capital fluminense, e receberam diversas vezes Plínio Salgado, Gustavo Barros, Madeira de Freitas e Jeovah Motta²³⁶.

O primeiro grande desfile integralista em Niterói ocorreu em 4 de abril de 1935, com saída prevista para às 20:00h, da Rua Presidente Pedreira, no núcleo do Ingá, e dispersão na Praça Martim Afonso. Na edição do dia seguinte, silêncio absoluto, nenhuma notícia de tumultos ou prisões.

Alguns depoentes, no entanto, ainda guardam um par de lembranças sobre os referidos desfiles. Num deles, Luiz Baunfeld, comunista histórico, recorda:

²³⁵ Amaral Peixoto em seu depoimento ao CPDOC declarou: “O Estado do Rio era um grande centro integralista, havia lá muitos descendentes de alemães e italianos. Tive sérios problemas nessa ocasião.” In: CAMARGO, Aspásia, et ali. *Artes da Política, Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/UFF, 1986.

²³⁶ Cf. O Fluminense: 5-2-1935; 14-2-35; 20-2-35; 7-3-35; 13-3-35; 16-3-35; 20-3-35; 26-3-35; 28-3-35; 4-4-35; 1-4-35; 17-4-35; 9-5-35; 6-6-35; 18-6-35; 19-6-35; 14-7-35; 16-6-36; 20-6-36; 3-2-37; 19-2-37; 16-4-37; 11-6-37, entre outros informes. De acordo com o historiador Boris Fausto, esse movimento nascido em 1932 no bojo da crise das democracias liberais que varreu o ocidente nas décadas de 1920 e 1930, definiu-se com o uma doutrina nacionalista, cujo conteúdo era basicamente cultural. Negava a pluralidade de partidos e a representação individual do cidadão, e identificava como inimigos o liberalismo, o capitalismo financeiro internacional dominado por judeus. Cf. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001. p.194.

nos anos de 1935 mais ou menos, acontece que houve um desfile, desfile dos integralistas, meu pai religioso, com chapéu na cabeça, não tirou o chapéu quando a bandeira verde passou. Foi barbaramente espancado, chegou em casa sangrando, e chorando. Eu era vizinho dos Mossadish. O “Haiti” que dirigiu manguinhos, e o Guilherme que (depois se tornou) era engenheiro. Então ocorreu o seguinte: a primeira coisa que fiz — eu tenho que enfrentar esses caras(...)eu fui procurar o Guilherme que não estava, falei com o (irmão)—como é que eu posso combater? Ele disse assim, olha pegue esse bolo de papel — manifestos — que vai ter um comício do Maurício de Lacerda, que ia fazer um comício no jardim São João, e vai pras barcas e fica a tarde toda distribuindo isso, queremos muita gente lá. Já era um trabalho da aliança nacional libertadora. Eu sem querer entrei na ANL de tabela, (aos) 15 anos²³⁷.

A Aliança Nacional Libertadora²³⁸, de Prestes, também tinha apoio na cidade, e assim como no caso dos integralistas, O Fluminense registrou seu movimento. Durante os breves meses em que esteve na legalidade, a aliança agitou a capital fluminense com reuniões e comícios. Os confrontos com a turma de *Camisas Verdes* foi inevitável.

A primeira notícia sobre a Aliança, publicada pelo jornal e de responsabilidade da Federação Proletária data de 16 de janeiro de 1935, e convidava os simpatizantes para a formação de um comitê pró ANL, o local já foi dito, Rua XV de novembro, 11. Após esse informe, novas convocatórias sucederam-se, marcando as reuniões para o “*local de sempre*”. Foi assim em 9, 10, 12, 16, 17 e 30 de abril daquele ano; 4 e 7 de maio, desta vez com proposta de um grande comício para 13 de junho; outras reuniões seguiram seu curso nos dias 21 e 25 de maio do mesmo mês.

Em 1 de junho, o jornal avisava do “*comício monstro*” que a ANL faria na cidade nos próximos dias, com a ilustre presença do Comandante Herculino Cascardo, anunciado como “*tenente que acompanhou Prestes na Coluna*”, e que, na oportunidade do evento, carregaria a bandeira nacional. Efetivamente, Cascardo era o presidente do movimento, e participara da revolta do Encouraçado São Paulo, em 1924.

Em 9 de junho, aviso da fundação de novos núcleos, em Tribobó e no Barreto. No dias seguintes, o jornal repercutiria o confronto travado entre ANL e AIB em Petrópolis, e no dia 13, ocorreria o referido comício na Praça Martim Afonso.

²³⁷ Cf. Luís Baunfeld, entrevista à autora em 27-11-2006. Em seu depoimento Baunfeld fez diversas referências aos irmãos Mossadish, um deles, apelidado de Haiti, segundo seu relato foi brilhante cientista e dirigia manguinhos, sendo expulso após o golpe de 1964. Não foi possível decifrar sua identidade.

²³⁸ De acordo com Boris Fausto, a ANL surgiu em meio à discussão sobre a Lei de Segurança Nacional votada pelo congresso no início de 1935. Ligada aos comunistas e tenentes de esquerdas, veio a público em 30 de março daquele ano, e teve como presidente de honra Luís Carlos Prestes, recém-ingresso no PCB. Na presidência de fato militava o capitão da marinha Herculino Cascardo, que liderou, em 1924, a revolta do encouraçado São Paulo. O programa básico da ANL era nacionalista: suspensão do pagamento da dívida, reforma agrária, garantia das liberdades e defesa de um governo popular, entre outras bandeiras. FAUSTO, Boris. op. cit. p.197.

Na edição do dia 14, notícias breves davam conta do excesso de policiamento em torno do ato, que segundo comentário do jornal, suscitava "*má impressão*". Mais uma vez, não houve notícias de confrontos e prisões. É possível perceber apenas o clima de tensão em torno do assunto. Nos dias que se seguiram ao ato, novo aviso de reunião no "local de sempre", e, finalmente, em 4 de julho, ao lado do anúncio de um comício da ANL em São Gonçalo, cidade vizinha, a notícia da sede provisória e seu endereço: Rua Visconde de Uruguai, 514.

Em 13 de julho, em meio às notícias do cotidiano, assalto, crise nas barcas, concurso da rainha da primavera etc, a manchete fulminante, que chama atenção apenas porque está em negrito e tipo maior:

Aliança Nacional Libertadora
Fechada por Seis Meses

A temperatura política do país subiu. Em poucos meses a ALN já contava entre 70 mil a 100 mil adeptos, e em 11 de julho o governo, que já vinha perseguindo a aliança, decretou sua ilegalidade²³⁹. O Fluminense, à sua maneira sucinta, repercutiu o calor dos acontecimentos, sobretudo, após o atentado sofrido pelo deputado socialista Dr. Capitulino Santos Jr²⁴⁰, que levou, no estado fluminense, ao adiamento da posse do novo interventor, o Almirante Protógenes Guimarães²⁴¹.

Em outubro e novembro daquele ano, as manchetes do jornal se dividiram entre a explosão da guerra na África, entre Itália e Abyssínia, e o levante comunista de novembro, que resultou numa tentativa fracassada de golpe militar²⁴². Assim, em 4 de outubro noticiava o jornal: "*Sob o ribombo dos canhões e dos zunidos das balas dos fuzis e das metralhadoras teve começo a carnificina na Abyssinia*". E em 15 de outubro: "*Nova guerra em perspectiva! São rotas as relações entre Rússia e Japão*". Já em 28 de novembro, a manchete declarava a instauração do Estado de Sítio: "*Rebentou um movimento revolucionário no norte do Brasil*", e no dia seguinte: "*Revolução — rebentou no Rio, um movimento revolucionário*". Entretanto, nos dias que se sucederam ao Levante Comunista de 1935, nenhuma palavra foi escrita pelo jornal sobre o ocorrido.

²³⁹ Id., p. 198-199.

²⁴⁰ O Fluminense, 26-9-1935.

²⁴¹ id., 28-9-1935.

²⁴² Fausto, op. cit. p.198.

Em Niterói, era forte a perseguição aos comunistas. O clima de instabilidade, a politização crescente da sociedade e as ameaças que pairavam no ar mexeram com os nervos dos cidadãos da capital, em especial dos imigrantes.

Em 21-7-1936, o jornal noticiava a perseguição e prisão de comunistas. Nos meses seguintes, avisos davam conta da criação de novos partidos políticos, como o *Partido Liberdade e Trabalho*²⁴³; *Partido Liberal Nictheroyense* (Rua Barão de Amazonas, 508)²⁴⁴; *Partido Gandhista*²⁴⁵; *Partido Colletivista*²⁴⁶ (Rua da Conceição, 57); *Partido Social Republicano*²⁴⁷. O jornal como sempre não comentava. Outros eventos, como os conflitos decorridos do confronto entre os integralistas e a União Democrática Estudantil Fluminense²⁴⁸, a fundação da União Portuguesa Salazar²⁴⁹, do Fascio Rinaldo Coia²⁵⁰ na cidade, do movimento Defesa Social Brasileira, que objetivava “*combater o comunismo e defender a população brasileira da infiltração vermelha*”²⁵¹, além das notícias sobre a guerra civil espanhola²⁵², descortinam a agitação na cidade.

A crescente comoção política, entretanto, foi parcialmente silenciada pelos acontecimentos finais de 1937. O Plano Cohen, o Golpe do Estado Novo, e a posse do novo interventor federal no estado fluminense, o Comandante Amaral Peixoto, em 9 de novembro daquele ano, foram abordados rapidamente pelo jornal, devidamente naturalizados.

Em que pese o silêncio do jornal, os depoimentos orais forneceram as informações que faltavam sobre aquele momento histórico: o centro de Niterói fervia com a política. Nacionais, estrangeiros, integralistas, liberais e comunistas, todos se agitavam, e a polícia prendia e “batia”.

Paulo Velmovitsky, narrou as agruras do velho pai, Max, ex- integrante do Bund, na Polônia, que emigrou para o Brasil em 1910, radicando-se imediatamente em Niterói. De acordo com ele, o pai foi um militante comunista bastante visado, era preso “*dia sim, dia*

²⁴³ O Fluminense, 18-6-1937.

²⁴⁴ id., 20-6-1936.

²⁴⁵ id., 14-2-1937, cuja sede era localizada na Av. Colônia 635, Vila Colônia, Estrada do Baldeador e representado por João Alves M. da Cunha, acadêmico correspondente da Academia Brasileira de Ciências ocultas e chefe patialista de Vila Colônia.

²⁴⁶ ibid., 18-3-1937.

²⁴⁷ ibid., 16-4-1937.

²⁴⁸ ibid., 16-6-1937.

²⁴⁹ ibid., 9-6-1936.

²⁵⁰ ibid., 12-5-1937.

²⁵¹ ibid., 1-11-1937.

²⁵² ibid., 28-8-1936

não”, por qualquer motivação, especialmente na véspera de feriados militares e festas sindicais:

A primeira coisa que a polícia fazia era uma limpeza na área, qualquer judeu que eles encontrassem na rua eles prendiam, passava dois, três dias na cadeia, eles mandavam embora.

Agora o Isaac (alto dirigente do CIN) só teve uma vez que teve participação na libertação de judeus. Meu pai foi preso e no meio do caminho ele se encontrou com Jacó Blank, e o velho então, ao lado do investigador de polícia (disse) — Jacó, avisa à minha mulher que eu fui preso! E o investigador ignorante, ameaçou ele — você não vai avisar coisa nenhuma, você vai preso também, e levou o Jacó. Mas o Jacó era um elemento tido como sionista purinho, e quando a coletividade tomou conhecimento que Jacó Blank tinha sido preso ficou apavorada. Que o Max fosse preso não tinha importância nenhuma, o Max era de esquerda, já era conhecido na praça de guerra, mas o Jacó preso era anti-semitismo. Então eles (coletividade) chamaram o Isaac para ir libertar alguém que tinha sido preso com meu pai.²⁵³

Resíduos de anti-semitismo na cidade ficaram encerrados nas memórias de alguns depoentes, que viveram situações de prisão, e xingamentos sob o impacto do movimento integralista. Zilda Micmacher, por exemplo, ainda se recorda das palavras de ordem gritadas pelos “*camisas verdes*” durante os desfiles:

dava medo, dava medo mesmo! geralmente eles só faziam a saudação anauê, anauê, anauê, levantavam o braço com aquela camisa igual a dos alemães, ao invés da cruz gamada dos alemães era um □ no braço, dava medo, dava medo²⁵⁴

Em sua memória também, ainda repercute o episódio dramático da prisão do pai, Mordska, um homem extremamente religioso, no período:

Meu pai como homem religioso, que nunca se meteu em partido nenhum, ele podia ser uma pessoa esclarecida mas não era como se diz, progressista, comunista, ele era uma pessoa daquela época. Aí começou, ele está andando na rua um soldadinho qualquer prendeu ele. Com certeza ele soube, alguém falou que era judeu, que trabalhava em prestação, todo mundo sabia que os judeus trabalhavam em prestação. Como ele já tinha amigos judeus aqui em Niterói, que já estavam há mais tempo, que conheciam polícia, tinham lojas, então já conhecia esse pessoal mais gráudo, foram lá falar, que era pessoa que não tinha nada a ver com movimento...Chegou a ir pra delegacia. Prisão não! Aí essas pessoas foram lá falar e soltaram ele. Esses conhecidos foram lá na polícia e falaram que meu pai não era nenhum ativista e só era uma pessoa religiosa, que só sabia ir da casa para a sinagoga e da sinagoga para

²⁵³ Paulo Velmovitsky, entrevista à autora em 5-10-2006.

²⁵⁴ Zilda Micmacher, entrevista à autora em 25-4-2006.

casa, e nunca se envolveu em nenhuma política, em nenhuma propaganda, foi uma maldade!²⁵⁵

Os casos expostos por Velmovitsky e Zilda Micmacher, embora reflitam um “meio-tom” anti-semita, são indicativos, sobretudo, da perseguição aos comunistas. A associação que os depoentes fizeram das prisões sofridas por judeus na cidade e a preocupação da coletividade com uma possível onda anti-semita em Niterói, é quase natural dado os acontecimentos em curso na Europa, e às prisões contínuas de judeus comunistas na Capital Federal.

Não se discute que tenha havido certo tipo de anti-semitismo por parte de autoridades federais, e graves entraves burocráticos à concessão de vistos para judeus, como a historiografia fartamente comprova. Nem mesmo que a capital fluminense tenha sido um reduto integralista. Porém, assim como o distrito federal, a capital fluminense não foi uma cidade anti-semita, muito menos conheceu uma política sistemática de perseguições aos judeus²⁵⁶.

Os judeus de Niterói foram alvos, isto sim, da associação entre judeus e comunismo. Foi fundamentalmente a preocupação com a proliferação da ideologia “vermelha” que orientou a ação da polícia e estimulou a repressão, após a Intentona comunista, em 1935²⁵⁷. A coletividade de Niterói, dividida na época entre judeus religiosos ou não, e progressistas, foi atingida por algumas dessas ondas persecutórias.

Merece nota a observação realizada por alguns depoentes sobre a divisão da coletividade do período entre sionistas e progressistas, como é possível verificar no discurso citado de Paulo Velmovitsky. Esse foi um conflito característico do período posterior à

²⁵⁵ id.

²⁵⁶ Apenas para citar um clássico no assunto: ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas(1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988 ver também SORJ, Bernardo. Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica. In: SORJ, Bila (org). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997. p 17-31. De acordo com este autor, no Brasil, o anti-semitismo diluiu-se, de um lado, no sincretismo religioso dos trópicos, de outro, pelo fato do racismo brasileiro estar relacionado com a tese do branqueamento racial. Nesse sentido, o judeu é entendido como branco. Ainda, segundo o autor, a cultura brasileira, de modo geral, valoriza o imigrante portador da ideologia do trabalho árduo e ascensão social.

²⁵⁷ Avrahan Milgran, encontra-se entre os autores que vêem na associação entre judeus e comunismo após a intentona comunista, o ponto de partida da questão judaica no Brasil. Ver Radicais e marginais: uma contribuição ao Estudo do Radicalismo Judeu no Brasil dos anos 20 e 30. *XII Congresso Mundial dos Estudos judaicos*. Jerusalem, julho, 1997; e O Milieu Judeu-Comunista do Rio de Janeiro. In: *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*. Publicação do curso de Pós-Graduação de Língua hebraica, Literatura e cultura Judaicas—FFLCH-USP, São Paulo, 2001.

segunda guerra. Ao que parece, houve, neste caso, um evidente deslocamento da questão para o passado. Mas isso é assunto para outro capítulo.

Um dos golpes mais fortes que a colônia da cidade levou foi provavelmente, a prisão de alguns dos seus membros, quando da invasão da polícia no prédio do Brazcor²⁵⁸, na Praça XI:

Na semana da Revolta comunista, chamada pelo aparelho policial de ‘Intentona comunista’ e iniciada em Recife e em natal no domingo, 24 de novembro de 1935, foi realizada uma batida no restaurante popular Árbeter Kich (Cozinha dos Trabalhadores), ligado à Brazcor (Socorro Vermelho Judaico), na noite de 26 para 27 de novembro. O Correio da Manhã de 27 de novembro de 1935 noticiou que haviam sido presos para averiguações 54 judeus, na maioria poloneses, por suspeita de pertencerem ao partido Comunista Brasileiro.²⁵⁹

Dentre os presos, três judeus eram de Niterói, Abrahão Rosemberg, alfaiate, Júlio Wrobel, ex-prestamista e alfaiate, e Leizer Faber, prestamista e líder incontestado dos progressistas da capital fluminense.

Rosemberg, que no Almanak Laemmert, de 1928, apareceu como proprietário da Alfaiataria Berlim, à Rua Marechal Deodoro, 65 (tel. 570)²⁶⁰, desapareceu da cidade após a prisão. Wrobel, cuja neta, Vera, concedeu entrevista para este trabalho, ficou um tempo preso incomunicável, na Penitenciária Frei Caneca. De lá, foi enviado para uma prisão no Pará, de onde conseguiu fugir dois anos depois, para retornar à Niterói, onde faleceu em 1959²⁶¹.

Quanto a Leizer Faber, cujo nome real era Moisés Kawa, depois de passar um tempo na prisão da Ilha Grande, retomou sua vida na cidade, tornou-se primeiro-secretário do Idisch

²⁵⁸ Por Brazcor entenda-se organização de orientação soviética, opositora do sionismo, formada por idichistas e que em conjunto com o Centro Morris Wintschevsky coletava fundos para a URSS, destinados ao estabelecimento de uma república judaica em Birubidjan, na Sibéria. CF. Gherman, Michael. “*Ecos do Progressismo*”: História e Memória da Esquerda Judaica no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40. Monografia. UFRJ, 2000.

²⁵⁹ FRIDMAN, Fânia. *Paisagem Estrangeira: Memórias de um Bairro Judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 68.

²⁶⁰ Cf. Almanak Laemmert, op. cit., 1928.

²⁶¹ Vera Wrobel, entrevista à autora em 24-8-2007. O próprio Wrobel narrou parte de sua trajetória e a fantástica fuga do Pará para o livro dos sobreviventes da cidade Lodice. Publicado em ídish, foi traduzido para esta pesquisa pela também depoente Bete Ilse Sipres, 2007: Um Revolucionário da Casa Ultra-ortodoxa. In: *Losice: In Memory of a Jewish Community, Exterminated by Nazi Murders*. Tel Aviv, Union of the Remnants of the Jewish community of Losice (Poland), 1963. (p.227-231). O caso de Wrobel, Faber e Rosemberg, entre outros comunistas será detalhado no capítulo 6.

Cultur Farband (ICUF), a entidade internacional progressista e redator do jornal Nossa Voz²⁶².

A perseguição aos judeus comunistas de Niterói, entretanto, não pode ser mensurada visto que a documentação referente ao DOPS do antigo Estado do Rio de Janeiro encontra-se indisponível à consulta pelo fato de ainda não ter sido devidamente organizada, embora encontre-se há cerca de 20 anos nas prateleiras do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, à espera de catalogação e tratamento²⁶³.

Traumatizada, a coletividade israelita tinha medo da associação entre comunismo e anti-semitismo. Talvez, isso explique seu recolhimento frente à presença sempre marcante de outras associações de estrangeiros, como, por exemplo, o já citado Centro Líbano-Fluminense, que não perdia uma oportunidade de aparecer no jornal.

Amedrontados com a realidade da época, a geração pioneira pode ter optado pelo “silêncio”, pela não divulgação e até mesmo pelo “segredo” em relação ao funcionamento das suas associações como estratégia para sobrevivência numa conjuntura tumultuada como aquela. Essa hipótese explicaria bem a pouca visibilidade do grupo no concerto geral dos imigrantes e das associações estrangeiras da cidade.

A partir de 1937, de toda a forma, a situação dos imigrantes se complicou, com as restrições cada vez maiores para a entrada de estrangeiros no país, e em especial dos judeus, com a proibição da concessão de vistos a pessoas de origem semita, expressada naquela que ficou conhecida como *Circular Secreta* (no. 1.137) de 7 de junho de 1937²⁶⁴.

Em 1938, comunicados assinados pelo Serviço de Divulgação da Polícia Política do Rio de Janeiro passaram a ser regularmente publicado nos jornais, que funcionavam com censores nas redações. O Fluminense, sempre partidário da situação, publicava-os todos. Versando sobre temas como os “Assassinatos na União Soviética”, “A Falência da Indústria

²⁶² FRIDMAN, Fânia. op. cit. p. 70. Farber era um homem conceituadíssimo em Niterói, inclusive pelos adeptos do sionismo, e os religiosos, por sua grande inteligência, conforme revelaram Sara Rabinovici e Ilse Sipres, depoentes. Em seu prontuário está registrado o seguinte: Registro Geral no. 47483 com digitais (prontuário com fotos). Trata-se de Moises Kawa, 36 anos, polonês, branco, filho de Joseph e Eika Kawa, do comércio, sem referências quanto à instrução, residente à Rua Mario Vianna, 582, Nictheroy, preso pelo motivo do artigo 113, no.15 da CF, identificado em 30-11-1935 “por perigoso à ordem publica e nocivo aos interesses do país.” (27-11-1935). APERJ, Prontuário DOPS no. 47483, Moises Kawa. Na verdade, Faber/kawa acabou não sendo expulso do país.

²⁶³ O Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro funcionou de 1933 a 1975, quando foi fundido com o do Estado da Guanabara. Este sim encontra-se aberto à consulta, e onde obtive alguns indícios interessantes para esta pesquisa.

²⁶⁴ FRIDMAN, Fânia. op.cit. p. 71.

(na URSS)”, “*Os Perigos do Komintern*” ou “*O Comunismo destrói a Espanha*” promoviam uma campanha explícita contra os comunistas.

Paralelo à perseguição da esquerda, o Estado Novo, além de regular severamente a entrada de emigrantes no país, intensificou os condicionantes à participação dos estrangeiros no mercado de trabalho. Nas páginas de *O Fluminense*, sob o título ***O Estado Novo e o Estrangeiro***, o periódico informava os detalhes do Decreto-lei 383 que impedia o cidadão de outro país exercer atividade de natureza política e na administração de negócios públicos, com a exceção devida aos que se naturalizassem; e sobre o artigo 134, parágrafo 6, da Constituição de 1934, que regulava a entrada de emigrantes no Brasil e a proibição da publicação de livros, folhetins, revistas, jornais ou boletins em língua estrangeira sem prévia autorização do Ministério da Justiça²⁶⁵.

O jornal também repercutia como a sociedade enfrentava o problema da regularização do imigrante. Já em 1936, vários anúncios circularam vendendo aos interessados os serviços de *carta de chamada*. Em um deles pode-se entrever os “negócios” escusos que circundavam essa questão:

Cartas de Chamadas

Para irmão, irmãs, pae, genitora, cunhados, netos e sobrinhos, alem da carta de chamada é preciso que sejam portadores do saque, si não tiverem anterior domicilio no Brasil.

Chamar amigos somente é possível si já residiram no Brasil por mais de cinco anos ininterruptos e que tiveram boa conduta, ou que tenham bens imóveis, casados com mulheres brasileiras ou que tenham filho brasileiro. Não faça de seu amigo um infrator, por se não possue os registros supra, se burlar a lei em vigor (o artigo 40 do decreto 24258 de 16 de maio de 1934, diz: o infrator de qualquer dispositivo do presente regulamento está sujeito a pena de expulsão do território nacional.)

Antes que tal aconteça a seu amigo ou parente, procurem informações, que vos serão prestadas gratuitamente pelo O Navegante, Rua Visconde do Uruguay, n.53, sala 6, sobrado, tel. 1954²⁶⁶.

Notícias de naturalizações polvilharam as páginas do jornal, entre 1938 e 1940. Chamou atenção, no entanto, o destaque dado pelo periódico à naturalização de Elias Bedran, proeminente membro da colônia sírio-libanesa local. Pode ter sido tanto matéria paga, como pressão do DOPS, para incentivar novas naturalizações:

Solene homenagem de titulo de cidadão brasileiro.

Foi entregue no dia 23 do corrente, na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Rio, com toda solenidade, o decreto expedido pelo sr. Presidente da República, que concedeu cidadania brasileira ao Sr. Elias Bedran.

²⁶⁵ *ibid.*, 4-5-1938; 6-5-1938.

²⁶⁶ *ibid.*, 12-6-1936.

O novo cidadão brasileiro leu um trecho da constituição federal, prestou juramento de lei e agradeceu em ligeiras palavras, a oração cívica com que foi recebido pelo funcionário Edmundo Ferreira Varella, em representação da delegacia.

Encerrando a solenidade, falou o Professor Ramos de Freitas e, em seguida, foi cantado o hynno nacional por 50 funcionários da delegacia, o que constitui comovedor acto de civismo e brasilidade.²⁶⁷

A volubilidade política nacional somada à crescente situação de beligerância no plano internacional forneceu uma pitada a mais de instabilidade ao cotidiano dos cidadãos niteroienses, e mais particularmente dos semitas radicados na cidade. Cercados por tantas restrições, pelas notícias de novos pogroms nos países de origem, veiculados nos jornais ou que chegavam através das cartas de parentes, e do avanço da Alemanha Nazista, é provável que tenham sentido o “cerco” se fechar no seu entorno.

Em 1938, O Fluminense noticiava com destaque o fechamento dos Centros Sionistas do Brasil:

Dissolvidos os Centros Sionistas do Brasil

O Ministro Francisco Campos aprovou parecer de seu secretario, Dr. Ernani Reis, sobre consulta da federação sionista do Brasil, opinando que a referida sociedade, por ter como principal objetivo uma finalidade de ordem externa, como seja a criação de um lar para os israelitas na palestina, não poderá coadunar-se com as leis existentes no país e que, portanto, termina o parecer, “os centros sionistas de todo pais já se acham de direito dissolvidos, cabendo a polícia tornar effectiva a interdição mediante aviso na forma do art.8º. do decreto n.383.”²⁶⁸

Dias depois, o chefe da seção de Ordem Política e Social da polícia política fluminense, o Sr. José Ramos de Freitas emitiu a seguinte nota:

A secção de Ordem Política e social, devidamente autorizada pelo Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia, faz público para conhecimento dos interessados que quaisquer reuniões só podem ser realizadas com licença previa da polícia, solicitada com antecedência pelo menos de cinco dias.

Os interessados dirão no pedido, os fins da reunião, dia, hora e local, onde se verificara, provando também, a identidade dos promotores.

Quando se tratar de reunião de syndicatos e imprescindível que a ordem do dia esteja devidamente visada pela inspetoria regional do trabalho.²⁶⁹

²⁶⁷ *ibid.*, 26-9-1940.

²⁶⁸ *ibid.*, 5-8-1938.

²⁶⁹ O Fluminense, 4-9-1938.

De 1938 em diante, informes diários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) eram reproduzidos no jornal, com a listagem das autorizações para reuniões, pedidos de documentos de imigrantes e assuntos relativos à imigração. Ninguém escapava:

Abran Cudischevich, Mauricio Poloponsky, Abran Cubric, solicitando atestado de conducta e residência. Atteste-se.
 Salomão Mocny, solicitando atestado de residência. Prejudicado em face da desistência do requerente.
 Samuel Averborg, solicitando atestado de residência. Atteste-se.
 Samuel Averborg, solicitando atestado de conducta. Atteste-se.
 Alfredo Blum, solicitando atestado de residência. Atteste-se.²⁷⁰
 “Associações estrangeiras (sic) foram convidados a comparecer à seccão de Ordem Política e social, os diretores das associações estrangeiras existentes nesta cidade, a fim de prestarem esclarecimento sobre a actividade associativa das mesmas associações e instituições.”²⁷¹

Em meio à tensão dominante, as associações estrangeiras prestavam suas homenagens ao Presidente Vargas, no duplo sentido que o termo carrega: *protesto de veneração e promessa de fidelidade do vassalo ao senhor feudal*²⁷².

Em Niterói, o ditador foi expressão de estima de várias associações, inclusive o CIN, do Centro Líbano Fluminense, este em conjunto com a União dos Proprietários de Nictheroy²⁷³, e da Colônia portuguesa²⁷⁴.

Em 27 de setembro de 1938, O Fluminense noticiava a festa do ano novo judaico:

A Festa dos Israelitas

Os israelitas celebraram hontem o dia de anno novo (Rox Achorno)(sic)
 Nas sinagogas foram realizadas as solenidades do ritual.
 As casas comerciais de propriedade judaica não funcionaram.
 No templo da Avenida Henrique Valladares, a maior e mais importante sinagoga da vizinha capital, as solenidades tiveram inicio com uma prece coletiva dos judeus pela felicidade do sr. Getulio Vargas e pela grandeza e prosperidade do Brasil.

Sobre a homenagem realizada no Centro Israelita de Niterói, embora não exista registro no jornal, existem, segundo as fontes, relatos em ídiche nas atas da instituição, de homenagens ao ditador e também ao interventor federal, com a presença do próprio Amaral Peixoto na sede da Rua Visconde do Uruguai.

²⁷⁰ id., 2-10-1938.

²⁷¹ ibid, 2-10-1938.

²⁷² FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário Aurélio Eletrônico*. Versão 5.11. Positivo Informática, LTDA.

²⁷³ O Fluminense, 8 de novembro de 1938.

²⁷⁴ O Fluminense, 16-6-1939. Nessa data foi a vez da poderosa colônia lusa homenagear Vargas, com grande destaque do jornal.

De acordo com Alberto Hasson a própria leitura das atas evidencia o acompanhamento de censores às reuniões, entre o fim dos anos de 1930 e o início da década de 1940. A reabertura da instituição, segundo este depoente, deu-se exclusivamente para o cumprimento da finalidade religiosa da Casa, além do que foi marcada por uma sessão “obrigatória” em prol da saúde do ditador²⁷⁵.

Ainda hoje, no salão de festas do CIN, é possível verificar nas fotografias que emolduram as paredes, inúmeras fotos que remetem a eventos transcorridos durante o estado novo e que assinalam a presença dos retratos oficiais do presidente Vargas e do interventor Amaral Peixoto, em um cenário clássico de repartição pública.

Submetidos ao olhar pan-óptico do ditador, aos informes e à campanha anti-comunista do DOPS, os judeus da cidade tiveram que conviver também com o noticiário sobre a iminência de uma guerra na Europa diariamente estampado nas páginas do jornal:

*Reina por toda parte uma espécie de pânico pelo que possa vir a acontecer na Europa, em face da atitude hostil da Alemanha com relação à Tchecoslováquia...*²⁷⁶

A Alemanha dispõe-se para a guerra

Foi marcado pelo governo alemão o dia 2 de outubro próximo para a entrada das tropas alemãs na Tchecoslováquia e a ocupação dos territórios dos sudetos.”²⁷⁷

Em uma conferência em Genebra, Mussolini declarou ontem, pela manhã, que a Itália lutará lado a lado com a Alemanha. De Londres comunicam ter sido declarado o estado de emergência.²⁷⁸

O ano de 1939 amanheceu sombrio nas páginas do Fluminense. Em 9 de março de 1939, o jornal declarava o fracasso da conferência da Palestina²⁷⁹, em que os ingleses supostamente pretendiam resolver os problemas entre árabes e judeus, na região então assolada por uma onda avassaladora de emigrantes semitas em fuga das ameaças nazistas:

²⁷⁵ A. Hasson, entrevista à autora em 14-12-2005. Por motivos explicados no Capítulo 1, não foi possível ter acesso às atas da instituição. Contudo, em visita ao CIN, pude observar e fotografar as fotos das homenagens e também da recepção à Amaral Peixoto, ao local.

²⁷⁶ *ibid.*, 10-9-1938.

²⁷⁷ *ibid.*, 28-9-1938.

²⁷⁸ *ibid.*, 28-9-1938.

²⁷⁹ “A imigração maciça elevou a população judaica da palestina de 50 mil no começo do século a 300 mil nas vésperas da segunda guerra mundial. Em abril de 1936, os palestinos desencadearam uma greve geral de protesto contra a imigração, que encaravam como uma ameaça aos seus direitos na região. Os britânicos propuseram dividir a palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu, e manter sob administração inglesa o corredor Jerusalém-Jaffa (Tel-Aviv). Os árabes repudiaram a divisão e iniciaram uma rebelião que só terminou em 1939, quando Londres abandonou a idéia e limitou a imigração dos judeus.” In: *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 1999. p. 455.

Londres, 8

O Sr. Macdonald esboçou o plano britânico para solução da contenda da Terra santa para consideração do gabinete enquanto a conferência da Palestina se aproxima de seu término. Os Sres. Mac Donald e Halifax fizeram grandes esforços na conferência de ontem à meia noite, procurando resolver o (impasse) entre árabes e judeus, mas nada conseguiram. O governo agora está pronto para impor a sua própria decisão. O Sr. Mac Donald deu a entender que a Inglaterra pretende abandonar o mandado, estabelecendo uma Palestina independente. Os judeus encaram tal solução como uma morte nas suas esperanças de acomodar milhares de refugiados da Europa Central

Em 15 de março, a manchete do jornal não deixava dúvidas quanto ao amanhã: *“Invadida a Tchecoslováquia!”*. Apreensivos quanto ao futuro do mundo, apreensivos também no Brasil, os judeus pela primeira vez não sabiam se teriam as condições ideais para realizar sua Páscoa:

A Paschoa dos Israelitas suscita uma questão judicial

Os isralitas de acordo com a sua religião, durante a Paschoa, que ocorre de 3 a 11 do corrente mez, são obrigados a fazer uso do pão fabricado com a farinha de trigo sem fermento ou mistura, que eles denominam ‘pão matizu’. Em virtude do recente decreto do governo, o nosso pão é fabricado nesta cidade com misturas.

A fim de dar cumprimento aos princípios de sua religião, o rabino Merda (sic) Tsikinowski requereu permissão fiscalizadora da farinha de trigo para que fosse concedida uma licença especial ao moinho inglês, para fornecimento, a 3 padarias de 1.000 sacos de farinha de trigo, para a confecção dos Paes ‘marizu’. Concedida esta licença, o rabino deve encaminhar os sacos de farinha para uma só padaria.

Em vista disso, uma das mais prejudicadas, a firma Abiahan Beckman &C. requereu ontem, perante o juízo da 2ª. Vara civil, do Rio, uma ação de preceito combinatório contra o rabino e a firma favorecida, que e o moinho inglês, para o fim de ser representada a licença, concedida na proporção que estabelece, sob pena de multa de 50:000\$000.²⁸⁰

Em 5 de abril daquele ano, o Fluminense informava com assombro: *“Perspectivas bélicas maiores do que as da grande guerra”*. Em 29 do mesmo mês, destacava em sua manchete, trecho de um discurso de Hitler: *“o meu mundo é apenas o meu povo! Dantzig é alemã, jamais será polonesa e tem de ser devolvida ao Reich”*. A resposta do líder camponês da Polônia ao Fuhrer, foi a chamada do dia seguinte: *“...sempre que um polonês for expulso do Reich, três alemães devem ser postos para fora da polônia.”*

Em Niterói, a presença de judeus poloneses era grande em proporção ao conjunto da coletividade. De 59 comerciantes registrados no Almanak Laemmert, no período 1910-1940,

²⁸⁰ O Fluminense, 2-2-1939. Não foi possível avaliar a repercussão desse impasse na coletividade de Niterói. Mas a notícia, sem dúvida, afetava a toda a colônia israelita do Estado do Rio e da Guanabara. O jornal redigiu errado o nome do rabino, como, aliás, o fez sempre que registrava algum nome estrangeiro, o nome correto era Mordechai Tzekinovsky. Esse rabino chegou ao país no final dos anos de 1920 e só deixou o Brasil após a criação do Estado de Israel após 1948.

32,62% eram judeus poloneses, 30,49% de nacionalidade desconhecida e os demais se dividiam entre russos, romenos, e outras nacionalidades; dos 69 prestamistas assinalados somente no Livro da União dos Ambulantes de Niterói, de 1940, 37,61% eram polacos. Portanto, era grande a presença polonesa no grupo.

Como reagiram essas pessoas? Como a coletividade, sob estrita vigilância do DOPS, via toda essa situação? Na impossibilidade de responder objetivamente, fragmentos do passado recolhidos de alguns relatos identificam algumas reações individuais aos fatos.

Paulo Velmovitsky narrou o caso do avô. Seu pai, o anteriormente mencionado Max, ao fugir da Polônia em 1910, trouxe consigo parte da família, inclusive o pai. Judeu ultra-ortodoxo, não agüentou viver um ano no Brasil e regressou junto com parte dos familiares à Brest-litovsk, sua terra natal para viver plenamente o judaísmo²⁸¹. A narrativa de Paulo foi confirmada pela do primo Arnaldo:

ele não agüentou o Brasil porque era impossível praticar a religião judaica aqui com todos os rituais necessários, porque a estrutura era muito pequena, então carnes especiais, todo aquele aparato. Ele voltou para a Polônia, para morrer na Polônia por uma questão de necessidade de praticar a religião e todos os seus rituais, é a história que eu conheço disso.²⁸²

A história, entretanto, não pára por aí. As notícias prementes da guerra, a proximidade da invasão da Polônia levou Max, o pai de Paulo a tentar fazer alguma coisa para retirar a família que restava de lá, antes que a morte sob a mão pesada do nazismo se tornasse realidade. De acordo como depoente, em setembro de 1939, o pai obteve uma autorização emitida pelo próprio Oswaldo Aranha para a entrada da família no Brasil. Como? Através do carteadado, afirmou.

Max, que além de comunista, era jogador, costumava jogar baralho com políticos ligados a Getúlio, e conseguiu através de um companheiro de jogo, possivelmente o Coronel Feio²⁸³, o visto de entrada para os pais.

²⁸¹ Paulo Velmovitsky, entrevista à autora, 25-9-2006. Na verdade, Velmovitsky não conseguiu precisar o ano em que se deu o fato, mas sua narrativa foi confirmada por Arnaldo Welmowicki.

²⁸² Arnaldo Welmowicki, entrevista à autora, 13-11-2006.

²⁸³ Agenor Barcelos Feio, o Cel. Feio, era muito conhecido em Niterói. Foi secretário de segurança de Amaral Peixoto, nos dois períodos que esteve a frente do governo do Estado do Rio. Indicado por Benjamim Vargas tinha real acesso aos detentores do poder na ocasião. Era gaúcho e membro do PSD. De acordo com o ex-interventor, Feio “cercava-se de gente ruim”, especificamente a elementos ligados ao jogo, inclusive do bicho. Marcou sua passagem pelo estado por acusações de manter uma caixinha do jogo do bicho para financiar o PSD. Cf. CAMARGO, Aspásia. op. cit. p. 161; 188; 257-259.

Os pais de Max, no entanto, não voltaram para o Brasil, morreram na Polônia pouco tempo depois.

Outra história fantástica de obtenção de vistos de entrada em meio às duras restrições foi aquela narrada por Ilse Sipres, uma das ativistas mais influentes da coletividade.

Em 1938, decidida a salvar o avô do inferno da Alemanha de Hitler, Ilse, contando então com 16 anos, foi sozinha ao Ministério das Relações Exteriores no Palácio do Itamaraty, pois a família a considerava louca. Driblou a segurança e postou-se na ante-sala do Ministro até o final do expediente. Ao término deste, e vendo sua excelência sair do gabinete, como nada a demovesse, atravessou seu caminho e pediu sua atenção. Acabou recebida pelo então Ministro Macedo Soares.

No gabinete, Ilse narrou o drama vivido pelo avô na Alemanha nazista e o terror da família no Brasil. Saiu da sala com o visto para o avô.²⁸⁴ Neste caso, o final foi feliz, o avô entrou no Brasil e morreu muitos anos depois.

A gravidade da situação na Europa ganhava dia a dia mais espaço no jornal, o Fluminense normalmente tão superficial começava a detalhar o horror que o conflito europeu deflagrou.

Em 5 de agosto de 1938, publicava com destaque a notícia do suicídio da esposa de um industrial judeu, oriundos da Tchecoslováquia, decorrido em Chicago, pelo fato da sua eminente prisão após o fim do prazo concedido pelas leis americanas para sua permanência nos EUA. A ser repatriada e entregue aos alemães, a Sra. *Adele Langer* atirou-se do hotel em que se encontrava junto com seus dois filhos “*vitimas da intolerância que assola atualmente os povos da Europa.*”

No final do mês de agosto:

As últimas notícias da Alemanha informam que no mesmo país e nos outros da Europa mais diretamente ligados aos acontecimentos, o ambiente é de guerra, sendo bastante alarmante a situação.²⁸⁵

Finalmente, em 2 de setembro de 1939, a manchete que todos esperavam:

²⁸⁴ Ilse Sipres, entrevista à autora, março de 2006. Segundo afirma, guardou a carta do ministro e o documento de expedição do visto durante anos, desfazendo da papelada com a morte do pai.

²⁸⁵ O Fluminense, 29-8-1939.

Desencadeada a guerra na Europa! Dantzig anexada ao Reich — Várias cidades polonesas bombardeadas pela aviação nazista.
Decretado feriado nacional ate 4/9 dado os graves acontecimentos na Europa.

Para os judeus de Niterói, livres do inferno, mas com os corações em brasas, as notícias que se seguiram só pioraram os ânimos. A manchete do jornal, em 22 de outubro dizia:

Um estado israelita na polônia

Londres, 21, (AN. Brasil) Informações vindas de Copenhague sobre a intenção do governo allemão constituir um estado israelita na polônia indicam que a capital seria Dublin, teria uma população de 3.000.000 de habitantes — anuncia a BBC.(22/10/1939)

Em 12 de novembro de 1939,

Inúmeros Israelitas presos na Áustria

Roma, 11, um telegrama de Budapeste para o Popolo d'Italia informa que acaba de ser efetuada a prisão em massa dos israelitas residentes em Vienna e outras cidades da Áustria. Segundo informa o jornal, um chefe político allemão teria declarado que se ficar provado que um judeu está envolvido no atentado de Munich, 'assistir-se-á a alguma coisa em comparação da qual a noite de São Bartolomeu não passa de uma brincadeira.

No Brasil, as coisas para os judeus também pioravam. Em 23 de julho de 1940, o DOPS publicou uma lista de indivíduos proibidos de permanecer no país, com aproximadamente 100 pessoas, a grande maioria de origem semita²⁸⁶. Nenhum judeu de Niterói foi encontrado. De toda forma essa notícia deve ter balançado toda a colônia israelita do estado.

Nos meses seguintes, o noticiário local do jornal foi contaminado pelo cotidiano da guerra e as progressivas restrições a que os judeus das áreas ocupadas pela Alemanha eram acometidos.

Em Niterói, como já foi mencionado, o cotidiano foi atingido pela fúria legisladora e transformadora da interventoria Amaral Peixoto, e obras de eletrificação, água e esgoto, estradas de rodagens, escolas e postos de saúde foram levadas a cabo. O próprio chefe do

²⁸⁶ O Fluminense, 23-7-1940

governo espantava-se com a pouca representatividade do Estado e falta de infra-estrutura da capital:

(...) Visitei uma escola em Niterói, e uma professora lá me disse: ‘quando chove não há aula. E todo dia uma menina é escalada para trazer uma moringa de água’. E isso em Niterói. (...) A primeira parada que assisti em Niterói era uma vergonha. O Dr. Getúlio estava presente, e havia até criança descalça. Uma coisa horrosa!²⁸⁷

Na década de 1940, não foi possível acompanhar o cotidiano da cidade pelo Fluminense, como no período anterior. Entre fins de 1940 e janeiro-junho de 1945, o jornal não está micro-filmado, nem disponível para consulta na Biblioteca Nacional, assim como no período 1950-56.

O noticiário do período julho-dezembro de 1945 aparece, como não poderia deixar de ser, marcado pelos últimos momentos da guerra, as revelações terríveis dos campos de concentração e do julgamento de Nuremberg. Eram manchetes como as abaixo relacionadas que os niteroienses e os judeus da cidade liam:

Atrocidades incríveis dos nazistas.

Atiravam crianças pelas janelas dos trens. Incendiavam aldeias e embriagavam trabalhadores para agrupar escravos para a Alemanha. O dantesco relato feito no Tribunal de Nuremberg. Sanchel, alma danada de todos os horrores.²⁸⁸

1600 judeus a caminho da palestina.

Paris, 3, cerca de 1600 judeus belgas, franceses, holandeses e poloneses, muitos deles sobrevivente de campos de concentração nazistas, partiram hoje de Marselha para a Palestina.²⁸⁹

Perseguindo judeus na Polônia

Londres, 10, a propósito do pogron de que estão sendo vítimas atualmente os judeus na Polônia, o correspondente do News Cronicle em Berlim enviou hoje mais informações: O excército do campo é uma organização militar secreta que, mesmo antes da libertação da Polônia, vinha competindo com a SS nazista na obra do extermínio dos judeus. Segundo refugiados israelitas, com os quais acabo de me avistar, o governo de Varsóvia é impotente contra aquela organização (...)²⁹⁰

²⁸⁷ CAMARGO, Aspásia. op. cit. p.169.

²⁸⁸ O Fluminense, 13-12-1945.

²⁸⁹ id., 4-9-1945.

²⁹⁰ ibid., 11-12-1945.

Em 1948, a independência do Estado de Israel foi noticiada da seguinte forma pelo Fluminense: “*Foi proclamado ontem o estado judeu, informa despacho de Tel-Aviv*”²⁹¹. Nos documentos privados da Biblioteca Davi Frischman, assim como nos relatos dos depoentes, uma grandiosa festa reuniu a colônia judaica da cidade nos salões do Centro Israelita, na Rua Visconde de Uruguai.

Das fotografias amareladas do banquete, ainda transborda a alegria pela realização do sonho sionista, numa das poucas vezes que os progressistas da Biblioteca Davi Frischman, e os religiosos e sionistas do CIN, adversários contumazes se reuniram. Entretanto, a pesquisa no jornal, dos dias que sucederam o grande acontecimento, revelou mais uma vez o silêncio das (e sobre as) organizações judaicas da cidade. Silêncio, segredo ou estratégia?

Nos anos 50 e 60, dentre tantos eventos, é fácil identificar dois grandes “acontecimentos” que sacudiram a cidade do seu torpor habitual, qual sejam, o “quebra-quebra das barcas” e a destruição dos bens da família Carreteiro, em 1959, e o incêndio do Gran Circo Norte Americano, em 18 de dezembro de 1961. O primeiro pode ser considerado tema ainda controverso na historiografia fluminense, e o segundo, trauma não superado em Niterói.

Embora não tenha sido meu objetivo decifrar o fenômeno urbano em Niterói, as fontes trabalhadas, em certa medida, permitiram entrever um pouco da sua substância no período estudado, reconduzindo à discussão proposta na parte inicial do capítulo sobre a cidade, entendida não como um mero cenário, onde os grupos sociais atuam e deixam suas marcas.

Ao contrário, a lógica particular da cidade, impressa no cotidiano urbano, atravessou a vida dos grupos sociais, imigrantes ou não, e impôs suas marcas, circunscrevendo, e até mesmo condicionando a trajetória desses mesmos grupos, simultaneamente à ação de transformação do espaço promovido por esses atores sociais.

A trajetória de Niterói, como centro urbano foi, conforme a historiografia consultada, prejudicada pela proximidade da Capital Federal, imã extraordinário que exerceu com plenitude o sentido etimológico do termo metrópole: *Mçtrópolis*.

De origem grega, *Mçtrópolis* funde em um único termo dois substantivos *mçtra* (útero, mãe) e *polis* (cidade), definindo-se como cidade mãe em relação às suas colônias²⁹².

²⁹¹ *ibid.*, 15-5-1948, p.1.

²⁹² LENCIONE, Sandra. Reconhecendo metrópoles. In: SILVA, Cátia; FREIRE, Denise G.; OLIVEIRA, Floriano (orgs). *Metrópole, Governo, Sociedade e Território*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 44.

Niterói, portanto, foi desde sua elevação à vila, em 1835, uma cidade que orbitava em torno da corte, uma colônia propriamente dita. Promovida abruptamente à capital pela Proclamação da República, teve, em primeiro lugar, que lutar contra a pressão e o medo de ser tragada pela capital federal, a grande metrópole, ponto de encontro por excelência das redes de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, lugar destacado da concentração dos serviços superiores, da gestão do capital, e das redes de transporte, inovação, consumo e poder;²⁹³ e, em segundo lugar, precisou enfrentar a situação de converter-se, de uma hora para outra, em metrópole, “modelo” para a província fluminense.

Todavia, sua ascendência sobre as demais cidades da província e depois estado foi, ao longo da República Velha, duramente contestada. E marcada, também, por sucessivas disputas políticas que fragmentaram sua força de ação, não conseguindo exercer com plenitude sua designação de capital e metrópole, e colonizando o espaço no seu entorno.

No ano do centenário da Independência, dois decênios após ter se transformado na capital fluminense, assim era descrita por vizinhos da Capital Federal:

Há alguns anos acompanho com espontaneo interesse e crescente sympatia o desenvolvimento de vossa bella cidade silenciosa, galantemente pousada defronte da grande capital, como nos convidando a toda hora a repousar dos túmulos da vida carioca, na quietude dos vossos arrabaldes campestres.

No Rio, por mais que se procure fugir do bulieiro da metrópole, e gosar algumas horas nos seus subúrbios, o encanto da vida campesina, não podemos esquecer um instante a proximidade do colosso, cuja pulsação contínua repercute até aos longínquos bairros, tirando-nos parte da procurada illusão.

Os arredores da vossa cidade invicta, com os seus jardins em que predominam as flores sylvestres, os seus ricos pomares, as suas chacinhas, meio rústicas, a sua população caracteristicamente brasileira, nos dão, com todo o conforto de uma cidade civilizada e policiada, a perfeita idéia de vilasinhas da roça, dessa roça aonde todos nós sonhamos conquistar um dia uns palmos de terra socegada e fértil...

A vossa praia de Icarahy já tem a fama de qualquer bairro nobre da capital, e positivamente, o nome da praia Grande não nos vem mais aos labios com a antiga expressão de desdém, e hoje ella é com effeito uma grande e Bella praia.

É muito commum ouvir actualmente esta phrase:-- já não supporto este Rio...O meu ideal é alugar em Nictheroy uma chácara e morar lá...²⁹⁴

²⁹³ id., p.45.

²⁹⁴ Denominada *Bilhetes aos Nictheroyenses*, a crônica de Cesar da Fonseca apareceu publicada no periódico niteroiense A Lanterna, de Júlio Albuquerque, de 11 de outubro de 1922. Pesquisa Centro de Memória Fluminense.

A contraposição contínua proposta pelo cronista, entre a grande capital, e a “cidade silenciosa”, que convidava ao “*repouso dos túmulos da vida carioca na quietude dos seus arrabaldes campestres*”, “*perfeita idéia de vilazinha da roça*”, em nada ajuda a pensar Niterói como metrópole, útero fluminense.

A apreciação de fontes de imprensa escrita, como a desenvolvida nas páginas de O Fluminense, confirma a versão de uma cidade voltada para si mesma, pois o interior não reverberava nas folhas do jornal, o que passou a acontecer somente após o golpe de 1937.

Os fotolitos, entretanto, revelaram uma cidade um pouco menos silenciosa que a descrita na crônica acima, cuja substância urbana revelava-se, sobretudo, nas ruas agitadas do bairro do centro, este sim metrópole da própria cidade. Lugar onde tudo acontecia, espaço administrativo, econômico, político, público e privado.

Na tentativa de reconhecer essa pequena “metrópole”, procurei caminhar pelas ruas dessa região, e adentrar seu cotidiano. O geógrafo Marcio Pinõn de Oliveira, afirma, conforme Henri Lefebvre, que “*reconhecer a metrópole significa conhecê-la repetidamente na dimensão do cotidiano*”. Diz o autor: “*reconhecê-la como ritmo, sucessão de acontecimentos que tecem a história urbana. É reconhecê-la como paisagem, aglomeração aparentemente infinda que se estende para além do horizonte.*”²⁹⁵

O reconhecimento do cotidiano, contudo, nada tem a ver com o dia a dia:

O cotidiano impõe-se como um tempo na metrópole e da metrópole para nós. Verdadeiramente, ninguém é senhor do seu tempo; estamos todos mergulhados nesse tempo de uma instrumentalização e de uma racionalidade que se pretende objetiva e se impõe à metrópole, que controla seus fluxos e que estabelece toda a sua dinâmica de movimentação na reprodução da vida social diária. Nesse sentido, esse tempo em prol da vida na sociedade urbana é o tempo da (re)produção das relações sociais, é o tempo da sobrevivência e de existência de cada ser compulsoriamente na metrópole.²⁹⁶

O tempo da metrópole, portanto, diferente do tempo particular de cada indivíduo, impõe-se aos grupos, confundindo-os e homogeneizando as diferenças entre os atores sociais, isto por quê:

²⁹⁵ OLIVEIRA, Marcio Pinõn de . Reconhecendo a metrópole no seu cotidiano. In: SILVA, Cátia ; FREIRE, Denise G.; OLIVEIRA, Floriano (orgs). *Metrópole, Governo, Sociedade e Território*. Rio de Janeiro; DP&A/ Faperj, 2006. p.59.

²⁹⁶ id, p. 64.

este precisa ser púnico e homogeneizador de todos os processos de (re)produção sócio-espacial. Segundo Heller, o tempo vai aparecer como esta sucessão de acontecimentos que é irreversível e que vai dominando e interligando os homens num único movimento da história. O cotidiano incorpora o diverso, o heterogêneo, sob vários aspectos e tipos de atividade e os mantém ligados organicamente.²⁹⁷

A cidade, portadora de um tempo próprio, impõe-se à vida dos grupos sociais, unificando diferenças, desqualificando histórias pregressas, determinando o ritmo da vida coletiva, e invadindo, inclusive, a dimensão privada do cotidiano.

Essa temporalidade particular, impressa no dia a dia da cidade, imiscuiu-se no tempo desses imigrantes, subvertendo suas escolhas, favorecendo alianças, conferindo ou não visibilidade social aos novos grupos, assim como interferiu na delimitação das suas fronteiras e mobilidade social.

A cidade, pois, influiu decisivamente no modo como os grupos migrantes vão assegurar sua sobrevivência, selecionando áreas de atuação econômica, criando ou não associações representativas, ou mesmo qualificando positivamente ou negativamente suas trajetórias de vida, à medida que ser bem ou mal sucedido relacionava-se diretamente à racionalidade econômica posta em prática.

3.2 As Grades da Janela: O Cotidiano dos Imigrantes em Niterói

Micro-cosmos do Distrito Federal, a capital do antigo Estado do Rio, foi cenário do estabelecimento e confronto de inúmeros grupos étnicos, dentre os quais se destacam as levas de portugueses, inclusive de madeirenses, italianos, sírios-libaneses, espanhóis e judeus que desde os anos de 1900 foram chegando à cidade.

Esses imigrantes, ao atuarem no espaço urbano acabaram por constituir um verdadeiro zoneamento econômico na cidade. Os portugueses, que ao longo do século dominaram a Associação Comercial local, atuaram em atividades variadas, do comércio à indústria, representando tanto o banqueiro, o grande empresário do setor de abastecimento como o dono da padaria, o operário e o pescador.

Entre eles, porém, profissões como quitandeiro, leiteiro e carroceiro, formaram um lugar madeirense; jornaleiros (bancas de jornais), uma atividade exclusiva de italianos das

²⁹⁷ *ibid.*, p. 65.

regiões de Saco, Paola e Fuscaldo, no sul da Itália. Da mesma forma, os judeus, independente de sua origem nacional, rivalizaram com sírio-libaneses no segmento de alfaiatarias e de confecções, e dominaram os ramos do mobiliário e de joalheria, mas, sobretudo, eram os *clientelshit* — os *judeus da prestação*, que percorriam a pé, de bicicleta ou de carroça, os bairros da cidade²⁹⁸. Os espanhóis, como operários, mas, sobretudo, os que emigraram no pós-segunda guerra, se dedicaram ao setor dos bares e restaurantes.

Finalmente, ingleses e alemães, em condições diferenciadas dos demais imigrantes, foram presença constante na paisagem da cidade nos primeiros decênios do século XX, e atuaram fortemente no setor de serviços e na indústria naval.

Em completa interação com o desenvolvimento urbano de Niterói, esses grupos de imigrantes, além de demarcar seu espaço econômico, dotaram a cidade de equipamentos sociais importantes — como hospitais (é o caso da Beneficência Portuguesa, por exemplo, obra de portugueses continentais), edifícios religiosos (igrejas católicas, anglicana, sinagoga), escolas (inglesa, judaica, alemã) clubes e associações culturais diversas, que ainda hoje marcam a paisagem local.

Edificaram também parte do mobiliário residencial-urbano que a cidade dispõe até hoje, visto que era muito comum o imigrante construir pequenos prédios e sobrados para aluguel, prática entendida como espécie de poupança para o futuro²⁹⁹.

No caso específico da construção civil, algumas das mais importantes incorporadoras e construtoras em atividade atualmente no Estado do Rio de Janeiro, como a Wrobel e a Pinto de Almeida, foram criadas no período assinalado, por judeus de Niterói.

Em meio à disputa acirrada por trabalho que incluiu também o brasileiro recém-saído da escravidão, a produção de um novo desenho urbano para a capital foi tecida, conjugando o labor do imigrante ao labor da cidade. Unificados pelo ritmo particular da “metrópole” fluminense, suas diferenças foram reduzidas no espaço tumultuado das ruas da Praia Grande, relegadas à vida privada, e à exclusividade de suas associações, de onde somente é possível a observação pelas grades das janelas.

Assim, intrinsecamente ligados ao destino da cidade, sua opção de “fazer a América” foi condicionada em grande parte pelos limites impostos pelo desenvolvimento local ao pessoal, do geral ao particular.

²⁹⁸ CÔRTE, 2002. cap.3; CORTE, 2006. p. 35.

²⁹⁹ CÔRTE, A. op. cit. p. 339.

Claro que, ao tentar traçar um panorama da trajetória desses grupos, deparamo-nos com o fato de que os imigrantes, mesmo os de nacionalidade similar, são sempre diferentes, apropriando-se da cidade de formas variadas, produzindo tanto rupturas como continuidades em relação aos grupos precedentes.

Tendo em vista essas considerações, apresento nas próximas linhas um breve panorama dos principais grupos de imigrantes, que, no período em estudo, disputaram o mercado com os nacionais, a começar pelo grupo privilegiado por essa pesquisa.

3.3.1 Judeus

A imigração judaica para Niterói remonta ao início do século XX e está relacionada às levadas de judeus que chegaram ao Rio de Janeiro no bojo do grande movimento imigratório do final do século XIX.

Entre 1910 e 1940, aproximadamente, judeus de origem russa e polonesa em sua maioria vão se radicar na cidade, dedicando-se às atividades comerciais.

Através do cotejamento dessas fontes com os relatos orais, foi possível mapear a economia do grupo, e elaborar para o período 1915-1970 um quadro composto por 180 lojistas, a maior parte representante da geração dos pioneiros. De modo semelhante, chegamos ao número de 116 prestamistas, 90% imigrante, para o período entre 1930-1970. Os dois quadros totalizaram 286 pessoas inseridas na economia local, que corresponde na prática ao sustento de aproximadamente 1480 pessoas³⁰⁰, o que acreditamos esteja próximo do quantitativo da coletividade naquele período.

Alguns desses lojistas forneciam créditos aos prestamistas, geralmente em forma de mercadorias com largo prazo para pagamento, a fim de que esses ambulantes revendessem para a clientela formada na labuta diária pelas ruas da cidade. Os depoimentos coletados, no entanto, dão conta de uma relação tumultuada entre os dois grupos, permeada por calotes, injúria e difamação³⁰¹.

A partir de 1940/50, relatos orais informaram contrariamente às expectativas iniciais que a maior parte desses prestamistas, ou “*clientelchik*” como a historiografia das

³⁰⁰ Esses números serão detalhados minuciosamente no Capítulo IV.

³⁰¹ Entrevista Boris Mocny, 24-05-2007.

comunidades judaicas tradicionalmente os denomina, não se estabeleceu com loja, permanecendo no ofício das ruas.

A dedicação dos imigrantes judeus ao comércio, fato similar ao ocorrido em outras regiões do Brasil, valeu-lhes, desde o início, a demarcação de um “lugar” na economia local. Eram principalmente lojas de tecidos, confecções e roupas prontas, ramo dominado por imigrantes sírio-libaneses; alfaiatarias, onde predominavam sobre italianos e portugueses; e móveis, este último juntamente com as joalherias, transformaram-se ao longo dos anos em um verdadeiro monopólio judeu na cidade.

As áreas de concentração desse comércio se davam ao longo da Av. Visconde do Rio Branco, das Ruas Marechal Deodoro e Barão de Amazonas, entre outras, centro político e econômico da cidade, onde também viviam e concentravam suas instituições religiosas.

No que tange ao mundo do trabalho, ainda é preciso mencionar que, embora os mapas elaborados registrem a absoluta predominância masculina, os números escondem uma falsa questão sobre o trabalho feminino. Os depoentes, principalmente as mulheres, afirmaram categoricamente a sua atuação nesse mercado, especialmente nas lojas, como sócias, ou atrás dos balcões como funcionárias, portanto, um trabalho formal, de carteira assinada. Havia, porém, um trabalho invisível, que atingia a todas as mulheres de prestamistas, e do qual não se tem registros, a espinhosa tarefa de fazer as cobranças nas casas dos clientes, e os diversos auxílios prestados aos maridos como o pagamento de impostos, entre outros³⁰².

Os imigrantes judeus, assim como os demais, eram, de modo geral, homens solteiros ou casados, e que, depois de algum tempo, mandavam chamar as noivas ou esposas e filhos na terra de origem, ou casavam-se no âmbito da própria colônia, tanto da cidade como das demais coletividades fluminenses.

Inicialmente, os judeus religiosos congregavam-se em diversas sinagogas, pequenas, que obedeciam de modo geral às diversas origens nacionais, posteriormente incorporadas pelo *Centro Israelita de Niterói*. As primeiras instituições datam de 1917, quando foi fundada a *Associação União Israelita de Niterói* considerada pelo periódico israelita *A Coluna*, a primeira associação israelita fluminense.³⁰³

Em 1922 foi criada a *Biblioteca Popular Israelita David Frishman*, fundada por judeus laicos e progressistas, preocupados com a preservação da cultura íidiche, muitos dos quais

³⁰² Entrevista Ilsa Sipres, março 2006; maio de 2007; idem R. Fischberg, agosto de 2005 e maio de 2007.

³⁰³ *A coluna*, 3-8-1917, n.20, p. 115 e set-dez, 1917, p.151.

eram socialistas³⁰⁴. Em conjunto com outras associações de esquerda da coletividade judaica, da Praça XI, no Rio de Janeiro, formou a frente de esquerda não sionista da Capital Federal³⁰⁵. Alguns dos seus membros foram presos posteriormente durante a Ditadura Vargas e os anos de chumbo do regime militar.

Em 1925, foi fundado o *Centro Israelita de Niterói* – CIN, à Rua Visconde de Sepetiba, rua que também vai abrigar uma pequena escola ídiche. Nesse mesmo ano foi inaugurado o cemitério do Centro Israelita de Niterói, em São Gonçalo.

Embora ativa, a BDF funcionou quase sempre “informalmente”, ganhando vida jurídica e sede própria no final dos anos 40. Nos anos iniciais, a Biblioteca tinha seu funcionamento dividido entre a casa dos prestamistas José Godgaber, conhecido como o “guardião” dos livros e Henka Godnadel. Na primeira guardavam-se os livros, na segunda, faziam-se as reuniões.³⁰⁶

Já o Centro Israelita de Niterói (CIN), fundado em 1925, simbolizou inicialmente um movimento de união de dois grupos “rivais”, dos quais já se tinha notícias em 1922³⁰⁷; o grupo de Isaac Treiger e o de Jacob Tubenchlak, ambos estabelecidos com loja desde de 1915³⁰⁸. Treiger e Tubenchlak eram rivais no comércio e protagonizaram uma disputa pela liderança da coletividade.

As atas de fundação da casa, de acordo com o diretor social do Centro, o Sr. Alberto Hasson, são reveladoras do esforço de união da então incipiente coletividade, ao assinalar inclusive nomes tradicionalmente ligados aos progressistas³⁰⁹.

Nos anos trinta, a instituição teve seu perfil alterado, em que pese o esforço de união original. Progressistas foram impedidos de participar da direção, e consolidou-se o domínio do grupo liderado pelos irmãos Treiger e Baron, representantes de famílias já naquele momento bem situadas economicamente e possuidoras de reconhecimento social dentro e fora da coletividade. Muitos depoentes qualificaram o grupo à direita no espectro político da época, o que ampliou as disputas e rivalidades que já existiam no interior da colônia, naquele

³⁰⁴ Cf. *Enciclopédia Judaica*, Editora Tradição. s/d.

³⁰⁵ Cf. KUPERMAN, Esther. “Asa—Genese da Esquerda Judaica Não Sionista No Rio de Janeiro”. In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro*. BH: IHIM/AHJB, 2004. p. 227-243.

³⁰⁶ De acordo com o apurado nos depoimentos, a BDF deixou a casa dos guardiões entre 1945-47, quando passou a ter sede própria, primeira na Rua Visconde de Itaboraí, depois, em meados dos anos 50, na Visconde de Uruguai. Finalmente, em 1967, transferiu-se para Icaraí, à Rua Lemos Cunha.

³⁰⁷ Cf. O Fluminense, 1922, p.1. De acordo com a Enciclopédia Judaica anteriormente citada, o CIN existe desde 1916 mas consigna sua data de fundação de direito em 1 de agosto de 1925.

³⁰⁸ Jornal O Fluminense e depoimento de Judith Zoonisein, abril de 2006.

³⁰⁹ De acordo com Alberto Hasson, diretor social do CIN, as atas iniciais do CIN estão escritas em ídiche.

momento. Em 1937, o CIN transferiu-se para seu endereço definitivo, à Rua Visconde de Uruguai, 255.

Apesar do CIN ocupar um lugar importante na trajetória da coletividade, e represente um grupo de judeus ortodoxos, os judeus de Niterói dialogaram dialeticamente com as limitações que a vida num país estranho ao seu e desprovido de tradição judaica impôs a eles. Os depoimentos dão conta de um progressivo abandono dos rituais e hábitos *casher* dos religiosos, seja pela falta de uma comunidade praticante, seja pelas restrições impostas pelo governo durante a Era Vargas, ou pelo desejo de se libertar do peso da tradição. A prática da religião, portanto, foi bastante flexibilizada pelo grupo, que entre outras coisas afirmou que “*era muito caro ser casher*”.

A região do centro, pois, manteve-se definitivamente marcada pela ação do grupo, que concomitante à atividade comercial e à montagem dos seus equipamentos sociais, investiu na construção civil de pequena monta como forma de auferir uma renda extra. Inúmeros comerciantes e prestamistas construíram prédios residenciais de dois e três andares, e pequenas casas em vilas.

Outros mais abastados participaram de empreendimentos maiores, como foi o caso da urbanização da região conhecida como “pedreira”, um quadrilátero formado pelas Ruas Visconde de Sepetiba, São João, Coronel Gomes Machado e Marquês do Paraná, parcialmente desmontada por Júlio Soichet, comerciante de móveis, que abriu duas ruas, a Travessa Fany, nome de sua filha, e a Travessa Júlio, cujos prédios seguem todos o mesmo padrão, visto que a planta, desenhada pelo filho engenheiro, era fornecida aos compradores dos terrenos³¹⁰.

No pós-guerra, a cidade recebeu novo conjunto de imigrantes judeus. Esse grupo, composto basicamente de sobreviventes do holocausto e dos campos de refugiados, foi pouco significativo, mantendo inalterado o perfil esboçado anteriormente.

Nas décadas de 1950/60, sintonizados com o desenvolvimento urbano da cidade, a maior parte da coletividade judaica mudou-se do centro para o bairro de Icaraí, em processo de verticalização. Essa transferência evidencia tanto a ascensão social do grupo e como também registra o início do processo de “decadência” do centro de Niterói como lugar de moradia da classe média.

³¹⁰ Depoimento Boris Mocny, 24-05-2007.

A geração de filhos de pioneiros começou a deixar para trás os comércios familiares para dedicarem-se às profissões liberais, quase sempre como médicos, advogados ou engenheiros. Formar os filhos na universidade, ao que tudo indica, era meta dos pioneiros, o que pode ser entendido como parte da tradição judaica, ou estratégia para garantir a cidadania definitiva na sociedade de acolhimento.

O desenvolvimento das carreiras liberais dos membros da primeira geração levou ao fechamento das portas de inúmeras lojas. À medida que os filhos bacharelavam-se, os pais não viam motivos para manterem as lojas abertas, fechando-as ou passando-as adiante. De acordo com os depoimentos, parte das lojas que abriram após os anos 50, e principalmente 60, estavam relacionados ao insucesso profissional de alguns filhos. Assim, muitos pais transmitiram seus negócios ou abriram lojas para os herdeiros. Este foi o caso de uma das mais famosas joalherias da cidade, a Gabier³¹¹.

Data desse período, também, a organização de empresas de construção civil, dirigidas por membros da comunidade que vão marcar época na vida da cidade, como a Imobiliária e Construtora Orcal, a Construtora e Incorporadora Pinto de Almeida, a Construtora Wrobel e a Wrobel Ilfe.

Tendo em conta o processo de ascensão social do grupo, as associações também mudaram, encobrimdo uma disputa para ver qual grupo se estabeleceria primeiro no novo bairro. Em 1961 foi fundada a *Sociedade Hebraica de Niterói*, na Rua Álvares de Azevedo, em Icaraí, interpretada por muitos depoentes como um “*racha*” do Centro Israelita de Niterói; em 1967, a Biblioteca Popular Israelita David Frischman, sob novo nome, Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação — ADAF, se transferiu para sede definitiva na Rua Lemos Cunha, 355.

Já o CIN não admitiu mudanças e permaneceu no centro da cidade, distanciando-se da nova realidade de seus sócios.

Deve-se destacar que, ao longo desse período, a coletividade judaica de Niterói, conforme apontou os depoimentos conviveu com uma dupla cisão, dividida entre a *direita sionista* e a *esquerda progressista*; e os *religiosos e anti-religiosos*, cisão que vai além da mera retórica, demarcando em terrenos precisos os subgrupos dentro da cidade. A esse quadro some-se a divisão entre *hebraístas e idichistas*, russos e poloneses, e a rivalidade econômica entre os grupos.

³¹¹ Depoimento Rolande Fischberg e Sara Rabinovici.

Apesar da “cisão ideológica”, em momentos específicos, a coletividade foi capaz de trabalhar em conjunto como por ocasião das campanhas para arrecadação de dinheiro em prol do Estado de Israel, no final dos anos 40, ou em benefício da campanha israelense em 1967, quando da guerra dos seis dias. Algumas festas comemorativas do aniversário do Estado de Israel ou da homenagem aos heróis do levante do Gueto de Varsóvia³¹² também reuniram as associações, especialmente nos anos 60. Porém, a atuação dos progressistas na coleta de fundos em benefício do estado israelita ainda hoje não foi reconhecida por parte da coletividade, constituindo-se em mais um conflito no interior do grupo.

Na Biblioteca, durante os anos 50/60, um vigoroso grupo teatral e um coral composto pela geração dos pioneiros e dirigido por Moises Kawa, mantiveram viva a cultura ídiche. Entrementes, seus filhos respiravam um ambiente altamente politizado, dentro e fora da instituição. Alguns participaram da campanha pelo petróleo, outros se ligaram ao PCB, e um grupo de simpatizantes garantia a coleta mensal de dinheiro em favor do partido. Outros ainda freqüentaram a biblioteca, desinteressados de qualquer questão política.

O ativismo feminino, diferentemente de outros grupos emigrados, foi uma realidade marcante no caso judeu. As militantes da BDF, progressistas por opção ou pelo casamento, vivenciaram sua instituição cotidianamente, entre os anos 50 e 60, tanto no círculo de leitura feminino, o “*Lein Kraiz*”, como auxiliaram na criação da colônia de férias *Kinderland*, junto com militantes da capital federal.

Do “outro lado” da coletividade, numa empreitada liderada por Ilsa Sipres e Sara Grand, foi fundada uma escola primária para atender às necessidades das crianças do grupo, onde, paralelo ao currículo exigido pela Secretaria de Educação (SEE) da época, eram ministrados os ensinamentos de história judaica, ídiche e hebraico. A escola foi reconhecida pela SEE e funcionou entre 1950 e 70, quando teve suas portas fechadas, atingida pela escassez de crianças na coletividade.

Portanto, também a militância feminina foi atingida pela cisão progressistas/sionistas. Enquanto as mulheres da BDF se vincularam à *Associação Feminina Israelita Brasileira* e à organização *Vita Kempner*, preocupadas com a transmissão da cultura progressista para os seus filhos e a inserção na realidade social brasileira, as auto proclamadas sionistas participaram ativamente das organizações *Na’amat Pioneiras*, *Witzo* e *Sociedade das Damas*

³¹² Atas da Biblioteca Popular Israelita Davi Frischmam, 1961-1966. Atas ADAF, 1966-1972.

Israelitas. Associações cuja finalidade era arrecadar recursos para Israel, e, também, no caso específico das Damas, prestar auxílio aos necessitados da própria coletividade³¹³.

Já a *Sociedade Hebraica de Niterói*, ao que tudo indica, representou um novo momento da coletividade: quando um grupo de pessoas mais abastadas, desinteressadas da questão religiosa e desejosas de visibilidade social, fundou um clube próprio com finalidades puramente recreativas, dotando-o de piscina, quadra de futebol, churrasqueira e todos os equipamentos necessários para garantir uma vida social ativa para seus filhos. Verdadeira celeuma dentro da coletividade, depoentes dos “dois lados” desqualificaram a Hebraica como lugar representativo da tradição erigida pela geração de pioneiros, tratando-a como mero “clube social”, área de “lazer dos ricos”.

Paralelo às questões políticas e institucionais do grupo, o ambiente transformador dos anos 50 e 60, caracterizado particularmente no caso da coletividade judaica de Niterói pelo enraizamento na cidade, facilitou a transposição das fronteiras étnicas, atingindo o grupo em cheio. Casamentos mistos começaram a ocorrer com frequência, “sacudindo” as fronteiras anteriormente erigidas.

Um dos casos mais famosos da época deu-se com um jovem médico, membro de uma das mais tradicionais famílias da coletividade. Ao apaixonar-se por uma não judia, converteu-se ao catolicismo casando-se na Igreja. Narrativas dão conta de que teria apanhado nas imediações do Centro Israelita³¹⁴, outras, falaram da rejeição aberta da coletividade a ele. Seu consultório, inclusive, possuía um crucifixo.

Outra questão importante do período foi o sionismo, que, para além das campanhas de arrecadação financeira, aportou em Niterói sob a forma dos movimentos *Dror* e o *Shomer Hatzair*, que estimulavam os jovens a emigrarem para Israel. Sediadas, ora no CIN, ora na Hebraica, esses movimentos treinavam as crianças e adolescentes para sobreviverem em meio a um estado de guerra. Por conta dos filhos, alguns membros da colônia de Niterói acabaram por emigrar definitivamente para Israel.

Nos anos 70, depoimentos narraram o progressivo esvaziamento da coletividade de Niterói. As transformações sócio-econômicas vivenciadas pela cidade, sobretudo com a perda do *status* de capital após a fusão entre os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, assim como as novas identidades assumidas pelo grupo, parte interessada em ascensão e visibilidade social, contribuiu para mudar o perfil da coletividade.

³¹³ As diferenças entre as associações femininas serão detalhadas no capítulo VII.

³¹⁴ Depoimento Alberto Hasson, 2005

Dos anos 70 aos 80, se iniciou e intensificou um processo de dispersão. Fatores como os casamentos mistos, o falecimento das gerações pioneiras, a emigração para Israel, e a repressão política do regime militar também foram arrolados pelos depoentes para explicar o quadro de “esvaziamento” e “crise” das instituições locais.

3.3.2. Portugueses

São fartos e expressivos os registros da presença portuguesa em Niterói, desde que a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de cidade com o nome de Nictherói, em 26 de março de 1835, oportunidade em que foi escolhida capital da província fluminense³¹⁵.

Já nessa época os portugueses se destacavam na cidade, e poderiam ser encontrados, tanto no comércio, na agricultura como no trabalho braçal. Porém, as referências mais próximas datam de 1845, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, deu início ao seu empreendimento na região conhecida como Ponta d’Areia, que desde os tempos coloniais acolheu a pesca e desossagem da baleia.

O bairro da Ponta D’areia, como hoje é conhecido, situa-se no final da Av. Visconde do Rio Branco, em direção ao Morro da Armação. A grande afluência de portugueses que, na época de Mauá, eram ferreiros, torneiros, carpinteiros e calafates e, mais tarde, no período republicano, operários da indústria naval, imprimiram ao bairro um perfil português, adicionando-lhe o cognome pelo qual é chamado na cidade: *Portugal Pequeno*.

Paralelo a este núcleo, a presença portuguesa no comércio local, quase como prolongamento da colonização³¹⁶, fez em Niterói famosos os nomes de Clemente José de Góis Viana, “o rei da Praia Grande”, considerado no final do oitocentos o homem mais rico da cidade; Bernardino José Ferreira de Faria, o rival de Gois Viana, cujo armazém já possuía portas abertas em 1840, e que fez fortuna como empreiteiro. Benfeitor de diversas associações lusas foi alvo da distinção real, tendo recebido a Comenda Imperial Ordem da Rosa, no Brasil, e em Portugal, o Hábito de Cristo³¹⁷.

³¹⁵ WHERS, Carlos. Niterói. *A História de um Lugar*. op. cit. p. 68.

³¹⁶ MEDEIROS, Lená. *Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de Sucesso, Histórias de Fracasso*. In: GOMES, Angela. op. cit. p. 164.

³¹⁷ BACKHEUSER, Everardo. *Minha Terra e Minha vida: Niterói há um século*. 2. ed., Niterói, Niterói Livros, 1994; WHERS, Carlos. Niterói. *A História de um Lugar*. op. cit. WHERS, Carlos. *Niterói, Ontem e Anteontem*. Rio de Janeiro, 1986.

Outro português que marcou época em Niterói no mesmo período foi José Pereira de Souza, empreiteiro de obras, proprietário de extensas faixas de terra na Praia Grande, onde plantava capim. Os *capinzais do Zé Pereira*, como ficou conhecido, eram famosos. Interessante pensar que uma das ruas mais importantes do bairro de Icaraí, nos dias de hoje, foi originalmente um dos capinzais, doados pelo proprietário para abertura de uma rua, chamada inicialmente “do Souza”, mais tarde, 1883, Rua Gavião Peixoto.

A lista, extensa, segue apenas os famosos e não poderia deixar de citar José Santos Guimarães, dono do Salão que levava seu nome. Guimarães fez fama, cortando cabelos, extraindo dentes e aplicando sanguessugas nos habitantes de Niterói. Seu salão foi um dos centros da boemia da cidade no final do XIX. Em 1883, transformou o local em centro de divertimento, com bilhares, salão de baile, e loja de artigos carnavalescos³¹⁸.

Merece destaque, também, José Francisco Correia (1853-1929), Visconde de Sana e Conde de Agrolongo, proprietário da Fábrica de Fumos Veado, que durante anos, ocupou um vasto galpão na esquina onde décadas mais tarde instalou-se o Plaza Shopping, na esquina entre Visconde do Rio Branco e XV de Novembro. Correa chegou ainda menino ao Rio de Janeiro e, trabalhando como encarregado de trabalhos árduos numa pequena fábrica de cigarros na Corte, amealhou recursos para transferir-se para Niterói, onde, na virada do século, fundou a Fábrica Veado. Em 1900, sua contabilidade registrava 150 operários, entre homens, mulheres e menores, e exportava para países como Estados Unidos, Bélgica e Alemanha.

Tamanha prosperidade angariou-lhe reconhecimento no Brasil e em Portugal, sendo agraciado com diversos títulos e comendas.

Correa residiu em Niterói, até 1903, quando a cidade ficou pequena para seus interesses, transferindo a fábrica para São Cristóvão no Rio. Mais tarde voltou para Portugal. Sua residência, no bairro do Ingá, foi comprada pelo Governo do Estado, e até 1974 funcionou como sede do Governo do Estado do Rio de Janeiro³¹⁹.

³¹⁸ id.

³¹⁹ Em 1903, Nilo Peçanha, então presidente da província comprou o palacete do Conde para abrigar temporariamente a sede do executivo fluminense. Como a sede definitiva nunca fosse construída, o palacete Agrolongo tornou-se o centro do poder na província. Ao longo do século, a casa passou por uma série de reformas, pouco lembrando a residência de José Francisco Correia. Na atualidade, o antigo palácio abriga o Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro.

Como muitos portugueses ricos do seu tempo, Correa foi benemérito de uma série de associações portuguesas, dentre as quais a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, do qual foi presidente duas vezes.³²⁰

Financista, Diretor do Banco Português do Brasil, comerciante e proprietário de terras no Rio, José Júlio Pereira de Moraes, o Visconde de Moraes, também conhecido como o português mais rico da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, marcou Niterói, mesmo sem ter residido na cidade. Isto porque, em plena crise do Encilhamento, assumiu o controle da Cia. Cantareira e Viação Fluminense, a mola que ligava “metrópole” e “colônia”, salvando-a da falência. Moraes a presidiu entre 1899 e 1911, quando foi alienada a grupo estrangeiro. Ao menos no tempo do Visconde, a Cantareira não era odiada pela população, como passou a ser posteriormente, tendo fim bastante conhecido em 1959. Moraes foi benemérito de diversas associações portuguesas no Rio e em Niterói³²¹.

A atuação dos portugueses na cidade foi irrestrita, atingindo todos os domínios, inclusive o setor bancário, como o Banco Comercial de Guimarães (1880-1881, Rua Visconde de Uruguai), o primeiro de vários; Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro (1917---, Rua Visconde de Uruguai, 486)); Banco Mercantil de Niterói, de José Moreira de Souza e José Augusto de Carvalho, (também na Rua Visconde de Uruguai) e o Banco Costa Monteiro, da família Costa Monteiro.

Os grandes atacadistas do setor de abastecimento também eram portugueses e dentre eles foram destaque a Firma Grilo Paz, de Antônio Augusto da Paz; e Saramago Christa, de José de Pinho Saramago Júnior e descendentes.

Anote-se que esses portugueses, que acabaram por constituir a elite da cidade, atuaram como uma rede, operando até certo ponto como grupo, seja com fusões de negócios, ou pequenas participações nas empresas de patrícios. Da mesma forma fizeram da Associação Comercial um reverbero dos seus interesses.

Somados a estes, pequenos proprietários portugueses, continentais ou ilhéus, intercalaram seus negócios com os comerciantes judeus e sírio-libaneses, em cafés, bares, confeitarias, armazéns de secos e molhados e cortiços.

³²⁰ WHERS, Carlos. *Niterói, Ontem e Anteontem*. Rio de Janeiro, 1986. p. 17-22.

³²¹ WHERS, Carlos. *Capítulos da Memória Niteroiense*. Niterói. . 2002. p. 373-377.

Dada a impossibilidade de consultar os arquivos da Prefeitura Municipal, simplesmente porque não existe um arquivo propriamente dito em Niterói, e o pouco que há não está catalogado, não podemos quantificar esse grupo. Por sua vez, a consulta ao Alamanak Laemmert não é suficiente para diferenciar os nomes dos portugueses dos nacionais, mas sabemos da forte pressão que pequenos proprietários de negócios, donos de cortiços e comerciantes de porte fizeram, através da Associação Comercial contra a prefeitura local quando contrariados seus interesses.

Exemplo disso foi a derrota imposta ao Prefeito Paulo Alves, em 1904, recém designado (primeiro) prefeito de Niterói, na gestão de Nilo Peçanha como Presidente do Estado (1903-1906). Entre outros projetos inovadores, Alves, pretendia a:

colaboração das fábricas, na construção de vilas residenciais que dessem fim aos cortiços, desagradando a um só tempo os industriais e os proprietários urbanos que exploravam com elevados lucros essas habitações coletivas onde viviam em condições subhumanas cerca de seis mil operários. Ia ale, tentando sensibilizar os munícipes para a importância do turismo e da ecologia, palavra, esta última, inventada em Paris menos de 30 anos antes.

No plano das obras públicas idealizava uma imponente avenida ao longo da Praia de Icaraí, na época fundo de quintal das apalacetadas chácaras da Rua Moreira Cesar, prosseguindo até São Francisco; e daí alcançando as Praias oceânicas, através do prolongamento da Estrada da Cachoeira. Tudo isso pontilhado de hotéis, vilinos, praças, quadras de esportes, cassinos...³²²

O extraordinário plano que, em Niterói, tornou-se realidade parcialmente apenas no final do século XX, foi recebido com desconfiança pelos comerciantes, industriais e proprietários da cidade, temerosos dos gastos do governo que havia instituído o imposto de Plus Value (de melhoria) para financiar as obras, e da obstrução dos seus interesses nas regiões afetadas.

Um dos veículos do comércio, o jornal O Fluminense, refletiu imediatamente a posição da burguesia portuguesa e protestou contra os atos do prefeito. Este, inábil politicamente, suspendeu os contratos da prefeitura com o jornal. Paralelamente a este imbróglio, outro jornal local, A Capital, tomou as dores do prefeito e passou a atacar os

³²² SOARES, Emanuel Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Niterói: Editora e Distribuidora Êxito, 1992. p. 21-26.

comerciantes, com o discurso xenófobo característico dos jacobinos, fazendo explodir nas ruas de Niterói uma onda de anti-lusitanismo³²³.

Em que pese essa onda específica de xenofobia contra os portugueses, de modo geral, a cidade ofereceu um bom ambiente ao enraizamento desses imigrantes.

Alguns relatos orais dão conta de episódios de xenofobia contra os lusos. Segundo o relato de alguns depoentes, foram comuns na década de 1940 assassinatos de portugueses na cidade durante o carnaval. Havia até o dito “todo carnaval mata um português”. De fato obtive alguns relatos detalhados de homicídios contra portugueses no período. Um desses casos foi o caso que vitimou Manuel dos Santos Lira³²⁴. O crime ocorrido no domingo de carnaval, 08.02.1948, foi noticiado no jornal O Fluminense, na quinta-feira seguinte, 12 de fevereiro³²⁵, da seguinte forma:

Por não Querer Vender Parati foi Morto com Dez Facadas

Causou justa indignação o bárbaro crime, de que domingo último foi vítima, em seu próprio estabelecimento, um negociante em Icaraí. A tarde daquele dia Eucário Glasgow Diniz, branco, solteiro, de 38 anos de idade, morador à rua Mariz e Barros, 15, dirigiu-se ao botequim da rua Coronel Moreira César, 138, de propriedade de Manuel dos Santos Lira, português, casado, 38 anos, residente à Rua Miguel Couto, 419, casa 3.

Depois de tomar assento a uma das mesas, o freguês pediu cerveja, tendo o dono do estabelecimento o servido. Após esgotar o conteúdo da garrafa, Eucário solicitou de Manuel, um cálice de parati. Como não fosse atendido, sacou de uma faca que levava envolta em um jornal e com ela golpeou por dez vezes o negociante. Enquanto a vítima caía ao solo, banhado em sangue, o agressor tentava evadir-se. Não conseguiu sendo preso por um folião de nome Francisco Valente, e entregue a um soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que conduziu até a Delegacia de plantão, onde foi autuado pelo Dr. Renato Pacheco Marques.

A vítima, que recebeu ferimentos penetrantes no torax e no abdômen, faleceu no Hospital São João Batista, tendo sido o cadáver removido para o necrotério do Instituto de Polícia Técnica. O criminoso é indivíduo de péssimos antecedentes, provocador e desordeiro.³²⁶

Assim, “motivos fúteis”, ou melhor, “aparentemente fúteis”, que escondiam a disputa entre nacionais e estrangeiros pela posse da terra, eram responsáveis pela explosão episódica de raiva contra os portugueses, caracterizando a rotina urbana também pelas disputas e discussões entre os dois povos. Vale ressaltar, porém, que nunca se tratou de um movimento sistemático de oposição/agressão a esse grupo de imigrantes.

³²³ id.

³²⁴ Depoimento da filha de Lira, Maria Augusta à autora em 2001.

³²⁵ Naquela época, como ainda hoje, o Jornal Fluminense não é editado na 2ª e 3ª feira de Carnaval, saindo apenas após a 4ª feira de Cinzas.

³²⁶ Fonte: Jornal O Fluminense, 12-02-1948, p. 1. Cf. também: Côrte, A. op. cit. p. 347-8.

Curiosamente, a indignação contra os portugueses incidia, em geral, em relação aos pequenos comerciantes. Muitos depoimentos apontam para cotidiano de xingamentos contra o português: “*vem pra cá comer o que é da gente*”, “*cala a boca galego, vai pra tua terra*”, ao que os portugueses murmuravam entre si: “*ah, português na terra alheia é vaca*”.³²⁷

Ao contrário, a elite lusa que dominava o cenário nos jornais, conforme mencionado na seção anterior, quase nunca era atingida por esses comentários. Seu prestígio era elevadíssimo e eram os principais beneméritos das associações assistenciais da cidade, como o Asilo Santa Leopoldina, cujas portas ainda estão abertas à Rua Miguel de Frias, junto ao Colégio São Vicente de Paula.

Foram identificadas no período cerca de sete associações, todas com grande visibilidade. Porém, foi a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1904, cujo hospital, erguido entre 1929-1930, que se transformou no principal lugar de memória dos portugueses em Niterói.

De acordo com a historiadora Ismênia de Lima Martins, a Beneficência, nascida no seio do Centro da Colônia Portuguesa, em 1904: “*possuía em sua direção os nomes mais representativos das atividades comerciais e financeiras da cidade, onde as mesmas eram, de forma expressiva, controladas por elementos daquela nacionalidade*”³²⁸.

Em discurso de 1907, o presidente do Centro deu mostras da ambição da Colônia lusitana local: “*Faço ardentes votos pelo progresso de nossa sociedade e rogo a Deus que nos conceda a ventura de um dia podermos considerá-la uma das grandes instituições portuguesas no Brasil.*”³²⁹

Em 1920, os novos estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência abriram as portas da entidade a súditos de outras nacionalidades. A ação pragmática dos lusitanos, menos democrática do que parece, pretendia, de um lado, reforçar o caixa, sem perder o controle da organização; e de outro, canalizar apoio para a construção do hospital, o que de fato sucedeu³³⁰.

A campanha para a edificação do nosocômio extrapolou os limites da colônia e contou com o apoio da sociedade e da imprensa que diariamente incentivava a população a contribuir

³²⁷ CORTE, A. op. cit. p. 347-348.

³²⁸ MARTINS, Ismênia. Conferência pronunciada pela Prof. Ismênia Martins na sessão comemorativa do cinquentenário do Hospital Santa Cruz, em 3 de maio de 1980. Niterói.

³²⁹ id. p. 3.

³³⁰ ibid. p.3-5.

com as obras. Carente de clínicas, sanatórios e postos de saúde, Niterói contava apenas com o hospital São João Batista, datado de meados do oitocentos. Dessa forma o empreendimento dos portugueses angariou enorme simpatia aos empreendedores, aumentando de fato o prestígio do grupo na cidade³³¹. Até 1980, o Hospital Santa Cruz foi o mais importante de Niterói.

Paralela à construção do Hospital Santa Cruz, os operários lusitanos do bairro da Ponta d'Areia procuraram se diferenciar dos demais portugueses da colônia em Niterói, ao construir um mundo particular, conforme sugeriu Ana Nogueira, autora de um dos primeiros estudos de caso sobre o grupo³³².

A região, que concentrava portugueses desde a época de Mauá, se manteve atrativa a imigrantes de todas as origens enquanto a indústria naval esteve aquecida no estado. No caso dos lusitanos, dizia-se, conforme arrolado por Nogueira, que “os imigrantes eram empacotados em Portugal com a etiqueta Ponta d'Areia para desembarcarem diretamente aqui”³³³. Concomitante à colaboração que prestaram à obra do Hospital Santa Cruz, dirigida pelos principais da colônia, os portugueses da Ponta d'Areia, edificaram no “seu território” a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, fundaram um clube de futebol, a Banda Portuguesa, em 1929, e o Centro Musical da Colônia Portuguesa, em 1930.

Entre os portugueses a territorialização na cidade foi outra forma das distinções de classes se expressarem. Enquanto a elite habitava os palacetes, em regiões nobres da cidade, como o centro, Fonseca e o bairro do Ingá, até os anos de 1950, os operários da Ponta d'Areia e os pequenos comerciantes espalharam-se por bairros como Santa Rosa, Icaraí e, muito mais tarde, São Francisco.

Importa dizer que as distinções de classe foram muito fortes entre os imigrantes portugueses, o que pode ser, em boa medida, vislumbrado na narrativa de Gentil Moreira de Souza, destacado empresário em Niterói, da segunda metade do século XX, legitimado como herdeiro da antiga elite lusa da cidade, mas rejeitado por ela, nos anos 50, quando emigrou:

³³¹ *ibid.* p.3-5. Esse empreendimento teve como patrocinadores os portugueses Antônio Madeira, Antônio dos Santos Teixeira, Antônio Augusto da Paz, Armando Rodrigues Malhão, Arthur Miranda de Souza Costa, Graciano Linhas, Ilídio Afonso Soares, Jayme Bernardo Loureiro, João Gaspar Machado, João Manoel Augusto, Joaquim José Moreira de Souza, José Fernandes Guimarães, José Pereira Nunes, Joventino Rezende, Manoel de Azevedo Falcão, Manoel Rodrigues, Manoel Vicente Botelho, Narciso Lamellas, Roberto Nogueira da Silva, Thomás de Aquino e Thomas Corria de Figueiredo Lima. Os nomes citados, além de terem encampado a obra, representam a nata da elite portuguesa do período, comentada nessa seção. Cf. *Ibidem*, p. 9.

³³² Nogueira, Ana Maria de Moura. *Como Nossos Pais: Uma História da memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói, PPGH-UFF, 1998.

³³³ Nogueira, Ana Maria de Moura. No Ritmo da Banda: Histórias da Comunidade Lusa da Ponta d'Areia. In :GOMES, Angela. op. cit. p.188.

Nessa década de 50, eu confesso que havia uma discriminação com os novos portugueses que chegaram, para ter uma idéia pelo Banco Mercantil de Niterói, era o José Vilhena, o Mario Vilhena e o tio deles, o Sr. Carvalho. E foram eles, tanto que o José Vilhena de Carvalho, que era um caro muito culto, muito preparado, esse homem era quem estava no banco com Mario, o irmão, e todas as pessoas importantes que precisavam do banco, iam lá tinham contas aplicadas e então, ele os fez ser sócios do Clube Português. O Clube Português era uma espécie de clube da elite. Se eu quisesse entrar de sócio não me deixavam. Eu sentia isso. Tanto que meu irmão, Cláudio, que (hoje) é grão mestre da maçonaria, ele fala-me hoje: ‘eu quis ser sócio não me deixaram’. Era um português que tinha vindo há pouco, não sabiam o grau de cultura. Todo mundo era medido pelo mesmo calibre, tudo era nivelado e isso houve, havia uma discriminação dos portugueses contra os portugueses pobres (o português começava a mudar, ir ao banco e a coisa começava a mudar) enriquecidos x recém chegados.³³⁴

As divisões de classe, entretanto, não foram as únicas divisórias da colônia portuguesa na cidade. O estudo do caso madeirense em Niterói³³⁵ apontou para a interpretação do grupo tal qual uma organização invisível ou, na definição dos próprios ilhéus, como uma rede, capaz de suportar o peso da identidade gerada na terra natal, e flexibilizada em conjunturas de risco.

Em Niterói, expostos à pressão de um mercado de trabalho pouco desenvolvido e bastante disputado, seja por continentais, ou pelos diversos grupos de imigrantes que fizeram da cidade seu paradeiro, os ilhéus da Ribeira Brava atuaram em rede, usando toda sua familiaridade e valores comuns para conquistarem um espaço próprio, constituindo verdadeiros monopólios madeirenses na cidade, como as atividades de leiteiros e carroceiros, nas décadas de 30 e 40, e, a partir dos anos 50 até os anos de 1990, as quitandas, sem falar no bordado, ofício exclusivo das mulheres do grupo.

Tais “lugares”, para além de serem econômicos, foram, sobretudo, “espaços identitários” dos madeirenses, em Niterói.

Para além do discurso, o casamento intra-grupo, o estilo de vida — “casa-balcão-igreja”, o catolicismo e uma calculada solidariedade, que envolvia tanto o acolhimento aos recém-chegados, como os empréstimos em dinheiro, conjugaram-se na produção das fronteiras grupais, formando um conjunto de princípios articuladores que, de um lado, garantiram a identidade madeirense, reatualizando-a constantemente, além de propiciar a formação de uma rede bem fechada, invisível, aos olhos dos nacionais; e garantiu sua diferenciação com os continentais, caracterizando-os finalmente como um grupo invisível³³⁶.

Não resta dúvida, portanto, acerca do perfil português da cidade.

³³⁴ Gentil Moreira de Souza, em entrevista à autora em agosto de 2007.

³³⁵ Vale lembrar mais uma vez que esse foi o tema de minha dissertação de mestrado, anteriormente citada, e que teve em F. Barth, R. Cardoso de Oliveira e Abner Cohem seus referenciais teóricos. Ver cap. 1.

³³⁶ CORTE, Andrea. op. cit. p. 372-377. Vale registrar que dentro desse grupo de ilhéus da Ribeira Brava, foi identificado um subgrupo, membros de uma mesma família que se casam entre si, mantendo dessa forma os negócios dentro da esfera familiar. Ver p. 346.

3.3.3. Sírio-libaneses

A pesquisa empreendida no Almanak Laemmert para a capital da província, no período 1910-1940, revelou muito mais do que o pretendido inicialmente, isto porque, embora tenha ido atrás da identificação do comércio judeu na cidade, deparei-me com um contingente impressionante de comerciantes sírio-libaneses, nas principais ruas do centro, e que antecede à presença judia, visto que esses só apareceram nas páginas do famoso anuário em 1915, enquanto os demais podem ser encontrados já em 1910.

De modo semelhante, fui surpreendida por notícias freqüentes das atividades do Centro Líbano-Fluminense veiculadas no jornal O Fluminense, no mesmo período, ao passo que a coletividade israelita local e suas instituições foram quase sempre ignoradas pelo mesmo periódico.

Antes de responder à pergunta sobre as motivações da excessiva visibilidade de uns e da pouca visibilidade de outros é preciso apresentar os dados encontrados.

No caso dos judeus, a pesquisa restrita ao Almanak registrou para o período 1910-1940, 59 comerciantes estabelecidos, número que se ampliou pouco à medida que outras fontes foram integradas à análise³³⁷.

No que concerne aos imigrantes sírio-libaneses foram levantados, para o mesmo corte temporal, 163 nomes, e considerando que alguns são notadamente sociedades entre parentes, envolvendo duas ou três pessoas, é bem provável que esse quantitativo chegue a aproximadamente 190 pessoas³³⁸.

³³⁷ Não no ano de 1910, no caso dos judeus, nenhuma referência a lojistas. Cf. Almanak Laemmert, 1910.

³³⁸ Trata-se respectivamente de: A. Hajjat e Irmão; Chicri Assad Ramia; Francisco Arabe; João Dib Asare; José e Tobias Neheme; A. J. Mansur; Dala Elias Neheme; Francisco Bedram; João Elias e Cia.; José Elias e Filhos; A. Nasser; David Tauil; Fuad Said; João Numasa; José Elias Arrese; A. Mocarzel; Elias Alexandre Soéne; Gabriel Zacur; Joé A. Dan; José Miguel; A. Nahoun e Cia.; Elias Golem e Cia.; Galeb Habib Jorge; Jorge (Elias) Grego; Jose Said e Irmãos; Abdalla Nhaddad; Elias José Estrela; H. Chauil; Jorge Bashume e Cia.; Jose Uni; Abdão Jorge; Elias Salim; Isaias Abib Atalla; Jorge Calil; L. Silveira e Cia.; Abdel-Massih; Elias Souan; J. A. Nazar; Jorge Elias Grego; Latiph Calil Geffel; Abdn Bechara; Elias Zaccur; J. Abdalla Zaccur; Jorge Elias Nemer; Mafhud Milhm; Abdo Elias e Irmão; Emílio Abio Jaude; J. Beffani e Irmão; Jorge Habab; Mansur Abi Zaid e irmão; Abdu Assis; Emílio Cacibe; J. F. Mansur; Jorge Nicolau Francisco; Mansur Tauil e Cia; Abdu Decache e Irmão; Emílio Raad; J. Hajjat e Irmão; Jorge Zacur; Mattar e Irmãos; Abdu Mansur e Irmão; Esber Zeitone; J. Saibum e Irmão; José Assard; Mattos e Irmãos; Abib Sales e Irmão; F. J. Hajjat; J. Gemal e Cia.; José Bellem; Miguel Aidê e Filhos; Abibi Atalla; F. Nemer; Jaimim Saide; José Bittar; Miguel Curi; Abih Sali; Fadel; João Adi; Miguel Jorge Elias; Miguel Jamus; Abraão Elias; Famemi Elias; Miguel Antonio; N. Assad; Miguel Rohana; Abrão Saúd; Farid Jorge Haddad; Nacif Miguel; Abi Chaiber; Nagib Call; Alfredo Chaia; Chaiban; Fellipe José; João Artramis; Jose Curi; Bazhune Tanus; Felipe A. Zaccur; Felipe Iones; Felipe Felix; Chaiban e Cia; Benjamim Said; C. Salim; Calil M. Francisco; Calil Abuzan e Irmãos; Calil Cury e Filho; Calixto Pachá; S. J. Simão; Tanus Baz Huni e filho; Nicolau José Estrela; Nesrala José Curi; Félix Cór; Sabino José Estrela; Tanus J. Curi; Oscar Abduck; Nicolau Jose Assad; Felix e Cia; Salim Assad Hoah e Irmão;; Tobias Cassebi; Pedro Antonio; Nicolau Abdelnur; Félix e Vicente; Salim e Irmão; V. Assad; Pedro Chebair; Salomão Badur; Felix Elias; Salim Feres Agge; Wadih Mansur; Saud Salomão Saud; Salomão Jorge Saude; Najar e

Porém, é na comparação efetiva com o comércio judeu no mesmo período, conforme demonstrado no quadro abaixo, que podemos perceber as diferenças entre os dois universos comerciais:

Quadro 1: Total de Lojas e Comerciantes no Período

	1910	1915	1919	1924	1928	1930	1935
Sírio-libaneses	22	22	46	77	51	73	92
Judeus	0	2	4	24	32	28	29
Total de comerciantes	22	24	50	101	83	101	120
Total de lojas	17	18	44	75	67	91	99

Se o número de sírio-libaneses salta aos olhos, indica também que sua presença na cidade é bastante anterior a dos israelitas em Niterói. Esses 22 comerciantes que anunciaram seus negócios no Almanak Laemmert no ano de 1910, muito provavelmente mascatearam nas cercanias da capital da República, ou no interior do estado, muitos anos antes até juntarem capital para abrir uma loja, construindo uma trajetória em que o ponto de partida era a mascateação, o ponto intermediário (e na maioria dos casos ponto final), era a porta aberta, o comércio varejista ou atacadista, e para uns poucos, a indústria³³⁹. Em Niterói, tudo parece indicar que os sírio-libaneses deixaram as ruas para o comércio estabelecido.

E em que setor específico do comércio varejista, eles se embrenharam? Dos 163 comerciantes sírio-libaneses identificados no período quase 90% estavam voltados para o setor de armarinhos, fazendas, roupas e modas, incluindo-se nesse rol as alfaiatarias e

irmão; Salim Miguel e Irmãos; Wadih Tobias; Selby Tutungi; Salomão José Elias Nasser e Cia.; Salim Mukarzel; Wady Jorge e Irmão; Silim Jorge; Zacharias irmão e Cia.; Naun Jorge; Salim Tauil; Wodik Cory e Cia.; Sofia e Cia.; T. Ayub; Zacharias Zaccur e Cia.; Rami Abi Ramia; Rezcalá Pachá e Filhos; Zead chueri. Fonte: Cf. *Almank Laemmert*, op. cit., 1910-1940. Quase sempre as lojas vieram indicadas pelos nomes dos proprietários e foi dessa forma que reproduzi. Em 1940, elas foram assinaladas pelos seus nomes fantasia. Mesmo assim, a edição de 1940 é bastante diferente das anteriores, com reduzido número de anunciantes.

³³⁹ Para esta análise ver Truzzi, Oswaldo. “Sírios e Libaneses e seus Descendentes na Sociedade Paulista”. In FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2. ed., São Paulo: EDUSP, 2000. Acredito que seja possível estabelecer um paralelo entre o caso analisado por Truzzi e os sírio-libaneses em Niterói, com as ressalvas da limitada condição sócio-econômica da cidade.

camisarias. Em que pese portugueses e judeus terem atuado nesse ramo, pode-se afirmar com segurança que o lugar desses imigrantes no comércio de Niterói foi o setor do vestuário e aviamentos. A refletir, talvez, a realidade dos patrícios em São Paulo, para onde se dirigiram cerca de 60% dos 98.962 estrangeiros com passaporte turco que entraram no Brasil, no período 1884 -1939, conforme analisado por Truzzi³⁴⁰.

Note-se que nos ramos da joelheria e do mobiliário, os sírio-libaneses não investiram. Estes, como será demonstrado adiante, foi o lugar do comércio judeu na cidade.

Cabe lembrar que os dados acima se referem apenas aos comerciantes que anunciavam no Almanak Laemmert, e que certamente muitos outros sírio-libaneses deveriam atuar nesse mercado, alterando esses números. Mesmo assim, a estatística produzida é suficiente, acredito, para informar uma tendência.

Convém lembrar, também, a presença desse grupo de imigrantes como mascates, ao longo do período em exame, sobre o qual esta pesquisa não produziu conclusões.

Como de hábito na época, esses comerciantes situaram-se no único lugar possível de fazer fortuna em Niterói, e abriram suas lojas no distrito do centro, à vizinhança de portugueses e judeus, nas Ruas Visconde do Rio Branco, Conceição, Marechal Deodoro, Visconde de Sepetiba, São João, Coronel Gomes Machado, entre outras, que foram exaustivamente mencionadas nas seções anteriores e que caracterizaram no período, o coração da cidade.

Essa análise, embora parcial, visto que não foi possível quantificar no Almanak Laemmert o número total de comerciantes portugueses pelo critério do sobrenome, demonstra o reduzido tamanho do comércio a retalho na cidade, se comparado ao da metrópole vizinha, precisamente nas imediações das Ruas da Alfândega e Buenos Aires, onde se desenvolveu a “Pequena Turquia” e, mais ainda, em face à atuação dos portugueses na própria cidade de Niterói.

Apenas para uma rápida comparação, tomando como base o número de quitandas, um monopólio lusitano em Niterói, e o **número de lojas** registrados no **quadro 1**, veremos que, em 1910, para as 17 lojas de sírio-libaneses identificadas, foram registradas 91 quitandas. Da

³⁴⁰ TRUZZI, O. op. cit. p327: “na verdade, ao longo dos anos 30 e 40, os sírios e libaneses consolidaram e ampliaram seus negócios, monopolizando praticamente o comércio varejista de tecidos e a pequena indústria de transformação ligada a este setor, ocupando a posição mais importante no comércio atacadista e investindo, ao longo da década de 40, metade do capital aplicado em toda a indústria têxtil em São Paulo.” Para os números cf. Oliveira. Lúcia Lippi. *Nós E Eles: Relações Culturais Entre Brasileiros e Imigrantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.43.

mesma forma em 1915, para as 18 lojas mencionadas, 88 quitandas foram arroladas. Para os anos de 1919 e 1924, não foi possível apurar dados referentes às quitandas. Em 1928, foram registradas apenas 45 quitandas para 67 lojas de comércio a retalho. Porém, em 1930, o número de quitandas subiu para 120, contra 91 lojas de judeus e sírios-libaneses. Nesse mesmo ano, foram identificados também 229 armazéns de secos e molhados, nenhum de judeus ou sírio-libaneses. Para os demais anos não conseguimos completar os dados.

Essa comparação, embora precária, reafirma a predominância dos portugueses no comércio da cidade, e assinala o tamanho reduzido do setor ao qual se dedicaram judeus e sírio-libaneses, o que retrata, também, o pouco desenvolvimento da capital fluminense.

Portanto, os sírio-libaneses, junto com os onipresentes portugueses e judeus, formaram o trio de imigrantes que dominou o pequeno comércio de Niterói na primeira metade do século XX e, ao delimitarem suas fronteiras espaciais e se relacionarem com o local, dotaram aquela região de um conjunto expressivo de referências pessoais e coletivas, que conferiu àquele espaço da cidade uma marca multi-étnica³⁴¹.

Niterói, como o Rio de Janeiro, se não chegou a ter bairros étnicos³⁴² experimentou a mistura cultural de uma forma muito particular e, como no período analisado não foram encontradas demonstrações de intolerância, a não ser aquelas mencionadas em relação aos portugueses nos primeiros anos do século XX, é de supor que o grau de interação e assimilação à cultura local fosse grande.

Paula Ribeiro, ao analisar a “pequena Turquia” mais tarde conhecida como a região da Saara assinalou que:

a vivência e convivência observadas na ‘pequena turquia’, como veremos, era possível graças à rede de relações étnicas e familiares, e às relações de vizinhança que desenvolveram ali. Essa integração era verdadeira, e é coerente com o tipo de relação que desenvolveram e que observamos (...). conviviam falando árabe, além de criarem ambientes para os cultos religiosos, pequenos clubes e associações culturais, além de outras condições para a reprodução de uma vida privada comum ao grupo, como as pequenas lojas de especiarias, a padaria e os restaurantes árabes, a pensão judaica, além de um lugar de lazer para ouvir música, jogar bilhar, baralho, dominó e gamão.³⁴³

³⁴¹ ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In FERNANDES, A. Et al (orgs) *Cidade e história—modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/FAC. Arquitetura, ANPUR, p. 27-29; e RIBEIRO, Paula. *‘Saara’ uma paisagem singular na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP, São Paulo, Brasil, 2000, p. 90-96.

³⁴² A experiência mais próxima disso foi o bairro da Ponta d’Areia, com os portugueses e também o Morro do Valados, na Rua Noronha Torreção, Cubango, reduto de portugueses pobres e ilhéus.

³⁴³ RIBEIRO, Paula. op. cit. . 95.

Note-se, porém, que diferente do que aconteceu do outro lado da baía, onde árabes e judeus sefaradis comunicavam-se em francês ou árabe, em Niterói, o fato da maioria absoluta da coletividade judaica local ser de origem asquenazi, falantes do ídiche e, também, crivada por um conjunto importante de diferenças ideológicas, dificultou a interação entre esses grupos, criando uma sociabilidade superficial e mantendo-os fechados em sua intimidade.

Conquanto tenham tido trajetórias parecidas no novo mundo, motivações diferenciadas caracterizaram o projeto migratório desses dois grupos de imigrantes, o que pode ter sido também fator de separação entre eles. De acordo com Oswaldo Truzzi, a imigração sírio-libanesa é formada:

por indivíduos comprometidos com laços familiares, dedicados ao atendimento de prioridades deixadas na terra natal. Seja pelo envio de dinheiro, seja reconstruindo suas vidas familiares no Novo Mundo, eles efetivamente buscavam redimir suas famílias de situações desfavoráveis.³⁴⁴

No caso dos judeus oriundos da Europa Oriental, embora a imigração tenha se caracterizado pelo alto fluxo de homens solteiros ou casados que tempos mais tarde mandavam vir à noiva ou família, ou então se casavam no âmbito da colônia, o projeto migratório, conforme depreendido dos vários depoimentos tomados, não conheceu idéia de retorno. Compreendeu, isto sim, rupturas drásticas com a sociedade de origem, inclusive, no caso de muitos judeus religiosos, a imigração implicou no abandono dessa prática e quase nunca foi mencionado remessa de dinheiro³⁴⁵.

Também na comparação da composição dos negócios, no caso judeu são pouco freqüentes as sociedades, inclusive entre parentes, como foi verificado na amostra fornecida entre os sírios libaneses.

Embora tenha sido possível identificar e até quantificar laços de parentesco entre os judeus de Niterói, eles partem quase sempre para negócios individuais, claro que há exceções, como no caso dos Irmãos Treiger — Isaac e Germano, da Casa Confiança (1915), os cinco Irmãos Iarlicht, da Joalheria Crisólita (1940), ou os Baron — Fernando e Moisés, da Casa

³⁴⁴ TRUZZI, Oswaldo. “Sírios e Libaneses e seus Descendentes na Sociedade Paulista”. In FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2ª. Ed., SP, EDUSP, 2000. p. 318.

³⁴⁵ Esse é um dado sobre o qual não disponho de informação. Apenas um dos depoentes mencionou remessa de dinheiro, mas numa situação inversa, pois a família era tão pobre que os parentes, na Turquia, remetiam dinheiro de vez em quando para eles.

Baron (1924), todavia, o caso dos sírios e libaneses é gritante. Em 25 de janeiro de 1925, o jornal *O Fluminense* noticiava com grande destaque o fechamento da Casa Esmeralda, dos irmãos Alexandre, Miguel e Habib Mattar. O motivo da partida, a doença de um dos irmãos, pôs fim à história da família no Brasil. No texto de despedida dos Mattar, salta aos olhos o afeto incondicional à terra natal, em que pese a fortuna alcançada no Brasil:

sahiremos d'aqui, como quem emigra por necessidade, deixando na pátria amada e linda tudo quanto lhe faz lembrar dias de paz e felicidade. O desejo de trabalhar, de fazer-nos homens e, conseqüentemente da sociedade, fez-nos um dia, a uma grande parte da nossa família, deixar o Monte Líbano em busca do Brasil.

Nesse jornal, também encontramos outras referências à colônia sírio-libanesa, especialmente aos libaneses e seu amor à pátria. Em 1 de setembro de 1937, às vésperas do golpe do Estado Novo, *O Fluminense* assim noticiava o aniversário da República Libanesa:

Independência Libaneza

O Centro Líbano Fluminense, comemorando hoje o 17º. aniversário da jovem república libaneza, hasteará em sua sede, à Rua Cel. Gomes Machado, 32, as suas bandeiras, felicitando seus compatriotas e associados deste centro que tão bem representa a coletividade libaneza nesta capital.

A laboriosa colônia, que é muito relacionada e estimada nesta cidade, tem justo motivo para rejubilar-se com a feliz passagem da gloriosa data libaneza.

Acompanhando-a nas suas manifestações de entusiasmo, com eles nos congratulamo-nos, ao mesmo tempo que lhe dirigimos as nossas saudações

E no ano seguinte, em 1 de setembro de 1938:

Independência do Grande Líbano

O Centro Líbano fluminense desta cidade, comemorando na data de hoje a independência do Líbano, por nosso intermédio, saúda todos os libanezes por virem as suas aspirações confirmadas através da historia tradicional do grande Líbano, apresentando as suas homenagens ao povo e ao governo libanez.

No ano de 1939, uma nota seca no jornal parabenizava a colônia pelo aniversário do Líbano: *o Centro Líbano Fluminense comemora hoje a grande data da independência do Líbano*. Desprestígio? Não: a censura do Estado Novo às atividades das associações estrangeiras.

Cumpra observar também, o prestígio e a visibilidade da colônia sírio-libanesa conforme ressaltado no jornal.

Porém, o que mais assemelha esses imigrantes foi a sua trajetória no Brasil, que tem como ponto comum a “mascateação” e a inserção no pequeno comércio. Sobre a mascateação, o que nos interessa de perto, a análise de Truzzi lança luz sobre o *modus operandi* dessa atividade, em que judeus e sírio-libaneses vão concorrer, convertidos pelo olhar da população local em “gringos”:

Muitas eram as vantagens da atividade de mascateação. Em primeiro lugar dispensava qualquer habilidade ou soma de recursos significativa. Os mascates começavam carregando caixas e malas enormes para os ‘já estabelecidos’ e, mal aprendiam as palavras e frases suficientes para efetuar a venda, saíam por conta própria (...) o mais importante — havia grande probabilidade de, após não muitos anos de trabalho árduo, acumular algum capital, coisa que nunca foi muito segura na época ou para colonos ou para operários. (...)

Além disso, os mascates em geral trabalhavam para patrícios já estabelecidos, que lhes adiantavam as mercadorias. O acerto de contas com o fornecedor podia ser feito, portanto, após a venda de parte dos produtos. Um fornecedor era via de regra um comerciante que já havia passado pela mascateação e que graças ao trabalho de alguns anos, lograra estabelecer-se com uma loja.(...) muitas vezes o mascate era apenas um parente ou um conterrâneo chegado há menos tempo que o fornecedor, o que estreitava ainda mais os laços entre eles.³⁴⁶

No caso dos judeus, a lógica do prestamista ou *clientelchik* é similar, no entanto, sua atividade estava circunscrita ao perímetro urbano e aos subúrbios, já o mascate adentrava a zona rural e o interior dos estados. Em Niterói, zona eminentemente urbana, mascates e *clientelshit* concorreram diretamente e é bem provável que visitassem as mesmas casas e repartições públicas.

Entretanto, na capital fluminense, a cadeia mascate-pequeno comércio, versão simplificada da proposta por Truzzi para os sírio-libaneses paulistas³⁴⁷, não foi uma regra para os judeus, visto que a pesquisa informou que boa parte dos *clientelchik* manteve-se na profissão, mas esse é um assunto que veremos adiante.

A figura do mascate era bem popular em Niterói e não foi possível discernir o que representava para a população, se judeus, “sírio-libaneses” ou outra coisa. Ambulante, no

³⁴⁶ TRUZZI, op. Cit. p.322.

³⁴⁷ TRUZZI, O. op. cit. p. 334.

entanto, era um termo utilizado preferencialmente para os vendedores de frutas em barracas, conforme observado no próprio periódico analisado.

Em breve e divertido conto publicado no jornal O Fluminense, de 1 de janeiro de 1925, a figura do mascate assim aparece descrita:

Era de certo modo impressionante a figura daquele mascate. De altura média, compleição robusta, de um moreno claro e olhos azues, contratando com os *typos communs* da sua raça, apesar de nascido na Síria e de ser como os demais patrícios, negociantes de fazendas e bugigangas.

Ainda novo no Brasil, e a falta de maiores recursos e adaptação ao meio, vestia-se elle com modéstia e mau gosto, faltando-lhe tudo para ser mesmo o que vulgarmente as moças chamam de ‘um almofadinha de terceira classe’!

Apesar disto o mascate impressionava bem e por Santa Rosa e Icarahy, zona da sua predileção, mais de uma melindrosa lhe disputou a preferência, não para casar, bem se vê, mas para enriquecer a galeria, tendo em vista o curioso da nacionalidade. Feito o primeiro flirt o turco ficou sabido, não obstante a dificuldade no manejo da língua.

Foi justamente quando, já tinha o seu oitavo ou décimo caso, que, de uma feita, entrando por uma rua que ia dar à praia sentiu que alguém o chamava. Voltou-se para traz e viu, num jardim, um bando de moças, uma das quaes lhe acenava:

--Turco, vem cá!

Aproximou-se, abriu um portão e arriou a caixa.

--Prompta, fregueza.

--Tem Jersey em ouro fosco, com filetes de platina?

--Non, fregueza.

--E seda radium, lavrada? Setim adamascado da Persia, tem?

--Non, fregueza.

--Escuta, você fala o português?

--Fala nada fregueza...

--Pois é pena, porque você é um suquinho!

--Vendo a insistência da melindrosa e a forma porque o olhava, a bocca numa promessa, Salim compreendeu a intenção e com a experiência dos casos precedentes, repetiu a fórmula, que tinha para todos os casos.

--Dá um beijo b'ra mim fregueza?

Ante a insolência do mascate, acrescida do imprevisto houve da parte das moças um movimento de revolta e de reação mesmo:

--Atrevido! Dizia uma.—Insolente! Dizia outra—Chama o Zezinho, lá dentro, gritava outra, mais exaltada.

Foi nesse momento, quando o mascate, de caixa às costas, já se punha ao fresco, que D. Quinota procurou acalmar os ânimos. Não tinha aquilo importancia. O turco, repetia, apenas, uma coisa que lhe tinham ensinado, não sabendo sequer o que significava e Ella ia provar, para o que chamou-o, de novo:

--Vem cá, mascate!

--Promta, fregueza.

--Escuta uma cousa: esse negócio de você dizer—‘dá um beijo pra mim’, foi cousa que te ensinaram, não é verdade?

--É fregueza.

--E você tem dito isto a muita gente?

--Tem sim.

--Então você tem apanhado muito sopapo, pois não, tem?

--Tem fregueza, mas tem dado muito beija...³⁴⁸

Crivado por estereótipos e frisando a impossibilidade do casamento entre o tipo do mascate e as moças locais, o autor capta um pouco do cotidiano desses vendedores — o ato de oferecer mercadorias de porta em porta, o domínio da cidade pelo andar, o que é uma contradição com a inabilidade com o idioma local; as vicissitudes a que estavam sujeitos os novatos e, também, como esse tipo estrangeiro era visto pela população: bobo, coitado e sem vergonha.

Embora o conto refira-se de modo específico aos sírio-libaneses, serve para pensarmos os inúmeros clientelshitsk que já no decênio de 1910 perambulavam pela cidade. Da parte deles, outro olhar sobre a cidade é construído, assim como sobre seu próprio ofício. Esse ponto será retomado adiante, no capítulo quatro, quando teremos oportunidade de analisar os israelitas e seus ofícios em Niterói.

Bastante prestigiosa a colônia sírio-libanesa, a semelhança dos portugueses estavam sempre nas páginas do Fluminense — individualmente ou coletivamente.

Em 1 de novembro de 1922, um aviso na página de abertura do jornal noticiava missa em sufrágio da alma de Elias Nahoum, pai dos comerciantes locais Nassif e Antonio Elias Nahoum, estabelecidos na cidade desde 1915, conforme registrado no Almanak Laemmert, à rua Barão de Amazonas, 25, e falecido no Líbano, poucos dias antes.

Porém, a primeira referência clara ao Centro Líbano Fluminense verificada no jornal data de 31 de janeiro de 1925, na oportunidade em que a associação “*prestava homenagem ao*

³⁴⁸ O conto, assinado por certo Marcello, encontra-se na página 9 da edição de 1-1-1925.

*padre Elias Koolk, que em agradecimento retribuiu a homenagem realizando missa pela felicidade de seus dignos patrícios.”*³⁴⁹

Em 22 de abril de 1938, em outra primeira página, o jornal noticiava a tristeza e o luto da colônia libanesa do Rio pela morte de um dos seus mais antigos membros, o negociante Elias Jorge Caneti. E em 26 de setembro de 1940, informava com estardalhaço a entrega do título de cidadão brasileiro ao comerciante Elias Bedram, fato assinalado na seção anterior e que pode estar bem relacionado às pressões do governo Vargas à nacionalização dos estrangeiros.

Matéria paga ou informe espontâneo do jornal? Independente do que foi os libaneses e o seu Centro se esforçaram para angariar reconhecimento da sociedade niteroiense.

Nos últimos anos da década de 1930, em meio à agitação de partidos, às ações de integralistas e da ANL, o Centro Líbano Fluminense se movimentava. Em 9 de setembro de 1935, o Fluminense noticiava a visita do sábio francês André Malzac, e do cônsul geral da França àquela colônia: “a redação do jornal recebeu convite das mãos do sr. Elias Saad para comparecer ao evento.” Note-se, pois, a estratégia do grupo para angariar prestígio junto ao jornal.³⁵⁰

Novamente, em 9 de maio de 1936, aniversário do jornal, dentre os inúmeros telegramas registrados, inclui-se o das diversas associações portuguesas da cidade e o do Centro Líbano Fluminense, na época presidido por Mansur Tauil. Nenhuma palavra sobre saudações oriundas do Centro israelita de Niterói, cujo ano de fundação é o mesmo da entidade libaneza:1925³⁵¹.

No mês seguinte, notícia do dia 11 de outubro, relata a visita dos senhores Mansur Tauil e Elias Saad, representantes da referida entidade, ao Fluminense, em companhia do Sr. Sadaela Amim Chamen, figura destacada no Líbano em visita à colônia de Niterói. Na ocasião, o eminente escritor libanês ofertou o livro Impressões de Viagem (Líbano-Brasil) à redação.³⁵²

No ano de 1938, em notícia de 27 de março, a colônia convidava a sociedade local para participar da homenagem que realizaria “*ao poeta Assadi Cum Feyer (Feiger) pela Liga dos Poetas Libanezes no Brasil.*”³⁵³

³⁴⁹ O Fluminense, 31-1-1925. p.1

³⁵⁰ O Fluminense, 9-9-1935. p.1.

³⁵¹ id., 9-5-1936. p.1.

³⁵² id., 11-10-1936. p.1.

³⁵³ Idem, 27-3-1938, p.1.

Vale dizer que o Centro Líbano Fluminense usou de todos os motivos como estratégia para demonstrar sua solidariedade, gratidão ou preocupação, e ter assim oportunidade de consolidar seu nome na cidade. Exemplo disso foi a doação de 200:000\$000 às vítimas de um terremoto ocorrido no Chile e que foi manchete no jornal durante semanas³⁵⁴, comovendo o Brasil. Nada semelhante foi escrito sobre o Centro Israelita de Niterói.

A pergunta sobre os motivos, de um lado, da alta visibilidade da colônia sírio-libanesa e prestígio social de alguns dos seus membros e, de outro, da pouca visibilidade dos judeus, que nem ao menos individualmente tiveram seu prestígio reconhecido no período, pelo referido jornal, transformou-se numa questão imperativa de análise.

Embora esses dois grupos de imigrantes tenham trajetórias parecidas na cidade, ao que tudo indica interagiram pouco e mantiveram as portas de suas associações fechadas uns aos outros. E isto porque, na avaliação que faço, o caso dos sírio-libaneses guarda semelhanças maiores com a colônia portuguesa do que a israelita, como, por exemplo, no culto ao Monte Líbano; à idéia de retorno, mesmo que essa não se concretizasse; os compromissos com os laços de parentesco na sociedade de origem, e com o suporte para sociedades comerciais; e também na busca por visibilidade da sua colônia. O fato de terem em comum com a cidade, a religião predominante (católica), pode ter sido um dos fatores de facilitação da interação social do grupo.

Por outro lado, a coletividade judaica, dividida ideologicamente, entre direita e esquerda, alvo fácil de perseguição, menos por anti-semitismo do que pela idéia em voga de que “todo judeu era comunista”, e também por pesar mais fortemente sobre eles restrições à imigração, pode ter sido fator de “encolhimento” do grupo e suas associações na cidade. Portanto, uma estratégia de aparecer o menos possível para a sociedade local; De outro modo, pode ter contribuído para dificultar a interação desses imigrantes com os demais, incluindo aí os vizinhos de porta no comércio local, os sírio-libaneses.

3.3.4. Italianos e Espanhóis

De acordo com o IBGE, entre 1884 e 1939, cerca de 1.412.263 italianos e 581.718 espanhóis entraram no Brasil, dos quais, mais de 50% dirigiram-se para São Paulo, (694.489 italianos e 374.658 espanhóis). Os demais se dispersaram por inúmeros pontos da região sul-sudeste, e uma fração dos galegos se estabeleceu em Salvador. Não se sabe ao certo quantos destes permaneceram no Rio de Janeiro. O Álbum de Niterói, de Júlio Pompeu de

³⁵⁴ Idem, 4-3-1939, p.1.

Albuquerque, porém, registrava em 1920 a presença de 750 italianos e de 960 espanhóis na cidade.³⁵⁵

Já para a década de 1940/50 os números dessa imigração são muito menores. O censo de 1950 assinalava a estada de 242.337 italianos no país, 1,72% destes apenas situados na capital federal. Para Niterói, o censo de 1940 registrou 669 italianos e 472 espanhóis na cidade³⁵⁶.

Caracterizada por uma imigração tipicamente masculina, de homens solteiros ou casados, oriundos de zonas rurais miserabilizadas pela dinâmica capitalista do final do oitocentos, e no caso particular dos italianos, dos desdobramentos da unificação nacional, de 1870, viajavam sós para “fazer a América”, com a esperança de um dia voltar, se não, ao menos mandar chamar a família e recompor os laços desfeitos pela imigração.

Os imigrantes italianos e espanhóis que se radicaram na capital fluminense, entre a virada do século e os anos 30 ainda não mereceram estudo sistematizado, mas é certo que como os sírio-libaneses, judeus e outros tantos imigrantes que cruzaram as águas da Guanabara, foram atraídos por um mercado onde a concorrência era infinitamente menor que na grande Praça da Capital da República. É possível, também, que tenham chegado a Niterói, atraídos pela indústria naval em expansão.

Dos poucos registros encontrados para a primeira metade do século chamam atenção a existência de um vice-consulado de Hespanha, em Niterói, à Rua Marquês de Caxias; de uma rua, no bairro operário da Ponta d’ Areia, denominada Avenida dos Italianos; e de um agente consular italiano, notório industrial da época, o genovês, de Alessandria, Vittorio Migliora.

Migliora chegou ao Brasil em 1876 e exerceu diversos ofícios, até juntar capital e entrar no ramo da marmoraria. Consta que foi o fornecedor do mármore de Carrara para os altares, naves centrais e laterais da Igreja da Candelária.

Em 1883 entrou no ramo da fabricação de fósforo e na década de 1890 mudou-se para Niterói e com capital para montar sua primeira fábrica de fósforos, em sociedade com José Scorsi.

Em 1904, fundou na cidade a Cia. Fiat Lux, ainda hoje de portas abertas não mais instalada em Niterói. Com centenas de empregados, vila operária e serviço médico para atender aos seus operários, foi considerado um industrial moderno para a época e um dos mais importantes da capital fluminense. Em razão dos serviços prestados às Sociedades

³⁵⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. op. cit. p.43-44.

³⁵⁶ Para os espanhóis não temos referências. Cf. GOMES, Ângela de Castro. A Pequena Itália de Niterói: Uma Cidade, Muitas famílias. In: GOMES, Ângela. Histórias de Imigrantes. .op. cit. p. 67-8.

Beneficentes italianas e a seus compatriotas, recebeu do Rei Vitório Emanuele III, o título “Cavaliere dell’Ordine della Corona d’Italia”³⁵⁷.

Ao lado de operários italianos da Ponta d’ Areia, de que pouco se sabe, do sucesso de Migliori, Niterói desde 1920, registrava imigrantes deste grupo no ramo das bancas de jornal, atividade que vai caracterizar os novos imigrantes italianos que vão se estabelecer na cidade pós a Segunda Guerra Mundial³⁵⁸.

Outro dado que sustenta a importância desse grupo para a cidade foi a criação em 1935 da Casa d’Itália Fascio Rinaldo Coia, à Rua José Bonifácio, 45 (centro), conforme citado anteriormente. O Fascio, cuja inauguração contou com a presença do embaixador italiano na cidade, se alinhava à política italiana de Mussolini, e muito contribuiu para esquentar o clima na cidade, hostilizando seus adeptos aos críticos do fascismo e da guerra. Notícia de 19 de setembro de 1935 destacava:

Brigaram

Por causa do conflito ítalo-abysíinio ontem, o alfaiate Samuel Ulsin, de nacionalidade russa, de cor branca, casado, com 38 anos de idade, residente na R. Visconde do Rio Branco, 331, depois de forte discussão com o italiano Cobal Antonio, engraxate, de 25 anos de idade, morador na rua Marques de Caxias, no.1—(?), empenhou-se em luta corporal ficando ambos feridos.

A origem da briga foi motivada por uma palavra do russo, que exasperou o italiano, ferindo o seu patriotismo.

Segundo as declarações de Cobal, ambos discutiram sobre a questão da Itália com a Abyssínia.

Em dado momento, Samuel disse: Mussoline quer assaltar a Abyssínia.

Não se contendo, Cobal atracou-se com seu inimigo.

Ambos os lutadores foram presos e autoados (sic) na delegacia por agressão mutua.

Além do calor da disputa, a notícia completa nossas informações sobre os italianos na cidade, assinalando outro nicho econômico no qual a geração imigrante do pós-guerra se estabelecerá: engraxates.

³⁵⁷ WHERS, Carlos. Capítulos . op. cit. p. 289-302.

³⁵⁸ Cf. GOMES, Ângela de Castro. “A Pequena Itália de Niterói: Uma Cidade, Muitas famílias”. In GOMES, Ângela. Histórias de Imigrantes.. op. cit. p.. 67-8.

Diferente da fase inicial, a imigração no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial se caracterizou por concentrar na cidade imigrantes oriundos das regiões de Fuscaldo e Paola, em Cosenza, e da cidade de Sacco, em Salerno, próximo de Nápoles.³⁵⁹

Esses imigrantes, na prática, trilharam um caminho décadas antes experimentado por parentes, podendo acionar tanto a rede de relações interna à família, como a da comunidade italiana para inserir-se no mercado de trabalho.

Esses imigrantes, de fato como demonstrou Ângela de Castro Gomes, autora de um livro e artigo sobre esse grupo em Niterói, não vieram originariamente para Niterói. Desqualificados, estabeleceram-se inicialmente como ambulantes no Rio, vendedores de frutas e peixes no mercado de peixe da Praça XV, até migrarem para a capital fluminense, em busca, sobretudo de habitação mais barata.

Estratégia comum a vários grupos de imigrantes, compartilhar a casa de parente, qual uma “*hospedaria temporária*”, dividir quintal, ou ainda, alugar quarto em pensões, foi uma característica marcante no grupo “italiano” de Niterói, pois era um jeito de “*minimizar os custos do estabelecimento inicial com a família, e foi um meio protetor e socializador para as mulheres*”³⁶⁰, que pouco saíam de casa, mas de onde ajudavam os maridos complementando a renda familiar com costura, lavagem e passagem de roupa.

Embora muitos tenham começado sua experiência no Brasil, como ambulantes em carrocinhas de frutas, em Niterói, a sorte sorriu-lhes através da inserção nas sociedades de jornaleiros, sistema cooperativo montado possivelmente no decorrer da década de 50, e nos pontos de engraxate. No decorrer desse período, esse setor foi verdadeiro monopólio dos italianos da cidade, e que ainda pode ser visto. Sobre o funcionamento dessas sociedades, Ângela de Castro Gomes observou que:

Entrar numa sociedade de jornaleiros não era coisa tão simples assim. Em primeiro lugar era necessário ser aceito-indicado, o que tornava a condição de italiano quase um pré-requisito obrigatório, uma vez que era esse grupo étnico que mantinha o controle do negócio em várias cidades do país. Em segundo lugar era preciso dispor de um capital para a compra de uma ‘parte’, isto é, de um percentual de participação na sociedade que funcionava distribuindo seus lucros conforme as ‘partes’ detidas pelos sócios. Tudo isso funcionando de maneira informal e solidária, como um sistema de apoio solidamente construído. Em muitos casos (...) a compra da parte era feita em empréstimos de elementos da família e com e com o conhecimento e aceitação da sociedade. A ‘parte’, entretanto, não assegurava a ocupação de uma determinada banca de jornal, podendo o jornaleiro ser deslocado de uma para outra banca, conforme sua capacidade de trabalho. Contudo, um jornaleiro podia possuir de uma (ou mais) banca específica, da qual era proprietário

³⁵⁹ id.

³⁶⁰ ibid., p. 81.

legal, mantendo esse vínculo independentemente do local para onde fosse designado pela sociedade.³⁶¹

Esse sistema de distribuição dos lucros relativamente equitativos rendeu bons frutos à Sociedade de Jornaleiros de Niterói I. Com italianos de Paolla, desdobrou-se em meados dos anos 50 em Sociedade de Jornaleiros de Niterói II, desta feita com oriundos de Fuscaldo e no final da década de 1970, na Sociedade de Jornaleiros de Niterói III.³⁶²

Nicho privilegiado dos italianos, as próprias sociedades garantiram lucros extras para aqueles que participavam da sua organização interna, o que gerou, também, um modo particular de hierarquia entre os jornaleiros:

A isto, somava-se o controle de certos postos de administração nas sociedades, (...) algumas reconhecidas e aceitas claramente e outras condenadas, mas nem por isso, não praticadas. Entre esses pontos estava a Capatazia — uma direção administrativa, financeira e política da associação—, que exigia conhecimentos de contabilidade, contatos com bancos e com autoridades da política municipal, pois eram as que concediam a licença necessária para a abertura e funcionamento de uma banca de jornal. Ser Capataz ou seu auxiliar representava um importante recurso de poder e vários entrevistados se referiram às disputas para alcançar tais funções (...)

Havia sócios que se encarregavam dos contatos com as redações de jornais e revistas no Rio de Janeiro. Eles trabalhavam durante toda noite, deslocando-se pela barça de automóveis, diariamente, para trazer os periódicos que deveriam estar no centro de Niterói, para distribuição, bem no início da manhã.³⁶³

As Sociedades de Jornaleiros, entretanto, não resistiram à diferenciação interna que se operou em seu interior ao longo do tempo, e declinaram na década de 1970. É bem verdade que a inauguração da Ponte Rio-Niterói, em 1974, teve impacto profundo no cotidiano dos jornaleiros, por permitir uma nova forma de contato com as redações, finalmente livres “dos estreitos horários das barças”.³⁶⁴

A partir da década de 70, e particularmente dos anos 80, novos fios teceram formas modernas de organização do negócio dos jornais — desde a individualização das bancas à formação de empresas distribuidoras, mantendo-os, entretanto, em mãos italianas. Desta feita, em muitos casos, contando com a mão de obra da segunda geração.

Assim como outros grupos de imigrantes, a geração pioneira investiu na formação superior de seus filhos, e uma das maiores expressões de sucesso no interior do grupo foi a candidatura de Pietro Acceta a Reitor da Universidade Federal Fluminense. Isto porque seu pai, “*educou toda a família com sua cadeira de engraxate do Centro de Niterói.*”³⁶⁵ Contudo,

³⁶¹ *ibid.*, p. 88-89.

³⁶² *ibid.*, p. 90.

³⁶³ *ibid.*, p. 91

³⁶⁴ *ibid.*, p. 93.

³⁶⁵ *ibid.*, p. 85.

a crise e a hiperinflação dos anos 80, considerado por muitos economistas como a década perdida da vida brasileira, levou de volta aos negócios paternos filhos doutores desempregados.

Diferente dos outros grupos de imigrantes radicados na cidade, que pouco tempo após sua chegada e estabelecimento na cidade organizaram associações de ajuda mútua ou de caráter cultural, a Pequena Itália de Niterói ganhou visibilidade com a inauguração do primeiro clube, em 1979, o Clube Italiano de Piratininga.

Fundado no momento da desagregação das sociedades de jornaleiro, o clube pode ser interpretado hoje como uma estratégia de recompor, no campo do lazer, a sociabilidade e identidade anteriormente organizada pela via do trabalho. Contando com 100 sócios inicialmente, o clube recebeu apoio oficial da embaixada e teve como maior símbolo a festa de Nossa senhora dos Anjos, em 15 de agosto, “dia da comunidade italiana de Niterói”.³⁶⁶

A Associação Beneficente Italiana, a Abita, surgiu em 1991, com a finalidade de garantir assistência médica aos membros mais carentes da comunidade e, quais os portugueses, construir um hospital italiano em Niterói, o que não se concretizou.

Posteriormente, em 1994, nasceu o jornal *Comunità Italiana*, hoje talvez o maior sinal da exterioridade do grupo, dirigido então por dois estudantes de comunicação da UFF, Pietro Petraglia e Júlio Vanni, descendentes de “italianos de Niterói”.

Um dos objetivos do jornal, que continua em expansão quatorze anos depois, além da integração e da valorização da trajetória desse grupo em Niterói é, ao mesmo tempo, conectá-lo com o mundo globalizado. Entre outras coisas, presta serviços de orientação sobre questões relativas à documentação italiana para imigrantes e descendentes que queiram requerer direitos junto à Itália.

Quanto ao ofício de engraxate, embora não tenha sido possível apurar a forma de organização interna do negócio, sabe-se que esta atividade estava relacionada à compra e venda de pontos, venda de loteria, sendo também, e de uma forma um pouco casual, um lugar de repasse e circulação de literatura, visto que era também lugar de revenda de livros e revistas usadas. A história da *Livraria Ideal*, hoje parte do grupo Mênaco de Cultura, uma verdadeira instituição em Niterói, teve início desta forma.

Cabe ressaltar, finalmente, que boa parte da experiência dos italianos em Niterói teve como território o centro da cidade, seja na habitação, no trabalho de engraxate ou na

³⁶⁶ *ibid.*, p. 97.

redistribuição dos jornais, corroborando uma vez mais com a noção do centro da cidade como o lócus privilegiado para se “fazer a América” em Niterói.

No que concerne à aventura dos espanhóis em Niterói, dos 960 imigrantes anotados para a década de 1920, tal qual os italianos, pouco se sabe, e entre operários da indústria naval, e empregados nas obras públicas, alguns se inseriram no mercado de trabalho, no setor de bares, restaurantes, pequena hotelaria, entre outros estabelecimentos de pequeno porte, conforme assinalou a historiadora Lúcia Guimarães sobre a colônia espanhola no Rio de Janeiro³⁶⁷.

Como exemplo, em Niterói, da presença espanhola no comércio, na primeira metade do século XX está o Café Londres, datado de 1913, de Cordeiro, Sanches e Cia., um dos cafés mais célebres da época, ponto de encontro dos políticos da capital fluminense, sepultado pela abertura da Avenida Amaral Peixoto na década de 1940. Sobre ele nos diz Carlos Whers: “*Um de seus donos, o espanhol Lourenço Sanches fiscalizava do alto de sua escrivaninha, não só o café, como o salão de bilhares, que se estendia a té a entrada do Cinema Royal.*”³⁶⁸

O censo de 1940, no entanto, indicou a redução do quantitativo inicial em cerca de 50%, arrolando 472 imigrantes espanhóis na cidade, para aquele ano. Na prática, a imigração espanhola para o Brasil, entre 1929 e 1945, caracterizou-se por acentuado declínio, que se reverteu após o término da Segunda Guerra Mundial, quando foi compensada por uma curva migratória ascendente.

A maioria dos que embarcavam nos portos espanhóis preferia a Argentina, porém, ao encontrar as fronteiras do país portenho fechadas, desviaram o fluxo migratório para o Brasil. Logo, novas levas de imigrantes, precisamente 23.779, conforme dados do IBGE, e em especial de galegos, fugindo da miséria e das lembranças da guerra civil, adentraram solo nacional³⁶⁹. Dos que aportaram inicialmente no Rio de Janeiro, alguns rumaram para a capital fluminense na década de 1950.

Redes de contatos familiares, maior oferta de empregos ou a existência de uma antiga colônia na cidade podem estar entre os fatores que trouxeram uma pequena parcela desses imigrantes para Niterói, revigorando a presença espanhola na cidade.

Os recém-chegados se estabeleceram efetivamente no setor de bares e restaurantes, porém, conforme assinalam Ângela de Castro e Ana Mauad:

³⁶⁷ GUIMARÃES, Lúcia. Caminhos convergentes: de uma rua chamada Brasil ao próprio Brasil. In: GOMES, Ângela. op. cit. p. 139.

³⁶⁸ WHERS, Carlos. Niterói, *Ontem e Anteontem*, op.cit. p. 49.

³⁶⁹ MAUAD, Ana e GOMES, Ângela de Castro (orgs). *Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 2006 .p.16.

uma diversificação pode ser constatada pela presença de imigrantes no setor do comércio de fotografia, transportes urbanos e construção naval. A influência espanhola neste último ramo cresce quando, em 1964, o Estaleiro Empresa de Saneamento, localizado na Ilha da Conceição, em Niterói, decidiu contratar trabalhadores especializados dos tradicionais centros galegos de construção naval, ou seja, Ferrol, Cádiz e Cartagena.³⁷⁰

Não obstante se tratar de uma emigração mais recente, o grupo compartilhou com os demais estrangeiros a força e o vigor do distrito do centro, como lugar de trabalho, habitação e lazer. São diversos os depoimentos sobre o pequeno comércio espanhol no Centro, como o Bar e Café Natal, situado exatamente onde hoje é o Valonguinho, na Av. Rio Branco, 555; o Restaurante Uruguai, na Rua Visconde de Uruguai; o Bar Santa Cruz, na Rua Coronel Gomes Machado; ou a Confeitaria Sol e Mar, na Rua da Conceição, entre outros.

Manoel Salgado Feijó, oriundo do Ayuntamiento de Oimbra, na Galícia, foi dono de diversos bares no centro de Niterói, entre 1959 e 1990, pode dar testemunho o início e o fim da predominância espanhola nesse tipo de comércio:

Claro, sem dúvida nenhuma. Pelos espanhóis e portugueses. Foi assim até que a máfia dos japoneses tomou conta de tudo. Só resta aquele bar da Avenida Amaral Peixoto, que é do paco, no edifício dos advogados. Antes, em cada esquina havia um bar. Acabaram-se todos!... não existem mais bares à moda antiga. Nenhum que sirva bife com fritas, carne seca, feijoada, sanduíche, fritada, salgadinho, cerveja, conhaques...³⁷¹

Alguns desses bares se notabilizaram dentro da colônia espanhola, como espaços privilegiados de sociabilidade do grupo, nos idos de 1950 e 60:

As festas de casamento eram, em geral, no Restaurante Uruguai. Mais exclusivas, reuniam as famílias da colônia espanhola. As noivas vinham da igreja de véu e grinalda, e os pratos servidos eram de comida típica. Já as festas que se realizavam no Café Natal, ao contrário, costumavam ser cerimônia, tipo um festejo para quem se casava apenas no civil. Aí comia-se dobradinha com grão de bico, etc.³⁷²

No entanto, os novos imigrantes não tiveram vida fácil e usaram de todos os recursos que a identidade de origem facultava para tornar menos difícil os primeiros tempos:

Do pequeno apartamento, logo nos mudamos para uma casa de vila, onde hoje é o Instituto de matemática, no Valonguinho, bem perto de onde meu pai trabalhava. Também não sozinhos. Residia conosco um casal com uma filha (...). Ocupavam apenas um quarto (...). A cozinha era comum.
Do Valonguinho fomos para a rua Coronel Gomes machado, uma casa maior, vizinha à residência de outra família espanhola, os Justo y Vaquero, proprietários do Bar Santa Cruz, e de uma rede de bares. (...). No sótão desses nossos vizinhos

³⁷⁰ *ibid.*, p.17. Trata-se exclusivamente de um livro de depoimentos, inexistindo análises que possam dar suporte a uma interpretação mais consistente do caso espanhol.

³⁷¹ Depoimento Manoel Salgado Feijó. In: In MAUAD, Ana e GOMES, Ângela de Castro (orgs). op. cit. p. 125-6.

³⁷² Depoimento de Maria Margarita Paulos de Sá. In: MAUAD, Ana e GOMES, Ângela de Castro (orgs). op. cit. p. 70.

havia umas vinte camas; era um verdadeiro albergue, um pouso temporário, mas seguro, para todos os parentes que vinham da Galícia. Nas refeições, juntavam-se todos! (...)³⁷³

Baseados em uma bem tramada rede de solidariedade, os espanhóis que se estabeleceram em Niterói nesse período diferenciaram-se, ainda, de outros grupos de imigrantes, ao aproximar-se da comunidade lusa e tecer “alianças” econômicas na forma de sociedades comerciais, que renderam a decantada liderança no setor de bares e restaurantes, além de apoio ao desenvolvimento de suas associações:

Seu Orlando, proprietário da Kátia Decorações, presidente do Clube Português, é sócio do Clube Espanhol. São muitos os galegos que vieram para o Brasil. A Galícia faz fronteira com Portugal; o idioma tem mais similaridade com o português do que com o Castelhana. Enfim, somos todos originários da Península Ibérica. O sangue é o mesmo.³⁷⁴

Também na educação os espanhóis optaram pelos referenciais étnicos para matricularem seus filhos, especialmente no caso das meninas: quase todas daquela geração que chegou na década de 1950 estudaram no Colégio Nossa Senhora das Mercês, na Alameda São Boaventura, no bairro do Fonseca, e cujas salas de aula ainda estão repletas de alunos. De origem espanhola, as Irmãs Mercedarias mantinham uma escola exclusiva para meninas e eram rigorosas na disciplina, dado apreciado pelas famílias galegas. Já os rapazes, estudaram, quase sempre, no Instituto Abel, de Irmãos Lassalistas, que ainda é uma escola de referência na cidade.

Apesar de terem emigrado com o propósito de fazer fortuna, e para tanto se sujeitado a jornadas de trabalho de até 18 horas, os imigrantes espanhóis em Niterói elegeram como eixos de sua vida associativa o trabalho, o lazer — bailes, carteados, futebol e a cultura.

Em 1964, foi fundado pelo técnico naval Cesar Leal Maneiros, o Centro Recreativo Espanhol de Niterói, à Rua São Lourenço, que, a princípio, dedicou-se especialmente ao futebol, ganhador de numerosos campeonatos na cidade. Mais tarde, em 1970, o Centro deu origem ao Clube Espanhol de Niterói.³⁷⁵

A semelhança dos judeus que se transferiram para Icaraí como expressão de ascensão social do grupo, a colônia espanhola acompanhou a expansão territorial da cidade rumo à região oceânica, cujos terrenos vêm sofrendo violentamente com a especulação imobiliária desde os anos 80. Em 1979, após anos de economia, compraram um grande espaço, no bairro

³⁷³ id., p. 67.

³⁷⁴ Depoimento de Abel Martinez Domingues. In: MAUAD, Ana e GOMES, Ângela de Castro (orgs). op. cit. p. 53.

³⁷⁵ id., p.18.

de Santo Antônio, em Itaipu, onde sediaram seu clube. A partir daí, muitos espanhóis se transferiram do Centro para Itaipu. Neste caso, a proximidade do clube e ascensão social se misturaram.³⁷⁶

Na década de 90, o Clube Espanhol de Niterói se notabilizou por jornadas culturais que promoveu na cidade, como a exposição de humor gráfico espanhol com o artista Chumy Chumes, a Semana de Cinema Espanhol e apresentação de conjuntos hispano-americanos e de balé espanhol. Finalmente, como o apoio da Câmara de Vereadores, conseguiu o reconhecimento do município para seu grupo com a instituição do Dia Hispano-Americano comemorado anualmente.

Em 2005, a Prefeitura de Niterói realizou com grande sucesso, assim como outrora fez com portugueses e italianos, o Encontro com a Espanha, semana de homenagens à cultura espanhola e aos imigrantes espanhóis na cidade.

No decorrer desse capítulo pretendi demonstrar que o tempo particular da cidade de Niterói trouxe irresistivelmente os diferentes grupos de imigrantes que aqui chegaram, ao longo do século XX, como “*inquilinus*”, aquele que reside em terra alheia.

Ao longo do tempo, porém, atingidos pelo movimento contínuo e irresistível do cotidiano, sofreram, tal e qual a cidade, uma experiência ampla de urbanização, transformando-se tanto quanto a própria urbi. No calor desse processo, enraizaram-se no espaço tornando-se também “*íncola*”, i.e, habitantes da cidade.

De *inquilinus* à *íncola*, isto é, de estrangeiros a habitantes, imprimiram à cidade as marcas da sua própria territorialização, negociando permanentemente suas fronteiras.

Como resultado dessa interação surgiu o “*cultus*”, “*sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem memória*”³⁷⁷.

Em outras palavras, em Niterói, esses imigrantes exerceram em plenitude o sentido do verbo *Colo*, isto é, morar, viver, trabalhar, cultivar a terra, ganhar o pão, gerar descendentes, negociar, criar cultura e, finalmente, enterrar seus mortos.

Assim, a mesma terra que acolheu seu trabalho abrigará também seus corpos, quando mortos, enraizando definitivamente na cidade suas experiências, sua cultura, sua memória.

³⁷⁶ *ibid.*, p.18.

³⁷⁷ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 13

4. DE PRESTAMISTAS, COMERCIANTES E DOUTORES: TRABALHO E CIDADANIA EM NITERÓI

Não durmo sem pensar no Judeu Errante. A esta hora, onde está, não estará,
pois caminha eterno e seus passos ressoam

neste quarto, embaixo da cama, na gaveta do armário, na porta do sono? Para
que foram me contar essa história de Judeu Errante

Que tem começo e nunca terá fim? Não sei se é pena ou medo ou penamedo o
que sinto por ele. Sei que me atinge, Me fere. Não há banco nem cama para o
Judeu Errante.

Come no ar. Não pára. Vestido de preto. Anda. Olhos sombrios. Anda. Deixa
marca de pés? Como é sua voz?

E anda e anda e pisa no meu sonho. Que mal fiz eu

Para viver acorrentado à sua imagem?

(DRUMOND, 2002, p. 940)

A luz e o calor das ruas do centro da antiga capital fluminense ainda guardam sob as marquises e paredes desbotadas das lojas, o burburinho constante dos prestamistas e comerciantes judeus da época, que, em conjunto com os sírio-libaneses, portugueses, espanhóis e italianos dominaram, em boa parte do século XX, o comércio da cidade. Muitas dessas lojas estão fechadas, outras, abertas. No Caixa novos grupos de imigrantes, especialmente coreanos e chineses, substituem com menos simpatia os antigos imigrantes. Processo semelhante ao que atinge à região do ‘Saara’, no Rio de Janeiro.

Entre a cidade que dorme no passado intangível e a cidade visível do presente, o fenômeno dos Shopping Centers, a morte e a aposentadoria levou para longe os antigos comerciantes.

Mas, se as lojas pertencem ao passado e as ruas não comportam mais a correria dos prestamistas judeus, cabe a pergunta sobre aonde encontrá-los. Como mensurar o que foi tal comércio? Quantos eram? Quantos se destacaram no concerto geral da capital fluminense?

Até onde a cidade permitiu chegarem? E seus descendentes como se enquadraram? Como responderam aos novos contextos em que cresceram e estudaram? Onde encontrá-los?

Como vimos no capítulo anterior, a presença judia na cidade foi pouco registrada pelo jornal *O Fluminense*, a não ser por alguns poucos anúncios de lojas. Outros testemunhos, porém, e não apenas os relatos orais, dão conta da participação desse grupo na economia de Niterói, sobretudo o *Almanak Laemmert*, principal anuário estatístico do período para os Estados do Rio de Janeiro, capital e interior e para o Distrito Federal. Nele, no período entre 1915-1940, um crescente comércio varejista de propriedade judaica foi registrado nas principais ruas do bairro economicamente mais representativo da capital fluminense.

Além disso, testemunhos diversos — as entrevistas e o Livro da União dos Ambulantes de Niterói, os registros da Junta Comercial da cidade no período, e do setor de ambulantes da Prefeitura Municipal falam das atividades econômicas e da inserção do grupo no espaço urbano. Entretanto, algumas dessas fontes não puderam ser consultas.

Uma delas, a Junta Comercial de Niterói, foi criada em 1891, após a Proclamação da República, e extinta diversas vezes. Em 1937, o então interventor federal, Comte. Amaral Peixoto, ordenou que os registros das empresas e estabelecimentos econômicos fossem realizados em cartórios privativos. Posteriormente, em 1965, foi fundada nova Junta Comercial na cidade, unificada, na conjuntura da Fusão, em 1975, com a do Estado da Guanabara. A atual Associação Comercial de Niterói remonta à década de 1980, e não guarda registro algum de suas antecessoras.

O caminho para inventariar esses registros foi, portanto, os cartórios civis da cidade. No entanto, essa tarefa aparentemente simples, revelou-se mais difícil do que imaginava! Isto porque, tais escriturarias não permitiram o acesso a seus livros, a não ser por meio de certidões obtidas por meio do pagamento de custas processuais, ou autorização expressa da Corregedoria Geral de Justiça.

Animada com a perspectiva de consultar essas fontes, inclusive por vislumbrar um meio de acessar à ata inaugural do Centro Israelita de Niterói, de 1925, e da Sociedade Hebraica de Niterói, de 1961, ingressei em 19 de setembro de 2006, na Corregedoria com o pedido de autorização para a pesquisa dos livros e registros de assento dos Ofícios de Notas de Niterói e a liberação das custas referentes a tal procedimento, sob protocolo no. **2006-243416**. No entanto, para minha surpresa, em 20-03-2007 o pedido foi indeferido, considerado impróprio pelo Desembargador Murilo Kielling, que apreciou o caso.

No que se refere às fontes pertencentes ao arquivo da Prefeitura Municipal de Niterói, novos problemas foram enfrentados para acessar a tão sonhada documentação, pois, a cidade que Dom João VI elevou à categoria de Vila em 1819 não possui um arquivo propriamente dito, mas um depósito geral de documentos, de períodos diversos, sem qualquer tipo de catalogação e tratamento, submersos no esgoto. Realidade assemelhada à do acervo da Câmara Municipal, outrora digitalizado pelo historiador Emanuel Macedo Soares, autor de diversos livros sobre a cidade.

A descontinuidade administrativa, e a ausência de uma política arquivística municipal destruíram o colossal trabalho realizado por Soares, deixando estupefatos cidadãos que pagaram seus impostos e historiadores interessados na temática da cidade.

É mister, pois, chamar atenção para o fato de uma massa documental tão importante como a mencionada, estar à mercê de desmandos políticos, que obstruem sob todos os pontos de vistas, o acesso à informação, à memória e à produção de conhecimentos referentes, não apenas à trajetória da cidade, mas à da própria história fluminense. Não é demais lembrar que Niterói, foi um dia a capital de um estado, extinto pelos humores políticos de uma ditadura de vil lembrança.

Quanto ao problema das fontes, nas belas páginas de seu livro derradeiro, Marc Bloch afirmava ser “*uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um único tipo de documentos*”³⁷⁸. Portanto, frente aos problemas enfrentados, intentei novas estratégias de pesquisa, como a consulta a um conjunto diversificado de fontes, como os Relatórios de Prefeito, das primeiras décadas do século XX. Mas, sobretudo, busquei no método o melhor conselho

:

Muitas pessoas e mesmo, parece, certos autores de manuais fazem uma imagem surpreendentemente cândida da marcha de nosso trabalho. No princípio, diriam de bom grado, eram os documentos. O historiador os reúne, lê, empenha-se em avaliar sua autenticidade e veracidade. Depois do que, e somente depois, os põe para funcionar... Uma infelicidade apenas: nenhum historiador, jamais procedeu assim. Mesmo quando, eventualmente, imagina fazê-lo.

Pois os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. (...) ³⁷⁹

Assim, em face aos obstáculos que atravessaram o caminho da pesquisa, procurei interrogar sob diversos ângulos a documentação efetivamente levantada, ciente, por um lado,

³⁷⁸ BLOCH, M. *Apologia à história ou o ofício do historiador*. RJ, Zahar, 2001. p. 80.

³⁷⁹ BLOCH, M. Op. Cit. Pp.78-9.

das lacunas que ficarão para serem preenchidas futuramente; por outro, sabedora de que a incompletude faz parte do ofício do historiador.

Dessa forma, descobrir fragmentos do que foi o “comércio judeu” na cidade e, como diria Bloch, “*com a sensibilidade de um fabricante de cordas*”³⁸⁰, simular sua dinâmica através fontes obtidas, para, enfim, compreendê-lo, é o objetivo e o desafio deste capítulo.

4.1. Prestamistas X Comerciantes e a Atuação do Grupo na Construção Civil da Cidade

De acordo com o Histórico da Comunidade Israelita de Niterói, texto elaborado em dezembro de 1994 por Samuel Baron e Gerson Kotchmar, respectivamente presidente em exercício e secretário da Sociedade Hebraica de Niterói, a história da coletividade judaica de Niterói teve início com a chegada de judeus russos à cidade por volta do ano de 1910:

Os primeiros judeus em Niterói, em sua maioria, eram mascates e/ou prestamistas (vendiam de porta em porta, a prestação). Com a melhoria do nível de ganhos, a maioria conseguiu abrir lojas comerciais no centro da cidade, onde comerciavam tecidos, roupas móveis, etc.

A geração seguinte, em sua maioria, dedicou-se às profissões liberais, aí começando sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro, centro maior, onde eram maiores as oportunidades de trabalho e lazer. Boa parte desta geração emigrou para Israel e lá está até hoje, destacando-se em diversas atividades.

Além dessa narrativa, único documento escrito a que tive acesso pelo lado da Sociedade Hebraica, outros depoimentos descreveram uma trajetória similar para a coletividade – de prestamistas a comerciantes.

De modo recorrente, o comércio lojista foi situado no decorrer das décadas de 1940, 1950 e 1960, concomitantemente à atividade de prestamistas que por motivos variados não se estabeleceram com portas abertas.

Ilse Sipres, viúva de um deles, Moises Sipres, um judeu palestino que emigrou com a família de Sfat para Campos, no interior fluminense, e que, no decorrer da década de 1930 migrou para Niterói, prestou valiosa contribuição para este trabalho ao fornecer um relato minucioso a respeito da inserção econômica de seus “patrícios”.

³⁸⁰ BLOCH, M. Introdução à História. 5ª. Ed.; Lisboa, Publicações Europa-América, s/d. p. 29.

Em que pese alguma confusão de nomes ou esquecimentos, a lista que a Sra. Sipres pôs à disposição teve sua origem nas visitas que desde a década de 1950 faz às famílias da coletividade, a fim de angariar recursos para as obras assistenciais em que trabalha, como a Sociedade das Damas de Auxílio de Niterói, a Policlínica Israelita, o Lar dos Velhos, em Jacarepaguá, e o Lar das Crianças, na Tijuca. Portanto, trata-se de um relato bastante verossímil, pelo que foi possível elaborar os primeiros quadros sobre o assunto:

Quadro 1: Comércio Judeu no Centro de Niterói — Anos 1940-60

PROPRIETÁRIO	COMÉRCIO	ENDEREÇO
Germano Grand	GrandJóia (joalheria)	Rua da Conceição
Samuel Pochachevick	Sapataria	Rua da Conceição
Salomão Pochachevick	Joalheria Niterói	Rua José Clemente
Sioma Sinder	“A Mundial” (roupa de crianças)	Rua Cel. Gomes Machado
Flávio Langer	“Casa-Edem” (eletro)	Rua Barão de Amazonas
Salomão Lempert	Roupas femininas	Rua Visconde de Uruguai
Waldemar Nissebaum	Casa Waldemar	Rua Visconde de Uruguai
Simão Graber	Gabier (Joalheria)	Rua da Conceição
Irmãos Jarlicht	“A Crisolita” (Joalheria)	Rua da Conceição
Saul Warsserstein	Loja de meias	Rua Cel. Gomes Machado
Samuel Wainer	Móveis	(localizada no) Barreto
Margarida e Minda Chor	Leader modas	Av. Amaral Peixoto
Nissin Sonsol e Henrique Libman	Imobiliária Pinto de Almeida	Rua José Clemente
Moisés Babsky	Roupas infantis	Rua Cel. Gomes Machado
Natan e Luís Fogel	Móveis	Rua Mal. Deodoro
Meier Shermam	Colchoaria/lanchonete	Rua Gavião Peixoto
Saul Sohacheviski	Joalheria/alfaiataria	Rua V. do Rio Branco
Waldemar Weller	Sapataria	Rua Cel. Gomes Machado
Marcos Geller	Artigos de couro	Rua Cel. Gomes Machado
Ari Orind	Vick Meias	Rua Cel. G. Machado*
Sara Przybicevicz	Joalheria	Rua. Cel. G. Machado
Boris Mocni	Alfaiataria	Rua V. De Uruguai

Jacob Tubenchlak	Móveis	Av. V. Rio Branco
Júlio Soichet	Móveis	Ponto do Cem Réis
Salomão Scharwzman	Móveis	Barreto
Isac Levi	Casa Araribóia (roupas infantis)	Rua Cel. Gomes Machado
Maurício Przybicevicz	Joalheria	Rua Cel. Gomes Machado
Salomão Farberas	Móveis	Rua Mal. Deodoro
Alberto Guerchon	Móveis	Rua Mal. Deodoro
Bernardo Warmam	Móveis	Barreto
Salomão Lam	Móveis	Rua V. de Uruguai
Bernardo Solomom	Quadros	?
Gerson klinger	Alfaiataria	Rua Mal. Deodoro
Mirian Wasksman	Bolsas	Rua Visc. de Uruguai*
Samuel Gukowski	Casa Samuel (móveis)	Rua Mal. Deodoro*
Israel Yussin	Móveis ou fazendas	Av. V. do Rio Branco
Jaime e Isidoro Honigman	Casa Adel (eletro)	Rua Visc. de Itaborai
Fernando Baron	Tecidos	Rua V. de Uruguai
Simon e Fischer Treiger	Casa Confiança	Av. V. do Rio Branco
Léia Beider	Modas	Icaraí
Luís Nissembaun	Móveis	Av. V. do Rio Branco
Pedro Wrubel	Sapataria Pérola	Rua Cel. Gomes Machado
Irmãos Wrobel	Alfaiataria	Rua Cel. Gomes Machado
Esther Kawa	Modas	Rua São João
Salomão Rubens	Ótica	Rua Cel Gomes Machado
Jaime Rubens	Ótica Pérola	Av. Amaral Peixoto
Esther Rachel Treiger	Casa Bambini (roupas)	Icaraí
Malvina Scharzman	Móveis	Rua da Conceição
Francisco Segal	Modas Segal	Rua Barão de Amazonas

Fonte: Ilse Sipres

Um olhar rápido observa que as 49 lojas listadas por Ilse correspondem em sua maioria a atividades relacionadas à movelaria, joalheria, alfaiataria e roupas prontas.

Paralelamente a estes comerciantes, que em sua origem eram prestamistas, conforme asseverou, pelo menos 60 *clientelchik*³⁸¹, palavra iídiche que designa a atividade de fazer

³⁸¹ De acordo com Moacyr Scliar, o termo *clientelchik* já é produto da interação cultural promovida pelo encontro entre o iídiche, o dialeto praticado pelos judeus asquenazi e o português, que o consagrado autor

clientela através da venda a crédito, foram lembrados por ela, que pacientemente soletrou letra por letra dos nomes pouco fáceis desses indivíduos, invariavelmente russos, poloneses ou romenos.

Suas informações não se esgotaram nesse ponto, comentando se foram bem ou mal sucedidos, além do fato de serem sindicalizados e pagarem correntemente os impostos. Vejamos o segundo quadro.

Quadro 2
Prestamistas Judeus no Comércio de Niterói – anos 1940-60

A. Velechovetzki	Isac Chor	Rachel Creimer
G. Chachamovitz	Vitória Geiner	Meier Lipsteir
Gerson Rubinstein	Aron Janiski	S. Mijojonnik
Hersch Cohen	J. Chachamovitz	Israel Lisker
Max e Rosa Naiberger	Ari Zlatkin	Waldemar Zoonenschein
Hilel Sipres	Jacob Gutman	Moisés Gutvak
Idel Citrininbaum	Chaskiel Kaplan	Wolf Kligerman
Jacob Blank	S. Cudicevici	Mordchai Lipsteir
Luís Kersherg	Luís Grand	Abram Rosanski
Max Buchner	José Goldgaber	Eli Israel
Jacó Kosmam	Natan Poliakevich	Israel Wainstok
Naftale Blau	Salomão Girol	Leão Lemos
Natan Creimer	A. Kligermam	S. Micmacher
Schaia Buchbinder	H. Goldnadel	José Lerner
Benjamim Roisman	Samuel Schawrtz	Carlos Waisburd
Moisés Zaidman	Pedro Velechovetzki	Luís Szeinberger
Wolf Sinder	Natan Sinder	Zilda Micmacher
Luís Rosanski	Jacob Ziser	Saul Satkovitz

denomina de “portuguídichee”. Sua origem está na palavra clientela, “acrescida do sufixo *tchik* muito comum entre os judeus da Europa oriental”. SCLIAR, Moacyr. *Caminhos da esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Instituto Cultural Judaico Marc Chagal, 1991. p. 32. O termo *clienteltchik* também está relacionado à palavra Klapers, “aquele que bate palmas” e ainda é o equivalente em português para o peddler norte-americano ou o bufarinheiro europeu. Cf. CUPERSHHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: a formação da comunidade judaica de Belo Horizonte*. 1922-1961. Dissertação de Mestrado, FFCH, UFMG, 1997. p.110.

Rafael Waisman	Germano Roisman	Maurício Poloponski

Fonte: Ilse Sipres

Novo olhar constata o predomínio masculino tanto na atividade relacionada às lojas como no trabalho ambulante. A propósito da pergunta sobre o lugar das mulheres nessa “economia”, Ilse Sipres foi categórica ao afirmar que o trabalho feminino poderia ser encontrado atrás dos balcões, ou na tarefa árdua da cobrança das prestações, rotina em que mulher e filhos se alternavam. Outro dado importante é que o quadro sugerido pela depoente se refere, sobretudo, a imigrantes de primeira geração, os pioneiros.

Entretanto, essa questão gerou uma dúvida — se os comerciantes citados são de primeira geração, e esta começou a chegar a partir da década de 1910, eles levaram 30, 40 anos para angariar recursos e abrir loja? Será que na lista fornecida por Ilse haveria uma sobreposição de gerações que chegaram a épocas diversas? Ou essas lojas poderiam datar de período anterior? Como todos os relatos concentrassem sua narrativa a partir da década de 1940, e se referissem às lojas de Jacob Tubenchlak, Isaac e Germano Treiger, Fernando e Moisés Baron, como das poucas casas comerciais abertas por judeus na cidade, no início do século, decidi buscar informações mais precisas a respeito da atividade daqueles que chegaram na primeira parte do século.

Importante destacar é que tanto na fala de Ilse como na de outros depoentes, e principalmente no texto *Histórico da Comunidade Israelita de Niterói*, de grande valor para nós, à medida que demonstra como parte da coletividade se vê, o comercio de portas abertas, as lojas, aparecem como consequência do capital acumulado no trabalho nas ruas, como *clienteltchik*. Portanto, na memória que o grupo construiu para si, a inserção na economia da cidade foi alcançada pela subida gradual do estágio de prestamista para o de lojista, e, posteriormente, grande comerciante varejista. Perscrutar essa “*memória perfeita*”, quase mitológica, logo se tornou mais uma questão para a busca minuciosa da realidade.

A fim de responder a essas perguntas optei por investigar anuários estatísticos, listas telefônicas, ou fontes análogas para descobrir fragmentos possíveis da presença judaica na economia da cidade.

No Centro de Memória Fluminense e na Sala Matoso Maia Forte, ambos lugares especializados em história do antigo Estado do Rio de Janeiro, encontrei poucos exemplares de anuários e/ou guias que levassem às respostas que procurava.

No *Álbum de Nictheroy*, de Júlio Pompeu de Albuquerque³⁸², datado de 1925, e que apresenta as principais indústrias, repartições públicas, templos religiosos, bancos, associações coletivas, profissionais liberais e farmácias existentes na época, além das residências mais elegantes da cidade, não foi encontrado nenhuma nota sobre o comércio varejista local, e menos ainda sobre a presença de judeus na capital do estado.

No *Livro do Centenário de Nictherioy*, de J. Demoraes e Pedro Pinto³⁸³, datado de 1919, foram identificados apenas três registros, a saber:

- *A Mobiliadora*, de Jacob Tabench son (cic), Rua Visconde do Rio Branco, n. 385 e 353. Telephone 467.
- *Casa Confiança, Móveis, Tapetes e Almofadas*, de Isac Fregir & Irmão(cic), Rua Visconde do Rio Branco, n. 319, Telephone 1113.
- *Joalheria Americana*, de German Bronfman, Rua Visconde do Rio Branco, n; 389, Telephone 915.

Finalmente, o *Guia Geral de Niterói*, de Bernardino Irineu Flórido³⁸⁴, publicação paga, datada de 1960, é repleto de informações sobre linhas e itinerários de bondes, *trolley-bus*, ônibus, firmas no comércio e na indústria; repartição pública dos três poderes entre outros registros, publicou apenas três anúncios que mereceram nossa atenção:

- *Casa Odete, “a Rainha das Casas de Calçados”*, de Samuel Pochachevsky. Calçados de Luxo. Rua da conceição, 26, Tel. 2-1173-Nit;
- *Alfaiataria Triumpho. Camisaria*, de Aria Butter. Av. Estácio de Sá, 144, Tel.2-0615 (loja), e 2-0568 (residência) Caio Martins, Niterói.
- *Eletro-domésticos New York — distribuidor dos produtos Emerson —* José Broitman. Rua Visconde do Rio Branco, 389-A.

Importar dizer que esse foi o único livro do tipo “guia” da cidade que registrou a presença de associações judaicas na cidade, especificamente do CIN.

³⁸² ALBUQUERQUE, Júlio Pompeu. *A Capital Fluminense (Álbum de Nictheroy)*. op cit.

³⁸³ DEMORAES, J. e PINTO, Pedro. *Livro do Centenário de Nictherioy. A Cidade em 1919*. Typographia Gonçalves, 1919.

³⁸⁴ FLÓRIDO, Bernardino Irineu. *Guia Geral de Niterói*. 1960.

Entre outras fontes fantásticas para Niterói, a Sala Matoso Maia Forte guarda dois preciosos Censos para o Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 1924-1925: Censo de Propriedade Agrícola e de Propriedade Industrial. Lamentavelmente não existe algo semelhante para o comércio, o que seria de muita valia para nós.

As poucas informações obtidas em conjunto com aquelas fornecidas por Ilse Sipres levaram-me à decisão de ampliar a pesquisa para o Almanak Laemmert, o que, aliás, acabou concretizando um sonho antigo, o de pesquisar este famoso anuário na Biblioteca Nacional.

Como os depoimentos obtidos datavam o ano de 1910, como marco para o estabelecimento da primeira família judia em Niterói, esse ano foi tomado como corte cronológico inicial da investigação, e 1940, ano da última edição do anuário, tanto para os estados como para a capital federal, demarcou o limite para o estudo dessa fonte.

O resultado da pesquisa foi instigante: a consulta revelou que entre 1910 e 1940³⁸⁵, aproximadamente 59 comerciantes judeus estavam estabelecidos com loja na cidade de Niterói, perfazendo um total de 69 lojas, a saber:

Quadro 3

Imigrantes Judeus Estabelecidos com Loja. 1910-1940

A FILLSCHER E FILHOS	Av. Sete de Setembro, 120
A. LEMOS	R. S. Lourenço, 64
ABRAHAN ROSEMBERG	R. Mal Deodoro, 65, T. 570
ADOLFHO BELITMAN(BLITMAN)	Av. V.R.Branco, 337
ADOLFHO GERBATIN	R. Mal Deodoro, 19
ADOLFO SCHVARTZ	R. Mal Deodoro, 80(1); Av. V.R.Branco, 339,

³⁸⁵ Almanak Laemmert. op. cit. Vale dizer que a publicação nesse prestigioso Almanak era paga, por conseguinte, poderia ser maior o número de judeus proprietários de lojas, gente que não pode ou não quis por motivos vários constar dessa publicação. De toda a forma, a pesquisa revelou um número muito maior do que se esperava. Outro dado importante é que, como no caso dos sírio-libaneses, apontado no capítulo anterior, alguns desses comerciantes são sócios dos filhos, e muitas vezes, estes podem ser um ou mais. Nestes casos, apenas de forma simbólica, creditei um segundo nome para a contagem. Já na situação excepcional de endereços diferentes, anotei na mesma linha as respectivas ruas, seguidos de parênteses com a indicação referente, se 1º. ou 2º. endereço. Veja-se, por exemplo, o caso de Adolfo Schawartz: R. Mal. Deodoro, 80(1); Av. V.R.Branco, 339, T. 2175(2º.). Todas as repetições foram excluídas. Ainda, no caso de Barros e Singelman, não foi possível identificar quem era esse Barros, da mesma forma como não encontrei outro caso de sociedades mistas entre judeus e não judeus, nesse tempo. Portanto, acredito que Barros seja a grafia errada de algum nome de comerciante judeu, muito comum tanto no Almanak Laemmert como nos jornais da época.

	T.2175
AISIK NAIMAM	R. V Uruguay, 383(1); Idem, 353, T.2290(2)
ARON FELDMAN	R. Cel. G. Machado, 71, T.3136
AUGUSTO TRAVERS	Av. v. Rio Branco, 283
BARROS (?) E SIGELMAN	R. V. Uruguay, 561
CÉSAR KUPERMAN	R. Cel. Gomes Machado, 46
DAVID DAVID BARDAVID	Av. V. R. Branco, 345
DAVID WAINSFELD E CIA	R. Dr. March, 42
ELIAS SCHOR	Av. V.R.Branco, 358(1); Av. V.R.Branco,353, T.950 (2)
F. SEGAL E LABER	R. Mal Deodoro, 71, T. 2676
F. WALSKI	R. Neves, 32
FELIPE ROSMANN E IRMÃO	Av. V.R.Branco, 319, T.1184
FERNANDO BARON E IRMÃO	Av. V.R.Branco, 363, T.81
H. HERMSDORFF	R. Neves, 29
HANO LENT	Av. V.R.Branco, 389, T.199
HANS HAUSNEN	R. Mal Deodoro,198, T. 1998
HENRIQUE POCHCZEVSKY	Av. V.R.Branco, 253, T.1172 (1); Av. V.R.Branco,327, T.1172(2)
IOIL SOICHET	R. B. Constant, 93, T.439
ISAAC CHAPIRA	Av. V.R.Branco, 301(1);Av. V.R.Branco, 305, T. 835
ISAAC TEGGER E IRMÃO	Av.V.R.Branco,369,T.1113 e no. 345, T.216 (1); R. B. Amazonas, 381, T.3163(2)
SAMUEL STHRACHMAN	Pr. Martim Afonso,3
J. IARLICHT	R. Ronceição, 165
J. SCHNEIDER	R. V. Uruguai,389, T. 605
JACOB BARDAVID	R. Conceição,32
JACOB SCHVARTZ	R. Dr. March, 10 (1);R. Gal. Castrioto, 505, T. 2549(2)
JACOB TUBENCHLAK	Av. v. Rio Branco, 353, T. 467
JAIME WAINER	Largo do Barreto,5, t. 891 (1); R. João de Deus Freitas, 1(2)
JAIME WAINER E FILHO	R. Gal. Castrioto, 512, T.891
JOSÉ GISBERT	R. G. Castrioto, 51 (1); idem, 516 (2); Idem, 518(3)
JOSÉ SCHOR	R. Cel. Gomes Machado,

	46(1); V Uruguay, 532, T.2413 (2); R. B. Constant, 37, T.2413
JOSÉ TREGGER	Av. V.R.Branco, 315
LUIZ POCHACZEVSKY	Av. V.R.Branco, 337(1); idem, 353, T.260
MARIA ESPER	Av. Sete de Setembro, 14
MAURÍCIO ROSEMFELD	R. R. S. João, 47
MIGUEL DRUCKER	R. Gal Castrioto, 564 (1); idem, 562 (2)
NICOLAS FERGES	r. V. Uruguay, 538, T. 2258
PEDRO BARCZYNSKI	Largo do Barreto, 8
PRÓSPERO DAVID	R. V. Uruguai, 189 (1); idem, 489(2)
SALOMÃO E JACOB	Av. Nogueira de Carvalho, 2
SALOMÃO SCHVARTZ	R. Conceição, 889
SAMUEL ALVEBURG	Av. V.R.Branco, 389, T.199
SAMUEL FELDMAN	R. Mal Deodoro, 68, t. 1117 (1); idem, 61, t. 1117 (2)
SAMUEL GIKOVATE	R. Mal Deodoro, 65, T.570
SAUL SUSIN	R. Conceição, 65(1); idem, 76 (2); Av. V.R.Branco, 331(3)
TEICHER E BARON	Av. V.R.Branco, 363, T.81
THOMAS GESBERT	R. Dr. March, 2
ZWOCH E HAMMER	Av. V.R.Branco, 771, T.562

Fonte: Almanak Laemmert. Op. Cit., 1910-40.

Ao comparar a listagem obtida com a fornecida por Ilse Sipres foi possível observar que, à exceção de alguns poucos nomes, todos os comerciantes identificados no Almanak Laemmert eram novos para mim, não haviam sido mencionados pelos demais depoentes, que talvez, dada a distância temporal, tenham se esquecido deles, afinal, a morte os sepultou há várias décadas.

Grande parte dos depoentes, inclusive os de primeira geração e que hoje estão na faixa de 79/85 anos, nasceram em meados da década de 20, muito jovens, portanto, para lembrar detalhes da infância. Além do mais, como jovens, atuaram na coletividade, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, período em que concentraram suas narrativas. Portanto, a pesquisa no Almanak Laemmert descortinou uma realidade nova para o próprio grupo, a de saber que a tradição no comércio de portas abertas era anterior à década de 1940. Por conseguinte, entre este quadro e o fornecido por Ilse Sipres há uma continuidade, que demonstra, entre outras coisas, que o processo de inserção social possa ter ocorrido de forma diferente da elaborada

pelo grupo, e as levas que se seguiram as primeiras podem ter se beneficiado de diferentes maneiras de quem já estava estabelecido. Novas perguntas.

O que representava em termos quantitativos esse comércio, para o grupo e para a cidade? Quem eram as pessoas que emergiram das páginas do Almanak? Quais suas histórias de vida? Será que todos foram prestamistas antes de abrirem as lojas? Ou trouxeram dinheiro?

Sem explicação para as novas perguntas, solicitei a colaboração das senhoras da ADAF³⁸⁶ e de D. Ilse Sipres para completar informações sobre os “novos” comerciantes e elaborar finalmente um quadro indicativo do comércio lojista judeu entre 1910-1970. Sobre o marco de 1970, justifica-se pelo fato desses anos terem representado, segundo eles próprios, um momento de “dispersão” da coletividade estabelecida nas décadas anteriores.

Esse não foi um processo rápido, levei alguns meses para obter tal mapeamento. Também foram cruzadas as informações que obtive no jornal O Fluminense, anúncios ou notícias encontradas nas diversas sessões do diário; no periódico A Coluna³⁸⁷ considerado o primeiro jornal impresso em português pela comunidade israelita do Rio de Janeiro, e datado dos anos de 1916-7; e finalmente com a listagem dos contribuintes do Comitê de Niterói pela Defesa e Construção de Israel, de 1948, e que registrou 216 colaboradores³⁸⁸ na cidade.

Paralelamente à pesquisa sobre os lojistas, procedi de modo similar em relação aos prestamistas, submetendo a listagem fornecida por Ilse Sipres às senhoras da ADAF. Neste caso, contei ainda com o Livro de Registro da União dos Ambulantes de Niterói, cuja história também foi, de certa forma, esquecida ou apagada, pelos sobreviventes da coletividade.

Datado de 1940-1941, este livro, e provavelmente existam poucos deste tipo no Rio de Janeiro, refere-se a uma instituição criada por Isidoro Baunfeld em 1941, da qual pouco se conhece. A história dessa fonte e de como foi encontrada, porém, será abordada adiante. No momento, interessa-nos estritamente os números que contém.

³⁸⁶ Trata-se de um grupo de senhoras que se reúnem todos os domingos na ADAF para almoçar e ensaiar o coral, são elas, Roland Fischber, Sara Rabinovici, Mauricette Rozein, René Rozein, Edna Graber, Regina Kaplan, Sara Welmowitck, Silvia Mocny, Zilda Michmacher, todas na faixa de 75/85 anos. Por intermédio de Roland Fischberg enviava para elas um conjunto de perguntas, as tabelas que formulava e pedia para que corrigissem nomes, completassem informações sobre nacionalidade, família, trabalho, ligações institucionais e todo tipo de dados que pudessem ampliar o conhecimento sobre essas pessoas, sempre tendo como finalidade, perceber a dinâmica interna do grupo. É preciso dizer que essas senhoras foram fantásticas, atendendo todas as minhas solicitações. Com o tempo passaram a esperar com bastante bom humor, o “dever de casa” que mandava. Sou muito grata a elas.

³⁸⁷ Fonte: A Coluna. Davi Perez. Origem: Museu Judaico.

³⁸⁸ *Relatório da Campanha de Emergência pela Defesa e Construção de Israel*. 1948. p.89-92.

Em formato de livro com capa dura, preta, essa fonte registrou para o período entre 29-12-1940 e 03-11-1941, sessenta e nove matrículas, no entanto, é possível, pela análise das fichas, que houvessem oitenta e três inscritos, visto que o registro com numeração mais avançada, de um indivíduo denominado Pessach (Pedro) Welmovitsky, esteja numerado como 69/83, ou seja, proposta 69, matrícula 83. Todavia, no livro encontrado, apenas 69 nomes foram listados, portanto, pode ser que exista um segundo livro, e que este esteja perdido.

O marco cronológico que balizou a elaboração do quadro relativo aos prestamistas, embora repita o período 1915-1970, apresenta um diferencial. Enquanto no primeiro foram cruzados dados referentes a fontes como depoimentos e anuários, no segundo foram utilizadas informações oriundas exclusivamente das lembranças dos depoentes, que não alcançam as primeiras décadas do século, com a exceção de alguns poucos³⁸⁹. Assim não foi possível inquirir se aqueles que já estavam estabelecidos na primeira parte do século foram ou não prestamistas.

O resultado final dos cruzamentos apontou, em primeiro lugar, para 180 comerciantes entre 1915-1970, e 140 prestamistas para o período 1930-1970, dos quais 24 transferiram-se ao longo do tempo para o comércio lojista, reduzindo o total de ambulantes para 116. Do total de 296 (180+116) devem ser acrescentados 1 funcionário público, 1 artesão, 3 profissionais liberais, totalizando 301 indivíduos identificados, dos quais 95,5% estiveram inseridos na economia local como lojistas ou prestamistas profissionais. Apenas 14 indivíduos, sobre os quais se conhece somente o nome, e que ampliariam o total para 315 pessoas, não foram relacionados, visto não ter sido possível apurar sua identificação³⁹⁰.

Vejamos, portanto, o resultado nos quadros a seguir.

Quadro 4 — Lojistas Judeus. 1915-1970

(a seguir)

³⁸⁹ Os relatórios do Prefeito que constam da Sala Matoso Maia Forte, embora já tenham sido identificados, estão aguardando digitalização quando serão liberados à consulta, o que deverá ocorrer em março, posteriormente à entrega do material relativo ao exame de qualificação. A partir dessa data pretendo incorporar seus dados a este capítulo. Porém, pelo que pude ver em alguns livros não há uma lista nominal de ambulantes apenas os dados relativos ao quantitativo de ambulantes para cada período. De toda forma será importante para estabelecer um parâmetro do que era essa atividade. E qual a participação dos imigrantes judeus nela.

³⁹⁰ Quantos aos indivíduos não identificados são eles: Samuel e Abram Rabim; Roberto Hertz; Raphael Creimer; Pasqual Schuster; Maurício Alexandrinsky; Boris Coifman; J. Zigueiboin; José Schubsky; Lazar Dimenstein; David Rembisewsky; Marcos Goldemberg; H. Lewinsky e J. Teperman. Vale ressaltar que, embora nenhum dos depoentes tenha lembranças dos seus nomes, constam como tendo colaborado na Campanha de Emergência, a Haganá, em 1948. Como residiam em Niterói naquele momento, é provável que estivessem inseridos na mesma dinâmica econômica do restante do grupo.

NOME	DT	RAMO	NACIONALIDADE
1. NONE ABERBACH		Empregadom casa de móveis	Russo
2. ? CHAUFEN	1930	Alfaiataria	? 208
3. ? LABER	1930	Móveis	?
4. ? SINGELMAN	1930	Armarinho Tecidos	?
5. ? ZWOCH	1928	Material fotográfico	?
6. ?HAMMER	1928	Material fotográfico	?
7. ?ROSMAN	1928	Alfaiataria Açougue	Rumania
8. A FISCHER	1928	Brinquedo	Alemão
9. A. LEMOS	1924	Colchoaria	Polonês
10. ABRAHAN KUDICEVICH	1940	Alfaiataria	Rumania
11. ABRAHAN ROSEMBERG	1928	Alfaiataria	?
12. ABRAM ZELCE		Trabalhava com Jacó Tubensclak	Russo
13. ADOLFO BLITMAN	1924	Alfaiataria	Rumania
14. ADOLFO GERBATIN	1924	Calçados	Rumania
15. ADOLFO SCHWARTZ	1924	Móveis	?
16. AISIK NAIMAN	1928	Móveis Belchior	?
17. ALBERTO GRABER		Joalheria	Brasileiro
18. ALBERTO GUERCHON		Móveis	Brasileiro
19. ANA KAUFMAN		Moda infantil	Romena
20. ARI ORIND		Roupa	Rumania
21. ARIA BUTER		Alfaiataria	Polonês
22. ARON FELDMAN	1935	Secos e molhados	?
23. ARON HAUS		Caseiro do centro israelita	Polonês?
24. BERNARDO SCHOR		Loja de modas na A. Peixoto	Russo
25. BERNARDO SOLOMOM		Quadros	Brasileiro
26. BERNARDO WARMAM		Móveis	Polonês
27. BERNARDO ZLATKIN		Armarinho	Palestino
28. CARLOS GUISSERMAN		Loja de moveis no Barreto e sócio da frota Carioca;	Russo
29. CESAR KUPERMAN	1930	Alfaiataria	?
30. CHARLES ROZEIN	1946	Metalúrgica/ Moda masculina	Polonês
31. CHASKIEL KAPLAN		Alfaiataria	Polonês
32. CHUMA WAISBORD		Joalheria	Rússia
33. DAVI DAVI BARDAVID	1930	Brinquedos	“Turqia Asiática”
34. DAVID SCHUBSKY		Móveis(?)	Russo (?)
35. DAVID WAINSFELD	1930	Alfaiataria	Polonês
36. ELIAS SCHOR	1928	Fazendas	Palestino
37. ELIAS WOLF		Joalheria	Polonês
38. ESBER ZEITONE	1930	Armarinho Fazendas	“Turquia Asiática”
39. ESTHER KAWA		Moda	Polonesa
40. ESTHER RACHEL TREIGER		Moda	Polonesa
41. FRANCISCO SEGAL	1930	Moda	Rumania
42. F. WALSKI	1924	Bazar	
43. FANNINHA WROBEL		Moda	Brasileira
44. FANNY WROBEL		Moda	Brasileira

Quadro 5
Prestamistas Judeus. 1915-1970³⁹²

	NOME	DN.	ORIGEM	Prest. Profis.	Lj
1.	“VIUVA” KAC		HUNGRIA	ok	210
2.	ABRAM CUBRIK		RÚSSIA		
3.	ABRAHAN ROSANSKY	1899	BESSARÁBIA	ok	
4.	ABRAM BYNEW SZMARAGOL	1917	POLÔNIA	ok	
5.	ABRAN IZJFA KLINGERMAM	1912	POLÔNIA	ok	
6.	ADOLPHO NISSENBAUN	?	BESSARÁBIA	ok	
7.	ALBERTO GRABER		BRASIL		•
8.	ALEXANDER ZEIGELBOIM		RÚSSIA		
9.	ARI ZLATKIN		PALESTINA	ok	
10.	ARIA BUTTER	1903	POLÔNIA		
11.	ARON JANISKI		BESSARÁBIA	ok	
12.	ARON MENDEL ARONOWICZ		POLONÊS	ok	
13.	ARON VELECHOVETZKI		BESSARÁBIA	ok	
14.	ARTHUR DIAMANT		RÚSSIA		
15.	BENJAMIM ROISMAN		RUMANIA	ok	
16.	BENUMEN (?) VELTMAN	1879	RÚSSIA	ok	
17.	BERNARDO GRINBERG	1896	RÚSSIA		
18.	BERNARDO ZLATKIN		PALESTINA		•
19.	CHAIM SZYJD GOLDSZTEJEN	1895	POLÔNIA	Ok	
20.	CHAIM WOLF NISSENBAUN	1907	POLÔNIA	ok	
21.	CHARLES ROZEIN		POLÔNIA		•
22.	CHASKIEL KAPLAN		POLÔNIA		•
23.	CHUMA VAISBURD	1903	RÚSSIA	Ok	
24.	CREMER NUTRA (NATHAM)	1905	BESSARÁBIA	OK	
25.	DAVID LEIB WASSERMAN	1889	BESSARÁBIA		
26.	DAVID TAITELBAUN		BRASILEIRO	OK	
27.	ELI ISRAEL KOSMAN		POLÔNIA	OK	
28.	ELIAS WOLF		POLÔNIA		•
29.	FELIPE WOLF		POLÔNIA		•
30.	FRANCISCO SEGAL	1902	RÚSSIA		Ok
31.	GERCH RUBINCHEIN	1904	RÚSSIA	OK	
32.	GERMANO ROISMAM				
33.	GERSON KLINGER	1905	POLÔNIA (NAT)	OK	
34.	GHERS SCHWARTZMAN	1902	RUMANIA	OK	?

Os 296 indivíduos contabilizados somados aos 14 acima mencionados totalizam o número de 310 pessoas pelo qual é possível projetar o quantitativo geral do grupo no período. Se considerarmos que cada um deles deveria sustentar de 3 a 5 pessoas por família, visto que os relatos apontam para famílias médias com a exceção de Jacó Tubenchlak que teve 13 filhos, ou Isaac Treiger, 9, chegamos a um quantitativo entre 1184-1480 pessoas, ao longo do período 1915-1970, com o pico de 1.080 a 1296 pessoas no ano de 1948, quando existem os dados relativos a 216 contribuintes da Campanha de Emergência.³⁹⁵

Na falta de outros referenciais somente é possível comparar esses números com os recolhidos por Jeffrey Lesser para a população judaica no Estado do Rio de Janeiro no censo de 1950, que aponta um total de 69.957 judeus no Brasil, dos quais 25.222 residentes no Distrito Federal e 2.209 no Estado do Rio de Janeiro³⁹⁶. Dada a projeção da capital do estado, é perfeitamente possível aceitar os números acima estimados, e projetar o quantitativo geral de judeus na cidade para o período, em torno das 1400 pessoas. Mais adiante retomaremos essa questão.

Quanto à questão da nacionalidade foi possível elaborar o seguinte quadro:

Quadro 6 — Nacionalidades: Geral³⁹⁷

Nacionalidade	Prestamistas	Lojistas	Percentual Total
Russo	25	17	14,1%
Polonês	40	62	34,4%
Romeno	4	11	5,0%
Bessárabe	24	19	14,5%
Alemão	--	1	0,3%
Palestino	12	5	5,7%
Turco Asiático	2	7	3,0%
Húngaro	1	2	1%

Francês	--	1	0,33
Ucraniano	--	1	0,33
Lituano	1	1	0,6%
Theco	1	--	0,3%
Brasileiro	3	14	5,7%
Desconhecida	5	39	14,8%
Total	116	180	296 = 100%

Entre russos, poloneses, bessárabes e demais regiões vizinhas, 68,1% desses imigrantes são provenientes de regiões em conflito com a Rússia, o que pode explicar a idéia generalizada na comunidade de uma maioria de judeus russos na cidade. Na verdade, é a presença maciça de poloneses que chama a atenção. Finalmente, os números perfazem uma maioria asquenaze em Niterói, e que corresponde ao período áureo dessa imigração para o Brasil³⁹⁸:

Quadro 7 — Composição Étnica

Presença Judaica em Niterói	Prestamistas	Lojistas
Asquenazitas	114	173
Sefaraditas	2	7
Percentual Geral Asquenazitas	97%	
Percentual Geral Sefaraditas	3%	

Porém, a grande questão a que os números evocam é compreender o que esse grupo representado nos 296 indivíduos alocados no setor comercial, como prestamistas ou lojistas, significavam para a economia local. Se considerarmos que o censo de 1950 estimou a

população de Niterói em 186.309 habitantes, e o percentual de população judaica não chegar a 1%, com base nos números projetados, teremos a tendência a desprezar a importância do grupo para a cidade. Porém, os mesmos indivíduos ganham destaque se considerarmos as precárias condições econômicas da capital fluminense e a força da presença imigrante no comércio, conforme demonstrado no capítulo anterior.

No que se refere à compreensão do próprio grupo, os números indicam, *a priori*, um domínio dos lojistas sobre os prestamistas na proporção de 60,8% e 39,2% respectivamente. No caso, é interessante notar a congruência entre os depoimentos e as estatísticas: “as falas” dos depoentes deixaram transparecer certo conflito entre os dois setores.

Boris Mocny, dentista, 73 anos, filho do alfaiate Sucher Mocny, e ativo militante da Biblioteca Davi Frishman/ADAF, forneceu importantes declarações a respeito:

Na oficina de meu pai tinha 18 funcionários, era grande (...). Pois bem, por essa época o prestamista chegava lá mandava um corte de fazenda, “ah o Joaquim vem aí tirar as medidas pra fazer um terno pro casamento dele”. Faz o terno do casamento, normalmente entrava segunda era pra sábado, e sábado tinha o casamento. Ele chegava, colocava o terno, estava tudo bem, tudo certinho e embora. Aí o prestamista chegava depois e aí (quando meu pai perguntava pelo dinheiro), “ainda não pagou a 1ª. Prestação”, (disse meu pai) “quê que eu tenho com isso, meus funcionários tem que receber no sábado, sábado eles tem que levar dinheiro pra casa, como é que fica?”, “ah mas o que você quer que eu faça? não tem milagre”. Aí quê que o velho fez (em outra oportunidade quando o mesmo prestamista solicitou um terno) Perfeitamente, “sábado?” Sábado está pronto. Sábado, o cara chegou lá pro casamento, “cadê o meu terno?”, “que terno?”, “ah, de fulano de tal”, “ah sei, mas só com ele, só posso entregar a ele”, Como, “não sei, vai na casa dele, o que você vai fazer não sei”, aí ele foi lá, não encontrou ele em casa, tava na sinagoga, “O cara não quer me entregar o terno, diz que só com você”, ele veio, (incompreensível) “O meu amigo, se você pagar eu entrego, os operários estão esperando o seu dinheiro para pagar a eles. Como é que fica?”. “Mas não é justo, eu sou religioso”. Tudo bem, eles também são religiosos, só querem comer...” (...) a maioria dos prestamistas que se viraram ganharam e roubaram muito, roubaram...compravam e não pagavam, eram especializados nisso, por isso que eles compravam a mercadoria por dois reais, chutar o dinheiro de hoje, vendia por quinze reais, recebia seis, se o cara não pagasse o resto, tudo bem...(ri) era assim minha filha...³⁹⁹

A rivalidade econômica entre prestamistas e comerciantes, a imagem do prestamista ladrão e mau pagador, de um lado, e a do lojista rico, povoam o imaginário do grupo na cidade, e a bem da verdade traduzem uma relação tensa entre os dois pólos de uma mesma moeda: os estabelecidos e os que desejavam se estabelecer.

A socióloga Helena Lewin, numa das melhores análises sobre a economia do *clientelchik* “A Economia Errante”⁴⁰⁰, de 1997, desvenda as minúcias dessa atividade, seu significado para a economia brasileira, a complementaridade entre a atuação de prestamistas e lojistas, o sistema do crédito, a contabilidade e a forma como esse ofício descortinava o Brasil para os judeus que a abraçavam.

Para Lewin, diferente do comerciante lojista que é fixo e submetido a um conjunto de regularidades convencionadas pela legislação, a característica do *clientelchik*:

é o seu movimento permanente no espaço físico. Ele é um errante, e errante é sua economia. Está sempre a procura de **novidade** para levar adiante. Ele é responsável pela difusão da **novidade** e seu papel é, ao mesmo tempo, de vendedor e promotor publicitário.

(...)

É o comerciante que comanda o **movimento** do clienteltic. Isto porque, ele exerce dois tipos de dominância: a decisão sobre **o que vender** e **o quanto vender** ao ambulante. É uma figura estratégica como preditor de sucesso ou fracasso do clienteltic. Devido a ausência de alternativas creditícias, este, subordina-se àquele como dominado, aceita as regras do jogo até adquirir autonomia para diversificar seus fornecedores, diluir esse poder autoritário e, também, lidar com a concorrência para comprar em melhores condições de preço e prazo.⁴⁰¹

Se o *clienteltchik* difundia a novidade, facilitava o acesso a bens raros, no caso citado por Mocny, o sonhado “terno do casamento”, ele dependia da boa vontade do lojista para estender o crédito ao cliente, ou para concretizar a venda, como no fato narrado pelo depoente. Afinal, se o alfaiate não entregasse pontualmente o terno como combinado, a venda resultaria em fracasso.

Assim essa era uma relação permeada por um nível alto de tensão. Se havia, por um lado, complementaridade entre essas funções, que tanto pode ser entendida como estratégias de solidariedade e dominação intra-grupal, por outro lado, havia uma aura de tensão que permeavam essas relações e que colocavam e diferenciavam em campos opostos esses atores.

Os ruídos dessa dicotomia na coletividade de Niterói podem ser ouvidos nos depoimentos coletados. Muitos, inclusive, insinuaram que tal embate tenha sido levado para dentro das instituições do grupo. Como exemplo disso, apontam para o fato da sede da associação de prestamistas, nos anos 50 e 60, estar localizada na Biblioteca Davi Frishman, associação de perfil progressista, como indício de que a Biblioteca era um “lugar de prestamistas e pobres”, ao passo que o Centro Israelita de Niterói estava relacionado aos abastados lojistas⁴⁰².

O depoimento de Boris Mocny ilustra em parte esse argumento:

Porque a turma da biblioteca não era de sobressair financeiramente, eram todos modestos, tinham um patamar relativamente igual, e a turma do Centro era mais evoluída, tinha condições financeiras elevadas, (pergunto se tinha diferença entre quem possuía propriedade e quem não tinha) ah, sim, sim, dono de loja não, dono de poder aquisitivo alto, freqüentar grandes poderes, que o lado religioso, às vezes você deixa de fazer várias coisas sob alegação religiosa e quando o sujeito não é religioso deixa de fazer por falta do dinheiro mesmo, essa é a verdade, infelizmente é isso.

Também Luís Baumfeld, filho de Isidoro Baumfeld, um ativista entusiasmado, mas prestamista de pouco sucesso, apontou para o conflito de classe como uma das explicações para o episódio da expulsão de seu pai do Centro Israelita de Niterói, em 1938:

Em Niterói havia uma comunidade judaica muito grande proporcionalmente à população de Niterói, e era dividido entre dois grupos, por coincidência eram progressistas e havia um grupo extremamente rico que eram os Treiger, Treiger dono de uma grande rede de loja de móveis, e Fernando Baron, que era dono de outra grande rede de lojas e alguns judeus que eram extremamente ricos, de extrema-direita com medo da esquerda.(...)

Com o tempo começou a haver uma diferenciação muito grande entre os ricos, que eram sionistas e os mais progressistas que não eram sionistas (...).

Mas ocorre que com o tempo essa rivalidade chegou ao ponto quase de hostilidade, meu pai que era membro da União dos Poloneses lá em Niterói foi expulso (do Centro israelita de Niterói)

O fato narrado por Baumfeld⁴⁰³ assinala um trabalho de memória que visa a identificação entre riqueza e sionismo, pobreza e progressismo, de uma maneira muito reducionista. Assim como construiu uma visão um pouco distorcida dos irmãos Treiger e Baron, quanto à sua riqueza.

De toda forma, independente do fato de alguns relatos apresentarem distorções, seja por questões políticas, simpatias ou antipatias, importa para nossa análise é o dado simbólico dos depoimentos refletirem, qual seja, a projeção para o universo institucional, de conflitos que nasceram muitas vezes no campo do trabalho: a luta de classes se mistura às questões político-ideológicas e institucionais da coletividade.

Helena Lewin assinala, ainda, que o conflito loja x rua reverbera, também, a quebra dos padrões originais de atribuição de *status* promovido pela interação dos judeus na sociedade de acolhimento. Se nas diversas sociedades de origem, a cultura judaica valorizava “o conhecimento, o saber talmúdico, a linhagem familiar, o comportamento ético religioso”

como dado indispensável para o reconhecimento social de um indivíduo, na sociedade de acolhimento o que valia era pura e simplesmente a capacidade e fazer fortuna. Assim:

A quebra dos padrões de origem, orientadores da sua ação pessoal e coletiva, associada às grandes dificuldades decorrentes da sua localização marginal enquanto ator econômico, geraram, de um lado, frustrações e ressentimentos, e de outro, emulação para escapar à discriminação de ser clientelista.⁴⁰⁴

Embora os dados apontem o predomínio do comércio de portas abertas sobre o trabalho de ambulante, chama atenção o fato de 39,2% dos identificados terem se mantido como prestamistas. O percentual de transferência pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 8
Transferência de Prestamistas para Lojistas

Prestamistas	Prestamistas que abriram lojas	%
140	24	17,1%

Esse reduzido percentual de transferência assinala um dado importante e que vai em direção oposta à memória elaborada pelo grupo de que os prestamistas deixaram de ser “errantes” para se transformarem em algum momento em homens de “comércio fixo”, isto é, lojistas. O que em outras palavras sinaliza em Niterói, um índice alto de prestamistas manteve-se nesse ofício durante toda vida.

Abrir uma loja não foi uma consequência natural do capital acumulado pelo ambulante, e mesmo que na memória de muitos essa atividade seja penosa, humilhante, dado facilmente constatado em qualquer relato sobre a trajetória das comunidades, era possível ganhar bastante dinheiro nessa função. O depoimento citado de Boris Mocny é um indicativo disto. Outro depoimento neste sentido foi o de Paulo Velmovitsky, importante dirigente da ADAF nos anos 1960.

Seu pai, Max, polonês, antigo membro do Bund, emigrou da Polônia para o Brasil, em 1910, radicando-se desde o princípio na capital fluminense. Dadas suas atividades políticas, não era muito bem quisto na coletividade que o via como comunista. Ambulante, Max nunca

quis se estabelecer com loja. Amealhou algum dinheiro e passou a investir na construção civil de pequena monta. Comprou um terreno à Rua Visconde de Sepetiba, 87 e construiu uma pequena vila com seis casas, a *Vila Lira*. Ia muito bem até que enveredou pelo caminho do jogo e perdeu tudo⁴⁰⁵.

Outra história fantástica de prestamista que ficou rico e dispensou as oportunidades do comércio de portas abertas foi narrada por Judith Zoonisein e trata da trajetória do palestino Isac Schor⁴⁰⁶.

Isac Schor ou Ikzchor Chaiin Schor era oriundo de Jerusalém, onde nasceu em 1889. Em 1912 emigrou para o Brasil deixando a mulher Bertha e dois filhos, José e Bernardo. Como a maioria dos imigrantes naquela época aportou no Rio de Janeiro, e residiu um tempo na capital federal, mudando-se depois para o outro lado da Guanabara, a fim de tentar a sorte “*trabalhando com clientela*”.

Em 1918, provavelmente após ter acumulado algum pecúlio, e ter sido assinado o armistício que encerrou a 1ª. Guerra Mundial, Schor retornou para a Palestina, onde a esposa o aguardava, na casa dos sogros.

Em Jerusalém, o ex-prestamista alugou casa para morar e montou uma mercearia na cidade velha. Porém, em 1920, motivado pela perseguição dos árabes, “*fustigados pelos ingleses*”, ou por um “*pogrom*” como anotou Judith, a família Schor teve que se refugiar em Jaffa.

Após um período de incerteza, ainda no ano de 1920, Schor decidiu re-emigrar para o Brasil, e voltou a se estabelecer em Niterói, novamente como prestamista. Desta feita, acompanhado da família. Na cidade alugou um sobrado na Rua Visconde do Rio Branco, onde passaram a residir. Posteriormente, foram morar nas Ruas de São Pedro, 178, e Coronel Gomes Machado, 118.

Ao longo da década de 1920, quatro novos filhos aumentaram a família. José e Bernardo, após terem feito o ginásio nos colégios Pedro II, Bithencourt Silva e em escola pública, respectivamente, foram trabalhar auxiliando o pai com a clientela.

Em 1930, segundo narrativa de Judith, Isac Schor adquiriu um palacete na Rua Fróes da Cruz, 47. O filho José se casou e foi morar para o Rio de Janeiro onde fez sua clientela própria.

Em 1931, Schor adquiriu um Chevrolet, que, dirigido pelo filho Bernardo, era utilizado para as visitas aos clientes.

Segundo consta, Isac Schor era um homem que gostava de viver bem, andava com boas roupas, e sempre fazia estação de águas com a mulher e as filhas, hábito comum entre os judeus da cidade, conforme informaram os depoentes.

Em 1935, novamente Schor decidiu voltar para Jerusalém. Vendeu casa e carro, e embarcou de volta levando mulher, filhos, noras e netos.

Mais uma vez, em 1937, e os motivos não ficaram claros, Schor re-emigrou para o Brasil voltando para Niterói, onde foi residir à Rua Visconde de Uruguai, 266. De novo, refez sua clientela, ajudado pelos filhos Bernardo e Salomão. A mulher e as filhas, sempre dentro de casa.

Após longa doença, Isac Schor faleceu em 21 de julho de 1945. Os filhos continuaram a trabalhar com clientela por toda vida.

É importante anotar que a história arrolada por Judith Ihe foi contada por um dos filhos de Isac, Salomão. Assim, mesmo que o relato contenha uma ou outra distorção, sua fonte é fidedigna.

Vários pontos chamam a atenção na trajetória de Schor. Em primeiro lugar, o movimento de ir e vir, isto é, emigrar-retornar, o que ocorreu três vezes, entre 1912-1918; 1920-1935 e 1937. Praticamente inexitem no Brasil estudos sobre o movimento de retorno de emigrantes, ou sobre imigrantes sazonais⁴⁰⁷.

De modo geral, a idéia de retorno tem sido majoritariamente estudada no caso dos portugueses, a famosa “mitologia da fortuna e do regresso”, que alimentava os sonhos dos aldeões lusitanos e estimulou a saída contínua de imigrantes lusos para o Brasil. Desde a década de 1980, no entanto, estudos diversos, como por exemplo, a análise pioneira de Miriam Halpern Pereira, tem demonstrado a manipulação por parte do estado português dessa ideologia, a fim de manter a continuidade das remessas enviadas pelos emigrantes, de tal forma que *“as divisas brasileiras se tornaram uma componente fundamental dos invisíveis da balança de pagamentos de 1850 a 1930.”*⁴⁰⁸

Estudos de caso, porém, apontam para o baixíssimo percentual de retorno dos emigrados, que de formas diferenciadas acabaram por constituir um lugar na sociedade de acolhimento⁴⁰⁹.

No entanto, no caso do imigrante judeu, e vale lembrar que esses indivíduos não emigram como judeus, mas como cidadãos de vários estados nações, a idéia de retorno não era comum. Afinal, retornar para onde?

Também o historiador Jeffrey Lesser assinalou que os imigrantes judeus não encaravam a emigração como forma de ficar rico e retornar para a sociedade de origem⁴¹⁰. O caso de Schor, portanto, chama bastante atenção.

Oriundo da Palestina então sob dominação do Império Otomano, Schor viveu os derradeiros anos da dominação turca, e emigrou provavelmente junto à grande leva de “turcos” e sírio-libaneses que deixou a região entre a virada do século e a década de 1910.

Nos anos em que esteve trabalhando como prestamista em Niterói, a Grande Guerra esfacelou o império turco. Em 1917, Lord Balfour, Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, prometia, em Londres, apoio britânico aos sionistas, para o estabelecimento de uma “pátria judaica na Palestina”.

Talvez estimulado por tantas transformações, nosso prestamista tenha decidido retornar e tentar a vida na terra de origem. A realidade, no entanto, mostrou-se bastante diferente das promessas, e a família emigrou para o Brasil. Cerca de quinze anos depois, em 1935, entre a onda de crescente anti-semitismo que tomava conta do ocidente, as emigrações maciças de judeus para a Palestina, e os comícios virulentos dos integralistas de Niterói, a família Schor decidiu aventurar-se novamente na terra de origem.

As anotações de Judith indicam um desejo de retorno definitivo, pois Schor vendeu o palacete, o carro e talvez outros bens, carregou consigo filhos, noras e netos. Tratava-se, portanto, de fazer a vida na Palestina. Mas, alguma coisa deu errada, pois, menos de dois anos depois toda a família estava de volta.

Os livros de história narram a rebelião árabe contra as imigrações maciças que elevaram a população judaica de 50 mil habitantes nos anos vinte, para aproximadamente 300 mil judeus às vésperas da Segunda Guerra Mundial.⁴¹¹ Os Schor, provavelmente, ao tentar se inserir naquela sociedade tiveram que lidar com uma disputa feroz por trabalho na região, assim como, com um contexto político-social difícil, que os anos de interação social no Brasil, particularmente na pacata Niterói, tornaram ainda mais insuportável.

De 1937 em diante, e não temos como saber se Schor acalentou algum desejo de retornar, o contexto internacional tornou impossível o deslocamento pelo oceano, e ele teve que se aquietar até falecer, em 1945, aos 56 anos. De acordo com Judith, alguns filhos e netos emigraram para a Palestina nos anos que sucederam ao estabelecimento do Estado de Israel, em 1948. O corpo de Isac repousa no Cemitério do Centro Israelita de Niterói alimentando a memória dos judeus da cidade.

É bem provável que a trajetória de Schor tenha sido diferente daquela que projetei nas linhas acima, porém, o contexto em que viveu e esteve inserido permite a especulação. Em alguns aspectos, sua trajetória diverge bastante da maioria asquenazi que povoou Niterói naqueles anos, e que não tinha para onde voltar⁴¹².

Conforme evidenciado, havia uma maioria esmagadora de judeus provenientes do leste europeu radicados na cidade — 97%, com os quais Schor e outros palestinos devem ter tido grande dificuldade de integração dadas as diferenças culturais, étnicas, lingüísticas e religiosas entre eles. Inclusive essas mesmas divergências podem ter motivado em algum momento a decisão de partir.

A atividade comercial, certamente, foi um meio privilegiado de integração desses indivíduos/grupos de judeus de diferentes tradições históricas e culturais. A disputa no mercado de trabalho, o recurso às instituições de auxílio na coletividade maior, na Capital Federal, e a troca de solidariedades entre esses tipos diversos resultou numa nova experiência de ser judeu, e começou a viabilizar suas vidas e a constituição de instituições culturais e/ou de assistência social na sociedade de acolhimento.

O segundo ponto a destacar no relato anotado por Judith foi a provável prosperidade alcançada por Schor, ao longo do período em que viveu em Niterói, e que tornou possíveis os vários deslocamentos transatlânticos da família, assim como montar casa, negócio na Palestina, e comprar palacete e carro na capital fluminense, fazer estações de água, etc. Esse é um dado revelador de que o ofício de ambulante, embora árduo e às vezes mal compreendido, poderia ser bastante rentável e permitiria condições de vida mais dignas aos seus praticantes, e no caso de Schor, muito mais do que dignas.

Os intervalos em que Isac Schor esteve na terra natal, pelo menos ao que tudo indica se não desmantelaram a clientela que formou durante os anos em Niterói, não o impediu de se re-colocar no mercado de trabalho da cidade, e acumular novo capital, dado que aponta as

possibilidades do seu ofício no período e a capacidade do “mercado consumidor” local de absorver esse tipo de trabalhadores. E isso merece reflexão detalhada.

De acordo com Jeffrey Lesser, 35% dos judeus que emigravam não possuíam profissão especialmente no caso dos poloneses⁴¹³. Começar a vida como mascate era a solução para a maioria deles.

A presença de mascates sírio-libaneses e italianos, e até portugueses, desde o final do século XIX, conforme o autor:

(...) preparou o cenário para a aceitação dos mascates judeus uma geração mais tarde, à medida que o Brasil vivia um aumento populacional significativo. Por volta da década de 1920, formou-se a classe média, e com ela veio o anseio por bens que anteriormente não estavam disponíveis. Contudo a distribuição de produtos não progredira de forma tão eficiente quanto o crescimento industrial e a redistribuição do capital. Nas cidades e áreas rurais, os mascates tiravam proveito dessa situação, distribuindo produtos de forma eficiente e barata.⁴¹⁴

De acordo com Lewin, o *clienteltchik*, diferente do mascate sírio-libanês, que vendia à vista, praticava uma modalidade de pagamento oposta: negociava a mercadoria à prestação, vivendo basicamente da “*sucessividade da dívida do freguês*”:

À medida que o freguês apresenta no seu cartão uma diminuição substancial de sua dívida, o clienteltic aplica-lhe nova venda mantendo constante a dívida através da sucessividade de compras, ou seja, ser um bom pagador.⁴¹⁵

A autora resume em seis tópicos o significado para a economia brasileira, do clienteltchik e da mercadoria que portava:

ampliação e diversificação do consumo de novos produtos (bens materiais); significado das alternativas monetárias (multiplica o poder aquisitivo através da simultaneidade da aplicação do mesmo recurso); criação de novas estruturas de necessidades básicas substituindo o apertado universo das demandas tradicionais; difusão do processo de industrialização e seus novos padrões de modernidade vis à vis o **feito em casa** ou pelo **artesanato**; e, finalmente, inclui a moda, o gosto e o prazer como comportamento de sofisticação na restrita esfera de valores estéticos de sua freguesia.⁴¹⁶

Portanto, o *clienteltchik*, em que pese suas agruras cotidianas, pode ser considerado um agente de modernização da economia brasileira, tanto no que se refere à circulação de mercadorias, sua distribuição, e abertura de novos mercados para o consumo, como no uso

precursor do sistema de crediário, através de seus cartões de papel, forma embrionária dos cartões de créditos atuais.⁴¹⁷

Assim, é o vigor da profissão de prestamista, sua importância para a clientela, que efetivamente se beneficiava das modernidades vendidas pelo ambulante, mesmo que fosse “*shmat*”, isto é, mercadoria barata, é que pode explicar as diversas re-inserções econômicas de Isac Schor no mercado de Niterói, caracterizado, como demonstrado no capítulo 3 pela acanhado desenvolvimento comercial.

No caso específico de Schor, que tinha para onde voltar, suas diversas retomadas do ofício, pode ter sido também uma estratégia para não construir laços mais duradouros com a sociedade de acolhimento ao objetivar o retorno. Afinal, um comerciante para retornar à sua terra natal precisa se desfazer dos negócios, o que nem sempre é simples. O prestamista, neste sentido, era muito mais livre que o comerciante das ruas. De toda forma, sua trajetória demonstra as possibilidades de enriquecimento do prestamista.

Se o sonho de todo prestamista era abrir uma loja como demonstrou o conjunto dos depoimentos e mesmo os diversos estudos que existem sobre o tema, a realidade em Niterói aponta características peculiares, interessantes para o estudo. Dos 140 prestamistas arrolados para o período, apenas 24 abriram lojas, o que pode ser sinal tanto da dificuldade para acumular capital e abrir loja, como das possibilidades que a clientela ensejava ao *clientelchik*, que, como no caso do citado Isac Schor, e outros tantos, garantiu prosperidade.

Um depoimento importante nesse sentido foi prestado pelo médico anestesista Jacó Lipster, atual presidente do Centro Israelita de Niterói. Filho e irmão de prestamista, Srul Mordka Lipster, e Méier Lipster, ambos poloneses, atuou no trabalho da prestação enquanto estudava medicina, e, às vésperas de se formar, pensou em largar a profissão tão custosamente adquirida para continuar vendendo de porta em porta porque, conforme asseverou, ganhava muito bem naquela atividade.

Além do Dr. Lipster, que já era nascido no Brasil, e pertencente à segunda geração, outro médico se formou secundado no trabalho de prestamista: Jankiel Stizberg.

Polonês de nascimento, Stizberg chegou ao Brasil bem jovem e com vontade de estudar⁴¹⁸. Sem recursos, foi atuar como prestamista. Durante o dia, trabalhava de sapato furado, forrado com jornal, e à noite estudava. Muitos na coletividade o ajudavam na batalha dos estudos, facilitando sua vida com o aluguel de quarto a preços módicos. De acordo com a Sra. Ana Velmovitsky, foi seu sogro, Max, obcecado pela idéia de que todos deveriam cursar

uma universidade, quem custeou parte dos estudos de Jankiel, que acabou se formando em medicina na década de 1940.

Ser prestamista poderia ser, tanto um ofício para toda a vida, como trabalho temporário: preço pago para o pagamento dos estudos, ou a ponte para a abertura de uma loja. Em Niterói, foram poucos os casos anotados de filhos que herdaram a profissão do pai, essa que foi a herança deixada por Isac Schor aos filhos.

Um dos quadros que puderam ser elaborados a partir das listagens iniciais foi o perfil geracional da transmissão das ocupações:

Quadro 9
Judeus no Comércio: Perfil Geracional —1910-1970⁴¹⁹

Geração	Prestamistas	Lojistas	Total	Total %
1ª. Geração	136	166	302	94,4%
2ª. Geração	4	13	17	5,6%

O quadro demonstra o predomínio absoluto da primeira geração no comércio das ruas e das lojas, e, por conseguinte, a baixíssima participação dos filhos nos negócios dos pais.

Dos quatro prestamistas de segunda geração identificados, um formou-se em medicina, o já citado Jacó Lipster. Alberto Graber teve loja junto com o pai, o llegendário Simão Graber, da Loja Gabier. Sobre os demais, David Taitelboin e Herman Tiber, nada foi possível apurar.

É importante o analisar o caso de Alberto Graber. Seu pai, Simão, é uma figura lendária no comércio de Niterói. Morto aos 104 anos, em 2004, inúmeras pessoas ainda se

lembram dele, vendendo de porta em porta, em repartições públicas ou sentado à porta da Joalheria Gabier. A mercadoria principal, ouro.

Diferente de outros, Simão (Shymon) tinha condução própria e circulava pela cidade com uma charrete, estando alguns degraus acima de outros *clienteltchik*.

Em uma entrevista concedida ao Informativo ADAF⁴²⁰, realizada por Roland Fischberg, um ano antes de falecer, Graber falou sobre sua trajetória econômica:

Como comerciante, vendendo como klientelshe, vendedor ambulante. Lembro que eu recebi um crédito em mercadorias para vender. Quem primeiro me deu esse crédito foi Moisés Lempert, assim, anos após anos, fui trabalhando, comprei uma charrete e trabalhei muito até instalar minha primeira loja.

Do primeiro crédito à charrete, e trabalhando do amanhecer ao entardecer, sem pausa para almoço, Graber galgou posição de destaque na coletividade, e, em uma década de Brasil, pois chegou em 1932, já era considerado um homem bem sucedido.

O depoimento de Sara Rabinovici, amiga inseparável de Zilda Graber, esposa de Simão, mudou-se para Niterói, em 1944, após seu casamento com Sruli Rabinovici, e foi residir à Rua Visconde de Sepetiba, numa casa de vila muito “*pobrinha*”, assim caracteriza a situação do casal de amigos:

(...) Mas o que predominava, naquela ocasião todos eram pobres. Porque todos eram pobres, eram prestamistas, um tinha uma charrete, um tinha uma moto, meu marido não tinha nada porque gostava de dormir depois do almoço (risos), ele era o mais pobrinho... então eu morava numa casinha menor do que todo mundo, mas todo mundo gostava de mim, eu me sentia muito bem na casa de minhas amigas, que elas tinham tudo que eu não tinha. Eu não tinha nem geladeira. Eu tinha um rapaz que trazia uma barra de gelo embrulhada em jornal que ele depositava numa caixa de madeira que eu tinha num canto pra botar mamadeira das crianças, e se sobrava um pedaço de frango eu levava para casa da Zilda Graber, que ela morava na Visconde de Sepetiba, numa casa bonita.⁴²¹

Com “geladeira”, “casa bonita” e “charrete”, para Graber, que tinha também grande prestígio junto às organizações de esquerda, faltava apenas a loja, e esta veio somente na década de 1960.

Coroamento da trajetória de prestamista? Sinal dos novos padrões de status incorporados pelos judeus no Brasil? Todas as hipóteses são válidas, mas ao lado delas, outra questão deve ser aventada. Graber formou apenas um dos três filhos que teve: o arquiteto

Júlio Graber. Os outros dois, Alberto e Édna, não quiseram estudar. Mesmo que Édna se casasse, havia Alberto e ele precisava de trabalho. Alberto, que faleceu no ano seguinte à morte do pai, trabalhou algum tempo como prestamista.

A Gabier Presentes, portanto, surgiu simultaneamente como realização e solução para os sonhos e problemas do antigo prestamista: o prestígio de ter uma loja e trabalho para os filhos sem grandes perspectivas profissionais. A matriz, que foi instalada na Rua da Conceição, chegou a ter quatro filiais entre Niterói e Rio de Janeiro.

Alguns depoentes explicaram a presença da segunda geração no comércio, como frutos de situações similares à vivida por Graber.

A grande maioria da segunda geração, no entanto, dentro do que lhes era possível escolher, fizeram opções bem diferentes dos filhos de Graber ou de Isac Schor, que viveram e morreram abraçados ao ofício herdado dos pais. Diferenciaram-se deles, com diploma universitário e colação de grau. Mas ainda é cedo para falarmos dos doutores, o que será tema do próximo item.

O trecho citado do depoimento de Simão Graber à Rolande Fischberg indica outras questões. De um lado, aponta para a hierarquia interna da profissão; de outro, sugere o crédito, a contabilidade e as instituições de auxílio.

Quanto à hierarquia, o fato de Graber possuir uma charrete, o distinguia dos demais, afinal, numa profissão em que era fundamental percorrer muitos quilômetros, ser ágil era um dos atributos mais importantes. Assim, ter meio próprio de transporte se tornava um investimento importante para quem pretendesse ser bem sucedido.

Em Niterói, alguns prestamistas sobressaíram por ter condução própria: além de Graber, Lempert Levy e seu irmão Meyer, assim como Rubin Rabinovici e Luís kerchberg possuíam charretes. Luiz Szemberg pilotava uma motocicleta e Moisés Sipres pedalava pela cidade com sua mala presa à garupa de uma bicicleta. O caso de Isac Chor, que já em 1931 trabalhava a bordo de um carro é excepcional.

Antes, porém, de sonhar com um meio de transporte próprio, dependendo das condições em que chegava o imigrante, ele poderia começar simplesmente acompanhando um prestamista mais experiente na profissão para aprender como fazer e o que falar. A segunda etapa consistia em comprar a freguesia de outro prestamista e ampliá-la. Uma clientela considerada boa deveria constar de 150 a 200 cartões⁴²².

Paulo Velmovitsky, em seu depoimento explicou como se dava o processo:

Chegava um camarada da Europa, pedia crédito. Ele era chamado de ‘grener’ (verde não está maduro). Eles apanhavam o crédito e compravam a mercadoria e muitos deles usavam métodos... (próprios). Meu tio, Jacó, por exemplo, ele se plantava na Praça Mauá, de macacão de operário e fingia que tinha acabado de sair do navio. Ele ficava na Praça Mauá fingindo...(imita o gestual e a voz)—isso ele me contou (risos). Trazia uns dois, três cortes de fazenda e dizia — ‘Eu vou embora, vendo por qualquer preço, eu quero ir embora daqui’...E com isso ganhava seu dinheirinho.

Meu pai, por exemplo, ia com esses pobretões, uns rapazes muito pobres, que carregavam (para ele) uma mala cheia de fazendas, não sei como eles agüentavam tanto peso. Ia meu pai na frente e o carregador atrás. Quando eles se aproximavam de um imóvel, para ver se vendiam mercadoria, ela (a dona de casa) já sabia que era (o vendedor) a prestação e não abriam a porta, aí ele batia à porta e elas diziam — ‘Vai embora, Vai embora’, — ‘Tá bem, eu vou embora, mas me dá um copo de água pelo amor de Deus, eu tou com sede’ e recebia o copo de água. Eles ficavam conversando para passar a conversa na dona.⁴²³

De acordo com Velmovitsky, o dia de trabalho de um prestamista começava entre 8/9 horas da manhã e durava até 14:00/15:00 horas da tarde. Durante esse tempo, fazia apenas uma refeição, na rua. Após o final do expediente era comum encontrá-los reunidos em cafés, como o Café do Matias, situado na esquina das Ruas Visconde de Uruguai e São João, na alfaiataria dos Wrobel, na Rua Marquês de Caxias com Visconde de Uruguai, ou na do Sr. Nissembaum, onde conversavam até 17:00/18:00 horas. Fora das instituições sociais, esses encontros eram a grande oportunidade desses homens palestrarem sobre diversos assuntos, inclusive trocar informações sobre os fregueses que pagavam e os “*pregos*”, os maus pagadores.

A rotina descrita por Paulo Velmovitsky, filho de prestamista, coincide com a relatada por Ilse Sipres, cujo marido Moisés, pedalou quarenta anos pelas ruas de Niterói.

De acordo com Ilse, seu marido saía para o trabalho por volta das 8:00 horas da manhã e voltava para casa entre 16:00/17:00 horas. Nesse período almoçava uma fruta em alguma quitanda no caminho. Depois de pedalar por diversos bairros, retornava ao lar, onde jantava, após o que dedicava largo tempo à sua paixão: o violino. À noite, separava os cartões para o dia seguinte, quando ordenava o roteiro a seguir e dividia matematicamente o tempo entre as visitas à clientela e as idas ao Rio de Janeiro, onde comprava mercadorias, o que ocorria pelo menos duas vezes por semana. Também tinha fornecedores em Niterói. Finalmente fazia a contabilidade.

A semana de trabalho para Moisés tinha seis dias, de segunda a sábado. Aos domingos assistia a concertos no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Embora oriundo de uma família

muito religiosa, assim como a jovem esposa, Sipres não guardava os sábados, e este foi o principal embate entre o casal nos primeiros anos de casamento. Ilse levou três anos para que ele aceitasse guardar o dia sagrado dos judeus. Curiosamente, ele que era a princípio pouco afeto à religião, se tornou nas últimas décadas da sua vida o principal conselheiro espiritual da parcela religiosa da coletividade e, segundo os cálculos da esposa, preparou sessenta meninos para realizarem o Bar Mitzvá. Converteu-se num judeu ortodoxo “aberto”, conforme qualificado pela senhora.

Segundo Ilse, não havia entre os prestamistas uma especialização por bairros. A vasta clientela do marido, por exemplo, estava espalhada pela cidade, e estendia-se por São Gonçalo. Vendia basicamente cortes de tecidos, casacos, ternos, colchas, enxovais completos para noivas e móveis. Jóias, apenas quando pediam.

Quanto aos móveis e roupas de alfaiataria, o cliente pedia a indicação da loja e o *clienteltchik* ganhava comissão. No caso de ternos, conforme o depoimento de Boris Mocny demonstrou, o pagamento pela roupa era feita diretamente ao prestamista que retirava seu lucro e repassava a parcela do alfaiate. Assim, os mundos das ruas e das calçadas se interligavam.

Talvez o motivo do sucesso de Sipres tenha sido o fato de ter a palavra certa para cada tipo de cliente, por isso foi muito querido por eles, que, conforme narrou a esposa, não deixaram de comparecer ao seu enterro.

Aposentado desde o início da década de 1980 e falecido em 1988, a figura de Sipres marcou a vida de muitos de seus clientes. Ilse se recorda, por exemplo, de uma visita que fez ao bairro de Jurujuba, onde o marido possuía inúmeros clientes, acompanhada da filha Suzana, que desde 1967 mora em Israel. Ao caminharem pelas ruas estreitas do lugar que ainda hoje abriga uma colônia de pescadores, perguntava para os moradores se conheceram o “Seu Maurício”. Pouco tempo depois estavam rodeadas por fãs e amigos de “Seu Maurício”.⁴²⁴

Nesse ponto, a memória elaborada por Ilse a respeito da relação entre *clienteltchik* e clientela se encontra com a análise citada, de Helena Lewin: a importância social desse tipo de comerciante.

O *clienteltchik* não é apenas um vendedor de novidades, mas quem, através da contabilidade do cartão, expande o crédito a setores sociais normalmente excluídos. De outro

modo, ele liga mundos distintos, o da economia tradicional à economia capitalista moderna, por intermédio de uma relação baseada na confiança ou conforme Lewin qualifica “confiança simbólica”:

A **confiança simbólica** que recebia do lojista, o ambulante a transferia para o seu freguês. Não porque esse freguês tivesse alguém que **disse uma boa palavra** a seu respeito nem porque era do mesmo lugar de origem, mas porque era a única maneira de se poder trabalhar. O crédito era uma sucessão de confianças estabelecidas.⁴²⁵

Para esses grupos sociais é o prestamista quem faz essa transição, e o meio pelo qual o realiza é o do estabelecimento de uma relação pessoal, baseada na confiança e na palavra. O *clienteltchik* não apenas bate palmas, é convidado a entrar e tomar cafezinho, “jogar conversa fora”: ele penetra na vida dessas pessoas, quase sempre mulheres. O prestamista traz o mercado “*para o espaço privado onde quem domina é a mulher*”.⁴²⁶

Ao adentrar as casas, este “profissional” acabava por se embrenhar nos jogos secretos das famílias: “*ouvir sem falar tornou-se a regra de ouro para sua permanente aceitação pela freguesia.*”⁴²⁷

Uma história interessante e que marca bem a relação estreita entre o *clienteltchik*, a clientela e a importância social que este adquire para o cliente, pode ser apreendida nessa passagem da carreira de *Seu Maurício* ou Moisés Sipres.

O fato ocorreu numa véspera de Yon Kippur, o dia do perdão para os judeus. Sipres havia combinado chegar mais cedo para celebrar a data com a família. Na casa, a sua espera ficaram os pais, a esposa e as filhas.

Na véspera, o prestamista havia selecionado os cartões da clientela de Jurujuba, zona bastante pobre da cidade. Na manhã, como planejado, foi vender naquele lugar. Como nunca ocorresse, naquele dia ele se esqueceu de levar a licença. Foi preso em pleno Yon Kippur. Levado para a delegacia, foi mandado para o xadrez. A notícia se espalhou por Jurujuba: “*prenderam Seu Maurício!*” Clientes amigos foram falar com o padre. O padre mandou tocarem os sinos para avisar que prenderam *Seu Maurício*. A freguesia em peso foi para a delegacia pra “*soltar Seu Maurício!*”

Enquanto decorria o fato, a família esperava. Muitas horas depois, todos nervosos chegou Moises. A mãe desesperada pergunta o que ocorreu ao que redargüiu: *prenderam seu Maurício!*⁴²⁸

Essa história que mais parece um conto é verídica e demonstra como o prestamista se incorporou àquela geografia e ao cotidiano da população. Evidente que nem todos alcançaram esse prestígio junto à clientela.

A trajetória de Moisés Sipres lança luz ainda sobre os dilemas e as circunstâncias que cercaram a vida dessas figuras tão populares.

Moisés ou “Seu Maurício”, nome pelo qual era chamado por sua larga clientela, nasceu em Sfar, Palestina, e chegou ao Brasil ainda criança, nos anos 20, acompanhando os pais. A família se estabeleceu junto com outros imigrantes da mesma localidade, no interior fluminense, precisamente em Campos. Nessa cidade, Hillel, o pai, chegou a ter uma loja. No entanto, a doença da mulher levou a família a se transferir para a capital do estado.

Em Niterói, Moisés vislumbrou a possibilidade de realizar seu sonho: estudar no Colégio Pedro II, o que efetivamente se realizou, e cursar medicina, o que o fez por apenas dois anos. O agravamento da doença da mãe retirou o pai das ruas, onde trabalhava, para dividir com as filhas o cuidado com a mulher e o serviço doméstico. Ao jovem Moisés restou assumir financeiramente a casa. O dilema fez morrer o médico e nascer o prestamista.

Moisés Sipres nunca se conformou com o ocorrido e jamais se orgulhou de ser prestamista. Conseguiu ao menos realizar um curso técnico de contabilidade que lhe garantiu, segundo a esposa, que até bem pouco tempo guardou seus livros, uma escrita contábil impecável. Sipres, segundo consta, foi um homem bem sucedido.

A boa formação, o bom gosto, a cultura refinada e o conhecimento de línguas distinguiram Sipres dos demais. Não que o prestamista se caracterizasse por pouca cultura ou simploriedade.

Na verdade, esse ofício, no contexto da sociedade de acolhimento, foi o meio possível de integração para pessoas que emigraram em situações arriscadas, ou de extrema pobreza. Muitos desses indivíduos trouxeram de sua terra natal uma bagagem cultural enorme, grande experiência política, e algumas, mesmo sem ter alcançado expressão econômica, obtiveram prestígio dentro da coletividade pelo seu elevado saber. O próprio Simão Graber foi presidente de sindicato em Varsóvia. Moisés Kawa (Leizer Faber) secretário do mesmo sindicato de Graber, foi notabilizado pelo seu conhecimento. Júlio Wrobel, Pessach

Welmovicki foram preparados para serem rabinos. A História da Biblioteca Davi Frishman em Niterói está cheia desses casos.

Há ainda outro aspecto a ser abordado: o crédito, as associações de auxílio e a contabilidade.

A concessão do crédito era fundamental para o início da vida do prestamista e isso poderia ser obtido de particulares ou de alguma associação de ajuda mútua. Na capital federal, em 1916, surgiu o *Achiezer* (ajuda ao irmão), entidade embrionária que na década de 1920 resultou na Sociedade Beneficente Israelita e Amparo aos Imigrantes, o *Relief*, organização que prestava múltiplos serviços ao recém-chegado, desde o acolhimento aos sem parentes, à obtenção de documentos e emprego, além do ensino de português⁴²⁹. Paralelo a ele surgiram em meados dessa década, outras entidades de auxílio financeiro aos imigrantes como a União dos Prestamistas, que também prestava assistência jurídica e que teve vida curta; a caixa de empréstimos Guemiluth Chessed Faraim (Sociedade de Empréstimos de Favor); Lai Spar Casse (caixa de empréstimos e poupança), caixas de empréstimos, sem fins lucrativos; e o Banco Israelita Brasileiro.⁴³⁰

Em Niterói, vários comerciantes já estabelecidos concediam créditos aos recém-chegados, seja por indicação de alguém ou parentesco. A cessão do crédito, é importante que se diga, não era apenas uma forma de solidariedade, mas também de ganhar dinheiro e prestígio dentro da coletividade. Dentre os que cediam mercadorias ou emprestavam o dinheiro para pagamento futuro foram citados Moisés Lempert, Henrique Schwartzman, José Broitman e Aisik Naiman⁴³¹.

Calcula-se, porém, que os primeiros comerciantes que se estabeleceram com loja, ainda nas décadas de 1910 e 1920, como os irmãos Isac e Germano Treiger, da *Casa Confiança*, 1911⁴³², Jacob Tubenchlak, da *Mobiliadora Progresso*, 1915⁴³³, Hanô Lent, da *Joalheria Ouro Branco*, Isaac Chapiro, da *Casa Centenário*, os irmãos Baron, da *Casa Baron*, Luiz Pochachevsky, da *Alfaiataria Rio Branco* e seu irmão Henrique, da *Mobiliadora Fluminense*, Nicolas Ferges, do *Ateliê Americano*, Adolfo e Jacob Schwartz, da *Casa Paulista*, Júlio Soichet, da *Casa Júlio* e J. Teicher, da *Casa Americana*, tenham, por conseguinte, reproduzido a prática dos imigrantes judeus da Praça XI⁴³⁴.

No que se refere às associações de crédito e/ou de prestamistas, trabalho com a hipótese de que a citada *União dos Ambulantes de Niterói*, fundada em novembro de 1940, tenha sido a institucionalização de uma organização informal que existia desde o final da década de 1910 ou 1920. De acordo com Paulo Velmovitsky e Jacó Kosman, este falecido em

2006, a UBAN foi formalizada, sobretudo, para salvaguardar os direitos dos prestamistas, e resguardá-los das “razias” promovidas pelos fiscais que “caíam em cima” dos ambulantes.⁴³⁵

Vale dizer que a fiscalização da Prefeitura de Niterói era intensa e segundo alguns tinha uma inclinação anti-semita. Zilda Michmacher, 87 anos, se recorda do pai, Mordiska Lipster, um homem 100% religioso, e que mantinha uma sinagoga na sua residência, ser preso sem motivo “por um soldadinho”. Levado para a Delegacia, foi socorrido por Jacó Tubenchlak, então comerciante de prestígio na cidade, que o soltou da prisão:

eles ficavam nas barcas esperando qualquer pessoa que viesse com qualquer embrulho, pediam para ver se tinha licença, nota fiscal. Era perseguição racista mesmo⁴³⁶

As origens da Uban, entretanto, remetem a um conjunto de dúvidas. Boa parte dos depoentes não se lembrava de sua existência. Outros como Boris Mocny e Ilsa Sipres, cujo sogro pertencera à associação, a confundiram com outra organização que funcionou na sede da Biblioteca Davi Frischman, na Rua Visconde de Uruguai, 277, nas décadas de 1950-60. Denominada *Entidade dos Ambulantes Judeus*⁴³⁷, tinha à frente os prestamistas Luíz Kerchberg, Luiz Szemberg e Wolf Cukier. No Álbum de Moisés Kawa, traduzido do ídiche por Sara Rabinovici, foi possível redescobrir outra associação, a *Caixa de Ajuda Rachel Gueller*, dirigida por Marcos Gueller e também datada dos anos cinqüenta.

Sobre a *Entidade dos Ambulantes Judeus*, tanto Mocny como Fischberg explicaram se tratar de uma associação formal, registrada em cartório e objetivando dar guarita legal aos ambulantes que eram constantemente acossados pela fiscalização.

Conforme explicaram, os prestamistas compravam suas mercadorias em consignação, portanto, sem nota fiscal. No íterim entre a compra, a venda e a devolução, a fiscalização da Prefeitura exigia as notas fiscais, que na prática não eram emitidas. O resultado era a apreensão da mercadoria, e, às vezes, a prisão do ambulante como contrabandista, sobretudo dos que trabalhavam com ouro. Na tentativa de solucionar o problema, e, de quebra, driblar a cobrança de impostos, os prestamistas passaram a comprar as mercadorias em nome da associação. A nota fiscal saía em nome da entidade, e o imposto era rateado por todos:

Compravam a mercadoria em nome da associação, uma nota servia para vários, a mesma nota que servia para Simão, servia para Salomão, um servia para todos, e assim ficavam resguardados da fiscalização.⁴³⁸

Embora fosse sediada na Biblioteca, a *Entidade dos Ambulantes Judeus* não tinha conotação ideológica, em que pese seus líderes, desde 1951, participarem sempre das mesas de abertura das solenidades da Biblioteca Davi Frischman, ao lado de outras instituições progressistas, conforme se lê nas anotações do Álbum de Moisés Kawa.

Na fotografia abaixo, a relação de ambulantes inscritos para o primeiro semestre de 1963, encontrada nos arquivos da ADAF. Entre os inscritos, nomes de progressistas, sionistas e religiosos.

*Relação dos Ambulantes Inscritos
para o ano de 1963 (1º semestre)*

	LANÇADO	A PAGAR
1. V. Volkovitch	550.000	15.463
2. H. Lipner	650.000	18.838
3. Bronovici	480.000	15.450
4. H. H. Kligerman	350.000	10.213
5. Zuma Kramarz	450.000	12.513
6. G. Kligman	400.000	11.650
7. G. Rubinstein	450.000	13.088
8. J. Goldhaber	300.000	8.775
9. H. Goldnadel	375.000	10.935
10. H. Zilberman	450.000	13.088
11. W. I. Kligerman	530.000	15.438 (1/2) 15.500
12. H. E. M. Kawa	450.000	13.088
13. S. Haslowitz	400.000	11.650 (1/2) 12.000
14. J. Getyenbaum	550.000	15.463 (1/2) 15.500
15. J. K. G. G. G. G.	700.000	20.215
16. H. L. Gensberg	300.000	14.525
17. M. S. S. S. S.	750.000	21.713
18. G. Chachashvitz	450.000	13.088
19. J. J. J. J. J.	500.000	14.525
* 20. H. H. H. H.	500.000	14.525

Tratava-se de uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, sediada provisoriamente na Travessa Júlio, 13, Telefone: 2- 4783, muito provavelmente a residência de Marcos Geller. Geller, original da Bessarábia, era fabricante de artigos de couro, sendo considerado um “homem rico”.

Volco Zonisein, marido de Judith, era o associado número 19 e a primeira anotação de sua caderneta data de 19 de junho de 1958. Depreende-se, portanto, que o negócio tenha começado no início de 1958. De acordo com os registros anotados por Kawa no referido álbum, é possível afirmar que no ano de 1963 a caixa de ajuda ainda estava em funcionamento.

A inauguração de uma caixa de ajuda àquela altura “da vida” da coletividade não deixa de atestar as expectativas de desenvolvimento futuro do grupo naquela cidade.

De todas essas associações, entretanto, a União dos Ambulantes de Niterói é a mais documentada. Registra 69 sócios, os quais prestaram informações sobre data de nascimento, nacionalidade, filiação, nome da esposa, e residência. Cada proposta (ficha) acompanha uma foto. Nas páginas amareladas do livro, boa parte das fotografias se perdeu. Percebe-se que algumas foram arrancadas; em outras fichas está escrito “*retirou-se*”. A união durou apenas um ano, 1940/1941. Por quê?

Luís, o filho de Isidoro Baumfeld, principal nome da União, garantiu que a curta vida da organização se deveu ao fato dela não ter conseguido registro. Por quê? Em 1941 ou 42, Baumfeld se transferiu para a capital federal, não se sabe se atraído pelas melhores oportunidades da cidade ou aborrecido com a presença e integração de *kapos*⁴⁴⁰ em Niterói, num episódio nebuloso que ficará guardado para os próximos capítulos.

Se Moisés Sipres era bem quisto pela clientela, outros prestamistas amargavam outra realidade. Luís Baumfeld se recorda do pai chegar em casa com lágrimas nos olhos, tanto por causa das pessoas que se recusavam a pagar, como pelos xingamentos que ouvia dos maus pagadores: “*judeu, filho da puta!*”

Na Guanabara, Isidoro largou a vida de prestamista, da qual se envergonhava e se estabeleceu no ramo de seguros, o que lhe permitiu uma vida financeiramente mais tranqüila e dedicar-se ao Poilisher Ferband. Os três filhos que teve fizeram universidade.

A propósito da inadimplência que tanto chateava Isidoro, a contabilidade de um prestamista era um assunto delicado, seu sucesso dependia do controle rigoroso, por um lado, das contas da família, e de outro, da administração dos prazos nos dois pólos da sua ação, isto

é, os largos prazos para pagamento concedidos pelos lojistas e os oferecidos para os fregueses:

(...) o artifício era agregar um novo bem através de novas vendas — a sucessividade da dívida (...) havia por outro lado, um certo juro diferencial entre o prazo concedido pelo lojistas, que também era longo—era de 90 a 120 dias — e as primeiras prestações recebidas de seu freguês. Um bom clienteltchik deveria calcular que esse era o tempo necessário para cobrir o preço da compra do produto. Como não havia inflação ou ela era residual, era possível retirar da parte sobrança a remuneração de sua força de trabalho, aí compreendida as necessidades básicas de sua família, pagar seus ajudantes caso os tivesse, além de cobrir as taxas de prejuízos — os inadimplentes — formando o que se chamaria de reserva, um fundo de capital.⁴⁴¹

Abaixo, os cartões pertencentes a Max Velmovitsky cedidos pelo filho Paulo para a pesquisa. Nele chama a atenção, o lançamento contínuo de mercadorias antes do fim do pagamento de bens comprados anteriormente e as anotações do prestamista, que escrevia conforme falava:

N. 5627

Preço Crs 1400.00

Objetos de seda

Sr. Julieta dos Santos

Rua Edifício São Roque Ap. 404
Rua. Amând. Ribeiro

Vendedor

Vendido em 15 de 9 de 1954

DATA	PAGOU	RESTA	DATA	PAGOU	RESTA
2/9	200	1200			9.950
10/9	100	1100	31/10	250	9700
24/9	500	600	31/10	500	9200
30/9	250	350	31/10	250	8950
10/10	250	100	31/10	250	8700
15/10	250	0	31/10	300	8400
20/10	250	0	31/10	500	7900
25/10	250	0	31/10	250	7650
30/10	250	0	31/10	250	7400
5/11	250	0	31/10	250	7150
10/11	250	0	31/10	250	6900
15/11	250	0	31/10	250	6650
20/11	250	0	31/10	250	6400
25/11	250	0	31/10	250	6150
30/11	250	0	31/10	250	5900
5/12	250	0	31/10	250	5650
10/12	250	0	31/10	250	5400
15/12	250	0	31/10	250	5150
20/12	250	0	31/10	250	4900
25/12	250	0	31/10	250	4650
30/12	250	0	31/10	250	4400
5/1/1955	250	0	31/10	250	4150
10/1/1955	250	0	31/10	250	3900
15/1/1955	250	0	31/10	250	3650
20/1/1955	250	0	31/10	250	3400
25/1/1955	250	0	31/10	250	3150
30/1/1955	250	0	31/10	250	2900
5/2/1955	250	0	31/10	250	2650
10/2/1955	250	0	31/10	250	2400
15/2/1955	250	0	31/10	250	2150
20/2/1955	250	0	31/10	250	1900
25/2/1955	250	0	31/10	250	1650
30/2/1955	250	0	31/10	250	1400
5/3/1955	250	0	31/10	250	1150
10/3/1955	250	0	31/10	250	900
15/3/1955	250	0	31/10	250	650
20/3/1955	250	0	31/10	250	400
25/3/1955	250	0	31/10	250	150
30/3/1955	250	0	31/10	250	0

N. 21367 Preço Cr\$ 1400,00
Objetos 2 calças 1300

Snr. Durval

Rua 4 Fabrica gumabara
Dr. Albert. Torres 705 meves
Faria do Campo Metalurgico

Vendedor

Vendido em 10 de 12 de 1954

DATA	PAGOU	RESTA	DATA	PAGOU	RESTA
3/1	300	1000	17/9	1000	300
7/2	300	700	1 unificao	340	
1 relógio	1200			640	
		2400			
15/2	200	2200			
7/3	300	1900			
5/4	300	1600			
4/5	300	1300			
8/8	700	600			
1/9	300	300			

Foto 3 verso:Arquivo P. Velmovitsky

No tocante à composição sexual, o mundo dos prestamistas e dos lojistas, ao menos em Niterói, era predominantemente masculino, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 10 — Composição Sexual⁴⁴²

	Prestamistas ⁴⁴³ (116)	%	Lojistas (180)	%
Mulheres	7	6%	16	9%
Homens	109	94%	164	91%
Total Geral Feminino	23			
Total Geral Masculino	273			
Percentual Feminino	7,7%			
Percentual Masculino	92,3%			

No caso do comércio das ruas, apenas 6% do total arrolado era composto por mulheres e todas se referem a senhoras que deixaram o espaço doméstico após a década de 50. Esse percentual se refere especificamente a seis casos identificados: três viúvas — Kac, Russovski e Vitória Geiner. Neste caso é a própria condição de viuvez que justifica a entrada em um mercado de trabalho masculino.

Já Martha Varssestein protagonizou um caso interessante, visto que ela e seu marido Rubens possuíam loja, passaram o negócio para o filho Saul que era advogado e, no insucesso deste como lojista, tiveram que voltar às ruas para garantir a sobrevivência. Assim D. Martha foi uma prestamista tardia e fez o percurso contrário à maioria dos ambulantes: do sonho da loja para a realidade das ruas.

Outras mulheres como Leia Naiman, Rachel Cremer e Zilda Michmacher entraram no mercado para ajudar os maridos num tempo que era incomum, no contexto específico da cidade de Niterói, as mulheres trabalharem, a não ser nos casos das lavadeiras, costureiras, passadeiras e bordadeiras, muitas de origem portuguesa e que quase sempre o faziam no âmbito das suas casas.

No caso específico de Leia Naiman, que em conjunto com marido e filhos chegaram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial, a invalidez permanente do marido, o polonês Zwi Naiman provocada pelo trauma de guerra, obrigou a Leia a se transformar na provedora do lar.

Diferente das imigrantes de origem judaica instaladas no contexto da capital federal, as imigrantes judias em Niterói, até a década de 50, raramente trabalhavam fora de casa. Suas filhas, no entanto, já na década de 1940 começaram a atuar no mercado de trabalho, ora como funcionárias públicas, como foi o caso de Ássia Lempert⁴⁴⁴, ora como professoras, como Judith Zoonisein.

Para as gerações pioneiras era preciso coragem para romper com os padrões impostos pela cultura de origem. Este foi o caso de D. Zilda Michmacher, mãe de 2 filhos. Zilda “arregaçou as mangas” para ajudar o marido Simão a pagar as prestações do apartamento em Icaraí, e indo vender roupas nas salas de professores de escolas públicas.

Em meados dos anos sessenta, D. Sara Rabinovici também resolveu sair de casa para ajudar o marido a contornar uma dolorosa falência. Foi trabalhar como funcionária da firma de dois conhecidos do grupo, a Joalheria Emecê, onde foi gerente seis anos. Depois instou

junto ao esposo para abrirem seu próprio negócio, um serviço de Xerox e mais tarde loteria esportiva, o que garantiu o futuro da família.

Dentro de casa, as mulheres tinham tempo para se dedicarem à vida institucional do grupo, e graças a isso construíram uma extraordinária rede de assistência social e cultural feminina — a Sociedade de Auxílio das Damas Israelitas, a Wizzo e as Pioneiras, do lado religioso e sionista da coletividade; às atividades do Lein Kraiz e da Organização Feminina Israelita Brasileira, do lado progressista.

A coletividade israelita, de modo diverso a outros grupos de imigrantes dedicaram-se de forma incomum às suas organizações sociais. Não há paralelo com outras sociedades imigrantes, mesmo com os portugueses, multiplicados pelas inúmeras casas regionais.

As gerações pioneiras viviam para a coletividade, este era seu compromisso. Ao fazer isto, afirmavam sua diferença. Uma hipótese para explicar a intensidade dessa dedicação pode ser, pelo menos em Niterói, o tempo livre. Boa parte das mulheres não trabalhava, os prestamistas chegavam a casa por volta das 18:00 horas, após uma rodada de conversa com os conhecidos. O tempo que sobrava era dedicado às instituições. Mesmo os lojistas, dado ao ramo a que se dedicaram, os setores do mobiliário, do vestuário, entre outros, seguiam o horário comercial, portanto, com um tempo de trabalho um pouco menor que portugueses, espanhóis. Estes, ocupados em geral em padarias, botequins e restaurantes, perfaziam jornadas de até 12/15 horas de trabalho, e seu tempo livre era quase inexistente. Alguns depoimentos de imigrantes portugueses coletados por mim, em diferentes oportunidades, sinalizaram formas diferenciadas deste grupo em particular, empregar seu tempo:

Não, só trabalho, casa, igreja.⁴⁴⁵

Eles são cada um por si. (...) eles não se erguem, não se importam com nada, é da casa para o comércio, do comércio para casa.⁴⁴⁶

Eu também fiquei uns anos assim, que ele trabalhava, que Manoel trabalhava mais até; ele abria o bar às 5 horas da manhã e fechava 1:30 da madrugada e só ficava 4 horas e meia em casa. De tarde, ele vinha (para casa) quando não tinha movimento, o resto era sempre trabalhando. Ele ficou quatorze anos nisto (...) depois foi quando ele resolveu vender que já não agüentava mais o bar e foi para a construção, aí já melhorou, ele não trabalhava sábado e domingo, já se saía para passear.⁴⁴⁷

Não quero, não quero ser músico, não me interessa. Porque já estava enjoado, desde menino, desde os 7 anos envolvido em música, eu enjoei daquilo. (seu projeto era ganhar dinheiro?) Era, isso era claro. Eu não vim para aqui para outra coisa.⁴⁴⁸

Não se trata aqui em hipótese nenhuma de afirmar que os imigrantes judeus trabalhavam menos que os demais, o que seria absurdo, mas de dizer que esses grupos fizeram escolhas diferentes.

Muito embora todos estivessem comprometidos em “*fazer a América*”, no sentido mais estrito de ganhar dinheiro, para os judeus de diversas procedências *fazer a América* significava, também, fincar raízes, estabelecer novos laços comunitários, na junção de ações que aparentemente parecem contraditórias, qual sejam: conquistar o país, tanto pela via do trabalho, como pela demarcação da sua diferença. O meio que empregaram para tal foi a aplicação de seu tempo livre na constituição de uma intensa vida institucional. Assim à ideologia do trabalho⁴⁴⁹ se somou o ideal comunitário⁴⁵⁰.

No universo das lojas, a predominância masculina também era uma realidade: 92,3% dos comerciantes identificados eram homens. É muito provável que contassem com o apoio das mulheres. Este foi, por exemplo, o caso de Malvina Schwartzman, que trabalhava ao lado do marido Henrique na casa de móveis “Schwartzman”, à Rua da Conceição, e que assumirá o controle completo do lugar após a morte dele, no início dos anos de 1960.

A presença judaica no comércio varejista de Niterói era realidade desde 1911, quando Isaac Treiger abriu sua primeira loja na cidade, a Casa Confiança, na Avenida Visconde do Rio Branco escavando um nicho em que a presença judaica se tornará tradição: o ramo do mobiliário. O quadro abaixo assinala as áreas de concentração do comércio lojista judeu.

Quadro 11 — Presença Judaica no Comércio de Niterói —1910-1970

RAMOS	Total	%
Brinquedos	3	1,5%
Alfaiataria	31	16%
Movelaria	45	23,3%
Colchoaria	5	2,5%
Armarinhos/Bazares/ Tecidos/Belchiores	11	5,6%
Fotografia/Pintura	4	2,1%
Açougue	3	1,5%
Calçados	11	5,6%
Moda/Roupa Pronta	23	12%
Secos e Molhados	1	0,5%
Joalheria/Relojoaria	25	13%
Eletro/Material de Construção	6	3,2%
Imobiliária/Construção Civil	3	1,5%
Ótica	2	1,0%
Chapelaria/sombrinhas/Malas	4	2,1%
Couro/pele	4	2,1%
Indefinidos	3	1,5%
Diversos ⁴⁵¹	9	4,7%
Total de Lojas	193	100%

Os dados acima assinalam de forma inco

nteste a concentração dos imigrantes judeus nos ramos do vestuário, mobiliário e joalheria, que somados representam 64% das lojas abertas no período analisado. A explicação para a

preferência por esses setores pode estar na experiência acumulada na sociedade de origem. De acordo com Lesser:

Os judeus estavam relativamente urbanizados e concentravam-se em ocupações relacionadas às manufaturas e ao comércio. Aqueles que possuíam experiência e habilidade tais como alfaiates, mecânicos e sapateiros eram necessários, especialmente nas cidades do sul que viviam um processo de industrialização. (...) Esses imigrantes eram freqüentemente auxiliados por *laispar kasses*, empresas de crédito que forneciam aos mascates os recursos iniciais para comprar mercadorias ou ajudar a abrir uma pequena loja ou fábrica...⁴⁵²

Ademais, um percentual bastante elevado “*desses judeus urbanizados*” eram portadores de profissão, segundo o próprio autor. Esse foi o caso, por exemplo, do pai de nosso depoente Boris Mocny, Sucher Mocny, que emigrou para o Brasil em 1929:

Ele veio em 1929 e ela em 1930. Ele era oficial de roupas militares e religiosas, então quando ele chegou aqui no Brasil — geralmente o imigrante ficava guardado na Ilha das Flores e permanece lá. Se ele tiver profissão dentro de uma semana ele sai, ou menos até, mas se ele não tem profissão ele tem que aguardar pra não colocar o sujeito na rua direto, já basta o que tem não precisa mais gente. Como ele tinha profissão definida ele já saiu empregado, ele foi trabalhar na Casa Guanabara, se não me engano, no Rio. Guanabara abriu uma filial em Niterói, então ele veio para Niterói e trabalhou. Como ele tinha habilidade em confecção ele pensou, “Poxa, como eu estou ganhando bem, eu posso abrir meu próprio estabelecimento”. Como ele sabia fazer tudo abriu seu próprio estabelecimento. Ele abriu, ele alugou uma loja, que tinha uma casa em cima, na Visconde de Uruguai, próximo da Marechal. Deodoro. Como tinha uma casa em cima, aí minha mãe veio, e ficou morando em cima e ele trabalhando na loja, teve o primeiro filho, meu irmão Adolfo, e depois teve o segundo, eu, dois filhos.

Não há dúvida que com profissão definida ou alguma habilidade particular a vida ficava mais fácil. No caso de Sucher, o estabelecimento que abriu em 1931, a *Alfaiataria Internacional* foi a mesma loja que manteve até sua aposentadoria e com a qual formou os dois filhos em odontologia e construiu algumas casas para alugar. Sucher, que morreu aos 96 anos, passou a terceira idade entre o cuidado com os netos e viagens com a esposa, desfrutando do patrimônio que construiu, isto porque como lembrou o filho, a alfaiataria: “*Dava, dava dinheiro, não precisava passar de porta em porta, bater de porta em porta pra vender panela, não precisava, ele era profissional. Ele tinha poder aquisitivo*”.

Vale dizer que o ramo da alfaiataria era naquele contexto histórico, bastante prestigiado. No Brasil, a produção de roupas em massa e o pret-a-portê foram introduzidos somente no pós-Segunda Guerra Mundial, popularizando-se apenas nos anos sessenta. Assim,

confeccionar roupas, mesmo que trajes simples era um atividade de grande rentabilidade, o mesmo ocorrendo com as lojas de tecidos e aviamentos.

Em Niterói, na primeira metade do século XX, boa parte do comércio varejista do centro, o principal lócus econômico da cidade, era parcialmente ocupado por armazéns de tecidos e alfaiatarias, de imigrantes sírio-libaneses, judeus, italianos e alguns portugueses, que protagonizavam enorme disputa pelo mercado consumidor.

Esse dado justifica, por exemplo, a notícia encontrada no Jornal O Fluminense, de 8 de outubro de 1935, quando, em meio às informações a respeito da guerra ítalo-abyssínia, foi veiculado informe sobre a inauguração da *Alfaiataria Abram*:

Inaugura-se hoje, às 10:00 horas da manhã, à rua Cel. Gomes Machado, no.71, a alfaiataria Abram, de propriedade do sr. Abram Kudischevitch, bastante relacionado nesta praça.
Trata-se de um estabelecimento bem montado, dispondo de stock variado e de primeira Qualidade.

É bem possível que tal informe tenha sido matéria paga, porém, no dia seguinte, a primeira página do jornal trouxe enorme cobertura da inauguração, com a descrição do ambiente, das pessoas que participaram do evento, do estoque, e da amabilidade do russo que recepcionou a todos, conhecidos e populares “*com mesa de doces, sendo trocados vários brindes.*”⁴⁵³

Diferente de Abram Kudischevitch e Sucher Mocny, Saul Yusin conforme depoimento de Judith Zoonisein tinha vergonha de ser alfaiate. D. Judith foi colega de classe da filha dele, Rosinha. Yusin, ucraniano, foi dono da Alfaiataria Elegante, que aparece sucessivamente relacionada no Almanak Laemmert de 1924 a 1940.

De acordo com a narrativa de Judith, que conheceu a família de perto, os Yusin eram muito pobres, a mesa de jantar invariavelmente comportava uma sardinha em lata com pão. Yusin, que na terra natal não era alfaiate, aprendeu o ofício com o sogro, porém, sentia-se desprestigiado nesta profissão. Conforme relatou a depoente, na frente da loja, o ucraniano vendia pastas de couro, cintos e malas, e atrás, escondia-se do público cortando os tecidos⁴⁵⁴.

Aliás, conforme relatou a nossa ativa depoente, parte dos alfaiates estabelecidos na cidade, não exercia a profissão, mas empresariavam a atividade para o que contratavam empregados, que poderiam ser imigrantes judeus ou não. Gentil Moreira de Souza, português, na atualidade um dos principais empresários da cidade, no ramo da panificação desde o final

dos anos cinqüenta, chegou a Niterói em 1951, e seu primeiro emprego foi ser contra-mestre da Alfaiataria Rio Branco, de Jacob Rabinovitch⁴⁵⁵.

O sentimento de vergonha de Yusin não o impediu de formar um dos filhos em medicina. Talvez, o que diferencie Mocny, Kudischevitch e Yusin, seja a origem, a forma como transcorreu a emigração, ter trazido algum dinheiro para começar a vida, entre outros fatores. Mocny, embora não tenha emigrado com dinheiro era alfaiate na terra natal; Kudischevitch trouxe recursos para começar sua vida. Yusin, cuja origem é desconhecida, aprendeu por aqui este ofício. Emigrar com recursos foi certamente uma realidade para poucos e implicou em diferentes formas de inserção no mercado.

Abram Kudischevitch emigrou da Rússia na década de 1930, pouco tempo antes de abrir sua loja. Conforme a sobrinha Berta Goldgaber, a família Cudicevici⁴⁵⁶ trouxe dinheiro para começar a vida no Brasil. Também a família Treiger emigrou com algum metal no bolso. Os motivos da emigração, no entanto, são nebulosos. Os depoimentos de parentes, um dos filhos de Isac Treiger, e um de seus sobrinhos, narram histórias diametralmente opostas uma da outra, caracterizando um conflito interno, no caso familiar, pela construção da memória desse personagem do grupo.

Oriundos de Securení, na Bessarábia, então sob domínio russo, o patriarca José Treiger e seus diversos filhos aportaram no Rio de Janeiro em 1911, se estabelecendo diretamente em Niterói. Nesse mesmo ano, o filho Isac abriu a Casa de Móveis *Confiança*⁴⁵⁷. Em 1915, quando apenas seis mobiliadoras foram anunciadas no Almanak Laemmert, a loja (sem nome) aparece relacionada como propriedade de Izac Freiger e Samuel Strachman, à extinta Praça Martim Afonso, n.3. O ano de 1919 trouxe à tona, as lojas de Jacó Tubenchlak, *Casa Progresso*, (depois *Mobiliadora Progresso*), na Rua Visconde de Rio Branco, 353 (Tel. 467), endereço em que permaneceu nos quarenta anos seguintes, e a *Casa Baron*, dos irmãos Fernando e Moisés. Finalmente no ano de 1924, a loja de Isaac Treiger reaparece, desta feita como mobiliadora e colchoaria, e como sociedade entre os irmãos, Isaac e Germano, que mais tarde também incluíram um açougue ao rol dos seus negócios.

A figura de Isaac Treiger aparece como sombra em todos os depoimentos, ora como “violento”, “mal”, ora como “religioso” e “severo”, e sempre como sendo um “homem muito rico e influente”. Foi constantemente denominado de “*chefão de Niterói*”, e “*todo poderoso*” do Centro Israelita de Niterói. Seu nome está envolvido em muitas polêmicas, dentro e fora da comunidade judaica. No âmbito externo, o incêndio da Casa Confiança em 1938, deu o que falar.

No caso do sinistro, o jornal O Fluminense, de 22 de fevereiro de 1938, assim noticiou:

Fogueira Colossal/ No Centro da Cidade/ Destruída uma Casa Comercial e atingidos Outros Prédios.

O prédio no. 369 como acima dissemos, ficou totalmente destruído, sendo nelle estabelecidos c/ a casa Central de Moveis, os sres. Isaac e Germano Tregir, com um stock acumulado em cerca de 250:000\$000.

O negocio estava no seguro, na Companhia Nictheroy por 100:000\$000 e na Alliança da Bahia em 75:000\$00.

O prédio era de propriedade da viúva d.Carolina Kingston, em inventario, e estava no seguro em 80:000\$000 na Companhia Nictheroy. (...)

O incêndio, de grandes proporções, atingiu vários prédios entre eles o número 367, térreo e o sobrado, onde funcionava a Photographia Odeon, do Sr. Waldemar Schmidt (judeu), “*que a tem segurada em 10:000\$000 (...)*”, o 373, onde funcionavam o Serviço Técnico do Ministério da Agricultura e a Casa Comercial A Noiva; entre outros. Também os prédios da rua São Pedro no. 20, 22, 18, 12, fundos à Avenida Visconde do rio Branco sofreram danos. O jornal informa ainda que os irmãos Treger e seu guarda livros, sr. Álvaro Figueira foram convocados para inquérito. Tão vultosa soma aguçou o faro da polícia que suspeitou de golpe contra a seguradora. Os irmãos e o guarda Livros permaneceram detidos por mais dois dias⁴⁵⁸.

Em 24 de fevereiro, os Treiger foram postos em liberdade e os prejuízos calculados em “500:000\$000”.

Posteriormente, em 27 do mesmo mês, dirigiram-se à praça, através de um comunicado no Fluminense:

**Casa Confiança
De Izac Treger e Irmão**

Continua servir a servir os seus inúmeros freguezes com regularidade, na Rua Visconde Rio Branco, 345, telefone 113. Attende-se a chamados para qualquer encomenda

Finalmente, em 30 de março, apresentam novo comunicado à praça, desta feita, tocando no assunto do seguro:

À Praça

Aos seus amigos, fornecedores, freguezes, autoridades publicas, companhias de seguros, as empresas, etc.

A firma Izac Treger e Irmão, estabelecida à Rua Visconde Rio Branco, 369, com casa de moveis, tapeçarias e congêneres, denominada Casa Confiança, vem por meio da presente, na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente a cada um deles, agradecer a todos quantos lhe prestaram solidariedade e conforto por meio de oferecimento morais e materiais, por ocasião do sinistro de que foi victima com o incêndio que destruiu totalmente a casa que explorava (sic) Este agradecimento e extensivo as autoridades policiais, peritos, escrivães, etc., pela maneira criteriosa com que se conduziram dentro das respectivas funções, bem com à Cia. de Seguros Nictheroy e a Cia. Alliança da Bahia, que com a maior brevidade possível indennizaram da importância a que tinha direito do seu stock.

A todos, pois, publicamente, quer a firma Izac Treger e Irmão, deixar expresso o seu reconhecimento bem como avisar que continua com o mesmo ramo de negocio à Rua Visconde Rio Branco, 345, onde está a inteiro dispor de todos os seus amigos e freguezes e demais pessoas com as quais mantêm relações.

Nictheroy, 29 de marco de 1938,
Isaac Treiger e Irmão.

Não seguimos o curso das investigações que, ou foram arquivadas, ou absolveram os irmãos e seu guarda-livros. O seguro, como vimos foi rápido para impedir falência, mas os rumores permanecem, embora esmaecidos pelo tempo, na memória de alguns contemporâneos.

Treiger e Jacó Tubenchlak protagonizaram um “*duelo*” a parte em Niterói, conforme relatado pela filha deste, Judith. Diferente do rival, que já entrou no mercado como lojista, Tubenchlak galgou o caminho inicialmente como prestamista.

Natural de Chagarov, na Rússia, Jacó Tubenchlak conseguiu deixar a cidade natal no final do serviço militar, quando pensou em emigrar para os Estados Unidos. As restrições daquele país à entrada de novos imigrantes, no entanto, levaram Tubenchlak para a Argentina e depois para o Brasil. Em Niterói, chegou por volta de 1912. Judith não soube explicar o porquê e como seu pai veio parar na capital fluminense, mas asseverou que já em 1916 estava inscrito como lojista na Associação Comercial de Niterói, cujo cartão guardou durante muitos anos.

Nos primeiros anos, Tubenchlak trabalhou como prestamista auxiliado por alguma organização de apoio aos recém-chegados que Judith não sabe precisar. Vendia guarda-chuvas e morava numa “casa”, talvez uma espécie de pensão que alugava quartos para judeus recém-chegados. Posteriormente foi trabalhar como empregado na loja de móveis de Isaac Treiger. Pouco tempo depois montou sua própria loja, *A Casa Progresso*, mais tarde *Mobiliadora Progresso*, que permaneceu sempre no mesmo endereço, conforme citado anteriormente. De acordo com Judith, Treiger, porém, nunca se conformou do antigo

empregado ter aberto sua própria loja, e ao que tudo indica desde essa data se transformaram em *inimigos*.

Segundo a depoente, seu pai era um homem vaidoso, vestia-se do bom e do melhor e sua loja representava para os fluminenses uma das poucas opções de bom gosto na cidade. Tubenchlak revendia móveis finos, e esmerava-se em procurar bons marceneiros, atividade em que se convertiam os passeios de domingo da família:

visitar os marceneiros finos do Rio, pegar a barca, alugar um carro grande para a família, e os bons marceneiros eram os portugueses. Em Niterói não tinha marcenaria. Na volta lanchávamos nas confeitarias finas do largo da Carioca.⁴⁵⁹

Enquanto a *Mobiliadora Progresso*, de Tubenchlak era símbolo de elegância, a *Casa Confiança* de Treiger revendia móveis populares a preços módicos. Tubenchlak dedicou-se toda a vida à sua loja, ao passo que Treiger e irmão diversificaram o negócio original. Eram considerados também grandes proprietários de imóveis. Todavia, as diferenças não permaneceram no campo econômico transcenderam para o lado pessoal e institucional.

Tubenchlak e Treiger “lideraram” ou tentaram liderar, os primeiros grupos que se formaram na coletividade. Se Isac Treiger era um judeu ortodoxo, super tradicional, rigoroso no trato da religião, e “extrema-direita” conforme as palavras de Luís Baumfeld⁴⁶⁰, Tubenchlak era um judeu mais do que liberal, embora fosse oriundo de uma casa religiosa.

De acordo com as narrativas da filha, a casa da família Tubenchlak era muito diferente das demais casas de imigrantes judeus da época. Nenhum dos treze filhos de Jacó teve educação religiosa, comida judaica somente nos batizados dos filhos, e pratos como feijão, macarrão, carne-seca e farofa eram comuns. O “soihet” não vinha matar as galinhas, da mesma forma que as crianças de Jacó, que morava próximo à Catedral, acompanhavam as procissões religiosas e a fila da Eucaristia com a babá, a negra Beatriz.

Embora fosse liberal, Tubenchlak não era exatamente um progressista e nunca fez parte da Biblioteca Davi Frishman, e como quase todos os imigrantes judeus da época contribuiu com dinheiro para a construção da sede do CIN.

A *Mobiliadora Progresso*, além de vender móveis, foi para muitos daqueles judeus, um espaço de sociabilidade visto que era local de reunião para muitos deles à noite, quando diariamente seu proprietário lia os jornais brasileiros para os amigos.

Tanto Treiger como Tubenchlak estavam inseridos no mercado em um ramo — o mobiliário, que concentrou quase 24% dos comerciantes judeus no período, ou seja, ¼ do

total, reunidos ao longo da Avenida Visconde de Rio Branco e da Rua Marechal Deodoro, esta última, ainda hoje caracterizada pelo comércio de móveis. Ao contrário do ramo da alfaiataria e das roupas prontas em que dividiram com sírio-libaneses o espaço no mercado, a movelaria foi um lugar quase exclusivo dos judeus em Niterói.

Não há como explicar, ainda, o porquê da formação desse nicho, se eles tinham experiência anterior nesse ramo como muitos alfaiates, mas o certo é que perceberam a enorme carência desse tipo de bens de consumo na cidade, e o potencial que a praça oferecia uma vez que sendo capital do estado atraía para si as elites das regiões interioranas.



Acervo pessoal: Judith Zonisein

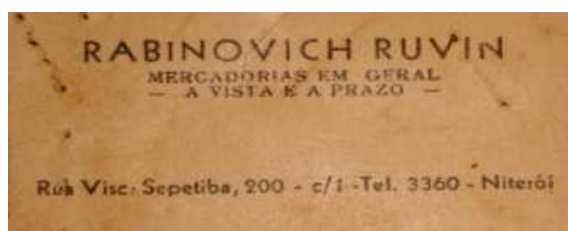


Foto 4: Arquivo ADAF

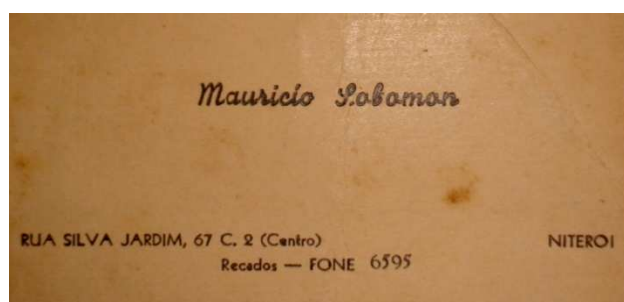


Foto 5: Arquivo ADAF

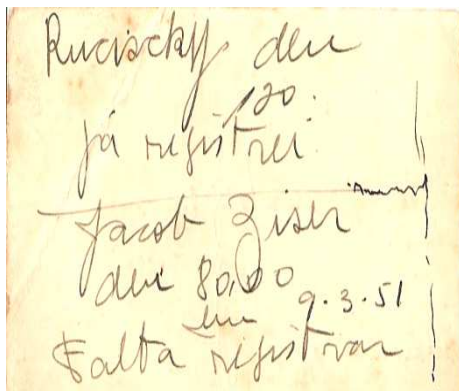


Foto 5 Verso: Arquivo ADAF

Da mesma forma, o comércio com ouro foi outro lugar judeu na cidade, mas ao menos este pode ser explicado pelas diversas levas de judeus que desembarcaram trazendo no bolso essa credencial: ou porque estavam inseridos na dinâmica do comércio de diamantes dirigido de Amsterdã, na Holanda, para a Europa, ou porque tiveram contato com estes⁴⁶¹. O fato é que assim como no caso do mobiliário, outros 13,2% da parte economicamente ativa da coletividade dedicaram-se a venda de jóias, além do que uma parcela grande dos prestamistas revendia jóias, sendo por isso, tão visados pela fiscalização.

Para além das atividades comerciais, os imigrantes judeus investiram na construção civil colaborando na edificação do equipamento urbano residencial da cidade, e mesmo alterando a geografia local, com a derrubada de pedreiras e morros, como no caso de Júlio Soichet, ainda na primeira metade do século passado e conforme comentado no capítulo anterior. A narrativa a seguir, de Boris Mocny, oferece uma visão parcial dessa atividade:

(Julio Soichet) ele não era construtor, ele era investidor em relação à terreno. Tanto é que ele construía, quem construiu todos os projetos daquela transversal, foi feito pelo filho dele que era engenheiro, então ele construía. Tanto é que quase todos os edifícios que tem ali, é tudo igual, é padrão. Ele cedia a planta pra pessoa que comprasse o terreno. Da Rua São João, da Igreja de São Jorge, (rua) Alcides Figueiredo, se não me engano, e (rua) Monte Líbano, transversal que sai na Mal. Deodoro. Mas ele construiu muito ali. Ele era um camarada de poder aquisitivo alto na época.

A pedreira, ele comprou da prefeitura, ela pôs a venda, é uma estória interessante. Um belo dia ele foi lá, não me lembro quem era o prefeito, e chegou lá e disse “Quero falar com o prefeito”, “Sobre o que?”, “Sobre a venda da pedreira”, (o funcionário) foi lá falar com ele, “Prefeito tem um camarada aí querendo comprar a

pedreira”, “É louco? , “Tá parecendo ser um cara normal”, “Então chama ele para casa” (risos). A prefeitura vendeu, ele explorou a pedreira e fez aqueles lotes. As pedras ele aproveitou para construção própria. Tanto é que nós temos um edifício. Meu pai construiu um edifício ali.(...)

Meu pai construiu, na v. de Uruguai, depois ele passou para a travessa Fany, comprou um lote ali, meu pai gostava de construir, ele construiu um prédio de seis apartamentos, construiu sozinho, no peito(...).

Construía, era um patrimônio, pra ter uma renda. Meu pai sempre teve propriedades, em grande quantidade, muito, muito mesmo, tinha uma visão comercial muito grande. Ele chegou a ter na (rua)João Pessoa, duas casas, santa rosa, tinha oportunidade para comprar, ele comprava. Em santa rosa, ele tinha quase que uma vila inteira, (rua)Visconde de Uruguai, ele tinha, tem.⁴⁶²

Da construção civil de pequena monta à construção dos pequenos e grandes do bairro de Icaraí, dos anos cinqüenta/sessenta em diante, os imigrantes judeus tiveram grande participação, em especial a partir da fundação de empresas de construção civil que mais tarde vão extrapolar os limites da cidade e espalhar-se para a capital federal. Este foi o caso, por exemplo, da Construtora Wrobel, dos quatro filhos de Júlio Wrobel, Samuel, Jacó, Moisés e José, poloneses, nenhum deles engenheiros, e todos sócios de uma alfaiataria.

De acordo com a psicanalista Vera Wrobel, filha de Samuel, o mais velho dos rapazes, a construtora surgiu de um acaso, em meados dos anos cinquenta. Samuel e Jacó haviam emprestado dinheiro para um conhecido. Este na impossibilidade de pagar em espécie ofereceu um terreno à Rua Gavião Peixoto, em Icaraí, como parte do pagamento. Sem grandes conhecimentos, e tendo como referência a experiência de outros membros da coletividade, os irmãos aceitaram o desafio e resolveram construir um pequeno prédio. O sucesso do empreendimento acendeu o desejo de prosseguir. Com o lucro obtido compraram outro terreno e assim sucessivamente.

Quem hoje se dispuser a andar ao longo da rua, que é uma das principais artérias do bairro, poderá identificar nos quarteirões entre as Ruas Otávio Carneiro e Mariz e Barros, uma série de prédios de quatro pavimentos, oito apartamentos por andar, similares entre si, sem garagem e caracterizados pela mais absoluta simplicidade. Todos levam a assinatura da Construtora Wrobel nos seus primórdios.⁴⁶³ Já a Construtora Wrobel-Ilfe, teve origem parecida e ainda guarda entre seus atuais dirigentes descendentes em terceira geração de Júlio Wrobel.

Também a Construtora Pinto de Almeida faz parte dessa história. Entre os sócios, três são oriundos do grupo: Henrique Libman, Nissin Sonsol e Natalino Rabinovitch. Estes, porém, ao contrário dos irmãos Wrobel, são brasileiros, engenheiros, filhos de prestamistas. E foi em parte com a economia destes que deram origem ao negócio, junto a outros associados.

Outra Construtora e também Imobiliária que marcou época foi a Orcal, que teve entre seus sócios Leon Vaisburd.

A construção civil, portanto, representou outra forma de inserção no mercado que garantiu principalmente para a geração dos pioneiros, a de lojistas e prestamistas, uma forma de aplicação da poupança acumulada com vistas a garantir o futuro. Alguns de seus filhos, no entanto, beneficiados pelo status universitário transformaram a pequena atividade de construir uma casa para alugar em mega empreendimento imobiliário.

Importa ressaltar que para a geração que se estabeleceu na capital fluminense na primeira metade do século XX, o comércio, formal e informal, das lojas e das ruas, foi o grande meio de inserção social e conquista da cidadania, lugar que acolheu também os sobreviventes de guerra, acomodados nos nichos anteriormente escavados pelo grupo. Este conjunto de imigrantes foi composto por 17 homens, boa parte deles acompanhados pela família, a saber:

Quadro 12
Imigrantes Judeus em Niterói no Pós- Segunda Guerra Mundial

Zwi Naiman	Família	Prestamista
Biba Acherman	Mãe e irmão	Dentista
Moisés Berman	Família	Prestamista
Rubem Apelbaum	Família	Prestamista
Moisés Roth	Família	Prestamista
Izaac Langer	Esposa	Prestamista/ loja de auto peças
Motre Kac	Família	Faleceu, sua esposa ficou conhecida como viúva Kac

Szmarac ⁴⁶⁴	Família	Prestamista
Benon Petersberg	Família	Artesão
Mendel Aronowicz	Família	Prestamista
Sacha Kramarcz	Família	Prestamista
Moisés Kawa	Sozinho	Prestamista
Israel Feldman	Esposa (Sara Sipres)	Prestamista
Wolf (Felipe) Cukier	Família	Prestamista
Charles Rozein	Família	Prestamista/Lojista
Motre Tazman	Família	Prestamista
Geni e Salomão (stani)	Mãe e filho	Prestamista/Lojista
Magier		

Esses novos imigrantes, em geral vieram ao encontro de familiares que estavam estabelecidos na cidade há várias décadas. Prestamistas ou lojistas integraram-se plenamente à dinâmica da coletividade, que os acolheu e ajudou a tratar das feridas. Muitos, — como Kawa, por exemplo, que também se estabeleceu como lojista — trouxeram tamanha bagagem cultural que impulsionaram transformações na paisagem cultural do grupo, e que serão devidamente analisadas nos próximos capítulos.

Ainda sobre a geração dos pioneiros, do conjunto analisado, dois profissionais liberais se destacam: Chain Chichner, médico, e Biba Acherman, dentista. Chichner era oriundo da “poderosa” Família Treiger, filho de uma das irmãs de Isaac. Consta que imigrou muito jovem e se formou no Brasil. Biba imigrou mocinha com a mãe e o irmão que também se diplomou em medicina, ao encontro do pai, após 1945. Os dois estudaram no Brasil.

Chain Chichner, Biba Acherman, e Jankiel Stizberg apesar de serem representantes legítimos da primeira geração, ao adentrarem o sistema educacional brasileiro, certamente

realizaram o sonho de seus pais de alcançar cidadania, e status a prova de qualquer questionamento social e político. Todavia, ao fazê-lo trouxeram para a coletividade e suas organizações sociais, questões que não sabiam como enfrentar, como a do próprio limite do estilo de vida que construíram para seus pares na cidade, além do fantasma da assimilação. As gerações seguintes fecharam as lojas e enceraram a cobrança das prestações, a fim de partir em busca de um novo padrão de vida.

Finalmente, vale registrar que se as estratégias de integração econômica do grupo, na sua primeira geração — os pioneiros se assemelharam a de outros grupos emigrados, no amplo leque de atividades possibilitado pelo comércio, os israelitas de Niterói conferiram característica própria a esse setor, distinguindo-se tanto dos demais grupos de imigrantes como dos judeus estabelecidos na capital federal.

4.2. Entre os Pioneiros e a 1ª geração nascida no Brasil: a visibilidade social dos doutores

O namoro dos judeus com as profissões liberais remonta à série de convulsões políticas que caracterizaram a “era das revoluções” (1789-1848) e que resultaram na ruptura do *status quo* do comerciante judeu⁴⁶⁵. Desprovidos de função, e parcialmente abertos à ocidentalização, judeus germanizados e de diversas regiões do leste europeu, impedidos ainda de integrar as carreiras militares e burocráticas, procuraram nichos onde se refugiar. Foi nesse contexto que se deu a aproximação entre os “parias” da sociedade e a carreiras práticas.⁴⁶⁶

Provenientes, direta ou indiretamente, dessa realidade social, os judeus que emigraram nas primeiras décadas do século XX trouxeram em sua bagagem, o desejo e a expectativa internalizada de romper seu “status quo” original. Porém, a realidade da sociedade de acolhimento e as poucas possibilidades de inserção social encontradas, limitaram suas aspirações, estabelecendo-os, por um lado, nas atividades comerciais, por outro, transferindo para seus descendentes, a realização dos seus sonhos.

Ademais, ao entrarem em contato com os padrões culturais vigentes no país, encontraram eco na tradição bacharelística brasileira, onde o apego multissecular às teorias práticas e científicas resultaram na sedução das carreiras liberais, por sua vez, transformadas em meio de acesso à elite política⁴⁶⁷. Assim formar os filhos em universidades, fazê-los

doutores e garantir-lhes o início de vida se transformou em projeto para muitos desses imigrantes.

De acordo com Boris Mocny, havia pressão familiar para que os filhos não reproduzissem a vida dos pais:

Existia, lógico, todos os pais queriam que os filhos fossem formados em alguma atividade, medicina, engenharia, odontologia, direito, (e as filhas) também, e terem uma formação, letras de modo geral, enfermagem...

Assim, se o comércio foi a marca da geração pioneira, seus filhos escreveram uma trajetória diferente. A fim de buscar dados empíricos que demonstrassem essa realidade, apreendida pelo próprio grupo como uma “verdade absoluta”, providenciei a construção de uma amostra sobre a formação educacional e profissional da 2ª. geração.

Para tanto as senhoras da ADAF e D. Ilse Sipres trabalharam durante semanas junto comigo, para recompor núcleos familiares, assinalar números de filhos, casais sem herdeiros, e buscando informações sobre as profissões da segunda geração, aquela que efetivamente nasceu no Brasil.

Na referida amostra foram listados todos os nomes de comerciantes e prestamistas analisados anteriormente, além de indivíduos que apareceram em outras situações. Evidentemente muitos nomes ficaram de fora, além de que não foi possível descobrir informações suficientes sobre todos. No entanto, o resultado final, compensou: 253 indivíduos foram arrolados, destes 86,72% foram identificados, e, apenas 13,28% não foram cotejados. Do percentual passível de cotejamento apurou-se 446 descendentes!

Como esse foi efetivamente um grande trabalho de memória, é possível acreditar em erros, lapsos, etc. Mesmo assim, não tenho dúvidas de que os dados apurados representem a tendência da geração. É preciso assinalar também seu alto grau de confiabilidade, e um dos motivos para tal é que a soma geral (pais+filhos) projetada, fica na casa dos 1400/1500 indivíduos.

Outros cruzamentos de dados exibidos anteriormente apontaram para esse mesmo universo de pessoas. Por se tratar de uma tabela de aproximadamente 12 páginas, abstenho-me de apresentá-la integralmente neste capítulo, remetendo o leitor para o anexo 1.

Apresentadas essas considerações gerais, vamos aos números:

Quadro 13
Totais gerais do quadro informativo da 2ª. geração

TOTAL CASAIS	253	100%
TOTAL CASAL NÃO IDENTIFICADO	34	13,28%
TOTAL SEM FILHOS	28	11,06%
TOTAL FILHOS IDENTIFICADOS	446	
TOTAL FILHOS SEM IDENTIFICAÇÃO DE SEXO	15	3,36%
TOTAL FEMININO	203	47,09
TOTAL MASCULINO	228	52,91
TOTAL DOUTORES	216	50,11%
TOTAL COMERCIANTES	54	12,52%
TOTAL TÉCNICOS	39	9,4%

Do quadro acima podemos observar que os 253 casais arrolados, que na tabela aparecem identificados apenas pelo nome do parceiro de sexo masculino, geraram 446 filhos, dos quais 15 não tiveram o sexo identificado. Desse total foram consideradas válidas para análise as informações referentes a 431 indivíduos. Assim, o universo trabalhado na pesquisa alcança 96,63%. Destes, 203 eram mulheres e 228 homens, respectivamente **47%**, e, **53%**. Dos 431 identificados, independente do sexo, **216** se formaram no ensino superior, totalizando **50,11%** de “doutores”. Ora, o que 50,11% de doutores significavam para o grupo? E o que representava isso no contexto geral brasileiro?

Na 1ª. parte do capítulo demonstrou-se que 95,5% da geração pioneira esteve inserida na esfera do comércio, seja loja ou rua, durante todo o período analisado. Na 2ª. geração, que corresponde à 1ª. nascida no Brasil, apenas 12,52% mantiveram-se no setor terciário. Sem dúvida, esse é um dado extraordinário!!! Formar os filhos na universidade, portanto, parece ter sido realmente a meta dos pioneiros, e pode ser entendida como estratégia para garantir a cidadania definitiva na sociedade de acolhimento.

Todavia, existem outras possibilidades de interpretação para esse resultado. Roberto Grun, por exemplo, afirma que para os judeus “brasileiros” a especialização funcional reflete uma “*teodicéia baseada na cultura*”. Em outras palavras, segundo este autor:

Quando entrevistamos membros da comunidade, mesmo distantes da vida intelectual, sempre aparece uma visão do ‘povo judeu como um povo de sábios e intelectuais’, de extrema funcionalidade, se pensarmos na eterna necessidade de lidar com o problema do anti-semitismo. É claro que essa auto-identificação não tem correspondência direta com ‘as condições de vida objetivas’ da etnia no Brasil, mas ela pressiona os seus membros, abrindo espaços simbólicos importantes nas estratégias de reprodução social do grupo. O repertório ‘judeu é intelectual’ permite aos membros das novas gerações o vislumbre e, por efeito da agregação de chances, o engajamento efetivo em profissões intelectuais, constringendo as possibilidades de argumentação dos pais/comerciantes (...) durante os contenciosos intergeracionais que irão decidir o futuro da família. O resultado agregado para a existência dessa possibilidade é a formação de grupos significativos de intelectuais leigos judeus, os quais por sua vez, acabaram por se tornar um trunfo tão mais importante quanto pouco conhecido da comunidade judaica no Brasil (...).⁴⁶⁸

Grun tem razão ao apontar a pressão que o repertório “*judeu povo de sábios e intelectuais*” exerceu e exerce sobre a comunidade. Também em Niterói, o cruzamento dos “mitos” vazados dos baús dos imigrantes, com as oportunidades existentes na cidade, na conjuntura assinalada, favoreceu a escavação de um nicho ocupacional particular para esses indivíduos: as profissões liberais.

René Decol em importante trabalho sobre as características demográficas da população judaica e sua evolução no Brasil a partir de 1940, destacou os elevados níveis educacionais dos judeus, em relação à população brasileira. Conforme assinala, no censo de 1991, verificou-se que:

Enquanto apenas 19% dos habitantes do sudeste reportavam mais de nove anos de estudo, a proporção correspondente entre judeus era superior a 70%. E enquanto apenas 5,5% da região sudeste tinha tido acesso ao ensino superior (mais de 13 anos de estudo), a proporção correspondente entre judeus era superior a 45%.⁴⁶⁹

Chama a atenção também as diferenças entre judeus e a população geral do Sudeste quanto à “posição de ocupação”, anotadas pelo autor: apenas 1,2% dos judeus apareceram na categoria “ocupações não qualificadas”, contra 13,8% dos habitantes da região. Já 24,7% dos israelitas foram identificados na categoria “empregadores”, ao passo que somente 4,4% dos moradores do eixo RJ-SP-MG estavam registrados sob a mesma rubrica⁴⁷⁰.

E no que se refere à ocupação propriamente dita, os judeus destacaram-se por uma concentração muito acima da média regional nas ocupações administrativas, técnicas,

científicas e artísticas, respectivamente 41,4% e 35,9% contra 16,9% e 9,1% dos demais habitantes da região⁴⁷¹.

Na falta de um histórico demográfico da cidade de Niterói, que incluía a distribuição da população por ocupações e profissões, tome-se como ponto de partida para a reflexão, o seguinte quadro: nos anos de 1920, quando 1/3 desses imigrantes já haviam chegado, os almanaques registravam para capital fluminense apenas 9 médicos, 4 advogados, 3 dentistas, e 13 farmacêuticos, para uma população de 86.238 pessoas⁴⁷².

Ao longo das décadas seguintes, a comunidade despejou nas salas comerciais da cidade, pelo menos 216 profissionais especializados, o que certamente contribuiu, mesmo que lateralmente, com os altos índices de qualidade de vida alcançados pela ex-capital na década de 1990, quando se produziram as estatísticas descritas por Decol.

Logicamente as profissões liberais não foram um nicho exclusivo de judeus, mas os **50,11%** não deixam margem de dúvidas sobre o empenho do grupo para ocupá-lo.

A leitura do quadro 13 revela ainda que dos 216 indivíduos que passaram pela universidade, 38,05% eram homens, e 12,06% mulheres. Ao decompor o resultado e ir de encontro aos números absolutos, teremos o seguinte quadro:

Quadro 14
Distribuição Ocupacional Masculina

DOUTORES	164	71,90%
COMERCIANTES	40	17,50%
TÉCNICOS	4	1,75%
MILITARES	1	0,43%
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	3	1,30%
SEM INFORMAÇÃO	11	4,82%
OUTROS	5	2,20%
TOTAL MASCULINO	228	100%

A alta escolaridade masculina é impressionante: 71% dos filhos dos pioneiros adentraram as portas da universidade! Esse resultado bastaria para considerar bem sucedida a

estratégia de investir na educação como forma de inserção social dos judeus. Porém, a observação das escolhas profissionais dessa geração, adiciona outras interpretações para esse dado. Vejamos.

Quadro 15
PROFISSÕES MASCULINAS

ADVOGADOS	24	14,6%
ANALISTA DE SISTEMAS	1	0,6%
ARQUITETOS	6	3,6%
CONTADOR	1	0,6%
DENTISTAS	10	6,0%
ECONOMISTAS	10	6,0%
ENGENHEIROS	54	32,9%
ESTATÍSTICO	1	0,6%
FARMACÊUTICOS	4	2,4%
JORNALISTAS	2	1,2%
MÉDICOS	43	26,1%
PSICÓLOGOS/PSICANALISTA	2	1,2%
PROFESSORES	3	1,8%
QUÍMICOS	3	1,8%
SOCIÓLOGOS	1	0,6%
TOTAL	164	100

Salta aos olhos a grande concentração de profissionais nas áreas da engenharia, medicina e direito! Essas opções, com toda certeza, foram reflexo de um país imerso numa onda de crescimento.

O Brasil, como se sabe, mergulhou em intenso processo de transformação política, social e econômica, a partir de 1930, especialmente do período conhecido por Era Vargas. Durante os anos que medeiam seu início, 1930, e o suicídio de Vargas, em 1954, foi implementado um amplo programa de substituição das importações através da criação de uma indústria nacional. Para dar suporte a essa disposição, o capital público fomentou a instalação de indústrias de base no país, como a metalurgia, a mecânica, de material elétrico e de transporte.

Paralelo a esse esforço, a criação do Ministério da Educação (1930) dinamizou o ensino básico ao tornar obrigatórias a educação primária, e ainda, ampliar a escolarização de jovens e o ensino superior. Como resultado desse programa, apenas entre 1929-1939 *“houve um incremento de 60% do número total de alunos nas universidades, passando de 13.200 para 21.200”*⁴⁷³.

As transformações nacionais atingiram em cheio o Estado do Rio de Janeiro, que nesse mesmo período conheceu grande crescimento econômico. Sob a tutela do interventor Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945), inúmeras indústrias, como a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (1942), a Companhia Vidreira do Brasil (1942), a Fábrica Nacional de Motores (FNM, 1943), A Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Usina Hidrelétrica de Macabu, foram instaladas no interior fluminense.

Simultaneamente, um amplo programa de modernização da infra-estrutura econômica do Estado abriu as portas do mercado de trabalho, para engenheiros de diversas especializações ligarem o interior à capital, integrando as diversas regiões fluminenses, com estradas de rodagem, hidrelétricas e escolas. Além de viação e obras públicas, uma nova rede de hospitais foi implantada demandando número elevado de profissionais de saúde.

Também no âmbito da administração pública, advogados, professores e uma gama variada de profissionais ligaram-se à máquina administrativa, através da organização do Departamento de Administração Pública (DASP).

Portanto, o processo de industrialização iniciado no país, como política sistemática de governo, a partir de 1930 é, certamente, o cenário que justifica o grande número de engenheiros, médicos, advogados e dentistas surgidos na 2ª. geração. Vale lembrar que foi

entre o final dos anos 30 e início da década de 1940, que a 1ª. geração nascida no Brasil começou a adentrar em massa o ensino superior, quadro que ampliou-se nas décadas seguintes.

Nesse contexto, as profissões escolhidas revelam o quanto os judeus de Niterói, microcosmo de comunidades judaicas maiores, — pais e filhos, estavam atentos com às transformações em curso no país e, sobretudo, desejosos de integrarem tal processo.

Por conseguinte, foi das arcadas das universidades, que a 2ª. geração começou a se diferenciar dos seus pais, dando início à escrita da sua própria história e à uma transformação profunda e irreversível na vida comunitária.

No caso feminino, os números relativos à educação e profissões divergem bastante em relação ao conjunto de dados masculinos. Das 203 mulheres identificadas, apenas 52 freqüentaram o ensino superior, algo em torno dos 25%, muito inferior aos 71% dos homens.

Vejamos em mais um quadro, detalhes sobre o perfil da 2ª. geração de mulheres de origem judaica da cidade.

Quadro 16
Distribuição Ocupacional Feminina

DOCTORAS	52	25,60%
COMERCIANTES	14	6,89%
TÉCNICAS	35	17,25%
DO LAR	41	20,19%
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	4	1,98%
S/INFORMAÇÃO	51	25,13%
OUTROS	6	2,96%
TOTAL FEMININO	203	100%

Se comparados aos números masculinos, as estatísticas femininas são muito inferiores, confrontados com as informações relativas à 1ª. geração, as imigrantes, esses números são quase revolucionários! Dos 296 pioneiros identificados no comércio local, entre 1915-1970,

conforme assinalado no quadro 10, apenas **7,7%** destes eram mulheres, contra **92,3%** de homens.

Diferente das mães, as mulheres da 2ª. geração, romperam com o padrão anterior como comprovam os números. Entre doutoras, comerciantes, técnicas, funcionárias públicas e trabalhadoras, formaram um pequeno batalhão de 111 trabalhadoras, contra 41 senhoras que permaneceram dentro de casa.

Portanto se na 1ª. geração, apenas 7.7% das imigrantes judias trabalhava, a 1ª. geração nascida no Brasil, perfaz um total de 54,68% de trabalhadoras, das quais 25,60% alcançaram o título universitário. No caso feminino isso significou uma grande evolução.

No entanto, chama a atenção o elevado percentual de mulheres sobre as quais não se obteve nenhuma informação, 25,13% contra apenas 4,82% no caso masculino. É impossível precisar o significado desse dado, porém, é legítimo especular se esses dados poderiam refletir a maior importância social dos homens no quadro da comunidade judaica de Niterói? Ou ainda, se a pouca informação obtida sobre as mulheres da 2ª. geração espelharia o reduzido espaço de deslocamento/negociação feminina com seu grupo de origem? Em outras palavras, que uma grande parcela delas ainda estava confinada no espaço doméstico, presa das tradições e com menores chances de negociação junto as suas famílias?

Em um último esforço de compreensão dos dados apurados, apresento abaixo, a estatística comparativa entre homens e mulheres, considerando o total de 431 indivíduos identificados.

Quadro 17

Distribuição comparativa entre homens e mulheres com percentuais parciais e gerais

	HOMENS	% MASC.	MULHERES	% FEM.
DOUTORES	164	38,05%	52	12,06%
COMERCIANTES	40	9,29	14	3,24
TÉCNICOS	4	0,93	35	8,13
SEM INFORMAÇÃO PROFISSIONAL	11	2,56	51	11,83

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	3	0,69	4	0,93
DO LAR	-----		41	9,51
OUTROS	6	1,39	6	1,39
TOTAL	228	52,91%	203	47,09%
TOTAL GERAL IDENTIFICADOS	431			

Os números acima ensejam, ainda, uma última palavra sobre a importância da aquisição do título universitário para as primeiras gerações, a despeito do que representava no próprio Brasil. A titulação resumia em si todas as aspirações contidas na “haskalá”, o iluminismo judaico: levar os judeus para as largas avenidas da modernidade ocidental. Em Niterói, como vimos, essa aspiração foi uma questão.

Ao longo da pesquisa, foram inúmeros os registros da importância social do título de doutor para a coletividade como, por exemplo, o trecho do *Jornal Nossa Voz*, de 7-1-1951, reproduzido no Álbum de Moisés Kawa. Nele noticiava-se a festa realizada na Biblioteca Davi Frischman, por ocasião da formatura de alguns de seus jovens membros:

Iniciando, o representante da diretoria Henrique Goldnadel cumprimenta todos os jovens formandos. Os jovens Maurício Nissembaun, Carlos Kawa, Janete Diamante e Max Kaplan, entre outros, em suas falas transmitem que o objetivo de alcançar o título ‘Doutor’ não deve ser apenas a garantia de sua existência material, ele deve estar a frente do bem estar da população que luta pela paz e justiça no mundo em geral.

As fontes orais atestaram de forma contundente o alto valor da educação para o grupo, assinalando uma vez mais, a assimilação integral do grupo dos valores das comunidades de origem, sobretudo, do “mito do povo do livro”. Paulo Velmovitsky foi um dos que asseverou em sua narrativa, a preocupação geral da coletividade em educar seus filhos:

Os judeus de modo geral sempre voltaram suas atividades para o problema da educação, da instrução, eles não deixam um filho sem ir à escola, de maneira nenhuma. Ele pode passar fome, misérias, mas o filho vai à Escola. Então meu pai, seguindo essa orientação, (de um modo geral) da coletividade, ele procurou colocar cada um de nós cinco na escola...⁴⁷⁴

A primeira geração nascida em Niterói fez seus estudos no Externato Volga, no Ginásio Bithencout Silva e nas escolas públicas de nível alto como o Liceu Nilo Peçanha, no centro da cidade. Como Paulo e seus cinco irmãos, muitos se aventuravam diariamente, nas barcas da Cantareira para cursar o ginásial e o secundário no tradicional Colégio Pedro II.

Alguns em razão dos elevados custos da universidade, conciliaram o trabalho temporário como prestamista, com os estudos. Esse foi o caso já mencionado de Jacó Lipster. Outros, como o próprio Paulo, assumiram essa tarefa em função de situações especiais.

Velmovitsky, que se formou como engenheiro em 1954, trabalhou oito meses como prestamista durante o tempo em que o pai esteve doente. Com parte do dinheiro que ganhou, comprou a primeira jóia com que presenteou a mulher, Etília. Sua atuação como ambulante encerrou-se com a morte do pai, quando procurou reaver o capital acumulado.

Desse período, o narrador guardou um fato pitoresco. Para tentar reaver o dinheiro das prestações após a morte do pai, foi a uma repartição pública cobrar a mensalidade de certo funcionário. Ao se apresentar como cobrador, o sujeito o repreendeu na frente de todos os outros empregados. Não satisfeito, levou-o para o banheiro, e com as portas fechadas ordenou que falasse com discrição. Das lembranças de Paulo emergiram ecos da conversa travada no recinto:

O que é que o senhor quer?
O Sr. tem um débito com meu pai, meu pai faleceu.
Não pelo amor de Deus, o Sr, passa aqui outra hora.
Então passei, (ele) não pagou. O tempo passou e eu fui nomeado Secretário de Obras da Prefeitura, chefe dele (risos): ele pagou e pediu demissão.

É claro que a realidade é sempre muito diferente daquilo que a memória sacraliza, porém, o conjunto dos depoimentos coletados assinalou a formação de um discurso consensual no tocante à diplomação. Mito ou não, é impossível resgatar o significado do título de doutor para esses imigrantes, muito menos o que passaram para conseguirem seu objetivo.

Na tentativa de mensurar a importância da graduação nas profissões liberais, selecionei entre as fontes, narrativas que fossem emblemáticas sobre o assunto. Curiosamente, todas envolvem a família Velmovitsky. Não que faltassem outros exemplos, mas o simbolismo destes vale ao destaque.

No primeiro caso, nosso depoente, Paulo, narra o episódio da sua formatura em engenharia e a do irmão, Milton, em medicina:

Nós fomos levar nosso anel de formatura para o meu pai que estava de cama no Hospital Santa Cruz, com câncer, já muito mal. Então, nós quando chegamos lá... O Milton tinha feito um concurso para a Marinha e se tornou Oficial de Marinha Médico, ele era um rapaz bonito, bem apessoado, ele quando chegou lá no hospital com a farda da marinha, branca, chapéu, aquela coisa imponente... Nós chegamos lá, nós pegamos o velho de jeito — Aqui está nosso anel de formatura e é o senhor que vai colocar no nosso dedo, (foi) o senhor que nos formou. Dei o anel a ele... Ele começou a chorar... Parecia uma criança chorando, emocionado.

O segundo foi extraído da seção *Caixinha de Lembranças*, publicado no Informativo ADAF de junho/julho de 2004. Nele, o grupo teve oportunidade de recordar a entrega do título de “Mãe do Ano”, realizada no Centro Israelita de Niterói à D. Clara Velmovitsky, em 1958. Parte do texto, da época, escrito pelo hoje famoso jornalista Salomão Schwartzman, e transcrito para o boletim atual, contém em determinado trecho as seguintes sentenças: “(...) *Clara e seus cinco filhos doutores, seus cinco motivos de orgulho*”.

Finalmente, pesquisa de campo realizada no Cemitério da coletividade, no município de São Gonçalo, constatou o apego do grupo às carreiras liberais e ao título de “doutor”. Em muitas lápides, a profissão e a designação “dr” precede o nome do falecido. No túmulo de Max Velmovitsky, marido da mencionada Clara, e pai de Paulo, à dor dos filhos pela perda do ente querido, transparece o orgulho da posição alcançada graças aos esforços do falecido. Na lápide observamos o seguinte texto:



Fonte 6: Cemitério Israelita de Niterói.

Max, querido esposo e pai, a ti nossa profunda
 gratidão pelo muito que fizeste.
 Saudades eternas.
 Clara Velmovitsky,
 Dr. Samuel Velmovitsky
 Dr. Salomão Velmovitsky
 Dr. Paulo Velmovitsky
 Dr. Milton Velmovitsky
 Dr. Benjamim Velmovitsky.

Pelo exposto, não cabe dúvida quanto a importância da educação na vida das primeiras gerações, sobretudo como estratégia de inserção social. Afinal ao registrarem os títulos nas lápides, muito além da homenagem que desejavam prestar aos falecidos, seus descendentes quiseram deixar gravados na pedra para a eternidade, o status adquirido.

No caso dos judeus em Niterói, esses títulos foram garantia da cidadania, e ruptura definitiva com o “*andar sem destino do Judeu Errante*” tão bem descrito por Carlos Drummond de Andrade.

Na capital fluminense suas vidas encontraram um sentido, “*banco*”, e “*cama*”, como sonhava o poeta perseguido pela incômoda imagem do “*errante*”. E ao deixarem as “*marcas de seus pés*”, nas ruas e calçadas da cidade se misturaram a ela, libertando-se das correntes que os prendiam ao passado.

5. JUDEUS E JUDEUS EM NITERÓI

Num mundo total e completamente dividido em domínios estatais, não havia espaço para o internacionalismo e cada pedacinho de terra sem dono era um convite permanente para a agressão. Ao mundo entupido de nações e estados abominava o vazio nacional. Os judeus encontravam-se neste vazio, eram o vazio. (BAUMAN, 1998, p. 74)

I

Em fins do século XIX, uma população de aproximadamente 3000 judeus habitava no Brasil⁴⁷⁵, nada se comparado à extraordinária afluência de judeus para os Estados Unidos. Estima-se que entre 1840 e 1920, cerca de 2.297 mil judeus tenham emigrado para aquele país enquanto pouco mais de 10.000 se dirigiram para o vasto território brasileiro⁴⁷⁶.

Dentre aqueles que escolheram o Brasil ainda nos tempos do império, boa parte era constituído por comerciantes atraídos pela abertura dos portos em 1808, e por sefaradis do norte da África, seduzidos pelas possibilidades de enriquecimento derivadas da borracha na Amazônia, a partir de 1826. Outra parte, composta por judeus ingleses, alemães, norte-americanos e franceses, pertenciam a certa classe média ligada ao setor do comércio e da manufatura no Rio de Janeiro, do último quartel do século XIX. Havia ainda, indivíduos procedentes da Bessarábia, dispostos a ganhar dinheiro e voltar para casa, como era hábito na maioria dos grupos de imigrantes.

A partir de 1900, entretanto, outro tipo de imigração judaica se desenvolveu. De um lado, judeus russos, vítimas da política czarista da russificação⁴⁷⁷ e de outro, imigrantes subsidiados pela Jewish Colonization Association (ICA).

Fundada em 1891, pelo Barão Maurice de Hirsch de Gereuth, a ICA promovia o estabelecimento de colônias agrícolas judaicas na América, com o intuito de livrar da pobreza e da perseguição judeus originários da Europa Oriental e dos Balcãs.

Entre 1904 e 1924, duas colônias foram instituídas pela ICA no Brasil, na fronteira entre o Rio Grande do Sul e a Argentina: *Philipson* e *Quatro Irmãos*⁴⁷⁸. Diferente dos grupos anteriormente fixados no país, o pensamento desses imigrantes não comportava a idéia de voltar: “*a emigração para o Brasil era o início de uma nova vida que jamais poderia incluir uma volta para casa.*”⁴⁷⁹

Também em 1904, a ICA abriu um escritório no Rio de Janeiro, a fim de facilitar a entrada de judeus das mais diversas partes do império czarista, como a Polônia e a Romênia russas, sobreviventes dos terríveis *pogroms* de 1903 e 1905⁴⁸⁰.

Porém, foi a partir da década de 1920, na conjuntura dramática de desestruturação econômica européia pós-primeira guerra mundial, pela fuga apressada de milhares de indivíduos perseguidos pela revolução russa e ainda das restrições adotadas pelos governos dos Estados Unidos, Canadá e Argentina à entrada de estrangeiros, que judeus do leste europeu começaram a chegar em número maior ao Brasil. No período que medeia os anos entre 1880 e 1920, 10 mil judeus aportaram no país. Já entre 1924 e 1934, este número cresceu para 42.000, ou seja, em um intervalo quatro vezes menor, a imigração judaica quadruplicou⁴⁸¹.

Assim, o Brasil se tornou um dos principais destinos para os judeus que decidiram pela emigração como solução para suas vidas, e o porto do Rio de Janeiro, o lugar privilegiado para o desembarque no novo mundo.

Novo mundo, nova existência. Mas afinal, quem eram os judeus que saltavam das listas de passageiros dos vapores que atracaram no porto da capital federal, nas primeiras décadas do século XX? De que “mundo” saíram? O que pensavam? Como (re) organizaram suas vidas nas sociedades de destino?

Em última instância, quem era e o que pensavam os imigrantes judeus que atravessaram as águas calmas da Baía de Guanabara para (re)criar seu mundo na capital do antigo Estado do Rio de Janeiro? Responder a essas questões é o objetivo desse capítulo.

5.1. A Identidade Judaica nos Tempos Modernos. Conflitos e Emigração

No período anterior à crise do Antigo Regime, o lugar do judeu estava definido, socialmente acomodado na função de intermediário entre dois sistemas econômicos — as formas feudais de produção e as formas de economia monetária existentes no período⁴⁸².

Equilíbrio precário entre uma atividade desprezada — o comércio e o estigma de ser judeu. Seu capital não traduzia poder de fato, mas garantia certo grau de isolamento e a manutenção da estrutura interna tradicional do judaísmo — a esperança messiânica, a obediência aos mandamentos e a auto-organização comunal⁴⁸³.

No entanto, o desmonte da ordem feudal com o advento do capitalismo e a série de convulsões políticas que cortaram os anos revolucionários de 1789 a 1848, destruíram o *status quo* do comerciante judeu. Em outras palavras:

O limiar da modernidade retira o judeu do gueto, impõe condições e o recoloca em locais socialmente distintos, determinados não mais por uma ordem social estática, mas sim em uma sociedade complexa cujas determinações sociais estão vinculadas ao desenvolvimento histórico de cada região.⁴⁸⁴

Na Europa do leste, o quadro se agravou com o desaparecimento da Polônia, partilhada ao longo dos oitocentos, pela Prússia, pela Rússia, e pelo Império Austro-húngaro, respectivamente, o que tornou insuportável a situação do judeu oriental. Nesse contexto, tanto a emigração como a passagem para novas profissões, surgiram como possibilidades últimas de sobrevivência. Assim, “*o fluxo de imigrantes judeus vindos da Europa oriental reaviva a questão judaica*”⁴⁸⁵.

Destarte que em um mundo dominado por estados-nações, o judeu supranacional caiu no vazio nacional, atraindo para si os olhares desconfiados da nova ordem estabelecida⁴⁸⁶. De modo que o judeu entrou na modernidade desprovido de função. Colocava-se, pois, a “questão judaica”: o que fazer com uma minoria cujo estilo de vida não tinha lugar no estado moderno e cuja função histórica se encontrava desprestigiada?⁴⁸⁷

Foi nesse contexto que se deu o encontro do socialismo e do nacionalismo com o judaísmo, tradução em parte, das profundas transformações porque passou a Europa no período da “dupla revolução”. De outro modo, resposta dos militantes judeus para os dilemas e angústias que afligiam os “descendentes de Davi”, naquele momento histórico.

Embora essa resposta tenha variado de região para região, é possível resumir em quatro pontos as soluções encontradas pelos militantes judeus para o que consideravam como

o “*problema judaico*”—o *autonomismo local, o socialismo, o territorialismo, e o sionismo*⁴⁸⁸. No caso específico em estudo, os judeus radicados em Niterói trouxeram na bagagem um pouco da militância socialista e/ou sionista das terras de origem.

5.1.1. A Militância Socialista e as Tendências Assimilacionistas

De acordo com Ghermam, na Europa Ocidental, a militância judaica variou entre uma posição de integração e conformismo, estabelecendo uma dinâmica nacional, culturalmente assimilacionista e politicamente conformista⁴⁸⁹.

Na área que compreendia o antigo Império Austro-Húngaro e a Alemanha, o desenvolvimento tardio e acelerado da industrialização correspondeu à emancipação legal dos judeus, o que refletiu no desenvolvimento de uma burguesia judaica. Disto decorreu um ativo processo de assimilação que aproximou o judeu do meio cultural alemão. Todavia, esse processo foi crivado de ambigüidades e contradições.

Majoritariamente urbanos e vinculados à atividade comercial, esse “judeu alemão” tinha como aspiração fundamental o desejo de assimilação, integração e aculturação à nação germânica, o que levou muitos a romperem quase por completo com sua cultura de origem e a experimentarem um encontro efetivo com a cultura alemã.

Não obstante, tal desejo era bloqueado pelo fechamento de alguns domínios da sociedade alemã aos judeus, especialmente as profissões de maior prestígio social, restando apenas as carreiras liberais, através das universidades: único meio possível para alcançar o prestígio social desejado⁴⁹⁰.

Decorrente desse processo surgiu uma nova categoria social, “a intelectualidade judaica”. Os intelectuais judeus, inconformados com os limites impostos à sua integração à sociedade alemã, críticos da economia capitalista da qual eram originários, e submetidos a um novo tipo de anti-semitismo não mais restrito ao aspecto religioso, vão abraçar fortemente a militância de esquerda.

Nas palavras de Michel Lowy:

(...) como escreve Hanna Arendt, esse novo tipo de intelectuais judeus (...) encontra-se particularmente exposto à onda de ódio anti-judeu na virada do século, e é em seu interior que se desenvolve a ‘consciência pária’ rebelde, oposta à postura conformista do novo rico. Ora para o pária não há senão somente duas

possibilidades ou a auto-negação radical (...) ou um questionamento radical dos valores da sociedade que desvalorizou sua alteridade ⁴⁹¹.

Nesse sentido, para além das novas doutrinas políticas em desenvolvimento no período, ser de esquerda significava, de modo geral e amplo, a crença absoluta na razão e no progresso, na liberdade e nos direitos de cidadania, ao passo que ser de direita, entre outras coisas, implicava numa postura anti-semita ⁴⁹².

Deve-se dizer ainda que paralelo a essa intelectualidade judaica alemã, uma parcela minoritária de imigrantes judeus oriundos da Europa Oriental proletarizou-se nas periferias das cidades alemães, isolados na cultura ídiche e praticantes de uma militância socialista ⁴⁹³.

No caso específico da Europa Oriental, constituídos por uma massa gigantesca de pequenos comerciantes e artesãos pobres, privados de qualquer direito e submetidos regularmente à violência exacerbada dos pogrons, os judeus ligaram-se visceralmente ao movimento operário e à militância socialista, associados ainda, ao florescimento da cultura ídishe.

É preciso registrar que o choque entre o internacionalismo marxista e o localismo da identidade judaica produziu uma renovação conflituosa da identidade local, desde as profissões ao estilo de vida tradicional. Dessa forma, emergiu uma nova identidade judaica, secularizada e próxima da realidade miserável das massas. Sua identificação com a língua ídiche conferiu-lhes uma espécie de “nacionalidade”.

De acordo com Gherman, o ídishe:

...trazia consigo o ‘estigma do povo’, daí que a opção por uma língua representasse um posicionamento político, principalmente quando se constatava que muitos, e talvez a maioria dos intelectuais, tivesse que aprender o ídishe — de outro modo seria impossível aproximar-se dos operários judeus — ela passaria a carregar uma significação ideológica que, ao contrário da aparência, consistia na aproximação do próprio caráter operário do movimento em oposição às camadas burguesas. ⁴⁹⁴

De notar que o processo de diferenciação social efetivado pelo tardio desenvolvimento do capitalismo na Rússia Czarista e nas suas áreas anexas provocou o deslocamento do artesão judeu para o trabalho na pequena indústria e, desta, expulso pela mecanização da produção para sucessivas ondas imigratórias ⁴⁹⁵, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO DA EMIGRAÇÃO JUDIA DA EUROPA ORIENTAL

ENTRE 1880-1929 ⁴⁹⁶

DESTINO	RÚSSIA	AUSTRO-HÚNGARO	ROMÊNIA
EUA	1.749.000	597.000	161.000
Argentina	100.000	40.000	20.000
Brasil	6.000	10.000	4.000
Inglaterra	130.000	40.000	30.000
Alemanha	25.000	75.000	-
França	4.000	40.000	-

Uma vez emigrados, tais operários vão exercer profunda influência política nos locais de chegada, reascendendo, por um lado, a questão judaica, por outro, constituindo-se tal qual as organizações sociais de origem, “*formando nesse sentido uma emigração específica dentro das comunidades de imigrantes do novo mundo*”⁴⁹⁷.

Na Europa oriental, as primeiras organizações judaicas datam da década de 1870 e tinham como pretensão a formação de uma espécie de vanguarda de operários judeus letrados e centrados em torno do ídiche. A evolução desse movimento resultou na década de 1890 no aparecimento de organizações socialistas e, especialmente, em 1897, na formação do Bund, União Geral dos Trabalhadores da Lituânia, Polônia e Rússia⁴⁹⁸, cuja perspectiva consistia na organização de um movimento de massas judaico, baseado na sua própria cultura.

Portanto, os judeus progressistas que vieram “*fazer a América*”, até a 1ª. metade do século XX, ao organizarem-se em torno de suas instituições, mormente bibliotecas, evocavam, de um lado, a memória pregressa do socialismo judeu na virada do século, e de outro sinalizavam uma tomada de posição nas sociedade de acolhimento.

5.1.2 O Sionismo

Diferentemente do avanço das teses socialistas e assimilacionistas sobre as massas judias da Europa central e do leste, o movimento sionista⁴⁹⁹ não encantou as massas imediatamente. De acordo com Jayme Pinsky,

O sionismo como idéia não encantou as massas quando surgiu. Tanto não encantou as massas que, a partir de 1897 e nos 20 ou 30 anos seguintes vieram mais judeus para a Argentina do que para a Palestina.⁵⁰⁰

Na verdade, desde a 1ª metade do século XIX, quando o ideal de retorno à Terra Santa e da construção de um estado judaico autônomo deixou o campo das utopias para tornar-se proposição política séria, a causa do sionismo dividiu os judeus.

Por um lado, angariou uma gama variada de opositores — grupos de judeus ortodoxos, reformistas e mais tarde de membros do Bund, que por razões diferenciadas resistiram a esse tipo de nacionalismo judaico⁵⁰¹.

Por outro lado, parte da intelectualidade e escritores judeus como Nachman Krocham (1785-1840), Salomão Rapaport (1790-1867), Samuel Davi Luzato (1800-1865), Heinrich Graetz (1817-1891), Micah Joseph Lebensohn (1794-1878) e Abraham Mapu (1808-1867), estimularam o desenvolvimento dos ideais nacionais e de colonização da Palestina junto à população européia. Além disso, dedicaram-se à escrita de um tipo de história nacional que valorizava o passado judaico na região, vangloriava seus antigos heróis e tinha ainda na língua hebraica uma espécie de estandarte dos ideais nacionais judaicos⁵⁰².

Em 1862, com a publicação do folheto *Roma e Jerusalém*, do socialista Moses Hess, judeu alemão, a questão do ideal nacional judaico foi colocada em novos termos. Além de pregar o retorno à Palestina e a edificação de um Estado judeu na região, Hess criticou as correntes religiosas pela negação do ideal nacional e sublinhou a necessidade de organização de um congresso para se tratar da colonização da Palestina⁵⁰³.

Dez anos depois, o filantropo judeu Charles Netter propôs através da *Alliance Israelite Universelle*⁵⁰⁴, a construção de uma escola agrícola em Nikeveh Israel, perto de Jafra, e ensinou a jovens colonos judeus métodos científicos de cultivo da terra. No mesmo período a *Agência Judaica*, entidade com escritórios espalhados em várias capitais européias, comprometia-se a estimular a emigração de jovens judeus para a Palestina⁵⁰⁵.

Contudo, o passo decisivo para superar a resistência dos judeus ortodoxos russos e disseminar as idéias sionistas na Europa do leste, veio através da publicação do folheto *Auto-Emancipação*, escrito pelo médico Yehudá Leib Pinsker (1821-1891)⁵⁰⁶.

Nele, o autor apelava à nação judaica para assumir uma consciência e uma vida de independência nacional. Para ele, o anti-semitismo não desapareceria com a migração para outros países. Apenas uma medida radical como a construção de um estado nacional, poderia libertar os judeus de todos os medos. A repercussão desse folheto precipitou a fundação do

movimento religioso proto-sionista Chibat Sion⁵⁰⁷, antecessor da Organização Sionista Mundial.

Logo, tanto na Rússia, sob os auspícios das Hovevé Sion⁵⁰⁸, como na Europa Central, sociedades defensoras do sionismo se multiplicaram, competindo e/ou misturando-se à militância socialista.

Nessa mesma época na Europa ocidental, a publicação do panfleto Der Judenstaat (O Estado judeu) de Theodor Herzl, ironicamente um judeu assimilado, acabou por revolucionar todo o movimento sionista.

Escrito sob o impacto do caso Dreyfus, Herzl (1860-1904), jornalista vienense totalmente desligado de organizações sionistas e da realidade dos judeus do leste, propôs um esforço internacional para a resolução do problema judaico através da criação de um Estado judeu independente ou autônomo. Seu chamado envolveu tanto as organizações estudantis da época, como incluiu os judeus do leste⁵⁰⁹.

Da teoria para a prática, Herzl revolucionou o sionismo ao propor um concerto internacional para a construção do estado judeu livre, colocando lado a lado judeus das diversas regiões da Europa. Para tanto fundou a Organização Sionista Mundial, e convocou o 1º congresso sionista internacional.

Nesse evento histórico, ocorrido na cidade de Basiléia, na Suíça, em 1897, compareceram dezenas de organizações suprapartidárias representativas dos judeus europeus, e uma multiplicidade de propostas foram debatidas.

Desse congresso resultou a apresentação para o mundo do sionismo como um movimento nacional do povo judeu, e da Palestina como o lugar privilegiado para o estado israelita. Finalmente, foram fixadas as metas do sionismo, ou de outra forma, estabelecidos os objetivos nacionais do “povo de Davi.”⁵¹⁰

A partir de Herzl, portanto, o movimento sionista, deixou de ser apenas uma continuação histórica do messianismo judaico para transformar-se em movimento político ativo, e “o problema da libertação nacional foi retirado de sua áurea mística e afastado de tendências assimilacionistas para ser integrado na modernidade⁵¹¹”.

De 1897 em diante, o sionismo ganhou força na política européia, apesar da diversificação de tendências e da absoluta falta de consenso existente entre elas⁵¹².

Em 1902, o 1º. Ministro britânico, Joseph Chamberlain falou pela primeira vez da possibilidade de se criar um estado judeu autônomo dentro dos marcos do Império Britânico, e, em 1903, a Organização Sionista Mundial, liderada por Herzl foi oficialmente reconhecida pelo governo inglês.

Finalmente, em 1917, em meio ao conflito mundial, o governo britânico, por meio da Declaração Balfour⁵¹³, expressou simpatia pelas aspirações judaicas. Poucas semanas mais tarde, após a invasão britânica da Palestina, uma comissão sionista foi criada para representar os interesses judeus na região. Imediatamente, nas sinagogas e instituições judaicas de todo mundo iniciou-se uma grande campanha de arrecadação de fundos para a realização do projeto sionista.⁵¹⁴

É possível afirmar, portanto, que os imigrantes judeus da Europa Oriental que se radicaram no Brasil, na primeira metade do século XX, já chegaram “posicionados”. Recortados por inúmeras tendências ideológicas, originárias do mundo que deixavam para trás, perfizeram comunidades dinâmicas, marcadas por um vigoroso ativismo político. Nelas, tipos característicos dos anos finais do oitocentos — socialistas, comunistas, sociais-democratas, sindicalistas, meros simpatizantes, além dos sionistas, atualizaram no presente, os conflitos do passado, ao mesmo tempo em que inventavam novas formas de ser judeu.

Cada grupo emigrado levou para o interior do país de destino questões específicas que demarcavam sua historicidade e os referenciais organizativos das novas identidades judaicas — o ídiche, o teatro, a música, o sionismo, enfim, referências da terra de origem que serviram de fator aglutinador no novo mundo.

Entenda-se, pois, que os judeus progressistas que encontraremos mais tarde em Niterói e nas demais entidades da esquerda judaica, já vieram de seus países de origem “vermelhos” e foi em torno dessa militância que se aglutinaram no Brasil, reconstruindo suas redes de relações — bibliotecas, cozinhas, escolas de ídiche, teatros, jornais, etc., característicos de seu ambiente político-cultural de origem. O mesmo pode ser dito sobre o judeu sionista e sionista religioso que reencontraremos posteriormente na capital fluminense.

5.2. A questão judaica no Brasil: engajamento e militância

A imigração de judeus asquenazis para o continente americano, na primeira metade do século XX, como vimos, teve como subproduto a exportação da questão judaica para os países de destino.

Mas, no caso brasileiro, ao abrir a bagagem e retirar a explosiva questão judaica do seu interior, o imigrante judeu, de diferentes nacionalidades, deparou-se com um cenário de profunda e crescente transformação social.

Entre 1889 e 1930, o Brasil passou por experiências contínuas de mudanças, centradas na transição de uma sociedade escravista e altamente hierarquizada para uma ordem capitalista, liberal e republicana. Em meio a esse penoso processo, as elites políticas e econômicas dividiram-se entre a reafirmação de uma suposta vocação agrícola para o país e a busca por alternativas econômicas viáveis. Simultaneamente, o país mergulhava em práticas radicais de modernização urbana e industrialização, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao longo desse período, governo e intelectuais protagonizaram um amplo debate sobre o papel do imigrante na construção da nação, acabando por atribuírem ao estrangeiro a tarefa de modernizar o país, branquear a população e apagar os vícios seculares da escravidão.

Em meio a tantas questões cujas soluções nem sempre resultaram no tão desejado progresso, o Brasil republicano viu o nascimento da questão social⁵¹⁵, a intensificação do debate sobre o imigrante ideal, e a criminalização dos “indesejáveis”⁵¹⁶.

A turbulência desse cenário deve ser medido também pelas crescentes pressões políticas oriundas de setores médios urbanos da sociedade brasileira, e os jovens tenentes do exército⁵¹⁷, que na década de 1920, partiram para o confronto permanente com as oligarquias tradicionais que se encontravam no poder.

O caldo de cultura formado por esse ambiente propiciou o desenvolvimento, por um lado, de ideologias de esquerda, como o comunismo e para tanto vale lembrar a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, e o impacto da Coluna Prestes(1924-27) sobre o imaginário da época, e por outro lado, o avanço de ideologias nacionalistas de variados matizes.

Ao cabo desse período, em 1930, um movimento “revolucionário” heterogêneo, liderado por Getúlio Vargas e que combinava em si forças políticas contraditórias como os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos das oligarquias dissidentes e um pouco mais tarde, os industriais, pôs termo ao falso liberalismo da 1ª. República⁵¹⁸.

A Revolução de Trinta, incorporou ao cenário político, atores anteriormente excluídos, e, sobretudo, a velha “questão social”. Esta, interpretada no período anterior como um caso de polícia, saiu das ruas para adentrar os salões do Palácio do Catete. E, sob o comando do político gaúcho, o clamor da classe trabalhadora urbana começou a ser “enquadrado”⁵¹⁹ por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio⁵²⁰.

A Era Vargas consolidou ao longo de 15 anos, 1930-1945, uma vasta obra de modernização do país, onde passou a vigorar uma legislação de dupla proteção ao trabalhador nacional — a legislação trabalhista e previdenciária — e novas regras para a imigração.

Dentre as leis trabalhistas elaboradas no período destacam-se o Decreto 19.433 de 26 de novembro de 1930, a Lei de Nacionalização do trabalho⁵²¹, e o Decreto 20.291 de 12 de agosto de 1931 (a Lei dos 2/3), que ao estabelecer cotas anuais de imigração⁵²², objetivava o enfrentamento, de um lado, do crescente desemprego, provocado pela grande depressão mundial de 1929, e de outro, de antigas reivindicações dos trabalhadores nacionais, obumbrados pelos estrangeiros.

Em suma, foi esse o cenário que os imigrantes judeus vislumbraram antes de retirarem das malas suas próprias questões políticas, ideológicas, e culturais, teatro onde se inseriram e protagonizaram algumas cenas.

A imigração judaica cresceu no Brasil justamente a partir dos anos de 1920 a 1930⁵²³, período também em que a comunidade israelita carioca se institucionalizou plenamente. Essas instituições – progressistas, religiosas ou sionistas de direita e/ou de esquerda, nascidas da convergência entre o explosivo cenário social brasileiro da época e o incendiário arsenal de ideologias existentes na bagagem desses imigrantes, vão refletir uma intensa militância política, tanto para dentro da comunidade como para fora dos muros comunitários.

No caso do Rio de Janeiro, a região da Praça Onze de Junho, posteriormente sepultada pelas pistas de asfalto da Avenida Presidente Vargas, reuniu uma grande quantidade de judeus asquenazi⁵²⁴, de diferentes regiões da Europa Oriental.

Nesse lugar, em meio a vários conjuntos étnicos, especialmente de negros, construíram uma densa rede institucional⁵²⁵, baseada em sinagogas de diversos ritos, bibliotecas, escolas, clubes sociais, organizações sionistas de vários tipos, comitês de socorro às vítimas da guerra, comitês de auxílio aos recém-chegados, associações femininas, funerárias, religiosas, de prostitutas, operárias, associações de judeus de diversas nacionalidades, cooperativas de crédito, bancos, e entidades de socorro mútuo e auxílio médico.

A lista permaneceria incompleta se não se mencionar a existência de meios de comunicação próprios, formada por jornais, revistas, opúsculos, e boletins, que desde 1916⁵²⁶ demarcaram um lugar para a imprensa judaica na cidade. A historiadora Fânia Fridman, arrolou um conjunto de aproximadamente 100 instituições, além de uma extensa lista de restaurantes, cafés, sorveterias, lojas de comestíveis, pensões, tipografias, e açougues que deram suporte à vida judaica no local⁵²⁷.

No final da década de 1920, o segmento auto-intitulado progressista deu margem a estruturação de uma “esquerda judaica”, ao passo que o setor sionista apresentava-se ainda em

fase de estruturação, contando uma débil organização⁵²⁸. Sobre o desenvolvimento da esquerda judaica no Rio de Janeiro na década de 30, Avraham Milgran destaca que:

Os judeus comunistas idischistas eram todos imigrantes na maioria absoluta dos casos, adultos, jovens e solteiros quando chegaram ao Brasil, expressando-se em ídish e muitos deles, principalmente os operários, tinham atrás de si um recorde de atividades sindicalistas ou mesmo em partidos como o bund ou em partidos socialistas e comunistas nos seus países de origem. Estes não só encontraram no novo ambiente seu campo natural de ação, mas também, seus antigos adversários do velho mundo, configurados no sionismo, na burguesia judaica e no capitalismo em geral. O transplante de idéias, partidos, imagens, fidelidades ideológicas e investidas contra antigos rivais eram no todo uma extensão do seu etos político-ideológico anterior à emigração.⁵²⁹

O “etos político-ideológico” do qual fala Milgram pode ser descrito, como vimos, pela extrema institucionalização da comunidade e no elevado número de clivagens que separavam em campos opostos os grupos e associações:

pela origem étnico-geográfica (sefaradins x askenazins); pela orientação religiosa (ortodoxos x liberais x agnósticos); pelo modelo proposto do estado judaico (Sion x Birobidzan); pela preferência político-ideológica (conservadores x progressistas x reformistas) e pela escolha lingüística (idischistas x hebraístas).⁵³⁰

Pelo lado da esquerda judaica do Rio de Janeiro — cidade e estado, a Biblioteca Israelita Sholem Aleichem (BIBSA), foi o centro calizador dos militantes progressistas, e em conjunto com a Biblioteca Davi Frischman (de Niterói), o Colégio Israelita Brasileiro Sholem Aleichem, a Escola Israelita Eliezer Steinberger, o Clube Cabiras, a Cozinha Popular (do trabalhador) da Praça Onze — a Árbeter Kich, o Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR) e o Centro Obreiro Brasileiro Morris Wintschevsky, formou a frente de esquerda não sionista do Rio de Janeiro⁵³¹.

A Biblioteca Sholem Aleichem (BIBSA), entidade co-irmã da Biblioteca Davi Frischman, foi fundada em 1915 sem qualquer nota ideológica. Após intensa disputa entre as diversas correntes da comunidade, foi transformada, no ponto de convergência da esquerda judaica local, espécie de centro “progressista” da Praça Onze, onde funcionava.

A designação “progressista” abriga um conjunto amplo de definições que podem incluir ou não uma militância socialista. Entre os entrevistados, Rolande Fischberg, presidente da ADAF entre os anos de 2000-2006, explicou que o termo designa:

aquele que acha que deve se inserir dentro do contexto do país que vive, se integrar e participar da parte política, da parte cultural, e tudo que se refere àquele país em que nasceu embora ele permaneça com pensamento judeu, permaneça com a religião, mas o objetivo dele é se integrar mais.

A leitura matizada de Fischberg, provavelmente uma interpretação do presente sobre o passado, quando uma nova realidade social modificou o corpo social da ADAF, ameniza a relação direta entre o conceito e sua origem. De acordo com Gherman, essa denominação é uma consequência das demandas da III Internacional Socialista que entre suas metas propôs a criação de partidos que lutassem pelo progresso e independência do proletariado⁵³².

Na verdade, o termo progressista compreendia um vasto leque de denominações de esquerda que incluíam desde os comunistas, aos socialistas, bundistas e progressistas a mero simpatizantes, doadores constantes de fundos para o partido comunista. Em comum defendiam o humanismo, o pacifismo, a democracia, o laicismo na cultura, a luta pela autodeterminação dos povos, a libertação nacional, a emancipação econômica, e ainda a luta contra qualquer forma de discriminação⁵³³.

Na prática, muitos progressistas eram meros simpatizantes. Diferente de Fischberg, militante comunista, com passagens em prisões da ditadura militar, vários depoentes identificados com o cotidiano da BDF nos anos áureos de 1950-60, recusaram o rótulo de comunistas ou socialistas, desconectando-se de qualquer vínculo com partidos de esquerda.

Desde cedo a esquerda judaica flertou com a “esquerda” brasileira e em especial com o partido comunista. A propósito dessa relação, Avraham Milgran viu na proximidade entre os “judeus progressistas” e o Partido Comunista Brasileiro, uma prova incontestada da importância da esquerda judaica para a formação do partido:

No seio da imigração judaica havia uma corrente imbuída de idéias comunistas na que viria a ter importância na formação do PCB. (...) Certamente que a vinda de comunistas judeus do estrangeiro, politizados, disciplinados e com experiência revolucionária clandestina adquirida nos sistemas autoritários da Europa Oriental, incomparavelmente mais próximos e leais ao comunismo do que os anarco-sindicalistas, deixou sua marca na trajetória inicial do PCB.⁵³⁴

Marcos Chor Maio, no entanto, observa uma distinção importante no seio da militância judaica, ao diferenciar o “comunista-judeu” e o “judeu-comunista”. Não se trata, pois, de mero jogo de palavras. Para o autor, o comunista-judeu estava vinculado às estruturas gerais do partido, integrado ao próprio corpo partidário, e seu vínculo identitário principal era com o comunismo. O judeu-comunista, por sua vez, militava para a organização partidária dentro dos limites das associações progressistas. Segundo Chor:

para os comunistas-judeus, a opção assimilacionista contida na utopia marxista seria a principal possibilidade de ação política. Neste sentido, é comum observar-se o pleno engajamento de judeus no projeto de revolução socialista, sem que sua identidade étnica fosse realçada (...).

Já os judeus-comunistas, apesar de terem importantes afinidades político-ideológicas com os comunistas-judeus (...), sempre viveram a tensa relação entre a singularidade da condição judaica e a proposta universalista do projeto comunista. Neste sentido, os judeus-comunistas seriam uma expressiva parcela do povo judeu, que tiveram expressiva participação nas comunidades judaicas de diversos países, inclusive do Brasil e que consideravam a possibilidade de preservação histórico cultural do povo judeu dependeria das transformações econômicas, sociais e políticas, em direção à sociedade socialista.⁵³⁵

Na base da diferenciação proposta por Chor, pode-se entrever a contradição existente entre a inserção sócio-econômica dos imigrantes judeus no pequeno comércio das cidades, tanto como lojistas quanto na atividade da prestação, e a opção proletária dos comunistas⁵³⁶. A oposição entre os dois campos ensejou estratégias diferenciadas de construção de identidades no interior da esquerda judaica, e também na sociedade brasileira, porque em última instância estava em jogo a cidadania no país de acolhimento⁵³⁷.

Assim, se os judeus-comunistas mantiveram-se fiéis às ideologias que trouxeram da sociedade de origem, contaminaram-se, entretanto, pelas expectativas e mitos criados no Brasil, sobre o papel do imigrantes relativamente ao trabalho e à poupança⁵³⁸.

No que concerne aos comunistas-judeus, o que importava era a proposição universal da revolução socialista, que eliminaria barreiras e clivagens de classe, raça e nação.

No caso da BIBSA, mesmo tendo sediado uma Conferência de Delegados do PCB⁵³⁹, e todos seus diretores ligados a esse partido, entre 1925 e 1935⁵⁴⁰, caracterizava-se por ser uma entidade exclusivamente cultural, portadora de idéias universais, possuindo entre seus sócios progressistas de todos os tipos. Pode-se afirmar, pois, que ela foi a “ponta de lança” para a militância política deste grupo, e ponto de partida para uma ligação mais estreita entre progressistas radicais e organizações partidárias comunistas. Por essas questões, a biblioteca e os progressistas estiveram sempre sob a mira dos órgãos de repressão⁵⁴¹.

Em 1927, com a proposição de Stalin para a criação de uma “região autônoma judaica” no território de *Birobidjan*⁵⁴², na URSS, a “esquerda judaica”, começou um processo particular de institucionalização, paralelo à sua atuação nas organizações culturais da comunidade. Para Helena Lewin, Birobidjan além de constituir uma “alternativa à idéia sionista”, resolvia para os comunistas a contradição entre o universalismo marxista e o apego à condição judaica”⁵⁴³.

Essa oposição remete uma vez mais a diferenciação proposta por Chor, entre comunistas-judeus e judeus-comunistas. Diferenças ideológicas matizavam a atuação política

entre os dois grupos: enquanto os primeiros se ligavam às estruturas do partido e deixavam em segundo plano a identidade judaica, o segundo grupo exercia atividades para o partido mediado pelas organizações progressistas da comunidade. E isto se deu basicamente através da arrecadação contínua de fundos para o partido.

É bem verdade que o endurecimento da legislação contra o imigrante, o medo de ser expulso do país, a propaganda nos jornais que veiculava uma ligação estreita entre judaísmo e comunismo, e de possíveis ameaças anti-semitas, afastaram muitos progressistas da militância cotidiana nas hostes partidárias.

Diversos autores⁵⁴⁴ chamaram atenção ainda, para a oposição existente entre a postura ideológica desses homens e as ambições sociais do imigrante, distanciados em sua prática cotidiana da realidade do proletariado. Tal constrangimento ter-se-ia constituído numa barreira para uma atuação direta no partido, e direcionado uma ação para dentro dos quadros da coletividade.

A criação pelo partido, de um setor judeu vinculado imediatamente ao setor financeiro⁵⁴⁵, responsável pela arrecadação de fundos para a causa revolucionária, baseou-se numa relação existente desde a década de 1920.

Assim, em organizações como a BIBSA atuavam células do setor judeu com a finalidade básica de angariar doações de simpatizantes. Tudo indica que na Biblioteca Davi Frischman, como veremos adiante, fato semelhante tenha ocorrido.

O setor judaico, numa clara instrumentalização dos progressistas pelo partido, foi o reponsável também por angariar doações para a colonização judaica em Birobján.

Em 1928, várias organizações foram criadas, entre elas, o Centro Operário Morris Winchevsky, e a Brazkor, sigla para Sociedade Brasileira Pró-colonização Judaica na União Soviética, com a participação explícita de judeus comunistas e bundistas.

A Brazkor pretendia ser no seu nascedouro, uma organização filantrópica aberta para todas as instituições judaicas, o que foi impossível devido a radicalização dos conflitos ideológicos internos à comunidade do Rio de Janeiro.

Segundo Michel Gherman, os responsáveis pela Brazkor, antenados com a conjuntura turbulenta dos anos trinta e com o aumento da pressão e vigilância sobre os judeus, buscaram novas estratégias de organização e arrecadação de fundos. E a partir de 1934, no seu endereço na Praça XI, à Rua Visconde de Itaúna, 155, sobrado, mantiveram um restaurante popular, conhecido como Cozinha dos Trabalhadores ou “Árbeter Kich”, e uma revista denominada Voleskultur (Cultura Moderna).

Todavia ser judeu e comunista naqueles anos era uma temeridade. No calor da década de 1930, uma crescente onda de radicalização política tomou conta do país. Tipos diversos de nacionalismos — autoritário, xenófobo, anticomunista, assim como o integralismo se confrontaram com adeptos do comunismo, além do que petardos de anti-semitismo assombraram a coletividade judaica.

No ano de 1935, os embates políticos entre as diversas forças sociais acirraram-se ainda mais: crescia o prestígio do “cavaleiro da esperança”, Luís Carlos Prestes, e a Aliança Nacional libertadora aumentava o número de simpatizantes por todo o país⁵⁴⁶. A Ação Integralista Brasileira⁵⁴⁷, de Plínio Salgado e Gustavo Barros açulava à violência contra os comunistas em tumultuados comícios. O agravamento do debate político encheu de presos as cadeias do Distrito Federal. Em meio a esse clima estourou a revolta comunista de 1935.

A 23 de novembro daquele ano, explodiu em Recife e Natal um levante comunista⁵⁴⁸. Enquanto as notícias chegavam à capital federal, a repressão chefiada por Filinto Muller, o truculento chefe de polícia do distrito federal, e simpatizante das forças nazi-fascistas, não perdeu tempo e invadiu, entre outros lugares, a Cozinha dos Trabalhadores. Ao adentrar o recinto, dirigiu-se até a sala onde o núcleo do Brazkor realizava sua reunião secreta. Em meio a correria, 54 pessoas foram detidas, desses, três eram residentes e integrados na coletividade de Niterói, a saber: Leizer Farber (Moisés Kawa), Szulim Icko Vrobel e Abrahan Rosemberg, alguns dos camaradas que Joseph Schneider relembra nas suas memórias, como companheiros de jornada na BIBSA e na militância comunista⁵⁴⁹.

Os presos foram levados até o departamento de Polícia do Distrito Federal, onde, sob o comando da 2ª Delegacia do Departamento Especial de Política e Ordem Social, ofereceu denúncia e encaminhou-os para a Casa de Detenção. Entre 1935 e 1937 os destinos desses homens foram rascunhados.

Szulim Vrobel⁵⁵⁰ e Leizer Farber (Kawa), eram então nomes conhecidos na coletividade de Niterói. Ambulantes, eram oriundos da Polônia. O primeiro foi originalmente, um judeu ultra-ortodoxo, e o segundo, um bundista, ex-secretário de um sindicato em Varsóvia. A trajetória dos dois se encontra no Brasil, precisamente em Niterói, onde em meio a outros progressistas, apostaram suas fichas na revolução socialista.

A conjuntura negativa provocada pelo levante comunista, de 1935, além da generalização da repressão e da “escalada autoritária”, refletiu-se, sobretudo para os judeus, na ampliação contínua de restrições à entrada de novos imigrantes no país, e na exasperação da vigilância política sobre as instituições sociais, filantrópicas e culturais da comunidade.

Na verdade, da parte do governo Vargas e do corpo diplomático brasileiro, cresceu, ao longo do período, o debate acerca da imigração ideal e dos tipos migratórios capazes de se abrigar completamente. A preocupação com a formação de quistos étnicos no país condenou especialmente japoneses⁵⁵¹ e israelitas como tipos inassimiláveis.

Os judeus encontravam-se ainda, fora do perfil delineado pelos órgãos de imigração para a admissão de estrangeiros, visto que não se enquadravam nas categorias de trabalhadores técnicos, nem agrícolas, desejados tanto para povoar a imensidão territorial brasileira quanto para elevar a indústria.

Essa discussão, aparentemente científica, imbutia inequivocamente concepções racistas, e a partir de 1937, uma política com traços anti-semitas foi posta em prática, atingindo em cheio o elevado fluxo migratório de israelitas que naquele momento encontrava-se em fuga do nazismo.

De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, a palavra “semita” largamente empregada nos documentos e textos de época é indicativa da racialização do debate sobre o imigrante judeu, retirado da esfera do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para inserir-se na dinâmica política do Ministério das Relações Exteriores.

Nesse sentido, vale a pena fazer referência ao conceito de “raça judaica” conforme expressado por Pedro Rocha, delegado comercial do Ministério do Trabalho, em Varsóvia, no ano de 1936, e citado por Tucci Carneiro, em seu clássico, *O Anti-Semitismo na Era Vargas*:

raça inassimilável e egoísta. Ingrata, sem patriotismo e altamente prejudicial ao país que a abriga. Psicologicamente degenerada. Estupidamente intolerante em matéria religiosa considera inimiga o resto da humanidade. Os indivíduos não se adaptam a nenhum trabalho produtivo (...) São comerciantes, usurários ou servem de intermediários para qualquer negócio. Vivendo exclusivamente da exploração do próximo é desumano e sem escrúpulo. Procuram sempre as cidades onde se aglomeram em bairros imundos, sem higiene, passando a maior parte do tempo, como todos os sedentários em intermináveis discussões sobre temas religiosos ou comerciais. Quasi todos são comunistas militantes ou simpatizantes do credo vermelho.⁵⁵²

A tese da nocividade do judeu, consubstanciada na revigoração de estereótipos medievais, e a associação pelas autoridades de Estado de judaísmo e comunismo, culminou com a proibição quase completa da entrada desses imigrantes no país, por intermédio da *circular secreta n.1.127*, de 1937. Posteriormente outras circulares, menos radicais, criaram sérios entraves legais para o desembarque de israelitas no período⁵⁵³.

A escalada repressiva do Estado Novo⁵⁵⁴, como sabemos, encheu de presos políticos a Casa de Detenção do Distrito Federal, e pôs sobre rígido controle as entidades progressistas da comunidade judaica. Exemplo disso em Niterói, foi o quase desaparecimento da Biblioteca Davi Frishman desde 1935, o mesmo ano da invasão do prédio da Brazcor, onde foram presos dois importantes ativistas da associação. A biblioteca sobreviveu clandestina, graças à coragem de alguns militantes em ceder suas casas para as reuniões do grupo e depósito dos livros.

Em 1937, os progressistas brasileiros filiaram-se ao Iddishe Kultur Ferband (IKUF/ICUF)⁵⁵⁵, uma espécie de federação internacional das entidades progressistas. A história do ICUF está diretamente relacionada à substituição da política de “*classe contra classe*” pela de “*frentes populares*”, lançada pelo VII Congresso da III Internacional Socialista, de 1935.

A política das frentes populares anunciada pela Internacional ensejou ao mesmo tempo, a realização do Congresso de Escritores anti-fascistas, inspirando-os a denegar o fascismo e declarar seu apoio aos grandes movimentos internacionais da esquerda, como a guerra civil espanhola, e a reivindicação de uma política em defesa da cultura. Posteriormente, no ano de 1937, a facção judaica presente àquele evento, reuniu-se em Paris para à realização do I Congresso Mundial de Cultura Judaica. Nessa ocasião foi fundado o ICUF, como o seguinte objetivo: “*preocupar-se em ampliar, aprofundar, enriquecer a cultura judaica laica e progressista, e estimular seu crescimento visando a justiça social e a liberdade.*”⁵⁵⁶

De acordo com Kinoshita:

a frente formada em torno do ICUF, é a que havia se constituído nas organizações clandestinas de resistência nos guetos e nos destacamentos partizans durante a II Guerra Mundial e que perdurou no imediato pós-guerra, em que atuavam comunistas, bundistas e sionistas de esquerda.⁵⁵⁷

Dina Kinoshita destaca também, a grande atuação que o ICUF teve no Uruguai e na Argentina no período, ao passo que no Brasil, a repressão do Estado Novo, e as séries de proibições de reuniões e eventos em língua estrangeira reduziu ao grau mínimo a atuação de associações filiadas à essa entidade internacional.

Com o término da guerra, e a expectativa da redemocratização, a atividade do ICUF floresceu no Brasil. Desde 1945, a juventude progressista começou a se organizar, expressando os mesmos ideais das frentes de combate ao fasci/nazismo. Um dos documentos da coleção Luís Goldberg, o *Ante-projeto de resolução para estudos da Federação da*

Juventude Progressista Judia-brasileira, datado daquele ano, definia como seus principais pontos:

a luta pela democracia e contra o integralismo, fascismo e anti-semitismo; o apoio e ajuda à reconstrução das comunidades israelitas destruídas na Europa Central; o intercâmbio com todas as comunidades israelitas, especialmente as dos EUA, URSS e da Palestina; apoio à exigência da constituição do lar nacional judaico na Palestina, sob bases democráticas e em cooperação com massas populares árabes; exigência da revogação do livro branco; e desenvolvimento cultural.⁵⁵⁸

Em Niterói, o final da guerra, trouxe de volta a vida pública, a Biblioteca Davi Frishman, sediada na Rua Barão de Amazonas, 270. Neste endereço, por volta de 60 jovens começaram a se reunir⁵⁵⁹. Esse fato, juntamente com a legalização do partido comunista, assinalou o início do ativismo de muitos deles. Paulo Velmovitsky, em entrevista para o informativo ADAF, datada de 2003, situa essa conjuntura como marco para o início da sua vida política:

Particpei inicialmente na eleição na campanha para presidente da república em 1945, de Yedo Fiuza, derrotado pelo General Eurico Gaspar Dutra. Nessa ocasião participei ativamente, juntamente com Fernando Goldgaber, Bernardo Kier, Gerson Butter, Anatole Vaistok, etc. Todos pertencente à comunidade judaica, utilizando caminhões com aparelhagem de som, para realização de comícios relâmpagos nas portas das fábricas.

A redemocratização, a legalidade do PCB, e também as pressões internacionais para criação do Estado de Israel após o final da guerra, motivaram e estimularam os antigos e novos militantes da comunidade israelita a se comprometerem com as questões defendidas pelo ICUF. Foi por volta desses anos, que parte da segunda geração, aquela dos filhos dos imigrantes que chegaram nas primeiras décadas do século XX, iniciaram sua vida pública, tal como retratado no relato de Velmovitsky.

Em São Paulo, os militantes do ICUF fundaram a Casa do Povo, uma instituição cultural para a qual colaborou a maioria dos judeus da cidade. Segundo kinoshita, este projeto foi acompanhado pela construção de uma escola, um clube infanto-juvenil (I.L.Peretz), e o desenvolvimento de atividades culturais como teatro ídiche, coral⁵⁶⁰.

No Rio de Janeiro, as associações progressistas já existentes, como a Biblioteca Israelita Sholem Aleichem (BIBSA), o colégio Israelita Brasileiro Sholem Aleichem (1928) e o Poilisher Farband (1928) revigoraram suas atividades, como o teatro ídiche, o coral, e o ciclo de conferências com escritores, ativistas famosos da coletividade e ou estrangeiros que visitavam o país. Novos clubes foram criados como o Cabiras (1941), para os jovens, e o infantil I. L. Peretz também foi implementado. As ativistas, comunistas ou simpatizantes

“saltaram” dos comitês de costura em benefício dos sobreviventes de guerra para suas próprias associações: a Associação Vita Kempner (1947), mais tarde, Associação Feminina Israelita Brasileira, AFIB (1951).

Em Niterói não foi diferente. A BDF, afinada com os ideais da coexistência pacífica, justiça social, laicisismo e defesa dos direitos humanos, adentrou a década de 1950, equipada com diversos departamentos: juvenil; cultural, onde se desenvolveu um importante grupo de teatro e coral (1951/1956); a fundação do “clubinho” infanto-juvenil (I.L.Peretz-1955), e uma escola de cultura denominada “Escola Anexa”, que ensinava música, literatura, teatro e língua ídiche às crianças e adolescentes(1952). Junto à instituição, uma seção da AFIB foi criada (1948).

O ativismo feminino na capital fluminense, alcançou bastante repercussão no âmbito nacional. As senhoras de Niterói tiveram ampla participação na criação e desenvolvimento da colônia de férias Kinderland (1951-2). Vale dizer que a militância feminina, tanto sionista quanto progressista será o tema de um dos capítulos dessa tese.

O periódico Nossa Voz, (Unzer Stime), em vigor entre 1947-1964, completa o quadro das instituições relacionadas ao ICUF, fundadas no período. O jornal, editado em ídiche e português desde 1949, cumpriu o papel de articular o grupo, além de informar o cotidiano das entidades progressistas. Um dos seus principais redatores foi o lituano Rafael Perecmanis, ativista de Niterói, e um dos raros judeus proletários do “ishuf”. Perecmanis foi também, dirigente ativo do ICUF nacional, onde participou do comitê de resoluções gerais.

Os ativistas de Niterói estiveram presentes em todos os congressos nacionais do ICUF (1950, 1952, 1956, 1959, e 1963), assim como na Conferência Nacional da Juventude Progressista Judio-Brasileira (1961)⁵⁶¹ e nas oito conferências do jornal Nossa Voz. Nesses eventos, onde as diretrizes políticas do progressismo judaico eram traçadas, quase sempre Leizer Farber, Rafael Perecmanis, Moisés kawa Sobrinho, Mosze (Sacha) Kramarz, Isac Jarlich

e Simon Graber atuaram como representantes Biblioteca Davi Frishman.



da

Foto7: Rafael Perecmanis (seta a esquerda) e Leizer Farber (seta a direita) entre membros do ICUF no RJ, no ano 1952. Acervo Bertholdo Perecmanis.

É preciso dizer que no pós-1945, o sionismo conheceu uma enorme prosperidade em todo o mundo. Embora o movimento fosse uma bandeira herdada do século XIX, e alimentada por diversos clubes e associações espalhadas pelo mundo, nas primeiras décadas do século XX, a guerra e a tragédia do holocausto colocaram na ordem do dia, o estabelecimento definitivo de um lar nacional judaico na Palestina. Dessa forma, os anos do pós-guerra, mobilizaram todos os esforços dos adeptos da causa para a consolidação de “Eretz Israel”. No Brasil não foi diferente.

De acordo com Samuel Malamud, consul honorário de Israel no Brasil, e grande ativista da causa no Rio de Janeiro, a história do sionismo no distrito federal remonta a uma coleta de fundos organizada por Maurício Klabin em prol da colonização judaica na Palestina, ao final do século XIX.

Posteriormente, entre 1910 e 1930, uma série de associações e partidos foram criados para alavancar a causa na cidade, a saber, Tiferet Sion (1913), entidade que arrecadava fundos para o Keren Kayemet Leisrael⁵⁶², a Organização Sionista do Rio de Janeiro (1919 ou 1921), Froin Farain (1923) uma organização feminina de beneficência, o partido sionista de esquerda, Poalei Sion (1926), a Wizo, outra entidade feminina ligada à consolidação de Israel, assim como o Clube Azul e Branco, a Biblioteca Bialik, os partidos Religioso Misrachi e Sionista Revisionista, todos de 1928.

Todavia, somente na década de 1940, no decorrer da guerra é que o sionismo conheceu maior repercussão no Brasil, e no Rio de Janeiro em particular. Em 1945 foi criada a Organização Sionista Unificada do Brasil, e pouco depois a Unificada do distrito federal:

Um dos primeiros atos do novo organismo foi o endereçamento de um apelo ao governo britânico para que alterasse sua política negativa à imigração judaica para a Palestina, e deixassem de impedir a entrada de sobreviventes do Holocausto; com a mesma finalidade foi organizada uma assembléia de protesto no Automóvel Clube,

com a participação de eminentes humanistas e democratas da sociedade brasileira...⁵⁶³

Os progressistas, vale dizer, não estiveram a margem das campanhas em benefício do estabelecimento do estado de Israel. Ao lado dos sionistas, mesmo que entrecortados por diferenças ideológicas, engajaram-se nos esforços para coletas de fundos, assim como fizeram coro aos protestos em 1945, contra o *livro branco*, e em prol do *livro negro*.

No Rio de Janeiro, o comitê *Pró-Livro Negro*, que deveria contar todas as atrocidades do nazismo contra os judeus, durante a guerra, estava ligado à BIBSA, e era constituído por Liber Rabinovich e Luis Grandchulzitzer (presidentes); Sabath Karakuchansk, Leizer Farber, Marcos Schchter (secretários), José Busselk e L. Sherman (tesoureiros). Entre nomes importantes do progressismo e do sionismo, destacavam-se a presença de Luís Grandchulzitzer, membro ativo do Centro Israelita de Niterói, e Leizer Farber, como vimos, secretário nacional do ICUF⁵⁶⁴.

Em Niterói, evento inédito reuniu ativistas dos dois lados da comunidade no Centro Israelita, em julho daquele ano, com a finalidade de protestarem contra o *livro branco* e a declaração do ministro inglês Ernest Bewin, defensor das restrições a entrada de judeus na Palestina. Mais uma vez, a organização do evento coube a Luis Grandchulzitzer, o sionista de Niterói, e Aron Shenker, estrela do progressismo da BIBSA.⁵⁶⁵

Em 27 de julho 1946, um comitê da Organização Juvenil Sionista Unificada Brasileira foi fundado na capital fluminense, sob o comando de Manuel Buchbinder e Luis Grandchulzitzer. Berta Perlov, Israel Vainstok, Abrahan Rosansky, Joel Soichet, Shaia Buchbinder, Efrain e Samuel Baron, entre outros, integravam a organização.

Posteriormente, em 1948, uma grande festa juntou uma vez mais a coletividade de Niterói, desta feita para comemorar a proclamação da independência de Israel. A solenidade teve lugar nos salões do Centro Israelita e congregou numa mesma mesa dirigentes históricos do sionismo na cidade, religiosos e militantes progressistas, com largo prontuário no DOPS. A foto abaixo, desfocada pelos anos, é das poucas provas desta comemoração.



Foto 8: Banquete festivo nos salões do CIN, maio de 1948. Acervo CIN

Em 21 de junho de 1948, sob iniciativa da Organização Sionista Unificada do Brasil, e com participação de suas congêneres no país, teve início a Campanha de Emergência em prol da defesa e construção do Estado de Israel. Em Niterói constitui-se um comitê que reuniu lado a lado, militantes da BDF e do ICUF, religiosos e sionistas locais, a saber: Fernando Baron (CIN), Samuel Vainer, Max Naiberger (BDF), Luiz Grandchulzitzer(CIN/OJSUB), Rafael Waisman(CIN), Dr. José Schor, Sruli Rabinovici(BDF), Julio Schoichet(CIN), Jacob Taicher(CIN) e Simão Graber(BDF)⁵⁶⁶.



Foto 9: Comitê de Niterói. Campanha de Emergência 1948.
Fonte: Livro Campanha de Emergência-Brasil-1948

Importa ressaltar que a própria coletividade de Niterói, na atualidade, não tem conhecimento pleno desses momentos de reunião entre sionistas e progressistas. Na memória dos sionistas e religiosos, como veremos posteriormente, os militantes da BDF, não participaram da campanha, tendo se interessado por Israel apenas por ocasião da Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Nas décadas de 1950 e 60, progressistas e sionistas não voltaram a somar forças e caminharam por estradas diferentes. Os dois lados mantiveram grande ênfase à cultura, promovendo a organização de círculos dramáticos e corais. De um lado, ressaltava-se o hebraico, como parte da constituição da identidade israelita, do outro, cultivava-se o ídiche, sobretudo, o teatro ídiche.

A batalha das línguas refletiu-se de diversas formas: para os progressistas, o ídiche representava sua verdadeira pátria, para tanto celebraram com “academias” e palestras, ano após ano, os aniversários de poetas como Sholem Aleichem, I.L. Peretz, Davi Frischman, Almazov, Tzalel Blitz, P. Novik, Alexander Granach, Sholem Levin, David Bergelson, M. Radin, Gurelik, entre outros importantes nomes da literatura e do teatro ídiche.

Em Niterói, a Escola Anexa, fundada pela BDF em 1952, tinha como objetivo explícito o ensino do ídiche às crianças.

Na escola do Centro Israelita de Niterói, legalizada pela Secretaria de Educação, na década de 1950, ensinava-se português e hebraico. Nas reuniões sociais das senhoras da organização feminina Na'amat Pioneiras, o acordeon embalava canções em hebraico. Porém, o ídiche se fazia presente em algumas músicas e nos esquetes teatrais que representavam.

Na verdade, não houve um abandono do ídiche, como propagaram alguns autores, mas uma evidente promoção do hebraico, inclusive com a visita de convidados ilustres que vinham de Israel, coronéis da Haganá, embaixadores, e até de ativistas locais que contavam aos conterrâneos a realidade que encontravam por lá. Da mesma forma, comemoravam a data emblemática do 14 de maio, aniversário da independência de Israel.

Kinoshita afirma em seu texto que os sionistas “silenciavam” quanto a celebração da homenagem aos heróis do Levante do Gueto de Varsóvia, por considerarem que “não havia nada para se comemorar”⁵⁶⁷, em certo negativismo que tomou conta de parte dos judeus quando tratavam da resistência judaica durante a guerra.

Na capital fluminense, entretanto, muitos documentos analisados relataram a comemoração da data pelos sionistas, no Centro Israelita de Niterói. Fato que ocorreu praticamente todos os anos, de acordo com as Atas das Pioneiras, uma das organizações femininas da coletividade.

A homenagem aos heróis do Gueto de Varsóvia demandava nas organizações progressistas, meses de preparação, com ensaios obsessivos do coro e do grupo teatral, e o convite a muitos convidados de fora, como foi possível atestar na leitura das atas da BDF. Essa instituição, também celebrava o aniversário de Israel, com festa, teatro e banquete.

Ao longo dos anos de 1950 e 1960, progressistas e sionistas se acusaram mutuamente. De um lado, os sionistas, inclusive os de esquerda, eram recriminados “por se alienarem da realidade local para privilegiarem uma política de fortalecimento e consolidação do Estado de Israel”. Do outro, os progressistas, eram muitas vezes vistos como hostis ao estado israelita, e, sobretudo, por “negarem colaboração às campanhas financeiras em prol do lar judaico”.

Todavia, a partir de 1964, em virtude do golpe militar e da pesada repressão que se abateu sobre a sociedade brasileira, o perfil combativo e militante da coletividade judaica tal qual se forjara ao longo das décadas anteriores, começou a mudar.

Tal mudança, conforme assinalado por Kinoshita, tornou-se nítida após 1967, por ocasião da *Guerra dos Seis Dias*. A maioria dos judeus, a despeito de suas diferenças ideológicas apoiou Israel, independentemente das condenações soviéticas e do posterior rompimento daquele país com o estado israelense.

As gerações mais antigas, embora emocionalmente ligadas ao PCB, foram paulatinamente direcionando-se para uma posição mais ao centro, ao mesmo tempo em que assistiram suas instituições declinarem, como no caso do IKUF⁵⁶⁸. A ameaça ao estado de Israel, aproximou de certa forma, grupos ideologicamente rivais, ao colocar em xeque, a questão que desde o século XIX, motivou a ocidentalização dos judeus: a existência do estado-nação judaico.

Posteriormente, a aproximação de Israel com os Estados Unidos, e a contínua oposição dos soviéticos ao estado judeu, e seu apoio à Organização de Libertação Palestina (OLP), favoreceu uma certa “guinada para a direita”:

embora houvesse manifestações neonazistas nos EUA, os judeus passaram a ver os norte americanos como seus grandes aliados e amigos, deslocando o voto para posições mais à direita. Sintomaticamente, a comunidade judaica brasileira, passou a eleger deputados como Jacob Salvador Zveibil, vinculado inicialmente ao Partido Republicano (PR), um dos partidos que apoiou o golpe militar de 1964 e depois se juntou a ARENA.⁵⁶⁹

A juventude judaica, por seu turno, seja progressista, seja sionista de esquerda, presente nas universidades da época, abandonou a militância nas associações tradicionais da esquerda para aderir clandestinamente, à luta armada⁵⁷⁰, desfiliando-se, ao menos temporariamente, de suas antigas marcas étnicas.

O resultado desse processo foi o progressivo esvaziamento e a desarticulação das associações judaicas de esquerda nos anos setenta.

Para Kinoshita, se ao longo dos anos sessenta, houve uma aproximação do establishment da comunidade judaica com o regime militar, novas circunstâncias demandaram o afastamento e outra guinada de opinião: a distância do Brasil em relação aos EUA, em virtude do veto americano ao programa nuclear brasileiro em 1975, e a adoção pelo Brasil da política de “pragmatismo responsável” que resultou na censura da ONU ao sionismo:

emblematicamente, o deputado jacob Salvador Zveibil não foi reeleito e o deputado alberto Goldman, que não pode ser caracterizado como representante da comunidade judaica, (era o representante do PCB clandestino dentro da ampla frente constituída pelo Movimento Democrático Brasileiro), teve um acréscimo de votos expressivo.⁵⁷¹

Finalmente, a ascensão em Israel de um governo de direita (1981), e os massacres de Sabra e Chatila, em 1982, repercutiram na comunidade judaica brasileira de uma forma devastadora, além do que tornaram visíveis a desarticulação da tradicional esquerda judaica.

De acordo com Kinoshita, no auge do ICUF, na década de 1960, a Casa do Povo, em São Paulo, chegou a possuir uma carteira de 6.000 sócios. Em meio ao desastre dos territórios

árabes ocupados, em 1982, apenas 150 associados choraram suas decepções no antigo templo dos progressistas⁵⁷².

Nesse novo contexto, a morte dos pioneiros, a ascensão social da segunda geração, que parte para centros urbanos maiores, e a crise irreversível do socialismo real, condenaram ao passado o sonho universalista dos judeus progressistas.

Por outro lado, o Estado de Israel, enquanto fato concreto, ao desprezar a cultura do judeu do “novo mundo”, sionistas de direita e esquerda, que não mediram esforços para coletar fundos para sua defesa, e opô-los aos “sabras”, também condenou ao passado irreversível, o sonho nacionalista acalentado pelos imigrantes do início do século XX.

Para os militantes judeus, de esquerda e de direita, que viveram no século XX, os desdobramentos de questões relacionadas ao oitocentos europeu, os anos de 1980 demarcaram uma ruptura profunda com o passado recente. Dessa militância, sobrou apenas seus lugares de memória: verdadeiros guardiões de uma experiência inacessível aos não contemporâneos, tornada inalcançável pelo ritmo acelerado do presente⁵⁷³.

A coletividade judaica de Niterói, como não poderia deixar de ser, se viu refém desse mesmo processo. Os anos de 1970 marcaram o esvaziamento das associações locais. Ademais, a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, transferiu para o outro lado da Baía, a administração pública estadual, e a cidade perdeu seu status de capital. Progressistas e sionistas históricos partiram para a nova capital em busca de novas oportunidades de trabalho e/ou maior visibilidade social.

Nesse período, alguns jovens e até famílias inteiras fizeram a Aliá. Outros, foram presos e torturados. Os livros se perderam. A vida comunitária entrou em processo de desarticulação.

No anos oitenta, algumas das instituições tradicionais da comunidade tiveram que alugar suas sedes durante a semana, para sobreviver. A vida comunitária ficou restrita aos sábados e domingos. Os grupos de teatros e corais acabaram. Na atualidade, nos salões dessas associações, entre retratos, e outros restos de passado, sobreviventes de segunda geração, um ou outro pioneiro, longo, circulam na tentativa vã de recriar o passado perdido para a memória.

5.3. Retratos de Niterói: A Militância Política Judaica Na Capital Fluminense

A coletividade judaica de Niterói, agrupada na região central da cidade, embora não tenha comportado a magnitude da vida judaica da Praça XI, expressou um ativismo particular,

em boa parte polarizada entre as duas principais associações locais, a Biblioteca Davi Frischman (1922) e o Centro Israelita de Niterói (1925).

É claro que nem todos os judeus que circularam pela cidade, no período estudado, comungaram da vida associativa local. Muitos manifestaram suas opiniões e militância paralelamente aos grupos que se formaram.

Porém, é importante caracterizar o quanto os judeus da capital do antigo estado do Rio de Janeiro, enquanto grupo, destacaram-se, como militantes, no conjunto dos ativistas da época. Um dos frutos dessa atuação foi à inserção da cidade, na rota dos locais de encontro e decisões da “comunidade maior”, no eixo Rio-São-Paulo-Belo-Horizonte. E isso é uma verdade, principalmente no que se refere à militância progressista, de ambos os sexos, e à atuação feminina nas áreas de benemerência e em prol da causa sionista.

Entender quem foram esses militantes, descrever suas ligações com a “comunidade maior”, assim como conhecer um pouco das suas histórias permitirá compreender, posteriormente, o ativismo que exerceram e que resultou, em Niterói, na radicalização e persistência, no tempo, do “conflito” sionistas/progressistas. De outro modo, poderemos vislumbrar as ramificações da esquerda judaica em Niterói.

Em termos empíricos é possível demonstrar a origem social desses indivíduos e o ambiente que respiravam no tempo anterior à imigração. Nesse sentido, o livro de registro da *União dos Ambulantes de Niterói*, datado de 1940, fornece os elementos necessários para mapear muitos dos personagens que deram corpo a essa história. Vejamos a tabela na página a seguir, que arrola nomes e datas de nascimento:

NOME/D.N	NOME/D.N	NOME/DN	NOME/DN
I. Baumfeld 1898	S. Perecmanis 1913	JulioVrubel 1892	M. Bochner 1906
M. Naiberg 1903	A. Szmaragol 1917	L. Kerschberg 1887	C. Vaisburd 1903
A. Rosansky 1899	A. Nissenbaun ???	C. Nutra 1905	G. Schwartzman 1902
H.Goldnadel 1900	S. Graber 1906	J. Goldgaber 1899	J. Libman 1908
N. Kaplan 1908	C. Nissenbaun 1907	S. Rabinovici 1915	J. Schwartzman 1902
L. Farber 1899	R. Rabinovici 1911	V. Zoninsein 1913	I. Jarlicht 1905
José Rubens 1906	J.Chachamovitz 1906	G. Chachamovitz 1902	P. Welmovicki 1911
V. Vaimberg 1909	G. Klinger 1905	F. Segal 1902	J. Gutman 1907
L. Lemos 1891	M. Luzembuch 1903	S. M. Lipster 1913	I. Gutman ???
A. Butter 1903	J. Dolinsky 1903	J.Rabinovitch 1907	O. Perlow ???
M.. Zaidman 1896	S. Cudisevici 1907	H. Achermom 1887	P.Rabinovici 1912
B. Grinberg 1896	G. Rubinchtein 1904	W. Kligerman 1914	S. Beider 1900
D. Wasserman 1889	Z. Waksman 1908	A. klingermam 1912	J. N. Sinder ???
I. Birman 1906	R.Varserstein 1904	B. Veltman 1879	H.Tiber 1916

I. Vainstok 1889	I. Zizer 1905	Helel Sipres ???	J. Roiseman 1898
L. Levy 1899	M. Lempert 1915	L.Zegelbon 1885	S. Lempert ???
M. Szenberg 1906	C. Goldsztejen 1895	M. Blum 1901	J. Zaidman 1895

Dos 68 inscritos, 94,1% eram oriundos do leste europeu⁵⁷⁴; 29,4% nasceram nos anos finais do século XIX, e 44,1% na primeira década do século XX. Apenas 17,7% vieram ao mundo após os anos de 1910. Os demais, 8,65% não tiveram suas datas de nascimento identificadas. Embora o quadro não represente a totalidade dos israelitas que se radicaram em Niterói no período estudado, apresenta uma tendência reveladora do ambiente cultural em que se formaram e moldaram seu pensamento.

Essa disposição assinala a estreita ligação desses indivíduos às problemáticas que agitavam e angustiavam o mundo judaico da época, como a “questão nacional judaica”, e o apego à educação como fator de integração às sociedades ocidentalizadas.

A par desse ambiente, é possível compreender porque a linha divisória entre o sionismo e o progressismo tenha atingido esses indivíduos e demarcado suas trajetórias na sociedade de adoção com tanta força, além de ter influenciado radicalmente a tessitura dos seus órgãos comunitários.

Ademais, a proximidade de sua infância e juventude a um dos maiores acontecimentos do século XX — a revolução de outubro de 1917, marcou-os de forma definitiva, ao capturá-los como operários para a grande obra da revolução socialista mundial.

É preciso atentar, ainda, para o fato de que muitos dessas pessoas antes de emigrarem e engajarem-se na militância da coletividade, foram ardorosos seguidores da ortodoxia religiosa judaica, incluindo adeptos do hassidismo⁵⁷⁵, que conheceram no Brasil uma ruptura com os valores religiosos.

Os motivos dessa ruptura, assim com as ambigüidades, e contradições derivadas desse quadro, e que certamente repercutiram na vida pessoal e grupal, não encontra resposta fácil. É provável que esteja relacionada às especificidades da cultura e da sociedade brasileira, onde o

sincretismo religioso vigorava, e que a rigor, não discriminava o imigrante, visto quase sempre como agente do progresso e da modernização social⁵⁷⁶.

Em Niterói, exemplo disso foram as trajetórias de Pedro (Pessach) Welmovick e Júlio (Szulin Icko) Wrobel.

Pedro Welmovick desembarcou no Brasil em 1926, acompanhado das irmãs Sofia, Fany e do irmão Jacó, todos jovens, solteiros e muito religiosos. Recebidos pelo irmão Max (Velmovitsky), instalaram-se inicialmente em sua casa, em Niterói, em uma vila, à rua Visconde de Itaboray.

Imediatamente, Pedro, que na Polônia estudava para ser rabino, foi trabalhar como ambulante, carregando simultaneamente, as malas de tecidos e bugigangas, e os livros de oração. Pouco tempo depois, Pedro rompeu com a religião e transformou-se em ardoroso simpatizante do progressismo. Suas irmãs e o irmão Jacó mantiveram-se kasher apenas enquanto existiu um açougue deste tipo na cidade, depois abandonaram a kashut, limitando-se a observar alguns itens da lei.

Não se sabe ao certo como se deu a transformação de Pedro, mas os depoimentos da viúva Sara, e do filho Arnaldo, deram conta de um indivíduo que desembarcou extremamente religioso. Décadas depois, Pedro já poderia ser considerado um dos maiores entusiastas da BDF, onde exerceu diversos cargos e foi presidente entre 1966 e 1969, ano em que faleceu.

O caso de Pedro certamente não foi único, milhares de outros judeus chegaram ao Brasil como ortodoxos, ou hassidistas convictos. Porém, neste em particular, contamos com elementos que permitem uma especulação responsável. Se não, vejamos.

O irmão mais velho de Pedro, Max, era conforme o depoimento de Paulo Velmovitsky, seu filho, membro do bund, e declaradamente comunista. Em Brest-litovsky, cidade natal da família, Max cumprindo ordens do partido ateou fogo a uma(s) carroça(s), que resultou na morte ou ferimento de alguns policiais, ou membros do exército russo. Para fugir das perseguições em que resultou sua ação, Max decidiu emigrar, e em 1910, embarcou com destino a América do Sul. No horizonte via a Argentina como destino, porém, um conhecido com quem compartilhou a viagem o convenceu a desembarcar no porto do Rio de Janeiro, e dirigir-se para Niterói, onde se radicou.

Na capital do estado do Rio de Janeiro, Max, foi provavelmente um dos primeiros a se estabelecer. Seu nome, entretanto, não consta como partícipe habitual das instituições locais, e mesmo sendo de esquerda, sua militância se deu distante das associações progressistas da época.

No final da década de 1910, em 1919 ou 1920, Max casou-se com Clara Treiger, filha de uma família muito religiosa, instalada na cidade desde 1911. Os Treiger ficaram célebres pelo sucesso de seu estabelecimento comercial, a Mobiliadora e Colchoaria “*Casa Confiança*” e por sua dedicação ao Centro Israelita de Niterói, além do que eram declaradamente inimigos dos “roitiers” (vermelhos).

Dessa união “instável”, nasceram cinco filhos homens, todos convertidos pelo pai ao credo marxista.

De acordo com o testemunho de Paulo, o pai era “*preso dia sim, dia não*”, figura com a qual poucos queriam andar, visto que a polícia estava sempre de olho nele. Quando a secretaria de segurança pública da capital queria limpar a região central da cidade, para receber alguma visita importante, ou por ocasião de inaugurações e comícios, Max era um daqueles alvos constantes de detenção.

A fim de reconstituir a trajetória de Max, recorri às fontes referentes às polícias do antigo estado do Rio de Janeiro, e do estado da Guanabara, ambas custodiadas pelo Arquivo Público do Estado (APERJ). No que se refere à documentação do Departamento de Ordem Social e Política da Guanabara (DOPS-GB) foi possível identificar duas prisões, uma das quais não pode ser consultada devido ao seu estado precário, e outra que diz respeito a uma prisão em 1936, como extremista, em conjunto com diversos indivíduos, dentre os quais, Izidoro Baumfeld, de quem falaremos mais tarde.⁵⁷⁷

No âmbito do DOPS-RJ, seu prontuário foi identificado⁵⁷⁸. Nele, um registro de prisão, datado de 30 de abril de 1949 foi verificado. Infelizmente não há riqueza de detalhes sobre a situação que motivou a prisão, apenas uma palavra: “*comunista*”, e a descrição dos objetos que o militante portava na ocasião: “*CR\$ 344,10; uma carteira de identidade, diversos papéis, gravata, 3 lápis, suspensório*”, nada mais. No entanto, no verso do boleto de soltura, talvez objetivando piorar a situação de Max, constava a seguinte informação:

O indivíduo constante deste boletim, bem como seus filhos, são comunistas. Ele todas as noites reúne-se em um dos bancos do jardim São João, com outros comunistas, formando ali uma célula de rua ou ponto de encontro para transmissão de ordens. Sabe-se que ele é um dos elementos de destaque no referido ponto.
Niterói, 3 de maio de 1949.

Em outro documento, que não integra o prontuário, mas que provém da mesma polícia, Max foi descrito como “*perigoso extremista*”, e “*nocivo a ordem publica*”, e como articulador desde 1935, de uma “*célula do partido comunista brasileiro*” com sede no “*banquinho do jardim São João*”, importantíssima praça da região central da cidade. Nesse

registro, os cinco filhos de Max, também eram identificados como perigosos “*extremistas*”, que atuavam na “*União de Estudantes Fluminenses a influenciar outros jovens no credo marxista*”⁵⁷⁹.

De acordo com Benjamim Velmovitsky, posteriormente um renomado otorrinolaringologista de Niterói, e filho mais novo de Max, o pai “*iniciou*” todos os filhos na militância comunista, como “*datilógrafos do partido*”. Quem sabe Max tenha exercido em Pedro, a mesma influência que exerceu sobre seus filhos?

Quanto a outros membros da família, Sofia, uma das irmãs de Pedro e Max, que posteriormente casou-se com o polonês, José Rubens, acabou por ser uma das mais destacadas ativistas femininas da Associação Feminina Israelita Brasileira-seção Niterói, e fiel progressista.

Enquanto isso, o patriarca da família Velmovitsky, pai de Pedro, Max, Sofia, Fany e Jacó, o Sr. Aaron e a mulher Lea Mindl, chegaram a estabelecer-se em Niterói, a mesma época dos filhos. Porém, Aaron, ultra-ortodoxo, preferiu voltar para a Polônia e “*morrer judeu*”, por considerar “*impossível ser um verdadeiro judeu nessa terra*”, onde “*até as calçadas eram treif (impuras)*”⁵⁸⁰.

Max ainda conseguiu um visto de entrada para o pai retornar ao Brasil, em 1939, ganho no *carteado* a um dos homens do interventor federal Amaral Peixoto⁵⁸¹. Aaron, no entanto, preferiu ficar na Polônia apesar do futuro que se avizinhava. Lea e Fany, pouco tempo após a morte de Aron, retornaram ao Brasil.

O choque entre a religião e a secularização que permeou a trajetória dos Velmovitsky, foi componente também da impressionante história de Júlio Vrobel. Ora denominado Szulin, Sgulin, ou Shalon, ora Vrabel ou Wrobel, pois seu nome aparece escrito das mais variadas formas, a vida de Júlio Vrobel envolveu ruptura religiosa e adesão ao comunismo, remetendo-nos diretamente ao caso da prisão dos 54 judeus no prédio da Brazcor, descrito no item anterior.

Adverta-se que narrar a trajetória de Vrobel não foi um exercício fácil, implicou uma perseguição implacável à documentação, contatos com diversos arquivos do norte do país, além do auxílio da família.

Na verdade, foi Vera Wrobel, sua neta, que contatou comigo após a leitura de uma das minhas colunas no boletim da ADAF. Ao procurar a historiadora, ela, que é psicanalista, mais do que informações tinha perguntas, dúvidas, páginas em branco que desejava preencher, (quem sabe?), das parcelas de verdade que a história pode acrescentar a vida dos indivíduos.

Em sua fala, histórias herdadas da família revelaram fatos inéditos ligados ao episódio ocorrido em 1935, a saber:

...meu avô, Julio Vrobel, que foi dado como desaparecido durante dois anos, e a rigor, a polícia política do Getúlio Vargas, em 1935, tinha mandado vinte judeus que se encontravam num almoço na Brazcor. Eu soube da Brazcor por Andréa, e procurei ela justamente para elucidar se havia, se existem nos arquivos alguma coisa que explique esse fato. Esses vinte judeus foram mandados para a Amazônia e sobreviveram apenas seis, e desses (dos vinte), seis conseguiram um barco e foram remando até Belém, onde foram presos como mendigos e nessa prisão meu avô conseguiu se comunicar com uma mulher que era muito influente na comunidade judaica de Belém, e ela então não só conseguiu tirá-los da prisão como mandá-los de volta para Niterói. Foi uma surpresa a chegada do meu avô em Niterói, quando todos já davam como morto, porque minha avó não sabia do destino, do paradeiro dele....⁵⁸²

Ao ouvir o relato percebi, imediatamente, o conteúdo explosivo que continha, tanto por trazer à tona os porões da Era Vargas, quanto pelo drama humano que carregava.

Tratava-se também, de compreender essa memória como um drama familiar que atravessava a 3ª. geração de uma família, a envolver camadas de histórias, conjecturas, processos de seleção, retalhamento e colagens de fatos, que resultaram, tanto na narrativa que chegou à atualidade, como no desejo de explicação que moveu a depoente a procurar a historiadora.

Nesta perspectiva, a memória surge como uma operação de bricolagem, e a investigação, ultrapassa os limites do arquivo para tangenciar o componente psicológico-existencial dos atores.

Desde meu encontro com Vera Wrobel, tentar explicar o que aconteceu com seu avô transformou-se numa verdadeira obsessão, e ao fazê-lo cumpro uma dimensão humana e ética particular ao trabalho do historiador, que é justamente dar sentido à vida das pessoas.

O desejo por história (explicação) expressada por Vera ao me procurar, remeteu-me uma vez mais a Marc Bloch, historiador que povoa a imaginação dos amantes de Clio. Bloch, ao abrir aquele que seria seu derradeiro livro, evocou o problema da legitimidade da própria disciplina: *“o que torna legítimo um esforço intelectual?”*, perguntava. Para o fundador dos *Annales*, a “História”, enquanto ciência *“só poderia reivindicar um lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforço se nos (...) permitir uma classificação racional e uma progressiva inteligibilidade”*⁵⁸³.

Em busca pela inteligibilidade e racionalidade dessa “história” reuni um conjunto importante de documentos: um depoimento em ídiche, do próprio Vrobel, para o livro de sobreviventes do nazi-fascismo na cidade de Lódice, Polônia, de 1946, e cedido por Vera⁵⁸⁴;

a documentação relativa ao serviço de estrangeiros do ano de 1939, e o processo de expulsão do território brasileiro, datado de 1935-7, ambos pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional, além do depoimento de Vera e sua tia Fany, nora do ativista.

O cruzamento dessas informações descortinou uma trajetória surpreendente, cujo impacto e repercussão atingiu por décadas, e de forma avassaladora a família Vrobel, e certamente todos os ativistas de Niterói, que compartilhavam do mesmo credo.

A dedicação a essa tarefa, devo afirmar, não desviou em nenhum momento o foco central do trabalho, ao contrário resultou uma compreensão maior da militância de esquerda judaica no Brasil, e das angústias e contradições que cercaram aqueles que imigraram. Vejamos.

Szulim Icko Vrobel já era homem maduro quando desembarcou no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1929. Deixava para trás a Polônia, onde se preparava para o rabinato. A sua emigração surpreendeu a todos, conforme narrou o autor de *Loschiz — Em Memória de Uma Comunidade Desaparecida*, colega de Vrobel na escola talmúdica.

O livro, baseado em relatos de sobreviventes do massacre nazista, foi publicado em Israel em 1960, e contou com algumas páginas dedicadas a Vrobel, a quem o autor encontrou em 1946, em uma situação muito especial. Vejamos:

Ele era um rapaz ultra-religioso de barba e peyot, (cachos compridos em cima das orelhas), sempre com um capote cumprido e botas longas e um solidéu típico judaico. Era assim que me lembrava dele, puxando uma perna com dificuldade. Sua esposa era uma mulher doce e simpática, sempre de shaitel, (peruca), também ultra-religiosa. De repente, depois de 20 anos, vejo a mesma mulher, com o mesmo olhar doce, mas sem peruca, de cabelos brancos e bem curtos, ao lado dela, vejo um senhor alto, de cabelos brancos, e muito envelhecido. Logo em seguida, eu soube que ele se arriscou de vir ao Rio de Janeiro, em lugar público depois de muito tempo para me ver, pois para a polícia do Rio ele tinha desaparecido para sempre.⁵⁸⁵ (grifos meus)

A transformação visual do casal Vrobel, que em nada lembrava os judeus piedosos que conhecera em Loschiz (Lódice) no passado, não passou despercebida ao autor, observação que se converteu em pergunta:

Conta Shalom: “isto foi um processo lento, que levou muitos anos, talvez a culpa foi dos longos anos da 1ª. guerra mundial. A situação financeira difícilíssima, quando o genro de um sogro rico não conseguia andar com seus próprios pés. Em seguida a esposa conta que já em Lodice, em casa, ele começou aos poucos a pecar contra a religião e ficava noites inteiras (fora?), no lugar de ir a sinagoga, fugia para a floresta aonde se encontrava com outros colegas também mudados, discutindo sobre política, fome, pobreza, trabalhadores, etc.

Em casa os familiares começaram a desconfiar das conversas diferentes dele, mas no fundo pensaram que isto era dos livros de estudo, pois ele não tirou nem as vestes, nem a barba e os cachos.

Quando ele saltou do navio já era uma outra pessoa, sem barba, sem peiot, sem capote, com chapéu de palha, tudo sumiu nas ondas do mar. Enquanto viajava, o tempo todo só estudava Marx.⁵⁸⁶

Embora esse relato tenha chegado até nós mediado duplamente pela intervenção de quem transcreveu e deu forma ao depoimento, e também da tradução informal de Ilse Sipres, é preciso destacar a força da narrativa, pois as vozes do casal chegam até nós, de uma forma arrebatadora e, ousado dizer, cinematográfica! É possível ouvir os cochichos dos rapazes na floresta, a apreensão da esposa com a transformação do marido, a dúvida corroendo o casal, e isto em um processo que é anterior à emigração. Sua descrição nos incita também, a imaginar Vrobel debruçado na amurada do vapor, a desfazer-se dos cachos, e lançá-los no alto mar, junto com o thalit, e os livros de oração.

De acordo com o relatado a travessia do oceano foi o momento catalizador do processo, quando o futuro rabino despiu-se completamente das vestes simbólicas para dar lugar ao comunista, ao revolucionário, posteriormente preso em 1935. Devemos lembrar que processos de “transfiguração” como o experimentado por Júlio Vrobel e Pedro Welmowick, devem ter repetido-se em escala geométrica naquele período, quando milhares de rapazes, filhos da “casa ultra-ortodoxa” romperam com o judaísmo para abraçar a cultura ocidental e, sobretudo, o marxismo.

Na verdade, o Brasil não foi a opção original do avô de Vera, que pretendia seguir para a Argentina, onde morava uma irmã casada. O que o fez descer no porto do Rio de Janeiro é, pois, uma incógnita. É bem provável que tenha encontrado algum conhecido que o convenceu a descer no Brasil e fixar-se em Niterói.

A adesão ao partido comunista relatado pelo próprio Vrobel, deu-se logo após o desembarque:

No Brasil, naquela época havia um grande partido comunista judaico chamado Cavaleiro da Esperança dirigido por Luiz Carlos Prestes⁵⁸⁷, o qual já estava preparando a 2ª revolução, dessa vez depois de ter freqüentado uma escola em Moscou. Shalom logo entrou para o grupo ilegal. Durante o dia, como todo imigrante começou a bater de porta em porta vendendo suas mercadorias e a noite com toda energia se entregou à política comunista levando outros consigo. ‘Não só o continente, para mim era um novo mundo. Mas sim apareceu um mundo novo com crença, atividade e esperança’. Ele se lembrou disto depois de muitos anos.⁵⁸⁸(grifos meus)

Ambulante de dia, revolucionário a noite, a vida de Vrobel correu razoavelmente bem até 1935. Em 1932 já havia juntado dinheiro para mandar buscar a esposa e dois filhos: José, o mais velho e Jacó, o mais novo. Em 1935, pouco antes da prisão, novamente mandara carta de chamada para os outros dois: Moises e Samuel, que já trabalhavam em Varsóvia.



Foto 10: Arquivo particular Vera Wrobel

Se do lado econômico as coisas corriam bem para o prestamista, a radicalização política do período e a progressiva associação entre comunismo e judaísmo custaram-lhe a prisão no episódio da invasão ao prédio da Brazcor⁵⁸⁹, e também, o desamparo e a angústia:

mas a reação no Brasil rapidamente tomou atitudes contra o Cavaleiro da Esperança. O General Luiz Carlos Prestes foi preso e torturado junto com muitos outros ativistas, maiores ou menores. Chegou a vez de Shalom, prenderam ele quando já estava relativamente bem e já tinha mandado carta de chamada e passagens para sua esposa e filhos. Conta o filho mais velho, ‘quando nosso navio atracou, não vimos a beleza dos morros do país mais lindo do mundo, mas sim estávamos procurando nosso pai por todos os lados, mas ele não veio nos esperar’ .⁵⁹⁰

Novamente, a narrativa nos induz a entrar na cena e ver os meninos à procura do pai. A situação foi desesperadora. Os filhos recém-chegados, e com pouco mais de 15 anos, passaram a sustentar a família no trabalho da prestação. Sofia, sem falar uma palavra de português, tinha fortes crises de depressão. Segundo as depoentes, a mulher e os rapazes nunca souberam do paradeiro do pai, nem sequer se estaria vivo.

É impossível calcular o sofrimento dessa família. E cabe perguntar como a comunidade reagiu. Além de Vrobel, outros judeus de Niterói foram presos no mesmo episódio, como Leizer Farber e Abraão Rosenberg. Deduz-se portanto que a informação tenha vazado e o fato fosse comentado por toda a coletividade. Além disso, tenho razões para crer que outros judeus de Niterói estiveram próximos à cena da prisão, mas escaparam⁵⁹¹.

É bem possível que a família tenha recebido a solidariedade dos companheiros de militância em Niterói, onde era ligado à BDF, e da BIBSA, onde também fora diretor. Aliás, apenas os laços morais e afetivos, e o sentimento de pertença (reconhecimento) a um grupo é que pode ter ajudado os familiares a sobreviverem a uma catástrofe como essa.

Se a família, de um lado, estava desesperada, de outro, a situação de Vrobel era desesperadora, conforme relatado pelo autor do referido livro:

Ele esteve preso e sob tortura durante muitos anos, numa ilha que era um verdadeiro inferno, longe de tudo e todos, mas assim mesmo não perdeu a vontade de fugir e se salvar e assim fez com mais dois presos: cortaram uma grande árvore e esculpiram uma canoa provisória⁵⁹² e só conseguiram levar um pouco de água para beber, assim lançaram-se ao mar⁵⁹³, aonde levaram sete dias e noites sendo jogados pelas ondas. Foi uma verdadeira odisséia. Assim mais mortos do que vivos, esfomeados, finalmente chegaram a uma ilha com mato fechado, rodeados de policiais, levaram fugindo milhares de quilômetros até chegarem. Afinal, como? Pergunto eu e ele coçando a cabeça, sorrindo repetiu, “como? Você não está vendo, é incrível, eu mesmo não sei, foi difícilimo, não acreditei, impossível de contar, mas você está vendo, estou aqui.”⁵⁹⁴

Ora, o que aconteceu com Vrobel? Como sobreviveu? Onde esteve preso? Por que, no depoimento, silenciou sobre os fatos que experimentou como fez à própria família? A frase em que afirma ser “*impossível de contar*” remete-nos aos relatos de sobreviventes do holocausto que se consideravam incapazes de narrar o ocorrido, por não poderem exprimir em palavras o vivido.

Parece que o mesmo se deu com Vrobel. Nesse ponto história oral e psicologia se encontram por enxergarem na fala uma possibilidade de *elaboração do passado, purgação da memória e superação psíquica do trauma*⁵⁹⁵. O avô de Vera, ao optar pelo silêncio, acabou por transformar o sofrimento vivido em uma dor que se perpetuou nas gerações seguintes.

Mas o que de fato terá acontecido a Vrobel, entre 1935 e 1937? Tanto o depoimento da neta, como o relato do livro não forneceram pistas concretas do que aconteceu.

Sabemos que após a prisão, em 26 de novembro de 1935, todos os detidos foram qualificados pelo delegado *Delcídio Gonçalves* como “*elementos indesejáveis ao paiz e*

perigosos à ordem pública”⁵⁹⁶. No dia 27, foram transferidos para a Casa de Detenção, a fim de aguardarem a ordem de expulsão.

Conforme foi possível verificar, os registros do livro da Casa de Detenção⁵⁹⁷, nada contribuem para informar para onde efetivamente Júlio Vrobel foi mandado, sequer se foi parar no hospital. Isto porque, há um hiato entre os últimos dias de novembro de 1935 e o início de dezembro do mesmo ano. Nenhum preso que adentrou as portas do estabelecimento teve seu nome e histórico anotado ali, é provável que exista algum outro referencial ainda não descoberto.

Pouco depois, os acusados foram expulsos do país por decreto assinado pelo Presidente da República, em 6-1-1936. A análise do processo de expulsão, embora tenha agregado informações, também não forneceu pistas a respeito do paradeiro do acusado.

Um ano e um mês após a assinatura do decreto, em 15 de fevereiro de 1937, Vrobel solicitava em petição dirigida ao recém-empossado ministro da justiça, Agamenon de Magalhães, a anulação do referido ato, e a clemência das autoridades, conforme se lê abaixo:

Exmo. Sr. Dr. Agamenon de Magalhães
D.D. Ministério da Justiça

O abaixo assinado, polonez, comerciante, morador em Niterói durante oito anos, isto é, desde 1929, foi preso no dia 26 de novembro de 1935, na rua V. de Itaúna, numa pensão, quando fazia uma refeição, a um evidente engano das autoridades, pois jamais esteve envolvido em quaisquer atos condenados pelas leis brasileiras. Também no meu paiz nunca sofri a menor coação, como pode V. Excia. ter a prova através de informações do representante da Polônia, acreditado junto ao governo brasileiro.

Não pertenço a nenhuma agremiação política de qualquer índole, nem a nenhuma organização sindical. Em meu poder nada foi encontrado que objetivasse minha prisão, como podem informar as dignas autoridades policiais. A minha longa permanência em Niterói, pode também servir como testemunho a meu favor, pois sou muito conhecido naquela cidade.

Uma outra circunstância que não escapará a aguda percepção de V. Excia, é que na data da prisão não sabia falar o idioma português, e, somente hoje, em contacto com a grande número de brasileiros é que aprendi alguma coisa. Isto fez com que pudesse explicar, como deveria, a minha situação. Entretanto respondi o meu estado civil — casado — e o número de filhos que são quatro, e nada mais me foi perguntado.

Estou preso desde a data referida acima e espero a todo momento a minha soltura, pois confio cegamente na justiça brasileira. Tenho certeza que a minha detenção decorre de um engano muito possível nas circunstâncias graves que se encontrava o Brasil em novembro de 1935.

Apelo para V. Exma., em nome dos altos princípios de humanidade, para que minore minha angustiada situação, pois sou um homem doente, já fiz oito operações e ainda pesa sobre mim um decreto de expulsão, que me afastaria da minha esposa e de quatro filhos, que sofrem imensamente com a situação de que sou vítima há quase um ano e meio.

Subscrevo-me humildemente, e espero confiante na justiça e alto espírito que preside os atos de V. Excia, em tão boa hora, posto na direção do Ministério da Justiça.

Casa de Detenção do Distrito Federal, 15-2-1937.
Szulim Icko Vrobel.

Embora a redação da petição não tenha sido lavrada pelo próprio acusado, que pouco sabia de falar e escrever em português, e não se saiba sua autoria, sua leitura revela um homem frágil e doente, dominado pela angústia.

A partir dessa petição, novas perguntas aditaram-se às anteriores: além de não conseguirmos precisar o que ocorreu a Vrobel nesse “ano e meio”, passamos a perguntar por que, de fato, não foi expulso? Quanto à petição de clemência não teve segmento, sendo o pedido arquivado.

Nada no processo de expulsão, nem em nenhum dos depoimentos tomados foram capazes de explicar o porquê do “*indesejável*” ter permanecido no país até sua morte, ocorrida em 1959. Também não sabemos, quando, finalmente, Vrobel alcançou a liberdade, e voltou para a família, em Niterói.

É possível supor que organizações internacionais judaicas norte-americanas, conforme estudado por Jeffrey Lesser, tenham obtido a anulação desse e de outros processos de expulsão. De acordo com esse autor, em 1937, entre 600 e 1.100 judeus alemães haviam recebido notificação para deportação em 15 de dezembro. Representantes da Refugee Economic Corporation (REC) e do American Jewish Joint Distribution Committee (AJJDC) pressionaram o Departamento de Estado Norte-Americano a envidar esforços contra os planos do governo brasileiro. E após uma negociação longa e complexa, todas as ordens de deportação foram canceladas, em maio de 1938⁵⁹⁸.

Embora os casos acima mencionados se referissem a deportações de imigrantes ilegais, com vistos vencidos, etc., pode ser que o caso de Vrobel e outros “comunistas” tenham se beneficiado das circunstâncias acima relatadas. O fato é que Vrobel não foi deportado.

E para aguçar ainda mais a curiosidade, que a essa altura já havia se transformado em angústia por informações, identifiquei no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o prontuário do DOPS-RJ, de Szulin Vrobel, datado de 28-7-1939. Na ficha de anotações não havia uma referência sequer ao ocorrido entre 1935 e 1937!!! Constava, inclusive, os documentos necessários para um Atestado de Conduta e Residência⁵⁹⁹. Não restaram sinais da atuação de Vrobel no passado!!!

Muitas explicações são cabíveis no caso do registro de 1939, para justificar a ausência de referências ao passado do militante: uma possível corrupção policial, confusão burocrática, ou quem sabe, anulação do decreto de expulsão?⁶⁰⁰ Cabe lembrar que logo no princípio do relato do livro “Loschiz”, o narrador afirma que a presença do velho amigo no distrito federal era um “risco”, visto que a polícia da Guanabara o “esquecera”...

Enfim, Wrobel, após retornar para Niterói, em 1937 ou 1938, voltou a trabalhar como prestamista. Depois, foi ajudar os filhos em uma alfaiataria, nos anos de 1940, local citado pelos demais depoentes como um dos pontos de encontro dos progressistas de Niterói. Júlio continuou a freqüentar diariamente as reuniões da Biblioteca Davi Frischman, onde liam livros em ídiche, e discutiam política. Não há indícios de ter ocupado cargos de diretoria, como fizera no passado. Logo, parou de trabalhar. Tempos depois, os rapazes trocaram as linhas e agulhas para embarcar na onda da construção civil, no bairro de Icaraí.

Os Wrobel acabaram por montar uma grande empresa na área da engenharia, no Estado do Rio de Janeiro, que entre seus méritos, rompeu com a figura do mestre de obra armado, café da manhã para o operariado, cursos de alfabetização, entre outros benefícios, que sacudiram o setor nos anos de 1980-90. Quem sabe, se essas medidas não foram uma reverberação de ecos do progressismo, e remetam, ainda uma vez, aos desejos transmitidos pelo pai?

Júlio faleceu em 1959, levando para o túmulo seu silêncio sobre o drama que experimentou. Talvez, feliz por ter colaborado para derrotar o nazi-fascismo e viver uma “época de paz”, ou quem sabe, amargurado pelo relatório Krushev?



Fonte 11: Cemitério Israelita de São Gonçalo

O exame da documentação da BDF, e do material arrolado por Luís Goldberg, nada revelou de extraordinário sobre ele, a não ser ter ocupados cargos de direção nas duas bibliotecas, a do Rio e de Niterói, no início dos anos 1930. De seu passado, a nota funebre emitida pela associação registrou apenas:

No dia 21 de março de 1959, com a idade de 67 anos, morreu o fiel ativista Júlio Wrobel. O referido chegou a Niterói, da Polônia no ano de 1929, onde (quando) ele fazia parte da diretoria da Biblioteca Israelita Brasileira Sholem Aleichem. Após se mudar para Niterói, ele fez parte da diretoria da BDF.

Os progressistas de Niterói, sua família e muitos amigos do Rio vieram prestar sua última homenagem ao falecido.

Da sua residência ele foi transportado para o local da Biblioteca Davi Frishman. Mediante o túmulo foi feita uma fala comovente pelo presidente em nome de todas as instituições externando a tristeza da sociedade progressista pela grande perda.

O falecido deixa em luto sua esposa Sofia, e os 4 filhos: José, Moysés, Samuel e Jacob. Saudades! Descanse em paz!⁶⁰¹

O esforço para dar inteligibilidade e classificar racionalmente a trajetória de Wrobel, como orientado por Bloch, se não alcançou êxito total, pelo menos, permitiu ao leitor do presente, vislumbrar a tempestade emocional que turbou os dias desses indivíduos, confrontados por experiências radicalmente opostas. Por um lado, o choque entre a rigorosa cultura de origem e o ardor religioso, com a cultura informal, sensual e festiva que caracterizava as ruas do Rio de Janeiro, cidade e estado. Por outro, o embate entre o desejo de liberdade que traziam com a conjuntura repressiva que culminou no Estado Novo.

De um lado, Pedro e Júlio despindo-se de suas vestes simbólicas, de outro, Max e Wrobel aderindo ao partido comunista. Adiante, Aaron retornando à Polônia para morrer como um verdadeiro judeu... Não foi fácil para ninguém viver aqueles anos. O exame de outras trajetórias, como a de Leizer Farber, Simon Graber, e Rafael Perecmanis, integrantes da linha de frente do ativismo de esquerda da época, permitem adensar o quadro esboçado sobre a participação/integração dos “judeus de Niterói” no cenário nacional. Vejamos.

Moyses Kawa, nome verdadeiro de Leizer Farber, foi um dos mais importantes ativistas de Niterói, com expressão em todo o Brasil. Foi também companheiro de infortúnio de Júlio Vrobel, no episódio da Brazcor.

Kawa/Farber nasceu na Polônia, em 1899. Em Varsóvia chegou a secretário de um sindicato de encadernadores de livros. Em 1930, emigrou para o Brasil e se estabeleceu em Niterói, como clientelshit, profissão que exerceu a maior parte da vida. Por longos anos, entre 1950-1964, foi secretário nacional do Idische Kultur Ferband (ICUF/União Cultural Israelita Brasileira) entidade que presidia as instituições progressistas no Brasil.

Homem de vasta cultura, autodidata, notório comunista, era admirado até por anti-progressistas, e sionistas.

Além dos relatos dos depoentes, nada foi apurado sobre sua vida pessoal, os motivos da emigração, ligações pregressas, nem ao menos o porque de ser chamado pelo apelido Leizer Farber, provavelmente um codinome?

Sobre Kawa/Farber sabemos ainda que escrevia em ídish para jornais da imprensa israelita, era um dos principais oradores da BDF, e um dos que mais lutaram para que o famoso semanário progressista Nossa Voz (Unzer Sztime-1947-1964), fosse editado em ídish e português.

Embora tenha produzido muitos textos, discursos, e artigos, o acesso a essa documentação é difícil posto que está nas mãos das associações, que, ou não as têm organizadas, ou perderam-nas na poeira do tempo. De outra forma, é possível que a família tenha guardado alguma coisa. Porém, não logrei êxito em contatar os familiares do ativista. Um dos filhos, Carlos, que foi líder do departamento juvenil da BDF nos idos de 1940 e 50, morreu há muitos anos, e a filha Helena, mora em algum lugar do vasto interior de São Paulo.

Além do arquivo Moyses Kawa (sobrinho), a análise da coleção Luís Goldberg demonstra a onipresença da figura de kawa/Farber nas reuniões, congressos, eventos e demais realizações da esquerda progressista. Sobre ele, Goldberg, escreveu o seguinte necrológio:

Chegou ao termo de sua existência aquele (...)que foi a alma do nosso movimento progressista; (...) aquele que sabia discernir os rumos da nossa vida comunitária, social e cultural, impulsionando nosso movimento.(...) O homem que aliava a prática à teoria, que pensava e agia; o homem que sentia a problemática das novas gerações, ouvia-a, aproximava-se deles e procurava atender os seus anseios...

Encontravamo-nos constantemente, não poupando horas de descanso ou de lazer, para discutir e solver os problemas da Biblioteca Scholem Aleichem, da Escola Scholem Aleichem, da Associação Feminina ou da biblioteca Davi Frischman; do jornal Nossa Voz ou do I.C.U.F...

Era um dos que mais se batiam pelo trabalho conjunto dos veteranos e jovens; pelo bilinguismo, pela cultura judia e brasileira, pelas páginas portuguesas no jornal

Nossa Voz, pela inclusão dos jovens na direção de nossas sociedades e no comitê central do I.C.U.F. (...) ⁶⁰²

Estrela de primeira grandeza, conforme evidenciado por Goldberg, a atuação de Farber, foi determinante para integrar Niterói na rota decisória do ICUF, e entre suas marcas particulares destacou-se na defesa do ídiche e do bilinguismo, e também no esforço para arregimentar a nova geração para o trabalho comunitário, e incorporá-las às esferas de decisão da União Cultural Judaica.

Farber, como vimos, foi preso em novembro de 1935, por ocasião da invasão do prédio da BRAZCOR. Na época tinha 36 anos. Assim como os demais companheiros, foi transferido para a Casa de Detenção. Tanto em seu seu prontuário ⁶⁰³, como na peça que instruiu o processo de expulsão encontramos as seguintes informações:

Preso na Organização Revolucionária Israelita Brazcor, filiada ao partido comunista do Brasil, “cozinha Proletária comunista, R. visconde de Itaúna, 151, entidade que vinha sendo observada por esta seção, atentas as suas atividades no propagar dos princípios de Moscow. Esta prisão se verificou em consequência do movimento irrompido no nordeste, na madrugada de 23 do corrente, com irradiação para esta capital e outros pontos do paiz, o que constituiu fundados motivos de vir a participar daquela insurreição. Recolhido à casa de detenção, à disposição do Exmo. Sr. Chefe de polícia, afim de ser expulso do território nacional, por perigoso à ordem publica e nocivo aos interesses do paiz. (offício n.225-s/2 de 27-11-1935).

RJ, 29-11-1935 ⁶⁰⁴

Em janeiro do ano seguinte, Farber teve seu decreto de expulsão assinado por Getúlio Vargas, nos seguintes termos:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Considerando que o polonez Moysés Kava, conforme foi apurado pela polícia, se tem constituído elemento nocivo aos interesses do paiz e perigoso à ordem publica; Resolve em conformidade com o disposto no artigo 113, n.15 da constituição Federal, expulsar o referido estrangeiro do território nacional.

RJ, 6-1-1936—115°. Ano da Independência e 48°. Ano da República.

Getúlio Vargas
Vicente Rao. ⁶⁰⁵

De acordo com a rotina desse tipo de processo, ao decreto de expulsão seguia-se um pedido de clemência, quando a pena poderia ou não ser comutada ⁶⁰⁶. Neste ponto, o processo de Farber tomou um rumo diferente ao de Vrobel, pois o acusado não pediu clemência para si, nem substituição ou atenuação da pena, apenas solicitou ao governo brasileiro que amparasse sua família: a mulher Esther, e os filhos Carlos e Helena, esta última nascida no Brasil.

O “estranho” pedido virou pelo avesso a burocracia. O fato do acusado ter filho com nacionalidade brasileira ensejou uma troca extensa de informações entre o chefe de polícia do Rio de Janeiro, o Ministério de Justiça e Interior, e a Legação da Polônia que confirmou tanto o fato do acusado ter mandado carta de chamada para a família pouco tempo antes, como da existência de um filho brasileiro.

A leitura do processo, que teve um total de 38 movimentações assinala o despreparo do governo para resolver o problema, além do total desinteresse dos poloneses com o destino dos seus “judeus comunistas”. Estes atrelaram às hostes locais a responsabilidade de decidir o caso. Não se sabe, na prática, a solução encontrada. Esther, Carlos, e Helena não saíram do Brasil, nem Helena foi parar em uma instituição para menores como acreditou Avrahan Milgram em estudo sobre o caso. Continuaram em Niterói, assim como Farber que 24 meses depois voltou para a capital fluminense.

Diferente do caso de Vrobel, existe a informação de que Farber, junto a outros dezessete presos, foi mandado para a colônia correcional de Ilha Grande, onde permaneceu quase dois anos, após o que foi libertado⁶⁰⁷. E, semelhante ao ocorrido com Júlio Vrobel não há qualquer explicação para sua libertação.

De 1937, quando retornou do inferno até 21 de novembro de 1966, data de sua morte, Farber desfilou sua militância continua no eixo Niterói-RJ-BH-Argentina, declarando em alto e bom som os ideais em que acreditava, como o fez em uma das reuniões do Comitê Central do ICUF, em 1961:

as organizações icufistas na Argentina e no Brasil tem além dos objetivos de orientar e fortalecer as instituições judaicas e populares, também outros deveres que surgiram das condições reinantes, como sejam: ajuda às coletividades judaicas dizimadas da Europa, ajuda às organizações populares judaicas em Israel, luta contra o ressurgimento do nazismo e do anti-semitismo e, sobretudo, luta contra ação judaica que, servindo-se até da excomunhão medieval, deseja por todos os meios atrelar as massas judaicas ao carro da guerra fria, prejudicando os interesses do povo judeu e da paz mundial.

(...) nas condições atuais, quando a juventude judaica aqui reunida, é convocada, exigindo-se que ela ocupe um lugar de importância na atividade cultural social brasileira, não pode o ICUF ocupar-se, como até agora, exclusivamente das questões culturais-sociais judaicas e comemorar somente datas judaicas. Os jovens judeus que freqüentam ou que queremos que freqüentem as instituições judaicas têm o direito de exigir que para eles sejam criadas condições de língua e conteúdo, nas quais se sintam satisfeitos, quer como judeus, quer como brasileiros, quer como progressistas...⁶⁰⁸

Antenado com a realidade histórica, o discurso de Farber descortinava aqueles que seriam pontos fundamentais para o cotidiano dos judeus: os desdobramentos da criação do Estado de Israel para as comunidades judaicas brasileiras, e os problemas geracionais e

identitários que já se evidenciavam naquele momento. Essa questão foi, talvez, o “calcanhar de aquiles” das associações de grupo, impregnadas dos problemas e expectativas da geração pioneira. Como bom analista, conforme asseverado por Luís Goldberg em seu necrológico, Farber pressentira o futuro. Mas essa é uma questão para outro capítulo.

A liderança manifestada por Farber desde os tempos do sindicato em Varsóvia foi tão forte que inspirou outros homens a segui-lo. Simão (Shymon) Graber foi um deles.

Graber nasceu em Varsóvia em 1906 e antes mesmo de completar dez anos, trabalhava como “buchbinder”, encadernador de livros. De família pouco religiosa, desde cedo esteve envolvido com política e aos 24 anos já era o presidente de sindicato, e foi nessa fase da vida que conheceu aquele que foi um dos seus grandes parceiros: Moisés Kawa (Farber), então seu secretário.

Em 1932, Simão Graber deixou a mulher, Zilda, horas após o casamento, para emigrar. Logo, reencontrou o amigo: *“Primeiro fui para Montevideú, Uruguai. Como não consegui trabalho, no mesmo ano de 1932, vim para o Brasil, direto para Niterói, onde já se encontrava meu amigo Moisés Kawa...”*⁶⁰⁹

Na capital do Estado do Rio de Janeiro, Graber recebeu de Moisés Lempert, créditos em mercadorias para vender, e batendo de porta em porta, juntou dinheiro suficiente para buscar a esposa na Polônia, logo no primeiro ano.

De prestamista nos anos trinta, a dono de uma rede importante de lojas localizadas em shopping centers do Rio de Janeiro e Niterói, nos anos 90, Graber foi um dos judeus mais bem sucedidos da cidade, fundador da llegendária joalheria e loja de presentes Gabier.

A ambição econômica de Graber não foi empecilho para o desenvolvimento da sua atuação política. Par e passo à sua escalada econômica, se deu seu envolvimento com a militância progressista e com a vida institucional da comunidade. Em entrevista a Rolande Fichberg, pouco antes de seu falecimento aos 104 anos, Graber narrou sua trajetória:

Sou um judeu progressista, sempre fui ligado ao ICUF, BIBSA, e BDF. Fiz parte do comitê, participei ativamente de todas as conferências e todas as decisões. Desde 1932, quando cheguei, minhas atividades sempre foram na diretoria. Sempre recebi em casa as personalidades que vinham de fora. Ajudei a formular os pensamentos e nas campanhas para construção, tanto da Biblioteca como da ADAF. Sempre com apoio de minha família, que participava ativamente: meus filhos nas atividades dos jovens, o Clubinho I.L. Peretz e minha mulher na Associação Feminina Israelita Brasileira. A BDF e a ADAF são parte importante e fundamental na trajetória de minha vida...

⁶¹⁰

Graber foi também uma figura de conciliação, e na qualidade de adepto do laicismo fundou, em conjunto com Shaia Klingerman, do Centro Israelita de Niterói, uma escola de idiche e hebraico.

A incessante militância do antigo buchbinder foi acompanhada por sua família. Zilda Graber, cuja trajetória será lembrada no capítulo sobre o ativismo feminino, foi a grande mentora em Niterói, da Associação Feminina Israelita Brasileira, e uma das fundadoras da colônia de férias Kinderland. Os filhos Alberto e Júlio atuaram intensamente no Departamento Juvenil da BDF, e a filha mais nova, Edna, começou suas atividades na associação, no colo da mãe, nas reuniões do Lein kraiz, grupo de leitura feminino.

O envolvimento de Graber com o ativismo de esquerda rendeu-lhe passagens pela prisão, um prontuário no DOPS-RJ, e uma declaração pública de não envolvimento com o credo marxista.

Em 1944, Graber solicitou às autoridades cabíveis o cancelamento das notas existentes contra ele na polícia política. Devido ao levantamento feito naquela oportunidade, obtve-se o seguinte histórico:

Informo que nesta seção de prontualização existe sobre Simão Graber, (...) o seguinte: em 30 de dezembro de 1935, foi preso como medida de segurança nacional. Sua prisão foi motivada por ter chegado ao conhecimento do sr. Dr. 3º Delegado auxiliar, que Simão Graber, foi um dos elementos que tomou parte numa conferência estremista realizada no cinema colyseu, nesta cidade em 4-12-1934, presidida pelo comunista José Medina. Quando irrompeu os acontecimentos subversivos no norte do país e na capital da república, Simão Graber, constantemente era visto com elementos comunistas, comentando favoravelmente aos acontecimentos, sendo este também um dos motivos de sua prisão. Em 22 de abril de 1936, foi preso como medida de segurança nacional, por ordem do 3º Delegado auxiliar, por ter chegado ao conhecimento dessa autoridade que o acusado fora visto em um café desta cidade comentando os acontecimentos subversivos irrompidos no norte do país e na capital da República, em novembro de 1935. Na mesma data foi posto em liberdade. Em 16 de novembro de 1937, foi novamente preso pelo mesmo motivo, visto se achar constantemente nos cafés desta cidade com indivíduos suspeitos, em conversas reservadas. Foi posto em liberdade em 17 de novembro de 1937, após prestar declarações. Consta no seu prontuário o termo de compromisso, assinado e assim redigido (...).⁶¹¹

Embora os fatos que motivaram as prisões não assinalem atividade concreta de conspiração, Graber, a julgar pelo histórico acima, estava em plena evolução como “extremista”, flagrado em reuniões privadas e em companhias “subversivas”. É bem provável, pois, que fosse companheiro de Farber e de Júlio Vrobel, na célula comunista da Brazcor. Isto posto, escapou por pouco da prisão.

Outro dado que o referido histórico permite entrever era a vigilância sistemática do DOPS-RJ sobre os comunistas locais, demonstrando haver uma atividade incandescente na

região. Vale dizer que a polícia do Estado do Rio de Janeiro, por intransigente que fosse, não tinha a fama malévola da chefiada por Filinto Miller, por isso muitos comunistas escapavam para Niterói, a sombra do interventor Amaral Peixoto.

Qual terá sido o conteúdo do termo de comprometimento assinado por Simon Graber com a polícia local, no ano de 1937? Seria essa uma prática comum da polícia política do período, estilo particular do DOPS local, ou uma liberalidade que cometeram a Graber em troca de algum tipo de favor...? Na impossibilidade de responder a essas perguntas, examinemos o referido termo:

Aos 16 dias do mês de novembro de 1937, Simão Graber, natural da Polônia, casado com 31 anos de idade, negociante, residente à rua Visconde de Sepetiba, n.187, nesta cidade, sabendo ler e escrever (...) disse: que no dia 4-12-1934, o declarante sabendo que iria realizar-se um baile no edifício superior do cinema Colyseu, nesta cidade, e tendo sua senhora chegado há pouco de seu país de origem (Polônia) e querendo divertí-la, lá compareceu somente para dançar, que dez minutos depois de ter penetrado no recinto, foi surpreendido com a presença da polícia, é que o declarante veio a saber que naquele baile se encontravam inúmeros comunistas, entre eles José Medina, o qual o declarante não conhecia; que o declarante, naquela mesma data, pelo motivo acima exposto, veio preso conduzido para esta delegacia, sendo posto em liberdade na mesma data, visto as demais pessoas que lá se achavam também o terem sido; que o declarante não é comunista, nem integralista e nunca assistiu a comícios, quer da Aliança Nacional Libertadora, quer da Ação Integralista Brasileira. E mais não disse nem lhe foi perguntado, por ser a expressão da verdade assigna a presente declaração sem constrangimento de espécie alguma.⁶¹²

É evidente que uma declaração como essa é mera formalidade, Graber continuou sua militância, frequentemente era visto na Praça Onze, na BIBSA, assim como os companheiros da biblioteca do Rio visitavam Niterói.

Em muitas passagens de seu livro de memórias, o alfaiate Josef Abraham Schneider, descreve a movimentação progressista entre o Rio e Niterói, na Era Vargas. Em muitas delas, relata festas, em outras prisões. Uma delas, chama a atenção por envolver a ação de um personagem influente do Centro Israelita de Niterói, solicitado a interferir no caso da detenção de seu irmão, junto a um grupo de quinze a vinte judeus. O motivo: falar ídiche enquanto jogavam bilhar num café da cidade. É bem provável que Graber estivesse metido no caso. Eis a narrativa de Schneider:

Quando o delegado se encontrou com Aizik, procurou acalmá-lo: ‘nao se assuste. Logo que chegar ao distrito, liberto o seu irmão, o resto que espere’. Desculpe, doutor—respondeu Aiik--, mas discordo completamente disso. Ou o senhor solta a todos, ou não solta ninguém. Não aceito de maneira nenhuma que só meu irmao seja libetado.” A turma passou a noite toda no distrito. De manhã foram para rua.

No dia seguinte uma comissão da BIBSA foi agradecer o bonito gesto de Aizik Treiger. “Nós sabemos que o senhor não gosta da gente, sempre foi contra os judeus progressistas. Por que razão não permitiu que libertassem o seu irmão? Treiger respondeu: ‘continuo não gostando, mas o que aconteceu agora foi diferente. Se eu tivesse tirado só meu irmão, poderia parecer que estava entregando o resto à polícia, e eu não sou delator.’⁶¹³

Isac Treiger não gostava dos progressistas, ficou conhecido por seu temperamento áspero e por querer “controlar a comunidade”. O episódio descrito poderia ser compreendido como ato de bondade explícita, medo de ganhar fama de delator ou solidariedade grupal. Mas ao considerar que Niterói foi um grande centro integralista, onde os confrontos com a Aliança Nacional Libertadora foram violentos, a ação de Treiger poderia ser interpretada como expressão de consciência política em relação à situação dos judeus naquela conjuntura.

Quanto a Simão Graber, em 7 de novembro de 1944, o delegado do DOPS-RJ, Ary Cesar Lucena negou sua solicitação de cancelamento dos registros de prisão, com a seguinte justificativa:

Esta delegacia embora reconheça as razões de direito invocadas pelo peticionário, não pode opinar favoravelmente ao atendimento, visto como as referências às atividades do mesmo naquela época são de molde a torná-lo ainda suspeito quanto às suas atividades políticas e como tal suscetível ainda de atenção por parte dos poderes competentes⁶¹⁴

Dez dias depois, 17 de janeiro de 1944, outra informação foi anexada ao processo de cancelamento, a saber:

Em 17-1-1944, o Coronel secretário, por despacho de 12 do corrente mês, mandou cancelar a nota existente contra Simão Graber no Instituto de Criminologia, devendo esta delegacia conservar o prontuário do referido indivíduo.
Assinado: Alceste Fróes
Ao Dr. Ary Cesar Lucena-Del-Doops⁶¹⁵

Ora, na época, comandava a polícia e a secretária de segurança do estado do Rio de Janeiro, o coronel Agenor Barcelos Feio. Homem da turma de Benjamim Vargas, tornou-se famoso por manter uma “caixinha” do jogo do bicho para financiar as eleições do Partido Social Democrata, na década de 1940, e sobre quem pesavam denúncias de corrupção. Assim, a referência no texto ao coronel secretário é uma menção explícita a Feio. Pode ser que o comunista Graber tenha colaborado com a tal caixinha... de toda forma, seu prontuário sobreviveu para “contar” história.

Srul Rabinovici teve mais sorte que Graber! Oriundo de Alexandren, na Bessarábia, Sruli ou Israel Rabinovici imigrou para o Brasil aos 15 anos, em 1930. Desta data até seu

casamento com Sara, em 1944, desenvolveu farta atividade “subversiva”, frequentando toda a esquerda judaica da época. Autodidata, era um indivíduo de vasta cultura e logo se aproximou dos homens da Biblioteca Davi Frishman, de Niterói, e da Sholem Aleichen, no Rio.

Desde 1934 quando foi criada a Cozinha do Trabalhador, na Praça Onze, Rabinovici era um dos voluntários mais assíduos. De acordo com sua viúva, a depoente Sara Rabinovici, o marido trabalhava um pouco de manhã, em Niterói, e como não tinha muita ambição econômica, ou talvez por ser ainda muito jovem (sic), tirava regularmente as tarde para “atender” na Cozinha.

Ao longo de 57 anos de casamento, Sara ouviu inúmeros relatos de prisão, atividades clandestinas e noturnas do marido, como a colocação de cartazes da Aliança Nacional Libertadora pela cidade durante a madrugada, e acredita que ele fizesse parte do grupo que estava reunido no prédio do Brazcor, na noite de 23 de novembro de 1935:

Mas o trabalho deles era o seguinte, isso eu me lembro que eu ouvia na mesa, havia no Rio uma cozinha de trabalhadores, eles eram voluntários, todos trabalhavam lá para angariar fundos para mandar para Rússia, mandavam dinheiro para a Rússia, colaboravam e ele (Rabinovici) servia a mesa e as pessoas gostavam das comidas... Acho que as mulheres ainda não participavam, mas sempre escondidos, sempre se escondendo porque eles sabiam, pegaram aquele, levaram, e os que pegaram e levavam para uma Ilha, para essa ilha meu marido um dia não conseguiu escapar, levaram ele e o Leizer Faber, e o Leizer Faber ficou mais tempo, o Simão Graber...⁶¹⁶

Porém, o nome de Sruli Rabinovici não aparece nos autos, nem nos jornais que noticiaram a prisão. Pode ser que tenha escapado, mas de fato não consta prontuário seu no DOPS-GB, e no DOPS-RJ, existe apenas uma informação, datada dos anos de 1955 e relativa a investigações preliminares para concessão de cidadania ao casal Rabinovici. A crer neste laudo nenhuma acusação, suspeita e/ou prisão pesavam sobre ele.

De acordo com a viúva, Rabinovici solicitou o cancelamento das notas existentes contra ele no Instituto de Criminologia, tal qual Graber, e por conseguinte de seu prontuário também. E pelo que se viu teve melhor êxito que o amigo.

No entanto, em folha que integra o prontuário de Simão Graber, os nomes de Rabinovici e seu irmão Pinho (Pinea) são citados três vezes, nas quais aparecem como presos em batidas policiais:

Israel Rabinovici, 4-2-1934. Preso nesta data, por se encontraar em companhia de elementos identificados nesta delgacia como comunistas, em uma conferência extremista presidida pelo conhecido comunista José Medina, conferência esta realizada no andar superior do cinema Colyseu, nesta cidade, foi um dos elemntos que lá se encontravam;

22-4-1936. foi novamente preso, como medida de segurança nacional, visto ter chegado ao conhecimento do sr. Dr. 3º. Delegado auxiliar, que o mesmo continuava em franca atividade subversiva, em meios suspeitos nesta cidade. Sua recente prisão hontem verificada, foi como medida de ordem publicada visto ser ele elemento já conhecido como sympathisante do credo vermelho, embora procure destruir a acusação.⁶¹⁷

Em 16-11-1937, Rabinovici, o irmão Pinho e Simão Graber foram mais uma vez detidos.

Não sabemos ao certo se Graber e Rabinovici em algum momento estiveram no presídio da Ilha Grande, mas uma das suas libertações deve-se uma vez mais à ação de Isac Treiger.

De acordo com Sara, o marido, que atuava como prestamista, vendendo sombrinhas e outras bugigangas, era muito falante, alegre e fez muitos amigos e clientes, um deles, um fiscal, fazia vista grossa para suas atividades subversivas:

esse fiscal era muito amigo do (Isaac) Treiger, e quando soube que o Sruli foi preso, foi vê-lo na Ilha e perguntou o que poderia fazer para ajudá-lo. Daí que meu marido pediu para que ele fosse falar ao Treiger, homem de muita influência, interceder pela soltura dele.

Segundo Sara, o referido fiscal pressionou o anticomunista Isac Treiger a fazer algo por seu marido, e pelo que soube posteriormente, ele teria indignado-se com o atrevimento de Rabinovici em envolvê-lo numa questão como aquela, e teria dito: “*o quê? aquele molequinho?*” A partir dessa data a militância política de Sruli Rabinovici ganhou ares de maior discrição.

Em 1964, com a instalação de um novo regime de exceção, Rabinovici, então com 52 anos, três filhos em idade universitária, foi tomado por uma onda de pavor e rasgou seus documentos e livros de literatura em ídiche, atirando no mar tudo o que pudesse comprometê-lo.

Já o letão Rafael Perecmanis foi outro ativista incansável que entrelaçou seu nome ao progressistas de Niterói, não tanto por ser residente na cidade, mas, principalmente, pelos vínculos tecidos na vida comunitária.

Perecmanis foi dirigente de destaque de praticamente todas as associações da esquerda judaica, especialmente do ICUF, entre 1940-1967, e como redator do jornal Nossa Voz, esses predicados o colocaram em contato frequente com os líderes progressistas da capital fluminense. Posteriormente, nos anos finais da década de 1950, transferiu-se para Niterói, onde foi buscar “certa” estabilidade econômica.

No intuito de recompor partes de sua trajetória, além de seus artigos no jornal Nossa Voz, foi possível contar com uma pequena auto-biografia redigida por ele em 1982, e gentilmente cedida por seu filho Bertholdo, e com a leitura de seu prontuário, no APERJ⁶¹⁸. Do exame desse material sobressaiu uma trajetória fascinante, e muito diferente dos ativistas até então analisados.

Nascido em 1909, a família Perecmanis passou quase vinte anos deslocando-se entre a pequena cidade de Dublin, na Letônia, Kiev, na Ucrânia, Zaguer na Lituânia, e Riga, a capital letã, desterrada pelos frequentes atritos e perseguições do exército czarista e mais tarde pelos bolcheviques. Nesse período, Rafael estudou em pequenas escolas públicas, completando sua formação com os livros de bolso que encontrava pelo caminho.

Em 1929, após ter perdido cada um dos seus irmãos para a emigração, e presenciado o aumento do antisemitismo, decidiu emigrar e chegou a receber uma carta de chamada para entrar nos Estados Unidos, o sonho de 99% dos imigrantes da época. Todavia, a leitura de um romance de Júlio Verne, o fez querer explorar as terras do sul.

Em *A Jangada*, originalmente publicada em 1881, Verne narra a história de Joan Garral, próspero comerciante em Iquitos, que resolveu casar a filha com um amigo em Belém do Pará. No entanto, por tras do objetivo singelo, Garral pretendia vingar um crime que o fez abandonar sua verdadeira identidade anos antes, quando garimpava nas minas do Brasil. Para cumprir seus propósitos, ele é obrigado a construir uma *aldeia flutuante* no rio Amazonas, cuja correnteza o levará e a toda sua família a viver grandes aventuras no norte do Brasil...⁶¹⁹.

Esse livro tão exótico quanto futurista levou Rafael e dois amigos a emigrar para o Brasil. A família obsteu a partida, o patrão ofereceu o dobro do salário, o pai alegou o desconhecimento da língua, a ausência de parentes, a falta de dinheiro. Mas os jovens queriam “*aventura*”. Por intermédio de um alemão que vivera longos anos em Portugal, aprenderam um pouco do idioma, o suficiente para os primeiros tempos.

Em outubro de 1929, os três jovens partiram com destino ao porto de Havre, na França, onde subiram a bordo do vapor Sviatovid, carregado de judeus poloneses. Em 2 de novembro, desembarcaram no Brasil.

No Rio de Janeiro, a vida não foi fácil. Nos primeiros tempos contaram com apoio do Relif, instituição da comunidade judaica que auxiliava os imigrantes com moradia e refeições até encontrar um trabalho para os recém chegados. Os amigos de Rafael, em menos de três meses decidiram retornar para a Letônia, decepcionados “*por não encontrarem ouro nas ruas*”. Determinado, Rafael permaneceu.

No primeiro ano, trabalhou como servente de pedreiro, lavador de pratos, e operário de uma fábrica de sorvetes propriedade dos judeus, Katz e Segal, que introduziram o picolé no Brasil. Em 1930, trabalhava na avenida Gomes Freira, perto da polícia central e presenciou a entrada dos revolucionários gaúchos e a tomada do prédio da polícia.

Promovido a gerente da fábrica, Perecmanis recebeu uma proposta irrecusável de um colega polonês: ir para Manaus, *fábrica picolés e “enriquecer”*. Dito e feito.

Na capital do Amazonas permaneceram seis meses produzindo picolés artesalmente, mas logo foram derrubados pela iniciativa de um concorrente de fabricar sorvete com máquinas elétricas e métodos industriais de produção. Falidos, dirigiram-se para a Fordlândia⁶²⁰, em Santarém, no Pará, a procura de emprego. Sem obter êxito, Rafael foi obrigado a telegrafar para o irmão nos EUA, em busca de dinheiro para poder voltar ao Rio de Janeiro.

De retorno ao Distrito Federal, Perecmanis foi trabalhar como operário de malharia, condutor de bonde da light, gerente de pensão, e depois novamente como operário e condutor de bonde. Casou-se e foi ser prestamista: nada deu certo. Nesse meio tempo envolveu-se com o movimento social, passando a frequentar a Cozinha do Trabalhador, quando adotou o codinome *Felipe* e se tornou distribuidor do jornal judeu-americano “*Morgen Fraighet*”, e da revista “*idisch Kultur*”. Abriu também uma pequena livraria de discos e livros idiches, sem grande êxito financeiro, pois, nunca fez do seu negócio sua principal atividade.

Perecmanis ocupou diversos cargos no ICUF, por onde viajou pelo Brasil e assistiu duas conferências internacionais na Europa. Em 1947 tornou-se redator no RJ, do jornal Nossa Voz, e correspondente desse estado com os jornais americanos.

Sem qualquer traço religioso, e nem ao menos cultor da tradição, Perecmanis casou-se com Adelaide, brasileira, comunista, e deu educação de “*goi*” para os filhos. Seu irmão Siemens, mero simpatizante progressista, desde 1937 estava estabelecido em Niterói.

Em fins de 1950, os irmãos — Frank, do EUA, e Siemens, de Niterói, acharam que já era hora dele aquietar-se e oferecer algum conforto para a família, e o ajudaram a comprar uma lojinha na capital fluminense. Desde então, integrou-se definitivamente à diretoria da Biblioteca Davi Frischman e foi um dos entusiastas da construção da ADAF, em 1967. Em 1984, faleceu.

A vida de Rafael Perecmanis foi tão aventureira quanto a do herói de Júlio Verne, que o inspirou, e se não encontrou ouro nas ruas do Brasil, descobriu a ideologia marxista, no convívio com a esquerda judaica, e isto se tornou sua maior riqueza. Sobre ele, Luis Goldberg escreveu o seguinte necrológico:

Emigrante da longínqua Letônia, um dos berços da cultura judaica, incorpora-se aqui no Brasil, à classe trabalhadora; é um dos poucos judeus proletários. Frequenta a “cozinha proletária” da Praça Onze, é um dos frequentadores e ativistas da velha BIBSA; torna-se soldado fiel da vanguarda política do ishuv; pela vitória dos ideais da democracia, paz e justiça social; pela libertação do nosso povo, do povo brasileiro e de todos os povos do avassalador fascismo, nazismo e anti-semitismo.(...)

Terminada a 2ª. guerra, junto com outros ativistas, parte para a organização e lançamento de jornal do ishuv progressista, órgão que congregaria os progressistas, que lhes lançaria as palavras de ordem, que unificaria seus esforços na luta contra a reação, obscurantismo, vestígios e remanescentes do nazi-fascismo, que lutaria pela cultura progressista, que batalharia pela vitória da democracia em nosso país, libertando o povo brasileiro e, juntamente com ele, a nossa comunidade.

Em 1947 tornou-se vitorioso o ideal. Foi lançado o nosso periódico, Nossa Voz. Unser Stime, que durante 17 anos, até 31-3-1964 saía regularmente, cumprindo brilhantemente os seus objetivos.

E neste periódico um dos seus grandes e dedicados ativistas, uma das molas mestras foi o companheiro Felipe.

Responsável pela redação do Rio, não media esforços para obter material, traduzí-lo para o português, obter recursos, reunir companheiros para debater o conteúdo e os problemas do jornal, convocar e dirigir conferências plenárias nacionais dos ativistas, enfim...⁶²¹

O belo texto de Goldberg, mais do que homenagear Perecmanis, resume a trajetória de uma boa parte da esquerda progressista judaica de seu tempo. E, de forma mais ampla, inscreve-os na categoria dos homens que dedicaram suas vidas pela revolução mundial, inspirados pela luz brihante de outubro de 1917: os *“revolucionários profissionais”*. De acordo com Eric Hobsbawm: *“para esta geração, sobretudo os que embora jovens, viveram os anos de levante, a revolução foi o acontecimento de suas vidas: os dias do capitalismo estavam inevitavelmente contados (...)”*⁶²².

Essa total integração às causas sociais revolucionárias valeu a Perecmanis um parecer desfavorável do governo brasileiro à seu pedido de cidadania. O exame de seu prontuário revelou o indeferimento de um atestado de ideologia para os fins de naturalização por ser *“militante comunista fichado no PCB, onde ingressou em 8-12-1950”*. Outras informações atestaram a continuidade de sua militância, *“articulações e ligações com o grupo de oposição política*

da esquerda da colônia judaica”.⁶²³



Foto 12:

Ativistas da Biblioteca Davi Frischman, na década de 1960
da esquerda para direita: Paulo Velmovitsky, filho de Max, na 1ª fila ao centro; com a mão no queixo (olhando para a câmera); Pedro Welmowick, de terno; atrás, o baixinho Rabinovici e atrás de Velmovitsky, em pé, Rafael Perecmanis. Ao lado de pericmanis, de óculos Samuel Wrobel, filho de Júlio Vrobel.



Foto 13: Ativista da BDF e da BIBSA. Rafael pericmanis é o último sentado a direita. Na 2ª fileira, Moisés kawa sobrinho é o segundo e Simão Graber o 6º. Na 3ª fila, o 2º a esquerda, é Isac Jarlich, ativista do mesmo quilate que os mencionados. Leizer Farber deve estar na foto mas não conseguimos localizado. A fotografia deve ter sido tirada nos anos de 1950.

Welmovicki, Velmovitsky, Vrobel, Farber, Graber, Rabinovici, Perecmanis entre outros nomes que poderiam constar do levantamento apresentado nesse item, demonstram a estreita ligação entre os militantes do Rio e Niterói, o que de forma pontual já fora apontado por Josef Abraham Schneider, famoso militante da esquerda judaica da Praça Onze,

também em Niterói havia uma biblioteca denominada David Fishman, que era praticamente uma filial da Biblioteca Sholem Aleichem, inclusive com os mesmos diretores, como Leizer Farber, Shimon Graber, Moisés Kawa, os irmãos Jarlich e outros. Não se passava um sábado sem que tivéssemos uma programação, seja na BIBSA, seja na biblioteca de Niterói, como conferência, baile teatro, coro.⁶²⁴

O cotejamento das fontes, reforça a citação acima, ao desmonstrar que não existiam fronteiras entre a Bibilioteca Israelita Brasileira Sholen Aleichem e Biblioteca (Popular Israelita) Davi Frischman. E a propósito da epígrafe que inicia o capítulo, no Brasil, os judeus deixaram de ser um “vazio” nacional.

6. LUGARES DE MEMÓRIA

Os homens parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais.
(BLOCH, 2001, p. 60)

O uso da expressão “lugares de memória”, remete-nos obrigatoriamente, às idéias concebidas por Pierre Nora, na introdução do clássico *Les Lieux de Memoire*⁶²⁵.

Desde 1978, quando o historiador francês promoveu seu famoso seminário na École de Hautes Études em Science Sociales, que objetivava a investigação do entrelaçamento entre memória e história, no processo constitutivo da identidade nacional francesa, a discussão dos lugares de memória ganhou o mundo, repercutindo de forma incisiva e prolongada no cenário historiográfico mundial.

É claro que a ação desencadeada por Nora deixava transparecer a confusão de um tempo de incertezas e catástrofes, onde o império da história se via ameaçado pela fragmentação de seu objeto, multiplicado por tempos e espaços oriundos das transformações sociais, econômicas, políticas, científicas do século XX.

As transformações da historiografia no período, e em especial a abordagem antropológica, que desde os anos de 1970 veio contaminando a ciência histórica, muito contribuiu para que práticas culturais e representações coletivas diversas tenham sido estudadas a luz do conceito proposto por Nora⁶²⁶.

A apropriação do princípio de lugares de memória por historiadores de todo o mundo, a crescente popularidade do tema, e o esmaecimento das fronteiras entre memória e história, foram alguns dos efeitos desse processo. Assim como a súbita e desesperada necessidade de identidade⁶²⁷.

Ora, esta tese tem como eixo condutor, conforme discutido nos capítulos iniciais, os conceitos de memória, história e identidade. A 1ª entendida como uma construção real e imaginária do presente sobre o passado; a 2ª, como processo crítico da memória, e a 3ª, como o conflituoso processo de pertencimento resultante da negociação entre memória e história.

Portanto, a discussão dos lugares de memória erigidos pela coletividade judaica de Niterói torna-se indispensável para chegar ao âmago do processo constitutivo da(s) identidade(s) dos judeus da cidade. Ao fazê-lo será possível a apreensão de fragmentos do passado, fundamentais para reelaboração da trajetória grupal, mesmo que, conforme advirta Ulpiano Bezerra de Menezes, sua heterogeneidade seja quase impossível de resgatar. Isso por quê:

a memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante de feição adaptativa. A tradição (memória exteriorizada como modelo) nunca se refere a nenhum corpo consolidado de crenças, normas, valores, referências definidos na sua origem passada, mas está sujeita permanentemente à dinâmica social.⁶²⁸

A apreensão de tais fragmentos do passado exige da parte do historiador, um delicado trabalho de dessacralização da memória. Pois, conforme Nora, a memória porque é o próprio absoluto, reside no campo do sagrado, e a história que é o espaço do relativo, habita o profano. Em outras palavras:

A crítica meticulosa que permita construir, com os fragmentos que esses lugares de memória representam, uma das leituras possíveis da totalidade do processo histórico que os selecionou e revestiu de um particular significado, para desvendar assim, os códigos dos rituais que os monumentalizam, e por fim historicizá-los, ou seja, perceber como num palimpsesto, as marcas do tempo vivido que, por vezes, de forma muito tênue, transparece sob a ilusão de eternidade que é uma de suas características.⁶²⁹

II

Mas afinal, o que são “lugares de memória”? Memória ou história, verdade ou representação? Memória(s) de quem?

De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória são frutos da ruptura do passado com o presente, da passagem de uma história totêmica para uma história crítica, de

comunidades fundadas na memória para a constituição de sociedades de história, “mundializadas, democratizadas, massificadas, mediatizadas”⁶³⁰.

Irmãs gêmeas, Caim e Abel, memória e história em tudo se opõem:

longe de serem sinônimos, tomanos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido ela está sempre em permanente evolução, (...), suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.(...) A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...) No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir.⁶³¹

Assim, nascidos da interseção entre opostos, os lugares de memória são a “memória transportada pela história”, ao guardar em sua gênese uma vontade de memória através da qual objetivam “*bloquear o esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais*”⁶³².

Metáforas do passado no presente, ancoram-se em objetos materiais e/ou imateriais — catedrais, códigos, documentos, santos heróis, etc., para fincar neles as raízes de tempos que já vão distantes e permitir a própria encarnação do que se foi, no hodierno; do ontem, no agora e no porvir:

os lugares de memória expressam o anseio do retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia, o movimento de resgate e sinais de appartenance grupal⁶³³.

Lugares de memória são, portanto, espaços constitutivos de identidades, por guardarem uma experiência inacessível aos não contemporâneos, mas, mesmo assim, norteadoras de suas trajetórias coletivas: “*laços místicos que identificam, unem e conferem sentido a uma dada coletividade*”⁶³⁴.

Tentativas de agarrar à substância do que passou, são a um só tempo, simples e ambíguos, naturais e artificiais; sensíveis à experiência e frutos de elevada abstração. Guardam entrelaçados em si aspectos materiais, funcionais e simbólicos⁶³⁵: material, tanto por seu conteúdo demográfico como por ser o local onde a memória social se ancora; funcional, porque cumpre o papel de cristalizar a lembrança e transmiti-la geracionalmente; simbólico porque ritualiza a lembrança, fazendo a memória da experiência vivida por um grupo. O entrelaçamento desses aspectos consubstancia uma “*chamada concentrada à lembrança*”⁶³⁶.

O hermetismo que pode transparecer das idéias de Nora, ganham clareza, uma vez mais, na interpretação de Ulpiano Bezerra de Menezes:

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve periodicamente, para uma chamada concentrada à lembrança.⁶³⁷

O que Nora convencionou caracterizar como “chamada concentrada à lembrança” permite também, uma associação com as palavras de Gilberto Velho em “Memória, Identidade e Projeto”.⁶³⁸

Para esse autor, o projeto, como “*conduta organizada para atingir finalidades específicas*”⁶³⁹ associa-se à memória para dar significado à vida e às ações dos indivíduos, grupos sociais, partidos, ou outras categorias, ao propiciar “*algum tipo de consistência e continuidade às trajetórias individuais e sociais*”⁶⁴⁰, isto porque,

a memória é fragmentada. O sentido da identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado assim é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações.

Por conta dessa vontade de lembrança, e/ou do projeto que comportam, os lugares de memória “*vivem de sua aptidão para a metamorfose*”⁶⁴¹, reinventando-se constantemente, “*sujeita a periódicas revisões e e reinterpretações*”⁶⁴², de modo a impedir a falência da memória ou a dissolução dos laços identitários consubstanciados em si.

Fechados em si mesmo e sobre as identidades que carregam, os lugares de memória são submetidos a uma pressão constante e dialética para a transformação, abrindo-se para a produção de novos sentidos. Nesse aspecto, transformaram-se em “*meio de negociação dos indivíduos ou grupos sociais com a realidade, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo*”⁶⁴³.

Como se pode ver, a amplitude do conceito proposto por Nora abarca quase todos os objetos, tornando-se importante definir limites para seu uso:

Talvez demasiado complacente no plano mais geral, uma vez que seria difícil encontrar algo que não pudesse ser considerado sob essa rubrica, a noção de lugares de memória pode interessar sempre e quando tivermos o cuidado de observar a que coletividade se referem e de responder a algumas perguntas básicas: são lugares de que memória ou de que memórias? São lugares de memória de quem e para a construção de que projetos?⁶⁴⁴

Ora, ao ao longo dessa tese, o Centro Israelita de Niterói, a Biblioteca Davi Frischman e sua sucessora, a Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação, e a Sociedade Hebraica de Niterói foram caracterizados, repetidamente, como lugares de memória da coletividade judaica fluminense. Hipótese lançada por considerá-las portadoras de um projeto de continuidade entre o passado e o presente.

A investigação dessa hipótese, se confirmada, permitirá, apreender a negociação das identidades (identificações) do grupo, em seu ambiente mais reservado, as associações. Porém, não se trata apenas de comprovar uma questão, mas, juntar recortes, conjecturas, fragmentos de histórias dados a conhecer ao longo dos capítulos desta tese. O objetivo final é a história, a síntese, uma visão da totalidade.

Dos lugares de memória à história, é isso que pretende esse capítulo.

III

O estudo dos lugares de memória exige do historiador um esforço no sentido de abrir arquivos, desnudá-los, vasculhar armários, ler e reler documentos a fim de buscar a melhor interpretação; cotejar informações, compulsar atas, correspondências, fotografias, vídeos, enfim todo e qualquer material que revele o dia-a-dia da instituição pesquisada e descubra a aura simbólica que lhe é atribuída. Este foi o caso da pesquisa nos documentos privados da ADAF/BDF, cujas estratégias de aproximação foram descritas, no decorrer desse estudo.

Assim, é possível considerar que a investigação do acervo documental da ADAF foi bem sucedida, correspondendo a um volume significativo das fontes coletadas para o desenvolvimento da tese.

O mesmo não se pode dizer, infelizmente, da pesquisa no CIN, e, sobretudo, na Sociedade Hebraica de Niterói, conforme mencionado na introdução.

Na verdade, o CIN, cuja documentação inicial remete ao ano de 1925, caracterizando-se pela continuidade, não permitiu a consulta às suas atas, por motivos já indicados. Facultou, entretanto, a pesquisa no livro de registro do cemitério, e ao acervo fotográfico espalhado

pelas paredes da instituição. Também a “reportagem” realizada pelo jornal Diário da Manhã (6 de julho de 1937) noticiando a inauguração da sede própria, foi oferecido à pesquisa, fato que revelou-se bastante apropriado, visto que este jornal encontrava-se indisponível à consulta na Biblioteca Nacional.

O próprio arquivo da ADAF, suas atas, e o álbum de Moisés Kawa, assim como as atas da organização feminina sionista Na’amat Pioneiras, pelas referências que fazem e também pelas que não fazem ao CIN, forneceram dados importantes para desenharem o perfil dessa instituição.

Não é preciso dizer o quanto lamento pela documentação do CIN, saber que os detalhes, o cotidiano, as divergências, as vozes de oposição escaparam das minhas mãos e dos meus olhos, ainda mais por ter tido a oportunidade de ver em loco as pilhas de livros e papéis da instituição. Essas lacunas, certamente, deverão ser preenchidas no futuro, por outro historiador que se debruce sobre o tema.

Não tenho dúvidas que os motivos da censura estejam relacionados a não publicização das divergências internas dos integrantes do Centro, que a certa altura, além de conduzir o cemitério, controlaram também, uma caixa de assistência social. Mas o que fazer? A história é fragmentária por definição.

Quanto à Sociedade Hebraica de Niterói, a situação é ainda mais delicada. A direção, embora simpática, não permitiu consulta a qualquer tipo de fonte, sob a alegação de problemas políticos. Restou-nos a possibilidade de pensar a Hebraica pela documentação das outras instituições, conforme apontado anteriormente. Os depoimentos orais forneceram outras pistas.

Assim, o que se lerá abaixo é a análise, o mais detalhada possível da BDF/ADAF e do CIN, e a visão dos depoentes, e a dos documentos compulsados sobre a Hebraica. Antes, porém, vejamos o que as fontes falam sobre os primórdios do edifício institucional da coletividade judaica de Niterói.

6.1. Primeiros Tempos

As primeiras notícias sobre a vida institucional do grupo, dizem respeito à fundação na cidade, da associação União Israelita, a 29 de Julho de 1917⁶⁴⁵. Sobre essa entidade, o jornal A Coluna, emitiu a seguinte nota:

Como noticiamos em nosso número anterior, fundou-se em Niterói, a 1ª. associação Israelita do Estado do Rio.
A posse definitiva da sua diretoria foi a 26 de agosto com grande concorrência de assistentes acompanhados das respectivas famílias.
Depois da sessão presidida pelo Sr. A. Blank – vice-presidente (por não poder comparecer o presidente Sr. Maurício Finberg) houve um festival que se prolongou até de noite(...).⁶⁴⁶

Maurício Fineberg (Finberg ou Fineberg), Hanô Lent, A. Blank e M. Korenweis eram homens estreitamente vinculados aos órgãos comunitários da Praça Onze, como o Comitê de Socorro às Vítimas da Guerra (1916) e o incipiente movimento sionista da capital federal, liderado por Jacob Schneider.⁶⁴⁷

Dos fundadores, pouco se sabe. Fineberg era integrante de uma família judia de prestígio na capital federal, e o presidente era Max Fineberg, seria possivelmente seu parente. É provável que sua ligação com Niterói esteja relacionada à importância de seu sogro, Hanô Lent, nome de destaque nas associações judaicas cariocas aí radicado. Em nenhuma das outras fontes pesquisadas foi encontrado vestígios de Finenberg, o que permite especular que sua ligação com essa União Israelita local tenha representado uma forma de angariar consideração frente a seus pares no Rio de Janeiro.

Quanto à M. Korenweis também não foi encontrada qualquer referência a sua presença na cidade. Já o rastreamento do sobrenome Blank levou a alguns nomes, a saber: o prestamista Jacob Blank, Daniel Blank e Bertha Blank. Apenas nomes, e nenhuma história que possa situar a mencionada associação.

O único personagem da comissão fundadora da União Israelita sobre o qual se conseguiu alguma notícia foi o de Hanô Lent. Imigrante de origem polonesa, Lent desembarcou no porto do Rio de Janeiro, em 1895. Em 1910, consta que tenha participado da fundação do Centro Israelita (asquenazi) do Rio de Janeiro, cuja sede situava-se à Rua São Pedro, 221⁶⁴⁸.

É possível que tenha sido um dos primeiros judeus a atravessar as águas da Guanabara para estabelecer comércio na capital fluminense. Entre 1917 e 1935, seu nome aparece ligado tanto à vida comercial da cidade, onde foi dono da Joalheria Ouro Branco, como às

incipientes instituições locais, conforme apurado no Almanak Laemmert e no periódico israelita, A Coluna.

Em 1917, seu genro, Maurício Fineberg foi eleito presidente da referida União e em 1925, o próprio Lent foi consagrado diretor principal do recém fundado Centro Israelita de Niterói⁶⁴⁹.

O periódico A Coluna, ao longo do ano em que vigorou (1916-1917) repercutiu diversas festas ocorridas na capital fluminense, deixando entrever os passos iniciais da vida coletiva.

Em 28 de setembro de 1916, por exemplo, o jornal publicava notícia a respeito do casamento da filha de Lent:

Realizou-se, a 20 do corrente, o enlace matrimonial da senhorinha Esther Lent, dilecta filha do Sr. Hanô Lent, m.d. presidente do Centro Israelita, com o nosso prezado correligionário, Sr. Maurício Finberg.

A afluência de amigos da família dos nubentes foi numerosa, correndo a celebração do casamento entre as maiores demonstrações de alegria.

Ao novo par e às suas famílias A Coluna envia votos de felicidades.⁶⁵⁰

Em outras oportunidades, bar-mitzvot, brit-millim, e outras comemorações foram noticiadas, ensejando movimentos de coleta de fundos para as vítimas da guerra:

Realizou-se em Niterói a Milá do filho do Sr. Maklerevsky concorrendo grande número de amigos pelo que a festa se tornou muito animada.

Nessa ocasião, o Sr. Korenweiss promoveu uma coleta em favor das vítimas da guerra, que produziu a importância de 112\$000, sendo remetida ao comitê do Rio⁶⁵¹.

O periódico, claramente engajado na tese sionista, animava as campanhas de arrecadação de fundos para “Eretz Israel”, e a construção do “lar nacional judaico” na Palestina, além de recursos destinados ao soldado judeu, vítima da guerra. Assim, as notícias publicadas sobre Niterói sempre desvelavam listas de doadores, como se pode verificar na nota sobre o enlace entre a senhorinha Esther Lent e o Sr. Finenberg, quando pelo menos cinquenta homens doaram algum dinheiro para as causas:

Muitos oradores usaram da palavra, coletando-se nessa ocasião para as vítimas da guerra a importância de 200\$000, assim obtida: D. N. Feiges, 19\$; A Sociedade, 12\$; L. Lerner e M. Blitman, 10\$ cada um; Ch. Auebach, 9\$; A. Schechter e M. Finenberg, 8\$ cada um; J. Goldgaber, H. Schwartz, Z. Pochotchvsky; M. Poloponsky e P. Hollansky, 7\$ cada um; A. Baron e M. Korenweiss, 6\$ cada um; Ch. Veiner, J.

Tobenchlak. A. Triger, L. Veskler, S. Schwartzman; A. Vaimberg; H. Broffman; A. Blitman e A. Blank, 5\$ cada um; I. Rosenfeld e A. Novak, 4\$ cada um; S. Roiamar, Kreiser e D. Grinberg, 3\$ cada um; H. Pochachevsky, P. Tachne, I. Chapiro e B. Garzon, 2\$ cada um. Total: 200\$000. Total: 200\$000.

Esta quantia foi entregue pessoalmente ao tesoureiro do comitê pelos srs. A. Blank e M. Korenweiss.⁶⁵²

Importa destacar, portanto, que a vida associativa dos judeus de Niterói, nasceu sob a sombra do incipiente movimento sionista que tomava forma então, no Distrito Federal e dos comitês de ajuda aos refugiados judeus da 1ª guerra. Destaque-se também que essas notícias permitem entrever a organização de um núcleo significativo de judeus radicados na cidade.

Claro que o número de judeus é pouco expressivo se comparado a outros conjuntos de imigrantes como portugueses, espanhóis ou sírio-libaneses. Mas, porém, ganha contornos importantes ao situarmos a proximidade entre esses indivíduos, cujo local de trabalho os aproximava, e que freqüentavam, muito provavelmente, sinagogas domésticas.

Assim, a fundação da referida União Israelita demonstra uma prévia capacidade organizativa e certo desejo de visibilidade dentro do contexto maior do Rio de Janeiro, cidade e estado.

No entanto, não se sabe ao certo o que foi essa associação, se estava dividida em departamentos, ou se era apenas sinagoga. Também não foi possível apurar o porquê a União Israelita desapareceu. Em seu lugar surgiu, em 1925, o Centro Israelita de Niterói.

Curiosamente, décadas mais tarde, em 1950, quando a Biblioteca Davi Frishman inaugurou sua sede própria, o ativista Leizer Farber, nome nacional do ICUF, pronunciou discurso onde os primórdios da vida associativa da coletividade foram rememorados. Naquela oportunidade, a União Israelita voltou à baila, e graças a Farber podemos especular sobre a história desse período. Vejamos.

Há aproximadamente trinta anos que o povo judeu de Niterói almejava e lutava por canto cultural próprio. A luta se iniciou quando a comunidade judaica já estava com suas vidas organizadas. Esses fatos aconteceram em 1917.

Niterói, naquela época já possuía um considerável número de (judeus) moradores estabilizados e que não apresentavam idéias de se afastar da cidade. Começou a surgir diálogo e de início optaram por inaugurar uma sinagoga. O grupo interessado concordou logo com a idéia e também foi sugerido que se fundasse uma biblioteca e um círculo de leitura. E assim aconteceu. Numa pequena sala de dois quartos na rua Visconde de Uruguai, além da sinagoga, também foi instalada uma biblioteca. Mas não durou muito este grande acontecimento. Os grupos que estavam habituados a comandar as instituições como se fossem propriedade exclusiva, conseguiram dissolver a biblioteca.⁶⁵³

Na exposição de Farber, foram retomados fatos ocorridos aproximadamente trinta anos antes, e que servem para explicar o projeto inicial em que estava inserida a União Israelita, presidida por Fineberg. Ao que tudo indica a fundação da referida associação em 1917, correspondeu realmente à formação de um núcleo disposto a enraizar-se na cidade. Não foi, pois, coisa de dois ou três judeus.

Entretanto, o discurso do narrador, um homem reconhecidamente progressista denunciou a existência de diferentes vozes no diálogo acerca do projeto comunitário. De um lado, uma visão mais tradicional, a sinagoga e as ações de assistência social. De outro, o culto à língua e literatura ídiche. No fim do relato a afirmação da divisão. O debate inicial, que a fonte anuncia, antecipa as tendências que, no decorrer das décadas seguintes se transformaram em conflitos e barreiras quase intransponíveis.

Após a nota publicada pelo periódico A Coluna, em 1917, somente no ano de 1922, isto é, cinco anos mais tarde, obteve-se novas informações acerca da existência de judeus em Niterói. Em 4 de outubro de 1922, o jornal O Fluminense, assim noticiava:

Os Israelitas em Niterói

Como nos anos anteriores, terminaram hontem, revestidos de excepcional brilho, as festas israelitas em comemoração ao anno novo hebraico.

Nas sinagogas instaladas nas ruas Visconde do Rio Branco, 349 sobrado e V. Uruguay, 252, em duas grandes salas devidamente separadas, viram-se os homens e as senhoras entregues a leitura do livro de orações, todos revestidos de thalets, mantos ou faixas, em torno do pescoço, ou dos hombros, empunhando matracas ou o sephar, trombeta de chifre de carneiro.

As duas grandes festas judaicas que são Rosh-há-hashanah, o qual quer dizer a entrada do anno novo e Yon Kipur, ou o dia da expiação, dez dias depois do anno novo, é a 1ª a mais concorrida, por ser o dia da lembrança. O Hathvah, ou seja, o hynno da lembrança foi cantado nesses dias.

A sinagoga na Rua Visconde do Rio Branco, pertence à União Israelita, a qual tem como diretores os senhores Isaac e Germano Tregir, Jacob Teicher, Fernando Baron, Adolpho Blitman, os quais muito se esforçaram para que as festas ali celebradas tivessem grande realce.

A da Rua Visconde de Uruguay é dirigida pelos senhores Jacob Tubenchlak, Elias Schor, Luiz Pochachevsky e outros.

Os israelitas também não esqueceram o nosso centenário, pois no 1º Templo, o sr. Teicher, acompanhado dos demais devotos leu uma prece, em a qual eles pediam a Deus que abençoasse os sres. Presidente e vice-presidente da República, suas excelentíssimas famílias, bem assim (como) os presidentes dos estados.

A divisão novamente aparece. Dois grupos de judeus comemoram separadamente as festividades do seu calendário religioso. O relato informa o cuidado com o seguimento do ritual, a separação entre homens e mulheres, as vestes rituais, o sephar. Poderiam ser sinagogas da Rua Krochmalna, em Varsóvia, imortalizada nos livros de Isaac Bashevis

Singer. Mas era no centro de Niterói. Importante é destacar que a 1ª pertencia à mencionada União Israelita, de 1917, nesta oportunidade já sob a direção de nomes que comandariam o CIN, posteriormente até o final dos anos de 1940.

Do lado da União, a nota dá a entender que as comemorações do ano de 1922, tiveram mais brilho que as anteriores, quem sabe se influenciada pelo centenário da independência? Os dirigentes atentos à complicada situação política do país, e certamente interessados em manter boas relações com as autoridades, também não se esqueceram de pedir a Deus uma benção para os políticos.

Do outro lado, as festas foram conduzidas por Jacob Tubenchlak, Elias Schor, Luiz Pochachevsky, entre outros. Evidência clara a existência de outro grupo, quem sabe se uma nova associação? Poucos detalhes são oferecidos ao leitor.

Da notícia pode-se concluir que a União Israelita além de não agradar a todos os judeus locais, investiu muito para tornar-se visível aos olhos do grande público. É possível que o tempo passado entre sua fundação e o ano de 1922, para o qual a toda a cidade se preparou com muitas festas, tenha amadurecido o núcleo diretor, disposto a aproximar-se das autoridades públicas da capital do estado.

Como o único fragmento que possuímos a respeito dessas festividades é a notícia do jornal, pode-se especular ainda, que o contraste entre as duas festas demonstrado na nota refira-se ao fato de um dos grupos ser mais religioso e ter impressionado o “jornalista” pelo rigor do ritual e pelas vestes cerimoniais. Já o outro lado, provavelmente laico, interessado apenas no cumprimento da tradição, não despertou grande curiosidade do repórter.

Não há como esquecer também que a notícia publicada possa ter sido simplesmente uma matéria paga, em um tempo que mal conhecia reportagem, portanto, simples transcrição de notas redigidas pelos próprios associados.

De toda forma, o que interessa para a análise não é a especulação, mas a evidente divisão que já existia entre os judeus de Niterói.

Sabe-se ainda, que havia religiosos que faziam as cerimônias em casa para um pequeníssimo número de adeptos. Um destes foi Idel Perelman, um carpinteiro e fabricante de bolsas polonês, com loja no centro da cidade. Mordska Lipster foi outro. O primeiro desembarcou no Brasil no início da década de 1920, o segundo no final. Mais tarde, juntaram-se ao CIN.

Mas não se pense que esses grupos concentravam indivíduos altamente religiosos, kasher e tudo mais. A não ser no cemitério, onde lápides datadas de 1927 a 1932, exibem

fotos de judeus ortodoxos, de barbas longas, vestes rituais e solidéus. As demais, mostram homens de barba escanhoad e bem ocidentalizados:



Foto 14: Túmulo no cemitério Israelita datado de 1929, onde se entrevê a foto de um judeu ortodoxo. De acordo com o Livro do cemitério, é possível que seja dos Senhores Moyses Cichner, Samuel Broitman ou Jayme Gerson.

De forma geral, os relatos comentaram da dificuldade em cumprir os preceitos da kashrut⁶⁵⁴, a lei alimentar, ou mesmo obter quórum para o minian⁶⁵⁵. Homens de chapéus, e roupas pretas eram sempre abordados a porta das sinagogas para completarem o cerimonial das rezas, conforme lembrado por Arnaldo Risemberg, neto de Idel Perelman.

De toda forma, havia uma divisão preliminar, dois grupos: a União Israelita, e outro, protagonizado por Jacob Tubenchlak, sobre quem tivemos oportunidade de falar no capítulo 4, e que era, de acordo com sua filha, Judith Zonisein, um judeu liberal, que nem mezuzá⁶⁵⁶ colocava nas portas de casa.

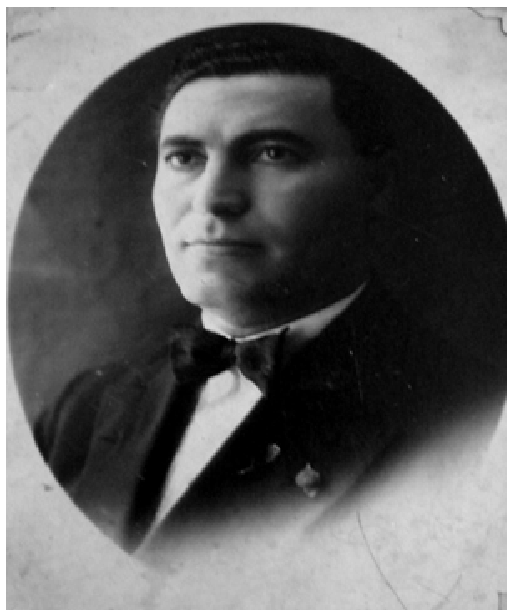


Foto 15: Jacob Tubenchlak

Judith relatou em seus diversos depoimentos, que o pai reunia todas as noites em sua loja, amigos judeus, para quem traduzia os jornais brasileiros para o ídiche. Esse grupo, além do próprio Tubenchlak, era composto por Isac Chapiro, José Goldgaber, Jaime Wainer, os três irmãos Pochachevsky, os irmãos Cohen, Isac Herman, Luís Bochner, Samuel Gikovate, Hanô Lent, entre outros⁶⁵⁷. Da União Israelita, destacavam-se os irmãos Treiger, os Baron, Jacob Taicher, os Roisman, os Lempert, e mais tarde, Mendel Sherman.

Não se sabe ao certo se o que os separava eram apenas questões religiosas. Segundo Judith, desavenças comerciais também devem constar do rol das diferenças. Maurício Finenberg, M.Koreiweiss e A. Blank são completamente desconhecidos da depoente. E Hanô Lent, estranhamente, aparece do lado oposto da associação que ajudou a dirigir em 1917.

Se considerarmos o relato de Leizer Farber transcrito páginas atrás sobre o início da vida institucional da coletividade, é possível que o “boicote” ao funcionamento de uma biblioteca no interior da União Israelita, tenha sido o pomo da discórdia no interior de um grupo pequeno. De fato, dezoito dias após a notícia publicada no Fluminense, foi fundada a Biblioteca Davi Frischman, em 22-10-1922. Em 1925, a União Israelita se desfez e em seu lugar surgiu o Centro Israelita de Niterói.

Mas, ao cotejarmos os nomes dos fundadores dessas associações com todos os relatos mencionados, continuaremos confusos, pois eles se misturam. Um bom exemplo disso foi o do progressista José Goldgaber, cujo nome está presente na ata inaugural das três instituições. O que mostra que não envolviam ainda, ou envolviam pouco, questões ideológicas⁶⁵⁸. Além

do mais, o CIN ao associar ao seu projeto fundador à construção de um cemitério e de uma caixa de assistência ou beneficência social, falou alto para todos os judeus da cidade, mais ou menos religiosos. E de fato, em 1926, foi instalado o cemitério comunal em São Gonçalo.

Estranhamente, no que se refere à fundação da BDF, do CIN e do cemitério comunal, nenhuma linha foi encontrada no jornal O Fluminense acerca dessas novas associações, isso em um periódico que costumava dar visibilidade aos imigrantes. Somente em 1938, quando o CIN inaugurou sua sede da Rua Visconde de Uruguai, é que O Fluminense voltou a falar dos judeus de Niterói.

A narrativa dos primeiros tempos da vida institucional é, pois, vaga. No máximo nomes de alguns shochatim, os magarefes, profissionais que procedem à matança de reses e aves conforme as regras, são lembrados pelas gerações mais velhas: Moises Brickman, Niskier, Mendel Sherman. Eles também celebravam casamentos, a princípio realizados em casa⁶⁵⁹.

Isac e Germano Treiger, por exemplo, chegaram a abrir um açougue, mas não há informações relativas à venda de carne de acordo com o ritual, e em uma cidade àquela época, com sérios problemas sanitários e em constante perseguição aos leiteiros e estúbulos, obter leite e outros alimentos conforme as regras da pureza ritual deveriam ser impossíveis. Entretanto, do açougue restou uma fotografia:

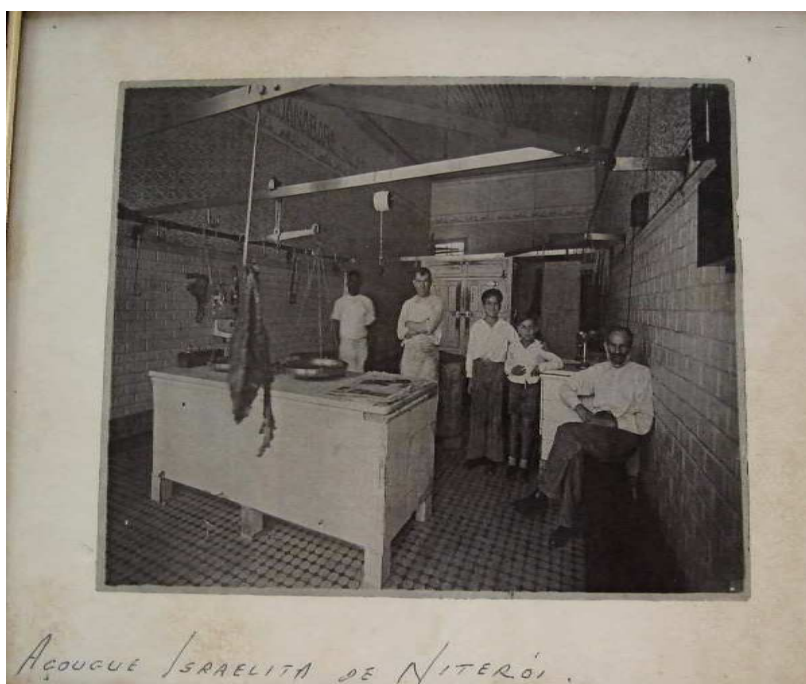


Foto 16: Acervo CIN

Judith Zonisein recorda-se vagamente da existência de uma pensão especializada em comida kasher, durante a sua infância, na longínqua década de 1920. Aron Feldman abriu uma quitanda, na Rua Cel. G. Machado, 71, no centro, dedicada, em parte, a mercadorias para judeus: era a “venda ídiche”.

Além do açougue, da venda, da pensão e dos shochatin, a estrutura comunitária comportava escolas ídiches. Tanto os mestres-esclas, os morés, professores que davam aulas particulares, como casas-escolas. Entre fins da década de 1920 e início dos anos trinta, existe referência a algumas destas: a 1ª situada em uma sala alugada para as reuniões da BDF, na Rua Visconde de Rio Branco, e que segundo consta servia a toda a coletividade; a segunda refere-se à escola de ídiche e hebraico do “professor Steimberg”⁶⁶⁰, que funcionava na Rua Cel. Gomes Machado.

Na verdade, Judith não se recorda se essas escolas se tratavam de uma só, ou eram dois colégios diferentes. Simão Graber afirmava com orgulho que uma de suas maiores realizações foi organizar uma escola ídiche em conjunto com o CIN. Como os anos que se seguiram à guerra foram tempos de radicalização, é provável que tenha se referido a essa do início dos anos trinta.

Todavia, Judith não soube informar a qual grupo pertencia a escola, quem mantinha, ou mesmo se o endereço abrigava alguma sinagoga. Lembra-se que as salas de aula ficavam no fundo do terreno e que havia um salão grande na frente, onde muitas pessoas se reuniam aos domingos. Os adultos não gostavam que as crianças brincassem lá.

Embora Judith e seus doze irmãos recebessem o moré em casa, porque o pai tinha medo que os filhos atravessassem a rua, ela teve condições de relacionar alguns dos freqüentadores das aulas do Professor Steimberg, na casa citada: Samuel Soichet, Luiz Baumlfield, David Goldstein, Boris Bochner, Jacob Zlatkin, Belinha Gack, Cesar, Freida e Tobi Cohen, entre outros. Paralelamente às aulas de ídiche, as crianças da coletividade freqüentavam escola de ensino regular, públicas ou particulares.

De acordo com anotações antigas realizadas pela depoente quando intentou escrever a história dos judeus de Niterói, Freida Cohen, lembrava-se de ter estudado numa casa assobradada, mantida por algum dos grupos, na Rua Barão de Amazonas, onde havia aulas de português com uma senhora chamada Cecília, e de ídiche com professor cujo nome foi esquecido. Conforme os relatos de Freida, ela, e seus irmãos Abraão e Cesar, Salomão Pochachevsky, Rubens Risemberg, entre outros, estudaram nessa outra escola, e posteriormente transferiram-se para a do prof. Steimberg⁶⁶¹.

Quanto a instituições de ajuda financeira, os relatos também são confusos. Judith Zonisein, Zilda Micmacher, e Luiz Baumfeld, com a lucidez e os anos que levam acumulados, não guardaram recordação do funcionamento de algo semelhante a uma Caixa de Empréstimos e Poupança (Lai Spar Casse) como havia na capital federal desde 1927. Quanto à caixa de beneficência proposta pelo CIN, em seu programa, somente na década seguinte tornou-se realidade, mas sobre ela nada souberam dizer.

Paulo Velmovitsky, por seu turno, acreditava que a União dos Ambulantes de Niterói, de 1940, tenha sido a formalização de um sistema de crédito que existia informalmente na coletividade, desde seus primórdios.

Não foi possível chegar a uma conclusão sobre o caso, de toda forma, a concessão de crédito, de maneira informal, conforme relatado por outros depoentes era uma rotina entre os judeus da cidade. Outros depoimentos atestaram a busca dos recursos com comerciantes da Praça Onze, ou na rua Gomes Freire.

Embora escassos, os registros das décadas de 1910 e 1920, são suficientes para indicar que, ao chegarmos ao final do período, todo o arcabouço institucional do que viria a ser a coletividade judaica de Niterói já estava construído.

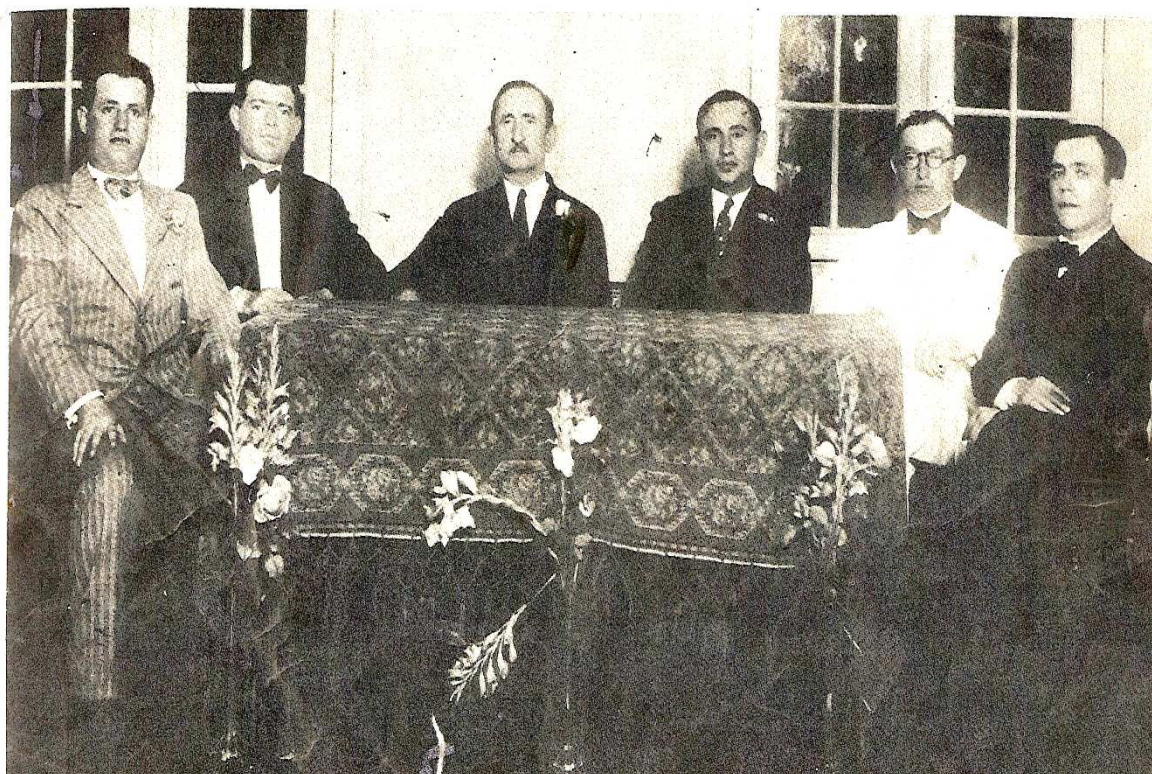


Foto17: Ativistas anos vinte. Da Esquerda para a direita: Chaskiel Kaplan, Luís Bochner, Chaim Wainer, Julio Soichet, Isidoro Baumfeld, Prof. Aron Steinberg. É possível que a foto tenha sido tirada da 1ª. sede do CIN. Acervo Regina Kaplan.

Mediante o quadro elaborado sobre os primórdios da vida comunitária, vejamos a trajetória dos lugares de memória dos judeus de Niterói.

6.2 A Biblioteca Davi Frischman/Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação

A Biblioteca Davi Frischman foi fundada em outubro de 1922. Entre os depoentes, há aqueles que relacionam o surgimento da associação com a fundação meses antes, do Partido Comunista Brasileiro, na mesma cidade de Niterói⁶⁶². Na prática, eram quase vizinhos. Porém, nada a não ser a reelaboração da memória aponta para a intercessão entre os dois fatos.

De um lado não temos ata inaugural, de outro, dentre os nomes relacionados ao PCB, naquela conjuntura, não existem pessoas ligadas à recém fundada associação. Há ainda que se considerar que o Brasil de 1922, estava sob “estado de sítio”, decretado pelo presidente Arthur Bernardes, em função das rebeliões militares do período.

Embora possível, é pouco provável que homens que haviam desembarcado há pouco tempo no país, e acostumados a um passado de “progroms”, tenham se associado imediatamente ao partido comunista, mesmo que fossem bundistas. É bem verdade que, nos anos que se seguiram à redemocratização, em 1946, os depoimentos confirmem a existência de uma célula do partido na associação, e posteriormente na ADAF, a fim de angariar militantes e fundos para o partido⁶⁶³.

Também é difícil afirmar que a Biblioteca fosse integralmente progressista desdeo nascimento. Algum dos nomes dos fundadores, preservados em atas posteriores e também arrolados pela Enciclopédia Judaica, de Cecil Roth, a saber, José Goldgaber, Maurício Finenberg, Miguel Gandelman, Henrique Pochachevsky, José Schor, Arão Filer, José Goldglub, Samuel Calsen, Felipe Beer e Felipe Rooner⁶⁶⁴, também estiveram relacionados à União Israelita e anos depois ao Centro Israelita de Niterói.

Portanto a BDF, que ao longo dos anos assumiu uma feição radicalmente progressista, comportou em seu início, um pouco do progressismo sim, mas muito do simples desejo de cultura, e de restabelecimento dos vínculos culturais interrompidos no processo emigratório.

Importante destacar é que em meio a tantas pessoas de origens diferentes, a língua e a literatura, transformaram-se nos princípios articuladores do grupo, de forma a caracterizar a

nova associação, desde os seus primórdios, como uma âncora da identidade partida durante a viagem para a América.

Provavelmente a Biblioteca Israelita Brasileira Sholem Aleichem, na capital federal, tenha sido o modelo que inspirou a BDF, que semelhante à irmã carioca, foi aprofundando-se, ao longo do tempo no amplo ideário progressista. Já no final da década de 1920, alguns judeus de Niterói compuseram o quadro de sócios e cargos de diretoria na BIBSA. Nos anos que se seguiram, a parceria entre as duas instituições foi tão intensa, que muitas vezes a BDF foi interpretada como uma mera filial da biblioteca carioca, como analisado no capítulo anterior.

No que se refere ao nome do seu patrono, a Biblioteca, é uma homenagem a um dos grandes escritores ídiches poloneses, Davi Frischman que, em conjunto com Sholem Aleichem, I.L. Peretz, e outros, trabalharam no sentido da modernização da língua e da cultura dos judeus da Europa Oriental. Portanto, já no nascedouro, a instituição pretendeu marcar suas identificações.

Tudo indica que os primeiros tempos foram precários, e somente pela teimosia a biblioteca sobreviveu, uma vez que teve de impor-se à resistência da outra parcela da coletividade, que anteriormente, em 1917, “boicotara” ou desestimulara seu funcionamento.

De acordo com as fontes, não há indicação da existência de uma sede inicial, talvez, usassem o espaço do salão alugado para as festividades do ano de 1922, na rua Visconde de Uruguay, 252, onde se reuniu o grupo paralelo à União Israelita.

A memória coletiva dos progressistas da cidade consagrou ainda, a idéia de que fosse uma “biblioteca ambulante”, o que estaria relacionado à escassez de recursos com que viviam comerciantes, aprendizes e prestamistas da época. O caráter andarilho da associação poderia estar referido também à conjuntura de perseguição aos movimentos sociais da época.

Relatos transmitidos geracionalmente asseveraram que os livros, seriam mantidos, inicialmente, na casa de um “guardião” que, semanalmente visitaria residência por residência onde os ofereceria e perguntaria o que as pessoas desejariam ler.

Romantismo a parte, uma comitiva encarregava-se de conseguir brochuras em ídiche, valendo-se para tanto de uma rede de comunicação internacional, que certamente incluía a BIBSA, na capital federal. Por meio do correio, conseguiam livros e revistas dos EUA e da Europa.

As mesmas narrativas consagraram ainda, como os objetivos da biblioteca “*ensinar o novo idioma, ajudar financeiramente os que chegavam, preservar suas raízes, e se integrar na vida do país, participando de suas lutas, conhecendo sua história*”.⁶⁶⁵

Nos idos dos anos 1920, consta que a BDF alugava um sobrado à Av. Visconde do Rio Branco. Nesse local passou também a funcionar uma escola de ídishe, que servia a toda a coletividade. No início dos anos de 1930, a biblioteca mudou-se para outra sala, à rua Barão do Amazonas, para onde seguiu também a escola.

Nesse período, a parceria com a BIBSA já era total. Em fins de 1934, muitos ativistas da BDF passaram a atuar na Cozinha do Trabalhador, ligando-se à Brazcor. Entretanto, o advento do levante comunista de 1935, a perseguição aos judeus comunistas, e a prisão de alguns ativistas da BIBSA/BDF, entre eles, Leizer Faber, Júlio Vrobel e Simão Graber, cujas histórias foram narradas no capítulo anterior, levou à desativação da sede da Rua Barão do Amazonas.

Paralelamente à repressão que se seguiu à revolta comunista de 1935, o crescimento do movimento integralista, que em Niterói teve bastante repercussão, levou à destruição da documentação acumulada e o retorno do acervo para a casa do antigo guardião, o prestamista José Goldgaber, presidente honorário da BDF desde 1932⁶⁶⁶. Somente em 1947, os progressistas da capital fluminense voltariam a ter um espaço próprio.

Esse período tumultuado da história da BDF e do Brasil foi registrado anos depois, e em diferentes ocasiões, por vários ativistas. Vejamos.

(...) Desde sua inauguração, a Biblioteca Davi Frischman dividiu seu destino com a população; houve crescimento e retrocesso para o povo judeu. Foi muito difícil para a biblioteca os anos de crescimento do hitlerismo, integralismo, reacionarismos, guerra e catástrofe judaica.⁶⁶⁷

O representante do jornal “Nossa Voz”, Simão Rodel, aponta o fato que enquanto na Europa crescia e se espalhava a força do fascismo que destruiu nosso povo e cultura (no anseio deles), ao mesmo tempo era construída em Niterói uma biblioteca. A teimosia dos ativistas de Niterói não foi apenas criar uma instituição, que sobreviveu aos nossos inimigos, mas também criou junto com outras coletividades no Brasil, uma base para as gerações futuras, cultura judaica e desenvolvimento no país (...)⁶⁶⁸

É preciso esclarecer que muitos dos relatos e narrativas citados foram colhidos por Rolande Fischberg, desde que passou a integrar o quadro de diretores da ADAF, no ano 2000. Entre 2000 e 2005, Rolande realizou entrevistas, coletou junto aos antigos associados fotografias e toda sorte de documentos, a fim de reorganizar o acervo documental da associação. Além do que, estimulou a publicação de um boletim onde muito do material obtido foi publicado ou dado a conhecer.

Guardiã moderna, seu trabalho é uma constante atualização da figura outrora personificada pelo lendário José Goldgaber, cuja memória foi alvo constante de homenagens

pela própria Biblioteca e posteriormente pela ADAF, como atestado na carta de agradecimento escrita por seu filho, em 1971, por ocasião da morte do guardião. Vejamos um trecho.

Quero agradecer à Diretoria da Biblioteca Davi Frishmam, esta homenagem póstuma a meu pai. Quero dizer a todos vocês que ele dedicou grande parte de sua vida à biblioteca. Ele, junto com outros inesquecíveis como Moiche Kave, Goldnadel, Isac e os irmãos Iaarlicht, Hersch Shartzmann, Pedro Welmowick, Max Naiberger e tantos outros, que antes de partir do convívio dos vivos tanto fizeram pela Biblioteca. Durante muitos anos, o meu pai ‘guardou’ a biblioteca num dos quartos de nossa casa. Nos duros anos de guerra muita gente vinha lá em casa buscar aquelas jóias da literatura ídiche que de fato representavam um elo entre aquela cultura que estava sendo dizimada pelos hitleristas e os judeus que tinham tido a felicidade de estar no Brasil. Talvez aqueles livros aliviassem o espírito daqueles que tinham sido subitamente e violentamente desligados de suas famílias na Europa. (...) ⁶⁶⁹

A bela carta de Alberto Goldgaber, um médico radicado nos EUA, desde 1967, ano em que nasci, atizou minha curiosidade. Logo, percebi que para apreender alguns dos sentimentos e propósitos dos homens que em 1922 fundaram a Biblioteca Davi Frischmam e nela ancoraram alguns dos seus laços identitários, teria que investigar o velho guardião. Desde então, pesquisar a trajetória de José Goldgaber transformou-se em uma de minhas obsessões.

Para tanto em uma das colunas que escrevi no informativo ADAF, solicitei ajuda para encontrar Alberto. Meses depois, fui surpreendida com um telefonema de Chicago: era ele, o filho do guardião!

Após duas horas de conversa, marcamos uma entrevista que se realizar 2 meses após nosso 1º contato, quando Alberto estaria no Brasil para um casamento. Desse encontro, pude entrever mais do que a trajetória de um homem simples: o espírito de uma época.

José Goldgaber nasceu em Trisky, região pertencente à Ucrânia, aproximadamente em 1890. Sua mãe morreu no parto e o pai, que era professor itinerante deixou-o para ser criado pela família de um importante rabino, cujo sobrenome era Tuesky, e de quem recebeu educação religiosa. Aos oito ou treze anos (1898 ou 1903), decidiu ir embora da cidade natal, seguindo para Varsóvia, onde foi trabalhar numa fábrica de balas⁶⁷⁰.

Não se tem notícia de como José viveu esse período de sua vida, mas sabe-se que ele manteve relações com intelectuais judeus que imprimiram forte marca em toda a sua formação: José foi um amante inveterado da literatura ídiche!

Segundo o filho, nessa época ele também entrou em contato com o *bund*, porém não sabe dizer se o pai filiou-se ao partido. Desse período, restou uma fotografia na parede, onde José posava ao lado de escritores e poetas poloneses da época. Quem sabe se tirada no salão

do famoso clube dos escritores de Varsóvia, um dos importantes espaços narrativos de alguns dos romances mais famosos de Isaac Bashevis Singer?⁶⁷¹

Alberto lembra-se de um fato curioso, o encontro do escritor Zicha Vaimper, redator do Idische Kultur, com o pai, no Brasil. Vaimper conheceu José Goldgaber em Varsóvia, ainda muito jovem. Décadas mais tarde, ao visitar terras brasileiras, foi recebido por uma entusiasmada platéia na Associação Brasileira de Imprensa, onde fez palestra. Goldgaber, claro esteve presente, mas jamais imaginou que o famoso escritor fosse recordar dele. Após cochichar com um amigo, assistiu o autor interromper a fala, chamá-lo pelo nome e... repreendê-lo! Vaimper reconheceu a voz e o sotaque de José Goldgaber. Essa história, que entrou na antologia da família, era uma das maiores alegrias do guardião.

Da vida e do ambiente judeu de Varsóvia, Goldgaber alimentou-se do desejo de secularização próprio da época, constituindo-se como um *“judeu ateu, laico e liberal”*. E foi nessa condição que emigrou para a América do Sul aos 23 anos.

Alberto e a esposa Berta não sabem precisar os detalhes da emigração, mas deduzem pelas histórias ouvidas em casa, quase sempre narradas por D. Fany, esposa do guardião, que Goldgaber tenha recebido alguma ajuda da Jewish Colonization Association e emigrado para uma das colônias agrícolas mantidas pelo Barão de Hirsch na Argentina, na fronteira com os pampas gaúchos.

Em terras portenhas, Goldgaber chegou em 1913, com aproximadamente 23 anos, solteiro ainda. De acordo com Berta:

ele ficou algum tempo lá e com certeza juntou algum dinheiro para sair, tinham pessoas que não estavam agüentando lá, era feito uma sentença de morte viver na colônia. Uns se adaptaram. No final, poucos ficaram lá.

Em 1914, José Goldgaber emigrou para o Brasil, muito provavelmente direto para Niterói. Alberto não sabe dizer o porquê, mas acredita que ele tivesse algum conhecimento:

quando ele veio da Argentina para o Brasil, acho que ele já tinha passaporte, volto a repetir que ele nunca me falou. Mas veio para Niterói (...). E meu pai trabalhou para outro senhor, Chapira. O Isac Chapira foi o patrão dele. Tudo quanto era mercadoria, ele (Chapira) dava crédito em mercadoria, e a pessoa assim que podia ia pagando de volta. O Chapira eu sei por ouvir falar que viajou pelo mundo inteiro, esteve na América, na Argentina, depois veio para o Brasil.(...) e meu pai ficou muito amigo dele para o resto da vida.

É possível que os dois tenham se conhecido na Argentina, ou algum colega de infortúnio na colônia tenha o indicado a Chapira, em Niterói, onde tinha, a época, casa de tecidos. Mais tarde, foi para o ramo de móveis. Isaac Chapira é um dos que aparecem como doador das campanhas em prol das vítimas judias da 1ª guerra. Esteve presente à fundação da União Israelita, e participava das rodas de leitura na loja de Jacob Tubenchlak. Esses dados o qualificariam como um dos possíveis fundadores da BDF, em 1922. Chapira deixou a capital fluminense em fins da década de 1930. Seu nome, não aparece em nenhum dos registros do *Álbum Moisés kawa*.

De acordo com Alberto, antes de 1922, seu pai pertenceu à sinagoga, pertencimento abortado por conta de um desentendimento entre sócios. Neste ponto, a narrativa de Alberto comporta imprecisões e até mesmo confusões, podendo-se entrever, porém, dados importantes sobre os primórdios da vida institucional da coletividade judaica de Niterói:

meu pai pertenceu ao Templo israelita, o centro israelita que ainda está na Rua Visconde de Uruguai, só foi construído em 1938, mas me parece que tinha na praia uma outra sinagoga. Mas no princípio ele freqüentava o centro israelita. Mas não sei em que ano foi ele teve um atrito com o Treiger e nunca mais foi. (Berta) Sua mãe contava que ele sempre gostou muito de ler e deveria ser feriado religioso e você tem que sentar lá e rezar concentrado o dia inteiro, e ele deve ter tirado um break, foi à varanda conversou um pouquinho, pegou um jornal, correio da manhã, aí alguém veio para ele e disse assim, isso aqui é feriado religioso e você tem que estar rezando, aqui ninguém pode estar lendo jornal, acho que foi o Treiger, ele ficou tão ofendido, que desse dia em diante nunca mais botou os pés no Centro Israelita, nunca para o resto da vida.

Os depoentes não sabem precisar o ano em que isso aconteceu, se antes do prédio da Rua Visconde de Uruguai ou depois, mas afirmaram que após esse fato, a participação comunitária de Goldgaber se restringiu à BDF.

Uma vez mais retornemos ao relato de Leizer Farber, transcrito páginas atrás, em que afirmava as dificuldades para o funcionamento da biblioteca no interior da União Israelita. Ele faz menção a certos “donos da coletividade”, “acostumados a mandar em tudo”. Ora, ao relacionar esse dado com a repreensão dirigida a Goldgaber, é possível “enxergar” por parte dos diretores da União e posteriormente do CIN, uma ação ou desejo de disciplinarização da coletividade, nem sempre bem sucedido.

Divisões dentro de qualquer grupo são freqüentes. No “âmbito dos judeus” mais ainda, dado a diversidade de origens entre as pessoas. O que faz interessante esse caso é, justamente,

“fotografar o instante”, isto é, captar as divergências em pleno acontecimento, e acompanhar seus desdobramentos.

A insistência nessa questão se justifica também pelo fato de a própria coletividade tentar entender-se, e decifrar suas sombras. Berta Goldgaber, por exemplo, explica o que aconteceu ao sogro e suas repercussões para o mundo judaico de Niterói, da seguinte forma:

A família Treiger era uma família muito poderosa, a família Baron, e tinha competição (sic), mas como o centro era religioso, o poder dele deveria de ser fazer criar a vida judaica como veio da Europa, muito restrita, então uma pessoa como o pai dele que era criativo, gostava de ler não só religião, mas de tudo... Tem até uma piada que o pessoal conta lá na América, qualquer lugar que você vá que tenha três judeus um tem a sua sinagoga, isso é muito típico... ou então um homem judeu estava num barco, aconteceu um naufrágio e ele nadou, nadou, se salvou numa ilha, anos depois foi achado, e ele falou assim, olha eu construí duas sinagogas nessa ilha. Mas ele estava sozinho esses anos todos, então por quê?, essa que eu ia essa que eu não ia.

É muito típico de cada um ter sua idéia, sua ideologia, e fazer o que quer e não abaixar a cabeça para o outro. Se dependesse do Treiger, vamos dizer, Niterói seria uma organização religiosa só, mas a vida não é assim .

Já Alberto explicou o ocorrido da seguinte forma:

O que eu sei, ouvi falar é, parece que ele achou que ele foi praticamente expulso do Centro, mas nunca ninguém havia feito isso com ele. Ele achou que como o camarada ficou bravo (...) não voltou mais. Anos depois disseram que eles nunca fizeram, não era para ele ir embora.

A ruptura com o Centro Israelita deixou um trauma profundo em Goldgaber, que acreditou não ter mais direitos a um “chão no cemitério” após a morte. Fato que indica que o problema tenha ocorrido verdadeiramente, nos anos seguintes à fundação do cemitério comunal, em 1926. Para complicar o caso, após o episódio o Centro Israelita nunca mais cobrou a mensalidade dele, conferindo-lhe ampla certeza de que teria sido expulso.

Curiosamente, após a morte de Goldgaber, em 1971, a família veio a descobrir que o CIN, manteve-o durante todos aqueles anos no quadro de sócios, com direito aos benefícios integrais dos contribuintes regulares, ou seja, ele nunca fora expulso!

Cumprir destacar, uma vez mais, que o interessante nessa história, é a sua repercussão comunitária. Para muitos houve uma tentativa de controlar a nascente comunidade.

O nome de Isaac Treiger, novamente veio à tona, como em outros episódios narrados ao longo desse trabalho. Em sua defesa, é preciso dizer que se tratava de homem extremamente religioso, imbuído do propósito de recriar uma vida judaica o mais próxima possível da existente em sua terra natal. Deve-se lembrar também que seu nome foi citado por

muitos depoentes como exemplo de alguém que apesar das diferenças ideológicas tirou judeus comunistas da prisão, em nome de uma suposta “identidade judaica”⁶⁷².

O depoimento de Zilda Micmcher a respeito dos movimentos da juventude judaica de Niterói, na década de trinta, ajuda-nos a entender melhor o que pensavam os diretores do CIN, ao recordar as dificuldades enfrentadas pelo grupo jovem para obter a cessão do salão do Centro para bailes, encontros reuniões:

(...) os da sinagoga achavam que só precisa ser religioso, porque todos aqueles velhos eram religiosos, só tinha que ir na sinagoga, e pensar em Israel. (...) porque se formou um grupo de jovens e começamos a fazer atividades, de sair junto, de fazer programas, de ir a um baile de carnaval no Rio, e aí começou a formar um teatro e até primeiro foi na sinagoga que se formou eles queriam o salão da sinagoga para poder freqüentar (...) toda essa juventude ainda era da Europa né, e estava acostumada porque na Europa já existia esse movimento sionista, movimento bundista, então estava acostumada a ter uma ligação assim, se ajuntar em grupos(...). E juventude quer com o que se divertir, namorar, então começamos a fazer bailes, e teatro, e a gente fazia piqueniques... (...) e não queriam dar que acharam os religiosos que não era próprio se juntar moças e rapazes, mas nós lutamos e discutimos, porque a gente queria um lugar para se juntar, pra se encontrar e não tinha, (...) só queríamos um lugar pra gente se ajuntar, fazer uma festinha, um baile, era tudo na base do radio, mas acabaram cedendo e aí começou a atividade de fazer um teatro, um baile, ia vender convite no Rio, na própria sinagoga, isso foi antes de eu casar, 1936, 1937. (Zilda casou-se em 1940)⁶⁷³

Portanto, por parte dos diretores da sinagoga, onde Isac Treiger e seu irmão Germano eram figuras ilustres, houve um desejo real de se recriar a vida religiosa, tal qual existia na Europa. Difícil para a sinagoga foi vencer a vontade de um conjunto de jovens.

É provável também, que o nome de Isac Treiger seja constantemente citado pelo fato de representar para muitos daquela época, o exemplo do judeu bem sucedido, rico, proprietário de vários estabelecimentos. Neste caso, ele aparece mais como metáfora do que como agente real.

Além disso, o episódio da ruptura de Goldgaber com o Centro é, sobretudo, revelador da polarização que tomou conta da vida judaica em Niterói. Enquanto na capital federal, os judeus dispersaram-se em um número impressionante de associações: masculinas, femininas, sionistas, progressistas, sefaraditas, asquenazitas, caixas de assistência social, bancos de empréstimos, asilos, orfanatos, associações por nacionalidades, etc., a capital do estado, conheceu apenas o CIN e a BDF. Somente na década de 1960, surgiria a Sociedade Hebraica de Niterói.

As agruras e percalços experimentados pela Biblioteca na sua primeira década de vida se ampliaram, segundo Alberto, com a decretação do Estado Novo, em 1937. Vejamos:

(...) porque os livros da BDF, quando da ditadura, os livros estavam na casa do Hersch Goldnadel, e meu pai tirou da casa dele e levou para nossa casa na Rua Quinze de Novembro, porque eu acho que ninguém queria ficar com os livros, e meu pai se arriscou, até hoje as pessoas lembram disso, o guardião dos livros.

Seguindo as pistas oferecidas por Alberto, após a desativação da sala alugada na Rua Barão de Amazonas, as reuniões passaram a ocorrer na casa de Henrique Goldnadel, aonde anos mais tarde, em 1944, Sara Rabinovici assistiu sua primeira reunião na BDF. O medo, no entanto, levou aqueles homens a segmentar a Biblioteca: os livros foram para casa de Goldgaber, as reuniões continuaram a acontecer na residência de Goldnadel, sede também da União dos Ambulantes de Niterói — Rua Saldanha Marinho, 26, centro⁶⁷⁴, em 1940.

Em casa, José Goldgaber esmerava-se no cuidado com o acervo:

Um detalhe que eu lembro, meu irmão é que limpava os livros, para ajudar meu pai que tinha que trabalhar, e ele tinha uma alergia e toda vez que limpava os livros ficava com problema de alergia, nariz escorrendo, espirrando, bem violento o treco, mas ele fazia... era um amor muito grande. Meu pai e meu irmão principalmente eram leitores vorazes.

Idichista feroz, o guardião, segundo seu filho, acreditava no socialismo, e, sobretudo na liberdade dos judeus no mundo socialista. Todavia, não pode ser definido como um homem de partido:

(Alberto) eles chamavam progressistas, mas eram de esquerda, ele acreditava muito no Stalin, no comunismo da Rússia, esse pessoal era cego pelo Stali e ele fez misérias e ninguém sabia até quando veio o krushev e denunciou e meu pai ficou muito deprimido quando soube, era igual a um balão, esvaziou.

(Berta) quando veio o relatório, que toda aquela inteligência judaica estava morta, quando ele ouviu esses relatos, ele mudou de personalidade, completamente depressivo. Como quem diz aquela ilusão toda não existia.

(Alberto) Eu sei que meu pai ficou muito deprimido.

Goldgaber foi prestamista por toda vida, e nesse ofício conseguiu criar os filhos, ambos “doutores” e comprar casa. A esposa Fany, especialista na arte de fazer geléia de mocotó, criticava-o *“porque era de tão boa índole que ficava amigo dos fregueses, e quando estes não podiam pagar, dava mais tempo, não cobrava, até emprestava um dinheirinho”*. Não ficou rico. Mas afinal, esse não foi seu projeto de vida.

O casal Goldgaber não gostava de cinema e a única vez que adentrarm um cinematógrafo foi para assistir um filme chamado “Missão em Moscou”, que elogiava a

participação russa na guerra. Quase todas as noites visitavam amigos, e conversavam em ídiche. De acordo com Alberto até nos bondes eles falavam no dialeto deles.

Em 1966, após a participação em diversas diretorias, e reiteradas homenagens, Goldgaber, teve o antigo tributo renovado com a concessão do título de diretor honorífico da BDF, em vias de se transformar em ADAF.⁶⁷⁵

Embora esse tributo pareça contraditório, visto que Goldgaber já fosse presidente honorário desde 1932, pode perfeitamente ser entendido como reconhecimento de uma geração mais nova a um antigo ancestral, forcejando um eterno culto às origens.



Foto 18: Inauguração da BDF em 1950. Goldgaber é o segundo homem (idoso), da esquerda para a direita.

O socialismo e o suposto ideário de inclusão dos judeus no paraíso socialista foi parte integrante dos sonhos de boa parte da geração pioneira da BDF, como a trajetória do guardião assinala. Homens comuns, alguns com muita instrução formal, outros com pouca, quase todos adeptos fervorosos da *haskalá* e dos escritores que sacudiram a poeira do hassidismo e da ortodoxia religiosa, investindo no ídiche como à sua própria identidade. Nesse sentido, a BDF foi o repositório de suas esperanças e emoções.



Foto 19: Essa foto é uma digitalização de uma antiga xerox de um boletim da Associação Sholem Aleichem, datado de agosto de 1967. Goldgaber é o senhor que discursa no lançamento da pedra fundamental da Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação. Ao seu lado, vê-se Pedro Welmowicki e Paulo Velmovitsky (o mais alto)

Os anos da Ditadura Vargas, como vimos, não impediram a continuidade das reuniões, nem paralisaram de todo a biblioteca, semi-clandestina. Zilda Micmacher recorda-se que o primeiro baile do qual participou, ocorreu em 1937, quando completou quinze anos. Tratava-se de uma promoção da biblioteca: *“o 1º. Baile que teve em Niterói foi da biblioteca, no salão dos cegos em Santa Rosa, festejando um aniversário, minha irmã ainda era solteira, era mocinha, então queria que fosse aos bailes, então ajuntaram a juventude”*⁶⁷⁶

Sara Rabinovici, por seu turno, foi testemunha de vários encontros que aconteceram na Casa de Henrique Goldnadel, sendo que o primeiro ocorreu no dia 25 de dezembro de 1944. As impressões daquele momento, guardou-as Sara para a vida inteira:

A reunião era na casa de Henrique Goldnadel, eu vi aquela mesa, aquelas casas eram enormes, iam até o céu, e ele me apresentou a todo mundo... (...). E eu entrei, fiquei sentada, ouvindo aquela conversa deles que para mim soou muito estranha. Era uma mesa cumprida, retangular e tinha lugar para todos. Devia ter mais de 20 (pessoas) Simão Graber, Leizer Faber, H. Scharwtzman, o Goldnadel, o Goldgaber, Isaac Iarlicht, Júlio Wrobel, Max Nalberger, e alguns...⁶⁷⁷

Nesses anos, a ditadura já próxima do seu fim, os livros voltaram para casa de Goldnadel, que simples prestamista, foi elevado à condição de zelador-bibliotecário. A

fotografia abaixo, uma das poucas propostas da União dos Ambulantes de Niterói que conservou as fotos dos inscritos, permite-nos conhecer o dono da casa:

União Beneficente dos Ambulantes de Niterói
Rua Saldanha Marinho N. 26

PROPOSTA

Proposta N. 4
Matricula N. 64
Carteira N. 4



Nome do Proposto Henrich Goldnadel
Nascido em 20 de Junho de 1900
Filiação Mordcha Goldnadel
e de Perel Goldnadel
Natural de Polonia Granica
Residência Rua Saldanha Marinho 26
Estado civil Casado Nome da esposa Szaindel
Saia Goldnadel

Nome do Proponente
José Rabinovici

Proposta aceita em 29 de Setembro de 1940
Sindicância procedida — Resultado bu

Rabinovici

Foto 20: ficha de H. Goldnadel . fonte: Livro da UBAN

Porta aberta, livros franqueados a todas as pessoas, independente de serem ou não ligados à Biblioteca. Sobre o zelador, Sara Rabinovici afirmou:

Ele cuidava dos livros como se fosse a coisa mais sagrada. Ele era um homem simples, bronco sem ofender, ele nunca discursou numa tribuna, mas ele era tão amigo, era tão simpatizante..., mas não tinha a cultura, talvez, dos outros companheiros que freqüentavam a casa dele, porque era porta aberta, até o Jayme Landman..., eu lembro que um dia eu vi Jayme Landman lá.⁶⁷⁸

O jovem Jayme Landman, posteriormente um médico famoso em todo o país, considerado um dos “homens de valor da coletividade judaica do Rio de Janeiro”, emigrou aos nove anos da “Rumania” para o Brasil, com a família. Radicados em Niterói, Jayme teve

oportunidade de estudar, e já no final da década de 1930, cursava a Escola Fluminense de Medicina.

Dinâmico, assumiu junto com sua irmã, Téia e outros jovens, a organização de um círculo juvenil, denominado Hatkva, que agitou a juventude da época. Nesse grupo, do qual falaremos em outro item, sediado em grande parte no CIN, jovens participavam, a princípio, independente das opções e tendências dos pais. Para eles, o que importava era o fato do Centro possuir um salão, enquanto a biblioteca era clandestina.

A presença de Landman, marcante para Sara, revela é irrelatadora da importância da Biblioteca e seus livros para o conjunto da coletividade.

Durante algum tempo, Sara foi mera expectadora das reuniões na casa de Goldnadel, que ocorriam *“uma ou duas vezes por semana a noite”*. Nesses encontros fazia-se a leitura de jornais, a troca de livros, e o debate livre sobre os assuntos da época. Os principais temas das conversas, ela guarda na memória:

Eles falavam sobre a Rússia. A Rússia era o espelho da alma deles. Porque lá é que se concentrava todo o comunismo. Eles eram todos comunistas. E meu marido era declarado. E (falava-se) de países progressistas, falava-se da guerra, e dos Pogrons que aconteciam na Polônia. (...)

A pretensão deles era reformar toda essa coletividade divisória. Por que tinha que haver divisão se todos eram judeus? Ainda não era uma coletividade grande. Era uma coletividade de algumas famílias que foram depois aumentando (...) e foram se mudando para o Rio de Janeiro. Mas o que predominava, naquela ocasião todos eram pobres.⁶⁷⁹

Em 1945, em uma conjuntura marcada pelo fim da guerra, a exaustão do regime de Vargas, e o trabalho em prol dos sobreviventes dos campos de concentração, a BDF respirou aliviada e deu início à sua reorganização formal, com eleição de diretoria e aluguel de sede.

Essa fase coincidiria também com a entrada na universidade de uma parcela grande de jovens da coletividade, como Paulo Velmovitsky e seus irmãos, Carlos Kawa, Maurício Sherman, Max Kaplan, entre outros. Um artigo escrito por Carlos Kawa, filho de Leizer Farber, e publicado no Jornal Israelita dá a dimensão das transformações que aconteceram:

Volta a funcionar a ‘Biblioteca Israelita Davi Frischman, de Niterói

A Biblioteca Israelita Davi Frischman, de Niterói, foi fundada em 1922, e sempre teve um grande papel no desenvolvimento da vida cultural da colônia israelita da cidade.

Entretanto desde alguns anos, entrou em estado de declínio e sem um local adaptado e com uma diretoria incompleta, quase que deixou de funcionar. Só graças a algumas pessoas dedicadas, os livros não ficaram completamente inutilizados.

A derrota dos anti-semitas pelo mundo inteiro animou os elementos israelitas de Niterói, que têm interesse por atividades culturais.

Depois de muitas reuniões, foi organizada uma comissão provisória que, nos poucos meses de sua existência criou as sólidas bases para o perfeito funcionamento dessa indispensável instituição que é a Biblioteca Israelita Davi Frischman.

Além de angariar donativos de 7.000.00, a comissão provisória organizou uma reunião festiva de inauguração, uma conferência do conhecido escritor moderno israelita D. Bergelson, e uma exibição cinematográfica, sendo todos esses empreendimentos muito bem freqüentados e apreciados.

No fim de julho do corrente ano, realizou-se a assembléia geral, a 1ª depois de uma interrupção de dez anos, na qual foi eleita a nova diretoria regular.

Atualmente a biblioteca está instalada à Rua Barão de Amazonas, 270, onde tem a sua disposição, um bom quarto para circulação de livros, uma sala de leitura, e uma ampla sala de conferências.

Além dos 1300 livros que já possuía, em língua ídiche, a biblioteca adquiriu uma grande remessa de livros recentes.

Junto à biblioteca se formou um grupo de leitores juvenis sob o nome do falecido professor Flávio Staznbok. O grupo, que já conta com aproximadamente 60 jovens, tem por fim desenvolver neles o gosto pela boa literatura brasileira e israelita.

O grupo, de acordo com a resolução da biblioteca, de criar um departamento de livros em português fez uma coleta de livros, que deu os melhores resultados. O grupo espera entregar o departamento de livros em português aos sócios até o fim de setembro. O grupo juvenil tem preparado um vasto plano de conferências sobre diversos temas, domingueiras e outros divertimentos culturais.

A Biblioteca toma parte ativa na organização do comitê pró-Livro Preto.

A Biblioteca Israelita Davi Frischman é presentemente um importante fator cultural entre os israelitas de Niterói.

Carlos⁶⁸⁰

Da leitura, percebe-se, de imediato, que uma nova geração, filhos e até netos de imigrantes, sobretudo, brasileiros natos, começavam a conquistar espaços e poder na administração da BDF. Tanto é que sua reorganização implicaria na criação de um departamento juvenil e de livros em português. No artigo fala-se em 60 jovens! A sala da casa de Goldnadel, por maior que fosse não comportaria tanta gente.

Boris Mocny, a época um garoto de pouco mais de 10 anos, reteve algumas lembranças do período:

(...) era em frente onde ficava a Antarctica em Niterói, (rua) Barão de Amazonas, era ponto de encontro. Só esporte, brincadeira, ninguém tinha noção de nada. (...) Nós vivíamos socialmente, tanto é que vira e mexe nós fazíamos piqueniques, ia todo mundo junto. Teve piqueniques que um vagão inteiro era nosso, era mais Petrópolis (...).⁶⁸¹

Claro que a recordação do rapaz não poderia dar conta do mundo dos adultos, estende-se obviamente pelo cotidiano dos jovens. Para eles, a biblioteca era ponto de encontro, um verdadeiro lugar de sociabilidade.

O artigo de Carlos Kawa, que posteriormente formaria-se em engenharia, assinalaria também a participação da biblioteca no *Comitê Pró-Livro Preto*, que conforme explicado no capítulo anterior, reuniu judeus de diversas associações, do Rio e Niterói, envolvidos em registrar todas as atrocidades perpetradas contra os israelitas durante a guerra. Em Niterói, Leizer Farber e Luís Grandshulzitzer foram os encarregados⁶⁸².

A associação entre dois nomes tão diversos como Farber e Grandshulzitzer somente é possível entender, dada as divergências ideológicas graves entre esses dois homens, um comunista célebre e um dos diretores da organização sionista de Niterói, pela conjuntura do imediato pós-guerra, caracterizada pela junção de esforços para benefício das vítimas do nazismo.

Entre 1945 e 1948, vários eventos foram realizados em conjunto pelas duas associações, em geral nos salões do CIN. Do Álbum de Moisés Kawa, retiramos alguns exemplos:

A União dos Comitês Integrados em todas as instituições judaicas em Niterói enviam convite para realização de protesto contra a declaração de Bewin do parlamento inglês (ministro inglês), em torno do Estado de Israel, e contra o “Livro Branco”. O local do evento será o salão do Centro israelita e a data ? de julho de 1945. Tomarão parte na realização as seguintes instituições: Centro Israelita de Niterói, Biblioteca Davi Frischman, Organização Sionista, Escola Judaica, Damas Pró Auxílio de Niterói, A Estrela Vermelha de David, Clube Juvenil da Biblioteca Davi Frischman, Clube juvenil do CIN, União Israelita dos Comitês de Ajuda aos que sobreviveram à guerra. Todos os oradores designados irão se pronunciar. Assinado: Arão Shenker e Leiser Grandshulzitzer.⁶⁸³

Convite (idishe e português) para a conferência do conhecido escritor israelita Dr. Moysés Merkin, delegado e dirigente da Organização sul-americana “Ort-Ozé”. O tema será *David Bergelson, seu rumo e significado na literatura israelita, no local do CIN. (data?)*⁶⁸⁴

No dia 5 de abril de 1946 será realizado um ato em homenagem aos heróis que lutaram e sucumbiram defendendo os direitos dos judeus, no Levante do Gueto de Varsóvia.

Esse ato será realizado no CIN, quando será relembrado o 3º Ano desta chacina. Será realizada uma cerimônia religiosa, acompanhada pelos professores Tabak e Hocherman. Assinado: a comissão organizadora.⁶⁸⁵

Abaixo, imagens digitalizadas de alguns desses convites. O detalhe é a escrita em ídiche. A fonte é o extraordinário Álbum montado por Moisés kawa Sobrinho.

Esse último convite, referido à celebração da homenagem aos heróis do Gueto de Varsóvia repercutiu no Jornal Israelita de 2-5-1946, quando mereceu a seguinte nota:

Noite comemorativa em Niterói

Também a coletividade judaica de Niterói prestou homenagem aos mártires judeus da Polônia.

Na noite de domingo último reuniu-se toda a coletividade judaica daquela cidade para comemorar o 3º Aniversário do levante do Gueto de Varsóvia e de toda a resistência judaica às ocupações nazistas durante todo o período de ocupação.

Falaram o Sr. G. Tolan, Grandshulzitzer e J. Hocherman enquanto que a sra. Dina Halpern recitou versos relacionados com o martírio judaico na Polônia e na Europa em geral.⁶⁸⁶

Nesse período, muitos dos convidados da biblioteca, sejam eles da capital federal, ou mesmo internacionais, foram recebidos na farta mesa de Simão e Zilda Graber, conforme mencionado no capítulo anterior. O casal foi sem dúvida, a síntese do ativismo da geração pioneira. Simão, na BIBSA, na BDF ou no ICUF, Zilda na Associação Feminina Israelita Brasileira e na própria Biblioteca. Ela foi, em grande parte, responsável pela associação progressista de Niterói, deixar de ser um lugar exclusivamente masculino para integrar um ativo corpo feminino.

Importa destacar que ao longo de toda a sua existência a Biblioteca Israelita Davi Frischman foi uma instituição festeira, onde teatro, música, baile, e comida farta foram elementos centrais. Nestas solenidades, a casa dos Graber foi também o restaurante da BDF.

De acordo com Sara Rabinovici, os banquetes eram todos preparados na cozinha de Zilda Graber, mesmo aqueles realizados no Clube de Regatas Icaraí, ou no Goldem Room do Cassino, prédio que sedia na atualidade a Reitoria da Universidade Federal Fluminense. Lá, as ativistas se encontravam aparte do Lein Kraiz, o círculo de Leitura Feminino, e combinavam os bolos, os canapés que cada uma fazia para as festas. Foi também, o lugar onde se posicionavam e redigiam seus discursos. Os eventos sempre contavam com a presença de uma delas na mesa da diretoria. Todo o material, as toalhas, os cavaletes onde montavam as mesas, os pratos, colheres, copos, etc., eram transportadas para o clube pelos ativistas. Os doces e salgados eram vendidos. Não tinha garçom, nem contratavam bufê: uma tabuleta na bandeja indicava os preços dos acepipes.

A fotografia abaixo remete à recepção oferecida ao escritor *Almazon* pelos ativistas de Niterói, em 1947, na residência dos Graber. Na foto podem ser vistos (sentados): Zilda Graber (de preto) e Zilda Michmacher, o homenageado, e Rosinha Naiberger. Em pé, encontram-se, da esquerda para a direita: Sofia e José Rubens, Isaac Jarlicht (gordo e baixo),

Leizer Faber, Rafael Perecmanis, Meier Glazman (Camisa branca), Moises Yarlicht, Simão Michmacher, Simão Graber, (em pé); e Max Naiberger, atrás de Graber.



Fonte 23: Acervo ADAF.

Desde 1945, os progressistas sonhavam ter sua sede própria. As festas, então, também cumpriram a função de fazer caixa para a realização desse objetivo. A tesouraria por essa época era responsabilidade do fiel guardião, José Goldgaber.

Em 1947, sob a presidência de Henrique Goldnadel, a Biblioteca Davi Frischman deixou a Rua Barão de Amazonas para um sobrado alugado na Rua Visconde de Itaboraí, esquina com a Rua Marechal Deodoro. Neste lugar teve como vizinhos “os *bíblias do Exército da Salvação*”, que segundo alguns depoentes, “volta e meia” tentavam convertê-los. Lá, segundo Boris Mocny:

Tinha duas diretorias, a diretoria jovem, que era o Carlos Kawa, e a diretoria velha. O Iarlicht ainda não tinha aquela força toda não, tava querendo penetrar, era o Naiberger, o Goldgaber, o Goldnadel. Tinha uma mensalidade. Era biblioteca relativamente pequena, um salão com um banheiro no final, aqui era a escada, ali fizeram um palco, atrás do palco tinha um banheiro, e em volta do palco fizeram escaninhos para colocar os livros, e na frente deixaram livre, aí tinha mesa de pingue-pongue que era atração da garotada daquela época, e o departamento juvenil praticamente dominou aquilo.⁶⁸⁷

O detalhe mais importante da narrativa de Mocny, a meu ver, é a descrição dos salões, onde se destacavam os escaninhos, as estantes para os livros e o palco, usado tanto para o teatro, como para receber conferencistas, palestrantes e visitantes famosos. O teatro foi a expressão maior da BDF, aquilo em que mais se destacou, ou em uma referência ao antropólogo Abner Cohen, o verdadeiro princípio articulador daquela Casa.

Falar de teatro na BDF é reverenciar o maestro e diretor polonês Moises Kawa, sobrinho homônimo do grande ativista Leizer Farber, que sabemos, chamava-se também Moises kawa.

Entre 1946 e 1947 e até seu afastamento da ADAF, em 1972, por motivos de saúde, Moises Kawa Sobrinho dirigiu toda a parte cultural da BDF, o que incluiu um grupo de teatro e coral adulto e infantil, e uma escola de cultura ídiche destinada às crianças da coletividade. Foi pela narrativa de sua filha⁶⁸⁸, que conhecemos um pouco da trajetória do maestro. Dela também foi possível apreender muitos dos impasses vividos pela instituição naqueles anos. Vejamos.

Moisés Kawa nasceu em Varsóvia em 1915, único homem entre 5 mulheres, foi educado para ser rabino. Freqüentador assíduo das bibliotecas locais, devorava a literatura da época, em especial autores como Brecht e Dostoievsky. Era também auto-didata: falava cinco línguas — ídiche, russo, polonês, francês, e o português mais tarde. A proximidade da guerra, e o medo da invasão alemã levaram sua família a enviá-lo para a Rússia, para onde foi em “*boléia de caminhão*”.

Na URSS, ficou aproximadamente por sete anos, período no qual prestou serviço militar, inclusive na gelada Sibéria. Com o fim da guerra foi trabalhar como operário. Dos tempos de soldado do exército vermelho não fantasiava glórias. Suas lembranças eram desprovidas de romantismo e poesia: a labuta nas tropas de Stalin “*era pau puro*”.

Do governo russo recordava-se do incentivo governamental à arte, e de como o rigoroso planejamento estatal interferia na vida das pessoas, deixando-as indefesas contra o poder: “*só um talento excepcional poderia quebrar o plano de ação do governo.*”

Em 1947, emigrou para o Brasil, onde possuía duas irmãs, uma das quais, em Niterói, para onde Kawa se dirigiu. Felícia, cujo marido era um reconhecido líder sionista na cidade acolheu com bondade o irmão, mas os conflitos foram inevitáveis. Não que ele fosse comunista e contrário à tese sionista. Kawa entendia-se como um progressista: “*ele tinha muita preocupação em diferenciar comunista, socialista e progressista. Ele era um progressista. Ele advogava as idéias da solidariedade, contra o racismo*”⁶⁸⁹. Além disso, era

ateu convicto, cria que “*a religião era o ópio do povo*”, mas admitia a necessidade das cerimônias para preservação da tradição.

Um exemplo do ateísmo/judaísmo de Kawa pode ser atestado pela reflexão da filha, a cerca de perguntas com as quais ela teve que lidar desde muito cedo:

Os colegas não perguntavam se eu era judia, e sim por que você não reza? Assim, você naturalmente diz: minha religião é outra! Eu não sei se meu pai me ensinou, me fez decorar essa parte. Eu dizia, eu não sou religiosa, que religião? Era difícil, eu não tinha religião, não tem isso, eu não vou disser eu sou judia e vou para a sinagoga, eu não ia. Não tinha essa parte, ele não tinha religião, ele era ateu, ele não queria isso, não tinha isso na minha casa. Judeu tem esse negócio de acender vela, nunca vi isso, nunca vi isso! Meu pai contava como é que eram essas coisas todas, mas ele não valorizava. Ele falava muito dos judeus, das histórias, muito das histórias da bíblia, do anti-semitismo, da guerra, falava muito de detalhes da guerra, do sofrimento, ele sempre traduziu uma coisa muito sofrida (...)

Kawa, assim como muitos de seus companheiros da BDF, apesar da formação religiosa foi um espírito laico e “*cosmopolita*”.

No Brasil, seu 1º trabalho foi como operário de uma indústria têxtil. Três ou quatro anos depois se casou com Esther, uma polonesa que emigrou com a família em 1919, aos 2 anos de idade.

Após o casamento, o casal fixou residência em Niterói e foi trabalhar como prestamista vendendo jóias em repartições públicas. Bem sucedidos compraram loja e apartamento. Quando a fiscalização apertou contra esse tipo de negócio, acarretando prisões e processos, Kawa ficou com medo e, decidiu junto com Esther, abrir uma loja de roupas prontas: a “Única Modas”. A mulher, porém, continuou, por um tempo a mais, a vender jóias, a contra gosto do marido.

Dono de vasta cultura, Kawa logo ingressou na BDF, muito provavelmente pelas mãos do tio *Leizer Faber*. Em pouco tempo, o autodidata, dono de um português impecável, segundo seus contemporâneos, passou a dirigir o departamento cultural da associação, onde ensaiou os corais e teatros. De acordo com a filha, o pai na verdade, “*ensaiava aquilo que ele sabia tocar, ele tirava as músicas e se ele só soubesse em idish, era em idish que tinha que ser.*”⁶⁹⁰

No coral sustentou brigas intermináveis com os desafinados. E no teatro, não perdoava os relapsos. Quase sempre ensaiava textos de autores judeus, em ídiche. De acordo a filha:

tanto o teatro como o coral existiam em função da comemoração do Levante do Gueto de Varsóvia, que era uma das principais festas do grupo. Ele passava o ano

inteiro em função disso. Já em relação à poesia, autores nacionais como Vinícius de Moraes, entre outros eram lidos.

Kawa dedicava sete dias por semana à BDF/ADAF, não descansava da associação nem mesmo dentro de casa, onde lia, tirava música no velho órgão e em um bandolim, preparava as vozes. Com tamanha dedicação, o teatro e o coral da BDF alcançaram notoriedade em todo o ishuf progressista. Ele, por sua vez adquiriu fama de difícil, genioso, irascível, mas até hoje é lembrado por seus contemporâneos como a luz que iluminou a BDF/ADAF naqueles anos.

Pai de duas filhas na época da mini-saia, de Woodstock e da contestação ao regime político, Kawa foi confrontado diversas vezes dentro de casa sobre suas posições. Um dos maiores desafios foi mudar o repertório:

Hair na década de 60, era a música da liberdade, então a gente pressionava muito ele, e tinha um pessoal jovem no coral. Para ele tirar aquele Hair foi um inferno dentro de casa! Hair era pouco ritmado e ele achou bonito (...) a gente sempre dizia pra ele mudar aquelas músicas chatas só falava em ídiche, (...), então ele foi muito pressionado pela gente(...) ⁶⁹¹

Outro desafio freqüente no cotidiano do maestro frente à BDF/ADAF, e que ajudou a construir sua fama, foi a de abrir a associação à entrada de não judeus, e à realização de atividades para as gerações mais novas. Exemplo disso foi a organização de um cineclubes na Biblioteca, em meados da década de 1960, onde boa parte da assistência não era judaica, mas amigos dos filhos dos ativistas. De acordo com a filha, Kawa:

era o homem que enfrentava, que permitia que as coisas acontecessem dentro da ADAF, daí que ele enfrentou a oposição dentro da instituição para que o cineclubes se realizasse.

Mas não se pense que o maestro não possuísse suas contradições. De acordo com a depoente, tratava-se de um homem profundamente dividido:

O mundo se dividia em judeus e não judeus, dentro dos judeus que era o universo que ele queria conviver, aí ele separava, embora meu pai dentro da ADAF, ele era quem queria que os não judeus entrassem. (...) Meu pai era uma pessoa que (...) em relação a várias coisas, ele achava que você é uma pessoa como outra qualquer e que as pessoas tem que ser todas iguais (...) no sentido de que elas não têm que ter essas diferenças, nem de religião. Ele não discriminava e achava que você devia se assimilar no lugar onde você estivesse. Isso também faz parte do ideário progressista, não comunista, mas progressista, e ele se considerava uma pessoa progressista...

A divisão entre judeus e não judeus não foi a única que perpassou a cabeça do maestro, para ele o mundo também se desmembrava entre sionistas e não sionistas. Ele criticava o sionismo internamente, questionava o porquê os que se auto-declaravam sionistas permaneciam no Brasil: “*ele dizia, se é sionista vai pra lá então...*”. Mas, mesmo contrário àquela ideologia, não deixou de contribuir financeiramente com as sociedades israelitas e o estado de Israel, nas diversas campanhas em benefício do seu estabelecimento.

Tanto em um caso como em outro, tratavam-se de discursos duplos, ou seja, para dentro da comunidade uma coisa, para fora outra. A contradição neste caso, é o reflexo do impasse que viveram os progressistas da época, entre abrir-se ao todo, correndo o risco de perder o traçado das suas fronteiras, ou permanecer em gueto. Da mesma forma, criticar o sionismo enquanto ideologia, no interior dos muros da coletividade, e, no âmbito externo, sustentar a necessidade da existência do estado de Israel. Entre um e outro ponto, dois discursos, dois públicos: a comunidade judaica, o país.

Essas contradições reverberaram também dentro de sua casa, e foram motivos de muitas alterações entre pai e filhas, demonstrando, de outro modo, o conflito de gerações dentro do mundo dos progressistas em Niterói:

Meu pai era uma pessoa muito dividida (...) e a ‘coisa judaica’ aqui não sei como era lá fora, era muito coberta com a religião e com o conservadorismo reacionário, o pessoal aqui em Niterói era muito conservador e grande parte eram pessoas muitas ricas ou ricas, uma parte pelo menos, que tinham outras visões, então eram outras perspectivas também, e ele não queria, não queria participar....

Embora Kawa fosse homem de grande liderança dentro da BDF/ADAF, nunca quis candidatar-se à presidência da associação, justamente para evitar conflitos e ter de conduzir um diálogo entre os “mais a direita” e os “mais a esquerda” na associação, e principalmente sobre a aceitação da presença de não judeus na instituição.

Os anos setenta foram cruéis para o maestro: doença. Primeiro, o coração, depois, a depressão. A própria ADAF viveu tempos obscuros, o grupo de teatro e o coral acabaram. Kawa se isolou. Morreu só.

No entanto, sua memória é constantemente evocada, e ele responsabilizado em boa parte, pelo brilho da associação naqueles anos áureos. Outro dado importante foi a capacidade que ele próprio teve de elaborar a memória da instituição, haja vista o álbum que organizou:

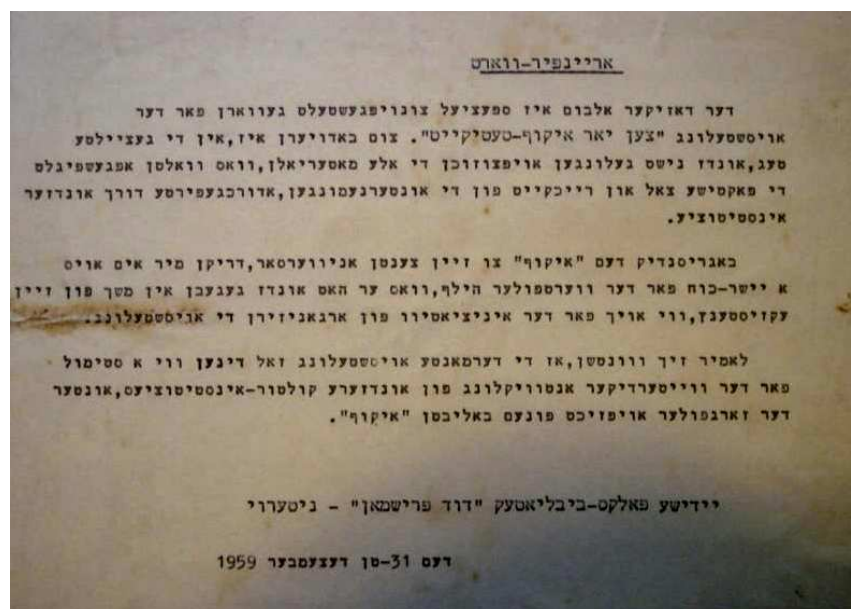


Foto 24: Album M. Kawa

Nas páginas de um álbum cartonado, o maestro preservou recortes do jornal Nossa Voz, convites, programas de teatro, e até mesmo cartas, documentos que haviam sido guardados, ou produzidos nos anos cinquenta, com o objetivo de apresentar um relato da atuação da BDF, no congresso comemorativo dos dez anos de ICUF.

Inicialmente datado de 1959, extrapolou seus objetivos ao compilar material até o ano de 1962. Não foi possível descobrir os motivos que levaram o maestro a paralisar essa obra. Escrito em ídiche, a tradução de Sara Rabinovici recuperou parcialmente as idéias do autor, como se poderá observar abaixo:

Este pequeno arquivo é denominado Álbum, como registro de acontecimentos ocorridos na Biblioteca Davi Frishman, desde ano de 1959. Como esclarecimento se refere que esse álbum foi especialmente composto para uma apresentação pelos 10 anos de atividade do ICUF.

(É comentado que infelizmente não foi possível encontrar todos os materiais que poderiam ser apresentados, que com certeza eles espelhariam de fato a riqueza das realizações efetuadas nossa instituição.)

Congratulando-se com o ICUF pelo seu 10º aniversário, agradecemos com calor a importante ajuda que nos foi dada durante a sua existência, como também pela iniciativa dessa apresentação.

Desejamos que essa exposição sirva como estímulo para o futuro engrandecimento para nossas instituições culturais, contando sempre com o cuidado e zelo de nosso querido ICUF.⁶⁹²

Curiosamente, o “pequeno álbum” forjado por Kawa acabou por suprir a lacuna deixada pelo desaparecimento dos documentos da biblioteca, do tempo de sua reorganização em 1946 até 1959, podendo ser elevado ao status de fonte primária.

Verdadeiro lugar de memória, o álbum também eternizou o nome do autor como guardião do passado, celebrando-o juntamente com a instituição que ajudou a construir. É a principal fonte onde se alimentam os associados do presente: o elo de continuidade com a documentação que se produziu entre 1962-1980.

Ao consultar os registros contidos no álbum, verificamos que a primeira referência a prática do teatro na BDF data do dia 5 de junho de 1947, a propósito da festa de despedida do violinista Natan Schwartzman, que partiria para a América do Norte:

(...)Também ultrapassou todas as expectativas, foi a despedida do jovem artista Natan Schwartzman, na BDF. Por ocasião da sua partida para a América do Norte, junto ao seu tio ativista Júlio Kriger. A homenagem feita ao Natan, por ocasião da sua despedida teve vários oradores, entre eles Henrique Schwartzman, Max Naiberger, o representante do jornal “Nossa Voz”, Aron Shenker, a representante dos jovens Elizabeth Goldstein, como também, todos os seus amigos presentes. Brilhantes foram as apresentações artísticas de Dora Taksin, Tzilie Goifman nos seus cantos e declamações. Uma linda encenação de I. L. Peretz, o consagrado escritor judaico, apresentado pelos jovens da Biblioteca que tão bem interpretaram e captaram a sátira do grande mestre Peretz. Tomaram parte: Maurício Nissembain, Max Kaplan, Leão Cudichevitch, Carlos Kawa, Jacob Kosman, os irmãos Guerchon. No final, subiu no improvisado palco Natan Schwartzman, acompanhado do pianista Botelho, e do seu jovem irmão Salomão Schwartzman. A noite gloriosa foi encerrada com um lindo serviço de quitutes⁶⁹³

Sobre o teatro ídiche é preciso dizer que há como mensurar sua importância para os judeus asquenazitas da época. Mais do que simples entretenimento, cumpriu função de anteparo da identidade de grupo. Quase todas as associações judaicas progressistas contemporâneas constituíram seu próprio núcleo teatral. A BIBSA e a BDF se notabilizaram, em relação às demais nesse aspecto.

De acordo com o livro de memórias do ator Simão Buchalski, um polonês que emigrou para o Brasil em 1927, e que durante mais de 50 anos atuou nos palcos, a demanda pelo teatro ídiche no Brasil, entre 1930-1960 foi enorme. As diversas companhias em que se apresentou cumpriram quase obrigatoriamente, turnês nas cidades de Salvador, Poços de Calda, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Niterói, Rio de Janeiro, e as cidades gaúchas de Cruz

Alta, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Quatro Irmãos, Santa Maria e Uruguiana. Campinas, Santo André, Santos e São Paulo completavam o itinerário⁶⁹⁴.

Além do Brasil, as companhias de repertório ídiche correram teatros no Uruguai e na Argentina, assim como grupos desses países vieram se apresentar nos palcos brasileiros.

Nos relatos dos depoentes, assim como se verificou nos registros de Kawa, impressiona o fato de homens que durante o dia corriam as ruas para vender mercadorias e cobrar prestações, assim como lojistas bem sucedidos e suas esposas cheias de filhos, deixarem as suas casas várias noites por semana, para ensaiar um texto teatral, no salão da biblioteca. Muitas vezes para ser apresentado em uma única festividade da própria associação!

Vale dizer que alguns desses senhores atuaram em companhias polonesas antes de terem emigrado e adotado profissões completamente diferentes no Brasil. O alfaiate Sucher Mocny, pai do depoente Boris Mocny, foi um desses casos: reencontrou no grupo dramático dirigido por Moisés Kawa, o lugar de ator que perdera com a emigração.

Uma notícia encontrada no Álbum de Kawa, referida à comemoração dos dez anos do grupo teatral fornece alguns fragmentos do que foi o teatro e o grupo coral na BDF:

10º Aniversário do grupo teatral e 5º. Aniversário do coro da DDF

A 16 de dezembro passado (1961), realizou-se na BDF, uma grandiosa festa em comemoração ao 10º. aniversário do seu grupo teatral e ao 5º. Aniversário do coro daquela instituição...

Para se caracterizar a punjança do grupo teatral basta destacar algumas das peças representadas: **O Divórcio** e **Mazeltov**, de Sholem Aleichem; **O Vingador**, de Chaim Sloves; **No Gueto de Vilna**, de Peretz Markich; **A Filha do Casamenteiro**, de Abraham Raizin; **Viagens de Benjamim Terceiro**, de M. M. Sforim; e **Iortzait Likht**, de David Berguelson — obras importantes literárias e artisticamente.

O coro da biblioteca, ainda que seja bem mais jovem que o grupo teatral, já conta em seu repertório com mais de **40 números de canto em ídiche, hebraico e português que são interpretadas pelos seus 30 participantes**.

Tanto o grupo teatral como o coro, tiveram sempre por escopo servir no trabalho cultural e educativo realizado pela biblioteca e pelo ICUF, e tomam parte em todas as comemorações em que sua presença beneficie a cultura judaica e eleve a sensibilidade dos seus auditórios.

Comemorações do aniversário da destruição do gueto de Varsóvia, da Independência de Israel, homenagem a poetas e escritores judeus e atos similares são sempre acompanhados em Niterói de apresentações do coro ou do grupo teatral (...)”⁶⁹⁵ (negritos meus)

Embora privilegiassem o ídiche, de vez em quando encenavam peças de autores brasileiros, como a comédia de Dias Gomes, “A volta de Matias”⁶⁹⁶, em 1958.

Também as micro organizações utilizaram-se da linguagem teatral para ancorar sua identidade. A organização feminina Na’amat Pioneiras, que será estudada no próximo capítulo foi um exemplo. Não houve uma festividade, em que as senhoras não tivessem preparado esquetes teatrais, recitais de música ou poesia.

Teatro, música, bailes, e festas foram elementos constantes do cotidiano da BDF/ADAF e em seus eventos, que incluíam a solenidade anual em homenagem aos mortos do Levante do Gueto de Varsóvia, e a celebração pela independência de Israel.

Ao perscrutar o significado da Biblioteca para seus ativistas, as questões identitárias, sem dúvida configuraram-se com as respostas mais prováveis, até porque essa mesma realidade repetiu-se no Rio, São Paulo e outros centros. No entanto, acredito que também se deve levar em conta a exigüidade de espaços de entretenimento existentes na capital do estado, no período estudado.

Niterói carecia de teatros, cinemas, e casas de shows. A travessia da Baía de Guanabara, embora comum, era complicada a noite quando poucos horários e embarcações eram disponibilizadas para o público. Tornava-se necessário então, a organização de grupos de teatros, de leituras, canto, e esportes, em torno de clubes sociais locais. No caso dos judeus progressistas de Niterói, a oportunidade surgiu com a entrada de kawa para o departamento cultural.

Nas fotos abaixo, lembranças de encenações, récitas, teatro infantil e da platéia, entre 1949 e 1962, todas, claro, oriundas do Álbum Moisés Kawa.



Foto 25: Uma das 1as. encenações dirigidas por Moisés kawa. Os atores são os ativistas Sruli Rabinovici, José Smeltz e Sucher Mocny. Anos 40.



Foto 26: No palco, Sara Rabinovici e Zilda Michmacher, as atrizes preferidas de Moisés Kawa, interpretam “O Divórcio”. 1959, Álbum Moisés Kawa.



Foto 27: Coral adulto regido por M. Kawa. Anos 50. Álbum Moisés Kawa



Foto 28: Orquestra/coral Infantil. Anos 60. In Álbum Moisés Kawa



Foto 29: O público ri durante uma apresentação de teatro. BDF, anos 50. De vestido estampado na 1ª. fileira, Sara Rabinovici. Anos 50. Álbum Moisés Kawa.

Após a entrada de Kawa para a biblioteca, e da transferência para o prédio da Rua Visconde de Itaboraí, a vida cultural dos progressistas de Niterói se intensificou, conforme demonstrado no balanço do ano de 1947:

A Biblioteca Davi Frishman em Niterói é uma das mais importantes posições culturais da sociedade israelita brasileira. Trabalho incansável ao espalhar o livro idish, do pensamento nacional judeu. Organizou conferências de escritores nacionais e estrangeiros que vivem a cultura como; Peretz, Hirshbein, H. Harcovi, L. Malach, Merkin, A. kurtz, Wasserman, B.Tz, Godberg, A. Chenk, F. Tabak, e outros. Realizou recitais e apresentações com os renomados artistas: Daitech e Perelman, Sacalov, Z. Turkov, Buzgan e Schiler, Jacob Ratboin e com o grupo dramático da BIBSA; conseguiu conquistar o interesse da juventude, quando organizava eventos para jovens. O número de livros na biblioteca consta de 2.200 exemplares, tanto idische como português. Recebe os mais importantes jornais do país e exterior.(...).⁶⁹⁷

Mas o ano de 1947 se notabilizou na memória do grupo pela comemoração dos 25 anos da própria associação, oportunidade em que o então jovem Carlos kawa, fez publicar a seguinte nota no Jornal Israelita:

A Biblioteca Popular Israelita Davi Frischman, de Niterói comemora o seu 25º. Aniversário.

A Biblioteca Popular Israelita Davi Frischman, de Niterói, em comemoração ao seu 25º aniversário, realizará uma grandiosa noite lítero-musical, seguida de um baile com ótima orquestra, nos salões do Cassino Icarai, dia 29 de novembro, às 21 horas. A Biblioteca fundada em 1922, sempre foi um centro cultural ativo. As diversas diretorias organizaram, apesar das dificuldades, palestras sobre livros e escritores israelitas e não israelitas e trouxeram para falar grandes autores israelitas que por aqui passaram como: Peretz, Hirschbain, A. Harcavi, S. Malech, Dr. Merkin, A. Kurtz, Vasserman, B. C. Goldberg, etc. Vários artistas também deram representações sob os auspícios da biblioteca, como Deutcher e Perelman, Sokolov, Z. Turcov, Buzgan e Schiller, I. Rotlbaum, etc. Além disso, muitas conferências e sessões líteros-musicais foram realizadas com o auxílio de suas próprias forças e também com a preciosa colaboração das do Rio, merecendo especial menção os sres, Aron Shenker, Professor Tabak, o grupo teatral da biblioteca Israelita Brasileira Sholem Aleichem do Rio, e o jovem violinista Nathan Schwartzman.

A Biblioteca Davi Frischman possui um acervo de 2.200 livros em português e ídiche.

A colônia de Niterói orgulha-se dessa instituição e em uma conferência por esta realizada no dia 13 de setembro, na qual compareceram representantes das diversas sociedades israelitas de Niterói, a festa de 29 de novembro foi proclamada festa do ishuv.

Nesta ocasião a Biblioteca Popular Israelita Davi Frischman não pode deixar de homenagear o Sr. José Godgaber sócio-fundador, que nem por um momento deixou de trabalhar por ela, sendo nomeado em 1932, presidente honorário, e sendo agora tesoureiro efetivo. Recordamos também o nome do Sr. Henka Goldnadel, atual presidente, que desde 1928 vem colaborando com as diversas diretorias pela manutenção e progresso da biblioteca.

Carlos Cava.⁶⁹⁸

Em franco crescimento, a biblioteca entrou o ano de 1948 pensando em comprar um local para sede definitiva. Antes disso, organizou-se para participar da campanha de emergência em benefício do Estado de Israel. E na melhor prova de seu engajamento, eis a narrativa do seu aniversário de 26 anos, em 27 de novembro de 1948:

(...) A abertura foi iniciada com Leizer Farber acentuando a feliz coincidência das datas. A comemoração da biblioteca coincide com a histórica data da resolução da ONU criando um estado judeu em Israel. O orador espera que no ano vindouro quando a BDF estiver completando 27 anos, o novo estado seja construído com alegria e que o povo judeu em todas as partes do mundo esteja livre de guerras, sustos e da ameaça anti-semita. O desejo do orador foi recebido com estrondosos aplausos.

O coral dos jovens da biblioteca com a regência do maestro Fleichman, cantou o Hatkva⁶⁹⁹ e o hino nacional, e em seguida Moisés Kawa assumiu e anunciou a programação. O jovem coral cantou lindas canções, que foram interrompidas pelos aplausos. Com grande talento e agrado foi interpretado ao violino por Henrique Morelemboim, acompanhado ao piano por Sara Accelrad. O público agradeceu com o maior entusiasmo. O jovem Maurício Nissemboim leu a crônica Birobidjan e Israel (...) ⁷⁰⁰

A participação dos progressistas da BDF nas campanhas financeiras em prol do estabelecimento do Estado de Israel tem sido fato costumeiramente negado pelos adeptos do sionismo na cidade. Vários depoentes ligados ao CIN fizeram questão de afirmar que somente em 1967, eles começaram a participar a favor do estado israelita, motivados pela situação emergencial provocada pela Guerra dos Seis Dias, e, sobretudo, pela decepção com o partido comunista.

No entanto, eles não só apoiaram financeiramente, comemoraram a independência em suas festas, cantaram hino, etc., como alguns deles integraram o comitê da Campanha de Emergência em Niterói, conforme fotografia exibida no capítulo anterior.

O cotejamento das fontes, que além desse relato de festa incluem a fotografia do referido comitê da campanha de emergência; a foto do banquete comemorativo da independência de Israel, no CIN, em 1948⁷⁰¹; o convite para a comemoração na biblioteca do 1º aniversário do novo estado, em 4 de maio de 1949; e ainda, uma parte do discurso inaugural da sede própria da BDF, em 1950, proferido pelo comunista Leizer Farber, comprovam inequivocamente a colaboração dos progressistas para o estabelecimento do “lar nacional judaico”.

A propósito do discurso de Farber, o autor fez questão de frisar que:

(...)Juntamente com as massas judaicas de todo o mundo, Israel e povo vibrou com entusiasmo e verdadeira alegria os gloriosos dias (entre) de novembro de 1947 e maio de 1948, as inesquecíveis datas da independência de Medinat Israel. Não houve nenhum ato cultural na vida judaica que não ecoasse na Biblioteca e nenhum visitante cultural que não fosse recebido com carinho⁷⁰²(grifos meus)

Portanto pode-se anuir o uso da memória construída em torno da questão, como um diferencial, um elemento demarcador de fronteiras entre essas instituições, o CIN e a BDF. Dentro dessa linha, Michael Pollack ensina que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.⁷⁰³

Assim, a manipulação que se verifica é fruto do trabalho nem sempre consciente de fornecer um quadro de referências, aonde essas instituições possam se mover sem correrem o risco de perderem seus liames, suas fronteiras.

Se nas décadas anteriores, a contenda comunistas e laicos X religiosos era mais forte, após o estabelecimento do estado de Israel, o conflito progressismo/sionismo transformou os dois pólos onde se concentravam a vida judaica em Niterói, em “oposições irreduzíveis” e complementares. Oposições irreduzíveis, porque serviram como princípios articuladores dessas instituições. Complementares, porque o diálogo estabelecido entre elas, além de conferir densidade ao debate, foi fundamental para definição dos seus limites.

Exemplo disso foi o artigo assinado por Moisés Kawa no Jornal Nossa Voz, de 21 de dezembro de 1949. Nele, Kawa (e não se sabe qual deles foi, se o tio ou o sobrinho) criticou o suposto consórcio entre o que chamava de “governo nazista” do chanceler alemão Konrad Adenauer⁷⁰⁴ e os dirigentes sionistas. Vejamos:

(...)

Também a coletividade dos judeus no Brasil não ficaram de fora desse movimento de protesto, que deverá expressar a dor de cada judeu sem diferença ideológica, pois qual judeu não chora o extermínio dos seus familiares que sucumbiram pelas mesmas mãos e que certos judeus traiçoeiros estão prontos para apertar as mãos?

Levando em conta esses fatos, a Biblioteca Davi Frischman, com sua diretoria a frente convocou para o dia 10 de dezembro um encontro com todas as instituições judaicas para que todos juntos realizem um comício de protesto. Lamentavelmente nenhum representante compareceu a esse apelo. Será que a eles não interessa a honra de nossos mártires? A decisão que a diretoria da Biblioteca e um grande número de instituições progressistas resolveram de comum acordo, foi um novo encontro para o dia 8 de janeiro (de 1951) em forma de um comício de massas, onde cada judeu de Niterói possa expressar sua opinião aberta e declarar seu protesto contra aqueles que querem manchar a honra dos nossos mártires.

Assinado: Moisés Kawa.⁷⁰⁵

A crítica dura de Kawa, dirigida aos sionistas da cidade não deixa dúvida dos limites que diferenciavam as duas instituições, assim como o quanto da visão que cada uma tecia sobre si, dependia da ação do outro, estabelecendo-se dessa forma, uma verdadeira complementariedade entre elas.

Ao longo de todo o ano de 1949, a BDF esteve mobilizada para angariar recursos para compra de um espaço próprio. O local, como não poderia deixar de ser, o centro de Niterói. As mulheres, que desde àquela altura já estavam organizadas na Associação Vita Kempner,

mais tarde Associação Feminina Israelita Brasileira, atravessaram a baía e seguiram para o subúrbio carioca, e a baixada fluminense para vender tijolos. Notas convocatórias para assembléias e discursos encontrados no Álbum de Kawa, dão conta do trabalho:

Judeus de Niterói

A derrocada da cultura judaica dos grandes centros na Europa aumenta nossa preocupação com o destino da existência nacionalista judaica.

As instituições judaicas culturais no novo mundo precisam ser inatingíveis, na pesada luta pelo nosso destino nacional.

Colaborem e participem desse trabalho sagrado para fortalecer a mais antiga instituição cultural de Niterói: a Biblioteca Davi Frischman.

Tomem parte na nossa assembléia do dia 21. Entrada franca.

Direito de voto somente aos sócios.

A Diretoria.⁷⁰⁶

As contribuições foram diferenciadas, mas todos são sócios por igual frente ao imponente ato cultural. Não foi fácil o esforço dos nossos ativistas, homens e mulheres, que foram semanas e meses procurar contribuições em lojas, residências no Rio e em Niterói, fazendo planos, preocupados que a sede seja melhor e mais bonita. A realização desse sonho será o melhor presente.⁷⁰⁷

Finalmente em 28 de outubro de 1950, a BDF inaugurou sua sede própria. Aonde? Vejamos.



Foto 30: Filipeta com o endereço, timbre e logotipo da BDF.

Como se pode observar no documento acima, o endereço era: Rua Visconde de Uruguai, 277, na mesma calçada do CIN, separados por apenas quatro casas!

O relato abaixo, publicado em 9 de novembro de 1950, no jornal Nossa Voz, narrou o acontecimento em detalhes. Cerca de 600 pessoas compareceram ao evento:

A festa foi realizada em 28 de outubro de 1950. Um clima de festa estava estampado em cada presente, quer homens, mulheres e crianças. Todos sentados em torno de mesas postas enriquecidas. Muito antes do horário previsto os salões já estavam lotados com ativistas, colaboradores e convidados em geral. Todos querendo testemunhar este grande acontecimento, que estava ocorrendo na vida da

coletividade progressista de Niterói, que com muito esforço alcançou num curto espaço de tempo sua própria sede.

Tudo foi trabalhado com praticidade e bem dividido. A biblioteca tem sua sala onde ficam os livros e uma sala anexa para leitura. Também à Associação Vita kempner foi destinada uma sala e ao Lein Kraiz, outra. A juventude recreativa ganhou seu espaço num canto esportivo.

No grande salão, que servirá para conferências também poderá servir para dançar, lugar bem espaçoso que poderá ser usado para 400 pessoas sentadas.

Isaac Yarlicht deu abertura á solenidade, convidando à mesa, representantes de instituições de Niterói, RJ, outros municípios e cidades do Brasil.

Em nome da diretoria ele agradece a todos os amigos que cooperaram e alcançaram o grande sonho de construir uma casa própria para a Biblioteca, no decorrer de apenas dez meses.

O jovem Salomão Schwartzman tocou ao piano o Hatkva e o hino nacional. O primeiro orador convidado, representante do comitê central do ICUF, Aron Shenker, após cumprimentos de I. Lederman; União dos Judeus Poloneses do Rio, Tichler; pela Biblioteca Israelita Brasileira Sholen Aleichem, Wakswasser; Amigos do Teatro Judaico do Rio, Carlota Lachtermacher; Comitê Central Vita kempner, Rio; Rafael Perecmanis, por Nossa Voz — Rio e São Paulo; Raquel Coifman, pelo Cabiras; Zilda Graber, pela Vita kempner — Niterói; Saul Tacssin — Escola e Ginásio Sholen Aleichem; Júlio Braz — Centro I. L. Peretz — Madureira; Rosa Kawa — Lein Kraiz M. M. Sforin — Niterói; Aron Sapin — ICUF Madureira; Menashe Koifman Sibic — Rio; Chasquiel kaplan, sócio da Escola Achdut Israel — Niterói; Sara Chachamovitz, Damas de Auxílio Niterói; Baruch Vainer, Centro Israelita Leopoldina; Carlos Kawa — juventude junto à BDF; Ravet — Grêmio Stefan Zweig, Leopoldina.

Visitantes de outras cidades do Brasil trouxeram seus cumprimentos: Isaac Nachpitz_ -Instituto Cultural Israelita Brasileiro, de São Paulo, que leu os cumprimentos do Centro I. L. Peretz de Porto Alegre — Davi Patron; União Judaica de Belo Horizonte, que ocupa com todo seu trabalho toda a coletividade de lá; Gerson Pertchinsky — Centro Cultural e Progresso de São Paulo; David Feldman — Escola Sholen Aleichem-- SP;

O secretário Max Naiberger lê ainda diversos cumprimentos enviados, como telegramas e cartas, a saber: Escola A. Liessin, RJ; Sibich e Centro Israelita—Porto Alegre; Escola I. L. Peretz—Santos; Centro cultural Unido I. L. Peretz; Dr. H. Jitlowsky, Santos; ICUF—Bahia; Família Madelion—Campinas; ICUF—Curitiba, que envia um presente de 1.000 cruzeiros para a compra de livros para a biblioteca do companheiro H. Zukerman; Vita kempner — Santos; ICUF Juventude do Comitê de Imprensa — BH.

Cumprimentos também do talentoso violinista Natan Schwartzman, de Nova York.

Max Naiberger solicita ao jornal Nossa Voz que em nome da Biblioteca Davi Frischman reforce os agradecimentos a todos os amigos, instituições, organizações pelos carinhosos cumprimentos e presentes.

Leizer Faber, o incansável ativista usa da palavra. Ele expressa o reconhecimento e agradece a todos presentes e visitantes que foram os responsáveis pelo retumbantes sucesso. Ele declara que tudo será feito para que na própria sede sejam reforçadas as atividades culturais. As portas da nossa sede, diz ele, estarão abertas a todos aqueles que almejem uma vida melhor para as massas populares.(...)

Por muito tempo, as pessoas ainda vão lembrar a imponência desta noite que foi a inauguração da própria seda da BDF.

Assinado: Rafael Perecmanis⁷⁰⁸.

Entre tantos representantes citados por Perecmanis no artigo, nenhum era do CIN! No ritual de inauguração os dois hinos, Brasil e Israel, foram tocados, dupla identidade. Visitantes de todos os lados demonstram a vitalidade da vida progressista da época. Leizer Farber, o

incansável ativista, uma vez mais deu o tom da biblioteca ao reiterar seu compromisso com as massas populares. Vejamos alguns trechos do discurso de Farber:

(...) Os “poderosos” amigos de Niterói não acharam conveniente alugar seu local para a biblioteca. Aos amantes do livro ídiche e da palavra cultura só restou uma alternativa: construir uma sede própria para a biblioteca.

Com as forças redobradas os amigos da cultura se jogaram ao trabalho. No ano de 1949 foi levantada a idéia da casa própria e em 1950 estamos inaugurando “Nossa” Biblioteca. Nossa coletividade pode ter orgulho do nosso alcance. Jamais precisaremos de favores. Nosso salão de reuniões é largo e grande; arejado e confortável; livre e acessível a todos os que têm assuntos e os querem ouvir uma palavra judaica cultural. Nossa juventude terá espaço para se divertir, eles precisam de cultura e lazer. Nosso tesouro que é o livro, em ídiche e português, nosso salões e espaço esportivo está livre e aberto aos jovens de Niterói. Nossas salas bonitas serão um estímulo e aproximação para o Lein Kraiz, para as ativistas e instituições de ajuda, que mesmo antes encontravam bastante acolhida. A coletividade judaica de Niterói é pequena, mas grande é sua vontade e anseio por uma vida cultural independente.

Que o exemplo seja um estímulo para todos os amigos da cultura judaica do Brasil.⁷⁰⁹(grifos meus)

Farber, além de dar ciência do crescimento e do momento punjante vivido pela biblioteca, não perdeu a oportunidade de reiterar as linhas divisórias com o CIN: a BDF era aberta e sua força motriz, o livro ídiche, e não a Torá, conforme estampado em seu logotipo (foto anterior).

A abertura referenciada por Farber pode ser caracterizada ainda, pela cessão, no princípio dos anos cinquenta, de uma sala em sua sede para o funcionamento da sinagoga de Mordska Lipster, que somente na década seguinte se integrou ao Centro Israelita local. Laicos, porém democráticos.

Esse fato até hoje surpreende muito dos antigos ativistas da Casa, e demonstra o deslocamento da questão interna que cindia o grupo, do enfrentamento com os religiosos, para o acirramento das tensões entre progressistas e sionistas.

Os anos 50 foram verdadeiramente dourados para a BDF. A instituição contava então com um setor feminino autônomo e ligado a Associação Feminina Israelita Brasileira, um departamento cultural, com coro e teatro adulto, departamento juvenil atuante, uma escola destinada ao público infantil, e o Clube I.L.Peretz também dirigido à criançada.

Sobre o departamento juvenil, é importante ressaltar que desde a reorganização da BDF em 1945/6, já estava sendo delineado. Carlos Kawa, Max Kaplan, Maurício Sherman, Paulo Velmovitisky e irmãos, e posteriormente, Boris e Adolfo Mocny, Alberto e Júlio

Graber, Fernando Goldgaber, Salomão Rubens, Saul Varserstein, Méier e Jacó Lipster, entre outros tomaram parte no setor.

Já em 1947, quando o jovem violinista Natan Schwartzman se despediu dos sócios da biblioteca, Max Kaplan aproveitou a oportunidade para enviar pelo amigo, uma carta para os jovens judeus da América do Norte, em nome das moças e rapazes de Niterói: *“a carta reflete os anseios de solidariedade entre os jovens judeus do mundo, na luta contra os sangrentos inimigos do povo judeu, contra os anti-semitas, fascistas e provocadores.”*⁷¹⁰

Essa geração nascida no Brasil e beneficiada pela entrada na universidade estaria ainda, durante toda a década de 1950, sob os auspícios dos pioneiros, que continuaram a comandar. Em que pese o fato de muitas dessas lideranças juvenis já contarem com mais de trinta anos, como no caso do “Dr” Salomão Velmovitsky, um dos fundadores do grêmio “M. Amielewitch”, em 1958, elas permaneceram relegadas ao segundo plano. Somente nos anos de 1960 é que esses judeus brasileiros assumiram a direção da biblioteca, impingindo mudanças substanciais.

Em 1951, já na nova casa, Isaac Jarlicht assumiu a presidência da BDF, cargo para o qual foi reeleito sucessivamente até 1965, ano de sua morte. Jarlicht foi um dos maiores ativistas de sua época, membro destacado do ICUF, e um nome que cala fundo na memória dos antigos progressistas da BDF. Infelizmente, não foi possível juntar documentos suficientes para reconstituir a trajetória desse polonês nascido em 1905, e que já desembarcou ativista. Jarlicht não constituiu família, não deixou herdeiros e seus quatro irmãos imigrantes já faleceram também.

A ascensão de Jarlicht à presidência assegurou também a mão forte do ICUF sobre a associação. Amante inveterado do ídiche, propiciou todas as condições para o grande desenvolvimento cultural que a biblioteca viveu naqueles anos. Um dos seus maiores triunfos foi a criação da Escola de Cultura Judaica Agregada à BDF, em 1952.

Dentre os objetivos da “escola”, destacava-se o ensino do ídiche e da cultura judaica: *“a criança não aprende somente a língua judaica, mas aprende a amar o ser humano, o povo judeu, a canção judaica, a cultura judaica”*⁷¹¹. Nas palavras do próprio Jarlicht:

(...) Mas o certo é que o amor e o respeito pela língua ídiche que as crianças absorvem com a canção judaica, isto irá durar para sempre no seu sangue e sua alma, a canção judaica trará amor para o seu lar idish, para a sociedade judaica, e a literatura judaica. Essa criança só terá bons sentimentos por sua ascendência. As crianças que são educadas com a música judaica nos lábios serão judeus conscientes, bravos e bons cidadãos do país que nasceram e com quem dividem seu futuro.(...)⁷¹²

Não há dúvida, pois, que ao criar essa escola, a geração pioneira e ligada ao ICUF pretendia lançar as sementes de continuidade da própria instituição, em um tempo em que as

transformações econômicas e culturas ampliavam a clivagem entre as gerações. Da mesma forma, o advento do estado de Israel e do hebraico como língua oficial começavam a minar a cultura ídiche.

A leitura de alguns dos balanços anuais da biblioteca publicados no jornal Nossa Voz, permite entrever um conjunto impressionante de realizações culturais. Somente no ano de 1951, mais de vinte eventos foram realizados, dos quais se destacaram discursos, encenações, recitais, bailes, comemorações variadas, e protestos.

Não pretendo elencar todos esses eventos, nem teria condições para fazê-lo. No intuito de caracterizar a qualidade da programação da instituição, apresento abaixo um resumo das principais realizações culturais, entre o ano de 1950 e 1960, deixando de fora os infindáveis bailes, aniversários da própria biblioteca, homenagens aos heróis do Gueto de Varsóvia e celebrações pela independência de Israel.

EVENTO	DATA	OBSERVAÇÕES
EXPOSIÇÃO	25 a 28/4/1950	Tema: Atrocidades Nazistas. Organização: Centro de Intercâmbio Centro Cultural Israelita Brasileiro. Com exibição de filmes sobre o tema.
NOITE LITERÁRIA	2/12/1960	Homenagem aos 100 anos de nascimento do historiador Dubnov. Presença do ator Natan klinger
ACADEMIA	13/11/1954	Tema: “Alguim”. Orador: Prof. Berzon; Encenação de “Última Vítima”, pelo Grupo Dramático (BDF),
ACADEMIA	4 /9/1953	Tema: Abrão Raisin
NOITE LITERÁRIA	9/10/1954	Tema: O mês do Livro Judaico. Patrocinado pelo ICUF
NOITE LITERÁRIA, ARTÍSTICA E MUSICAL	10/10/1951	Homenagem a Sholem Aleichem. Conferencista: Aron Shenker, BIBSA Encenação de O Divórcio Realização: AFIB/LEIN KRAIZ/BDF
CONFERÊNCIA	12/10/1957	Conferencista: Hersh Schechter, do jornal Nossa Voz, Tema: os aspectos sociais e políticos do Estado de Israel.
CONFERÊNCIA	10/8/1958	Conferencista: Leizer Faber: Tema: 50 anos da conferência de Tchernovitz
CONFERÊNCIA	15/11/1955	Conferencista: Scheier Vasserman Tema: Sholem Ash.

CONFERÊNCIA	24/10/1958	Conferencista: Bela Wainer. Tema: o idioma judaico na conferência em Tchernowitz e o congresso cultural mundial em Paris no ano de 1937. Realização: AFIB/LEIN KRAIZ
NOITE CULTURAL E EXPOSIÇÃO DE PINTURAS	28/11/1958	Conferencista: Isaac Yarlicht (BDF), Shimon Rodel (GB), e o artista Samuel Zaidenshtat.
CONFERÊNCIA	13/5/1951	Tema: David Edelchtat, Apresentação de canções e récitas com Tzilia Goifman, Riva Berman, Chain Tichler e Rena Guelman
CONFERÊNCIA	13/5/1950	Conferencista: P. Tabak. Tema: “O que vi e ouvi em Israel”
NOITE LITERÁRIA E MUSICAL	26/10/1950	Orador: Isaac Yarlicht. Tema: O significado de 29/11/1947 Apresentação de Bela Gueiner e Clara Szerman; Monólogo com Maurício Sherman: “A velha Avó” Apresentação do grupo dramático: “Um remédio para doenças”.
CONCERTO	27/10/1959	Coral Pró-Música. Regência do maestro Henrique Morelembaum, no Teatro Municipal de Niterói. Realização: AFIB/Lein Kraiz.
CONFERÊNCIA	23/7/1955	Conferencista: R. Perecmanis (Jornal Nossa Voz)
CONCERTO	29/8/1958	Presença dos cantores: Abrão Althoizn e Clara Traub.
NOITE LITERÁRIA, ARTÍSTICA (ACADEMIA)	26/7/1951	Homenagem ao 100º aniversário da morte de I.L. Peretz. Conferencista: Dobe Zonensein, AFIB-GB Encenação do grupo dramático.
NOITE LITERÁRIA	30/8/1950	Análise e Interpretação de trechos de Zinger, Ilia Eremburg, Léa Katz, Abraão Bic . Realização: BDF/AFIB/LEIN KRAIZ.
CONFERÊNCIA	27/5/1950	Conferencista: L. Kulic, redator chefe do jornal Nosso Amigo, de Montevideú. Tema: A vida judaica nos países sul-americanos.
NOITE ARTÍSTICA	18/3/1951	Apresentação dos artistas europeus: Ester Perelman Kurlender.
NOITE DE DEBATES	31/1/1954	Tema: O Perigo do Antissemitismo.
CONFERÊNCIA	1951	Conferencista: F. Novik Tema: O Povo Judaico no ano de 1950.
CONFERÊNCIA	1957	Conferencista: Méier Levit, de Varsóvia.

		Tema: a situação dos judeus na Polônia Obs. O conferencista foi amigo de juventude de S. Graber e L. Farber, na Polônia

Fonte: Álbum Moises kawa. Tradução S. Rabinovici

Em perfeita consonância com os ideais do ICUF⁷¹³, contrária ao atrelamento das massas judaicas à guerra fria, e à política de Ben Gurion, a BDF, assumiu como seu dever a defesa da cultura judaica contra o que chamavam de “*inimigos externos e externos*”; e a mobilização de organizações e indivíduos progressistas de diferentes posições ideológicas imbuídos do desejo de enraizamento cultural.

Dessa forma, esteve de mãos dadas com todas as instituições progressistas brasileiras, e recebeu em sua casa, durante aproximadamente 14 anos, de 1947 a 1961, o ishuf do Rio de Janeiro e da Guanabara, para comemorar os aniversários do Jornal Nossa Voz. O trecho abaixo, extraído de um discurso do ativista Luis Goldberg, nos salões da BDF, resume as crenças e propostas daqueles homens:

Nossa Voz luta pela causa da paz e coexistência pacífica de todos os povos, contra a guerra fria, o racismo e anti-semitismo, pela emancipação nacional de todos os povos e contra o colonialismo, pela independência econômica plena, democracia e industrialização do Brasil, pela segurança do Estado de Israel e paz com seus vizinhos, contra a falsa e perigosa política do governo de Ben Gurion, a qual alinha Israel em frente única com os assassinos nazis do povo judeu, por uma florescente vida cultural e social judaica no Brasil, contra o chauvinismo judeu, que procura sem razão afastar a juventude judaica dos problemas do país, dos quais depende seu futuro.⁷¹⁴

Esse espírito de luta certamente franqueou as portas da associação à constituição de uma célula comunista no interior do partido, onde antigos e jovens militantes de esquerda se misturaram. Paulo Velmovitsky, liderança juvenil desse período, afirmou com clareza sua atuação como comunista dentro e fora da coletividade. Segundo narrou havia elementos em comum entre o partido comunista e a BDF:

Fernando Goldgaber, Antonio Vainstock, Gerson Butter, Júlio Graber...Esses elementos atuavam no partido comunista e tinham missões de tentar influenciar a União Fluminense dos Estudantes, a UFF, as faculdades de um modo geral... Claro, claro. Eles sabiam que nós éramos comunistas... nós atuávamos de uma maneira, por exemplo, defendendo reivindicações de toda ordem que apareciam, essas reivindicações eram discutidas dentro das células do partido comunista, e cada um tomava o seu rumo.⁷¹⁵

Rolande Fischberg frisou em seu depoimento, os objetivos dessas células:

Eu só quero dizer o seguinte, essas células eram usadas pelo partido comunista quase como uma forma de reforço financeiro. (...) para a sobrevivência do partido comunista. (essas campanhas) eram feitas normalmente por judeus, chegavam perto das pessoas que não tinham relação com o partido comunista mas eram simpatizantes e davam sua contribuição... (...) Não é dizer que toda gente da biblioteca fosse comunista, não eram, eram judeus progressistas e existia uma liderança e tinha uma célula do partido comunista, como tinha na ASA, tinha no clubinho, tinha aqui...⁷¹⁶

Animados pelo espírito do ICUF, e por seu próprio crescimento interno, os progressistas da BDF, adentraram a década de sessenta com a certeza da continuidade futura.

O intercâmbio com outras instituições icufistas fora dos estados do Rio e da Guanabara ganhou novo capítulo com o convite da União Israelita Brasileira, de Belo Horizonte, para o coral e o círculo dramático da BDF protagonizar a inauguração da sua nova sede. Assim, em janeiro de 1961 uma caravana de progressistas de Niterói pegou a estrada com direção à Minas Gerais.

Sob o título “Intercâmbio Cultural Niterói-BH”, um artigo escrito pelo icufista Nute Goifman, de Belo Horizonte assinalou a repercussão do evento para os progressistas de ambos os estados:

O comitê IcuF mineiro sabendo do conjunto Coral e Círculo Dramático da BDF de Niterói, promoveu junto a esta organização icufista entendimentos para que os seus conjunto coral e dramático viessem a BH, numa realização prática de confraternização cultural entre a coletividade progressista de Minas e do Estado do Rio.(...)

A noite de sábado ficará na memória de todos. O grande auditório da União israelita de BH estava superlotado. Todo o programa, o ato teatral ‘Yorzit-Licht’ de Berguelson, e o coral, com os folclores idiche, hebraico e português, arrancaram estrondosos aplausos e ovações do público. Também não foram regateados aplausos ao maestro Moiche Kave, aos solistas e ao pianista. Os mineiros obrigaram os fluminenses a bisar alguns números, e só a atitude enérgica do maestro permitiu o término do espetáculo, porque os mineiros pediam mais e mais.⁷¹⁷

Novamente em julho de 1961, os fluminenses de Niterói foram à Belo Horizonte, desta feita uma delegação de 15 jovens foi designada para participar do congresso do ICUF. No relato abaixo poderemos observar uma vez mais, toda a movimentação do departamento juvenil no sentido de promover a integração dos jovens, de atividades culturais de alto nível, e de preparação para a referida conferência:

O Departamento juvenil da Biblioteca Davi Frishman enviou um convite para a festa de despedida da delegação que irá representar nossa coletividade na 1ª conferência do ICUF em BH nos dias 28, 29 e 30 de julho de 1961.

A juventude da Biblioteca Davi Frishman reuniu-se numa assembléia com a finalidade de intensificar as atividades do departamento juvenil. Foi eleita a seguinte diretoria:

Presidente: Júlio Graber

Secretários Minnie Wrobel e Jonas Zonensein

Tesoureiro: Boris Mocny

Para os demais departamentos foram nomeados: Manoel Szemberg, Carlos Kawa, Jayme Szemberg, Elias Kligerman.

Esta diretoria a princípio irá preparar uma delegação para a conferência da juventude em BH.

No dia 13 do corrente foi inaugurado o cineclube do departamento juvenil da Biblioteca Davi Frishman. Foi projetado um filme clássico.

(...) Foram escalados para este evento 15 jovens.

Edmundo Hochman, Júlio Graber e Elias Klingerman foram escolhidos para os debates. No dia 18 foram debatidas as teses da conferência e no dia 26 será realizada uma noite de despedida para a delegação. Assinado: Marcos Zonensein.⁷¹⁸

Não se pode esquecer que o início dos anos sessenta foi marcado também, pela repercussão mundial do julgamento de Adolf Eichman em Israel, e toda a polêmica que adveio desse caso. Em 1960, o primeiro ministro israelense Ben Gurion anunciou a prisão do carrasco nazista na Argentina, e foi justamente deste país que atentados anti-semitas sacudiram a comunidade internacional, inclusive a tranqüila coletividade brasileira.

Muitos autores consideram que a “*memória e a história do anti-semitismo oferecem uma sedutora âncora de identidade*”⁷¹⁹ com a qual as antigas e novas gerações reorganizaram seus signos de pertencimento pós- holocausto. A BDF não ficou de fora desse processo e se uniu a todo o movimento de protesto da época contra as atrocidades ocorridas em Buenos Aires, como se pode perceber no trecho abaixo:

Embora em Niterói não tivessem sido assinaladas manifestações de caráter anti-semita, os acontecimentos verificados em outros países, assim como em diversas cidades no Brasil, produziram uma funda impressão no meio da coletividade fluminense. Todos sentiram que é preciso fazer algo a fim de expressar o protesto de todos contra os atos anti-semitas, e o reconhecimento à sociedade brasileira, que desde o 1º. Instante adotou uma atitude de repulsa ao bárbaro racismo, e de firme disposição para repelir os ataques dos inimigos da humanidade e do povo judeu.

Como sempre, quando se trata de defender os interesses judaicos, mais uma vez a iniciativa coube à Biblioteca Davi Frischman. A seu convite, reuniram-se em sua sede, na segunda-feira, 18 de janeiro, os representantes das seguintes instituições: Biblioteca Davi Frischman, Associação Feminina Israelita Brasileira, Sociedade das Damas, Sociedade dos Vendedores Ambulantes, Caixa de Empréstimos e Depósitos, Comitê da Policlínica em Niterói, e Círculo de Leitura M.M.Sforin. Não se fizeram representar o Centro Israelita de Niterói, a Escola Israelita e a Wizo, que foram convidadas por escrito.

Na reunião ainda tomaram parte, como convidados especiais, os senhores Carlos Guisserman, Dr. Nahum Treiguer e o jovem Moises Kudichevitch.

(...) Grande número de presentes fez então uso da palavra, manifestando sua revolta diante da nova onda de barbárie nazi-antissemita. Na oportunidade foi muito elogiada a posição assumida pela imprensa brasileira, e em particular por personalidades eminentes, sendo citado o Exmo. Sr. Presidente da república.

Ao fim da reunião, foi eleita uma comissão provisória de cinco membros, com o encargo de convocar uma assembléia de toda a coletividade e de criar uma comitê permanente de luta contra o anti-semitismo. A comissão provisória é integrada pelos srs. Carlos Guisserman, Nahum Treiguer Moises Kudichevitch, Simão Vrubel e Chie Goldstein. Também foi resolvido criar, paralelamente, um comitê de jovens, que deve assegurar a participação⁷²⁰ da juventude no movimento em defesa da segurança da coletividade judaica.

De notar que a referida comissão provisória foi liderada em sua maior parte por integrantes da segunda geração. Não se pode esquecer da ausência de membros do CIN, Wizzo, da Organização Sionista Unificada de Niterói, muito atuante por essa época.

Em 1962, a BDF novamente se mobilizou para protestar contra o anti-semitismo. Desta feita a direção da biblioteca fez publicar em vários jornais um chamado a toda a comunidade judaica de Niterói para participar de uma reunião de protesto. No trecho final do convite apela ao lembrar “*o sagrado dever*” do comparecimento mostrando-se alerta para o fato de “*que tais acontecimentos poderão alastrar-se e também nos atingir.*”⁷²¹

Na data prevista, 13 de agosto de 1962, a BDF abriu suas portas para o evento citado, desta feita recebeu autoridades municipais e deputados estaduais demonstrando além de sua inserção na sociedade local, seu entendimento do espaço brasileiro como seu. Vejamos.

(...) O segundo orador o Dr. Paulo Velmovitsky, fala da semelhança dos acontecimentos na Argentina, com as primeiras perseguições do hitlerismo contra os judeus, e, assinala que os atentados anti-semitas na Argentina não são acontecimentos isolados. Atos anti-semitas foram ultimamente assinalados no Uruguai e no Chile. Ele também relembra as profanações aos cemitérios judaicos no Brasil e principalmente o crescente neo-nazismo na Alemanha Ocidental. O Dr. Velmovitsky conclama todos os judeus, sem distinção quanto aos seus ideais políticos, para que se unam no combate contra o perigo fascistas (...). O deputado Pereira Nunes traz sua solidariedade ao povo judeu, que é sempre uma vítima das maquinações fascistas-reacionárias...

Se o discurso de Velmovitsky foi marcado pela generalização, o de Isaac Jarlicht expressou o conhecido tom do ICUF e protestou, embora numa referência indireta, contra os sionistas que silenciavam por conta da política instituída por Ben Gurion.

(...) O Sr. Isaac Yarlicht critica os judeus que acham que enquanto não houver perseguições no Brasil devemos silenciar, a fim de não provocar o demônio. Ele também fala dos judeus que se negam a combater o anti-semitismo, porque não desejam se manifestar contra as camadas sociais, que são seu sustentáculo e agentes de propagação. As massas populares judaicas — diz o Sr. Yarlicht — sabem, porém da amarga experiência na antiga Polônia, quais foram os resultados da política da reação judaica de colaborar com os inimigos do povo judeu. Nas horas da grande

desgraça, milhões de judeus não estavam preparados para a luta e foram exterminados, como carneiros. (...)

Desse ato resultou a estruturação de uma “*Comissão Anti-Rascista e Pelos Direitos Do Homem*” que planejava tomar as seguintes medidas:

(...)

1. Remeter mensagens de solidariedade ao ‘DAIA’ e ao ‘ICUF’ da Argentina e do Uruguai;
 2. Cartas aos senhores Embaixadores da Argentina e do Uruguai;
 3. Convidar a todas as organizações israelitas para que participem em um trabalho unitário, da comissão;
 4. Oficiar a Federação das Sociedades Israelitas para que tome medidas mais enérgicas de solidariedade aos irmãos argentinos e uruguaios, integrando um movimento de unidade, visando o combate aos grupos terroristas e ao nazi-fascismo.
- (...)⁷²²

Do relato fornecido sobre o protesto não há referência à presença de representantes do CIN. O clima tenso, ao que parece, afastou ainda mais as duas instituições que apenas em 1968, conseguiram comemorar em conjunto a homenagem às vítimas do levante do Gueto de Varsóvia e da Independência de Israel, novamente.⁷²³ Sobre o futuro da mencionada comissão, os registros de atas posteriores à data não consignaram qualquer continuidade.

Mas a década que se iniciaria, seria também, uma época de transformações. Em primeiro lugar, consignaria a mudança de gerações no comando da biblioteca. Em segundo, assinalaria alterações de prioridades.

No que se refere às mudanças geracionais, o alargamento do espaço dos “jovens” doutores, cada vez mais chamados a participar das decisões, e a externar suas opiniões nas assembléias da diretoria, somado ao envelhecimento e também à morte dos velhos ativistas como Leizer Farber (1966), Isaac Jarlicht (1965), e Henrique Schwartzman (1962), entre outros, garantiu a passagem do bastão para uma geração de judeus nascidos brasileiros ou criados desde tenra idade no Brasil. Sua identidade por mais que acumulasse traços culturais dos pais imigrantes, referia-se tanto ao espaço vivido, como já carregava em si todo o processo de negociação identitária travado pelos pioneiros.

Em outras palavras, a geração dos doutores embora transportasse seus traços étnicos de distinção, já havia incorporado muitos dos elementos da cultura majoritária, assim como havia se imbuído de um status de classe- média, e até de elite. Portanto, não se tratava mais da “identidade inteiriça”⁷²⁴ dos pioneiros, mas a “identidade hifenizada” de Jeffrey Lesser⁷²⁵. Afinal, como disse Marc Bloch, (e eis a razão da epígrafe do capítulo da tese), “os homens se

parecem mais com o seu tempo do que com seus pais”. A consequência disso foi a alteração das prioridades do grupo dentro da associação.

A leitura das atas da instituição entre 1960 e 1972, permitiu entrever três grandes questões no período, são elas: a preocupação com a participação dos jovens; a pressão para transferência da sede para o bairro de Icaraí, e o arrefecimento do espírito do ICUF.

Quanto à integração dos jovens na associação, e é importante destacar que estamos começando a falar da terceira geração, não houve, por exemplo, qualquer referência à continuidade da Escola de Cultura agregada à BDF. Segundo depoimentos ela deixou de existir. Moisés kawa passou a dedicar-se exclusivamente ao coral e teatro adulto. Por muito tempo as crianças ficaram sem lugar na BDF. Somente em 1966 verificou-se nas atas nota sobre a organização de atividades específicas para os infantes. Trata-se da “universidade infantil”, inicialmente sob os cuidados da prof. Eugenia Levi, e posteriormente de Berta Goifman.⁷²⁶

A “universidade infantil”, apesar do empenho das professoras, nem de longe lembrava o trabalho realizado na década anterior por kawa. O ídiche sai da pauta. A ação concentrava-se na organização de um coral e de atividades de entretenimento para as crianças, e estão referidas apenas aos anos de 1966 e 1967. Em 1968, ao que parece, a diretoria não conseguiu um professor para os pequeninos, o que aconteceria somente em fins de 1969. Por outro lado, houve uma grande preocupação de equipar a associação (a partir de 1967, a ADAF) com playground, piscina e outros objetos de entretenimento.

A organização de uma equipe de futebol de salão entrou na lista das prioridades, assim como a oferta de cursos de ballet e judô no espaço da ADAF.⁷²⁷ Seu time foi inscrito no Campeonato Niteroiense de Futebol de Salão, no ano de 1968, na categoria infanto-juvenil⁷²⁸ e, bons de bola, alcançaram êxito naquele ano mesmo.



Foto 31: A ADAP segura título de campeão antes do fim: Futebol de Salão. Acervo ADAP 7/6/1968. Fonte:Arquivo

Os livros de atas da BDF/ADAP caracterizam-se por serem muito sintéticos, dificultando uma análise acurada do seu cotidiano. E como para esse período não contamos mais com o material colecionado por Moises Kawa, acredito ser possível afirmar que no decorrer dos anos sessenta, a integração infanto-juvenil na associação foi orientada pelas necessidades dos próprios jovens da época: piscina, paly-ground, praia, judô, ballet, etc. Elas não foram mais alimentadas e animadas pela “cultura ídiche”.

Não se deve esquecer que a cidade cresceu, e ampliaram-se as oportunidades de entretenimento. Portanto, a vida associativa não era mais, como o fora para os seus pais nas décadas de 1940/1950, uma experiência cotidiana, nem o ídiche uma referência cultural imprescindível.

É possível afirmar também, que um corte de classe se fundiu a esse processo, à medida que a 2ª geração, em sua maior parte composta por profissionais liberais, e ainda, de comerciantes que desfrutavam certo bem estar econômico, poderia dar mais conforto e

oportunidades aos filhos. Para esse movimento certamente contribuiu a fundação no bairro de Icaraí, da Sociedade Hebraica de Niterói.

A Hebraica foi fundada em 1962, na Rua Álvares de Azevedo. Sua organização, em um contexto de enormes transformações urbanas na cidade, isto é, de um movimento de especulação imobiliária e verticalização do antigo balneário de Icaraí, expressou as mutações porque passava a coletividade judaica da época. Muitos depoentes que assistiram à sua criação demonstram ainda hoje dificuldades em compreender as alterações que se processavam no período:

A Hebraica é uma coisa..., realmente, surgiu a Hebraica em São Paulo, depois no Rio de Janeiro como realmente um clube de elite, de ricos e milionários... Em São Paulo e no Rio fizeram a mesma coisa e Niterói quis fazer o seu. Não tinha relação com a memória, com nada. O negócio deles era clube social...⁷²⁹ (grifos meus)

Porque a Hebraica não tinha finalidade religiosa, tinha finalidade de congregar culturalmente a coletividade, esporte, etc. e coisa, e algumas coisas começavam a ficar restritas dentro do CIN e aí o Centro Israelita cada vez... O clube é dos sócios proprietários. Não teve finalidade religiosa, era lazer dos ricos...⁷³⁰ (grifos meus)

Os depoimentos, como se pode perceber, evidenciam certo estranhamento em relação ao significado da Hebraica, que é caracterizada seguidamente como *área de lazer de ricos* e clube privado *dos sócios-proprietários*, como se fosse uma criação a parte da comunidade.

Pelos próprios relatos, entretanto, pode-se entrever o contexto de sua criação, que resulta de um momento em que se tornavam visíveis as distinções internas entre os judeus na cidade.

Em outras palavras, o surgimento da Hebraica, expressou o processo de diferenciação de classes no interior da coletividade. Representou também, o início do movimento de desqualificação do centro de Niterói como espaço privilegiado para moradia, tendência que se consolidaria nos anos 70 e 80. Ao longo desse período, o antigo balneário passará a concentrar boa parte da elite local, transformando-se dessa forma, num espaço de projeção social.

O depoimento de Arnaldo Welmowick, sobre a trajetória econômica da sua família, assídua freqüentadora da BDF/ADAF, espelhou de forma categórica esse processo:

Vou falar da minha experiência, é uma família do tipo tradicional antigo, (...), meu pai era o provedor, imigrante que conseguiu uma lojinha, progrediu, saiu da Rua Visconde de Sepetiba, (no centro) comprou um apartamento em Icaraí, esse apartamento pequeno ainda, mas de lá comprou um de quatro quartos, teve carro, eu fui acompanhando essa evolução clássica. Minha mãe, ela fazia o papel da mãe, de cuidar..., levar os filhos, dar educação, roupas, médicos, aquela coisa muito

tradicional. E nós, os filhos, já usufruindo de uma situação muito diferente de nossos pais, pudemos passar toda nossa infância, adolescência sem nenhuma preocupação financeira, pelo menos essa é a minha experiência, do meu entorno, não só eu na minha família, mas no meu entorno familiar todo, uma sensação contínua de progresso, lento, seguro e gradual, de sair de uma situação que significava morar no centro de Niterói e pra morar em Icaraí, daí ter um carro, etc..⁷³¹

Portanto, na prática, a realidade do centro de Niterói, das associações tradicionais pouco dizia para a juventude da época, que começava a se habituar, com os confortos que o bem estar financeiro poderia trazer.

No caso da Hebraica, embora não tenha sido possível investigar os registros da instituição pelos motivos anteriormente assinalados, fontes que optaram por não serem identificadas, afirmaram que a organização do clube correspondeu à necessidade de se criar opções de lazer para crianças, jovens e adolescentes em um espaço sob o controle dos pais.

A mesma preocupação apareceu em um relatório sobre o histórico de fundação dessa instituição, datado de 1994: “(...) assim sendo, os jovens necessitavam de se congregar, ter áreas de lazer, praticar esportes, participar de realizações culturais e sociais.”⁷³²

Com esse objetivo, elementos da coletividade, alguns egressos do CIN, e quase todos direta ou indiretamente ligados à defesa do sionismo e/ou à organização sionista unificada de Niterói, adquiriram um grande terreno na Rua Álvares de Azevedo, onde quadras poliesportivas, play-ground e piscina foram construídas.

A Hebraica marcadamente sionista, ao longo da década de 1960, privilegiou o cuidado com os jovens. Para isso buscou atraí-los com campeonatos de futebol e também com a formação de um grupo jovem reunido em torno de um rabino israelita. O grupo DAM, conforme foi chamado teve muita repercussão em toda a coletividade.

Moré Dam chegou ao Brasil em meados da década de 1960, diretamente de Israel para ser professor de hebraico e cultura judaica na escola do CIN. Pouco tempo depois, foi convidado para organizar um grupo jovem, que acredito deveria ter por objetivo estimular a juventude judaica de Niterói a emigrar para Israel, como era prática de organizações como o DROR⁷³³.

O enorme afluxo de jovens atraiu até mesmo pessoas de fora da instituição, como por exemplo, o depoente Arnaldo Welmowick, cujo pai entre 1966 e 1969 foi presidente da sucessora da BDF, a ADAF. Livre de qualquer questionamento da parte dos pais, o jovem Arnaldo, juntamente com o irmão, passou a freqüentar a Hebraica para jogar futebol e acabou seduzido pela conversa inteligente e aberta do rabino, que promovia entre outras coisas acampamentos, debates e dança folclórica israeli. Vejamos a narrativa de Arnaldo:

dentro desse grupo Dam que eu te falei, eu entrei nele por uma questão de amizade, meu irmão que era mais novo que eu e a Márcia que não era nada minha naquela época, só minha prima, já participavam, eu fui fazendo amizade, gostando, eu jogava muito bem futebol e era do time, inclusive nós fomos campeões em várias competições, passei a ter um certo prestígio, e como eu disse pra você, num certo momento, um desses acampamentos escolheu como tema a discussão de capitalismo, comunismo, socialismo, eu fui um dos caras que preparou, expus, (...), tudo bem, discussões, etc.

Na volta, houve um bafafá, porque esse grupo Dam, ele era ligado à Hebraica, ligado à ala anticomunista, quando os adultos souberam, esse Dam, moré, até já tinha voltado para Israel, mas o presidente da Hebraica, Samuel Baron, se não me engano, era presidente, não, era presidente da Organização Sionista de Niterói, a organização sionista ao qual esse grupo estava vinculado, a Hebraica que...(incompreensível)sionista de Niterói, ele (me) convocou e passou um pito.

Em seguida houve uma reunião do grupo, lá no Centro Israelita, e aí uma proposta de expulsão minha, do meu irmão, mais minha, que eu que liderei, mas sem nenhuma intenção, eu não fui fazer proselitismo, vou tentar botar..., aquele tema apareceu naturalmente como mais um tema que a juventude naquela época gostaria de discutir, era obrigatório discutir temas judaicos no acampamento? Não, não tinha estatuto pra dizer isso, então se escolheu isso, sem menor.... Eu fiquei muito surpreso com a atitude, inclusive de alguns colegas, amigos meus, que estimularam esse confronto, foi um troço muito grave que aconteceu...

Mas isso é um fato importante para mostrar a preocupação, no caso do representante do sionismo, que era o presidente, de proibir a discussão de uma coisa tão ameaçadora...⁷³⁴

A Sociedade Hebraica de Niterói quer pela ênfase dada às atividades para os jovens, quer por sua ligação umbilical com a Organização Sionista Unificada de Niterói, desestabilizou o quadro de forças estabelecido durante anos entre o CIN e a BDF, ao acrescentar novos elementos no quadro das diferenças e dar visibilidade ao novo comportamento social de uma boa parcela dos judeus.

Assim, a fundação da Hebraica redesenhou o perfil da coletividade, trouxe a tona uma nova consciência de si, obrigando à mudança. De modo que a transferência da BDF para Icaraí está diretamente ligada ao surgimento da nova associação.

Afirmar, portanto, como o fizeram alguns depoentes que a Hebraica não pode ser entendida como um lugar de memória do grupo é de todo incoerente. Ela não somente é a âncora representativa de uma nova identidade assumida por parte do grupo como espelhou a transformação do conjunto da comunidade em dado momento histórico.

Paulo Velmovitsky, que foi um dos principais líderes da construção da nova sede em Icaraí, explicou da seguinte forma as mudanças ocorridas na época:

Na década de 60 verificou-se uma grande disputa para saber quem primeiramente construiria uma sede social em Icaraí. O CIN chegou primeiro, pouco antes da BDF,

tendo adotado o nome de Sociedade Hebraica de Niterói. A biblioteca, em memorável campanha financeira, com apoio dos jovens empresariando uma série de espetáculos teatrais, com a arrecadação feita pela sede da Visconde de Uruguai, posteriormente com a participação das mulheres, com palestras, várias atividades sociais para a construção da piscina, quadra, salão, palco e o restante...⁷³⁵

Qual uma bússola, o surgimento da Hebraica esteve, portanto, na base da transferência da BDF para Icaraí.

De acordo com as atas da instituição, a 1ª proposta para a transferência da BDF data de 25 de setembro de 1961 e partiu de Henrique Goldnadel. No texto, a justificativa: “*visto a maior parte do quadro social estar aí residindo*”. Na reunião seguinte, de 9 de outubro de 1961, o assunto esteve novamente em pauta, quando “diversos associados alegam a necessidade de instalações mais funcionais e a localização em Icaraí onde reside a maioria dos associados.” Em 22 de dezembro do mesmo ano, o secretário da assembléia informou aos presentes que:

diversos associados têm procurado à diretoria, sugerindo que seja estudada a transferência da sede para a parte sul da cidade, possivelmente Icaraí (...) foram todos concordes da necessidade de uma nova sede, ampla e condizente com o progresso da biblioteca e suas atividades sociais.

Concordes, os associados presentes àquela assembléia de diretoria decidiram nomear uma comissão para estudar o assunto, formada pelo arquiteto Júlio Graber, o engenheiro Paulo Velmovitsky, Pedro Welmowiki e Samuel Wrobel, além de Isac Yarlicht, presidente da BDF.

Em 12 de fevereiro de 1962, Samuel Wrobel concluiu pela possibilidade de venda da sede e aplicação do saldo na compra de um terreno e construção da nova sede. Na assembléia geral de 2 de abril, a proposta foi apreciada e plenos poderes foram delegados à referida comissão: “*pela forma que melhor convier e, a importância apurada, utilizada exclusivamente na aquisição da nova sede.*” A mesma reunião começou a discutir a necessidade de modificação nos estatutos da BDF.

Apesar do entusiasmo aparente com a construção de uma nova casa, os encontros seguintes não consignaram qualquer referência ao projeto e a uma possível alteração dos estatutos. Somente na assembléia de 12 de novembro de 1965, dois meses após o falecimento de Isac Jarlicht, é que o assunto voltou à baila. Na ocasião Paulo Velmovitsky fez uso da palavra para defender a “... *necessidade de re-encetar o movimento para aquisição da nova*

sede, tendo comunicado aos presentes que um grupo de sócios, entusiasmado com esse desejo pretende se constituir em comissão para trabalhar nesse sentido”.

Ora, três anos se passaram entre o lançamento da proposta de transferência, e sua retomada em 1965. Nesse meio tempo, é verdade, a tensão política cresceu no Brasil, e o país foi tomado por uma ditadura militar, como se sabe. Muito da documentação da BDF foi queimada, assim como livros e papéis particulares dos ativistas, conforme asseverado por diversos depoentes. A coleção de livros da biblioteca, que àquela época ultrapassava os 4.000 volumes foi doada à Associação Sholem Aleichem, entidade sucessora da Biblioteca Israelita Brasileira Sholem Aleichem.

É importante que se diga que não existe nas atas qualquer referência à situação do país.

Em 1966, já sob a presidência de Pedro Welmowicki, a assembléia reiterou a delegação de amplos poderes para que a comissão cuidasse da venda da sede, concomitantemente à modificação dos estatutos vigentes, e conforme proposta de Waldemar Zweiter, que anos mais tarde faria importante carreira no judiciário, inclusive como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, a “*elaboração de um ante-projeto adaptado às necessidades atuais.*”⁷³⁶

O novo estatuto, na prática, significaria adequar a biblioteca aos parâmetros modernos adotados por outras instituições como a Hebraica de Niterói, e a própria BIBSA. Quanto a esta, sua transformação em 1964 em Associação Sholem Aleichem, foi entendida por muitos ativistas como uma “*estratégia*” dos progressistas para livrarem a instituição do alcance do Ato Institucional nº 1, que efetivamente suspendeu as garantias constitucionais, concedeu amplos poderes para o presidente da república cassar opositores do regime e enquadrar os subversivos.⁷³⁷

De 1964 a 1966, quando finalmente os novos estatutos da biblioteca foram elaborados, a situação política do país havia piorado muito, o Ato Institucional nº 2 e a Lei de Segurança Nacional já haviam sido decretados pelo presidente da república, portanto a mudança de nome pode não ter sido mera coincidência, mas a repetição da estratégia adotada pelos ativistas da BIBSA.

Mudar o nome de uma associação que havia aquela época 44 anos, como era o caso da BDF, ou 50 anos como na BIBSA, implicaria correr riscos muito sérios à continuidade, ao sentido de pertencimento dos sócios em relação à sua associação. Muitos dos ativistas entrevistados para este trabalho preferiram utilizar o termo “biblioteca” ao falar da ADAF.

Essa rememoração denota a tentativa persistente desses antigos colaboradores de ligar tempos:

mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens.⁷³⁸

Assim, em 22 de outubro de 1966, foi oficialmente fundada a Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação, herdeira patrimonial e ideológica da BDF. Suas finalidades, conforme estatuto eram, a saber:

difundir a cultura judaica e brasileira; fomentar empreendimentos de convivência social e de recreação; manter uma biblioteca circulante e um salão de leitura; proporcionar a prática da educação física e a prática de esportes em geral; promover realizações artísticas de todos os tipos e espécies; manter o intercâmbio e a cooperação com as sociedades afins do país, do exterior e em especial as do Estado de Israel; aprovar todas as iniciativas que interessem ao Brasil.⁷³⁹

Entre 14 de novembro de 1966 e 18 de março de 1967, as duas associações coexistiram. A última ata da BDF consignou a dissolução da sociedade e a destinação de seu patrimônio: a venda do imóvel localizado na Rua Visconde de Uruguai, 277, para o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Estado do Rio de Janeiro, pelo valor global de CR\$ 55.000,000.⁷⁴⁰

Na ocasião, o presidente Pedro Welmowicki, realizou uma exposição de motivos, registrada da seguinte forma pelo secretário da assembléia:

O Sr. Presidente da Biblioteca Israelita Davi Frischman, fez longa exposição sobre as circunstância que caracterizam as atividades de um clube moderno, com nova modalidade de emissão de títulos de sócios proprietários, seus órgãos sociais, isto, é diretoria, conselho deliberativo, conselho fiscal (...) para finalmente concluir que nossa entidade já não atende aos anseios de uma estrutura flexível e adaptada às novas exigências da vida moderna (...)

Uma vez mais chamou atenção, a preocupação, legítima por sinal, de caracterizar como arcaica a estrutura da biblioteca, reivindicando mudanças capazes de agradar o novo estilo de vida praticado pelos associados. Fica muito claro, para além das possíveis preocupações políticas existentes, o quanto a mudança de status social dos ativistas influiria

decisivamente na mudança para Icaraí, repercutindo também no espírito da Casa, que ficaria mais “conservadora”.

Boris Mocny, que participou ativamente de todo esse processo, atestou em seu depoimento a circunstância exata da venda da sede antiga:

É o seguinte, 1º o problema da compra, não tinha dinheiro, não existia dinheiro, e naquele período, começou a surgir no processo revolucionário uma lei que incentivava, o governo cedia um capital a todos os sindicatos a comprar sua sede própria, tanto é que o Paulino (Velmovitsky) ia construir onde era a biblioteca, um edifício pra venda de apartamentos e com a venda desses apartamentos a gente construiria uma sede nova. Tinha dificuldade de construção, você tinha que ter um capital na frente pra fazer isso. Aí quando surgiu isso (a lei), apareceu a proposta da companhia telefônica, dos funcionários de comprar, aí estipularam um determinado preço e eles toparam o negócio, e com aquele preço conseguiu comprar aquele terreno (Lemos Cunha) e fazer o problema...O problema (depois) era fazer a construção.

Os arquivos da instituição guardam inúmeras fotos da escritura do terreno comprado, documentando para a posteridade a assinatura de todos os integrantes da comissão que tratou da venda da sede e compra do terreno em Icaraí. A Câmera capturou o exato instante da assinatura, o sorriso e a felicidade de cada um pela realização. Vejamos:



Foto 32: Assinaram a ata, na coluna a esquerda, Salomão Rubens, Marcus Gueller, Adolfo Mocny; na coluna a direita, Samuel Wrobel, Paulo Velmovitsky e Saul Vasserstein; abaixo, ao lado de A. Mocny, ?, Alberto Graber, e Rafael Perecoanis. Na foto maior encontram-se ainda, Moises kawa, de óculos escuro, ao seu lado Sruli Rabinovici e atrás de paletó preto, Pedro Welmowicki. Etília Velmovitsky foi a única mulher presente. A exceção de Wrobel e Perecoanis, os demais são integrantes da 2ª geração.

A leitura das atas referentes à construção da sede nova evidencia um esforço extraordinário dos membros da sociedade para sua realização. Da escrita transborda emoção. Homens e mulheres deram o máximo de si para angariar recursos por métodos tradicionais — percorrer o subúrbio do Rio e as imediações da antiga Praça Onze para vender tijolos simbólicos, chás dançantes, festas de todo tipo, desfiles de moda, e por estratégias novas: o empresariamento de shows e peças teatrais. Quem narra essa história, com riqueza de detalhes é mais uma vez, Boris Mocny:

(...) o problema estava em fazer campanha para angariar dinheiro, esse problema todo, começar vender tijolo, você conseguia dez reais de um, vinte de outro, isso não dava dinheiro, aí entrou o grupo jovem que já começou a dominar, mas com a permanência do Moises Kawa fazendo teatro, coral, tudo isso.

Construir da seguinte maneira, a previsão era de tanto, então saía um grupo de Niterói, todo sábado, oito casais, eram Alberto com a Leia (Graber), Edna com Isac (Gielkop), Adolfo com Estela (Mocny), eu e Silvia, e tinha mais um se não me engano, Cecília com Waldemar (Zweiter) me parece que é isso aí, não tenho certeza. Cada dois casais ia para um teatro e depois nos reunimos num jantar e discutíamos o que cada um achou da peça. Depois de concluído, achávamos que aquela peça seria interessante, nós íamos na semana seguinte ao empresário e convidávamos para vir pra Niterói. De Niterói, já cedia o teatro, o Municipal normalmente, ou o Leopoldo Fróes, o que tinha na época, e realizávamos uma semana com aquele artista. Combinávamos com o empresário, ‘quanto é que você quer pra ficar uma semana?’, ‘X’, muito bem. (a propaganda era bancada pela ADAF), era bancada pela venda de ingresso e pela revista. A gente apanhava a revista do espetáculo e dessa revista tirava as publicidades mandava imprimir a revista com as nossas publicidades, vendia as propagandas, (de casas comerciais de Niterói). E normalmente todo teatro nós fizemos sucesso, todos. Deu bastante (dinheiro), deu o suficiente.

É preciso dizer que a narrativa de Mocny não falta à verdade, a leitura das atas é reveladora de um trabalho árduo de persuasão a artistas, convencimento de empresários, procura de patrocínio, e, sobretudo, uma fantástica doação de tempo e trabalho para a associação. O quadro abaixo relaciona todas as peças contratadas pelo grupo no período, e com renda revertida para as obras da ADAF. Vejamos:

DATA	LOCAL	PEÇA
15/5/1967	Teatro Municipal	“O Homem do Princípio ao Fim”
26/9/1967	Teatro Municipal	“O Bravo Soldado Schweik”
15/10/1967	Teatro Municipal	“O Coelhinho Sabido”
13/5/1968	Teatro Municipal?	“Luz de Gaz”
11 e 12/6/1968	Teatro Municipal	“O Show do Crioulo Doido”
?/1968	Teatro Municipal	“Esse Banheiro é Pequeno Demais Para Nós Dois”
?/1969	Teatro Municipal	“Abre a Janela e Deixa entrar o Ar Puro e o sol da manhã”, de Antônio Bivar
?/1969	Teatro Municipal	“O Avarento” (Procópio Ferreira)
?/1969	Teatro Municipal	“Falando de Rosas”(Tônia Carreiro)
?/1969	?	Apresentação do ator e diretor judeu Zgmund Tutvon
?/1969	Teatro Municipal	“Olho na Amélia”
?/1969	Cinema São Bento	Apresentação do ator e diretor Chico Anísio
?/1970	?	Apresentação do ator e diretor Jô Soares
?/1970	Teatro ADAF	“O Gato de Botas”
?/1970	?	Apresentação do Humorista Costinha

?/1971	?	“Em Família”

Fonte: Atas da Biblioteca Davi Frischman, Livro 3.

Ao todo foram dezesseis peças, a maior parte bem sucedidas. Sobre o lucro revelou Mocny:

O primeiro teatro que deu dinheiro foi a Fernanda Montenegro, o marido dela, e aquele outro, o Sérgio Brito, “O Homem do Princípio ao fim”. Jô Soares foi um sucesso, Chico Anísio, foi um estouro de boiada, nunca vi daquilo, foram três dias de casa superlotada, nós ficamos com medo de que fosse arrebentar o teatro, foi no cinema São Bento. Nós tivemos que abrir a porta na ultima sessão, do último dia, tivemos que abrir a porta que dava pra rua... pedimos a ele autorização se podíamos abrir a porta porque tinha muita gente lá fora, estávamos com medo que a turma forçasse a porta e poderíamos ter problemas sérios, quebra de vidro, acidente, se tinha algum problema se virássemos uma caixa de som para as pessoas da rua ouvirem, pedimos também pra interditar a rua (Lemos Cunha).

A estratégia adotada, além dos recursos financeiros indispensáveis à execução da obra, que também contou com um empréstimo financeiro junto ao banco Bamerindus S.A., acabou por trazer visibilidade para a nova associação, conforme destacado por Alberto Graber, na reunião da diretoria, em 19 de setembro de 1968:

o grande êxito artístico e social da apresentação que levou à nossa maior casa de espetáculos numeroso público, que não regateou aplausos ao espetáculo firmando ainda mais o conceito da ADAF junto à comunidade niteroiense, destacou ainda o trabalho abnegado dos membros da diretoria que dedicaram grande parte de seu tempo à venda de ingressos e a outras providências que possibilitaram o sucesso alcançado.

A preocupação com a visibilidade social da nova associação era um fato. Não bastava comemorar internamente, mas convidar elementos externos à comunidade local para prestigiar os sucessos obtidos. As atas do período registraram a presença constante de autoridades públicas nas festas da época, seja a tradicional celebração em memória dos mortos no Levante do Gueto de Varsóvia, seja na Independência de Israel, ou nos marcos comemorativos da nova sede. A propósito disso, na ata de 17 de junho de 1967, o presidente Pedro Welmowicki determinou que se celebrasse “*o mais festivamente possível*” o lançamento da pedra fundamental da sede, com a distribuição de convites para as autoridades do executivo fluminense e entidades co-irmãs.

Na foto abaixo, o flagrante desse evento.



Foto33: Posaram para foto quinze homens. Da esquerda para direita a partir do 4º senhor, vemos Boris Mocny, Adolfo Mocny, Moises kawa (de óculos escuro), Pedro Welmovicki, Paulo Velmovitsky (alto), Rafael Perecmanis, Saul Vasserstein, não identificado, Alberto Graber, e Marcos Gueller.

Aparentemente a festividade surtiu grande efeito em toda a coletividade, o boletim da Associação Sholem Aleichem, de 27 de agosto (?) de 1967, publicou extensa matéria sobre o evento, registrando os presentes, entre os quais o Prefeito da cidade, Dr. Emílio Abunahman e os discursos. Pela ADAF, a primazia da palavra coube ao engenheiro Paulo Velmovitsky que:

numa bem fundamentada oração apresentou uma página memorável da história do desenvolvimento do Clube. Ao lembrar alguns nomes ligados à vida e ao desenvolvimento do clube, como Leizer Farber, Icek Jarlicht, Henrique Schwartzman, Júlio Wrobel, Max Velmovitsky, Max Naiberg, e Luba Lam, assim se expressou: 'são exatamente esses homens e mulheres, cujo culto de suas memórias nos dão a sua presença eterna entre nós, que não podem ser esquecidos nesta solenidade.'

Ressaltando a estreita colaboração entre o executivo fluminense e a coletividade israelita de Niterói, teceu elogios à harmoniosa convivência entre toda a população, (...) finalmente em breve e eloquente improviso o prefeito Dr. Emílio Abunahman ressaltou a grande importância para a juventude local de mais um clube e mais um centro de difusão cultural.

Terminada a parte oficial, o Sr. José Goldgaber, antigo e conceituado membro da coletividade, fez o lançamento da pedra fundamental (...).

Vejamos que o discurso evocativo do passado, a presença do guardião no ato inaugural, tudo isso revelava uma verdadeira operação para unir a memória dos tempos, e tecer cuidadosamente os fios da continuidade entre as duas associações. O ritual não deixava margem a dúvidas: a ADAF é/era a guardiã da memória da BDF! Mas também, estava apta para escrever sua própria história, porque nunca é demais repetir, a direção naquela ocasião cabia à 2ª. geração.

Vale dizer que a presença em massa de ativistas de outras associações, refletia em parte, o impacto que a Guerra dos Seis Dias gerara na coletividade. Impulso que perdurou até o ano seguinte quando as instituições de Niterói realizaram em conjunto, a homenagem aos heróis do Gueto de Varsóvia e a Independência do Estado de Israel.

Arnaldo Welmowicki lembra muito bem a “revolução” que o conflito provocou na vida comunitária do grupo:

Houve um momento em que isso se reduziu muito, na guerra dos Seis Dias eu até me surpreendi, porque eu vi a ADAF fazer uma campanha de arrecadação de fundos para o Estado de Israel junto, todas as instituições fizeram junto, o CIN, a BDF, a Hebraica. Eu me lembro inclusive da reunião no Centro Israelita, com as três diretorias, se fazendo um apelo à coletividade. Mas aí era o seguinte, era um momento de extrema emoção, porque na verdade a guerra tinha acabado de acabar, ela foi muito rápida, o Estado se envolveu, mas não me lembro, e aí é uma questão de sobrevivência. Nesse momento a posição de eu não concordo com certas questões, posicionamentos, em relação aos árabes, aos palestinos, do grupo progressista esbarrou no apelo emocional, porque naquele momento se vivia uma ameaça de destruição.

(...) Eu vi aquilo que era uma surpresa pra mim, em função de toda a rivalidade que eu tinha vivido nos anos anteriores, e quando eu vi aquilo, compreendi que só era possível por que o Estado de Israel ao qual todos tinham alguma identificação estava sob ameaça, só dessa maneira você poderia ver a Biblioteca fazer uma campanha para suprir requisitos bélicos do Estado de Israel, (...) foi uma reunião assim extremamente lotada, o Centro Israelita, uma coisa assim impossível de entrar lá dentro, havia uma emoção muito forte...⁷⁴¹

Mas as atas da ADAF referentes ao ano de 1967 e 1968, não registraram esse acontecimento impar. A associação só tinha olhos para si própria, entusiasmada com a revolução que os “jovens” da segunda geração promoviam no seu entorno.

Em 24 de junho de 1968, as reuniões finalmente passaram a ser realizadas no endereço novo, Rua Lemos Cunha 355, após a festa inaugural em 16 daquele mês. Infelizmente não

temos qualquer registro dessa solenidade.⁷⁴² Na mesma reunião, Paulo Velmovitsky comentava o sucesso da festa da cumeieira, oportunidade em que *“os convidados sentiram-se surpresos com a obra que estava sendo realizada”*, e Alberto Graber, destacava o êxito das comemorações da festa de independência do Estado de Israel, realizada na sede do Centro Israelita, apontando ainda *“a harmonia que predominou nos entendimentos havidos entre as sociedades patrocinadoras.”*

Na assembléia de 13 de novembro de 1968, Paulo Velmovitsky e Alberto Graber informaram que as obras da sede estavam entrando na fase de conclusão *“para que a coletividade israelita niteroiense possa ter uma casa a altura de seu progresso material e cultural conseguido nos últimos anos.”*

No entanto, faltava alguma coisa e em 15 de fevereiro de 1969, dois meses após a decretação do AI-5, com alguns filhos de ativistas presos, Alberto Graber lançou a proposta para a construção de uma piscina: *“último requisito segundo ele que faltava para que pudéssemos nos ombrear com as melhores agremiações de nossa cidade.”*

Na atualidade tão comuns, as piscinas foram durante longo período símbolo de riqueza, elemento doador de status social ao seu proprietário. E ademais, a ADAF não poderia ficar atrás da Hebraica, que pouco depois de sua fundação construíra uma para alegria de seus sócios.

A piscina da Hebraica, aliás, rendeu uma história antológica para a família de Milton Velmovitsky, irmão de Paulo. É preciso entender que boa parte da coletividade, inclusive alguns progressistas, adquiriu à época da organização da nova associação títulos de sócios, seja como fundadores, honorários, beneméritos ou proprietários. Milton foi um deles. No entanto, por motivos ligados às rivalidades existentes no grupo, não quis pagar as mensalidades referentes à construção do parque aquático. No dia da inauguração, sua família, assim como boa parte da coletividade que esteve presente à solenidade, assistiu estupefata quando seu filho Max, então com 8 ou 9 anos, gritou para a mãe, Elisa, em alto e bom som: *“mãe, já posso mergulhar? Papai já pagou a prestação da piscina?”* Não é preciso dizer que no dia seguinte ao ocorrido, Milton Velmovitsky foi obrigado pela mulher a pagar as mensalidades.

Essa pequena história de família dá a dimensão da rivalidade existente entre as instituições e assinala como a criação da Hebraica serviu de bússola para os novos rumos que

a coletividade tomou naquele período. De modo que a ADAF mergulhou em um novo processo de endividamento para a construção de sua piscina.

Curiosamente, atas da mesma época registram a preocupação de alguns associados com o *“incremento do intercâmbio com os clubes israelitas e em especial a ASA,, “um maior entrosamento com a ASA e o ICUF”*⁷⁴³. Seria isso o indício de certo distanciamento entre associações que foram tão próximas?

Se o substantivo distância é um pouco forte para situar o estado daquelas relações, serve ao menos para mostrar que houve alguma mudança. Claro que todos os progressistas com o advento do golpe militar de 1964 e mais ainda com o ato institucional nº 5 estavam recolhidos, mas no caso da ADAF havia um plus: a associação inegavelmente se “aburguesara”.

Nas atas seguintes entre relatos de dívidas e amortizações há o registro de convites recebidos pela diretoria para participação em almoços e festas de associações da cidade, como o clube dos diretores lojistas local, o Lions Club. Da mesma forma, vê-se da parte da ADAF, o convite a autoridades públicas, profissionais liberais e empresários para participarem do festejo do Levante do Gueto de Varsóvia e a Independência de Israel, nos seus salões.

Na ata de 29 de maio de 1970, destacaram-se os comentários sobre a festa de Pesach *“com grande afluência de associados e pessoas da coletividade que transformaram essa noite em uma das mais agradáveis realizações da ADAF nos últimos tempos”*. Na oportunidade ficou consignado a fala da Sra. Bluma Vasserstein a respeito *“da necessidade de comemarmos mais e mais as datas judaicas tradicionais, (...) é o desejo da grande maioria de nossos associados.”*

Na mesma assembléia fizeram-se os preparativos para o aniversário do Estado de Israel, inclusive com a confirmação das presenças dos então ilustres advogados Evaristo de Moraes Fº e George Tavares.

A ADAF, como vimos, tomou um rumo diferente na década de 1960. O espírito do ICUF arrefeceu. Suas prioridades eram outras. Embora tenha alimentado a memória da BDF, nas constantes homenagens aos seus fundadores, aos grandes ativistas, no culto às diferenças existentes no seio da coletividade. A preocupação legítima com o conforto e com a visibilidade social distanciou-a em parte do passado, aproximando-a das demais associações da cidade.

Na década seguinte, a instituição mergulhou em um progressivo processo de esvaziamento, contraditório ao esforço empreendido poucos anos antes. Prova disso é a irregularidade das atas que seguem seu curso contínuo até 15 de dezembro de 1971. Desse ano em diante as páginas estão em branco. O livro do conselho deliberativo cumpre o período de 15 de outubro de 1968 a 18 de outubro de 1972. Após essa data, surgem anotações somente em abril de 1977, oportunidade em que o sócio Isaac Gielkop comenta da “situação fora de controle de seus companheiros diretores”.

A diretoria eleita nessa assembléia apelou para “*a participação efetiva da sociedade ajudando, criticando, enfim, tudo fazendo para que nossa associação permaneça sendo um marco da nossa presença na sociedade niteroiense.*” Após essa reunião a diretoria voltou a se reunir, ou registrar seus encontros apenas em 10 de outubro de 1988.

Como se pode perceber, nos anos de 1970, a ADAF entrou em crise. Investigar os motivos desse colapso será a matéria da conclusão deste capítulo.

Há ainda uma questão a mencionar: por onde andavam as mulheres da ADAF? A pesquisa, tanto na BDF como na sua sucessora, a ADAF, revelou diretorias predominante masculinas. A ADAF mais ainda que a BDF. Portanto, perquirir a respeito do lugar feminino, no mundo progressista de Niterói será o objetivo do próximo capítulo. Vejamos agora, um pouco da trajetória do CIN.

6.3. O Centro Israelita de Niterói: trajetória

Como vimos anteriormente, o CIN surgiu em 1925, provavelmente como uma evolução da União Israelita. Dentre sua diretoria, Hanô Lent e Fernando Baron ocuparam respectivamente a presidência e a vice-presidência; Aron Novak, José Maclerevsky, Elias Schor e Isac Treiger, as posições de 1º e 2º secretários, e 1º e 2º tesoureiros. Jayme Vainer, Jacob Taicher, Isac Schor, Isak Schor, Davi Wasserman compuseram o conselho fiscal. Quase todos os judeus da cidade participaram da fundação. Conforme informação da ata inaugural, a sede ficava na Rua da Conceição, 181— sobrado.

De acordo com o professor de história Alberto Hasson, que proferiu o discurso celebrativo dos oitenta anos do CIN, e que é também um dos maiores conhecedores da trajetória da instituição, o Centro nasceu dentro da associação comercial, o que demonstra principalmente, a origem dos seus fundadores — todos comerciantes:

Eu sei dizer que em julho de 1925, se reuniu um grupo de judeus de Niterói na associação comercial. Nessa reunião se começou a arrecadar dinheiro para a compra de um terreno para um cemitério para a comunidade...
Essa mesma comissão, um mês depois resolve criar o Centro Israelita de Niterói. O propósito era a unidade da comunidade. A maior parte era pessoal bessarábio e palestino...⁷⁴⁴

De acordo com Hasson, entre os sócios constavam também dois sefaraditas. Segundo o depoente:

Cá em Niterói a colônia de sefaraditas sempre foi muito...muito pequena, muito marginal de uma forma em geral. Talvez umas oito a doze famílias. Por exemplo, Bardavid, Levi (Jacques, Mário e D. Suzana), esse Kon de Pinhas que era cunhado, e tinha o Bensusan, seu Vitor que era operário. Quem mais que eu me lembre?...Existia uma pequena colônia sefaradita.

Pequena e sem organização formal, a colônia sefaradita de Niterói formava um grupo invisível⁷⁴⁵ em meio à predominância asquenaze:

se conheciam mutuamente, alguns até frequentavam as casas, mas organização específica não tinha, se ia para o Rio, se frequentava o chamado (templo) Benei Hertz, na rua conselheiro josino, se atravessava as barcas e nas festividades se frequentava aquilo. Ah, outra família que tinha era a Sonsol.⁷⁴⁶

Praticavam suas tradições no espaço doméstico e nas grandes festividades procuravam os templos sefaraditas do outro lado da Baía. Quando ir para o Rio era fato impossível, adaptavam-se à situação.

Um exemplo disso, foi a narrativa de Alberto Hasson sobre o seu Bar Mitzva: embora toda a preparação tenha sido feita sob acompanhamento de um líder religioso asquenaze e realizado na sinagoga do CIN, o ritual foi presidido por um chassin sefaradita do Rio, amigo da mãe.⁷⁴⁷ Os sefaraditas, portanto, mantiveram fronteiras mínimas em relação aos asquenaze, manejadas conforme as circunstâncias objetivas que encontravam.

A língua segundo consta, foi o grande elemento que dificultou inicialmente as relações entre os dois grupos. Filho de sefaraditas oriundos de Istambul, província do antigo Império Otomano, os pais de Hasson⁷⁴⁸ não falavam nada de ídische, muito menos de português. Acostumado a conviver com os judeus asquenaze, Hasson, durante muito tempo julgou que o pai fosse analfabeto.

A comunidade judaica de Niterói, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, onde barreiras formais foram erigidas entre esses dois grupos, absorveu as diferenças⁷⁴⁹, longe de possíveis conflitos. Isso explica tanto a presença sefaradi na fundação do Centro, como um sefaradi fazer sua preparação religiosa dentro de uma sinagoga de um grupo asquenazi .

Na verdade, a fundação do CIN repercutiu um momento de estabilidade e crescimento da comunidade na cidade, o que acarretou necessidades não previstas anteriormente, como um cemitério próprio e até uma caixa de assistência social. Assim, dentre seus objetivos pode-se entrever o desejo de:

... congregar todos... também departamento social, também o que mais..., é..., até biblioteca tinha, e chegou a ter uma pequena biblioteca. O Centro não foi só religioso, e até não era predominantemente religioso, até social era, que teve épocas em que teve bailes com orquestra de Rui Rei... e daí por diante, porque queria aglutinar a colônia”.

(...) só depois é que as coisas começaram a ficar mais feias... Eles voltados mais para o problema político e o pessoal outro, voltado para o problema comunitário-religioso, com os equipamentos necessários, tem até um dos fundadores da BDF, seu José Goldgaber que também está como um dos fundadores do Centro...() depois começou um afastamento, aí começou um acirramento político.⁷⁵⁰

Congregar todos os judeus sob um único teto e criar uma vida social própria para a comunidade, parece algo impossível para indivíduos oriundos de países diversos, e recortados por todo tipo de diferença ideológica. Deve-se ressaltar que foi no país de imigração que a maioria dos que se diziam da fé mosaica descobriu a enorme diversidade existente no mundo judeu.

Niterói, por outro lado, não tinha um contingente de população judaica significativa para a construção de vários centros como efetivamente ocorreu na cidade vizinha. Assim, o CIN nasceu imbuído do desejo de unificar a vida religiosa e social, e de fato, ao menos nos primeiros tempos, a organização de um aparelho comum a todos contou com a contribuição de muitos associados. Todavia, como expôs Hasson, o acirramento político dos anos que se seguiram, tornou impossível o apelo original.

Entre os anos de 1920 e 1930, nenhuma notícia sobre o centro israelita foi encontrada no jornal Fluminense, nem sequer foi mencionada sua fundação. A pesquisa no fundo Samuel Malamud, do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro anota diversos panfletos, periódicos e boletins publicados a partir de 1929, no entanto a grande maioria redigida em ídiche. Da

mesma forma estavam diversos jornais da década de 1940, quando já havia a obrigatoriedade de serem escritos em português.

Assim, a estratégia de suprir algumas lacunas da pesquisa sobre o CIN, com a investigação nesse tipo de fonte, denodadamente a imprensa israelita, surtiu pouquíssimo efeito. Quanto ao jornal *O Fluminense*, como apontado no capítulo 3, apenas uma notícia divulgando a inauguração da sede da Rua Visconde de Uruguai foi detectada.

Menos de um ano após seu nascimento, em 1926, o CIN cumpriu sua principal meta, comprar um terreno para sediar o cemitério comunal. Localizado no município vizinho de São Gonçalo, o campo santo israelita só foi possível com o auxílio de um “goi”, isto é, um não judeu, o brasileiro Otacílio de Albuquerque.

Albuquerque foi um político ligado à prefeitura, do qual nenhum registro foi encontrado a não ser sua lápide no referido cemitério. Há que se interrogar o porquê de um “goi” estar enterrado num lugar exclusivo de judeus. De fato existe uma incrível história por trás desse fato: o brasileiro protagonizou uma história de amor com uma jovem judia chamada Anita Schor⁷⁵¹.

Esse romance muito provavelmente foi um dos primeiros casamentos mistos que escandalizariam a comunidade judaica local. Porém, nenhuma memória “formal” foi constituída sobre o caso, e Belinha Gack, uma das pessoas que contribuíram com explicações e opiniões para este trabalho, sobrinha de Anita, pouco se recorda do caso a não ser dizer da beleza da tia e da bondade de Otacílio.

O “não dito” nesse caso soa revelador do quanto esse caso traumatizou a comunidade incipiente, tendo os pais, quem sabe, evitado de conversar sobre o assunto perto dos filhos e estes, conjurado rememorar o fato para evitar a repetição da história e danos à tradição.

Desse caso de amor restou apenas o túmulo no cemitério e a lápide com as saudades eternas da esposa:



Foto 34: Cemitério Israelita de São Gonçalo

Paulo Velmovitsky foi um dos poucos que se recordva de Otacílio, de quem seu pai foi grande amigo. Lembra-se de pedirem autorização à mãe de Albuquerque para que ele pudesse ser enterrado no cemitério israelita. Embora seja provável, não se sabe se ele se converteu. Paulo e seus irmãos velaram o corpo durante toda a noite no CIN. Anita e Otacílio não tiveram filhos. Tal fato sugere a aceitação, e a intimidade que o uniu a famílias de crenças e concepções ideológicas diferentes.

Em 1932, o CIN transferiu-se do seu endereço inicial, na Rua da Conceição para a Rua Marquês de Caxias. Nessa época, os sócios chegaram a promover bailes. Os convites eram vendidos tanto na própria associação, como nas lojas dos sócios, mas os eventos ocorriam em salões alugados para tal⁷⁵².

Data dessa época a organização de uma Caixa Beneficente, porém, como tudo que envolve o CIN, ela está envolta em mistério. Em 1936, na busca por um espaço mais amplo foi adquirida em leilão uma casa para sediar o Centro, na Rua Visconde de Itaboraí.

Mas os sócios tinham planos ambiciosos: abrigar uma escola, biblioteca, a caixa beneficente e uma sessão recreativa, de forma que continuaram a procurar espaço mais amplo, o que efetivamente encontraram ao comprar em 1937, um terreno amplo situado à Rua Visconde de Uruguai, 255. Pouco tempo depois, O Fluminense informava aos seus leitores a realização do seguinte evento:

Notícia da inauguração do Centro Israelita de Nitctheroy

Centro Israelita de Nitctheroy
amanha, às 14 horas, na Rua Visconde de Uruguay, n.255, realiza-se a solenidade do assentamento da pedra fundamental do edifício do Centro Israelita de Nictheroy. O Centro terá synagoga, colégio hebraico brasileiro, biblioteca e caixa beneficente.⁷⁵³

Não passa despercebido que, no contexto de ascensão do integralismo, o CIN que até aquele momento mantivera-se discreto e ausente dos jornais tivesse anunciado ao público a notícia da compra do espaço ideal para abrigar sua sede. O episódio demonstra que apesar da conjuntura não havia clima de perseguição sistemática em Niterói e os israelitas sentiram-se fortes o suficiente para se darem a conhecer. Na foto abaixo, encontrada no acervo do CIN, uma imagem para a posteridade, do evento citado:



Foto 35: arquivo CIN

Finalmente em 3 de julho de 1938, O Fluminense publicava:

Centro Israelita de Nictheroy

Vae ser inaugurado hoje às 14 horas a sede própria do Centro Israelita de Nictheroy, à rua visconde de Uruguay, n.255.

Para o ato que se revestirá de solenidade recebemos attencioso convite.

Nos dias que se seguiram ao evento, o jornal O Fluminense não publicou uma linha sequer a respeito da inauguração. Já no Diário da Manhã, outro periódico da época, a cobertura tomou quase duas páginas! Matéria paga? É possível, visto que os discursos foram transcritos integralmente, assim como os presentes e os rituais encetados. Em face disso incluí o referido periódico na lista de fontes para serem investigadas sobre o CIN.

Todavia, colher informações a respeito do Centro não foi em nenhum momento tarefa fácil. O referido diário encontrava-se indisponível à pesquisa na Biblioteca Nacional em função de ter seguido junto com outras fontes para um de seus anexos no cais do porto. Restou a leitura dessas páginas, emolduradas, na paredes do CIN.

Sob o título **O Símbolo da Imortalidade da Judéia** o Diário da Manhã anunciou a inauguração do CIN. Vejamos:

Numa empolgante miragem de concórdia com a sociedade fluminense foi inaugurada a sede do Centro Israelita de Niterói.

Constituiu o mais notável acontecimento associativo dos últimos tempos no seio da família fluminense, a inauguração do magnífico edifício destinado ao funcionamento dos vários serviços do Centro Israelita de Niterói. Fato ocorrido no domingo, 3 do corrente, e o Diário da Manhã registra com altíssimo desvanecimento esta efeméride verdadeiramente extraordinária, principalmente pela transcendência de que se reveste através da noite confusa que percorre os horizontes de outras pátrias, onde o anti-semitismo se tornou a síntese de uma política de atropelo e afronta as consciências liberais e à humanidade.

Realmente, o mundo está sendo sacudido pelos rumores de seviciamentos, assassinatos e como se uma nova inquisição surgisse das fermentações mais estranhas para salvação de uma nova fé e os novos Torquemadas desejando mais vastas esferas de ação que de Isabel, a católica de Espanha, já ousam alongar suas garras para os lados do vaticano (...)

E segue:

Iniciou-se a solenidade pelo hasteamento da bandeira brasileira.

Esta homenagem foi executada por um dos padrões da colonização israelita de Niterói, o senhor Isac Chapira, tesoureiro do Centro, que nesse ato demonstrava o devotamento de seus patrícios à sagrada insígnia de nossa pátria sendo nessa ocasião cantado o hino nacional pelas crianças da escola israelita, acompanhados pela excelente banda de música do patronato de menores de São Gonçalo.

A Fita Simbólica e A Inauguração Do Templo

Como preliminar da inauguração do belo edifício, teve lugar o clássico corte da fita que vedava a entrada no recinto, sendo convidado a fazê-lo o sr. Tenente Leopoldo Teixeira de Melo, na dupla qualidade de representante dos Srs. Interventor do Estado e Secretário do Interior de Justiça. Aberto assim, o templo, sob os mais altos auspícios da magistratura do estado foi a comitiva convidada a ocupar o altar, notando-se a presença dos sres. Tenente Leopoldo Teixeira de Melo, Ten. Sampaio Osvaldo, Coronel Augusto Ribeiro da Silva, Dr. Alexandre Brasil, Dr. Pacheco Marques, Dr. Mario Brasil de Araújo, Dr. Guilherme Souto Faria, representando o Sr. Prefeito da capital. Além dos sres. Salomão Lempert, e Izidoro Baumfeld, respectivamente, presidente e secretário do Centro. Dois elementos da maior eficiência e de dedicação exemplar.

O consagrado cantor semita Sr. Israel Sztajmberg vocalizou em puro hebraico o poema religioso em intenção da felicidade pessoal e grandeza do governo dos Sr. Dr. Getúlio Vargas e Comte. Amaral Peixoto.

Logo de início se percebe a tônica da solenidade: discurso contra o anti-semitismo e loas às autoridades de estado brasileiras. A ausência do interventor pode denotar desprestígio, porém em datas posteriores, Ernani do Amaral Peixoto compareceu a solenidades e banquetes promovidos pelo CIN, fotografias expostas nas paredes comprovam o fato.

Verificou-se também que a direção da instituição não brincou em serviço, despendeu mais de duzentos contos na construção do edifício, além de terem agraciado as autoridades com um fartíssimo Buffet. Aliás, o texto da reportagem é rico em superlativos, que acabam por construir uma imagem grandiosa do Centro.

A entrada do Salão de Festas

Este magnífico recinto, sem dúvida um dos maiores e mais belos da capital deparou-se-nos realçado por uma verdadeira apoteose de raras flores, e abundantemente iluminado por alteosas janelas e poderosos projetores que inundavam de graça e matizes o ambiente onde borboleteavam airoas silhuetas de senhoras e senhoritas, gentis esposas e filhas de associados da punjante e modelar organização associativa. (...) (grifos meus)

Tomando quase todo o cumprimento do salão, foi armada uma mesa em formato de T, para um fidalgo serviço de doces e champanhe com o qual foram mimoscadas as autoridades, representações e numerosas outras personalidades de relevo na sociedade niteroiense e nos meios israelitas. Era a democracia em marcha, partindo do templo para a sala da assembléia do povo unido por afinidade de sangue e do espírito(...) e o direito de associação baseado no acatamento às autoridades constituídas e no ideal da prosperidade do Brasil.

A Inauguração do Retrato do Dr. Getúlio Vargas.

Num merecido gesto de gratidão e homenagem pelos relevantíssimos serviços prestados ao Centro Israelita na dificultosa tarefa de fundador e incansável presidente que é o conceituado e importante comerciante Sr. Salomão Lempert, organizador da outrora dispersa família judaica de Niterói, o realizador máximo da grandiosa construção do edifício do Centro nas finalidades associativas e nas linhas arquiteturais despertando reminiscências do autêntico templo de Jerusalém, foi a excelentíssima esposa do Sr, Salomão, D. Dina lempert, distinguida com o convite para proceder o descerramento do retrato do digníssimo presidente da república, sob salva de palmas, e fez nessa ocasião, entoar o hino nacional

Decididamente o jornalista não economizou adjetivos e superlativos para descrever a festa, renovando a impressão de matéria paga. Da mesma forma, os diretores do Centro não pouparam agrados às autoridades públicas, seja através da comida ou das orações pessoais ao chefe da nação. Eles não estavam de brincadeira, mas sim, plenamente conscientes da conjuntura de exceção vivida pelo país, sobretudo, parecem querer se alinhar ao governo, como garantia, quem sabe, de poder funcionar no dia seguinte. Além do mais, a descrição da solenidade sugeria uma colônia rica e numerosa, e sobretudo, decidida a se promover.

Antes de aproveitarem o “fidalgo banquete”, as autoridades ouviram o discurso inaugural do então renomado médico israelita, Dr. Isaac Izecksohn, cuja fala contemplou em primeiro lugar, o avanço do anti-semitismo no mundo, dos tempos medievais àquele presente, e, em segundo lugar, fez a defesa dos valores da tolerância, do qual acreditava ser o Brasil

partidário. Izecksohn enumerou um a um os grandes gênios judaicos, com o firme propósito de mostrar à nação a importância de abrir suas portas aos judeus. Vejamos alguns trechos:

(...) E mostra a todos vítimas e algozes, indiferentes e apaixonados, que o Brasil é uma terra generosa indene de ódios raciais e religiosos, que perante suas leis todos os homens são iguais, seja qual for sua origem ou crença, e perante sua bandeira encontram agasalho todos os que desejam trabalhar e viver honestamente e que dentro de seu território não medrará jamais a planta venenosa do anti-semitismo medieval. Felizes nós, os israelitas por podermos gozar a ventura de respirar este ar libérrimo, e feliz também o Brasil, não pelo pouco que possam contribuir nós humildes israelitas espalhados pelo seu vasto território, mas porque a história no passado e os fatos do presente mostram que o caminho da tolerância religiosa e social, da liberdade religiosa e do respeito à dignidade levam os países que o seguem às culminâncias do progresso e do bem estar. (...)

Ar libérrimo em pleno 1938, oito meses após o golpe do Estado Novo? Certamente, Izecksohn fazia uma média junto às autoridades ou então, dava sua contribuição à discussão sobre eugenia, destacando as possíveis contribuições dos judeus para a melhoria da “raça brasileira”.

Isaac Izecksohn, médico e educador nascido na Rússia no final do século XIX, era naturalizado brasileiro. Atuou em áreas diversas como a medicina, a educação, e também o jornalismo, contribuindo com inúmeros artigos para revistas e diários da imprensa judaica. Autor de livros como *Anti-semitismo, uma alergia social*, dedicou-se a combater o preconceito contra os judeus simultaneamente à tarefa de comprovar a quantidade imensa de sangue israelita que cria correr nas veias dos brasileiros desde os tempos coloniais. O livro *Os Marranos Brasileiros*, coletânea de textos sobre os cristãos novos, foi o resultado desse trabalho.

Assim, Izecksohn ao discursar no CIN, não dispensou a oportunidade para defender os judeus dos “*maus brasileiros que estavam tentando instilar o veneno insidioso do racismo anti-judaico*”⁷⁵⁴, em um ambiente repleto de autoridades. Ele sabia para quem estava falando. Por sua vez, os dirigentes do CIN deveriam saber quem era seu orador. Antenados com a realidade que os cercava investiram em um discurso que ressaltava indiretamente a legitimidade da ditadura desejando em troca a tolerância racial.

Um dos trechos mais importantes da preleção do Dr. Izecksohn, foi justamente a defesa das qualidades do elemento judeu:

O judeu não é só comerciante, não devemos desprezar o comércio porque ele é um grande fator de animação na vida econômica dos países, mas o judeu não se limita a ele, é também industrial, cientista, escritor, artista, educador, técnico e agricultor e não fica atrás a ninguém em todas essas atividades porque aceita seu mister com direção e tenacidade. Ele tem qualidades e defeitos. Mas se analisarmos imparcialmente verificaremos que as qualidades só tenderão a desenvolver-se no ambiente brasileiro repleto de possibilidades e oportunidades para o trabalho honesto e fecundo, enquanto que os defeitos, originários da vida acanhada e deprimente da Europa oriental desaparecerão em contato com a atmosfera livre e digna da vida brasileira, da mesma forma que desaparece o bolor em presença do ar e do sol (...) Nós os israelitas do Brasil sabemos avaliar no seu justo e alto valor a existência nesse verdadeiro oásis de ventura e dignidade. Nosso desejo exclusivo é trabalhar e sermos úteis à coletividade brasileira, desmentindo com fatos as calúnias dos nossos inimigos...

Ao fim da alocução, novos agradecimentos aos beneplácitos que as autoridades brasileiras, sobretudo federais, fizeram aos israelitas.

A prolongada fala do Dr. Izecksohn foi sucedida pelos discursos das demais autoridades presentes, e encerrada com o brinde de honra ao chefe da nação.

Curiosamente, em nenhum momento a “reportagem” comentou respeito da trajetória da coletividade israelita de Niterói, apresentou seus líderes, tradições ou hábitos religiosos. Sabemos apenas que a maçonaria se fez representar na solenidade, e que futuramente existiam planos para a construção de um ou dois pavilhões, destinados a permitir os serviços de escola, beneficência, biblioteca, templo, seção funerária e crédito a base de cooperativismo.

Finalmente, os presentes foram avisados de uma “*soirée dançante*” no sábado seguinte, “*ao ritmo de jaz band, das 21 horas às 4:00 de domingo*”.

Vejamos abaixo algumas fotos da solenidade mencionada, localizadas no acervo do Centro:



Foto 36: apesar da má qualidade da foto, é possível perceber as autoridades presentes ao evento. Ao fundo vê-se as fotografias do interventor Amaral Peixoto e do Presidente Vargas.



Foto 37: Mesa das autoridades: Salomão Iempert é 1º à esquerda, ao passo que sua esposa, Dina é a única mulher presente na foto. No lado esquerdo de Dina, encontra-se Isidoro Baumfeld. Encapando a solenidade, a bandeira nacional e a fotografia do Presidente Vargas.

Paralela à construção da sede própria do CIN, a comunidade judaica da capital fluminense desenvolvia sua vida social, com bailes para jovens, a presença de orquestras, como a do “Chuca-Chuca”, apelido de Chepsel Lerner⁷⁵⁵, rapaz promissor que desgostou a família ao optar pela música. Uma das poucas referências encontradas sobre o Centro nos jornais foi justamente um anúncio de baile:

Convite

Departamento Juvenil do Centro Israelita de Niterói

Realizar-se-à, no dia 15 do corrente, um chá dansante no Casino Icaraí com um sensacional show organizado especialmente para a festa. As dansas serão abrilhantadas pela grande orquestra do casino.

Horário: das 16 às 18,30.

Preço-sócios e sócias-5\$000. Estranhos: damas-6\$000. Cavalheiros-8\$000 (selo á parte) com direito a consumação. Reserva de mesa:5\$000.

Bilhetes à venda com antecedência na Rua V. do Rio Branco, 245-loja com o Sr. David Treiger e das 19,30 em diante na sede do Departamento à R. V. de Uruguai, 255.⁷⁵⁶

O departamento juvenil do CIN, data muito provavelmente de período anterior à inauguração da sede própria, e teve nas figuras de Jayme e Teia Landman seus principais articuladores.

Jayme Landman, já ao dezesseis anos, participara da fundação do Clube Juvenista⁷⁵⁷, organização incentivada pelo governo Vargas e que objetivava introjetar valores cívicos nos jovens, nos moldes da Mocidade Portuguesa de Oliveira Salazar. Em 1939, com seus 19 anos e recém entrado na faculdade de medicina, Jayme e a irmã lideraram o Círculo Hatkva, cujas lembranças emocionaram alguns dos depoentes. Entre eles, Ássia Lempert. A história de nosso encontro precisa ser contada. Vejamos.

D. Ássia entrou em contato comigo por telefone, após a leitura de uma das minhas colunas no boletim da ADAF, onde havia publicado uma nota do jornal OFluminense, de 1937, a respeito da inauguração do CIN. Desejava falar-me de seu tio, Salomão Lempert, presidente da associação durante a construção da sede, e corrigir assim a ausência do nome dele na referida matéria. Imediatamente marcamos um encontro em sua residência, no bairro de Icaraí. Nossa reunião, no entanto, acabou dominada por outros assuntos, como amores proibidos e o Círculo Hatkva.

Ássia Lempert, uma encantadora senhora que contava à época da entrevista com 86 anos, narrou o trabalho ardoroso do tio para a construção da sede, inclusive ao lado dos operários carregando tijolos. Mas foi sobre o departamento juvenil do CIN, onde nasceu o Círculo Hatkva que seu relato pode iluminar este trabalho.

O Objetivo era reunir jovens em torno de atividades culturais. Não apenas música e bailes, mas abrir as portas do CIN para convidados judeus ou não judeus. Pelo que foi possível apurar, os jovens devem ter tido muita dificuldade em convencer os “velhos”. Feito isso trouxeram importantes escritores e poetas.

Conferencistas judeus que chegavam do exterior encontravam a porta franqueada para conversar com os jovens, e ao que parece não havia separação ideológica, ao menos naquele momento, que impedisse a presença de moços e moças ligados à BDF, então semi-clandestina. Portanto, é possível que o círculo Hatkva tenha sido o ponto de encontro da juventude judaica de Niterói, até 1945, quando o sionismo aprofundou as divisões existentes.

Em meio ao material cedido pelo Dr. Luís Goldberg, que na década de 1940 liderava a ala jovem da Biblioteca Sholem Aleichem, foi verificado um relatório sobre um encontro mantido entre os jovens da BIBSA e os do departamento juvenil do CIN, em maio de 1943. Da narrativa, sobressai a seguinte parte:

Ambiente agradável, pessoal simpático. Algumas realizações interessantes e valiosas para a juventude, como as palestras de Joel Silveira, Marques Rebello, Aníbal Machado, Álvaro Moreira, noites musicais, competições de xadrez e ping-pong, etc., que mostram-nos a afinidade existente entre a nossa finalidade e a deles, os mesmos problemas e anseios, as mesmas esperanças e ideais. A boa direção do departamento parece conduzi-lo à realização dos vários projetos que servem para o desenvolvimento cultural e recreativo do mesmo, trazendo aos seus associados grande número de benefícios.⁷⁵⁸

A prova das interessantes realizações mencionadas por Goldberg está guardada em um pequeno caderno que Ássia Lempert fez questão de mostrar, inclusive quis doar à autora: páginas e páginas de autógrafos de ilustres escritores e jovens ícones judeus da época, que viajavam pelo mundo em campanha para o estabelecimento do Estado de Israel, e aproveitavam para narrar as atrocidades cometidas durante a guerra.

É claro que não aceitei a oferta de Ássia, apenas fotografei suas páginas, algumas das quais apresento a baixo:



Uma frase que Vasco
 esqueceu em SAGA:
 "as dores são doenças
 da luz"

Niterói, 30. agosto de 1943
 Queiroz

Fotos 38 e 39: na foto anterior capa e contracapa do álbum. Na seguinte, o autógrafo de Érico Veríssimo: "Uma frase que Vasco esqueceu em SAGA: 'as Dores são doenças da luz'. 1943. Fonte: Arquivo Ássia Lempert:"

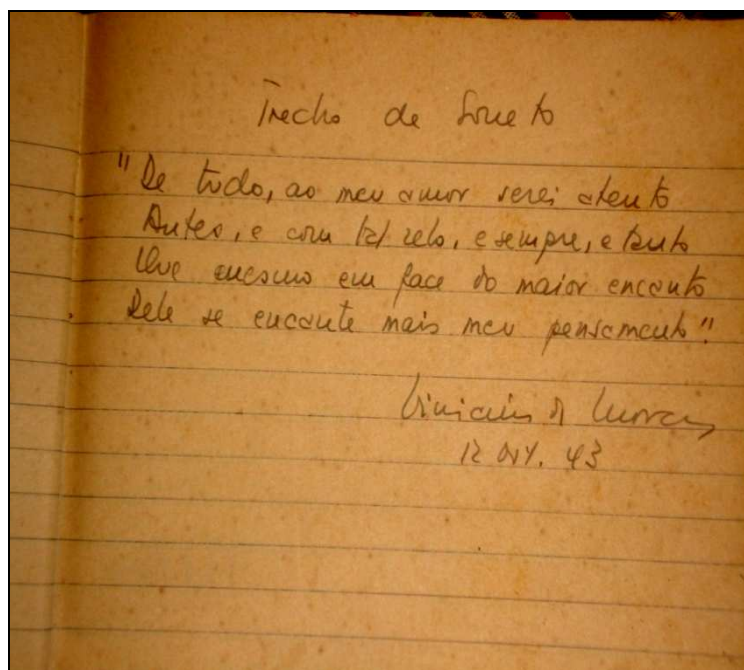


Foto 40: autógrafo de V. de Moraes e o registro do famoso Soneto da Fidelidade: "De tudo, ao meu amor serei atento, antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto, que mesmo em face ao maior encanto nele se encontra mais meu pensamento" 1943. Fonte: Arquivo Ássia Lempert.

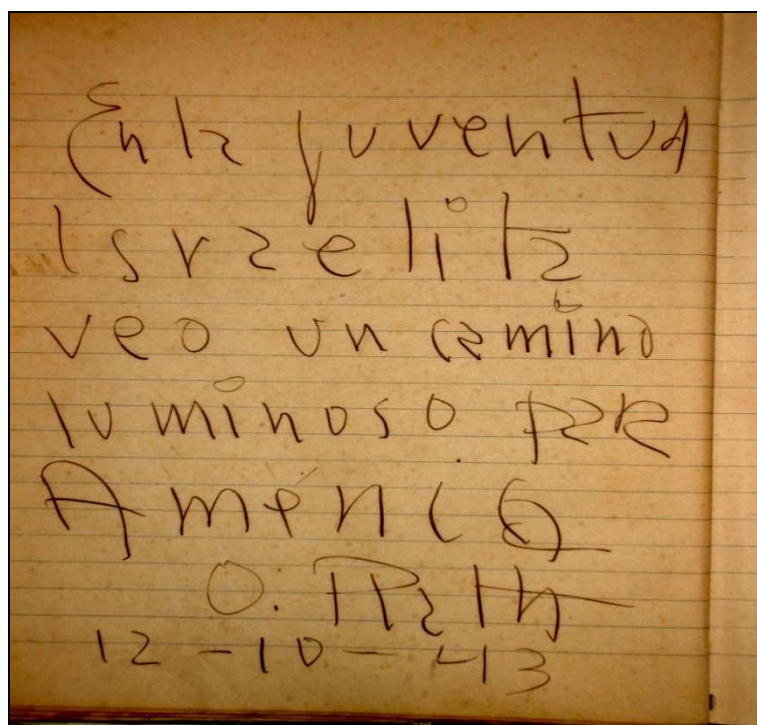
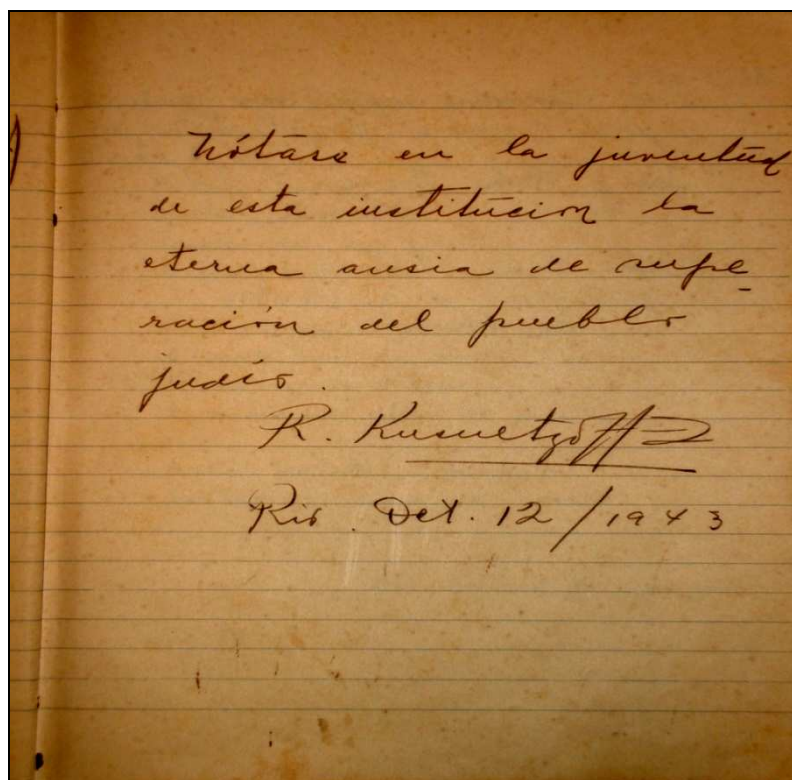
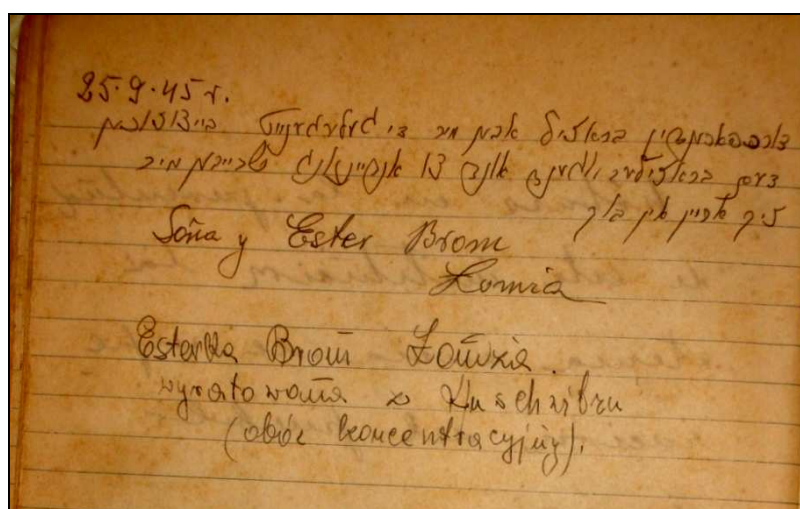


Foto 41: Autógrafo do ativista O. Ptith: "Na juventude israelita vejo um caminho luminoso para América. 1943. Fonte: Arquivo Ássia Lempert.



Notase en la juventud
 de esta institucion la
 eterna ansia de supe-
 racion del pueblo
 judio.
 R. Kunitzoff
 Rio. Oct. 12 / 1943

Foto 42: autógrafo do ativista R. Kunitzoff: “Nota-se na juventude desta instituição a eterna ânsia de superação do povo judeu. 1943. Fonte: Arquivo Ássia Lempert:



85.9.45.
 פארוואס זענען די יידן
 אין די קאנצענטראציעס
 שוין געווארן געטויט?
 Sonia y Esther Brown
 Lomía
 Esther Brown Lomía.
 שוואטערס און קינדער
 (אין קאנצענטראציעס).

Foto 43: autógrafo em ídiche das ativistas Sônia e Esther Brown. 1945. Arquivo Ássia Lempert

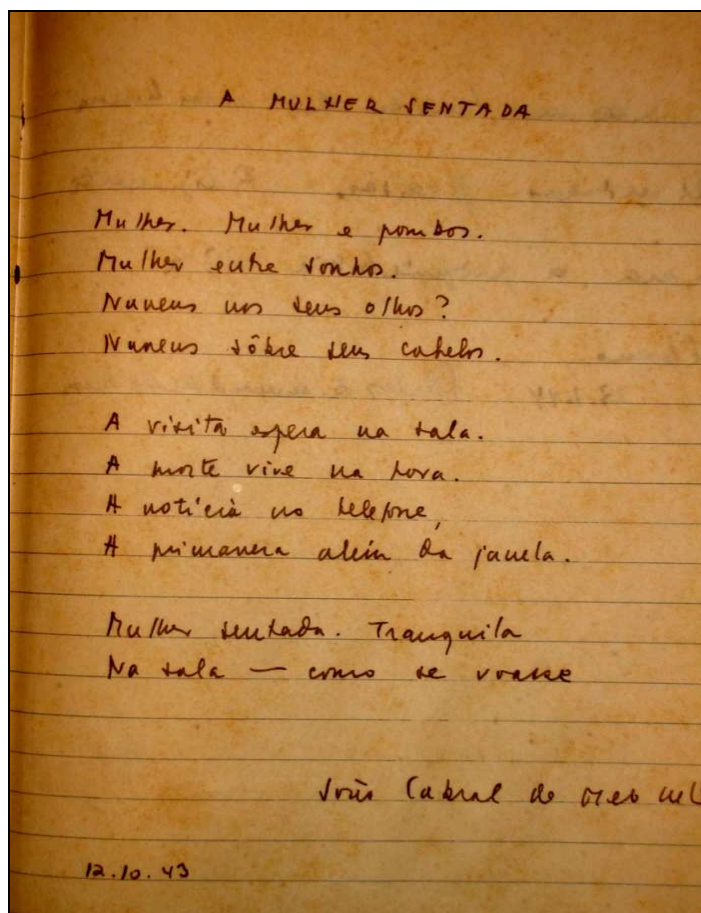


Foto 44: autógrafo de João Cabral de Melo Neto, A Mulher Sentada: “Mulher. Mulher e pombos. Mulher entre sonhos. Nuvens nos olhos? Nuvens sobre seus cabelos. A visita espera na sala. A morte vive na hora. A notícia no telefone, A primavera além da janela. Mulher sentada. Tranquila na sala—como se voasse.” 1943. Fonte:Arquivo Ássia Lempert:”

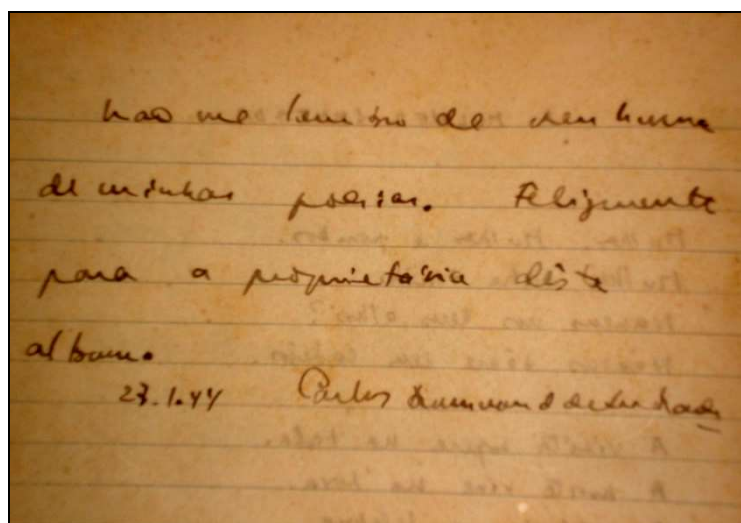


Foto 45: autógrafo de Carlos Drummond de Andrade: “não me lembro de nenhuma de minhas poesias. Felizmente para a proprietária deste álbum”. 1943. Arquivo Ássia Lempert.

Neste caso, as imagens falam por si mesmas e revelam a agitação cultural da época, e o nível de articulação dos jovens dirigentes do *Hatkva*.

É bastante provável que ao final da guerra, o círculo *Hatkva* tenha se ligado à Organização Sionista Unificada de Niterói, isto porque parte de seus integrantes se transformaram em ardorosos defensores do sionismo, além do que anos mais tarde, na década de 1960, fundariam a Sociedade Hebraica de Niterói. Portanto na base dessa última associação está o *Hatkva*.

Mas o ano de 1939, não trouxe para o Centro apenas a alegria da organização de um departamento juvenil, mas também a discórdia. Este foi o caso da expulsão de Isidoro Baumfeld do CIN.

Trata-se de um ponto nebuloso da trajetória da instituição, e da qual poucos contemporâneos entrevistados quiseram falar. Tampouco foi possível esclarecê-lo completamente, visto que as atas do Centro Israelita não foram liberadas à consulta.

Baumfeld, polonês de Ostrowics, desembarcou no Brasil em 1918 ou 1919, e tudo indica que tenha se radicado imediatamente em Niterói, onde foi atuar como prestamista, e logo iniciado na vida comunitária local. Como muitos do seu tempo, foi mais um a atravessar a baía de Guanabara para dialogar com os ativistas da Praça Onze, que no mesmo momento encetavam a vida institucional no Rio.

A memória que o presente consagrou a Baumfeld diz respeito a um homem distinto, de grande saber e erudição. De acordo com seu filho, o já citado Luis Baumfeld, o pai:

papai tinha uma cultura tão grande que era respeitadíssimo por causa disso. Quando havia uma briga entre sócios na rua da alfândega, o comum era o meu pai ser chamado. Porque os judeus naquele tempo tinham o hábito de não entregar seus problemas à justiça. Eles usavam o que se chamava *driter*. Então meu pai era comumente o *driter*⁷⁵⁹, o terceiro. Saía uma briga entre pai e filho, entre sócios, Izidoro que era respeitado pela cultura dele, religiosa, conhecia a *Guemará*⁷⁶⁰ em profundidade... Ia com a *Guemará* de baixo do braço... Então falava, falava uma das partes... depois falava a outra... Papai pedia um minuto, abria o *Guemará* no trecho em que uma discussão desse tipo podia surgir e lia... Quando acabava de ler, ele pedia que falassem de novo. Era completamente diferente a formulação das pessoas depois de ter ouvido...⁷⁶¹

O nível elevado de Isidoro tinha relação com sua origem, neto de rabinos, e estudioso da Torá. Não chegou a cursar a universidade, emigrou antes. De acordo com Luís, Isidoro, ao

longo de sua trajetória teve momentos mais e menos religiosos, aproximando-se das idéias progressistas e do ICUF, mas nunca como um homem completamente laico:

não era um sionista mas tinha um amor tão grande pela causa que misturava muito com a posição progressista dele. Ele achava, era daqueles que achavam que precisavam de alguma coisa para pisar no chão. Nunca foi comunista, e nem naquele tempo eu abria em casa minha posição de dirigente comunista para evitar problemas.⁷⁶²

Progressista ou não, Isidoro era um homem de opiniões fortes, e sempre posicionado frente às questões de seu tempo:

meu pai tinha uma correspondência intensíssima com amigos deles em Ostrowics e Varsóvia... e quando a maioria da população européia fingia ignorar campos de concentração e violência contra judeus (...) meu pai com alguns dirigentes da União dos Judeus Poloneses estava perfeitamente ao par do trabalho discriminatório, agressivo e quase de destruição de propriedades que os alemães desenvolveram na Polônia (...) então resolveu por iniciativa própria, que ele tinha certa liderança, juntar algumas dúzias de judeus para irmos à praça Onze, com cartazes para protestar contra o anti-semitismo na Polônia... A polícia especial quando viu a manifestação contra a Alemanha, que o governo brasileiro era profundamente germanófilo, não era só o Filinto Miller (...) ocorre é que eu e papai fomos muito espancados junto com os vinte ou quarenta judeus que estavam protestando...⁷⁶³

Dono de forte espírito associativo, Baumfeld guardava sempre um quarto vazio em sua casa para abrigar judeus recém-chegados, e foi um dos fundadores da União dos Judeus Poloneses, organização de tendência socialista que dirigiu durante décadas:

Acontece que meu pai, neto de rabino e com nível cultural acima da média, sempre teve uma preocupação associativa muito grande e como era de Ostrowics juntou o pessoal de lá, a princípio como simples judeus poloneses, e depois chegou à conclusão que se criasse uma associação seria mais fácil trabalhar. Então foi criado com ajuda do meu pai, a União dos Judeus Poloneses que chegou a ter uma influência muito grande em Niterói.⁷⁶⁴

Assim, é fácil imaginar que Isidoro tenha participado ativamente da vida CIN, dos seus primórdios até o momento de sua expulsão, em 1939, e com voz forte, tenha discutido e buscado consenso ou mesmo tentado impor suas idéias. Lembremos que era o secretário do Centro a época da construção da sede definitiva e recebeu homenagens durante a inauguração. Então, indaga-se, qual o motivo da sua expulsão?

Para Luis Baumfeld, em Niterói:

havia uma comunidade judaica muito grande proporcionalmente à população, e era dividido em dois grupos, eram progressistas e havia um grupo extremamente rico, que era os... Alguns judeus que eram extremamente ricos, extrema direita com medo da direita...

Com o tempo começou a haver uma desavença muito grande entre ricos, que eram sionistas e os mais pobres, os progressistas que não eram sionistas (...) mas ocorre que com o tempo chegou a um ponto quase de hostilidade. Meu pai que era membro do centro israelita, lá em Niterói, foi expulso. Ele foi expulso dessa reunião porque era da União dos Judeus Poloneses e do ICUF⁷⁶⁵.

A fala de Baumfeld, independente de conter alguns exageros que o olhar passional sobre o passado é capaz de provocar, revela questões políticas e econômicas influenciando nos destinos da associação.

Não foi só Luis Baumfeld, outros depoentes associaram problemas de nacionalidade, status social e ideologia às diferenças que conduziram os judeus de Niterói a viverem praticamente em condomínios fechados. Ou nas palavras de Belinha Gack, *“lado de lá, lado de cá”*.

Vale dizer que o conflito sionista/progressista foi típico do pós-segunda guerra mundial, e a atuação do ICUF concentrada entre 1945 e 1964. Então provavelmente, isso não deve ter sido decisivo para sua expulsão do CIN.

Outros depoentes, extremamente qualificados afirmaram que a expulsão de Isidoro deu-se pelo fato da diretoria ter impedido a participação de “roitters” (como eram chamados os comunistas) na direção da associação, que como vimos, parecia estar disposta a angariar a simpatia das autoridades. De acordo com os relatos, além da defenestração de Baumfeld, vários associados despediram-se do CIN naquele momento.

Como sabemos, a perseguição aos comunistas era muito grande naquele momento, e Isidoro Baumfeld contava então algumas passagens pela prisão, que certamente eram comentadas na coletividade, e mesmo assim manteve um cargo elevado na instituição durante certo tempo. Embora possível, parece pois, impróprio, justificar seu banimento por questões ideológicas, a não ser que houvesse um processo persecutório ao próprio Centro.

Mas a polêmica não pára por aí. Alguns depoentes que preferiram o anonimato, procuraram a autora para afirmar que o cerne do problema foi o desejo de Isidoro e outros companheiros de criar uma caixa de assistência social ou crédito, distinta daquela existente. Assim, um racha teria se produzido em torno do controle da assistência social.

A favor dessa tese existe um ponto. Entre 1940 e 41, Isidoro Baumfeld encetou a organização da União dos Ambulantes de Niterói, inteiramente esquecida pela coletividade.

Essa associação não chegou a registrar-se, mas angariou mais de sessenta sócios, de todas as ideologias. O livro de registro encontra-se sob guarda da ADAF. Abaixo a imagem da ficha de inscrição de Isidoro da referida associação:

**União Beneficente dos Ambulan-
tes de Niteroi**
Rua Saldanha Marinho N. 26

PROPOSTA

Proposta N. 1
Matricula N. 1
Carteira N. 1

Nome do Proposto Isidoro Gannfeld
Nascido em 14 de Mai de 1898
Filiação. de Wolf. Reizor Gannfeld
e de Civia Gina Gannfeld
Natural de Polonia - Brasileiro naturalizado
Residência. Rua R. Rio Branco N. 624
Estado civil Casado Nome da esposa Chaia Krain-
dla Gannfeld

Nome do Proponente
Jacob Palmonit

Proposta aceita em 29 de Dezembro de 1940
Sindicancia procedida — Resultado

Foto 46. Fonte: Arquivo ADAF

A União dos Ambulantes de Niterói, não era uma associação de progressistas mas deveria servir e atender os interesses de toda a coletividade, incluindo muito provavelmente a sonhada caixa de assistência social e crédito. Mas isso é apenas uma hipótese para o ocorrido.

Independente do que tenha ocorrido, importa para essa análise o fato de que o caso Baumfeld marcou a vida posterior do CIN, e de algum modo aprofundou as diferenças pré-existentes, a ponto de torná-las irreversíveis.

De outra forma, assinala muito claramente a existência de um grupo dentro da instituição com enorme ascendência sobre seus destinos e posicionamentos.

Em 1941 ou 1942, insatisfeito com sua vida, Baumfeld foi embora de Niterói, onde voltou apenas ocasionalmente com o filho, ambos então ligados ao ICUF, para visitar à BDF.

Segundo Luis, a biblioteca de Niterói (na clandestinidade), era o único lugar em que se podia falar ídiche naqueles tempos de proibição, e foi o ponto de encontro dos progressistas e comunistas que fugiam da polícia do Riode Janeiro. De acordo com o depoente, na capital fluminense, *“as forças policiais prendiam mas não espancavam.”*⁷⁶⁶

A propósito da língua, Luís Baumfeld afirmou que no CIN, “ligações pessoais de associados com autoridades públicas” garantiram a continuidade do ídiche como idioma falado nas reuniões: *“então eles tinham aquela satisfação e traziam até conferencistas de Buenos Aires, fazer conferência em ídiche sem que a polícia interferisse.”*⁷⁶⁷

Dos anos de 1940 ao início da década de 1960, o CIN, conforme os relatos, concentrou os comitês de ajuda aos refugiados de guerra, e os grupos de costura feminino em prol dos órfãos, e finalmente foi a base da Organização Sionista Unificada de Niterói. O Dror, movimento ligado à Unificada, atuou em seu recinto. Dedicado a conferir educação sionista, cultivar as tradições israelitas como a música, estimular os valores sociais de igualdade, cooperação e valorização do trabalho, procurando atrair jovens para emigrar em direção ao Estado de Israel.

Alberto Hasson, por exemplo, tinha cinco anos, em 1944, quando José Schor, então presidente do CIN, foi buscá-lo e à irmã para frequentarem o Dror. Mas, de acordo com o próprio Hasson, a ida de um grupo de jovens para Israel provocou uma cisão no movimento em Niterói: *“O ideal era fazer a Aliá, quer dizer ir para Israel e muitos não quiseram ir, e acabou desintegrando, vários foram.”*

Sobre os motivos que levaram à cisão do grupo ou mesmo a polêmica que isso possa ter gerado, Hasson não fez comentário, porém garantiu que não foi assediado para emigrar. Afirmou que para ir para Israel era preciso ter recursos, e como sua família era muito pobre, e ele precisava trabalhar, não poderia fazer a Aliá.

Mais uma vez o auxílio de Ilse Sipres foi fundamental para mapear dentro da comunidade, os membros e /ou grupos familiares que se envolveram nesta emigração, senão plenamente, pelo menos em sua maior parte.

Ana, Ruth, Jacó, e Benjamin Rembichevsky
Bela Weksler
Elisheva Schor;
Esther (Fogel) Rippa
Família Buchbinder
Geny e Jayme Rubens ⁷⁶⁸
Henrique e Poli Cohen
Hugo, Esther e Marcio Schor
Israel Feldman ⁷⁶⁹
Ita(Lempert) Bendtson, marido e filhos.
Jacques Solomon e esposa
Joana Segal, marido e filhos
José Diamante
Meier, Nair, Ana e Jacques Lipster
Mirian Schor
Rosinha Roisman
Suzana Sipres
Zilda Novisnsky (Lempert), marido e filhos

Chama atenção o número de mulheres desacompanhadas, muitas como Suzana sipres viajaram por vontade própria, imbuída dos ideais sionistas. No entanto, existe indícios de que muitas famílias usaram a estratégia de envia suas filhas para Israel, a fim de subtraí-las a uma relação mista.

O fato é que nos anos de 1940 e 1950, o CIN mobilizava-se pela causa sionista. E em função disso, ao longo de toda a década de 1940, abriu seus salões para conferências e palestras com ativistas estrangeiros, sabras ou não. Nessas oportunidades, toda a coletividade era convidada. O Centro protagonizou também, o banquete comemorativo da Independência de Israel, e recebeu autoridades israelenses como o embaixador David Shantiel, em 1953.

A propósito da visita do embaixador, um conto de Myrian Rosansky, publicado no livro *Lembranças*, por sinal muito engraçado, revela detalhes dos bastidores do evento, como a discussão sobre o Buffet, da flor a ser oferecida para a embaixatriz, dos convites, etc. Do texto, selecionamos o trecho final:

O salão do Centro foi reformado e decorado com o maior capricho. Na véspera houve um ensaio geral, um casal representando os homenageados. Nada foi esquecido nesse ensaio e, graças a isso, tudo esteve perfeito no dia seguinte. Estiveram presentes perto de mil pessoas. Quando o embaixador e senhora entraram no salão foram recebidos sob uma chuva de pétalas de rosa e ao som do Hatkva, entoado como uma oração de graças. Ali estava, ao alcance das nossas mãos o

símbolo vivo de uma pátria para acolher aos judeus que a procurassem, a prova concreta de que não sonhávamos. Sim, nós éramos um povo como todos os povos. E não teve limites nessa noite a nossa alegria⁷⁷⁰

Desde a década de 1930, o CIN manteve uma pequena escola primária para a coletividade, fundada por Dina Lempert. Não se sabe ao certo o ano, nem mesmo se se confundia com a escola do professor Steimberg, já citada. Nos anos de 1940, a atividade continuou, porém foi na década de 1950 que a escola floresceu e tornou-se um educandário de ensino regular observando o currículo oficial previsto pelo MEC, mas com a particularidade de atender às demandas da coletividade judaica, como o ensino do hebraico e da Torá. Ilsa Sipres e sua amiga Sara Grand (nome de solteira) foram as artífices dessa transformação.

No início, relatou D. Ilsa, a amiga Sara, que tinha carro, recolhia as crianças de casa em casa, levava-as para a escola e ao fim das aulas, transportava-as de volta para o lar. Um trabalho hercúleo. Foi assim por aproximadamente dois anos. Posteriormente, a Secretaria de Educação do Estado mandou uma professora para dirigir a escola, D. Carlota.⁷⁷¹

Durante todo o período que encerrou sua existência, aproximadamente trinta anos, a escola foi dirigida pelas mulheres do grupo. No final dos anos 80, D. Ilsa Sipres não soube precisar a data, o educandário encerrou suas atividades. A falta de alunos motivou o fechamento.

Vale dizer que a escola do CIN era por lei, aberta a toda à comunidade maior da cidade, e chegou a ser freqüentada por alunos de outros credos. Entre os judeus locais, mesmo gente apegada à tradição optou por colocar seus filhos em colégios maiores, muitos no Rio de Janeiro. Outros, como Rolande Fischberg, militante comunista e ligada à ADAF, por exemplo, matriculou seus quatro filhos nas dependências do CIN. Como se vê, as pessoas na coletividade sentiam-se livres para escolher seus caminhos, e diferente do que aconteceu no Rio de Janeiro, onde grandes e famosas escolas judaicas foram criadas, o educandário de Niterói manteve-se apenas com uma escola primária.

Foto 47: de acordo com a legenda existente na fotografia, trata-se da 1ª festa da escola do CIN. Não há referência à datas. Arquivo do CIN

Portanto, antes de se tornar uma instituição exclusivamente religiosa, como na atualidade, o Centro teve uma vida social animada, além de ter cumprido sua finalidade precípua: a educação religiosa.

Os relatos sobre o CIN, no entanto, falaram da existência de um núcleo conservador que estaria ligado às família Treiger e Baron, por muitos apontados como pessoas de grande prestígio, dentro e fora dos muros da coletividade.

Muitos atribuem a eles a manutenção do CIN no centro da cidade, quando as outras instituições se apressaram a acompanhar a mudança dos seus sócios para o bairro de Icaraí.

Há também aqueles que interpretam ainda hoje, a organização da Sociedade Hebraica de Niterói, como uma forma de suprir necessidades que o Centro recusava cumprir para não se

afastar



das

finalidades religiosas. Mas, pergunta-se, com a inauguração da Hebraica e posteriormente a transferência da BDF para Icaraí, por que o CIN não deu ouvidos aos seus sócios e estabeleceu-se junto deles?

Para Alberto Hasson e Ilse Sipres, os tradicionalistas, destacadamente os Treiger e Baron, apontados por Alberto como aquelas que “*mais mandavam*” no Centro continuaram a se opor à transferência. Segundo Hasson, a Hebraica não abriu espaço para a sinagoga, mesmo possuindo um terreno que poderia ceder ao CIN, e isto porque “*o clube é dos sócios proprietários*”.

De acordo com Ilsa Sipres, porém, foram os tradicionalistas que não aceitaram o espaço cedido pela Hebraica. Ou seja, a polêmica ainda está aberta. De todo modo, o fim do Círculo Hatikva e a fundação da Sociedade Hebraica de Niterói, deram início a um processo de “esvaziamento” das atividades sociais do CIN.

Cabe ainda dizer, que durante toda sua existência os principais líderes religiosos da Casa foram Moises Brickmam, Elias Schor, Mendel Shermam, Rafael Waisman, e Moises Sipres. Na atualidade, Jacó Lipsteir cumpre a dupla função de presidente e líder religioso do Centro.

Nas décadas de 1970 e 1980, tal qual a ADAF, o CIN assistiu à sua progressiva perda de importância para a coletividade israelita da cidade. Para Alberto Hasson o fenômeno teve relação direta com os problemas gerados pelos casamentos mistos, o “problema social” ocasionado pelo enriquecimento de uma parte da coletividade, e em alguma medida, com a perda de status de capital da cidade de Niterói, após a fusão do Estado do Rio de Janeiro com a Guanabara.

Quanto ao CIN, ele afirma que a instituição passou por muitas crises no período, “*sempre pensando que iria acabar*”, e se manteve por causa do cemitério. Hasson não quis dar detalhes dessas crises. O fato é que tal qual a ADAF, as instituições passaram por problemas sérios a partir dos anos oitenta, período que encerra a presente pesquisa.

Para fazer frente a essa situação adversa, nas décadas de 1980 e 1990, as sedes, que outrora eram freqüentadas diariamente pelos sócios, foram alugadas e transformadas durante a semana, em academias de ginástica, reservando somente o domingo para os associados.

As três questões assinaladas por Hasson, na verdade repercutem a opinião da maioria dos entrevistados sobre o “esvaziamento da coletividade”. Não tenho dúvida de que os fatores apontados têm relação com o ocorrido, porém, divirjo deles na conclusão.

Casamentos mistos, busca por status, empobrecimento da cidade contribuíram, mas foram os sintomas de um problema muito maior. A comunidade mudou, diferenciando-se radicalmente da geração pioneira. Eles não traziam mais em sua “bagagem” as questões que assombraram o mundo judeu no final do século XIX. Eram brasileiros e nas dobras de seus

discursos, cruzando-se com as influências paternas corriam as contradições da realidade social brasileira e o sincretismo próprio de um mundo multicultural.

Assim, os estreitos muros da coletividade, e seus condomínios não suportaram as novas identificações constituídas por seus herdeiros, que então extrapolaram suas fronteiras.

Uma última palavra: casamentos mistos foram frequentes na coletividade de Niterói, e o primeiro de que tivemos notícia foi o de Anita Schor e Otacílio Albuquerque, ainda na década de 1920. Pouco se conhece dessa história. A partir da década de 1950, começaram a ocorrer com mais frequência na cidade, coalhando a 2ª. geração de alguns exemplos.

Dos casos apurados, alguns revelaram intolerância absoluta com o matrimônio fora da coletividade, ameaças veladas, filhas que foram enviadas a força para Israel, corações partidos. Em outros casos, a conversão foi a solução.

Alberto Hasson, por exemplo, fez um casamento misto, onde a noiva, espírita, aceitou converter-se ao judaísmo. O detalhe é que Hasson, somente contou a mãe suas intenções matrimoniais quando a moça já havia se convertido. Lembra-se ainda da pergunta feita pela matriarca na ocasião, “*ela converte?*”⁷⁷²

Fato parecido sucedeu a Jacó Lipster. As circunstâncias vividas por ele, no entanto, foram ainda mais tensas, visto que era de uma família extremamente religiosa, e ele próprio um seguidor da Torá. Seu pai, Mordska Lipster, como vimos, manteve anos e anos uma sinagoga dentro de casa. A solução encontrada pelo rapaz foi apresentar a noiva à família após sua conversão.

Regina Broitman e Osmar Santos também viveram uma situação delicada, reveladora de certo patrulhamento da comunidade sobre a questão do casamento. Filha de um judeu russo, e muito bonita, Regina atraiu o olhar de um estudante de medicina, quando andava no centro de Niterói rumo à loja do pai. Na volta para casa reencontrou o jovem no bonde. Começaram a conversar. Apreensiva, a menina saltou três paradas antes de seu ponto, ele a acompanhou:

ele começou a conversar comigo, e eu disse — eu sinto muito eu não posso ter nenhum compromisso com você por que eu sou judia... e meu pai não gostaria que eu casasse, óbvio que não falei em casamento, que eu namorasse uma pessoa de outra religião aí, .. daí conversamos e tal (...)

O nosso namoro durante muito tempo foi platônico, sempre na beira do mar, nós caminhávamos (...) chegou um determinado dia meu pai ficou sabendo. E como eu digo, ele tinha amigos, e alguns moravam lá em São Francisco, então ele (ficou sabendo), ele chegou em casa, me chamou, disse — Não quero que você namore (...) Então eu cheguei um dia pra ele — olha sinto muito mas o meu pai não permite, sinto muito minha família não permite, ele foi muito triste, e ali parecia que tinha terminado.⁷⁷³

Meses depois, o casal se reencontrou, e Osmar decidido a enfrentar o pai da moça, foi até a residência de José Broitman, que o recebeu surpreso:

Aí eu pedi a mão dela [tento obter detalhes] aí ele disse — por que nós temos outra religião. Mas eu já tinha a conversão amarrada, tinha tudo pronto, quando ele falou que a religião era outra, (eu falei) e se por acaso eu me convertesse a sua fé? Ele disse prontamente — aí tudo bem. Eu já estava com tudo amarrado, porque eu me relacionei desde sempre com judeus, tinha muitos amigos judeus e já estava tudo pronto pra me converter e quando ele disse que era possível, acabou. Eu cheguei a colocar aliança naquele dia.⁷⁷⁴

No entanto, a conversão não foi muito fácil. Alguns rabinos não aceitaram ministrar os ensinamentos e Osmar, que contou com a ajuda de outros amigos médicos também judeus, encontrou acolhida no Centro Israelita Brasileiro (CIB):

(...) E Aí dentro do Meier conheci um outro judeu, Sami Passi, judeu grego, bonito, cabelo preto, olho azul, aí fui lá e vi o rabino Meir Maslih Lia Melamed (?) que era o grão rabino, o rabino do Centro Israelita Brasileiro, então ali, fiz todo um estudo sobre as tradições. Eu ia com ela e aproveitava pra namorar, então aprendi as tradições, acho até que passei muito das tradições pra ela. (...) eu fiz todo o cerimonial, a imersão no Talmud Tora, quando a pessoa entra numa piscina e lá faz o pacto de Abraão, mas eu já tinha feito a circuncisão, então foi mais simples pra mim, foi um cerimonial completo na frente de três religiosos que me deram um diploma escrito 1º em português, depois em espanhol, o que foi confirmado pelo rabinato da Argentina. Então fiquei considerado judeu podendo “hasta casar com la hija de um Cohen”, então acabou toda a reação, casei no Grande Templo, na (rua) Tenente Possolo, no Rio.⁷⁷⁵

Os exemplos dados referiram-se todos a casamentos mistos onde um dos conjuges aceitou a conversão. Houve casos, realmente, em que a opção pela mudança religiosa não aconteceu, transformando-se em barreira para o conjuge de religião diferente penetrar no mundo judaico. Entretanto, em Niterói, o casamento endogâmico foi predominante na segunda geração. O que já não se pode dizer das gerações seguintes.

Todavia, antes mesmo do casamento misto se tornar um problema, é preciso considerar que a comunidade de Niterói já havia vivido mudanças significativas, expressadas pelos novos arranjos associativos e pelas prioridades eleitas nas associações da década de 1960, da qual a Hebraica e a ADAF são os exemplos.

As novas gerações se distanciaram no tempo das gerações pioneiras pelo processo ativo de assimilação cultural. Esse distanciamento reverberou no esvaziamento do quadro de sócios da associação, fenômeno que sucedeu a todas as instituições judaicas do Rio e de Niterói.

Em suma, e para não perder o hábito, voltemos à epígrafe que inicia o capítulo: “*os homens se parecem mais com o seu tempo do que com seus pais*”

Nas páginas seguintes algumas imagens do CIN:



Foto 48: Interior da sinagoga do CIN.



Foto 49: CIN: Pálio.



Foto 50: peça em marcheteria com incrustações de metal dourado (?) e pinturas rituais, construída por Idel Perelman para a sinagoga que mantinha em sua própria casa e posteriormente integrada à do CIN, conforme depoimento de Arnaldo Risemberg



Foto 51: Pared de Your-Tzait: cada retângulo celebra a passagem de aniversário de falecimento de associados. Arquivo CIN.

A guisa de conclusão do capítulo, retomemos a discussão introdutória sobre os lugares de memória.

De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória são espaços de socialização de uma dada experiência histórica que se projeta do passado para o presente, construindo um forte laço de pertencimento entre as gerações. Mas como trançar esses fios se a vida associativa foi reduzida, no presente, aos domingos, e a morte levou grande parte dos pioneiros?

Assim como a memória individual, os lugares de memória também estão em permanente construção, e atentos à dinâmica dos processos sociais reinventam-se constantemente, num vai e vem de memória à história, do passado ao presente e do presente ao passado, por intermédio de uma sistemática ritualização da memória.

Vale dizer, como afirma Michel Pollack, que existem elementos irreduzíveis da memória que consistem em acontecimentos vividos pessoalmente ou coletivamente pelo grupo; acontecimentos vividos por tabela que acabam constituindo-se numa memória herdada; e a existência de uma memória constituída de pessoas, cuja experiência de vida é projetada do passado para o presente a partir de um intenso processo de rememoração⁷⁷⁶.

A constante rememoração do passado, as referências aos pioneiros, a distribuição de moções de agradecimentos a sócios ainda vivos e falecidos, a manutenção de corais, são provas incontestes da ação da mencionada ritualização da memória.

Posto isso, acredito que podemos afirmar inequivocamente que a ADAF, o CIN, e também a Sociedade Hebraica de Niterói podem ser entendidos como lugares de memória da coletividade, veículos de transmissão e atualização de uma dada identidade (identificações), âncora que carrega o mito das origens (do grupo), de forma a tecer hodiernamente os fios da continuidade.

7. AS MULHERES, O ATIVISMO E A MEMÓRIA

Pode ser duro ser judeu, mas é mais duro ainda ser judia (GREEN, 1991, p. 257)

Nancy Green introduz seu texto, *A Formação da Mulher Judia*, no clássico História das Mulheres⁷⁷⁷, com a máxima: “*pode ser duro ser judeu, mas é mais duro ainda ser judia*”. A frase, impactante, é sentença definitiva para demarcar a realidade das mulheres sob o judaísmo religioso, quando a exclusão era a característica da vida feminina, tanto na sinagoga como na própria cultura judaica.

A separação religiosa determinada pela lei obrigava homens e mulheres a exercerem papéis diferenciados: aos primeiros cabia a reflexão teórica sobre os preceitos, às suas parceiras cumpria o dever da sua execução tal “*como guardiãs do ritual e do lar kosher*”⁷⁷⁸. Restava a elas, portanto, a prática de uma religião doméstica, que contraditoriamente à sua exclusão formal, lhes conferia grande poder no cotidiano com a transmissão de um saber informal.

Essa realidade, porém, começou a modificar-se no decorrer do século XIX, para o que concorreram, por um lado, os fenômenos do liberalismo e do socialismo, e por outro, a reforma do judaísmo influenciada pela *Haskalá*⁷⁷⁹ que, ao produzir uma nova síntese entre tradição e modernidade provocou “*uma mudança de atitude face ao papel da mulher na sociedade judaica*”⁷⁸⁰.

Green assinala, ainda que, “*a diáspora moderna, a migração maciça de judeus do leste para o oeste no final do século XIX e no início do XX, trouxe consigo os germes de uma mudança ideológica a respeito das relações entre os sexos.*”⁷⁸¹

Na bagagem dessas emigrantes, além das questões de gênero, conflitos de classe e questões políticas-ideológicas atuaram para conformar nos contextos de inserção, um novo tipo de mulher. Em Niterói não foi diferente. Descobrir quem eram essas mulheres e que tipo de (des) equilíbrio as novas emigrantes construíram para si, na cidade que as acolheu, é um dos objetivos desse capítulo.

Todavia, a discussão das relações de gênero no interior da coletividade judaica de Niterói tende ainda a atingir outro ponto, qual seja, o de buscar o registro mais completo possível da trajetória dos judeus na cidade.

As transformações da historiografia das últimas décadas, especialmente aquela que se relaciona ao desenvolvimento dos estudos culturais, da história do cotidiano e da história das mulheres, basearam-se na fragmentação e descentralização do sujeito universal do conhecimento o que repercutiu na descoberta de novos agentes históricos, anteriormente excluídos, neste caso as mulheres, mas também os grupos étnicos, as minorias, entre outros.

No que se refere à trajetória das judias de Niterói, o exame superficial das fontes sugere o que o adensamento da pesquisa concluiu: elas foram ativistas incansáveis! Trabalharam tanto ou mais do que seus parceiros. Porém, a julgar pelas narrativas contidas nas fontes escritas, especialmente os livros de atas da BDF, e nos depoimentos, seu lugar restringia-se à cozinha, no preparo dos banquetes e festas com que comemoravam seus eventos e sublinhavam sua identidade.

Uma análise acurada das fontes, senão desconhece a importância da cozinha e do banquete como parte de um saber, isto é, de uma especialidade feminina, desentroniza-o como lugar privilegiado, e sugere o espaço do associativismo e da filantropia como a marca da atuação das mulheres na cidade. Paralelamente, denuncia as relações assimétricas de poder entre os homens e mulheres da coletividade.

Assim, é possível afirmar que as israelitas de Niterói não se conformaram em exercer papel secundário na vida comunitária. Progressistas ou sionistas, religiosas ou laicas, fundaram suas próprias associações, dirigiram-nas, ao mesmo tempo em que se alinharam a outros movimentos de mulheres do mesmo grupo étnico, tornando-se assim, autônomas em relação aos seus parceiros do sexo masculinos.

A visibilidade de suas associações evoca mais uma vez a questão da consciência de gênero⁷⁸², não por mera oposição reducionista à dominação masculina⁷⁸³, mas no sentido de se reconhecer a expressão política da assimetria e da hierarquização presentes nas relações sociais entre os homens e mulheres, no período estudado.

Portanto, ao analisar a trajetória das mulheres do grupo, procurei distanciar-me de concepções que refletem a história das mulheres como mero apêndice de uma narrativa mais geral, e além de destacar suas vivências ao “*nomear, identificar, quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instâncias, nos papéis que lhes são próprios*”⁷⁸⁴, procurei refleti-las, sobretudo, como categoria política⁷⁸⁵.

Merece consideração também, a existência de uma diferença substancial entre a práxis adotada pelas senhoras da coletividade, independente de seus recortes ideológicos, com relação àquelas praticadas pelas imigrantes de outros grupos étnicos, como portuguesas, espanholas e italianas.

Se em ambos os casos é na esfera do cotidiano que todas podem ser encontradas, as judias em geral não foram bordadeiras como as madeirenses; costureiras, lavadeiras, passeadeiras e empregadas domésticas como espanholas, italianas e portuguesas. Muito menos perseguiram a lavoura como italianas e japonesas. O mundo delas, mesmo que na esfera privada era o da leitura, do teatro e da ação política. Essa práxis encerra, por conseguinte, uma modernidade de comportamento que as diferenciam das demais, exigindo o exame percuciente desse fenômeno.

Há, ainda, um ponto a ser abordado antes de encerrar este preâmbulo. Desde o início as mulheres, tanto como narradoras como personagens dessa história, se destacaram como guardiãs da memória, “âncoras” que conservam uma experiência histórica que se projeta do passado para o presente, inacessível aos mais jovens⁷⁸⁶. Este foi o caso já citado de Judith Zonensein, Sara Rabinovici, Ilsa Sipres, Roland Fischberg, entre outras.

Essas senhoras, vigilantes com a transmissão da memória para as gerações futuras, praticam uma intensa rememoração⁷⁸⁷ dos acontecimentos vividos pessoal ou coletivamente, socializando ainda, a memória herdada de antigos companheiros.

Oráculos da comunidade⁷⁸⁸, e mediadoras da memória, as narrativas dessas mães, mulheres, ativistas, e cidadãs vêm cumprindo ao longo das últimas décadas, a função de estreitar os laços de pertencimento entre as gerações.

A relação desenvolvida entre essas senhoras e os deveres da memória obriga a perguntar o porquê a dinâmica interna da coletividade, entendida como uma construção social, reservou essa tarefa para as mulheres?

Perscrutar as relações entre mulher e memória, no caso da coletividade judaica de Niterói, é outro objetivo contemplado no capítulo.

7.1. Questões de Gênero e História

Conforme demonstrado no capítulo 4, o mundo dos prestamistas e lojistas de Niterói foi predominantemente masculino⁷⁸⁹. Dos 296 indivíduos identificados como prestamistas e lojistas, apenas 23 eram mulheres, ou seja, 7,7% do total. Destas, pelo menos quatro pioneiras assumiram a função de chefe de família, com a morte dos respectivos maridos. As demais se ombraram aos companheiros para prover a casa, quase sempre como ambulantes. Outros casos, como o de Sara Hasson, foram observados. Integrante da 1ª geração, sefaradi, não foi prestamista, atuou no posto de cobradora das sociedades de beneficência judaicas em Niterói, no contexto da doença e morte do marido⁷⁹⁰.

É importante registrar que o exame em fontes como o Almanack Laemmert, ou similares correspondentes à capital fluminense, no período estudado, não relacionaram em suas páginas, a presença de mulheres como comerciantes, independente da etnia. Eram todos homens. Esses dados evidenciam, portanto, o mundo do trabalho formal, naquele período, como um lugar masculino, e sugerem a necessidade de buscar em outros locais a presença da mulher.

No caso das judias, à semelhança das portuguesas, italianas e espanholas, seria possível supor que as mulheres que emigraram entre os anos de 1910 e 1940, teriam auxiliado seus companheiros, no âmbito das lojas, como vendedoras ou caixeiras. Da mesma forma, na esfera privada, caberia conjecturar a hipótese do trabalho domiciliar⁷⁹¹, como costureiras, ou ainda, o trabalho doméstico como lavadeiras, cozinheiras ou empregadas. Todavia, tanto as fontes escritas como as orais, pouco informaram do labor feminino da geração pioneira.

As fontes orais, de modo geral, atestaram a ausência da mulher do mundo formal do trabalho⁷⁹² ao asseverar que as pioneiras da primeira metade do século XX viviam encapsuladas no núcleo familiar, circulando ainda, nos limites da comunidade de origem.

Zilda Michmacher, nascida na Polônia, em 1920, e sua irmã, Sara, emigraram para o Brasil, em 1933, aos 13 e 15 anos respectivamente, oportunidade em que reencontraram a família já estabelecida no país. Zilda afirmou que na Varsóvia das suas lembranças, não era costume a mulher trabalhar fora, mas a casa, tanto para homens como para mulheres era espaço de trabalho: oficina⁷⁹³.

Zilda e Sara, logo que aprenderam as primeiras palavras no Brasil, passaram a fazer compras para a mãe e ir à rua quando necessário. O pai realizava sua jornada como prestamista. A vida da mãe, Srula Mirla Lipster, que mal falava português, era cumprida nos limites estreitos da casa, velando por sete crianças.

Também Judith Zoninsein, filha de imigrantes, e nascida em 1922, recorda-se da mãe dentro de casa. O pai, que então se afirmava como comerciante, Jacob Tubenchlak, ia para a loja diariamente. Sua mãe, Clara Herman, natural de Sfar, na Palestina, chegou ao Brasil por volta de 1917 ou 1918, e casou-se com Tubenchlak em 1919. Entre 1920 e 1936, o casal teve treze filhos.

A gigantesca prole poderia servir de justificativa para Clara viver “dentro de casa”. Embora isso não deixe de ser verdade, Clara era diferente das outras imigrantes de sua época. Na Palestina estudou na escola da Alliance Israelite Universelle⁷⁹⁴. No Brasil, casada com um judeu laico, pouco interessado na vida comunitária, pode dar continuidade ao seu gosto pelos estudos. Enquanto esperava filhos, lia. A casa estava entregue aos cuidados da negra Beatriz, sem rotinas e horários rígidos. Por conseguinte, a filha Judith, não teve educação judaica ortodoxa, com a qual se familiarizou somente após o casamento. Com a mãe, aprendeu a amar o teatro, a literatura e o cinema, transformando-se na idade adulta numa das precursoras do teatro de fantoches do Rio de Janeiro.

Já Zilda Graber, uma das mais eminentes ativistas da BDF, tricotava gravatas desde menina. Nascida em 1906, foi operária em Varsóvia até emigrar. Em 1933, veio para o Brasil a fim de se reunir ao marido Simon, bundista e ex-presidente de um sindicato de metalúrgicos na Polônia. De acordo com sua filha Edna, 68 anos, Zilda jamais trabalhou fora de casa, e em Niterói, dividiu seu tempo entre o ativismo e a criação dos filhos⁷⁹⁵.

Caso semelhante foi o de Sofia Rubens, outra importante ativista da BDF. Quando mocinha, na cidade de origem Brest-Litovsk, na Polônia russa, costurava uniformes de cossacos na oficina da família. Porém, ao emigrar com a mãe e os irmãos em 1927, manteve-

se afastada das ruas, mergulhada na casa. Após o casamento em 1928, jamais trabalhou fora, e assim como d. Zilda Graber, dividiu seu tempo entre a cozinha e o ativismo⁷⁹⁶.

Também Sara Chachamovitz conheceu a reclusão do lar. Nascida na Rússia, teve boa educação e foi bancária antes de emigrar⁷⁹⁷. Ao radicar-se em Niterói, após a emigração, jamais trabalhou fora, dedicando-se como as demais a casa, aos filhos e às atividades filantrópicas.

Portanto, ainda que não tenha possibilidade de dialogar diretamente com elas, é possível ouvir suas vozes e recuperar suas histórias através dos depoimentos de suas companheiras que sobreviveram, e da 2ª. geração. Além disso, a existência de registros escritos, embora descontínuos e diversificados, asseverou a pouca visibilidade das judias no mundo do trabalho, e a constatação da sua ausência da esfera pública⁷⁹⁸. Convém registrar também, que na capital fluminense, entre as décadas de 1910 e 1940, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, eram limitadas as possibilidades de trabalho para o sexo feminino, o que pode ter inviabilizado suas tentativas de integração econômica.

Afastadas do mercado de trabalho e encerradas no âmbito do privado, é preciso apontar o primado da casa na vida da maior parte das judias adultas que emigraram naquela época, e isso remete a outra questão, qual seja, o modelo familiar construído pelos casais emigrantes do período.

Edna Graber, em seu depoimento, além de ratificar a presença da mãe, dentro do lar, cercada pelos filhos, afirmou o papel do pai como provedor: “*Não, mamãe nunca trabalhou fora, nunca! [dessa geração] não, e papai era muito tipo: eu sou o chefe da casa*”⁷⁹⁹.

Sara Groisman, 72 anos, filha de Sofia Rubens, ressaltou em sua entrevista, o patriarcalismo imperante no seio das famílias judaicas. Sofia, Velmovitsky de solteira, emigrou com a mãe Laja Mindl, e os irmãos Peysach (Pedro), Jacó e Fany, ao encontro do irmão Max, que aquela altura já era casado e pai de cinco filhos.

Preocupado com a situação da irmã, “*na idade de casar*”, Max conseguiu mandar uma carta de chamada para o noivo de Sofia, em delicada situação na Polônia. Com a chegada de José Rubens, o prometido, ele ordenou o imediato casamento dos dois. Desde então, Sofia, além de cuidar dos filhos, tratava e cozinhava para os irmãos solteiros até casarem-se.

Arnaldo Welmowick, 56 anos, integrante de uma ala mais jovem da segunda geração, relembrou os papéis desempenhados pelos pais, no cotidiano da família:

era uma família do tipo tradicional antigo, mas sem nenhuma expressão de dominação. Parecia que os papéis eram absolutamente cumpridos sem conflito, ou seja, meu pai era o provedor, imigrante que conseguiu uma lojinha, progrediu, saiu da Rua Visconde de Sepetiba, comprou um apartamento em Icaraí. Esse apartamento pequeno ainda, mas de lá comprou um de 4 quartos, teve carro, eu fui acompanhando essa evolução clássica. Minha mãe, ela fazia o papel da mãe, de cuidar..., levar os filhos, dar educação, roupas, médicos, aquela coisa muito tradicional.⁸⁰⁰

As fontes evidenciam, portanto, uma tendência ao desenvolvimento de relações tradicionais, altamente hierarquizadas entre os casais. Essas relações, tanto repercutiam o modelo familiar da época, como remetiam às vivências culturais desses emigrantes na terra de origem.

Nancy Green, ao analisar a educação da mulher no *shtetl*, a quase mítica aldeia judaica da Europa oriental, destacou as relações tradicionais entre os sexos. Ao contrário dos homens, que eram superestimulados a estudar, as mulheres quase sempre eram analfabetas, e quando iam à escola, era para aprender o suficiente para ler, talvez escrever ídiche e memorizar as orações⁸⁰¹.

Oriundas desta realidade, as pioneiras que se radicaram em Niterói nas primeiras décadas do século XX, trouxeram na bagagem esse modelo de relações familiares, que reproduziram, em parte, com seus companheiros e filhos.

Todavia, a mesma realidade social que subjugava as mulheres a papéis sociais em que se evidenciava a dominação masculina, criou possibilidades da sua participação nas transformações que estavam em curso, em todo o mundo judaico da época, onde o debate sobre a educação, a laicização da cultura, o socialismo e sionismo se misturavam.

Uma vez mais, é no texto de Nancy Green que encontramos respostas para as questões levantadas. Segundo a autora, a ilustração judaica começou a atingir o *shetl* por volta dos anos de 1870/80, trazendo consigo a tese da emancipação dos judeus como elemento fundamental para eliminação do anti-semitismo e integração da cultura judaica ao mundo ocidental. A proposta de modernização e ocidentalização da religião e dos costumes tinha na educação, o seu meio de realização:

a reforma educativa foi mais uma vez, uma questão crucial, levando a acalorados debates sobre quais os assuntos que deveriam ser ensinados (tanto seculares como religiosos?), em que língua (hebraico, russo ou ídiche?), segundo que tendência política (bundista ou sionista), mas também a quem (tanto raparigas como rapazes?)⁸⁰²

Em todo tempo excluídas da educação formal, as judias da Europa oriental começaram, em maior ou menor grau a freqüentar escolas, e participar do “*debate sobre o valor da educação para as mulheres e da educação secular em geral*”.

Green assinala ainda, que muitas jovens da burguesia esclarecida russa, por exemplo, foram beneficiadas nos poucos anos do reinado de Alexandre II (1855-1881), com acesso a escolarização completa, e até a universidade⁸⁰³. De acordo com a autora, após a morte do czar e da drástica limitação do número de estudantes judeus admitidos nas universidades locais, muitas judias russas, tal como seus irmãos, também emigraram em busca de educação, e “*na universidade de Paris, entre 1905 e 1913, as judias russas e romenas constituíam mais de um terço da população estudantil feminina e aproximadamente dois terços do total das estudantes estrangeiras.*”⁸⁰⁴ Em todo o império austro-húngaro, afirma a autora, um número duas vezes maior de moças do que de rapazes, estavam matriculadas nas escolas oficiais⁸⁰⁵.

Entretanto, o debate sobre a educação, não se limitou às sociedades de origem: chegou às terras de acolhimento, inscrito no desejo de cada emigrante judeu, e pode ser em parte, o responsável pelo elevado número de judeus, sobretudo, de segunda geração, que vão cursar a universidade. Mais do que acesso ao mercado de trabalho, a educação formal representou para esses grupos, tanto individual como coletivamente, a modernização e ocidentalização do comportamento e da cultura, assim como, a aquisição da cidadania. A universidade foi, portanto, uma das vias para emancipação feminina, no período.

As judias da Europa oriental, porém, se viram ainda, confrontadas contra outros modelos possíveis para emancipação: a prostituição⁸⁰⁶ e a revolução.

De acordo com Green, o modelo mais radical, o das revolucionárias, propiciou uma mudança de essência na relação entre os sexos:

as judias revolucionárias, embora poucas em números absolutos, impressionavam como um outro modelo radical de emancipação feminina, invertendo os papéis tradicionais dos dois sexos, exigindo igualdade na esfera pública, rejeitando a separação, e mesmo ostentando o amor livre. Aproximadamente um terço dos membros do bund, desde sua formação em 1897, eram jovens trabalhadoras e nos

grupos sionistas rivais, as mulheres ocupavam também um lugar proeminente. O aspecto mais importante deste novo papel para a mulher era talvez a maior visibilidade do seu papel na vida pública e mesmo na vida política. (...) a nova mulher judia começava já a tomar forma na Europa oriental⁸⁰⁷

Portanto, as pioneiras da emigração judaica em Niterói, independente da formação educacional, refletiam em suas idéias e atitudes, o conjunto de questões que incidiam sobre a condição dos judeus no final do século XIX, e em particular sobre a mulher: o problema da emancipação feminina.

Ao lado de todas essas questões, a experiência da emigração desempenhou papel decisivo na “libertação” feminina, e na construção de um novo padrão de relações entre os sexos. De acordo com Nancy Green:

Para as mulheres, a emigração podia significar submissão e dependência ou podia significar emancipação. Homens e mulheres estavam agora frente a frente num novo terreno, onde o modelo tradicional tinha há muito sido abandonado.⁸⁰⁸

A nova vivência permitiu às mulheres libertarem-se do peso da tradição. Assim como inúmeros homens abandonaram ainda nos navios, suas marcas de pertencimento ao judaísmo ortodoxo, incontáveis mulheres “*livraram-se pelo caminho das suas perucas religiosas*”.⁸⁰⁹

Não se trata, pois, de silogismo. As emigrantes judias que atravessaram o oceano em busca de uma vida melhor, seja por vontade própria, seja para acompanhar pais ou maridos, trouxeram as influências das transformações em curso no mundo judaico, naquele contexto⁸¹⁰, assim como tiveram que se defrontar com uma nova realidade: o desenvolvimento de uma rede escolar pública, laica, e algumas vezes mistas, que impingiu uma vez mais, o problema da educação formal às mulheres judias, com extensa repercussão na dinâmica das relações familiares e de gênero.

No caso do Brasil, ao longo da década de 1930, e particularmente, durante o Estado Novo (1937-1945), a elaboração de um conceito de “cultura brasileira” e de uma política educacional voltada para homogeneização e unificação do cidadão, deram o tom da padronização cultural em curso no período:

O Ministério [educação e Saúde, 1934] procurou sedimentar o projeto estadonovista de afirmação da nacionalidade de dois modos: priorizando sua missão educacional, propriamente dita; e patrocinando a ‘alta cultura’. No primeiro caso procedeu-se às reformas do sistema de ensino que, culminando na Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) unificaram-se em todo o país. Tratava-se de formar uma mentalidade comum à juventude mediante à uniformização dos procedimentos pedagógicos e da padronização de conteúdos, currículos e livros didáticos impostos em âmbito nacional. Buscou-se também erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais visando, sobretudo, os núcleos de emigração alemã no sul, bem como grupos representativos da cultura afro-brasileira.⁸¹¹

Tratava-se, portanto, de formar o novo homem brasileiro, ao eliminar as diferenças e padronizar os comportamentos e culturas. Homens e mulheres judeus não vão escapar ilesos de todo esse processo. Mesmo as pioneiras que chegaram adultas, analfabetas ou semi-analfabetas, defrontaram-se com essa realidade ao matricular seus filhos nas escolas primárias. É a partir desse momento que os filhos, e sobretudo as filhas, começaram a se diferenciar dos pais.

Nancy Green, ao estudar o caso dos judeus em Nova York, no início do século XX, analisou o impacto da educação formal nos descendentes de judeus, fornecendo outros subsídios para refletir a questão:

O lar, esfera da mulher, tem sido frequentemente idealizado. De facto ele continuava como um lugar de continuidade cultural. No entanto a experiência da emigração interferia com a serena transmissão da informação de mãe para filha: ‘Eu sou uma americana, tu és uma recém chegada’ gritava uma filha frustrada; ‘nem sequer entendes o que digo’. A migração provocou uma inversão dos papéis educativos. Agora as crianças ensinavam os pais e encarregavam-se de certas tarefas de adultos devido ao seu maior domínio de inglês. Conflitos de geração surgiam sobre questões relacionadas com a separação dos sexos e as oportunidades educacionais.⁸¹²

Essa foi a realidade da maioria das filhas de pioneiras dos primeiros decênios do século XX, e daquelas que emigraram crianças e puderam se beneficiar da educação formal, senhoras que hoje estão na faixa dos 75 - 85 anos. Tais mulheres, contrariando o modelo familiar, abriram as portas da casa para a rua, configurando, enfim, um novo tipo de mulher judia. As trajetórias de Zilda Michmacher, Sara Rabinovici, Judith Zoninsein, Ássia Lempert, Belinha Gack, e Sara Groisman, entre outras, remetem para essa transformação.

Enquanto Zilda e Sara, emigraram meninas ainda, as demais nasceram em Niterói, na segunda década do século XX. Em comum entre elas, o ingresso obrigatório no sistema escolar brasileiro, através das redes pública e/ou particular de ensino. As primeiras,

entretanto, entraram no mercado de trabalho, mais tarde, já casadas e com filhos crescidos, limitando-se a uma atuação pontual como prestamista e/ou lojista. As outras, envolvidas no processo de afirmação da nacionalidade em curso, e beneficiadas tanto pela aquisição da educação formal, como pelos primeiros êxitos econômicos dos pais, puderam completar os estudos, inserindo-se plenamente na economia.

Judith Zoninsein, Ássia Lempert e Belinha Gack, por exemplo, semelhantes à boa parte das mulheres da sua época, introduziram-se no mercado como professoras, e alcançaram sua emancipação social e econômica através do serviço público⁸¹³, profissões abertas às mulheres naquele contexto. Sara Groisman, 74 anos, foi uma exceção. Incentivada pelos pais, José e Sofia Rubens, alcançou o ensino superior, graduando-se em Farmácia e atuando como bioquímica de laboratórios importantes.

Portanto, a emigração cumpriu um papel transformador na vida dessas mulheres emigrantes, permitindo-lhes através do sistema escolar, romper com o modelo familiar anterior, o que se tornou comum na segunda geração.

Contudo, o problema da emancipação feminina, inscrita nos traços culturais das pioneiras, não se restringiu à questão da promoção da educação universal e laica, envolveu também o fenômeno da ação social das mulheres e a sua lenta, mas progressiva conquista do espaço público.

Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot, ao longo do século XIX:

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar sua influência até às portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma consciência de gênero. Tentaram sair daí para terem, finalmente um lugar em toda parte. Sair fisicamente, deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos — um café, um comércio — viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado.⁸¹⁴

Neste sentido, a filantropia, conforme se desenvolveu no novecentos, teve impacto profundo na vida das senhoras e moças da época, repercutindo ao longo de todo o século XX, nas associações de mulheres, e representando seu passaporte para à esfera pública.

Entendida, inicialmente, como “*gestão privada do social*”, a filantropia foi percebida como um lugar primordialmente feminino e de ação caritativa a hospitais, abrigos infantis, e distribuição de fundos. Tratava-se, na prática de transferir o know how adquirido no serviço

da casa, em favor daqueles material e moralmente mais necessitados.⁸¹⁵ Essa experiência, segundo a autora, representou uma mudança da percepção feminina do mundo, de si mesmas e das suas capacidades de inserção social⁸¹⁶.

Pouco a pouco, porém, a filantropia, esse “primeiro despertar para si feminino”, ganhou corpo e se converteu em ação social, demarcando uma mudança de atitude das mulheres com relação aos papéis sociais desempenhados por ambos os sexos.

De acordo com Perrot, porém, à medida que a questão social tomou vulto, na segunda metade do século XIX, os homens esforçaram-se para empurrar as mulheres de volta para casa, ao assumirem a liderança das instituições de assistência social, e também ao fecharem os sindicatos para elas.

Nessas condições, as viagens, e sobretudo, as migrações que começaram a ocorrer no final do novecentos (1880-1930), transformaram-se em outra fronteira para o alargamento do espaço feminino, tanto para aquelas que não saíram do local em que viviam, como para as que emigraram em direção ao “novo mundo”. Para as primeiras, a emigração de pais ou maridos, ofereceu a oportunidade de controlar a casa e a economia do lar, revestindo-se também do papel de defensoras da tradição familiar e local, o que alterou visivelmente as relações entre maridos e esposas. Finalmente, para aquelas que aceitaram emigrar, se produziu o cenário da ruptura:

(...) interessa-nos aqui a viagem-ação, aquela através da qual as mulheres tentam uma verdadeira saída para fora dos seus espaços e dos seus papéis. Para essa transgressão é preciso uma vontade de fuga, um sofrimento, a recusa de um futuro insuportável, uma convicção, um espírito de descoberta ou de missão.⁸¹⁷

A emigração, e toda a experiência que a acompanha: a lógica do desenraizamento/enraizamento que medeia a inserção na nova realidade, acabou por forçar as mulheres à transgressão dos papéis sociais que estavam acostumadas a representar. O novo mundo foi, portanto, o cenário perfeito para a elaboração de novas relações de gênero.

Nancy Green adverte, porém, para o fato de que a emigração poder ter atuado, simultaneamente, no reforço da submissão feminina ao domínio masculino, assim como no esforço para a emancipação das mulheres⁸¹⁸.

A experiência das judias de Niterói parece, em parte, ter reproduzido esse dilema na geração pioneira. As mães de nossa (o)s depoentes aparecem, como já foi dito anteriormente, encapsuladas na casa, limitadas pela fala, e submetidas ao modelo patriarcal trazido da sociedade de origem. Nesse sentido são quase invisíveis. Porém, ao se examinar os livros de atas das associações judaicas, os arquivos particulares, e mesmo os depoimentos, descobre-se a outra “casa” dessas senhoras: as associações femininas, verdadeiro espaço de transgressão dessas mulheres.

Michele Perrot assinala, ainda, que no processo de alargamento dos espaços e dos limites de ação, as judias tiveram destaque:

As mulheres russas e judias, frequentemente confundidas, merecem uma atenção especial. Foram mais do que qualquer outras, rebeldes, e sua influência foi considerável, como demonstrou (...) Nancy Green: ‘Não quero apenas o trabalho e o dinheiro, quero a liberdade’, dizia uma migrante judia ao chegar a Nova York.⁸¹⁹

Assim, as judias adultas que se radicaram em Niterói, no período estudado, inicialmente fechadas no lar, também retiraram dos seus baús, a fé no associativismo como forma de levar aos desvalidos do seu meio, a solidariedade que precisavam para iniciar a vida no país desconhecido.

Se a educação formal foi a marca principal da segunda geração de mulheres judias, o ativismo foi a grande qualidade das pioneiras, que legaram estruturas organizacionais muitas sólidas às filhas. Dessa forma, as mulheres do grupo, ascenderam ao espaço público, e integraram-se à sociedade brasileira, herança que deixaram às filhas e netas, diretamente beneficiadas pela associação entre educação e ativismo.

Em Niterói, é somente através das associações femininas que podemos ver suas faces. Invisíveis no trabalho das ruas serão visíveis nas atividades filantrópicas e culturais. Esse foi o nexo para a mudança das relações entre os sexos, e, por conseguinte, da gênese de um novo modelo familiar.

7.2 AS JUDIAS DE NITERÓI: ATIVISTAS INCANSÁVEIS

Fania Fridman, em seu livro Paisagem Estrangeira, listou um conjunto impressionante de 92 instituições judaicas, no Rio de Janeiro, entre 1910-1940. Estas organizações, que podem ser subdivididas nas categorias de: clubes, escolas, bibliotecas e livrarias, jornais e revistas, tipografias, partidos e agremiações políticas, centros sionistas, sinagogas e locais de culto, entidades de ajuda mútua, incluíram a atuação de homens e mulheres, sendo algumas especificamente femininas.

Ao contrário da maioria que desapareceu, as instituições femininas permaneceram na paisagem carioca, alcançando resistir ao tempo e suas transformações. Além de cumprirem um papel inscrito na “*tzedaká*” e “*chessed*”, justiça e benemerência, da tradição judaica⁸²⁰, foram portadoras desde seus primórdios de uma forma embrionária de consciência política das mulheres, o que seu espírito de independência e autonomia acabou por evidenciar.

Rachelle Dolinger, no livro Mulheres de Valor, presta homenagem às pioneiras da comunidade judaica carioca, e recupera detalhes de nada menos que 12 organizações femininas, a saber: Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB), Kinderland, Lein Kraizen, a Wizo-RJ, a Na’amat Pioneiras, Grupo Cecília Meireles; Clube Azul e Branco; Liga Feminina do Brasil; Emunah; Froien Farain; Lar da Criança Israelita Rosa Waizman; e a Sociedade das Damas Israelitas Bnei Herzl. Destas, interessa-nos olhar mais perto, aquelas que vão ganhar corpo em Niterói, no período estudado: o Froien Farain, a Wizzo, Na’amat Pioneiras, e a AFIB.

Importa destacar, que o associativismo feminino assim como o masculino, foi recortado pela profunda cisão ideológica que caracterizou o mundo judeu no período estudado. Instituições progressistas e sionistas de direita e de esquerda se multiplicaram por toda a coletividade carioca, entre os anos de 1910 e 1960. Vejamos.

Em 1919, seis senhoras emigrantes preocupadas em apoiar os recém chegados, oferecer-lhes hospedagem e trabalho, fundaram a Sociedade das Damas Israelitas, denominada em ídiche, “**Froien Farein**”⁸²¹.

A criação desta primeira forma de associação, oficializada em 6 de março de 1924, respondeu também à necessidade da comunidade judaica da época, de se desassociar das questões relativas à prostituição feminina, que incidia sobre jovens russas e polacas, muitas das quais judias⁸²². Conforme examinou Beatriz Kushnir, em seu livro pioneiro sobre as

prostitutas judias: “na verdade para certos setores da comunidade oficial era importante diferenciar-se a todo custo do outro lado.”⁸²³

Em franco processo de ascensão social, a comunidade judaica carioca desejava ver-se livre das investidas policiais contra aqueles imigrantes considerados “indesejáveis”⁸²⁴, como cáftens, prostitutas, caftinas, e também comunistas, e socialistas, que misturavam-se à multidão de clientelchkes, lojistas, operários e moças israelitas, em uma época de contínuas intervenções do poder público para normatização da cidade .

Conhecidas pelo epíteto de “polacas”, as prostitutas judias eram consideradas a vergonha da comunidade. Cabia, pois, oferecer algum tipo de proteção a essas jovens, além de denunciar internacionalmente a prostituição de mulheres da Europa Oriental. A Sociedade das Damas Israelitas, e a Sociedade Beneficente Israelita de Amparo aos Imigrantes⁸²⁵, cumpriram, em parte, essa função.

As Damas Israelitas também foram responsáveis pela criação, em 1937, do Lar das Crianças, hoje conhecido com Lar da Criança Israelita Rosa Waisman, para abrigar crianças pobres da comunidade.

No ano de 1926, Scylla Schneider, Berta Aizemberg, Gilda Galper e Rebeca Borshiver criaram a **Organização Sionista Feminina Wizo**, ligada à Wizo mundial, fundada em Londres, em 1920. Na ocasião, seus estatutos previam, entre outros pontos:

organizar cursos e conferências sobre cultura e tradição judaicas, criar bibliotecas, editar boletins, periódicos e livros, propagar entre os seus associados a cultura judaica e fomentar o interesse pelos problemas judaicos bem como pelas questões nacionais brasileiras, cooperar com as sociedades congêneres no país, e intensificar o intercâmbio cultural entre o Brasil e Israel.⁸²⁶

Na atualidade, conforme explicou Rachelle Dolinger, a declaração de princípios da Organização Feminina Wizo do Rio de Janeiro, define a instituição como:

organização judaico-sionista apartidária, de caráter sócio-cultural, cuja finalidade é congrega as mulheres, conscientizá-las da sua responsabilidade em relação à continuidade do judaísmo, e fortalecer os laços com Israel⁸²⁷.

Durante o Estado Novo (1937-1942), a wizo, assim como todas as associações judaicas foram proibidas de expressar em seu nome, o título de sionista. Durante esse interregno, a Wizo passou a denominar-se **Escudo Vermelho de Davi**, numa dupla alusão a sua filiação à Cruz Vermelha, e também a sua condição judaica⁸²⁸.

Vinte dois anos depois da criação da Wizo, precisamente no ano de 1948, foi fundada a **Na'amat Pioneiras**, no contexto da criação do Estado de Israel⁸²⁹. Originalmente essa associação estava ligada ao Conselho das Mulheres Trabalhadoras — Moetzet Hapoalot (1921), organizado por aquelas que fizeram a “*Aliyah*”⁸³⁰ no princípio do século XX.

De acordo, Helena Trope, uma das fundadoras das Pioneiras no Brasil, essas mulheres:

se engajaram nessas idéias. Mas também como uma idéia feminista. Elas não seriam apenas ‘as mulheres deles’, assim pensavam, mas pessoas que pensavam e agiam e que podiam contribuir com seu trabalho braçal e intelectual para a mudança da sociedade na nova terra. (...) Mas elas queriam participar das discussões e das decisões como mulheres do seu tempo e do seu mundo. Não se lhes dava espaço. Isso foi, por assim dizer, o estímulo para se organizarem. O que elas passaram a pensar era que seria necessário se organizar, fazer seu próprio movimento, ensinar as mulheres a trabalhar e construir para a mulher uma possibilidade não somente para ter sua *parnassah* (sustento), mas para participar e contribuir para todo o movimento social.⁸³¹

Moderna, e atualizada, a Na'amat Pioneiras agregava um grupo de mulheres com absoluta consciência de gênero:

não é um movimento filantrópico, não é um movimento assistencialista, é um movimento social, político que participou da criação do Estado de Israel.(...) As mulheres da Na'amat tinham uma orientação muito secular, não tinham idéias religiosas. Elas eram feministas e por isso deviam fazer um outro tipo de ação. Elas estavam empolgadas tanto na construção do estado de Israel quanto no desenvolvimento do papel da mulher na sociedade⁸³²

Na prática a Na'amat é uma ala feminina da Histadrut, a Confederação Geral dos Trabalhadores Israelenses, uma organização de centro-esquerda ligada ao partido dos trabalhadores.

Embora, a líder Helena Trope tenha expressado o pertencimento das Pioneiras a um movimento ideológico de centro-esquerda, no Brasil outros motivos podem explicar a filiação

de uma mulher à causa, nem sempre justificada por uma adesão ideologia. Niterói registrou muito desses casos, que serão apresentados posteriormente.

Em 1947, surgiu a Associação Feminina Vita Kempner, mais tarde denominada **Associação Feminina Israelita Brasileira**, mentora nos anos de 1950, da Colônia de Férias *Kinderland*, do *Clubinho I.L. Peretz*, e do *Coral Pró-Música*. Progressista, mas nem por isso anti-sionista ou comunista, a AFIB foi fundada por mulheres que se auto-definiam como “esquerda”, e que já militavam nas sociedades progressistas desde os anos trinta.

A origem dessa associação remete ao auxílio prestado pelas senhoras progressistas da coletividade judaica ao Comitê Russo Pró-Vítimas da Guerra, dirigido por “russos brancos”⁸³³, organizado no período final da guerra, para auxiliar os sobreviventes através da Cruz Vermelha.

Após o fim da guerra, essas senhoras — Berta Feferman, Mania Akcelrad, Doba Zonenschain, entre outras, continuaram a se reunir, decididas a coletar fundos, de porta e porta, para continuar a assistir às vítimas do holocausto.

Em razão dessa organização, e contando no núcleo original com cerca de vinte ativistas foi fundada, em 1947, a Associação Feminina Vita Kempner⁸³⁴:

Então, no começo de 1947, já com uma plêiade de mulheres em diversos bairros e subúrbios, e ligadas com outros estados, nós resolvemos criar uma sociedade de ajuda às vítimas da guerra e em prol do esclarecimento, culturalmente, de diversas formas, no sentido de nunca mais haver guerras. Então nós criamos a AFIB... eu me lembro da primeira reunião que nós fizemos, numa mesa, lá na cidade, e lá mesmo cada um já começou a dar a sua contribuição. E nos dividimos entre nós e andamos pelos bairros, com os conhecidos, e começamos a juntar dinheiro e começamos a tratar de criar a Associação.⁸³⁵

O fato dessa associação ter sido uma instituição eminentemente feminina, justificava-se, segundo Doba Zonenschain porquê:

por mais que nós éramos ativistas, eles sabiam que nós vendíamos convites nos bairros, nunca eu tive ocasião de entrar na diretoria da biblioteca (Sholem Aleichem), os homens eram muito fechados.⁸³⁶

Posteriormente, em 1950, a Associação Vita kempner definiu, em seus estatutos, os seguintes objetivos:

educar e desenvolver a mulher judio-brasileira dentro de um espírito democrático, para que defenda conscientemente a paz e liberdade do povo judeu e toda a humanidade; proporcionar à infância e a juventude sadio lazer e, de acordo com a idade, educação extra-escolar, laica, humanista e progressista e criar novas lideranças juvenis.⁸³⁷

Em 1951, a associação das progressistas passou a denominar-se Associação Feminina Israelita Brasileira. Vita kempner, heroína de guerra radicada em Israel, solicitou às senhoras brasileiras que retirassem de sua organização a referência a seu nome, visto que passara a sofrer críticas no Kibutz em que residia⁸³⁸.

Em 1952, as senhoras da AFIB, realizaram sua grande criação: a colônia de férias kinderland⁸³⁹. A compra do terreno, a adequação da casa e a construção de novos pavilhões, além da organização das primeiras colônias foram empreendimentos considerados épicos pela coletividade, dada à magnitude do esforço empreendido, a soma de dinheiro envolvido, e as expectativas penhoradas no projeto.

Para aquelas ativistas, muito além da educação física e da alimentação saudável ministrada aos jovens colonistas, Kinderland era a possibilidade de proporcionar aos jovens um ambiente cultural progressista, possibilitar encontros... e casamentos. A colônia, no entanto, era aberta a jovens de qualquer setor da coletividade, e muitos foram os não judeus que participaram de suas atividades.

Além da colônia de férias Kinderland, as senhoras da AFIB encontravam-se semanalmente para as reuniões do círculo de leitura, denominados Lein Kraizen, onde autores ídiches inicialmente e brasileiros posteriormente, eram lidos e discutidos, assim como os jornais e acontecimentos políticos locais. Os Lein Kraizen foram verdadeiras escolas de cultura judaica laica, onde Sholem Aleichem, Davi Frischman, I. L. Peretz, M.M. Sforim, Ziche Vaimper, D. Bergelson, entre outros, glórias da literatura ídiche moderna eram lidos e vividos por elas.

Finalmente, as senhoras da AFIB promoveram e alimentaram a sua volta o aparecimento de clubes, corais e círculos dramáticos.

A organização da colônia de férias e a sua própria realização anual tomavam muito tempo da vida dessas mulheres. Assim como as ações das Pioneiras e das senhoras da Wizo e Froiem Farain, elas se viram na situação de sair de casa, romper com o encapsulamento original que toldava as suas vidas, afastava-as do mundo do trabalho. As associações femininas tiveram, portanto, o papel de libertar a mulher do lar e colocá-las em contato com a esfera pública.

De outro modo, o engajamento, a participação, a doação física e material dessas ativistas, à causa que defendiam, expressou acima de tudo, uma absoluta consciência do seu lugar de igualdade com os homens na vida comunitária. Elas não esperaram reconhecimento, não aceitaram a falta de cadeiras nas diretorias das associações já existentes. Através das suas organizações se tornaram públicas e conquistaram seu próprio lugar, e isso é bastante moderno para um período pré-feminista. Embora seja errôneo qualificá-las como feministas, não se pode deixar de reconhecer a consciência política de gênero presente nos propósitos e na atuação dessas mulheres.

Ademais, ao reivindicarem seu lugar ao lado dos homens em uma situação de igualdade e divisão do poder, elas renunciaram a qualquer possibilidade de atuarem de forma complementar ao trabalho masculino. Da mesma forma que do alto de suas associações abdicaram à manutenção de relações de subordinação hierárquica com as instituições dirigidas por homens.

Finalmente, a percepção dessa posição, que para nós recende a mais pura novidade, já havia sido há muito constatada e refletida pelas lideranças da comunidade judaica, como fez, por exemplo, Abraham J. Schneider, o famoso “roiter”⁸⁴⁰ da Praça Onze:

A rigor, elas não seriam um capítulo à parte mereceriam por justiça, um livro onde pudéssemos relatar o empenho, a coragem, o entusiasmo e a abnegação daquelas que, por várias décadas, participaram ativamente da criação e do desenvolvimento de nossas atividades (...) vindas da Europa, acoissadas por um anti-semitismo insuportável, além das nuvens negras do nazismo que se alastrava, elas chegaram ao Brasil sem conhecer o idioma, nem os hábitos do país. Passaram por dificuldades de toda ordem, superando-as com uma determinação incomum. Esposas dedicadas e mães exemplares sacrificaram interesses pessoais em favor de um trabalho monumental pelo judaísmo progressista que repercute até hoje (...)
Trabalhamos lado a lado, de igual para igual, numa demonstração de companheirismo, solidariedade e esperança no futuro que estávamos construindo. Sempre.⁸⁴¹

A reflexão de uma liderança masculina, do espectro político da esquerda, historicamente desinteressada da questão feminina, é válida para finalizar esse ponto do texto e podermos, enfim, analisar a trajetória dessas organizações em Niterói. Há apenas uma reparação a ser feita: a análise de Schneider, direcionada às progressistas bem que poderia ser estendida às mulheres da Wizo, Na'amat e do Froien Farain, ativistas incansáveis!

7.3. Niterói: O Ativismo Feminino Dividido

Em Niterói, a história do ativismo feminino seguiu os mesmos parâmetros da comunidade judaica do Rio de Janeiro, surpreendendo pela intensidade e vitalidade das suas instituições, em um contexto de reduzidas possibilidades de atuação desse sexo na cidade. Impressiona também o fato de uma coletividade tão pequena abrigar tantas organizações de mulheres, muitas das quais atuando em mais de uma associação.

O exame das fontes indicou, no pós-guerra, a existência de diversas organizações, dirigidas por mulheres, entre os anos de 1950 e 1980, a saber: a Associação Feminina Israelita Brasileira (AFIB-seção Niterói); o Círculo feminino (Lein Kraiz M.M. Sforin); a Divisão de Niterói da Policlínica Israelita; a Sociedade das Damas Pró-auxílio de Niterói (froien Farain); as Pioneiras; Escudo Vermelho de Davi-Wizo; Comitê Feminino da Sociedade dos Ambulantes; o Comitê do Lar das Crianças; e o Comitê do Lar dos Velhos.

No entanto, pouca documentação chegou ao presente, dificultando a pesquisa dessas organizações e comitês. Com exceção das Pioneiras e da Wizo, quase todos os documentos se perderam, como no caso da AFIB e do Lein Kraiz, cujas atas, e demais papéis foram queimados junto com parte da documentação referente à BDF, durante os dias que seguiram o golpe militar de 1964, ou perdidos em enchentes que adentraram a sede, em diversas ocasiões.

No entanto, foi possível aproximarmo-nos, e apreciar sua trajetória pelas informações existentes no Álbum organizado por Moisés Kawa, entre 1959-1963, e doado pela família à ADAF, após sua morte. Nele encontramos convites, notas do jornal **Nossa Voz**, o famoso periódico da esquerda judaica do Rio de Janeiro, programa de festas, fotos e artigos.

As atas da BDF e da ADAF, ambas caracterizadas por uma escrita masculina, visto que as diretorias e todo o conselho deliberativo era formados por homens, forneceram preciosos detalhes sobre o olhar deste sexo (que neste caso poderiam ser seus maridos, pais ou até mesmo filhos) em relação à atuação feminina (da mesma forma, as esposas) no interior

daquela associação progressista, e, por conseguinte, sugerem uma análise das relações sociais construídas pelos dois sexos.

As entrevistas de Zilda Michmacher, Sara Rabinovici, ambas fundadoras da AFIB em Niterói, e de Edna Graber, filha de Zilda Graber, forneceram relatos detalhados do início da organização.

Foi possível contar também, com alguns discursos proferidos por Sara Rabinovici, guardados durante décadas em um recanto de sua estante, a espera da interrogação do presente sobre o passado.

O arquivo particular de Luís Goldberg também ofereceu pistas para pensar a AFIB de Niterói, como alguns relatórios de atividades anuais e mapas de diretoria de Kinderland.

Sobre as Pioneiras foi possível verificar as atas da instituição, no período entre 1952 - 1980, uma vez que estavam guardadas em casa de Ilse Sipres, que novamente prestigiou este trabalho cedendo-as para análise.

Quanto às demais instituições, as atas das Damas Pró-auxílio de Niterói se perderam nos armários de algum filho ou neto das fundadoras. D. Ilse, que também fez parte da organização e é nos dias de hoje, junto com Rachel Solomon, uma das últimas integrantes do grupo, forneceu algumas informações. O conhecimento relativo ao Lar dos Velhos, das Crianças e da Policlínica Israelita, foi intermediado pela incansável D. Ilse Sipres, colaboradora dessas instituições praticamente desde a criação, no final da década de 1930.

Quanto à Wizo, que existe em Niterói desde a década de 1940, não logrei êxito em obter a cessão das atas, apenas pude entrever detalhes do seu funcionamento. Eta Baron, presidente honorária da instituição na cidade, após uma simpática entrevista e da promessa de fontes sobre o trabalho do grupo, morreu inesperadamente. Mas, como sabemos, a morte não pede licença nem explicações, e assim como a autora, toda a coletividade foi surpreendida pela notícia. Intentei esforços junto à diretoria atual, mas não obtive retorno. Portanto a entrevista de Eta Baron foi a base para a elaboração de um perfil dessa organização.

7.3.1. A Associação Feminina Israelita Brasileira – Seção Niterói

A história da Associação Feminina Israelita Brasileira, seção Niterói, se confunde com a atuação das senhoras ligadas à Biblioteca Davi Frischman, no final da segunda guerra.

A maioria, progressista em função dos maridos, começou a se reunir na casa de Zilda Graber, então residente à Rua Visconde de Sepetiba, numa das inúmeras vilas que caracterizavam o centro de Niterói na época: a Vila Lyra, onde residiam também outras seis famílias judias.

A lituana Sara Rabinovici, que desde sempre esteve presente a essas reuniões, e é hoje, junto com Zilda Micmacher e Sara Welmowiki, uma das últimas remanescentes do grupo liderado por Graber, é a fonte onde iremos encontrar o início das atividades dessas senhoras, além dos primórdios da criação da AFIB na cidade.

Sara emigrou para o Brasil em 1929, aos cinco anos de idade, acompanhada dos pais e chegou a Niterói após o casamento com Sruli Rabinovici, ocorrido na véspera do natal de 1944. No dia seguinte ao enlace, veio residir na capital fluminense, e advirta-se, em plena lua de mel, o apaixonado marido levou-a para assistir a uma reunião dos ativistas da Biblioteca Davi Frischman. Este acabou sendo, para Sara, o grande encontro da sua vida. Da sua primeira participação na organização, então clandestina e reunida na casa de Henrique Goldnadel, ela recorda:

A reunião era na casa de Henrique Goldnadel, eu vi aquela mesa, aquelas casas eram enormes, iam até o céu, e ele me apresentou a todo mundo...Só o Henrique Schwartzman é que veio com a Malvina (sua esposa). Só tinha homens e a Malvina. E eu entrei, fiquei sentada, ouvindo aquela conversa deles que para mim soou muito estranha.⁸⁴²

Tendo crescido em Porto Alegre, e oriunda de uma família religiosa, Sara não conhecia os ideais progressistas⁸⁴³. Porém, muito rapidamente, como afirmou, o estranhamento inicial deu lugar ao desejo de fazer alguma coisa:

eles falavam sobre coisas que eu ainda não entendia. Passei a entender quando eu levei às mulheres dos amigos de meu marido que foram todos esses ativistas que estavam sentados à mesa, por que nós não fazemos também um trabalho igual ao dos homens? Por que nós não estamos fazendo nenhum trabalho cultural. Eu escutei que lá eles lêem, eles têm uma biblioteca, eles marcavam o livro que levavam, cada um marcava o livro que trazia, todos liam. Todos liam!

Não passou despercebido, pois, a descrição que Sara fez da reunião que assistiu na casa de Henrique Goldnadel: as esposas dos ativistas estavam ausentes, somente Malvina, casada com Henrique Schwartzman estava acompanhando o marido, ela também recém casada. As demais, como vimos, estavam em casa cuidando de filhos, ou então excluídas das atividades da biblioteca.

A vontade expressada por Sara, sugere também o reconhecimento de que aquele mundo apresentado pelo marido, era absolutamente masculino, daí a necessidade de buscar outro espaço de inserção:

Quem tomou a iniciativa foi a Zilda Graber, ela era a mais velha do grupo e eu freqüentava muito a casa dela. Era uma senhora maravilhosa, simples também. Ela casou ainda na Polônia com o Simão Graber, ela era bem mais velha que eu. Então formamos um grupo, tudo na casa dela. Vamos começar a nos reunir, o Lein Kraiz veio depois, vamos começar a fazer reuniões e vamos conversar primeiro. Ela tinha mais idéias do que eu, ela era mais velha, ela era casada com Simão, ele veio com aquela bagagem toda da Europa....

A casa de Zilda Graber foi o espaço de eleição das progressistas de Niterói, berço da militância feminina. De acordo com Sara Rabinovici, a Sra. Graber, foi a grande líder feminina da coletividade:

era nossa mestra, nossa guiadora, a nossa ... grande saudade...(chora) e D. Zilda nos estimulou a todas, todas as que queriam entrar no trabalho. D. Zilda promoveu comigo, a Zilda Micmacher, a Sofia Rubens, a Fany (Wrobel) entrou depois, quando começou o Lein Kraiz. Essas mulheres trabalharam com a alma e o coração. Essas são as mulheres trabalhadoras do meu Brasi! E estávamos no Brasil, então eu quero chamá-las de trabalhadoras do meu Brasil. Todas viviam juntas.

Zilda Graber emigrou para o Brasil em 1933, quando re-encontrou o marido Simão, já estabelecido em Niterói. O casal se separou horas depois da cerimônia de casamento, quando ele embarcou para o Uruguai e a ela voltou para a casa dos pais.

Simão Graber, ex-membro do Bund, acabou desembarcando no Brasil, onde desenvolveu intensa militância política no Rio e em Niterói, entre os anos trinta e setenta, podendo ser considerado um nome histórico da esquerda judaica da época⁸⁴⁴. Todavia, de acordo com Edna Graber, a única filha mulher do casal, a militância política da mãe, assim como das demais mulheres de Niterói, se deu após a maternidade, quando já haviam tido filhos⁸⁴⁵.

Realmente não existem referências a atuação formal das mulheres da primeira geração, em Niterói, antes do final de 1945, e ao que tudo indica, foi nesse período, em função da mobilização para auxílio às vítimas da guerra, que o corpo feminino da coletividade de Niterói começou a se organizar.

O próprio depoimento de Sara Rabinovici não esclarece quando, nem como se formaram os grupos de trabalho, e mesmo não tem precisão do ano em que levou a idéia de se realizar alguma atividade cultural independente para as mulheres, para as vizinhas progressistas. Isso ocorreu entre 1945 e início de 1947.

Contudo, sabemos, por intermédio de um convite constante do Álbum de Moises kawa que em 1945, já estavam em ação na cidade, alguns comitês femininos de ajuda às vítimas da guerra, denominados “*União Israelita dos comitês de ajuda aos que sobreviveram à guerra*”

⁸⁴⁶.

Os comitês de costura para as vítimas do holocausto e às campanhas de arrecadação de fundos para os sobreviventes ocorreram em quase todas as comunidades judaicas estruturadas do país. Foi a partir desses comitês que se criou a AFIB, conforme explicado no item anterior.

É bastante provável que um desses comitês funcionasse na casa de Zilda Graber, e que essa tenha sido a primeira vez que as futuras ativistas da AFIB, tenham se reunido para angariar fundos destinados às vítimas da guerra. Posteriormente isso se tornou uma prática, que envolveu a ajuda à Haganá⁸⁴⁷, e a colaboração à campanha de emergência em prol da construção do Estado de Israel.

Existem também duas fotos, que se encontram no arquivo da BDF/ADAF, do banquete comemorativo das mulheres progressistas ao final da guerra, como se pode verificar a baixo:



Foto 52: foram identificadas apenas Ruske Kawa, Maria Yarlicht, Rhela Szemberg, e Sara Rabinovici (3ª, 4ª, 6ª, e 8ª. da esquerda para direita). Álbum M. Kawa.



Foto 53: como na foto anterior, foram identificadas apenas Maria Yarlicht (1ª. a esquerda em pé), Tzipa Vaisburd (2ª. esquerda, sentada), Zilda Graber (3ª. esquerda em pé) , Rosinha Naiberger (5ª. esquerda em pé) , Zilda Micmacher (1ª. direita em pé), Ruske Kawa (centro, de branco) e Sara Rabinovivi (sentada, vestido estampado) Álbum M. Kawa.

Embora a fotografia também tenha o sentido de representação, “ilusão do real”, não deixa de ser interessante perceber, em meio ao tom austero, o ar decidido, afirmativo com que

posaram. A 1ª foto não deixa dúvidas, não se tratava de um grupo de amigas, ou de mulheres reunidas aleatoriamente, elas posaram porque realizaram um trabalho em comum, trabalho de cozinha, saber feminino. Nota-se, inclusive, a tabuleta com os preços dos doces e salgados. Na 2ª distingue-se por atrás da pose o nexa que dá sentido à cena: a idéia de grupo.

Portanto, as mulheres que emergem das fotos, quase todas vestidas com o preto clássico, batom vermelho fechado, cabelos bem penteados, e algumas jóias, assinalam a inserção social delas em seu meio, além de revelar que naquele momento elas já se colocavam publicamente como ativistas, posando juntas para a posteridade.

Entre o final da guerra, em 1945 e a criação da AFIB, no Rio de Janeiro, nos primórdios de 1947, muitos estrangeiros estiveram na capital federal, então a mais importante comunidade judaica do país, para falar sobre a realidade pós-guerra, e em particular, das organizações de auxílio às vítimas dos campos de concentração, e dos órfãos.

Algumas visitas foram determinantes para a sensibilização das mulheres em prol dessas associações, como aquela que fez a filha do reverenciado escritor polonês Sholen Aleichem, Mary e seu marido, o jornalista Ben Zion Goldberg, em 1948, e a do médico Hersch Baratz, em missão da Ouvre de Secours Aux Enfants (OSE), também em 1948.⁸⁴⁸

Sara Rabinovici se recorda dessa época, do envolvimento com todos os movimentos de discussão sobre os campos de extermínio, das vítimas, dos palestrantes que vinham do exterior e visitavam Niterói, via Biblioteca Sholen Aleichem, alguns, inclusive, recepcionados na casa de Zilda Graber.

Em Niterói, as senhoras continuavam a se encontrar pelo menos uma vez por semana, as tardes, e atentas com as ações das progressistas cariocas, também procuraram em que se engajar:

Nessas reuniões começamos e depois nos isolamos, e deixamos os homens continuarem as reuniões deles, lá na casa do Goldnadel porque ele continuou morando lá mais tempo e lá era a biblioteca (...) As reuniões eram durante o dia. Eu era sempre quem pegava a caneta e o papel. (d. Zilda disse) Sara sabe de uma coisa eu vou entrar em contato com o comitê central do Rio de Janeiro que lá eles já estão trabalhando, era a Ienta Lerner, (...) Era o comitê central desse trabalho de ativistas feminina, israelita Brasileira, depois ele passou a ser Associação feminina Vita Kempner.

Em 19 de novembro de 1947, de acordo com o Histórico da Fundação e Atividade da “Vita-Kempner” (comitê central), teve lugar a reunião inaugural da Associação de Senhoras Israelitas, com o objetivo de auxiliar os órfãos judeus, vítimas da guerra. Zilda Graber integrou a primeira diretoria, na qualidade de fiscal⁸⁴⁹.

Importa dizer que essa associação comungava plenamente com os ideais do Idiche Kultur Fairband, o IKUF, a saber: a defesa do humanismo, o laicismo, a cultura, paz, progresso e justiça social. No ano seguinte, em novembro de 1948, a Cruz Vermelha Internacional autorizava a AFIB a atuar como sua afiliada.

Entre as primeiras decisões da diretoria da recém criada associação, estava a criação de subcomitês nos bairros da capital e duas seções autônomas, a saber: Niterói e Nilópolis.

A organização da seção da Vita kempner em Niterói, claro, coube a Zilda Graber, como explicou Sara Rabinovici:

Quando ela (D.Zilda) entrou em contato lá, ela já fez o intercâmbio, e lá ela encontrou um outro mundo porque lá tinha muitas senhoras e aqui não eram tantas, porque a maioria não eram casadas com homens (progressistas)...eles(do Rio) já eram progressistas, geralmente essas mulheres que tomaram iniciativa os homens acompanhavam. Eu podia acompanhar porque meu marido aprovava eu ir a uma reunião. Os outros maridos que não eram dessa linha não entendiam ...

Em 3 de janeiro de 1948, menos de dois meses após a formação da AFIB no Rio, a seção Niterói foi organizada. Do grupo liderado por Zilda Graber tomaram parte: Rosinha Teteibaum, Regina Landman, Ana Schwartzman, Sara Rabinovici, Zilda Micmacher, Sofia Rubens, Ruske (Rosa) kawa, Dina Mocny, Aída Wrobel, Judith Zoninsein, Fany Wrobel, Luba Lan, Paulina Wrobel, Miriam Waksman, Tzipa Vaisburd, Rebeca Gueller, Leia Katz, Cecília Chachamovitz, Rosinha Nalberger e Paulina Malbergier, todas imigrantes, com exceção das senhoras Wrobel, já nascidas no Brasil. A primeira diretoria foi constituída pelas seguintes senhoras: Regina Landman (presidente); Ana Schwartzman (vice); Sara Rabinovici (secretária), Zilda Michmacher(vice); Zilda Graber (tesoureira), Rosinha Nalberger (vice); vogais: Sofia Rubens, Rosa kawa, Dina Mocny.⁸⁵⁰

Inicialmente, o local das reuniões alternava-se entre a casa de Zilda Graber e a recém alugada sede da Biblioteca Davi Frischmanm, que finalmente, no ano de 1947, deixava a casa

de Henrique Goldnadel para abrigar-se, sem medo, à Rua Visconde de Itaboraí, no centro de Niterói. As reuniões de mulheres continuaram a ocorrer à tarde.

Conforme demonstram os relatórios anuais de que dispomos graças ao Arquivo Luís Goldberg, no mesmo ano de fundação, a seção Niterói cumpriu intenso programa de atividades, como revela o relato abaixo:

O subcomitê de Niterói foi proclamado a 3 de janeiro de 1948, com a presença do Dr. Baratz, da presidente sra. Iente Lerner, e de diversas senhoras do comitê central da 'Vita kempner'.

O Dr. Baratz, representante da instituição O.S.E., tendo visitado a Europa, deu-nos um relato sobre a vida dos órfãos de guerra israelitas, salientando a necessidade do nosso auxílio aos mesmos.

Contando já com 180 sócias, realizamos a 29 de maio, uma tarde cultural, comemorativa do Lag-bomer, e no dia 23 de setembro, uma outra, com ótimo programa.

No dia 30 de outubro, a organização 'Vita kempner' realizava sua primeira campanha em forma de concerto, que a grande pianista Esther Nalberger ofereceu para os órfãos de guerra: nessa iniciativa, tomou parte muito ativa o subcomitê de Niterói.

Apesar da organização 'Vita Kempner' ter por finalidade principal o auxílio aos órfãos da guerra, o subcomitê de Niterói não deixou de cooperar nas iniciativas de diversas instituições locais, sempre que seu auxílio foi solicitado. Assim é que ajudamos os trabalhos do baile da Sociedade das Damas Israelitas de Niterói; tomamos parte no baile para auxílio à Haganah, e estivemos também ativas na campanha de emergência para Israel. Mais tarde, tomamos parte no baile anual da Biblioteca Davi Frisschman.⁸⁵¹

Na foto abaixo, as senhoras que integravam o subcomitê de Niterói⁸⁵²:



Foto 54: acima, as senhoras da AFIB-Seção Niterói. Na 1ª.fila, da esquerda para direita encontram-se: Aída Wrobel, Luba Lan, Sara Rabinovici, Zilda Graber, Paulina Wrobel, Tzipa Vaisburd, Fany Wrobel. Em pé, da esquerda para direita: ?, Sofia Rubens, Dina Mocny, ?, Zilda Micmacher, Cecília Chachamovitz, Rosinha Naiberger. Álbum M. Kawa.

A agenda das senhoras da AFIB –Niterói, continuou intensa nos anos posteriores. No balanço das atividades do ano de 1949, por exemplo, encontramos as seguintes realizações:

cooperamos também ativamente nas várias realizações culturais e sociais da coletividade israelita de Niterói; assim é que ajudamos eficientemente na angariação de meios para aquisição da sede própria da biblioteca Davi Frischman e estamos tomando parte ativa na ‘Campanha Popular’, em prol das nossas instituições culturais e de onde obtermos também os meios para aquisição de local próprio para as futuras colônias de férias da ‘vita kempner’. Outrossim, tomamos parte nas várias recepções oferecidas a conferencistas e escritores ilustres que nos visitaram , como P. Novik, A. Bik e outros. (...)

A 24 de março de 1949, realizamos uma tarde cultural, que obteve grande êxito e a qual contou com a presença da senhora Jenta Lerner (...)

Cooperamos bastante ara o êxito do filme ‘Nós continuaremos’, que retrata a vida dos órfãos acolhidos nos Lares da Infância da comissão Central da Infância (‘Union), de Paris.

A 18 de agosto, realizamos nova tarde cultural, que se revestiu do maior brilhantismo, estando presentes, as senhoras Ienta Lerner, clara Lustik, e muitos outros elementos do comitê central. (...) ⁸⁵³

Nesse mesmo ano de 1949, a celebração do Levante do Gueto de Varsóvia, evento que ainda nos dias de hoje é cuidadosamente preparado pela ADAF, contou com a participação das senhoras:

CONVITE

A Biblioteca, em conjunto com o Comitê Feminino de Ajuda aos Ambulantes; Organização Feminina Vita Kempner; Lein kratzen (círculo de Leitura) M.M. Sforin, realizarão, em 23 de abril de 1949, homenagem eterna aos heróis do Levante do Gueto de Varsóvia, em lembrança ao 6º. Aniversário.

Venham dedicar sua eterna lembrança aos inesquecíveis heróis que tombaram lutando pela honra judaica!

Programa:

1) Abertura;

2) Piano: Rena Telman — Marcha Fúnebre;

3) L. Lederman discursará sobre a instituição dos judeus poloneses;

4) Aron Shenker falará sobre o heroísmo e os mártires na história judaica;

5) apresentação de uma peça mundialmente conhecida, “Vingança”, do Dr. Salves;

No encerramento todos cantarão o hino dos Partisans e o Hatkava. ⁸⁵⁴

O esmero da programação foi uma das marcas das ações da AFIB, seção Niterói, como por exemplo, nesse evento de 1950:

Convite

Convite da BDF para uma noite literária, em 30 de agosto de 1950, com a finalidade de divulgar e popularizar o livro judaico. O programam constituído pela BDF, Associação Feminina Vita Kempner e Lein Kraizn M.M.Sforin, consta de:

Abertura

A família Carnovsky, de Zinger, orador Max Naiberger;

Um fragmento do dito livro lido por Ana Scharzman

O vendaval, de Ilia Eremburg, orador Isaac Yarlicht

Um fragmento do dito livro lido por Myrian Waksman

Dias de Cultivo, de Léa Katz, orador Moyses kawa.

Um fragmento do dito livro lido por Sara Schmeltz

Moyses Hess, de Abraão Bic, orador M. Kawa.

Um fragmento do dito livro lido por Zilda Michmacher.

Em 20 de abril de 1950, uma nova eleição definiu a segunda direção da seção Niterói, que passou a se constituir das seguintes senhoras: Presidente: Zilda Graber; Vice-presidente: Zilda Mitchmacher; Secretária (em ídiche): Sara Rabinovici; Secretária (em português) Fany Wrobel; Vice-secretária: Luba Lam; Tesoureira: Aída Wrobel; Vice-tesoureira: Paulina

Vrubel; Comissão Cultural: Miriam Waksman, Tzipa Vaisburd; Rosa kawa, Rebeca Gueller, Rosinha Naiberger, Léia Katz. Vogais: Sofia Rubens, Cecília Chachamovitz, Dina Mocny e Paulina Malbergier.

Nesse ano, a seção Niterói associou-se ao ICUF e participou do congresso nacional da Vita kempner, representado por Zilda Graber e Aída Wrobel, onde apresentaram proposta para fundação de clubes infantis, “*onde nossos filhos possam se congregar e conviver num ambiente judaico*”⁸⁵⁵. Propiciar uma ambiente de convivência sã (progressista) foi uma eterna preocupação dessas senhoras, e visava, pelo menos de forma implícita, a promoção de casamentos interétnicos.

Ainda em 1950, as senhoras da AFIB engajaram-se no assunto das colônias de férias, tema amplamente debatido no congresso nacional da associação, ocorrido naquele ano. Essa preocupação derivava-se de uma prática que se tornara recorrente na França, e que fora desenvolvida pela Union de Paris (Comissão Central da Infância de Paris), de levar as crianças para o campo, no período de férias, a fim de proporcionar-lhes melhor alimentação, diversão, atividades culturais e a prática da educação física.

No Brasil, a AFIB abraçou essa idéia, e mesmo dividindo-se entre a arrecadação de fundos para os órfãos da guerra, a prática das atividades culturais nas comunidades locais, e ajuda à instituições nacionais não judaicas, elas se dedicaram à nova causa. Em Niterói não foi diferente, e acrescentando-se a todas essas tarefas, a campanha que desenvolviam naquele momento para a compra de uma sede definitiva para a BDF.

Entre dezembro e janeiro de 1949-50, por cerca de 25 dias, 60 crianças judias mantidas pela AFIB, foram para Águas de Lindóia, município paulista, famoso por suas águas medicinais. Não sabemos se alguma criança procedente da capital fluminense participou dessa colônia, mas não faltou ajuda das senhoras, conforme relatado no balanço anual de 1950:

em seguida voltamos nossas atividades para o novo empreendimento da ‘Vita kempner’, de caráter local, i.é, a primeira colônia de férias, em Lindóia. Para essa iniciativa, organizamos uma campanha especial, em forma de diárias, tendo contribuído todas as associadas.⁸⁵⁶

No final de 1950, as incansáveis progressistas de Niterói arregaçaram as mangas para angariar recursos destinados a realização da segunda colônia de férias, desta feita em

Guararema, também município paulista. Novamente 60 crianças, sendo que 40 foram assistidas gratuitamente na colônia. Do total, seis eram de Niterói.

De acordo com Zilda Micmacher, que trabalhou ao lado de Zilda Graber, como voluntária, durante toda a década de 1950 e 60, as colônias de férias eram:

As reuniões eram em janeiro e fevereiro, duravam uns 20 dias. Primeiro eram os grupos do Rio e Niterói, depois de São Paulo, depois misturavam, sempre de 7 a 14 anos. No princípio não tinha piscina, então a gente pegava um caminhão colocava as crianças lá e ia pra um clube que ofereceu piscina, depois fizeram piscina. Às vezes iam à piscina, faziam teatros, apresentações, era mais assim lazer. Era voluntariado, não ganhava nada, os maridos é que não gostavam nada. Era uma comissão de senhoras que dirigiam a cozinha, a roupa, tomavam conta das crianças, tudo era pago pela Vita Kempner, e muitas iam de graça, os que não podiam pagar, não pagavam e as outras que podiam pagar em duas, três vezes, e as outras, quem podia pagar a vista, pagava⁸⁵⁷.

Se no princípio as mulheres se sentiam livres para frequentarem suas reuniões porque os maridos concordavam, como afirmou Sara Rabinovici, posteriormente, pelo menos é o que demonstra a fala de Zilda Micmacher, deixou de ser importante a aprovação dos respectivos cônjuges. Tudo indica que elas tinham consciência da importância política das suas atividades, e por isso prosseguiram.

Finalmente, em 17 de agosto de 1951, a AFIB adquiriu uma propriedade em Sacra Família do Tinguá, onde então passou a ser sediada a colônia de férias. Foi nessa oportunidade que nasceu Kinderland, a famosa colônia dos progressistas, aberta também a não judeus⁸⁵⁸ e de cuja diretoria, as ativistas de Niterói estiveram presentes ao longo de toda a década de 1950, conforme informam os registros arquivados por Luís Goldberg.

Como extensão da colônia de férias, surgiram o “clubinho”— Clube I. L. Peretz, a Orquestra e Coral Pró-música, o que se reproduziu em todas as sociedades progressistas da época, inclusive Niterói. Assim, além de animar o cotidiano da BDF, as progressistas da AFIB de Niterói também se encarregaram de fundar em conjunto com seus parceiros da BDF uma “*Escola Anexa*” para ensinar língua, música e teatro ídiche, em horários alternativos ao sistema de ensino oficial, e ainda sustentavam o “*clubinho I.L.Peretz*” local.

No programa reproduzido abaixo, datado de 1956, podemos observar a grandiosidade do trabalho realizado, que uniu em uma apresentação as crianças mantidas pela seção Niterói, às crianças sustentadas por outras seções da AFIB-Rio:

Programa

1ª. parte:

Abertura

Bandinha Rítmica — executada pelos alunos do primário da Escola “Eliezer Steinbarg”.

“somos Jovens Ainda”— B. Besprosvani — declamação pela aluna Cecília Kupervelsmith, da Escola israelita de Madureira “I.L.Peretz”.

“Nos países distantes”—de A. Raisin, pela aluna Léa Goldfarb da Escola israelita de Madureira “I.L.Peretz”

“Moral da História...”—comédia em 1 ato, enredo atual e educativo. Pelos alunos da escola israelita junto à BDF e do Club I.L.Peretz, de Niterói — encenação e direção M.Kawa.

2ª. Parte:

“Sopa de batatas e cogumelos”— adaptação de uma canção popular. Pelos alunos da escola israelita junto à BDF e elementos do club I.L.Peretz, de Niterói — direção M.Kawa.

”Bazar da Fraternidade”—suite infantil de Tatiana Belinsky, por um grupo de alunos do Ginásio israelita-brasileiro “Scholem aleichem”.

Um Porco sob a árvore” N.Id., declamação pela aluna Sonia Beider, da Escola israelita de Madureira “I.L.Peretz”.

coral Pró-Música, do Club infanto juvenil I. L. Peretz, rio, sob a direção de H. Morelenbaum.

Em português:

“Sinhá Marreca—Folclore.

“Periquita Maracanã-arranjos de H. Morelenbaum.⁸⁵⁹

Paralelo às atividades da AFIB – Niterói, desenvolveu-se no próprio ano de 1948, o Lein Kraiz M. M. Sforin, círculo de leitura feminino destinado a informar e atualizar as mulheres, tanto no aprendizado da literatura ídiche, como nos debates sobre política e o aprofundamento da identidade judaica.

Para muitas mulheres que deixaram a Europa ainda crianças, assim como para as nascidas no Brasil, os Lein kraizn foram a grande oportunidade de aprendizado do ídiche e mesmo da moderna cultura judaica. Praticamente, as mesmas senhoras que integravam a Vita kempner participavam do círculo de leitura⁸⁶⁰.

Em 1953, o Lein Kraiz M. M. Sforin admitiu o idioma português em suas reuniões, atraindo dessa forma as jovens senhoras nascidas no Brasil que desconheciam o ídiche⁸⁶¹. Judith Zoninsein foi uma das mulheres que trouxe para dentro do círculo de leitura, a literatura brasileira.

Em conjunto com a AFIB, as senhoras do Lein Kraiz, realizaram inúmeros eventos, como as comemorações do ano do livro judaico, debates políticos, apresentação de conferencistas e sempre, “regado” a teatro ídiche.

Nos dois relatos apresentados abaixo pode-se perceber tanto a intensidade da vida cultural da época, como o engajamento dessas senhoras. O primeiro consistiu numa notícia sobre a conferência da ativista Bela Wainer, do Rio de Janeiro para o Lein Kraiz e a AFIB de Niterói, em 1958. Vejamos.

Em 24 de outubro de 1958, na Biblioteca Davi Frischman, foi realizada uma noite muito interessante, organizada pela Associação Feminina e o Lein Kraiz, com a presença da conhecida ativista cultural Bela Wainer. Como sempre o salão com mesas postas. Na mesa tomaram parte a visita, Bela Wainer, a representante do Lein Krauz, Zilda Micmacher e a representante da Associação feminina Clara Yarlicht. Zilda Micmacher apresenta a visitante, que é recebida com estrondosos aplausos.

Bela Wainer expressa aos presentes seu contentamento pela oportunidade que lhe foi dada falar às convidadas progressistas em Niterói e ainda num local próprio do ICUF. Ela passa a dar um relato sobre a cultura judaica nas instituições progressistas dos países, que ela visitou ultimamente. É importante, diz ela, que se lembre sobre os dois importantes acontecimentos culturais na vida judaica em nossa época, que serviram como base do crescimento cultural da massa popular judaica: 1) o idioma judaico na conferência em Tchernowitz e o congresso cultural mundial em Paris no ano de 1937.

Bela Wainer relembra fatos interessantes da intensa atividade cultural da “Union” na França; “solidaritet” na Belgica, “Icuf” na Argentina; e Jitlowsky Hiuse” no Uruguai. Ela fala sobre todas essas instituições no Brasil e de acordo com sua opinião todas tem possibilidades para um futuro engrandecimento.

Pelo adiantado da hora, nossa parte artística já não pode ser mostrada. O público saiu muito satisfeito com a conferencista e a opinião geral é que Bela Wainer sabe contar e tem material para contar, a palavra dela empolga e estimula contato em benefício da cultura progressista judaica.⁸⁶²

O segundo relato corresponde a trechos da notícia publicada no jornal Nossa Voz, colecionado por Moisés Kawa, da comemoração do décimo aniversário do Lein Kraiz de Niterói:

Entre as instituições judaicas populares de Niterói, o Lein Kraiz M. M. Sforim ocupa um lugar muito expressivo. O Lein Kraiz tem um encontro marcado todas às 4as. feiras na biblioteca e nesses encontros são lidos capítulos dos mais consagrados livros, avaliações literárias e publicações de artigos atuais. Sobre o material lido acontecem debates, que fazem a compreensão mais apurada e interessante e aguça o entendimento ao se aproximar dos referidos poemas. O Lein kraiz que nos últimos anos se fortaleceu com a presença de jovens senhoras, realiza durante o ano alguns eventos, que atraem cada vez mais o interesse na freqüência. O Lein Kraiz também dá sua ajuda às instituições co-irmãs em suas realizações. A atividade do Lein Kraiz repercute e agrada a uma larga escala da comunidade de Niterói.

O início desse grupo nas suas atividades foi no ano de 1948 e, portanto, já tem atrás de si 10 anos de encontros reconhecidos entre a sociedade de Niterói.

Em 8 de agosto de 1958 perante um grande número de pessoas foi comemorado com grande sucesso a data dos 10 anos de atividades. Em nome da comissão do Lein Kraiz ocuparam lugares na mesa as senhoras: Rosa Kawa, Z. Michmacher, Sara Welmowicki. A representante Rosa Kawa convidou à mesa os representantes da biblioteca, Moisés Kawa; em nome da Associação Feminina, Rachel Cremer; do grêmio Mordechai Amielevitch, André Cukier; da associação feminina do rio, Marie Akselrad, e Riva Berman.

Após a abertura da representante, que falou sobre o significado dos Leien-Kraizn para o engrandecimento cultural da mulher, os representantes das referidas instituições, em suas calorosas palavras elogiaram os trabalhos do Lein Kraiz de Niterói e desejaram sucessos futuros. Sara Welmowicki deu um interessante resumo do LK, o qual foi muito aplaudido. Após os discursos que revelaram o interesse da popular mulher judaica, para a cultura progressista e o seu anseio para um mundo melhor, com paz e segurança para todos os povos, para o povo judeu e o povo de Israel.

Um intervalo para chá e doces, as mesas enfeitadas com flores foi rifado um livro de Jorge amado que foi ganho pela sra. Anita Cukier.

Um programa artístico não poderia faltar e participaram: André Cukier, uma declamação em hebraico; Sara Rabinovici recitou um trecho de Aizik Platner, em idish; Itala Cremer, alguns trechos ao piano; Faninha Wrobel, Ana Rubens, Fani Wrobel, recitação coletiva: um fragmento de Castro Alves, do livro: “O livro e a América”, em português; Riva Berman — cantos: “Noites de Inverno”, de A. Raizin, “Pombos”, de Ziche Vaimper e uma canção popular em hebraico. Acompanhamento ao piano: Alexandre Kelner. O programa foi bem escolhido, bem interpretado e trouxe uma imensa alegria aos convidados. O Lein Kraiz com a festividade de seu aniversário marcou um grande sucesso com esta realização e com certeza irá trazer muito estímulo para um novo fortalecimento e uma larga atividade.⁸⁶³

Na década de 1960, a AFIB e o Lein Kraiz M.M. Sforin continuaram a desenvolver suas atividades, porém, existem menos informações dessas práticas. Os últimos registros disponíveis no Álbum de Moisés Kawa, dava conta da festa de encerramento dos trabalhos das progressistas em 1961, e das ações de solidariedade da AFIB e do “clubinho “no episódio do incêndio do circo norte-americano em Niterói, nas proximidades do natal daquele ano. Vejamos.

I

13º. Aniversário do Círculo de Leitura Mendele, de Niterói

Um grande número de sócias do círculo de leitura, com as suas famílias e amigos, reuniu-se a 3 de dezembro, próximo passado Nos salões da BDF, comemorando o 13º. Aniversário e o encerramento das atividades para o ano de 1961 do Círculo de Leitura Mendele Mokher Sforim.

Abre à sessão a companheira Ruske Kawa convidando à mesa os representantes das entidades presentes. Em seguida faz um relato sobre as atividades do círculo no ano findo, citando o início das leituras em português, para o elemento feminino jovem da coletividade niteroiense. O círculo participou também ativamente da campanha pelo pavilhão feminino da colônia de férias Kinderland, com muito sucesso. Terminando, a companheira faz votos para um ano de atividades ainda melhores em 1962.

Em seguida a companheira Regina Landman lê um trabalho bastante interessante acerca da história de xhanucá, fazendo votos para que se realize o velho sonho dos profetas de paz e fraternidade entre os povos. (...) ⁸⁶⁴

II

Louvável Ação de Solidariedade da AFIB em Niterói

Socorro às vítimas do pavoroso incêndio do grande Circo Norte-americano

A Horrível catástrofe que devastou o grande Circo Norte-Americano, em Niterói, em que pereceram mais de 400 pessoas, sendo que centenas de feridos ainda se encontram entre a vida e a morte, deu margem a um amplo movimento de solidariedade por todo o país e em alguns países vizinhos.

Diariamente chegam à capital fluminense, remessas de auxílios e expressões de solidariedade, inclusive medicamentos e alimentos, roupas, plasma, assim como equipes de médicos e enfermeiras.

Também a Associação feminina Israelita-Brasileira, seção de Niterói, se mobilizou para a ação, tão logo se soube da grande desgraça que ocorrera. Foi reunida uma vultosa quantidade de medicamentos, os quais foram logo entregues no Hospital Antônio Pedro em Niterói. ⁸⁶⁵

III

O Clubinho I. L. Peretz — Niterói As crianças do “clubinho” de Niterói não mais realizarão a festa de Hanuká, que haviam programado para o dia 1º. De janeiro de 1962, em virtude do trágico acontecimento que enlutou Niterói, dia 17 do corrente, e no qual ficou ferido um dos seus companheiros.

Fazemos votos pelo seu pronto restabelecimento. ⁸⁶⁶

No período seguinte, que correspondeu à ascensão da segunda geração na direção da Biblioteca Davi Frischman e a transferência da sede para Icaraí, restaram pouquíssimas informações da atuação dessas mulheres, uma delas, são as atas da BDF/ADAF, outro, são os discursos proferidos por Sara Rabinovici em circunstâncias especiais, como a celebração do Levante do Gueto de Varsóvia, a Independência de Israel, falecimentos de ativistas, entre outros. Vejamos primeiro o que as atas revelam sobre as mulheres, a AFIB-Niterói, e o Lein Kraiz M.M. Sforim.

Vale lembrar, neste caso, a observação feita no início do item, sobre a leitura das atas: uma vez que as diretorias eram compostas por homens, elas representam o olhar masculino sobre a ação feminina, proporcionando para o pesquisador informações que revelam a forma como as relações sociais entre homens e mulheres se organizavam naquele momento. Vejamos.

O exame acurado das atas da BDF/ADAF, entre 5/12/1960 e 3/5/1995 ⁸⁶⁷, registrou apenas 21 referências “substantivas” à participação feminina. Esses registros, diversos, envolvem desde a presença das mulheres nas reuniões às suas falas, e participação.

A primeira menção à AFIB data de 18-12-1961⁸⁶⁸, quando uma reunião extraordinária foi convocada para tratar do terrível acontecimento que enlutou Niterói, às vésperas do natal: o incêndio do Gran Circo Norte Americano, no dia anterior, 17 de dezembro. Na ata, a prova da solidariedade dos progressistas à cidade que os acolheu: as diretorias da Biblioteca e da AFIB, em reunião com o diretor do Hospital Antônio Pedro, decidiram em ação conjunta, doar remédios às vítimas do sinistro.

Em 4 de abril de 1962, na oportunidade da realização de uma Assembléia Geral para decidir assuntos de capital importância para o futuro da Biblioteca, como uma possível venda da sede no centro da cidade, e a modificação dos estatutos da casa, sessenta e uma pessoas estavam presentes, destas apenas dez eram mulheres, a saber: Zilda Graber, Tipa Chachamovitz, Sara Welmowiki, Maria Szmaragd, Etília Velmovitzky, Léia (?), Dina Mocny, Fany Wrobel, Rosinha Teitelboin, e Leila Rosansky.

Dois anos depois, em 30 de maio de 1964, nova referência às mulheres. Desta feita, a assembléia registrou o sucesso das atividades programadas nos meses anteriores, qual sejam ensaios do coral, jogos de salão, tardes dançantes, basquete e a sessão solene em homenagem ao Levante do gueto de Varsóvia, a principal data do calendário da BDF. Da diretoria encaminhou-se um voto de louvor “à participação ativa do corpo feminino” nos trabalhos da associação.

Novo lapso de tempo, e em 6 de dezembro de 1965, quando a assembléia encontrava-se reunida para discutir, entre outras coisas, os preparativos para o banquete de aniversário da BDF, registra-se pela primeira vez a “fala” de uma das ativistas: Fany Wrobel, tomou a palavra para reclamar da falta de colaboração para a realização do evento, afirmando que somente um grupo reduzido de senhoras se esforçava para tal. Em consequência disso, a diretoria decidiu entregar o planejamento da festa de réveillon a um casal jovem, acreditando que dessa forma retiravam dos ombros femininos, o peso de mais um trabalho.

Nas duas assembléias extraordinárias que se realizaram em 25 de maio de 1966⁸⁶⁹ e 18 de março de 1967⁸⁷⁰, ambas para tratar da venda da sede e aquisição de novo imóvel destinado àquele fim, e a reforma dos estatutos, apurou-se na primeira, um total de 50 presentes, dos quais 16 eram mulheres e 34 homens; na segunda, de 29 participantes, apenas 5 eram do sexo feminino! Vale dizer que nessas reuniões, importantes decisões foram tomadas e comissões formadas para lidar com finanças, procurar imóveis, etc. Porém, para nenhuma delas foram designadas mulheres.

Se a essa altura já se evidencia a reduzida participação feminina nas decisões da casa, em 22 de outubro de 1966, data que registrou a fundação da Associação Davi Frischman de Cultura e Recreação em substituição à Biblioteca Davi Frischman, e em que os novos estatutos da associação foram votados, mulher alguma assinou a ata. Dos quarenta signatários, todos são homens.

Na certa havia mulheres participando da assembléia, porém, pelas definições do novo regulamento da Casa, conforme rezava o artigo 9º, elas não eram consideradas sócias, apenas os (homens) signatários da ata inaugural! Às mulheres dos associados, de acordo com o artigo 14º e 23º, eram garantidos os direitos a isenção da contribuição mensal por um período de um ano após o falecimento do marido; e a participação nos órgãos sociais! É bem possível que Fany Wrobel algumas vezes definida como uma feminista antes do tempo, tenha pedido a palavra para reclamar da afronta às mulheres que tal situação provocava, porém, não se escuta a voz das mulheres nessas atas.

Entre 14 de janeiro de 1966, data que marcou a primeira reunião da diretoria da Associação Davi Frischman, ainda na sede da Rua Visconde de Uruguai, no centro da cidade, e 24 de junho de 1968, data que simbolizou, por sua vez, a primeira reunião da ADAF na sede nova, em Icaraí, apenas uma menção às mulheres. Vale dizer que esse período concentrou os maiores esforços dos progressistas para angariarem recursos para a consecução da obra, inclusive com a realização de chás, festas, empresariamento de peças teatrais, além da tradicional venda de tijolos.

Nesse período de tempo, foi observada apenas uma referência à atuação das mulheres, qual seja aquela efetuada a 24 de junho de 1968, reunião que se seguiu à festa da Cumeeira, símbolo do avanço da obra. Paulo Velmovitsky, o dedicado líder e engenheiro responsável pela construção da sede, tomou a palavra para dizer da boa impressão que a obra causara em toda a coletividade, e para parabenizar o setor feminino pela forma como preparou os “*comes e bebes*”.

Mas o destacado Velmovitsky, na época com 40 anos, que em quase todas as reuniões parabenizava as mulheres pela comida, conforme os registros atestam, foi o único ativista que compareceu ao ato da escritura do terreno da nova sede, acompanhado pela mulher, Etília, que posou orgulhosamente ao lado dos demais signatários. De fato, Etília, que não pertencia ao núcleo original da AFIB, engajando-se muito mais tarde, foi uma presença constante na ADAF naqueles anos.



Foto 55: Etília Velmovitsky, a única mulher que participou da assinatura da escritura . Arquivo ADAF

Na mesma reunião que Velmovitsky parabenizava a participação culinária das mulheres, Bluma Vasserstein, se oferece como encarregada para listar e visitar possíveis doadores, para ingressarem como sócio-proprietários no quadro de associados da ADAF.

Em 1968, encontram-se mais três referências à participação feminina em prol da ADAF: em 10 de julho a AFIB foi convocada para cuidar dos trabalhos referentes às crianças e jovens. Na mesma data foi anotada a doação da associação feminina, de um play ground destinado às crianças, na ADAF; em 19 de setembro, mais uma vez foi feita uma menção especial ao “*farto Buffet*” preparado pelas mulheres em homenagem ao dia dos pais. Finalmente, em 7 de outubro, foi registrado o saldo positivo da “feirinha” realizada em conjunto com a AFIB, quando destacou-se o trabalho desenvolvido pelas senhoras na ocasião.

Em 1969, a referência ao trabalho feminino alcançou um recorde: 5 citações. Em 15 de abril e 15 de junho, registrou-se a colaboração financeira das senhoras da AFIB à ADAF; em 25 de agosto, 20 de novembro, e 30 de dezembro, respectivamente, a AFIB foi parabenizada pelo sucesso da “feirinha”, e encarregada do Buffet da festa de aniversário da ADAF, e, finalmente, encerraram o ano com mais um voto de louvor pelo Buffet oferecido por ocasião da data natalícia da ADAF.

As últimas referências observadas com relação às mulheres nos livros de atas datam do início da década de 1970. Em 15 de julho daquele ano, Leia Graber, tomou a palavra para expressar a necessidade de se intensificar as atividades culturais, e finalmente, em 30 de setembro, as mulheres da AFIB mais uma vez, foram encarregadas do banquete de aniversário da ADAF!

É preciso ressaltar que durante todo o período analisado, as diretorias da BDF/ADAF sempre foram ocupadas por homens. Já o Livro do Conselho Deliberativo da ADAF, vigente entre 15/10/1968 e 3/5/1995, registrou apenas duas vezes, até os anos oitenta, a presença de mulheres.

Em 15 de outubro de 1968, Ruske Kawa foi eleita para compor o conselho, ao lado de outros vinte e oito homens. Situação que se reproduziu dois anos depois, em 15 de outubro de 1970, quando foi re-eleita. Posteriormente, em 15 de outubro de 1972, outra mulher foi eleita para o referido conselho: tratava-se de Malka Manczik. Malka, entretanto, conseguiu feito maior, seu nome foi ratificado, no dia 18 do mesmo mês, como segunda secretária da diretoria, cuja presidência na ocasião era ocupada pelo legendário Simão Graber.

As presenças de Ruska Kawa e Malka Manczik no Conselho Deliberativo, surpreendem no contexto de uma associação tão “machista” como a BDF/ADAF, que relegava continuamente às mulheres a papéis secundários. Todavia, é preciso esclarecer, que no caso da eleição de Ruska (Rosa) kawa, sua eleição, conforme supôs Rolande Fischberg, pode ter sido uma homenagem ao grande ativista Leizer Farber (Moisés Kawa tio), marido de Rosa. Seria, pois, uma forma de inscrever a memória de Farber na ADAF. Farber, falecido em 1962, muito antes da transferência da BDF para Icaraí e da mudança de nome da instituição, não chegou a pisar o solo da nova sede. Por sua vez, Ruska Kawa nesse período já não era tão ativa como fora nas décadas de 1940 e 50.

A presença de Malka Manczik, um nome de pouca tradição no contexto da antiga biblioteca, pode ser interpretada da mesma forma. Malka era integrante da família Yarlicht, cunhada de Isac Yarlicht, o grande presidente da Biblioteca, entre os anos cinquenta e sessenta, e tragicamente desaparecido em 1965. Poderia ter sido uma forma de prestigiar a família, na nova sede, raciocina Fischberg.

Essas elucubrações se justificam pelo fato das atas indicarem uma associação que excluía, de modo cabal, as mulheres do exercício do poder, reduzindo-as ao papel de meras cozinheiras.

A esquerda, como se sabe, foi cruel com as mulheres. Rachel Soihet em estudo sobre os feminismos no Rio de Janeiro nos anos 70 e a criação de Centro da Mulher Brasileira, em 1976, refaz a trajetória de muitas militantes do CMB, cujo dado em comum foi à iniciação na atividade política nos movimentos de esquerda dos anos 60 e 70, quase todas oriundas do PCB.⁸⁷¹

De acordo com a autora, essas mulheres durante largo tempo consideraram o feminismo uma “bobagem”, conforme afirmou uma das depoentes citadas no texto. A explicação para essa resistência a análise do problema das mulheres como uma questão política foi resultado do seguimento radical das teses da esquerda e do partido, que consideravam a luta de classes e a opressão capitalista o grande problema a ser resolvido⁸⁷²

De acordo com Soihet:

muitas delas, desencantadas com seus companheiros de militância que, sempre ocupando as posições de liderança, as mantiveram numa posição subalterna, fato que a seus olhos tornava discutível sua sinceridade e credibilidade em qualquer domínio. Embora não mais pertencendo a essas organizações, porém, concordam com seus pontos de vistas, com exceção da ‘questão da mulher’, que(...) deixaram de considerar como a esquerda a considera: como um pormenor⁸⁷³

Embora as militantes da AFIB-Niterói, e demais progressistas da BDF, da época sejam ativistas femininas, não foram feministas, e nem poderiam, visto que esse é um conceito característico dos anos 70. Nota-se que em grande parte de sua trajetória elas caminharam autonomamente aos seus companheiros, mesmo que não tivessem ciência desse fato.

Ao relembrar o depoimento de Sara Rabinovici, verificamos mulheres que se reuniam à tarde, entre o almoço e o jantar. Pouco a pouco, elas saíram de casa e foram para rua buscar algo mais, acabando por ingressar na esfera pública através da adesão à AFIB. Paralelamente ao trabalho na sua associação, elas se engajaram de forma definitiva na BDF, onde foram os “braços e pernas” que operacionalizaram a vida da organização, da qual junto com os maridos se tornaram líderes, nem sempre reconhecidas!

Não houve uma programação cultural, um baile, banquete e conferência, assim como campanhas desenvolvidas pela BDF, entre 1948 e 1963, que não tenha contado com os

favores do setor feminino, dos diversos que pude examinar a partir da leitura do Álbum de Moisés Kawa. Durante certo momento, elas conseguiram romper uma situação de exclusão para protagonizar a vida na biblioteca. Detalhes interessantes citados por Sara Rabinovici e Zilda Micmacher são reveladores disso.

De acordo com Sara, naqueles anos a família ficou em segundo plano e sem sentimento de culpa entregava os filhos pequenos aas empregadas e ia para a associação. À medida que eles cresceram, chegavam da escola e se encontravam com a mãe na biblioteca. Ouçamos uma vez mais, a voz de Sara:

Era muito bom, era muito bom, muito bom, muito bom, e era enriquecedor, isso nos dava vontade, meus filhos eram pequenos, eu deixava com empregada nova, a Aninha (hoje com 61 anos) era muito agarrada comigo e com o pai, ela chorava toda vez que nós íamos...Meu marido dizia, Eu vou ficar, você vai, Eu digo não, nós vamos os dois e ela vai aprender a ficar com a empregada.... a biblioteca esta em 1º. Lugar, em 1º. Lugar até hoje.⁸⁷⁴

Todavia, os diversos depoimentos não permitiram recuperar informações da antiga estrutura da BDF, se na década de 1950, a direção baseava-se nas decisões de um colegiado ou se havia conselho deliberativo ou apenas o presidente geral da associação, como ocorreu nos anos de 1960. Por conseguinte, não é possível aferir a real divisão de poder entre homens e mulheres. Ademais, percebe-se que as mulheres dedicavam-se a assuntos onde os saberes eram tradicionalmente femininos, como crianças. De toda forma, essas mulheres romperam o casulo e conquistaram um lugar seu, qualificando-se politicamente.

Portanto, não seria errôneo afirmar que em alguns momentos a atuação dessas mulheres se equilibrou à dos homens, garantindo um espaço de atuação e um protagonismo que independia da vontade dos maridos, como advertiu Zilda Micmacher, ao lembrar-se dos meses passados na colônia de férias cuidando das crianças, o que certamente levou a uma nova relação entre homens e mulheres, maridos e esposas.

Diferente do Álbum de Moisés Kawa e dos depoimentos analisados, que acentuaram a trajetória e o lugar feminino, a análise das atas, ao revelar a visão masculina, descreve uma visão profundamente hierarquizada e assimétrica das relações entre homens e mulheres no mundo dos progressistas de Niterói. Nelas, lugar de mulher é a cozinha! Excluídas do poder, sem protagonismo algum na organização. Parece inclusive uma volta ao passado, isto é para o tempo em que as senhoras viviam reclusas no lar.

A vida social transparece, nas atas “*dividida entre dois pólos, a autoridade masculina, de um lado e os poderes femininos de outro*”, como analisa Michelle Perrot.⁸⁷⁵ Ou seja, os homens mandam, e as mulheres operacionalizam: cuidam da cozinha e da casa, e de quebra ganham uns trocados na “feirinha” para ajudar no orçamento.

Mesmo assim, percebe-se uma vez mais, que as progressistas continuaram sendo os “braços e as pernas” da biblioteca, porém, em uma posição de subalternidade, que a visão construída por elas rejeita. Como bem afirma Michele Perrot, em artigo coletivo:

Neste caso, as mulheres não tiram daí nenhum acréscimo de prestígio, pois a qualidade feminina aboliria, naquilo que é tido como próprio à natureza, todo o valor de qualificação adquirida por uma aprendizagem(...) em suma, as mulheres não desqualificadas, jamais são qualificadas.⁸⁷⁶

Se na visão tecida pelas mulheres, a que fizemos referência anteriormente, sobressai a idéia da complementaridade de papéis entre homens e mulheres, na visão masculina, é a noção de subalternidade que predomina. Assim, a complementaridade se destaca como:

um princípio de hierarquização dos papéis, e tem-se na verdade, uma relação com uma complementaridade de subordinação, ou de oposição complementar, que não apaga as divergências e convergências de interesses, as desigualdades de direitos, as relações contraditórias entre homem e mulher na relação de casal...⁸⁷⁷

Em suma, as progressistas de Niterói, em que pese a assimetria de poder e a alternância entre complementaridade e subordinação, demarcaram um espaço próprio, indelével, legando às suas filhas possibilidades inimagináveis às antepassadas, e, fundamentalmente, condições de questionar as desigualdades de direitos que não conseguiram discutir. Sobretudo, saíram de casa e fizeram ecoar suas vozes!

Gostaria de encerrar esse item com mais uma referência ao depoimento de Sara Rabinovici, que sublinha a sua própria construção como categoria política

nesses eventos onde vinham esses oradores para falar sobre os futuros trabalhos, (...) a gente bebia a palavra deles! Nós formávamos uma mesa de convidados. O convidado já tinha um pedestal. O salão era grande, então nós as senhoras, nos reuníamos na casa de D. Zilda e nós também queríamos falar. A nossa palavra tinha que ecoar nessa reunião, onde vinha esse mundo de gente, que vinham comer bolo e aliche, é verdade, mas eles queriam ouvir uma palavra de cultural. Nós também líamos, nós também fazíamos parte da biblioteca! Então D. Zilda olhava pra mim, quem vai falar? era a Z. Graber, a Zilda Michmacher e eu, a D. Rosinha era expectadora, porque ela não sabia falar... e eu comecei a entender, cada vez comecei a entender mais o nosso trabalho, (...) que esse não era o caminho, a religião não era o caminho, o caminho é outro, é procurar um mundo melhor que todos possam viver unidos, essa era nossa linha.

7.3.2 As Damas Pró-Auxílio de Niterói, a Wizo, e as Pioneiras

As associações das Pioneiras e Wizo foram, ao longo de toda sua existência, organizações autônomas e independentes das demais entidades da comunidade, diferentemente da AFIB, cuja trajetória esteve associada intimamente à BDF.

Em Niterói, elas formaram uma grande rede, que incluiu boa parcela das mulheres da coletividade, não resistindo, porém, a linha divisória que demarcava os lugares político-ideológicos no interior do grupo. Dessa forma, a associação à Wizo ou às Pioneiras sempre caracterizou a adoção a uma ideologia, o sionismo, excluindo conseqüentemente, ativistas ou simpatizantes da BDF. Assim, é quase impossível encontrar progressistas atuando em uma dessas organizações, do mesmo modo, sionistas na Associação Feminina Israelita Brasileira, em que pese aquela organização ter trabalhado com afincos para angariar recursos em prol do estado de Israel.

Ser Pioneira ou ser Wizo já era, a priori, uma qualificação ideológica das preferências da associada, fato semelhante à identificação com a AFIB.

O modelo de organização dessas associações estava centrado na *chaverot*, as amigas, companheiras, e o local de encontro multiplicava-se pelas casas das inúmeras mulheres que comungavam com seus ideais: de um lado, a contribuição para a construção do Estado de Israel, a partir da realidade da diáspora; de outro, a tessitura, no Brasil, de laços firmes com a nação israelita. Dessa forma, as *chaverots* do mundo inteiro se interligaram e criaram uma segunda identidade: “*a mulher pioneira*”, “*a mulher wizo*”.

O caso da Sociedade das Damas Pró-auxílio de Niterói é um pouco diferente. Enquanto as “Pioneiras” eram uma associação partidária, e a “Wizo” filantrópica, as Damas de Niterói constituíam uma organização assistencialista, informal, cuja finalidade era prover as necessidades imediatas de imigrantes judeus recém-chegados, em estado de pobreza, doença ou com dificuldades de adaptação à terra nova.

Não existem registros específicos de quando essa organização teve início na capital fluminense, nem como a idéia do Froien Farain chegou à Niterói. Em funcionamento no Rio de Janeiro, oficialmente desde 1924, é possível que a idéia tenha atravessado a Baía de Guanabara, por volta dos anos de 1930, no vai-e-vem de parentes, e amigos que se visitavam, no reencontro de “*brotherchifers*” que se re-aproximavam e apresentavam as famílias, afinal as idéias não conhecem fronteiras.

Entre os poucos registros existentes sobre as Damas Pró-auxílio de Niterói, destaca-se a presença de seus representantes no ato de protesto conjunto das entidades judaicas da

cidade, realizado no Centro Israelita, em julho de 1945. A referência, encontrada no convite constante do Álbum de Moisés Kawa, assinala ainda, o engajamento das mulheres da Wizo, então denominada “*Escudo Vermelho de Davi*”, contra as declarações do ministro das Relações Exteriores britânico, Ernest Bewin defensor de restrições à entrada de judeus na Palestina sob mandado britânico:

A União dos Comitês Integrados em todas as instituições judaicas em Niterói enviam convite que será realizado protesto contra a declaração de Bewin no parlamento inglês, contra o Estado de Israel, e contra o “Livro Branco”. O local do evento será o salão do Centro Israelita e a data (?) de julho de 1945. Tomarão parte na realização as seguintes instituições: CIN, BDF, Organização Sionista, Escola Judaica, Damas Pró-auxílio de Niterói, A Estrela Vermelha de David, Clube Juvenil da BDF, Clube juvenil do CIN, União Israelita dos comitês de ajuda aos que sobreviveram á guerra. Todos os oradores designados irão se pronunciar. Assinado: Arão Shenker e Leiser Grandshulzitzer.⁸⁷⁸

Desse ato restou uma declaração assinada por todos os líderes das associações de Niterói⁸⁷⁹. Léia Beider assinou pela Sociedade das Damas, e Clarisse Lisker pela associação Wizo. O que reforça as informações de que em Niterói, as ativistas de ambas as associações tenham participado do esforço de auxílio às vítimas da guerra integrando diferentes comitês.

Outros registros foram fornecidos por Ilse Sipres, uma das últimas remanescentes do grupo liderado por Beider. D. Ilse integrou-se à Sociedade das Damas, logo após a morte da sogra, no início dos anos de 1950, e quando já estava na casa dos 30 anos. Uma das primeiras ações de que participou ao lado das companheiras foi a preparação do enxoval para o casamento de Rebeca Hasson, cuja família não tinha condições de oferecer.

Nos anos cinquenta e sessenta, as Damas de Niterói empreenderam diversas campanhas para arrecadar dinheiro para prover as despesas dos judeus pobres da cidade. Tratava-se, portanto de uma organização eminentemente local, sem qualquer teor ideológico, nem mesmo registro civil. Das companheiras, Ilse recorda-se, além de Léia Beider, das senhoras Elisa Cudicevic, Anita Shenker, Sara Chachamovitz, Dina Mocny, Dina Jaymovich, Golda Rubstein, Anita Libman, Fedora (Muche) Lerner, Rachel Solomom, entre outras.

Dado seu caráter assistencial é possível que a Sociedade das Damas Israelitas de Niterói tenha sido o movimento precursor das organizações femininas na cidade, e talvez por isso, tenha sido possível encontrar a presença de senhoras progressistas que depois se integraram à Associação Feminina Israelita Brasileira. Dina Mocny foi um desses casos.

A Sociedade das Damas Pró-auxílio de Niterói, de acordo com Ilse Sipres não possuía vínculos com o Froien Farain do Rio. As reuniões, realizadas nas casas das chaverot, eram

religiosamente anotadas em livros de atas, cujo destino é ignorado por nossa depoente, que, no entanto, guardou uma foto do grupo de senhoras:



Foto 56: da direita para esquerda: Anita Shenker, Freida Klingir, Golda Rubistein, Dora Kligerman, Elisa Cudicevice, Sara Chachamovitz, Leia Kligerman, Rachel Gukovsky. Leia Beider, Anita Libman, Rachel Solomon, Dina Jaimovich e Ilse Sipres estão ausentes da foto. Arquivo Pessoal Ilse Sipres.

Graças a Ilse Sipres também, foi possível ter acesso a um recibo impresso da organização, e ainda, a alguns registros contábeis da década de 1990, que embora não corresponda ao período estudado, ilustram sua prolongada existência, atestam doações, que respondem, inclusive, a promessas realizadas por judeus. Vejamos.

Sociedade Brasileira das Damas Israelitas
—== Brasileira de Niterói ==—
LEIA BEIDER

N.º _____ R\$ _____

Recebi do Sr. _____

a importância supra, proveniente de _____

Niterói, _____ de _____ de 19 _____

Figura 57: Recibo das Damas. Arquivo Pessoal Ilse Sipres

As mulheres, conforme asseverou Ilse Sipres, participavam ao mesmo tempo, de outras associações assistenciais, como o Comitê (de Niterói) do Lar das Crianças, que teve a frente Anita Libman, Dina Lempert, Lina Rabinovich, Marcia Sinder, Fayga Fogel, Geny Magier e Eva Rabinovich, entre outras. O papel delas era prioritariamente arrecadar fundos na cidade para a instituição sediada no Rio.

A ação dessas senhoras consistia em fazer coletas para roupas de cama, utensílios domésticos, brinquedos ou contribuir para obras de melhoramentos do prédio. Com esse intuito, promoviam chás, vendiam convites de alguma peça teatral cuja renda da bilheteria era

cedida para a instituição, entre outras estratégias. Ilza Sipres e Marcia Sinder continuam, ainda hoje, colaborando com o Lar das crianças, na atualidade, denominado Lar da Criança Israelita Rosa Waisman, mantido na Tijuca.

Parte dessas mulheres também atuou no Comitê (de Niterói) da Policlínica Israelita, como Eugenia Guisserman, presença constante nas solenidades da Biblioteca Davi Frischman; e no Lar dos Velhos em Jacarepaguá.

Tanto ativismo leva-nos a perguntar o porquê dos judeus de Niterói não terem erguido os seus equipamentos próprios de assistência social. A resposta para essa questão, de acordo com D. Ilse, está na “pobreza” da comunidade, cujas doações eram insuficientes para bancar os elevados custos dessas instituições, que foram financiadas no Rio por uma rede grande de comerciantes e industriais, coisa que Niterói não conheceu.

Cabe ressaltar, que boa parte das mulheres envolvidas com as ações de benemerência, esteve ainda, engajada na fundação da Escola do Centro Israelita de Niterói, nos anos 40, e na sua manutenção nas décadas seguintes: escola de ensino regular, aprovada pela Secretaria de Estado de Educação, e que chegou a ter jardim de infância e primeiro grau completos.

Envolvidas com as ações sociais, as judias de Niterói começaram a sair de casa para assumir um lugar na esfera pública. Ademais, todos esses comitês pressupõem uma enorme circulação, um “ir e vir” constante do Rio para Niterói, de Niterói para o Rio, além da circulação interna pelas ruas do centro da cidade a fim de angariar os recursos necessários para auxiliar tantas iniciativas. Esse dado remete-nos à questão do tempo.

O trabalho associativo demanda tempo disponível, e só tem disponibilidade quem não trabalha fora. As senhoras de 1ª geração, como vimos não trabalhavam fora do lar. Apesar da prole numerosa, sogros ou pais doentes, dispunham de mais possibilidade para trabalhar para a comunidade do que as demais mulheres. No caso da Sociedade das Damas Pró-auxílio de Niterói, as reuniões eram realizadas alternadamente entre as casas das associadas, quando poderiam levar os filhos pequenos. Pode-se supor que o intercâmbio com as organizações similares do Rio fossem realizados pelas senhoras com filhos maiores, que assim poderiam freqüentar as reuniões, circular mais pela cidade.

A trajetória da depoente ativa, Ilse Sipres, por exemplo, é bem característica do que foi o ativismo dessas mulheres. D. Ilse, alemã de nascimento, veio residir em Niterói após o casamento com Moisés Sipres, em 1942. Nos primeiros dez anos de casada, além da maternidade, cuidava dos sogros doentes, e pouco freqüentava a comunidade. Porém, após a morte dos pais do marido, e mesmo com as filhas pequenas, engajou-se no trabalho social e nunca mais ficou em casa. Ilse filiou-se às pioneiras, às Damas de Niterói e foi representante

do Lar das Crianças, dos Velhos e da Policlínica Israelita simultaneamente. Ela afirma com orgulho que pouco parava em casa, mas garante que o marido não apenas aprovava como se orgulhava de sua atuação.

A trajetória do ativismo de nossa depoente ainda persiste. A época da elaboração desse trabalho, contando 87 anos no corpo, carregava a acompanhante uma vez por semana, de ônibus, para o Lar dos Velhos em Jacarepaguá, assim como continuava a assistir as reuniões das Pioneiras e angariar doações para as Damas. Tudo com a mesma determinação com que um dia obteve o visto de entrada do avô, junto ao ministro da Justiça Macedo Soares, em pleno Estado Novo.

Portanto, se as mulheres de Niterói foram invisíveis nas atividades econômicas, foram absolutamente visíveis no trabalho caritativo.

No que se refere à ação da Wizo em Niterói, como foi comentado, não foi permitido à autora, o acesso às atas e outros documentos da instituição, sendo possível realizar apenas um breve perfil da associação na cidade.

Criada em 1926, no Rio de Janeiro, já estava comprovadamente em Niterói em 1945, cognominada “Estrela Vermelha de Davi”⁸⁸⁰. De caráter filantrópico, dedicava-se a congregar mulheres e conscientizá-las da necessidade da manutenção das tradições judaicas e da tessitura de relações firmes com Israel. Como instituição beneficente, a Wizo esteve engajada nos problemas locais brasileiros assim como auxiliou campanhas em prol de Israel.

Eta Baron, foi em Niterói uma das mulheres Wizo, e é através dela que vislumbramos um pouco do cotidiano da associação. Eta chegou a Niterói aos 18 anos, após o casamento em 1950, com Samuel Baron, filho de uma das famílias judias mais tradicionais da comunidade. Religioso, Samuel foi presidente do Centro Israelita de Niterói e da Organização Sionista da cidade⁸⁸¹. Eta, cuja mãe, Dina Jaymovich, era integrante de grupos da Wizo no Rio de Janeiro, ingressou na organização dois ou três anos após o casamento, juntamente com Márcia Sinder, que também passou a residir na cidade após o matrimônio com Slioma Sinder.

Antes de aderir a Wizo, Eta recebeu o convite para ser Pioneira, mas preferiu seguir o caminho da mãe e aderir a Wizo naquela organização. Assim sua adesão à essa instituição se deu mais por tradição e oportunidade do que por ser partidária desta ou daquela organização. D. Ilse Sipres, por exemplo, antes de aderir às Pioneiras, foi convidada para integrar o grupo da Wizo na cidade. Todavia, presa em casa pela doença dos sogros não pode aceitar o convocação. Após o falecimento deles, ingressou nas Pioneiras, de quem recebeu convite na época, portanto não foi uma opção política precisamente, ou a adesão a um programa ou

conjunto de idéias, mas a oportunidade de se atualizar, de adquirir informação e claro, de ingressar no trabalho social em uma fase de disponibilidade pessoal.

Na década de 1950, ao que tudo indica houve uma mobilização das lideranças comunitárias sionistas brasileiras, para atrair as mulheres de 1ª e de 2ª geração às fileiras de defesa do recém criado estado israelita. Nesse sentido, a Wizo e as Pioneiras estavam de portas abertas para receber as senhoras tocadas pela chama de Israel, tornando-se, portanto, para as partidárias dessa idéia, as melhores opções para a militância social.

Do lado progressista, a rivalidade ideológica também mobilizava as mulheres a se dedicarem às questões sociais. Por sua vez, as instituições comunitárias mais antigas viviam um período de renovação da mão de obra, abrindo-se também à entrada de novas ativistas. O resultado dessa combinação de fatores foi a multiplicação e o fortalecimento das organizações femininas na comunidade judaica como um todo, naquele momento.

No caso de Eta Baron e Marcia Sinder, o ingresso na Wizo foi também, uma forma de integração à comunidade. Ladeadas por senhoras mais velhas, na casa dos quarenta, cinquenta anos, e com quem falavam inicialmente em ídiche, ela aprendeu os mistérios da filantropia.

As reuniões constavam de duas partes, a primeira toda em ídiche, a segunda em português. Uma vez por ano a Wizo organizava um bazar para arrecadar fundos destinados a instituições locais. Ao longo do ano, era constante a presença de conferencistas para falar ao grupo sobre assuntos de Israel, judaísmo ou psicologia.

O teatro foi muito representativo para o grupo de Eta Baron. Foi comum a organização de jantares e noites culturais para os casais, onde sempre havia um esquete teatral a ser encenado. Chegou a existir, inclusive em Niterói, um grupo de teatro amador Wizo. Dirigido pelo ator Isaac Bardavid, as mulheres representaram em Petrópolis, Rio de Janeiro e até Belo Horizonte.

Da Wizo de Niterói, saíram dois livros, o Humor Wizo⁸⁸², de Myrian Rosansky, com trechos de esquetes de humor escritos pela autora para as encenações do grupo, e livro de contos, Os Dispersos, (1966) de Jeanette Fishenfeld, ambos editados pela Wizo de Niterói.

Nos idos de 1970, início de 1980, Eta Baron e outras senhoras fundaram um segundo grupo, do qual a depoente foi presidente por mais de vinte anos. Além de Eta, Leia Beider, Clarisse Lisker, Sara Chachamovitz, Anita Libman, Carmen Wainer, Myrian Rosansky, Golda Rubstein, Dina Jaymovic, Jeanette Fishenfeld, entre outras, integraram o grupo da Wizo em Niterói.

Na verdade, tanto a Wizo como as Pioneiras estavam preocupadas com a elevação cultural de suas associadas, convocando-as e estimulando-as à leitura de revistas e jornais, literatura ídiche, história hebraica, simbologia do judaísmo, palestras, teatro, contato com psicólogos, ou seja, prepará-las para defenderem-se da assimilação, assim como para se posicionarem como sionista. Nesse sentido, houve uma instrumentalização dessas senhoras por essas organizações, que acaba por compelir as mulheres a sair de casa e ingressar na esfera pública.

A organização Na'amat Pioneiras de Niterói, diferente da Wizo, prestou-se a um exame apurado à medida que teve acesso pleno às suas atas, guardadas cuidadosamente por Ilsa Sipres. Isso permitiu a apreensão do cotidiano propriamente dito, ao identificar as leituras, as conversas, os conflitos, os palestrantes e as campanhas realizadas por essas senhoras.

O “Snif Riva Teitelbaun”⁸⁸³, como se denominou o grupo em Niterói, foi um dos primeiros núcleos das Pioneiras no Brasil. A data histórica de sua fundação é 5 de janeiro de 1949, mesmo dia em que foi fundada a Central Rio, sob a presidência de Berta Kogan. Porém, seu funcionamento formal data de 9 de setembro de 1952, quando Felícia Grandschulsitzer tomou posse.

De 9 de setembro de 1952 até 25 de setembro de 1979, o Snif Riva Teitelbaun, foi um dos núcleos das pioneiras mais ativos do país, ao se levar em consideração a informação oriunda das atas. O snif, semelhante à Associação Feminina Vita Kempner, ganhou o nome de uma partsan, homenagem das associadas a uma brava resistente do nazismo. Talvez, metáfora dos desejos dessas mulheres em combater pelo sionismo.

É preciso considerar, uma vez mais, que apesar das Pioneiras terem constituído-se como um movimento de centro-esquerda, ligado ao partido trabalhista (Moetzet Hapoalot), com idéias socialistas, e ainda, com tendência à secularização da cultura, como afirmado por Helena Troppe⁸⁸⁴, as Pioneiras de Niterói, ideologicamente estavam distantes do centro-esquerda, e assim como a Wizo eram percebidas pelas senhoras da AFIB, como “de direita”. Algumas eram religiosas e a maior parte era de adeptas da tradição, o que justificava seu apego à organização.

A grande questão que se colocava para essas mulheres era contribuir para o desenvolvimento do Estado de Israel. Elas eram sionistas de corpo e alma, e se solidarizavam a todo tempo com as companheiras — sabras ou emigradas, que da areia fina do deserto

reerguiam a terra prometida. É para elas e suas famílias que trabalharam incansavelmente durante o período analisado.

Das 564 atas, 34 foram escritas em ídiche, as demais se encontram em português. Ao todo foram analisados 530 registros, que datam de 16-3-1955 e vão até 25-9-1979⁸⁸⁵. A riqueza de detalhes com que foram escritas brindou a pesquisadora com um conjunto impressionantes de informações.

Assim, foi possível mapear as chaverot⁸⁸⁶ associadas, as campanhas realizadas no período, dados relativos às finanças do grupo, os conferencistas e artistas que visitaram o snif, os encontros sociais, as relações com outras organizações, o calendário festivo da organização, entre outros detalhes. Tantas informações adicionaram um problema à autora: o que é relevante para a pesquisa desenvolvida? Como hierarquizar e tratar as informações?

Da leitura das atas foi possível registrar a participação de 86 mulheres durante o período estudado⁸⁸⁷.

Na prática, um grupo bem menor formava a linha de frente da organização, no período estudado, ao liderar as campanhas, freqüentar os congressos, e comparecer assiduamente às reuniões. Dentre elas, destacaram-se, Belinha Gack, Dina Lempert, Eva Stangenhau, Felícia Grandzulitzer, Ilse Sipres, Sara Przybyszewicz, Luba Litvak, Marieta Grand, Eva Waisman, Esther Rachel Treiger, Angélica Sztajyn e Clara Sztzytzberg, as duas últimas, inclusive, chegaram à presidência da Central Rio, nos anos setenta.

Dessas lideranças, apenas uma trabalhava fora: Belinha Gack, funcionária da Prefeitura Municipal de Niterói. Marieta Grand e Esther Rachel Treiger posteriormente nos anos 1970, atuaram como empresárias, afastando-se da organização. Desse grupo de líderes, à exceção de Sztajyn, Gack e Grand, as demais chaverot pertenciam à 1ª geração, assegurando o predomínio das emigrantes sobre as instituições que fundaram.

Esse dado é relevante à medida que as lideranças que substituíram às originais não formaram quadros, quantitativos e qualitativos, suficientemente fortes e empenhados para abraçar o trabalho social, como na 1ª geração, e parte da 2ª, e isto se deve provavelmente, à entrada maciça da segunda geração no mercado de trabalho e sua progressiva assimilação cultural, e também, ao esgarçamento da identidade judaica original na 3ª geração.

Assim, com a extinção das duas primeiras gerações, a continuidade dos trabalhos comunitários, nos moldes em que foram criados, é um problema que atinge a todas as instituições judaicas, masculinas e femininas, no presente. Em Niterói, por exemplo, a época da pesquisa, o Snif Riva Teteibaum contava apenas 8 associadas, das quais quatro eram

atuantes, a saber, Ilsa sipres, Geni Rubens, Rachel Solomon, e Fortuné Aronowics, e todas acima dos setenta anos.

Entre 1955 e 1979, as Pioneiras de Niterói, movidas pela chama do sionismo, reuniam-se a cada quinze dias para estudar as tradições e a história judaica, planejar eventos e campanhas financeiras em prol de instituições israelenses e também de organizações locais não judaicas, discutir livros, e artigos de jornais. Receber conferencistas foi ato freqüente nos primeiros quinze anos.

Convidados especiais oriundos de Israel, palestrantes de organizações sionistas do Rio, líderes pioneiras de todo o mundo, nomes marcantes do Moetzet Hapoalot, enfim um conjunto diversificado de pessoas veio contribuir para o desenvolvimento intelectual e ideológico dessas mulheres. Por meio das atas foi possível relacionar os convidados e os temas das palestras. Vejamos.

CONFERENCISTAS RECEBIDOS PELAS PIONEIRAS DE NITERÓI, 1955-1979⁸⁸⁸

CONVIDADO	TEMA	ATA
Dvoina Ilon**	<i>A influência da segunda Aliá na construção de Medinath Israel</i>	16/3/1955/ A:35
Eva Levinson	<i>O trabalho das Pioneiras</i>	25/8/1955/ A:48
José Lins do Rego	<i>Impressões de Viagem a Israel</i>	15/10/1955/A:51
Izar Ben Zvi**	<i>“Esclarecimentos Sobre o Trabalho”</i>	30/11/1955/A:54
Luís Grand*	<i>Sobre o 24º. Congresso Sionista em Israel</i>	s/d /A:60
Coronel israelense**	<i>As Campanhas do Sinai e Arabá</i>	s/d/A: 78
Prof. Mendel	Tema não identificado	s/d/A:79
Izar Ben Zvi**	<i>Beril Katznelson</i>	5/9/1957/A:88
Rabino H. Lemle	<i>Minha Viagem a Israel</i>	16-6-58/A:100
Prof. Berstein	<i>História israelita</i>	7/6/1960/A:122
Sara Barcait **	<i>Reeducação das Judias Orientais Promovidas Pelas Pioneiras em Israel</i>	27/7/1960/A:127
Abraão Litman	<i>Festividades do Calendário Judaico</i>	8/9/1960/A:130
Eva Levinson	<i>Sobre o 25º. Congresso Sionista em Israel e o Julgamento de Eichman</i>	30/5/1961/A:142
Ana Tubenschlak	<i>Kibutz</i>	23/7/1962/A:171

Rachel Blau*	<i>Impressões de Viagem a Israel</i>	5/9/1962/A:175
Rachel Adivi	<i>Israel e o Trabalho da Mulher Pioneira</i>	29/6/1962/A:178
Rabino H. Lemle	<i>Quando Nossos Filhos Viram Gente</i>	27/6/1963/A:193
Embaixatriz Tâmara Lschel	<i>A vida da Mulher em Israel e sua Luta Pelo Bem Comum</i>	11-7-1963/A:195
Felícia Grand*	<i>As Pioneiras nos EUA e Novas Modalidades Para Fazer Dinheiro para o Partido</i>	8/10/1963/A:202
Henrique Teitelbaum	<i>Bialik</i>	11/8/1967/ A:223
Zvi Tetelbon	<i>Israel Atual</i>	5/9/1967/A:266
Nahun Sirotsky	<i>Israel e a Aliá</i>	1/10/1967/ A:268
Gueula Chavikkin**	<i>A Vida em Israel</i>	4/2/1967/ A:277
Sonia Barg	<i>Comentários de Viagem a Israel</i>	30/3/1967/ A:283
Ilse Sipres*	<i>Como Trabalham as Pioneiras em Israel</i>	5/8/1968/ A:295
Ruth Resh	<i>Relato sobre participação no Congresso Sionista e Conferência Mundial da Moetzet Hapoalot</i>	11/10/1968/A:301
Elisheva Orman**	<i>Moetzet Hapoalot</i>	5/9/1969/ A:324
Leibus Kotec**	<i>Kerem Keiemet</i>	17/9/1969/ A:329
Prof. Anita Oloni e Chanan Olani	<i>Moetzet Hapoalot e o Momento Político em Israel</i>	22/11/1969/A:337
Prof. Geson Saposnikof**	<i>Psicologia da Convivência Familiar</i>	7/11/1969/ A:335
Benjamim Roisman**	<i>Kibuz Bros-chail, Noticiário e partidos Políticos</i>	27/11/1969/ A: 339
Prof. Anita Oloni	<i>A Mulher Dentro da Religião Hebraica</i>	24/3/1970/A:334
Tilda kogan**	<i>As Pioneiras no Chile</i>	6/8/1970/A:357
Ruth Pildewasser	<i>Problemas Atuais da Juventude Judaica e o papel dos Jovens Pais</i>	23/10/1970/A:364
Belinha Gack* Ilse Siipres* Ana Kaufman*	<i>Seminário do Mapai/ Israel do Ponto de Vista da Dona de Casa; A Vida num Kibutz</i>	25/11/1970 A:368
Benjamim Roisman** Angélica Stajn*	<i>Efrain Kishon; Moetzet Hapoalot</i>	1/7/1971/A:383
Isaac Axcclrud	<i>O Papel da Mulher Judia na Luta contra a Assimilação</i>	30/11/1971/A:396
Lea Tzamir**	<i>Kibutz Bro-chail</i>	1/7/1976/A:500

Chelaih Berliuský	<i>Campanha de filiação ao Mifal Hachaveirut</i>	27/9/1976/A:506
Prof. Yolanda da Silveira	<i>Relações Humanas</i>	s/d/2/12/1976
Esther Schertman	<i>Congresso Mundial das Pioneiras em Israel e o Congresso Mundial Sionista</i>	24/5/1978/A:537

O exame dos temas enunciados indicou que 78,2%⁸⁸⁹ das conferências versaram sobre questões relacionadas diretamente à construção do Estado de Israel, assinalando da parte das nossas ativistas, o desejo incontestado de contribuir para forjar o novo país. Nesse sentido, elas reconheciam o seu papel de mulher e reivindicavam um espaço de atuação nesse processo.

Algumas conferências merecem um olhar especial. Além das palavras do (a) convidado (a), registraram dados sobre a assistência, e sobre o que as chaverot pensavam acerca do seu trabalho. Assim, a ata 51, datada de 15-10-1955, consignou o sucesso da palestra de José Lins do Rego realizada no CIN:

Falou ele sobre o tema impressões de viagem a Israel. O escritor foi apresentado pelo Dr. Samuel Baron. A conferência foi coroada de pleno êxito, pois compareceram uma média de 250 pessoas. A comissão trabalhou com afinco e a colônia colaborou com seu comparecimento em massa. Foi mais uma vitória moral das mulheres Pioneiras de Niterói que souberam interessar e conseguir a grande e valorosa contribuição da juventude.

Samuel Baron, é bom lembrar, era o marido de Eta Baron, da Wizo, presidente do CIN e das Organizações Sionistas de Niterói. A presença de 250 pessoas é impressionante, representando cerca de ¼ da população judaica da cidade na época, o que significa dizer que o evento preparado pelas ativistas envolveu a comunidade maior. Por se tratar de um escrito famoso, é possível que alguns progressistas tenham pisado no território do CIN para vê-lo, daí talvez, o sentimento de afirmação das pioneiras.

Na ata 127, de 27-7-1960, segue o registro da visita da shaliach⁸⁹⁰ Sara Barcait, de Israel, ao snif Riva Teteibaum, que a recebeu na residência da chavera Esther Rachel Treiger. Na oportunidade a visitante:

depois de se inteirar de nossos trabalhos, e sentir nosso interesse pela causa de Israel, mostrou-se satisfeita, e elogiou nossa organização, inclusive pela fundação das aulas de ivrit (hebraico), o que vem a demonstrar nosso interesse pela cultura e idioma hebreu. Incitou-nos a que elevássemos o nosso ideal, pelo trabalho construtivo que estamos fazendo, o mais alto possível, porque a vida sem ideal é uma vida vazia. Falou-nos do trabalho que tem as Pioneiras no Estado de Israel, no auxílio que prestam às mulheres e crianças que vem dos atrasados países orientais, e que têm que ser re-educados e re-inseridos, para que possam se integrar numa coletividade civilizada.

As conferências, como vimos, cumpriam o duplo objetivo de descortinar, para a mulher da diáspora, a realidade de Israel, ao informar sobre o cotidiano da terra prometida, assim como tiveram o sentido pedagógico de levantar o moral das ativistas para estimulá-las à continuidade da luta.

Outras palestras mostraram uma finalidade mais prática, como a que transparece no evento comentado na ata 266, de 5-9-1967. A conferência, ocorrida na Sociedade Hebraica de Niterói, um dos locais freqüentemente requisitados para realizações das Pioneiras, contou com a palestra do chaver Zvi Tetelbon, discursando sobre “Israel Atual”. Houve exibição de filme com notícias da Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), após o que foi lembrado-se ao público da presença de representantes do Keren kaïemet Le-Israel, o poderoso Fundo Nacional Judaico⁸⁹¹.

As Pioneiras estavam sempre envolvidas em campanhas para arrecadação de fundos em prol de Israel. Vale dizer, que o ano iniciava para o Snif com a deflagração da “campanha anual”, responsabilidade que cabia a uma chavera por vez, e que durava aproximadamente três meses, entre março e junho. Tratava-se, na prática de percorrer as lojas de judeus da cidade e bater às portas dos amigos para recolher doações que ao final da campanha eram enviadas para Israel. Esses recursos auxiliavam o custeio de duas creches em terras israelenses: a Creche Cecília Meireles e a Creche Raquel de Queróz, ambas escritoras abertamente defensoras do sionismo.

Algumas atas registraram o montante arrecadado. Em 7-5-1955, ata 43, sublinhou-se o resultado final da campanha daquele ano, o valor de “20.000,00”; no ano seguinte, a ata 56 (s/d) registrava um aumento de 35% na arrecadação em relação ao ano anterior, finalmente, a ata 58 consignava os valores de 61.550,00, como resultado dos esforços relativos a 1956.

Em 9-4-1964, ata 207, a presidente do Snif parabenizava as pioneiras pelo sucesso financeiro obtido no ano:

fez-se a prestação de contas da campanha de 1964, que por sinal foi um grande sucesso! Todas as mulheres trabalharam bem e rápido e d. Felícia agradece a toda o belo trabalho. Eva e Ilse levarão o dinheiro ao Rio. Em virtude da situação atual, não podemos resolver nada da programação...

Em 1960, o saldo da campanha superou os 80.000,00⁸⁹², porém os recursos obtidos nos esforços anuais nunca eram suficientes para as solicitações de auxílios recebidas pelas pioneiras. Ilse Sipres é categórica ao afirmar que o dinheiro conseguido era sempre pouco porque a comunidade além de pequena não era rica⁸⁹³. Por isso, além da campanha anual, elas

realizavam inúmeros eventos por ano, aproveitando, inclusive, as tradicionais festas judaicas para arrecadar novas somas. O exame das atas permitiu recuperar várias dessas estratégias.

Em 1955, as ativistas puseram as filhas para desfilarem moda infanto-juvenil, com grande sucesso, e de quebra ofereceram ao público um número de balé coreografado pela professora Isa Shenker. O saldo: 4.200,00.⁸⁹⁴ Empreendimento caracteristicamente feminino, os desfiles foram comuns. Em 1957, por exemplo, grande parte da renda auferida no desfile anual foi revertida para a escola do Centro Israelita de Niterói, precisamente 7.750,00, e 981,00 recolhidos para o Keren kaïemet Leisrael⁸⁹⁵.

Vinte anos depois, em 5-11-1977, os desfiles continuavam a seduzir as mulheres e garantir a arrecadação. A ata 527 assinala detalhes da preparação do evento: na ocasião elaborou-se um desfile de moda israelense, com a presença das autoridades locais, casais da sociedade e grande parte do ishuf local. Diversas lojas ofereceram patrocínio para o acontecimento: a “GrandJóia”, doou um anel de ouro para ser rifado; as lojas “Bonny” e “Meia Sola” doaram os sapatos utilizados no desfile, além de ofertar 2 conjuntos de bolsa e sapato para serem sorteados; a “Ótica Pérola” cedeu um óculos de praia, e o Supermercado “Stela Maris” garantiu a bebida para o coquetel. A noite teve direito, inclusive, a mestre de cerimônias, o speaker oficial das Pioneiras de Niterói, o Sr. Manuel Gack. Algumas das lojas citadas eram de propriedade de judeus da cidade.

Digno de nota é a coleta de fundos realizada por Felícia Grand e Luba Litvak, em 1959, “*nas estações de repouso*”, angariando importante soma para ajuda ao Jardim de Infância Eilat, em Isreal.⁸⁹⁶ As pioneiras nunca descansavam!

Em 1961, as ativistas do snif Riva Tetelbaum formaram seu próprio coral, “Kneret”, sob a regência de Carlos Ascelrad⁸⁹⁷. Na oportunidade do primeiro aniversário do coro, elas não perderam a chance de organizar um grande evento e comemoraram em grande estilo, acompanhadas pelo pianista George Gesta e pelo ator Rodolfo Mayer, então famosíssimo. O resultado ficou na casa dos 162.000,00. Mayer voltaria a trabalhar para elas em 1966, por ocasião de outro jantar de chavutot.⁸⁹⁸

No período analisado, além da campanha anual, foram identificados, diversos conjuntos de ações destinadas a arrecadar fundos para os mais variados fins. Assim, vimos as Pioneiras envolvidas com a venda de bônus do tesouro israelense⁸⁹⁹ e de emblemas⁹⁰⁰; na arrecadação de roupas e alimentos não perecíveis para creches em Israel⁹⁰¹; na campanha do “Novo Imigrante”, da qual infelizmente nada pudemos aferir⁹⁰²; a ajuda ao Rayol (soldado)⁹⁰³, para quem também teciam gorros de lã⁹⁰⁴.

As Pioneiras como não poderia deixar de ser, foram solidárias aos irmãos israelenses nas difíceis horas das guerras em que o país esteve envolvido. Assim, os anos de 1955, 1957, e 1967 mereceram campanhas especiais para auxílio às vítimas e aos soldados, e chás urgentes foram promovidos: *“em virtude das ocorrências lamentáveis em Israel, não podíamos fazê-lo sem antes realizar alguma atividade em prol dos que lutam pela independência e liberdade de um povo.”*⁹⁰⁵

Outras campanhas também foram encampadas pelas Pioneiras de Niterói, como a ajuda ao Laboratório de Pesquisa do Cancer, em Israel⁹⁰⁶; para plantar árvores e fazer um bosque em homenagem a Ben Gurion, pelos seus 70 anos de vida⁹⁰⁷; às crianças órfãs de Bet Katzka⁹⁰⁸; ou mesmo os esforços para a filiação ao Mifal Hachaveirut⁹⁰⁹. A tradicional venda de bombons que ocorre na época de Shaná Tovar não pode ser esquecida, e durante todos esses anos as militantes deixavam caixas de bombons nas lojas e na casa das amigas, o dinheiro recebido era enviado para a Central.

A APAE, a escola do CIN e os flagelados das secas do nordeste não foram deixados de lado por essas incansáveis ativistas⁹¹⁰

Em 1963, a ata 202 consignava o retorno de Felícia Grand, presidente do snif de Niterói⁹¹¹, de uma viagem aos Estados Unidos, quando, entre outras coisas, *“fez um relatório das atividades das Pioneiras naquele país, trazendo-nos quantidades de idéias novas e diversas modalidades de fazer dinheiro para o partido.”* As Pioneiras, não podemos esquecer, eram filiadas ao Mapai, o partido dos trabalhadores, organização sionista fundada em 1930, e que esteve no poder ininterruptamente entre 1930-1977, junto com quem eram parceiras na realização dos sonhos de gerações de judeus.

Nesse intuito, e também determinadas a preservar suas tradições, as Pioneiras comemoravam todas as datas do calendário judaico — Sucot, Pessach, Chavuot, Shaná-Tovar, além de celebrarem também, o Levante do Gueto de Varsóvia, o Yom Haatzmaut (a independência de Israel), o aniversário do grupo, e o dia da Declaração Balfour. Nessas ocasiões novas oportunidades de arrecadar fundos para suas obras se ofereciam, numa perfeita conciliação entre o culto à tradição e a filantropia.

Assim, em 7-6-1960, ata 122, encontra-se o seguinte comentário sobre o chá de chavuot, realizado na casa de Sara Przybyszewicz:

com um tão grande êxito, que a todas nós emocionou profundamente. Foi, realmente, uma tarde finíssima de puro enlevo espiritual, com um comparecimento elevadíssimo de senhoras, como nunca se viu em outro chá realizado em residência particular. A casa apesar de suas grandes proporções, quase não podia comportar a enorme assistência. O resultado financeiro que se elevou a mais de 20.000,00, foi

um grande incentivo para nós, pois representa uma belíssima quantia angariada em um chá. O programa altamente artístico, foi perfeito em todos os detalhes, tendo a declamadora Srta. Ana Fulesco com uma belíssima interpretação, cheia de arte e calor humano, emocionado a assistência até as lágrimas. Nossa chaverá Esther Rachel Treiger, acompanhada ao piano pela srta. Suzana Sipres cantou com a sensibilidade que lhe é tão peculiar lindas canções em ídish, e um pout porri coletado por ela de canções hebraicas, que contavam através da música do grande sonho do sionismo em voltar a possuir a antiga terra de seus ancestrais; a luta pela posse da mesma; e finalmente, a concretização deste sonho, a alegria do povo em voltar a cultivar aquela terra que era sua e que tanto sangue e sacrifício lhe custará. Foi realmente uma visão grandiosa o que através destas músicas nos foi dado entrever.

Nessas ocasiões as pioneiras se esmeravam, colocando para fora todos os dotes artísticos das chaverot. Em 25-10-1961, uma grande solenidade foi realizada, no Teatro Municipal de Niterói, para celebrar os dez anos de atividades do grupo. Dessa festa participou a presidente da Organização das Pioneiras no Brasil e a da Central-RJ. A parte artística, contou com a chavera Esther Rachel Treiger cantando canções em ídish e hebraico; o violinista Joseph Biro, acompanhado por Georg Gessta; o casal de bailarinos Cecília Vainstock e Décio Otero; e uma apresentação do coral Kneret regido por Carlos Acxelrud. As chaverot apresentaram-se à assistência, uniformizadas com emblemas bordados nos bolsos. E de acordo com o registro, alcançou-se um resultado financeiro extraordinário: 100.000,00.⁹¹²

Em 9-12-1967, desta feita, a comemoração dos 15 anos do grupo, as Pioneiras receberam a assistência com um show do cantor Hélio Paiva. Dina Lempert dissertou sobre as Pioneiras e Moetzet Hapoalot. Várias chaverots tomaram parte em um jogral, cujas cenas eram entremeadas por canções apresentadas por Clara Stytzberg –“Jerushalaim”, e por Esther Raquel Treiger — “Veulai. A chavera, Ita Lempert Bendetson monologou ‘Se eu fosse Rotshield’ de Sholem Aleichem”. A noite contou ainda com jovens do grupo Dan apresentando músicas folclóricas, desfile de modas com a participação de filhas das ativistas, e o coral Kneret que cantou “Dos Broit Vet Dir Gueheren”. A festa foi encerrada com a grande ativista Eva Levenson solicitando “*o enfileiramento de jovens no trabalho das Pioneiras em benefício da nossa Medina*”. O Keren Kaimet Le-Israel foi representado pelas chaverot Maria Lemos e Sarita Rosenswaig atentas a todas as possíveis contribuições.

Finalmente, em 8-6-1968, a ata 290 registrou uma requintada festa de chavutot:

Comemoramos chavutot com um grande empreendimento que realizamos no salão nobre da Reitoria, na bela Icaraí. Tivemos o prazer de contar com a honrosa presença da embaixatriz de Israel no Brasil, sra. Achsa Divon; da sra. Shmorah, esposa do conselheiro de assuntos econômicos; das chaverot do Rio Geni Gutnik e esposo, Noemia Horowitz, Fanny Miller e Adélia Wagman(..)A chaverá Marieta Grand dirigiu a festa e deu início ao programa da noite com uma saudação a todos os

presentes. Chaverá Geni Rubens fez uma saudação à embaixatriz e chaverá Dina Lempert ofereceu-lhe flores. Chaverá Andréa Gutnik leu um trabalho sobre chavutot. Chaverá Dina lempert falou sobre as atividades das Pioneiras e da Moetzet Hapoalot. A embaixatriz de Israel em breves palavras (...) elogiou a hospitalidade dos niteroienses (...) em seguida foi servido chá, doces típicos de chavutot feitos pelas nossas próprias chaverot, enquanto um conjunto tocava, fazendo um fundo musical alegrando o ambiente. Houve show com a cantora Joelma que apresentou muitas canções, inclusive vários números em idish e hebraico, sendo muito aplaudida. Esperamos ter proporcionado aos que nos deram o prazer de comparecer, uma noite agradável, com mais este empreendimento festivo. Desejamos continuar festejando nossas tradicionais e importantes datas, exaltando seu valor e sua significação.

Uma vez mais, transparece no texto da ata, o orgulho pela realização, que deixa evidente os sinais de prestígio que o snif Riva Tetelbaum alcançou no cenário estadual.

A homenagem aos Heróis do Gueto de Varsóvia e Yom Haatzmaut (independência de Israel) foram invariavelmente celebradas em conjunto com as organizações sionistas de Niterói. Aliás, apenas uma vez a ADAF foi citada nas atas das Pioneiras, em 1968, justamente nesta oportunidade. Na ocasião, a coletividade vivia ainda sob o impacto da guerra dos Seis Dias. As situações de guerra experimentadas por Israel, motivaram esforços comuns dos judeus de Niterói para colaborar com a sobrevivência do Estado israelense, única hipótese de reunião entre eles.

Outra comemoração se dava por ocasião do aniversário da Declaração Balfour, quando o discurso do ministro das relações exteriores britânico, Lord Arthur Balfour em 1917, em favor da constituição do lar nacional judaico na Palestina, acenou para a concretização do sionismo. As Pioneiras celebraram o dia, entre 1966 - 1970, com direito à “messibás” (encontros) recheados de atividades culturais. Sem dúvida, uma forma de relacionar a independência de Israel em 1947, a um passado menos próximo, na tentativa de sistematizar um calendário histórico para Israel.

No entanto, a realização de eventos obedecia também a outras necessidades. Neste caso, a preocupação com a formação dos jovens é evidenciada ao longo de todo o período analisado. Em 1956, por exemplo, encontramos as pionieras preocupadas com os filhos. Vejamos.

em virtude da morosidade de trabalhos demonstrado pela dita organização. Sendo este grêmio estritamente necessário(?) em virtude de termos verificado uma grande infiltração de idéias contrárias ao nosso modo de pensar e perigo de desvio da nossa juventude para caminhos de assimilação, achamos por bem convidar o Ichud Hanoa Hachatutzi (sic), a participar de nossos trabalhos em Niterói.(...) resolvemos em seguida que eles tomarão parte em todas as nossas realizações para com isto, sintamos que cumprimos nosso dever, dando uma educação sionista para nossos filhos.⁹¹³

Imaginar quais os “perigos” que rondavam as famílias de nossas ativistas, não é muito difícil, se levarmos em consideração que nesta época a segunda geração já estava na universidade, o que significava a aceleração do processo de assimilação cultural, que tanto apavorava a primeira geração. Ainda, o contato com os movimentos de esquerda marxistas, que tinham lugares cativos nas universidades de então, poderiam desvirtuar os sentimentos daqueles jovens. Sem esquecer os progressistas, que gravitando no entorno da Biblioteca Davi Frischman, mantinham inúmeras e atraentes atividades para os jovens por meio dos seus movimentos juvenis — o Clubinho I. L. Peretz, a colônia de férias kinderland eram ameaças reais⁹¹⁴.

Era mister, pois, fortalecer os sentimentos sionistas das famílias da coletividade local. Daí as pioneiras lançarem mão do auxílio do “Ichud Hanoar Hachatutzi”, a “União Juvenil Pioneira”, que existiu no Brasil entre 1952 e 1958, e apoiar o Dror, ambos movimentos da juventude sionista, que apesar das diferenças internas, estavam sintonizados com a idéia de reunir os povos da diáspora na terra dos antepassados⁹¹⁵.

Em várias atas vislumbra-se a preocupação com os jovens. Na ata 50, datada de 20-9-1955, registrou-se o festival realizado dias antes, em 15 de setembro, para a despedida do 7º. Chalutzin do grupo Dror⁹¹⁶ em partida para Israel. O evento foi compartilhado com a Wizo, o Círculo Hatkva e a organização sionista unificada de Niterói. A festa rendeu 5.800,00 aos jovens.

Muitas chaverot, inclusive, tiveram filhos, que egressos de grupos jovens sionistas fizeram aliá⁹¹⁷. Nas atas é possível observar viagens constantes de chaverot a Israel, a fim de visitar e passar temporadas com os familiares emigrados. Dina Lempert, que substituiu Felícia Grand na presidência do snif, viajou diversas vezes para Israel visitar filhos no período. Ilse Sipres também se viu nessa situação. Sua filha Suzana, que aparece em algumas atas tocando piano nas apresentações musicais das chaverot, decide fazer a aliá em 1967.

As filhas de d. Ilse forneceram, pois, uma síntese dos dilemas que uma família judia experimentava na época, e que em boa medida refletiam a divisão do imigrante judeu das primeiras décadas do século XX, entre a tradição e a haskalá: “fazer aliá” e realizar o sonho da pátria nacional judaica ou ir para a universidade e alcançar o sonho da modernização e ocidentalização? Suzana, como vimos, fez aliá; Penina, a irmã mais nova, foi para a universidade. A decisão da filha foi vista com alegria pela mãe e tristeza pelo pai.

A promoção da aliá por parte das organizações juvenis, do tipo Dror, que instigava os jovens a trocar os estudos, por uma formação técnica, ou mesmo o trabalho braçal, para servirem de pioneiros em kibutz israelenses, ensejou certamente, rachaduras em muitas famílias⁹¹⁸.

Algumas chaverot concretizaram o sonho da emigração para Israel. Rachel Blau, em 1966; Geni Rubens em 1970, Esther Abramento, em 1976, Ita Lempert Bendetson, na década de 1980. De Israel, a chavera emigrada continuava a comunicar-se com as companheiras do Brasil, mantendo estreitos os laços que as uniam. Como exemplo, em 1971, Geni Rubens, que partira um ano antes, escrevia convidando as companheiras para o bar-mitzvá do filho em Israel⁹¹⁹. No entanto, nem sempre o resultado era o esperado. A família Rubens que o diga. Quatro anos e a guerra do Yom Kippur depois, os Rubens retornaram frustrados. A vida não foi fácil por lá, e não conseguiram se adaptar⁹²⁰.

As viagens para Israel justificavam-se também pela oportunidade das chaverot participarem dos congressos mundiais sionistas e das pioneiras. Diversas atas registraram a ida e o retorno das chaverot. Em 1968, Ilse Sipres foi destacada para participar do seminário das Pioneiras, em Israel.⁹²¹ Em 1969 foi a vez de Dina Lempert e Faiga Fogel representarem o grupo no seminário de Moetzet Hapoalot, também em Israel.⁹²² Em 1970, foi a vez de Belinha Gack⁹²³ ir acompanhada por Ilse Sipres. Na ata 367, de 17-11-1970, entre outros registros, encontramos uma anotação das emoções de Belinha ao participar do evento em Israel: *“Belinha Gack falou dos dias de sonho que foi o seminário do partido”*. O assunto continuou em pauta nas reuniões que se seguiram, onde, por exemplo, verifica-se a organização de um chá na casa de Ilse Sipres, quando Belinha Gack foi escalada para falar do seminário do Mapai, Ilse sobre o cotidiano de Israel do ponto de vista de uma dona de casa, e Ana Kaufman, sobre a vida no Kibutz⁹²⁴.

De acordo com Ilse, participar de um seminário desses implicava em dinheiro, e as passagens eram pagas pelas próprias chaverot, o que só foi possível para poucas. De toda forma as informações eram socializadas de modo a manter a chama acesa entre todas as companheiras de causa. Ressalte-se que esses chás, e principalmente os jantares eram abertos aos maridos, agregando os casais em torno dos ideais sionistas, e, na prática, reforçando os laços étnicos.

Ao longo dos anos 70, as pioneiras de Niterói continuaram a participar dos seminários internacionais, e também nacionais. Em 13-9-1976, a ata 505 consignou o encantamento das

senhoras que participaram do Kinus (encontro) de São Paulo, que contou com a visita ilustre de D. Lea Rabin, então 1ª. dama de Israel. Desta feita, Belinha Gack transcreveu para ata o relatório da atuação do snif Riva Tetelbaum, do qual cito um trecho:

posso afirmar sem fazer demagogia que tivemos um lugar destacado nesse kinus. Apesar do nosso snif representar um ishuf pequeno sentimos pelo carinho com que fomos recebidos que Niterói já é sobejamente conhecido e que nosso trabalho é reconhecido e respeitado.(...)

Nessa altura, tivemos a surpresa de receber novamente a nossa inesquecível convidada que vinha se despedir. Foi realmente para nós um momento de muita emoção a sua saída. Todas as congressistas aplaudiam e com os olhos marejados de lágrimas expressamos o nosso adeus. Considerei este o momento clímax do kinus.

Em 1979, o núcleo de Niterói se viu as voltas com a organização do jantar de encerramento do VII kinus Artzi (congresso territorial) da Na'amat pioneiras do Brasil, privilégio que raramente um snif pequeno como o de Niterói obteve mas que dá a medida da importância e naipes das pioneiras da cidade. Na ata 563, de 3-9-1979, temos a justa medida da dimensão do ocorrido, das estratégias utilizadas e do que sentiram nossas ativistas:

Fica registrada nessa ata o sucesso absoluto que obtivemos com o jantar de confraternização organizado pelo nosso snif, por ocasião do VII Kinus Artzi da Na'amat Pioneiras. O Novotel de Niterói recebeu nessa noite cerca de 300 chaverot que participaram do Kinus, e as presenças honrosas de Ora Namir, deputada do Knesset em Israel, Gueula Javkin, presidente do movimento Mundial Na'amat Pioneiras, Ida Portnor, presidente nacional e demais presidentes dos centros. Com a palavra de nossa presidente saudando os presentes, teve início o jantar. A parte artística esteve a cargo do conjunto musical Keshet da hebraica Niterói e da violinista Miriam Broitman, acompanhada ao piano por Graça Pinto e Liliam B. Santos. Foi um sucesso e podemos afirmar sem falsa modéstia que este empreendimento foi o ponto alto do Kinus. Valeu o esforço dispendido. Sentimos pelos elogios e agradecimentos que a alegria e o sorriso de cada chaverot transmitia a felicidade com que foi transcorrido o jantar. Mais uma vez nosso snif se sentiu compensado pelo trabalho e esforços que cada uma de nós procura dar de si. Trabalho de equipe, satisfação do dever cumprido.

Atuante, incansável, persistente, esses são alguns dos adjetivos que o núcleo das pioneiras de Niterói merecem, sem dúvida, ainda mais nos anos setenta, quando parte da mídia mundial começou, por um lado, a atacar Israel, em virtude das estratégias políticas e militares adotadas no enfrentamento da questão palestina, e por outro, a destacar a OLP, na figura de Yasser Arafat.

As atas 487, 488, 490, entre novembro de 1975 e março de 1976, reverberaram a condenação do sionismo na Organização das Nações Unidas, no final de 1975. Na primeira,

as mulheres comentaram o discurso de Igal Allan⁹²⁵ na ONU, sobre a noção de anti-semita e sionismo, que decidiram reproduzir e distribuir cópias em todas as entidades oficiais. Na segunda discutiram a carta circular distribuída pelas confederações dos partidos sionistas relativa à condenação do sionismo. Na terceira, solicitaram à central, a ampla divulgação do discurso do padre Benjamim Nunes, da Costa Rica, a favor da causa sionista. E, em julho de 1976, iniciaram campanha nacional, em conjunto com a organização sionista, para angariar solidariedade ao sionismo e ao Estado de Israel⁹²⁶.

As ameaças que paraivam sobre a causa naquele momento, aliaram-se ao desejo de promover a mulher a um lugar mais importante no seio da religião, e as pioneiras passaram a estimular a realização dos bat-mitzvá, as cerimônias religiosas que celebravam a entrada das moças na vida adulta, o que ocorre por volta dos doze anos. Assim, na ata 508, de 25-10-1976, encontramos as pionieras envolvidas nos comentários sobre o bat-mitzvá que promeeveram:

no domingo 17 de outubro de 1976, ao findar o Sincha Torá, dez meninas da coletividade de Niterói fizeram o seu Bat mitzvá, patrocinado pela Namat Pioneiras-centro Niterói. A professora Raquel Abramento, orientada pelo Prof. Moyses Kandelman, da Associação Religiosa Israelita, foi a paciente professora que durante alguns meses preparou as jovens para a função da mulher judia, tanto no lar quanto na sociedade atual. A sinagoga toda ornamentada, transbordava de emoções: as jovens, que ao completarem sua maioridade religiosa, se sentiam imbuídas das responsabilidades de futuras esposas judias; os pais, ouvindo orgulhosos as palavras preparadas com tanto carinho pelas filhas. Na cerimônia falou o dr. David Gorodovitz e o chasan Fridlander dirigiu as rezas. Grande número de parentes e amigos acorreram à sinagoga do CIN, para assistir à cerimônia e cumprimentar as famílias de Ana Redinger, Poali Inês Bauchik, Denise Rubens, Esther Abramento, Frima Treiger, Helena Kac, Mirian Broitman Santos, Márcia Tubenchlak, Paola Stajn e Rosana Betty Merhavi.

A narrativa é reveladora da própria contradição em que viviam aquelas mulheres, que se de um lado, eram tão ousadas, viajavam, iam a congressos, lidavam com dinheiro, discutiam política, enfim, que recusavam-se a exercer o papel de meras filantropas; por outro, sob o discurso das *“responsabilidades de futuras esposas judias”* acentuavam o lugar tradicional que a religião judaica delegava às mulheres, isto é, a manutenção da casa, a transmissão do saber geracional, a defesa das fronteiras étnicas.

Ao longo de todo o período analisado, as pioneiras de Niterói, mesmo sionistas convictas, e voltadas para a afirmação da língua hebraica, jamais deixaram de recordar e celebrar os escritores que marcaram a cultura ídiche, da qual eram oriundas, e assim como as

progressistas da AFIB, dedicavam em suas messibás números artísitcos em homenagem a Sholem Aleichem, Bialik, David Pinsky⁹²⁷.

Da mesma forma, participavam por meio de seu coral, o kneret, dos festivais de música ídiche e hebraica realizados pela Sociedade Hebraica de Niterói, nos anos de 1960⁹²⁸.

Outra atividade promovida pelas pioneiras, e que fez grande sucesso foi o festival da comida idiche. Desta feita, embora o objetivo fosse, como de costume, angariar recursos para os fins conhecidos, ao que tudo indica, a coletividade não se importava de pagar, na verdade adorava. Na ata número 352, de 8-6-1970, as ativistas definiram o menu do 1º. festival, a saber: “guelfitefish, chrein, filé de peixe, maionese, mocotó, língua, lsiguel (?) plops. Garjet, cashe, pepino em conserva, canja, tchulent (?), leigalach de queijo e batata, borreca, falafel, tortas de maçã, queijo e chocolate”.

Na reunião seguinte, as senhoras comemoravam o resultado obtido:

A organização das Pioneiras de Niterói comemorou chavutot com um festival de comida idish. De manhã, o ishuv reuniu-se em volta da piscina da Soiedade Hebraica de Niterói, aproveitando as delícias do sol. Por volta do meio dia, foi dado início à festa com danças e canções alusivas á chavutot. A seguir nossa presidente, Dina Lempert, saudou todos os presentes e falou sobre Purim...⁹²⁹

O festival de comida idiche, segundo consta na ata 358, de 18-6-1970, foi comentadíssimo, inclusive, na Guanabara, e outras edições sucederam sempre com êxito. Qual o prato que fazia mais sucesso? Impossível saber, mas o cardápio assinala ainda, a criatividade dessas mulheres que apesar da causa, não esqueceram a realidade aonde estavam inseridas: o Brasil, território em que conheceram a liberdade e exerceram sem fronteiras a solidariedade às companheiras israelienses, exprimentando uma nova territorialidade. Souberam, inclusive, adicionar ao cardápio tipicamente judaico, mocotó e língua!

As pioneiras de Niterói dedicaram-se ainda às aulas de ivrit, a escrita hebraica; trabalhos manuais; relações humanas; culinária; história e tradição judaica, enfim tudo o que pudesse reforçar os laços de pertencimento ao judaísmo.

Apesar das atas, não há como avaliar toda sua atuação, principalmente porque não temos uma contrapartida masculina, como no caso da AFIB, em que a leitura dos registros da BDF, forneceram uma visão masculina acerca da realidade e do trabalho feminino. As atas do

CIN não puderam ser consultadas e os arquivos da organização sionista de Niterói desapareceram em algum armário.

Entretanto, não como negar que as pionieras de Niterói, foram modernas e tradicionais a um só tempo. A trajetória das ativistas da Na'amat Pioneiras, resume as ambigüidades e paixões de toda uma geração e meia de mulheres: as emigrantes que apenas conheceram o calor das ruas por meio do ativismo social, e parte da segunda geração, aquela nascida entre 1920 e 1940, que permaneceram imbricadas às mães, mas cujas filhas protagonizam outra história.

Tanta dedicação, certamente introduziu novas condições nas relações homem-mulher. Em um dos poucos casos em que pude adentrar a vida privada, e que acredito seja uma exceção em um mundo predominantemente machista, D. Ilsa asseverou o orgulho do marido pela forma com que ela se destacava nas ações do grupo, mesmo ao sair quase todos os dias para suas atividades, bem cedo. Mesmo que os maridos não gostassem dessas transformações, tudo indica que tiveram que se adaptar a elas e reconhecer o trabalho das parceiras.

7.4. As Mulheres e a Memória

Ao propor esse item, pretendi perscrutar as relações entre as mulheres, e a produção da memória da coletividade judaica de Niterói. Desde o início, elas se colocaram a minha disposição para falar, e mais do que isso colaboraram de forma efetiva na obtenção de dados para a pesquisa. O papel de guardiãs da memória do grupo cabe-lhes muito bem, tanto às que se consideram progressistas como às ditas pioneiras, e nesse sentido, mesmo entrecortadas por diferenças ideológicas inegociáveis, compartilharam o mesmo objetivo: o desejo de narrar uma memória.

Evidente que o papel de guardião da memória é confortável e amplia o status de quem quiser vestir esse personagem. Âncoras da identidade, são elevadas a símbolos, e desfrutam de considerável estima de todos. Não pretendo, porém, deter minha atenção no papel de guardiãs, posto que está claro. Interessa-me problematizar o gesto, e, por conseguinte, o desejo que ele contém. O que incidirá diretamente na forma com a qual a memória produzida se delineará. E qual terá sido o desejo encerrado no esforço de memória cometido por nossas depoentes? Assinalar uma disputa com as alas masculinas? Demarcar uma posição como mulheres? Pura questão de gênero?

A memória como produto social, é um conjunto de negociações entre as memórias individuais e as trajetórias de grupos, carregando em si as marcas dos contextos históricos em que são produzidas. Neste sentido, questões de gênero também podem ser detectados na memória. Mas há outras questões que devem ser consideradas.

Eclea Bosi, no seu livro clássico *Memória e Sociedade* afirma que “o empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um desejo de explicação”.⁹³⁰ Por comparação, será que o empenho das mulheres em narrar partes da experiência que viveram cumpre um desejo de explicação das transformações que suportaram? Compreender o mundo do qual foram oriundas? A sociedade na qual se inseriram, e as transformações no papel da mulher que protagonizaram?

Neste caso, a memória transparece como puro ativismo, entendido tanto como militância política como o campo da primazia da ação. As mulheres narram a sua visão do passado como forma de interferirem sobre ele garantindo, no presente, as posições que acreditam ter conquistado no passado, e ao fazer isso prolongam suas trajetórias como protagonistas da experiência comunitária desenvolvida anteriormente.

A memória apresenta-se, portanto, como trabalho, e valerá apenas retomar, neste ponto, a noção de *memória-trabalho* desenvolvida por Maurice Halbwaches, e reinterpretada por Ecléa Bosi como: um “refazer, repensar com imagens e idéias de hoje as experiências do passado”.

Ao compreender o trabalho da memória como a refacção, é possível vislumbrar algumas hipóteses para a ação destas depoentes.

É possível que, conscientes da proximidade do seu próprio desaparecimento⁹³¹, as depoentes caprichem na tarefa da salvaguarda da memória, mesmo que isso implique no processo de desfigurar o passado ao emendar, corrigir, reelaborar a trajetória da coletividade.⁹³² Trata-se, pois, de uma ação em defesa do estreitamento dos laços de pertença do grupo, garantidores de sua continuidade. Portanto uma ação demarcatória de fronteiras.

Pode ser também, que, imersas no tempo particular da velhice, distantes do teatro dos acontecimentos, agarrem-se à substância do passado para prorrogar a vida que escapa, em uma ação pessoal de prorrogar o tempo.

Por outro lado, herdeiras de uma tradição de memória, a transmissão oral/informal das histórias e tradições judaicas, é compreensível que essas senhoras, cumpram o secreto desejo de unir-se às ancestrais, revestindo-se de um papel, que se por um lado nunca romperam, por outro, foi equilibrado por uma forma de inserção social desafiadora das regras e tradições que aprenderam na juventude. Nesse sentido narrar a memória seria, tanto uma reafirmação dos papéis tradicionais, como uma declaração identitária.

Questões de gênero, ação demarcatória das fronteiras identitárias do grupo, ativismo, reafirmação de papéis tradicionais, identidade. Enfim, são muitas as questões e intenções que alimentam o desejo de narrar e protagonizar a memória, e que incidem na sua refacção. O fato consiste em que essas senhoras, assim como um dia dedicaram-se às Pioneiras, à Associação Feminina Israelita Brasileira, à Sociedade das Damas, ou ao trabalho na Wizo, na atualidade, dedicam-se a impedir o esquecimento, fazendo o liame entre as gerações.

A título de conclusão do capítulo

Neste capítulo, pretendi analisar a trajetória feminina dos diferentes grupos de judias de Niterói, objetivando refleti-las acima de tudo como categoria política. Sionistas ou progressistas, filantropas ou partidarizadas, elas romperam com a trajetória da mulher no judaísmo, ao saírem de casa e ganharem a esfera pública por meio do ativismo social. Algumas, com a posse de diplomas, a maioria com as primeiras letras.

Em meio à grande transformação que a história reservava aos judeus de todo o mundo, desde os tempos da *haskalá*, no século XIX, a emigração para as Américas e a posterior edificação do Estado de Israel, em 1947, elas souberam ocupar um lugar específico na revolução em curso, e muito se alimentaram da cultura feminista que no mundo ocidental se tecia paulatinamente.

No balanço final das rupturas e continuidades, podemos afirmar que em alguns momentos, nossas ativistas pareceram limítrofes à causa feminista, porém, colocaram-se secundárias à causa que defenderam, que no caso das pionieras, era Israel, e das progressistas, a assimilação, além do que não romperam os laços com o associativismo⁹³³ e os movimentos comunitários do qual nasceram suas organizações, e dos quais foram grandes representantes.

Por outro lado, ao tornarem-se ativistas, desestabilizaram as tradicionais relações entre homens e mulheres, mães e filhos, concorrendo para que essas relações fossem menos assimétricas. A igualdade foi tarefa que legaram às filhas e netas.

Nesse sentido, a causa confundiu-se com a vida, e pode-se subverter a máxima utilizada por Nancy Green, evocada no início desse longo capítulo: “*pode ser duro ser judeu, mas é mais duro ainda ser judia*”. A vida das israelitas em Niterói, mesmo que tenha sido dura, foi fascinante. A partir da segunda metade do século XX, foram protagonistas do movimento comunitário, reservando aos companheiros, acostumados à primazia da cena, o papel de coadjuvantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusões não são fáceis, isto porque têm vocação para o pleonasmo. Mas são necessárias. Em face disso é hora de recuperarmos algumas idéias expostas no capítulo introdutório.

Ao focalizar o caso particular da imigração de judeus para Niterói e a posterior formação de uma comunidade judaica local entre 1910 e 1980, pretendi analisar simultaneamente “os processos sócio-culturais de formação e transformação da comunidade judaica”⁹³⁴ local, entrelaçado ao exame das profundas transformações urbanas experimentadas no período e as formas de territorialização do grupo pela cidade.

A partir dessa formulação foram traçados alguns objetivos, a saber:

- a) estudo do processo de construção da “identidade social”, isto é, das identificações constituídas pela comunidade judaica em Niterói, como por exemplo, as diferenças ideológicas e de classe entre os subgrupos e indivíduos; as formas de apreensão do espaço e da cultura brasileira; e o papel que jogaram na negociação da identidade.
- b) decifrar a dinâmica das associações judaicas na cidade e suas ligações com as demais instituições israelitas brasileiras, assim como identificar as fronteiras estabelecidas em relação a outros grupos sociais.
- c) investigar o ativismo feminino, e as questões de gênero no interior da coletividade, sobretudo, a assimetria de poderes entre os homens e mulheres auto-proclamados judeus.
- d) examinar a cidade e seu contexto, afim de compreender as escolhas e estratégias realizadas pelo grupo para garantir sua sobrevivência social e um lugar particular no interior do organismo urbano.

Naturalmente, o roteiro de capítulos pretendeu a partir da colagem dos fragmentos de história extraído das fontes, a tessitura de um quadro coerente de explicações para a trajetória do grupo judeu na cidade de Niterói, no período assinalado.

Assim, no que se refere às questões relativas à identidade social e à dinâmica das associações, é importante resgatar o pensamento de Stuart Hall quanto à inexistência de uma identidade mestra, a qual todas as outras identificações deveriam se alinhar. Para Hall,

As paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas (...), por identificações rivais e deslocantes — advindas, especialmente, da erosão da identidade mestra da classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definidas pelos novos movimentos sociais (...) ⁹³⁵.

No caso abordado, os indivíduos auto-identificados e reconhecidos como judeus que se radicaram na capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, no período recortado, trouxeram gravado no seu histórico fragmentos identitários de um mundo em desagregação: a Europa da 1ª metade do século XX, conflagrada pela guerra, pela Revolução Russa, pela crise da democracia liberal, pela falência econômica, no que Eric Hobsbawm caracterizou como “*era da catástrofe*” ⁹³⁶.

Ademais, apresentavam frações, lascas dos ideais da *haskalá* contidos em um projeto de assimilação dos valores ocidentais, que sacudiu o mundo tradicional judaico do oitocentos, também atingido pelos discursos sionistas e comunistas das primeiras décadas do século XX.

Essas identificações jogaram um papel importante na vida desse conjunto diverso de pessoas, à medida que foram manipuladas, quase sempre inconscientemente, para organizar e agrupar os recém-chegados, tornando-os aptos a enfrentar a disputa por bens raros na sociedade de acolhimento.

Baseados em um mito (fundador) identitário capaz de equalizar em um único discurso, pessoas tão diferentes: o “ser judeu” facilitou a construção de uma rede de solidariedade para uma parcela dos recém chegados, capaz de dar suporte a vida e tornar possível seu desenvolvimento.

As novas paisagens políticas encontradas agiram no sentido de potencializar antigas identificações, como por exemplo, o sionismo ou o progressismo e socialismo, propiciando também a aquisição de novas identidades — de classe e culturais, que por sua vez vão diferenciar ainda mais aquele conjunto de indivíduos.

Importante ressaltar o papel desempenhado pela cidade nesse processo. Composta de pedra e sangue, suas “idiossincrasias” delimitaram os movimentos dos indivíduos e grupos, confrontando-os cotidianamente.

No caso dos judeus, cara a cara com outros grupos de alta visibilidade social como portugueses e “sírio-libaneses”, optaram, numa metáfora cara a Stuart Hall, por um jogo de “*esconde-esconde*”. Em outras palavras, mantiveram-se quase sempre invisíveis, com mínima exposição pública, em oposição diametral ao desenvolvimento de uma intensa vida institucional no interior de suas fronteiras, sublinhando a existência de um jogo identitário próprio.

Portanto, ao intentar decifrar a dinâmica da “vida judaica” em Niterói, pudemos verificar que o binômio visibilidade/invisibilidade, atuou como cartas sacadas pelos “jogadores” quando quiseram e acharam necessário. Não demonstrar marcas étnicas como recorrer a propaganda em jornais, ou se expor à sociedade como fizeram portugueses e libaneses foi uma estratégia “escolhida” pelo grupo, até mesmo para preservar o nicho econômico que escavou para si. Da mesma forma que optaram por vivenciar suas diferentes identificações dentro das fronteiras da comunidade, e impedir que essas diferenciações fossem percebidas do lado de fora.

Caso semelhante se deu quando a segunda geração, aquela nascida no Brasil, acentuou suas diferenças em relação aos pioneiros, seja pelo status adquirido com a educação formal, seja pela atuação na vida política nacional: ao assumirem o controle das instituições, afastaram-se sem perceber dos ideais associativos originais.

Esta situação envolveu mais uma vez um intenso processo de negociação dessa geração com a anterior. Os lugares de memória foram simultaneamente os locais e os meios onde se processou tal transação.

Neste caso à erosão da identidade mestra se acoplou um novo substrato, e as novas identificações constituídas ao longo do tempo. O resultado foi o lento, mas progressivo esvaziamento das associações e a morte de um determinado tipo de vida comunitária, que líderes do tempo presente tentam manter e impor às novíssimas gerações.

O CIN e a ADAF, oposições complementares, foram também os indicativos do próprio processo de territorialização do grupo pela cidade, e pelo próprio país, constituindo simultaneamente identidades particulares — progressistas, sionistas e religiosos, e outra, mais ampla, “hifenizada”, expressão da assimilação na sociedade de acolhimento.

Quanto às mulheres judias, habitualmente reduzidas ao estereótipo galhofeiro e perverso da “idish mame”, que muito mais que adjetivá-las, oblitera seu extraordinário ativismo.

Cabe ressaltar uma vez mais, o papel de vanguarda protagonizado por essas senhoras, que distantes ainda do movimento feminista, enfrentaram delicadas questões de gênero. Ao reinterpretar o mundo a sua volta, escavaram seu lugar particular no mundo, e suas próprias identificações com uma atuação política consistente, equiparada à de seus parceiros. Não é possível também, deixar de assinalar a singularidade da sua atuação em relação às mulheres de outros grupos imigrados.

Em suma, jogos identitários são muito complexos, e completamente subordinados aos deslocamentos da paisagens sócio-política e econômicas.

Enfim, acredito que cumpri o objetivo maior deste trabalho, que não foi apenas o de descobrir o passado, mas também a tentativa de explicá-lo e, dessa forma relacioná-lo ao presente, como ensinado por Eric Hobsbawn.

Os judeus de Niterói construíram seu próprio mundo mantendo um diálogo permanente com a cidade, na qual imprimiram marcas de seus sonhos e realizações, e sobretudo, diferentes do Judeu Errante versejado por Carlos Drumond de Andrade, criaram raízes.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Lyad. *Lili Leitão, o Café Paris e a vida boêmia de Niterói & Niterói, Poesia e Saudade*. Niterói: Niterói Livros, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1993.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ANDRADE, Carlos Drumond de. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar S/A, 2002.

AVRITZER, Marcos. Conflitos ideológicos dentro do judaísmo e o seu reflexo na vida comunitária belorizontina. In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro*, Belo Horizonte: IHIM/AHJB, 2004

AZEVEDO, Marlice. Niterói Urbano. In: MARTINS, Ismênia e KNAUS, Paulo. *Cidade múltipla*. Niterói: Niterói Livros, 1997.

BACKHEUSER, Everardo. *Minha Terra e Minha vida: Niterói há um século*. 2. ed., Niterói: Niterói Livros, 1994.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT, P. e STREIFF-FENART. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.

BASSANEZI, Carla. *Pássaros da liberdade. Jovens, Judeus e revolucionários no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

BAUMAM, Zigmund. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BLOCH, M. *Apologia à História ou o Ofício do Historiador*. Rio Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, M. *Introdução à História*. 5. ed.; Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

BORDIEU, P. *Dominação Masculina*. EJ. Ed. Bertrand do Brasil, 1999.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. ed., São Paulo: Cia das Letras, 1994.

- BRASIL. *Constituição Federal*. 1934.
- BUCHALSKI, Simão. *Memórias da Minha Juventude e do Teatro Ídiche no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.
- CAMARGO, Aspásia, et ali. *Artes da Política, Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio Janeiro: CPDOC/FGV/UFF, 1986.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Maristela Chicharro de. *Riscando o Solo*. Niterói: Niterói Livros, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945): fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Consolidação das Leis do Trabalho*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.
- COHEN, Abner. *O Homem Bidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, s/d.
- CORTE, Andréa Telo da. A Entrada de Engajados no Brasil: Contribuição para o Estudo da Imigração Subsidiada para o Brasil. In: SOUZA, Fernando e MARTINS, Ismênia. *Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese/Afrontamentos, 2007.
- CORTE, Andréa Telo da. *A Imigração Madeirense em Niterói — 1930-1990: Um Estudo de Caso*. Niterói, 2000, 400 f., Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2002.
- CUPERSHHMID, Ethel Mizrahy. *Judeus entre dois mundos: a formação da comunidade judaica de Belo Horizonte. 1922-1961*. Dissertação de Mestrado, FFCH: UFMG, 1997.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22 nº. 44, 2002.
- D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memórias de M. Halbwachs e Pierre Nora. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v.13, n. 25/26, p. 97-103, set. 1992/ago. 1993.
- De CERTEAU, Michel. A Operação Histórica. In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novos Problemas*. 2ª ed., Livraria Francisco Alves Editora, 1979.
- DECOL, René. *Imigrações Urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. São Paulo: Programa de Doutorado em Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1999.
- DICIONÁRIO Histórico e Bibliográfico Brasileiro pós-30. Coord. Alzira Alves de Abreu, Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, 2001.
- DOLLINGER, Rachelle Z. *Mulheres de Valor: uma memória das mulheres que se destacaram na comunidade judaica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ENCICLOPÉDIA do Mundo Contemporâneo. São Paulo, Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 1999.

- ENCICLOPÉDIA Judaica. Editora Tradição S.A, Koogan e Ross editores, s/d.
- EVANGELISTA, Hélio de Araujo. *A Fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: Estudos e Notas*. São Paulo: Humanitas, EDUSP, 2008.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. SP, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 2. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário Aurélio Eletrônico*. Versão 5.11. Positivo Informática, LTDA.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Niterói Poder. In: MARTINS, Ismênia e KNAUSS, Paulo. *Cidade Múltipla*. Niterói: Niterói Livros, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em Busca da Idade do Ouro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994
- FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. (org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- FONSECA, Marcelo Silva da. Expansão urbana In *Niterói: perfil de uma cidade*. Niterói: Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, 1999.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No Gozo dos Direitos Civis: Associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói, Muiraquitã, 2008.
- FORTE, José M. Maia. *O Município de Niterói. Corografia, História e Estatística*. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1941.
- FORTE, José M. Maia. *Tradições de Niterói*. Niterói, Edição Comemorativa do IV Centenário da Cidade, INDC, 1975.
- FORTE, José Matoso Maia. *Notas para a História de Niterói*. Niterói: Diário Oficial, 1935.
- FREIDSON, Marília (org) *Passagem Para América. Relatos Da Imigração Judaica Para São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- FRIDMAN, Fânia. *Paisagem Estrangeira: Memórias de um Bairro Judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- GHERMAN, Michel. *Ecos do progressismo. História e memória da esquerda judaica no Rio de Janeiro dos anos 30 e 40*. Rio de Janeiro: Mimeo, TCC, IFCS, 2000.

- GOLDFELD, Monique S. *Senhoras Progressistas e Uma Terra de Crianças: a história da criação da Associação Israelita Brasileira (1947) e da colônia de férias Kinderland (1952)*. Rio de Janeiro: Senais Artes gráficas, 2007.
- GOMES, Angela de Castro & MAUAD, Ana Maria (orgs) *Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2 ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. A Pequena Itália de Niterói: Uma Cidade, Muitas famílias. In: GOMES, Ângela (org). *Histórias de Imigrantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil – 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979;
- GOMES, Angela de Castro. *Histórias de Família: entre a Itália e o Brasil. Depoimentos*. Niterói: Muiraquitã, 1999.
- GREEN, Nancy. “A Formação da Mulher Judia”. In PERROT, Michelle e FRAISSE, G. *História Das Mulheres No Ocidente* (Vol.4: O século XIX). Porto: Edições Afrontamento, s/d.
- GRIN, Mônica. *Armadilhas da contingência: etnicidade judaica no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.
- GRUN, Roberto. *Intelectuais na Comunidade Judaica Brasileira* In SORJ, Bila. *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.
- GRUN, Roberto. Construindo Um Lugar ao Sol In FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2. ed., São Paulo: EDUSP, 2000.
- GUIMARÃES, Lúcia. Caminhos convergentes: de uma rua chamada Brasil ao próprio Brasil In: GOMES, Ângela. (org). *Histórias de Imigrantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- HALBAWACHES, Maurice. *La Memoire Coletive*. Paris: PUF, 1968.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOBBSBAWN, Eric. A História de Baixo para Cima. In: HOBBSBAWN, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque. O Sentido do Bacharelismo. In: *Raízes do Brasil*. 18. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- JOLLES, A. *Formas Simples*. São Paulo : Cultrix, 1976.

- JOUTARD, Philipe. “Desafios à história oral do século XXI” In FERREIRA, Marieta (org) *História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV, 2000.
- KINOSHITA, Dina. “Comportamento Político da Esquerda Judaica no Brasil: Injunções internas e internacionais.” Dig.
- KINOSHITA, Dina. O ICUF como uma Rede de Intelectuais. In: Revista *Universum*, nº15, 2000. Universidade de Talca.
- KUPERMAN, Esther. Asa—Genese da Esquerda Judaica Não Sionista No Rio de Janeiro. In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro*. Belo Horizonte: IHIM/AHJB, 2004.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- LE GOFF, J. História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- LENCIONE, Sandra. Reconhecendo metrópoles. In: SILVA, Cátia; FREIRE, Denise G.; OLIVEIRA, Floriano (orgs). *Metrópole, Governo, Sociedade e Território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- LESSER, J. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.
- LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LESSER, J. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, UNESP, 2001.
- LEVINSKY, Fernando. *Enciclopédia Judaica Resumida*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1961.
- LEWIM, Helena. (org). *Judaísmo, Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, v.1. e 2, 1997.
- LEWIM, Helena. Dops: o instrumental da repressão política. In: *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*. Publicação do Curso de Pós-Graduação de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas—FFLCH-USP, 2003.
- LEWIN, H. A Economia Errante: a inserção dos imigrantes judeus no processo produtivo brasileiro. In: *Separatum. Judaica latinoamericana*. Estudios Histórico-sociales III, Jerusalém, 1997.

- LEWIN, H. Os Judeus nos Arquivos Secretos Brasileiros. In: *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*. Publicação do Curso de Pós-Graduação de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas — FFLCH-USP, 2003.
- LIMONCIC, Flávio. *Um Mundo em Movimento: a imigração asquenaze nas primeiras décadas do século XX*. In: Grimberg, Keila (org). *Os Judeus No Brasil. Imigração, Inquisição, Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LOWY, Michel. *Redenção e Utopia — O Judaísmo Libertário na Europa Central*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- LOZINSKY, Saádio. *Memórias da Imigração*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1997.
- MALAMUD, Samuel. *Recordando a Praça Onze*. Rio de Janeiro: Kosmos Ed., 1988.
- MARROU, Henri. *Do Conhecimento Histórico*. 2 ed., Lisboa: Editorial Aster, s/d .
- MARTINS, Ismênia de Lima. Niterói Histórico. In: MARTINS, Ismênia e KNAUSS, Paulo. *Cidade Múltipla*. Niterói: Niterói Livros, 1997.
- MARTINS, Ismênia. Conferência pronunciada pela Profª Dra. Ismênia Martins na sessão comemorativa do cinquentenário do Hospital Santa Cruz, em 3 de maio de 1980. Niterói.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. São Paulo: Edusp, 2002.
- MAUAD, Ana e GOMES, Ângela de Castro (orgs). *Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 2006.
- MEDEIROS, Lená. “*Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de Sucesso, Histórias de Fracasso*”. In: GOMES, Ângela (org). *Histórias de Imigrantes*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente: Da Industrialização Restringida à Internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Coord). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MENEZES, Lená. *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade – Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A História Cativeira da memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 1992.
- MILGRAN, Avraham. Radicais e Marginais: Uma Contribuição ao Estudo do Radicalismo Judeu no Brasil dos Anos 20 E 30”. IN *XII Congresso Mundial dos Estudos Judaicos*. Jerusalem, julho, 1997.

- MILGRAN, Avraham. O Milieu Judeu-Comunista do Rio de Janeiro In *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*. Publicação do Curso de Pós-Graduação de Língua hebraica, Literatura e Cultura Judaicas — FFLCH-USP, 2003.
- MIZRAHI, Rachel. *Imigrantes Judeus do oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MIZRAHI, Rachel. *Judeus. Do Descobrimento aos Dias Atuais*. São Paulo: CEN, 2005.
- NEVES, Margarida de Souza. Lugares de Memória na PUC-Rio. In: www.ccpug.puc-rio.br/memoriapos, acesso em 10-01-2009.
- NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. No Ritmo da Banda: Histórias da Comunidade Lusa da Ponta d'Areia. In: GOMES, Angela (org). *Histórias de Imigrantes*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.
- NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. *Como Nossos Pais. Uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói. 1900-1950*. Niterói, PPGH-UFF, 1998.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória. A Problemática dos Lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*.
- NUNES, Edson. *A Revolta das Barcas*. Rio de Janeiro: Garamound, 2000.
- OLIVEIRA, Juarez de (org). *CLT*. 14 ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 1992.
- OLIVEIRA, Marcio Pinõn de. Reconhecendo a metrópole no seu cotidiano. In: SILVA, Cátia; FREIRE, Denise G.; OLIVEIRA, Floriano (orgs). *Metrópole, Governo, Sociedade e Território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade Étnica e a Moral do Reconhecimento In *Caminhos da Identidade*. São Paulo: Unesp, Brasília: Paralelo 15, 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e Eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- PEÇANHA, Elina. Niterói Operário. O Caso dos Trabalhadores da Indústria Naval. In: MARTINS, Ismênia e KNAUSS, Paulo. *Cidade Múltipla*. Niterói: Niterói Livros, 1997.
- PEREIRA, Míriam Halpern. *A Política Portuguesa de Emigração (1850 a1930)*. Lisboa: A Regra do jogo, 1981.
- PERROT, Michel et alli. História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia. In: *Revista Gênero*. Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gêneros. Nuteg. v. 2, n.1. Eduff/Proex/Propp.

- PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle e FRAISSE, G. *História das Mulheres no Ocidente*. (v. 4: O século XIX). Porto: Edições Afrontamento, s/d.
- PINSKY, Jayme. *As Origens do Nacionalismo Judaico*. São Paulo: Hucitec, 1978
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio Janeiro, v.5, n.10, 1992.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiano. In: AMADO, J. e MORAES, M. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO, Paula. 'Saara' Uma Paisagem Singular na Cidade do Rio de Janeiro (1960-1990). Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2000.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. Nos jardins do tempo: memória e história na perspectiva de Pierre Nora In www.historiaehistoria.com.br, acesso em 10-01-2009.
- ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In FERNANDES, A. Et al (orgs) *Cidade e história—modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, UFBA/FAC. Arquitetura, ANPUR, s/d.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- ROUCHOU, Joëlle. *Noites de Verão com Cheiro de Jasmim*. 1956-1957, São Paulo: USP, 2003.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHNEIDER, Josef Abraham. *Histórias da BIBSA. Crônicas de um Judeu Progressista*. Rio de Janeiro: ASA, 2000.
- SCLIAR, Moacyr. *Caminhos da esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagal, 1991.
- SOARES, Emanuel Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Niterói: Editora e Distribuidora Êxito, 1992.
- SOIHET, Rachel e Pedro, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 54, v. 27, São Paulo, ANPUH, 2007.
- SOIHET, Rachel. Feminismos e Cultura Política. Uma Questão no Rio de Janeiro nos Anos 1970/1980. In: SOIHET, Rachel; ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeba (org). *Cultura*

- Política e Lutas do Passado. Historiografia e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- SORJ, Bernardo (org). *Judaísmo e modernidade — Metamorfoses da Tradição Messiânica*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- SORJ, Bernardo. Sociabilidade Brasileira e Identidade Judaica. In SORJ, Bila (org). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 1997.
- SORJ, Bila (org) *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. 2v. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1976.
- STAM, R. Bakhtin. *Da Teoria Literária à Cultura de Massa*. São Paulo: Ática, 1992,
- TRUZZI, Oswaldo. Sírios e Libaneses e seus Descendentes na Sociedade Paulista. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2. ed., São Paulo: EDUSP, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. Uma Visão Antropológica. In: *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 95: 119/126, out-dez, 1988.
- VENÂNCIO Fº, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1982.
- WHERS, Carlos. *Capítulos da Memória Niteroiense*. Niterói, 2002.
- WHERS, Carlos. *Niterói, Cidade Sorriso: História de Um Lugar*. Rio de Janeiro, 1984.
- WHERS, Carlos. *Niterói, Ontem e Anteontem*. Rio de Janeiro, 1986.
- WORCMAN, Susane. *Heranças e Lembranças: Imigrantes Judeus no Rio De Janeiro*. Rio de Janeiro, Ari:Ciec:Mis, 1991.

FONTES

A.1. ENTREVISTAS

- Depoimento de Ilse Sipres — março de 2005
- Depoimento de Rolande Fischberg — setembro de 2004; agosto de 2005
- Depoimento de Alberto Hasson — dezembro de 2005
- Depoimento de Boris Mocny — maio de 2007
- Depoimento de Edna Graber — agosto de 2008
- Depoimento de Sara Rabinovici — outubro de 2007
- Depoimento de Vera Wrobel — agosto de 2007
- Depoimento de Hélia kawa — janeiro de 2007
- Depoimento de Fany Wrobel — agosto de 2007
- Depoimento de Arnaldo Welmowicki — novembro de 2006
- Depoimento de Paulo Velmovitsky — setembro de outubro de 2006
- Depoimento de Simão e Ophelia Treiger — março de 2005
- Depoimento de Luís Antônio Pimentel — abril de 2007
- Depoimento de Judith Zonesein — março de 2005
- Depoimento de Luís Baumfeld — novembro de 2006
- Depoimento de Alberto e Berta Goldgaber — novembro de 2007

- Depoimento de Jacó Lipster — setembro de 2004
- Depoimento de Eta Baron — dezembro de 2007
- Depoimento de Regina Broitman Santos e Osmar Santos — maio de 2007
- Depoimento de Ássia Lempert — maio de 2007
- Depoimento de Zilda Micmacher — maio de 2006
- Depoimento Gerson Korchmar e Anita Cudicievici — setembro de 2004

A.2. DEPOIMENTOS INFORMAIS

- Bertholdo Pericmanis
- Luís Goldberg
- Belinha Gack
- Zilda Hamer
- Sara Welmowicki
- Leon Wainer
- Sara Grooisman
- Geny Rubens

A.3. ARQUIVOS PRIVADOS DE DEPOENTES

- Arquivo Pessoal Judith Zonesein: fotos, manuscritos, cartões, passaportes.
- Arquivo Pessoal Paulo Velmovitsky: cartões de Max Velmovitsky.
- Arquivo Pessoal Bertholdo Pericmanis: fotografias; auto-biografia de Raphael Pericmanis.
- Arquivo Pessoal Regina Kaplan: fotografias.

- Arquivo Pessoal Ássia Lempert: Caderno de Autógrafos do Círculo Hatkva.
- Arquivo Pessoal Vera Wrobel: fotografias e livro.
- Arquivo Pessoal Sara Rabinovici: discursos
- Arquivo Pessoal Gerson Korchmar: Histórico da Comunidade Israelita de Niterói
- Arquivo Pessoal Luís Goldberg:
 - O Progressismo e a Vida Associativa Judaica-1991;
 - Visita do Departamento Juvenil da BIBSA ao Departamento Recreativo e Cultural de Niterói-1943;
 - Resoluções da 1ª conferência nacional da Juventude Pregressista Judio-Brasileira-1961;
 - ICUF-União israelita Brasileira: suas finalidades. Antecedentes e Objetivos da 1ª Conferência Nacional da Juventude-1961;
 - Plano de Atividades para o ICUF-1961;
 - Juventude Pregressista Israelita-Brasileira: Sua Posição, Seus Objetivos-1945. Ante-projeto de resolução para estudos da Federação da Juventude Progressista Judio-brasileira;
 - Discurso Lido no Banquete Comemorativo do 14º aniversário da “Nossa Voz” - Niterói, BDF-1961;
 - Schloichim de Rafael perecmanis-9-10-1984;
 - Schloichim de Leizer Farber-1966;
 - Schloichim de Isac Jarlicht-1965;
 - conferência Pronunciada por Luís Goldberg na ADAF, por ocasião do aniversário da Independência de Israel-1961;
 - Intecâmbio BIBSA-BDF-ADAF-ASA (diversos);
 - Evolução do ICUF;

A.3. DOCUMENTOS DAS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES FILANTRÓPICAS E CULTURAIS JUDAICAS DE NITERÓI

- **ASSOCIAÇÃO DAVI FRISCHMAM DE CULTURA E RECREAÇÃO:**

- Livro da União dos Ambulantes de Niterói (UBAN)—1910-1941.
- Informativo ADAF: Janeiro de 2002 a outubro de 2008.
- Álbum Moisés Kawa: original em ídiche/Tradução Sara Rabinovici
- Cartas de Alberto Goldgaber: 1971; 2001.
- Fotografias.
- banners.
- Vídeos:

Memória da Biblioteca Davi Frischmam: produção Jonas Zonisein e Vera Wrobel.

Vídeo comemorativo dos 80 anos da Biblioteca Davi Frischmam.

- ATAS:

Livro 1: Biblioteca Popular Israelita David Frichman, 5/12/1960 a 18/03/1967;

Livro 2: Fundação da Associação Davi Frischmam e Estatutos, em 22/10/1966 (em vigência).

Livro 3: Associação Davi Frischmam: reuniões da Diretoria, 14/11/1966 e 15/12/1971.

- **ASSOCIAÇÃO FEMININA N'AMAT PIONEIRAS**

- ATAS:

Livro 1: 1952 a 17-12-1966

Livro 2: 13/3/67 a 15-12-71

Livro 3: 2-10-75 e 18-12-1979.

- Imprensa Israelita:

Ano:1941.

Ano:1948.

Ano:1949.

Ano:1951.

Ano:1960.

Ano:1965.

Ano:1965.

Ano:1951 (set./dez.).

Ano:1952 (mai./ago.).

-Jornal Israelita Ilustrado:

Ano: 1949(dez.)

Ano:1953(mai.)

A.5. IMPRENSA LOCAL

- BIBLIOTECA NACIONAL

- O Fluminense: SPR-PR-38/BN:

Ano:1922-jul-dez;

Ano:1925-jan-dez

Ano:1935-jan-dez

Ano:1936-jan-dez

Ano:1937-jan-dez

Ano:1938-jan-dez

Ano:1939-jan-dez

Ano:1940-jul-dez

Ano:1945-jul-dez

Ano:1948-abril-maio-junho

A.6. ALMANAQUES

- Amanak Laemmert — Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil. Províncias:

Ano:1910/1915

Ano:1919/1924

Ano:1928/1930

Ano:1935/1940

A.7. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOCUMENTAÇÃO DE POLÍCIA POLÍTICA DO ANTIGO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DISTRITO FEDERAL

- FUNDO: POLÍCIAS POLÍTICAS
 - Max Velmovitsky: Setor Geral, pasta 26m, folhas 2759; Setor administração, pasta 14, dossiê 1, folhas 36.
 - Izidoro Baumfeld: Setor administração, pasta 14, dossiê 1, folhas 36.
 - Paulo Velmovitsky: Setor administração, Pasta 21, dossiê 8, folhas 19.
- PRONTUÁRIOS
 - Rafael Perecmanis: Notação: 43.136
 - Izidoro Baunfeld: Notação: 1620

- Moises Kawa/Leizer Farber: Notação: 47483
- Szulin Wrobel: Not. 11.230 RF, Cx. 2885
- Simon Graber: Notação 5134-RJ, CX2812
- FUNDO: CASA DE DETENÇÃO.
 - Série: Presos Políticos-1932-1936.

A.8. ARQUIVO NACIONAL

- PROCESSOS DE EXPULSÃO
 - Processo de Expulsão –Moysés Kava. AN. MJNI, Série: assuntos Políticos, Sub.série: expulsão e deportação. N.706/35, cx.298.
 - Processo de Expulsão –Szulin Vrubel-NA. MJNI, Série: assuntos Políticos, Sub.série: expulsão e deportação. N.672/37, cx.291
- REGISTRO DE ESTRANGEIROS
 - Szulin Wrobel: n.5225
 - Hanô Lent:nº7388
 - Fernando Baron:nº2853
 - Isac Treiger : nº3713

A.9. FONTES SOBRE NITERÓI

Albuquerque, Júlio Pompeu de Castro. *A Capital Fluminense* (Álbum de Nictheroy). Niterói, Zwoch & Hammer, 1925

- Almeida, Antônio Figueiredo. *História de Niterói*. Niterói. Diário oficial. 1935
- Amora, Ephrem e. Wanguestel Jr., Olegário W. B. *Guia Niterói 80*. comunicações Ltda, 1980
- Demoraes, J. E. Pinto e Pedro Rodrigues. *Livro do Centenário de Niterói*. Niterói. Gonçalves, 1919
- Flórido, Bernardino Irineu. *Guia Geral da Cidade de Niterói*. 2. ed., Niterói, 1960
- Lopes, Divaldo de Aguiar. *O Estado*. Niterói, 1947. Seção “Croniqueta da Cidade”, (diversos números).
- Macedo, Emílio Tavares de. *Guia Prático das Ruas, Avenidas, Praças de Niterói e São Gonçalo*. Niterói, 1930
- Mattos, Romeu Seixas. a Niterói que eu vi... e a que viram meus avós. Crônicas In: *O Fluminense*. Niterói, 1973-1975. (Acervo Sala de Estudos Fluminenses. Biblioteca Estadual de Niterói.
- Medeiros, Adalita de Jesus Barbosa. *Niterói-RJ — 4º. Centenário*. Rio de Janeiro, IBGE (s.d)
- Miller, Elias. *Guia Miller de Niterói e S. Gonçalo*. 5ª. ed., Niterói, Gráfica J. Gonçalves, 1943.
- Sinopse Estatística do Município de Niterói*. RJ, IBGE, 1951.

A.10. DIVERSOS

- Relatório da Campanha de Emergência pela Defesa e Construção de Israel, 1948, Brasil
- Um Revolucionário da Casa Ultra-ortodoxa In: *Losice: In: Memory of a Jewish Community, Exterminated by Nazi Murders*. Tel Aviv, Union of the Remnants of the jewish community of Losice (Poland), 1963. (pp.227-231). Tradução Ilse Sipres.
- Roznansky, Myriam. Festa do embaixador. In _____ Lembranças. RJ: Júdithe Levacov Design, 1998.

Anexo

2ª Geração: Profissões

NOME	N.F	PROFISSÕES
1. NONE ABERBACH	2	
2. ? CHALFIN	2	1h=Dentista ;e1h= músico
3. ? ZWOCH	?	
4. A. FISCHER	?	
5. A. LEMOS	?	
6. ABRAHAN KUDICEVICH	2	Berta=Prof. de Musica; David=engenheiro
7. ABRAHAN e MYRIAN ROSANKY	1	Ivo=psicólogo OBS:mora em Israel
8. ABRAM CUBRIK	2	Clarisse=secretariado Isaac=?
9. ABRAM SZMARAGD	3	Levi=?;Geny=dentista; x=?
10. ABRAM ZELCER	S/F	
11. ABRAN KLINGERMANN	2	Jacob=dentista; Moisés=engenheiro

12. ADOLFO BLITMAN	S/F	
13. ADOLFO GERBATIN	?	
14. ADOLFO SCHWARTZ	?	
15. AISIK NAIMAN	?	
16. ALEXANDER ZEIGELBOIN	S/F	
17. ANA KAUFMAN	2	Rony=estatístico; Selmo=economista
18. ARI ORIND	2	Monica=comércio; Wiki=economista
19. ARI ZLATKIN	1	Jacó=médico
20. ARIA BUTER	2	Gerson=advogado; Maria=do lar
21. ARON e FORTUNÉ ARONOWICZ	2	Viviane=arquiteta; Sergio= doente
22. ARON FELDMAN	?	?
23. ARON HAUS	2	Max=teatro; Fany=letras
24. ARON JANISKY	4	Aída, Fany, Clarisse =? David=engenheiro
25. ARON VELECHOVETZKI	2	Rosinha=secretária; Sergio=engenheiro
26. ARTHUR DIAMANT	3	Janete=?; Bela=? José=engenheiro (fez aliá)
27. BENJAMIM ROISMAN	3	Jaime=comércio; Luiz=dentista; Natan=engenheiro
28. BENJAMIM SONSOL	3	Sara=pianista; Vitor=engenharia; Rose=?
29. BENON PETERSBERG	1	Fany=comércio
30. BENUMEM VELTMAN	?	?
31. BERNARDO GRIMBERG	S/F	
32. BERNARDO e MINDA SCHOR	2	Isac=engenheiro; Sergio=engenheiro

33. BERNARDO e ANA WARMAM	2	Sergio=médico; Ana=?
34. BERNARDO ZLATKIN	1	Aída=professora
35. CARLOS e EUGENIA GUISSERMAN	2	Sara=professora; Obs: filho=faleceu cedo
36. CESAR KUPERMAN	?	?
37. CHAIN GOLDSZTEJEN	3	Sara=médica; Davi=engenheiro químico. X=?
38. CHARLES ROZEIN	2	Roland=técnico em contabilidade; Mauricete, costureira.
39. CHASKIEL KAPLAN	3	Nahum=químico; Max=sociólogo; Regina=do lar
40. CHUMA WAISBORD	1	Leon=advogado e empresário (orcal)
41. DAVI DAVI BARDAVID	5	Isac=ator; Aron, Estela e Alegre= comerc.; Judite=?
42. DAVID LEIB WASSERMAN	3	Bela=?; Regina=?
43. DAVID SCHUBSKY	?	?
44. DAVID TAITELBAUN	2	Berta e Sofia Obs; residiram em Niterói pouco tempo e transferiram-se para Santos
45. DAVID WASFELD	2	Pedro=engenheiro; Helena=comerc.
46. ELI ISRAEL KOSMAN	2	Jacó e Moises Kosman (imig.)=comerc.

47. ELIAS SCHOR	3	José=engenheiro e professor; Eva= do lar; Salomão=com.
48. ELIAS WOLF e ANITA CUKIER	2	Esther=farmacêutica; Hendri=médico
49. ESBER ZEITONE	2	1=comerc; x=?
50. ESTHER E MOISES KAWA	2	Hélia, médica; e Sonia=Artes
51. F. WALSKI	?	?
52. FELIPE PERECMANIS	2	1=militar; Aroldo=engenheiro
53. FELIPE ROSMAN	2	Transferiram-se para o RJ
54. FELIPE (WOLF) CUKIER	2	Andréa=advogada; Jony=economista
55. FERNANDO BARON	3	Samuel=advogado; Herman=médico; Celina=do lar
56. FRANCISCO SEGAL	3	José= Advogado; empresário, escritor; Daniel= economista; Celso=advogado
57. GERCH RUBINCHEIN	1	Jacó=médico
58. GERMANO IARLICHT	2	Germano=comerc; Aron=médico
59. GERMANO MECKLER		
60. GERMANO NISSEMBAUM	2	Sarita=?; e Maurício=diretor de TV
61. GERMANO ROISMAN e SARA SCHOR	2	Rosa=técnico contabilidade e Betty=?
62. GERMANO TREIGER	2	Jayme=médico; Berta=?
63. GERSON BRONFMAN	?	?
64. GERSON KLINGER	2	Paulina=?; Mario=engenheiro
65. GHREIS CHACHAMOVITZ	2	Rubens=engenheiro; Nelson=veterinário
66. GOLDA RUSOVSKI	1	Sara=técnico contabilidade
67. HANÔ LENT	2	Herman, entomologista; Esther=do lar. Outros?
68. HANS HAUSNER	?	?
69. HELEL SIPRES	4	Moisés =2 anos de medicina, técnico

		contabilidade; Miriam e Eva =do lar Waldemar=comerc.;
70. HENKA GOLDNADEL	3	Myrian=do lar; Moisés=comerc. Jayme=comerc.
71. HENRIQUE e MALVINA SCHARTZMAN	S/F	
72. HENRIQUE POCHACZEVSKY	2	Ruben =médico; Helena=letras
73. HENRIQUE POLOPONSKY	3	Mario=?; Ruben=? X=?
74. HERMAN TIBER	?	?
75. HERSCH COHEN	4	Abraão, Freida, Toba=comerciantes; Cezar=comerciário
76. HUNA ACHERMAN	1	Biba=dentista
77. IANKEL ZIZER	1	Maria=faleceu cedo
78. ICIC EISERIKUER		
79. IDEL CITRININBAUN	3	Mario=comerc; Ruth=medic; x=?
80. IDEL PERELMAN	2	Geny=prof. piano; Rubem=advogado
81. ISAAC BIRMAN	S/F	
82. ISAAC IARLICHT	S/F	
83. ISAAC LANGER	2	Flavio=comerc.; Maria Cristina=?
84. ISAAC TREIGER	7	Natan=com. e economista; Davi=arquiteto; Simão=advogado; Moises=medico; Rachel, Perina e Ivete=do lar
85. ISAAC WAIZBORT	2	Elias= químico e estatístico; Waldemar=engenheiro
86. ISAC LEVI	2	Vitor=engenheiro; Suzana=belas artes
87. ISAC SCHOR	6	José e Bernardo (pal); Salomão, Sara, Esther(bras.)os homens=ambulantes; mulheres=do lar

88. ISIDORO BAUNFELD	3	Luís=engenheiro; Cecília=médica e x=?
89. ISIDORO HONIGMAN	4	Moisés=veterinário; Jaime=comerc.; Israel=médico; Yeda=do lar
90. ISIDORO SONSOL	3	Nissin e Maurício =engenheiros
91. ISRAEL CUSHNIER	2	Zilda=? Benjamin=comerc.
92. ISRAEL FELDMAN	2	Alexandre=engenheiro Perla=bióloga(fez aliá)
93. ISRAEL LISKER	2	Maurício=farmacêutico; x=dentista
94. ISRAEL VAISNTOK	3	Cecília=profa. Balé; Anatole= advogado; x=?
95. J. TEICHER	S/F	
96. JACÓ BIRMAM	2	Sarita=?; x=?
97. JACÓ VROBEL	2	Luiz Carlos=engenheiro; Paulo Sergio= economista
98. JACOB BARDAVID	?	?
99. JACOB BARON	2	Pauline=arquiteta; Esther=?
100. JACOB BLANK	2	Zélia=bióloga; Luiz=médico
101. JACOB GUTMAN	S/F	
102. JACOB RABINOVITCH	3	Saul=médico; Natalino=engenheiro Geny=?

103.	JACOB SCHWARTZ	?	?
104.	JACOB TUBENCHLAK	13	Judith =prof./artista plást; Jeneta =prof.; Sara =dentista; Méier =comerc; Luís= médico; Ana =normal; Natan=comerc; Rosa =prof; Raquel=prof; Berta=? Samuel=comerc; Davi=advogado; James= (juiz de direito)
105.	JAIME ALTMAN	2	Sara=prof; 1=comerc.
106.	JAIME HONIGMAN	1	Roberto=veterinário
107.	JAIME IARLICH	2	Jaime=médico; Herman= comerc.
108.	JAIME KATZ	2	Mery=letras; Henrique=médico
109.	JAIME WAINER	2	Freyde=letras; Henrique=engenheiro
110.	JANKIEL STIZBERG	2	Sergio=engenheiro; Suely=do lar
111.	JAYME CHCHAMOVITZ	2	Júlio e Isac=médicos
112.	JAYME LIBMAN	1	Henrique=engenheiro
113.	JAYME SCHWARTZMAN	3	Natan=violinista; Salomão=jornalista; Clara=?
114.	JOÃO DOLINSKY	?	?
115.	JOSÉ BROITMAN	7	Paulo=com.; Regina=do lar; Salomão, Silvia, Sara, Marli=doentes; Sheila =do lar
116.	JOSÉ GISBERT		
117.	JOSÉ GOLDGABER	2	Alberto=médico; Fernando=médico;
118.	JOSÉ GUTMAN	2	X=engenheiro; Y=médica
119.	JOSÉ LERNER	1	Jimmy=engenheiro
120.	JOSÉ NUDELMAN	2	Rachel= historiadora; Pérola=biblioteconomia
121.	JOSÉ ROISMAN		
122.	JOSÉ e SOFIA RUBENS	2	Jaime=comerc; Sara=bio-química; Salomão=advogado; júli=médico

123.	JOSÉ SCHMELTZ	3	Rela=advogada; Sônia=? Eva=?
124.	JOSÉ SCHOR	S/F	
125.	JOSÉ TREIGER	5	Isac, Germano= bes. Com; Clara=bes=do lar; Nahun=eng.; Fany=do lar
126.	JOSÉ e AÍDAVROBEL	S/F	
127.	JOSEF BARAN	2	Rosinha=prof.; X=?
128.	JÚLIO (JOEL) SOICHET	4	Samuel =médico; Simão=engenheiro; Regina=? E Bella=?
129.	JÚLIO e SOFIA WROBEL	4	Samuel, José, Moisés e Jacó= construção civil, poloneses.
130.	JULIO ZAIDMAN	2	Luiz=engenheiro; Isac=func.publico
131.	LEÃO LEMOS	3	Manuel=dentista; Ieda=?; Totia=func.púb
132.	LÉIA e SRUL BEIDER	2	Malka=Prof. Univ.; Luba=advogada
133.	LEIA e ZWI NAIMAN	3	Maurício=médico; X=advogado; Y=?
134.	LEMPERT LEVY	2	Ássia=func. Pub; X=Químico
135.	LEON GALBOIS	?	?
136.	LEON NISSENBAUN	1	Ary=engenheiro
137.	LEON ZEGELBON	S/F	
138.	LUIZ BOCHNER	2	Ida=?; Jacó=jornalista
139.	LUÍS FOGEL	2	Esther=bióloga; Sergio=func.púb.
140.	LUÍS GRAND e FELÍCIA	3	Germano=com.; Esther Rachel=técnico contabilidade; Sara= técnico contabilidade. Obs. poloneses
141.	LUIZ KERSCHBERG	2	Safira=prof. Piano; Sara=doente
142.	LUIZ POCHACZEVSKY	6	Zilda=do lar; Bernardo=advogado; Otília=letras; Berta=enfermeira; Emanuel=contador; Jacó=comerc.
143.	LUIZ ROSANSKY		

	S/F	
144. LUIZ SZEMBERG	4	Jaks e Manuel =farmacêuticos; Jaime=militar e dentista;Walter =engenheiro
145. MOISÉS ZAIDMAN	2	Sara=prof. Univ.; Luiz=engenheiro
146. MARCOS BLUM	?	?
147. MARCOS GELLER	2	Rachel (falecida adolesc.) e Míriam=?
148. MARIA ESPER	?	?
149. MARIA IARLICHT	S/F	
150. MÁRIO ZELTZER	S/F	
151. MARTHA E RUBEN VASSERSTEIN	1	Saul=Advogado
152. MAURÍCIO e SARA PRZYBICEVICZ	3	Diana=Prof. Univ.; Hinda=?; Etel=Prof. Univ.
153. MAURÍCIO ROSENFELD		
154. MAURICIO SALOMON	2	Sheila=psicanalista; Sergio=corretor de imóveis
155. MAURÍCIO SMARAGD	S/F	
156. MAX BOCHNER	2	Aída e Etel=do lar
157. MAX NAIBERGER	S/F	
158. MAX LANDAU	S/F	
159. MAX VELMOVITSKY	5	Salomão, Samuel, Milton, Paulo e Benjamin= advogado, dentista, médico, engenheiro, médico

160.	MEIER SHERMAM	S/F	
161.	MIGUEL DRUCKER	1	Ita=decoradora
162.	MINDA e SIEMENS PERECMANIS	2	Josef=engenheiro e prof.; Roberto=psicanalista
163.	MIRIAN e ZELMAN WASKSMAN	1	Rafael=médico
164.	MOISÉS BABSKY	1	José=advogado
165.	MOISÉS BARON	S/F	
166.	MOISES BERMAN	1	Samuel=engenheiro
167.	MOISES IARLICHT	2	Soraya Ravenle=atriz; Itamara koorax=cantora
168.	MOISÉS E ZILDA HAMER	3	Helena=artesã; Luis Ricardo=médico; Pedro Germano=eng. químico
169.	MOISÉS KAWA (TIO)	2	Carlos=engenheiro; Helena=prof.
170.	MOISÉS KOSMAN	S/F	
171.	MOISES LITVAK	1	?
172.	MOISES SCHOR	1	Berta=?
173.	MOISES SIPRES	2	Penina=psicóloga; Suzana=letras e contabilidade
174.	MOISES SMARAGD	S/F	
175.	MOISÉS VELECHOVETSKY	4	Henrique e Samuel=médicos; Salomão=comerc.; Helena=do lar
176.	MOISÉS VROBEL	S/F	
177.	MOISHE LUZEMBUCH	3	Sheiva e Leia=do lar; Bernardino=dentista
178.	MOISES ROTH	1	Júlio=economista
179.	MOSES LEINER	1	Helena=prof.
180.	MOTRL TAZMAN	1	Madalena=do lar

181. NAFTALE BLAU	2	Anita e Bluma=professoras de piano
182. NATAN FOGEL	2	Esther=médica; Sergio=comerc
183. NATAN MALBERGIER	2	Abraão=médico; José=engenheiro
184. NATAN POLIAKEVICH	3	Salim=médico; Sara e X=do lar
185. NATAN SCHOR	2	Salomão=comerc; X=?
186. NATAN SINDER	1	Marta=comerc.
187. NICOLAS FEIGES	S/F	
188. NYELIN KAPLAN	2	Déa=socióloga; Moisés=professor
189. OSCAR PERLOW	3	Guita e Berta=do lar; Arthur=?
190. PAULO COHEN		
191. PAULO FISHER	2	
192. PEDRO VELECHOVETSKY	1	Oscar=comerc.
193. PEDRO e SARA WELMOVICKI	2	Arnaldo=economista; e José Fernando=engenharia; ciências sociais
194. PEDRO e PAULINA WRUBEL	2	Hélio=advogado; Fernando=arquiteto
195. PINEA RABINOVICI	S/F	
196. PRÓSPERO DAVI	?	?
197. RACHEL e CREMER CREMER	2	Ítala= procuradora de justiça; e Moisés=arquiteto
198. RAFAEL WAISMAN	2	Abraão=engenheiro; X= engenheiro
199. ROLAND FISCHBERG	4	Cleri=pedagoga; Eduardo=arquiteto; Natali=prof. De teatro; Ilana=bióloga
200. RUBEN APELBAUN	2	X=doente; Y=comerc.

201. RUVIN RABINOVITCH	S/F	
202. SALOMÃO FARBERAS	1	?
203. SALOMÃO GIROL	S/F	
204. SALOMÃO GOLDSTEIN	2	David=?; Sara=?
205. SALOMÃO KLINGER	2	Nair=prof; Rachel=psicóloga
206. SALOMÃO LAM	S/F	
207. SALOMÃO LANDMAN	2	Jayme, bes,=médico; e Teia=Prof. Univ.
208. SALOMÃO LEMPERT	2	Zilda=prof. de música; Ita=com
209. SALOMÃO MAGIER	2	Patrícia=médica; X=?
210. SALOMÃO SCHOR	3	Belinha e Clara =func. Pública; X=doente
211. SALOMÃO SCHWARTZ	?	?
212. SALOMÃO WAINER	2	Freyda=?, Henrique=engenheiro
213. SAMUEL ALVEBURG	2	Marcelo= Economista e Freida=corretora de seguros
214. SAMUEL FELDMAN	?	?
215. SAMUEL GUKOWSKI	2	Berta=comer; X=médico
216. SAMUEL HASSON	3	Alberto= professor de história; Suzana e Rebeca=do lar
217. SAMUEL MIJOJONIK		Paulino=func.público

218.	SAMUEL POCHACHEVSKI	1	Anita=Prof. Univ.
219.	SAMUEL SCHARWZMAN	?	?
220.	SAMUEL SCHWARTZ		
221.	SAMUEL STAJN	2	Geni=comerc; Jayme=advogado
222.	SAMUEL VROBEL	2	Vera e Minie =psicanalistas
223.	SASHA KRAMARZ	2	Halina=desenho industrial; Leon=arquiteto
224.	SAUL SATROVITZ	2	?
225.	SAUL SOHACHEVSKI	1	Marcos=?
226.	SAUL YUSIN	3	Jacó=médico; Rosinha=professora ?Fany=?
227.	SCHAIA BUCHIBINDER	4	Regina=?; Benjamin=? Jacó=? Manuel=? Obs: a família fez Aliá
228.	SIMÃO e Zilda GRABER	3	Júlio= arquiteto; Alberto e Edna= comerc.
229.	SIMÃO E ZILDA MICHMACHER	2	Waldir= engenheiro; Marli=psicóloga
230.	SIMÃO MANSUR	4	Alberto=economista; Danieli=Comunicação visual; Marcelo=analista de sistemas; Leandro=prof. Educ. Física
231.	SMIL CUDISEVICI	2	Berta=?; Moisés=advogado
232.	SRUL MORDSKA LIPSTER	7	Sara, Zilda e Leia=polonesas=do lar; Meier=polonês,comerc.; Aron=polonês,médico, Anita, bras.=do lar;Jacó=bras., médico

233.	SRULI e SARA RABINOVICI	3	Sergio, médico; Julio, engenheiro; Ana=comerciária
234.	STEFAN FISHER	?	?
235.	SUCHER MOCNY	2	Adolfo e Boris= dentistas
236.	SURA STAJNBOK	3	Alberto=médico; Ida=?; Sabina=?; Ruth=?
237.	SZAJA (SAMUEL) SCHMILE KATZ	?	?
238.	? SZVEITER	3	Marcio=?; Waldemar=Advogado, ministro do STJ; Carlos=?
239.	THOMAS GESBERT	?	?
240.	VALDEMAR SIPRES	2	Sara=do lar; Adolfo=advogado
241.	VESEL VAIMBERG	?	?
242.	VITORIA GEINER	2	Tânia=?; Bela=comerc;
243.	VIÚVA MACHLA KAC	2	Elka=comerc.; Meier-engenheiro
244.	VOLCO ZONISEIN	2.	Marcos=engenheiro; Jonas=economista
245.	WALDEMAR NISSEMBAUM	2	Sarita=prof. de ingles; Jacó=eng ou advog., empresário
246.	WALDEMAR SCHENKER	3	Rachel=? Isa=? Líbia=:
247.	WALDEMAR WELLER	3	Rubem=engenheiro; Noêmia=?; Waldemar=médico
248.	WOLF KLINGERMAN	2	Paulina=? Deise=?
249.	WOLF SINDER	3	Rachmil, =Cirurg. Plástico; Sioma= bes.=comer.; Smil, bes.=advog.
250.	ZEMACH POCHACHEVSKY	2	Salomão=comerc.; Ophélia=letras

